FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)

Patrícia Isabel Gomes Lucas

Tese de Doutoramento em História,
especialidade de História Contemporânea

Setembro, 2018

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes

Apoio financeiro da FCT e do FSE através do POPH

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Patrícia Gomes Lucas

Lisboa, 6 de Setembro de 2018

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Paulo Jorge Fernandes

Lisboa, 6 de Setembro de 2018

AGRADECIMENTOS

A tese que aqui se apresenta é o resultado de um caminho umas vezes fácil, outras vezes sinuoso. Parte da satisfação de a ter concluído fica-se a dever precisamente ao desafio que representou e à forma como me fez crescer durante a sua elaboração, não só enquanto investigadora, mas também enquanto pessoa. Este percurso teria sido muito mais difícil de realizar – senão impossível – sem a presença e o apoio de várias pessoas que, a bem da verdade, são alheias às falhas que seguramente existem nas páginas seguintes. Todos os seus contributos foram positivos e insubstituíveis.

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes, que ao longo dos anos tem acompanhado o meu percurso académico, agradeço não apenas a exigência e rigor que sempre mostrou, mas também a confiança nas minhas capacidades em levar esta tese a bom porto, quando eu nem sempre a tinha.

Ao Professor Doutor Daniel Alves agradeço o interesse que mostrou por este projecto, e o apoio na utilização dos SIG, que muito beneficiaram o conteúdo da tese, dando nova imagem a informações que, de outra forma, iriam parecer desconexas e irrelevantes.

A um sem número de pessoas com quem me cruzei ao longo destes 5 anos de doutoramento, agradeço as dicas úteis em arquivos ou bibliotecas, as questões pertinentes em conferências, ou terem-me em geral inspirado e contribuído, nem que seja com uma simples palavra, para que esta tese seja aquilo que é.

Agradeço especialmente àqueles que estiveram sempre na minha vida, ou que foram aparecendo e acabaram por ficar.

Aos amigos e colegas Joana Paulino, Marta Fiolić, Isabel Almeida e Pedro Urbano, com quem partilhei dúvidas, lamentos e gargalhadas, e que me ajudaram a manter um nível aceitável de sanidade.

À minha mãe, que nunca questionou a minha escolha profissional, e nunca duvidou de que eu haveria de aqui chegar. A ela devo não apenas a pessoa que sou, mas principalmente a pessoa que quero ser.

E à Rita, que pacientemente percorreu comigo este longo caminho, e que de tanto me ouvir julgo que já sabe mais do que eu sobre o Partido Regenerador.

PARTIDOS E POLÍTICA NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL: O CASO DO PARTIDO REGENERADOR (1851-1910)

PATRÍCIA ISABEL GOMES LUCAS

PALAVRAS-CHAVE: Partidos políticos, Monarquia Constitucional, Partido Regenerador, Regeneração, Parlamento

RESUMO

O Partido Regenerador foi uma força política da segunda metade do século XIX, que ainda não foi alvo de investigações sistemáticas. Este estudo debruça-se, precisamente, sobre esse tema, procurando enquadrá-lo na conjuntura política do período. Através da análise das características específicas do partido, tentaremos compreender os motivos que garantiram a sua longevidade e que o distinguiram das restantes formações partidárias da época.

A investigação pretende analisar o funcionamento interno do Partido Regenerador e a sua evolução, tendo em conta um conjunto de elementos fundamentais: o seu processo de emergência, a ideologia que defendeu, a estrutura interna que adoptou, a forma como procurou estabelecer o seu aparelho partidário e os meios que utilizou na difusão da mensagem partidária. Estudaremos ainda a luta de poder dentro da organização e o impacto que as divergências ou dissidências tiveram na liderança partidária e na imagem do partido. Finalmente, faremos uma análise detalhada da representação e do comportamento do Partido Regenerador no Parlamento na sequência de duas eleições, 1881 e 1901.

Desta forma pretendemos elaborar uma visão global da organização, que sirva como plataforma de apoio para analisar dois grandes temas: as dinâmicas internas do partido, tanto no que diz respeito à emergência de rivalidades e facções e à forma como estas evoluíram no seio da organização, como à sua acção no Parlamento, procurando assim compreender o seu grau de coesão interna; e a relação da liderança do partido com os seus apoiantes dispersos no país, especialmente no âmbito dos momentos eleitorais.

PARTIES AND POLITICS IN THE CONSTITUTIONAL MONARCHY: THE CASE OF THE «REGENERADOR» PARTY (1851-1910)

PATRÍCIA ISABEL GOMES LUCAS

KEYWORDS: Political parties, Constitutional Monarchy, «Regenerador» Party, Regeneration, Parliament

ABSTRACT

The «Regenerador» Party was a political force of the second half of the nineteenth century, which has not yet been the subject of a systematic research. This study focuses precisely on this theme, trying to frame it on the political conjuncture of the period. Through the analysis of the specific characteristics of the party, we will try to understand the reasons that guaranteed its longevity and that distinguished it from the other party formations of the time.

The research aims to analyze the internal functioning of the «Regenerador» Party and its evolution, taking into account a set of fundamental elements: its emergency process, the ideology it defended, the internal structure that it adopted, the way in which it sought to establish its party apparatus and the means used in the diffusion of the party message. We will also study the power struggle within the organization and the impact that differences or schisms had on party leadership and party image. Finally, we will make a detailed analysis of the representation and behaviour of the «Regenerador» Party in Parliament after two elections, 1881 and 1901.

In this way we intend to elaborate a global vision of the organization that serves as a support platform to analyze two major themes: the internal dynamics of the party, both regarding the emergence of rivalries and factions and the way they evolved within the organization, and its action in Parliament, thereby seeking to understand its degree of internal cohesion; and the relationship of party leadership with its dispersed supporters in the country, especially in the context of elections.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

Objecto de estudo 1

Estado da arte 2

Problemática ..... **Erro! Marcador não definido.**

Fontes e metodologia 16

1. PARTIDO REGENERADOR: ELEMENTOS CARACTERIZADORES 19

1.1. Origens e heranças 19

1.1.1. Parcialidades e partidos nos primeiros anos da Regeneração 20

1.1.2. A difícil liderança dos Regeneradores 42

1.2. Ideologia 46

1.2.1. Manifestos e programas políticos 47

1.2.2. Princípios políticos 57

1.3. Estrutura interna 79

1.3.1. Meios de organização interna 79

1.3.2. Hierarquia partidária 90

1.4. Centros locais 98

1.5. Imprensa 108

2. RIVALIDADES E DISSIDÊNCIAS 120

2.1. As facções dos anos 70 121

2.2. Casal Ribeiro e o Partido Conservador Liberal 131

2.3. Barjona de Freitas e a Esquerda Dinástica 144

2.4. A luta pela liderança na década de 90 163

2.5. João Franco e o Partido Regenerador Liberal 179

2.6. Jacinto Cândido e o Partido Nacionalista 189

2.7. Os dois Partidos Regeneradores do fim da Monarquia 199

3. DINÂMICAS INTERNAS 226
3.1. A «guerra de extermínio» (1881) 227
3.1.1. Processo eleitoral e caciquismo 231
3.1.2. Composição parlamentar 242
3.1.3. Votações nominais e posicionamento do partido no Parlamento 250
3.1.4. A liderança de Fontes Pereira de Melo 263
3.2. A «ignóbil porcaria» (1901) 268
3.2.1. Processo eleitoral e caciquismo 272
3.2.2. Composição parlamentar 289
3.2.3. Votações nominais e posicionamento do partido no Parlamento 295
3.2.4. A liderança de Hintze Ribeiro 304
CONCLUSÃO 313
FONTES E BIBLIOGRAFIA 324

LISTA DE ABREVIATURAS

ACR – Arquivo particular Casal Ribeiro

AERHR – Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

CFPM – Correspondência dirigida a António Maria Fontes Pereira de Melo

CLVSM – Correspondência Lopo Vaz de Sampaio e Melo

DCD – Diário da Câmara dos Deputados

DCP – Diário da Câmara dos Pares

ICS – Instituto de Ciências Sociais

INTRODUÇÃO

Objecto de estudo

A política portuguesa ficou marcada, no século XIX, por um conjunto de transformações que, em linha com a conjuntura europeia, a modernizaram e diversificaram. Um dos principais instrumentos dessa modernização foram as organizações partidárias, que surgiram, com maior ou menor complexidade, no período que se seguiu ao golpe político e militar da Regeneração, em Maio de 1851. Abrindo portas a uma pacificação da política até aí impossível, a Regeneração traduziu-se, nos anos seguintes, numa visão desenvolvimentista da Nação, assente no debate político e social, em contraste com a conflitualidade extrema que marcara as décadas anteriores. Foi neste novo terreno que emergiram as primeiras organizações partidárias, cujo papel na construção de uma nova forma de fazer política foi determinante para a consolidação de um Estado liberal moderno aberto ao diálogo e à participação eleitoral – ainda que restrita.

Um dos grupos políticos que surgiu nestes anos foi o Partido Regenerador, suposto herdeiro do golpe Saldanhista da Regeneração, e que teve como principal característica distintiva a sua longevidade: o Partido Regenerador haveria de se manter em actividade ininterruptamente até à revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910[1]. Comummente associado ao sector conservador, o Partido Regenerador ficou simultaneamente ligado à política de desenvolvimentos tecnológicos característica da época, fazendo sua a bandeira dos «melhoramentos materiais»[2]. Membros do Partido Regenerador foram nomeados para formar governo 10 vezes, tendo o partido chegado a ser considerado como «o partido do rei» durante o reinado de D. Luís, pela preferência que o monarca parecia dedicar-lhe[3].

Apesar da sua longa existência, e da sua relevância no controlo dos destinos da Nação, não existe nenhum estudo aprofundado sobre o Partido Regenerador, sobre o seu papel na política oitocentista, sobre as suas características específicas e o seu

[1] TENGARRINHA, 1992, vol. V, p. 256.
[2] PRAÇA, 1997, vol. II, p. 52 e 58.
[3] GOMES, 1907, vol. XII, p. 474. Incluímos nesta contagem o «Ministério da Fusão», pela relevância que o Partido Regenerador teve neste governo, mas excluímos os governos de Campos Henriques e Wenceslau de Lima de 1908 e 1909, pelo carácter fragmentado que os Regeneradores tinham nesse momento, e pela atitude de cisão que esses indivíduos tomaram ao formar governo. Acresce que não foram contabilizadas remodelações que não alteraram decisivamente a tendência partidária dos governos.

comportamento face a outros grupos políticos da época[4]. Através do presente estudo pretendemos colmatar esta lacuna, acompanhando a evolução do Partido Regenerador da sua formação até ao fim da Monarquia, e contribuindo para uma melhor compreensão do funcionamento da política portuguesa durante o século XIX e inícios do século XX.

Estado da arte

O estudo dos partidos tem sido, em grande medida, um campo dominado pela ciência política e por visões mais teóricas de categorização dos modelos partidários em perspectiva comparada, sendo menos comum a análise de partidos através das metodologias da história política, especialmente no que diz respeito ao século XIX português[5]. Ainda que seja necessário ter em conta os principais contributos da ciência política no estudo partidário, a multiplicidade de realidades históricas divergentes limita a aplicação da categorização de partidos a cada caso específico. É, portanto, necessário encarar o objecto de estudo com base num equilíbrio entre os conceitos e a análise dos factos que a documentação permite, ou seja, um equilíbrio entre os contributos da ciência política e da história.

O conceito de partido político tem sido ao longo dos anos objecto de diversos estudos, tendo a visão adoptada pelos autores variado, umas vezes privilegiando a indicação de fontes, outras focando não só a evolução do conceito como também o seu papel na sociedade contemporânea[6]. No caso concreto do Partido Regenerador colocam-se, aliás, várias questões quanto à validade do uso do conceito de partido, em oposição a concepções como a de facção, que estaria mais próxima do conjunto de características das organizações políticas portuguesas do século XIX. Autores como José Miguel Sardica sugerem a utilização da expressão «proto-partido» como a mais adequada para estes casos[7]. Por outro lado, autores como Rui Ramos apoiam a utilização do conceito de «partido» para esses grupos políticos, se bem que tendo em conta as especificidades

[4] Vasco Pulido Valente anunciou em tempos, num seminário do Instituto de Ciências Sociais, que estaria a desenvolver uma investigação nesse sentido. Os resultados não chegaram, contudo, a ser tornados públicos.
[5] A falta de estudos que analisem estas temáticas sob uma perspectiva histórica foi já apontada por vários autores: SARDICA, José Miguel, 1997 (b), pp. 557-601; FERNANDES, 2012 (c), pp. 25-49; RAMOS, 2013, pp. 111-130.
[6] BERSTEIN, 1996, pp. 49-85; BERGOUNIOUX, 1996, pp. 65-81.
[7] SARDICA, 1996.

do contexto da época[8]. A situação não é, aliás, um exclusivo português: o mesmo dilema conceptual foi abordado por Susan Scarrow no que diz respeito ao processo de emergência dos partidos políticos oitocentistas na Europa e América do Norte[9].

Quanto às abordagens teóricas sobre os partidos políticos, os seus fundamentos foram lançados, nos primeiros anos do século XX, pela mão de Moisei Ostrogorski e Robert Michels[10]. A opinião destes autores inclinava-se para a crítica dos partidos políticos como estruturas oligárquicas que caminhavam, assim, no sentido oposto ao da democratização do processo político. Apesar de existirem proximidades nas suas análises – uma vez que foram produzidas com poucos anos de diferença e numa realidade semelhante, que era a da emergência dos partidos de massas e das transformações do eleitorado daí decorrentes – Ostrogorski e Michels diferiam no nível de hostilidade que mostravam em relação aos partidos políticos e ao seu papel na relação entre o poder e o indivíduo.

É necessário partir destas teses para compreender contributos posteriores, nomeadamente a primeira tipologia moderna de partidos políticos, apresentada por Max Weber, que encarava os partidos como uma criação política recente, uma vez que, como intermediários entre a sociedade e o poder, necessitavam de um regime em que a cidadania e a participação eleitoral existissem com um grau mínimo de desenvolvimento[11]. Weber construiu a sua tipologia com base em dois elementos, que a partir daí condicionaram o estudo sobre partidos políticos: por um lado os «partidos de notáveis» e, por outro, os «partidos de massas»[12]. As diferenças que os separam prendem-se não apenas com questões históricas de emergência, mas também com a sua estrutura, o seu interesse em atrair adeptos, os meios postos ao serviço do recrutamento e os seus objectivos políticos no âmbito da difusão de uma ideologia e da transformação social.

O contributo de Weber foi a base que, alguns anos mais tarde, possibilitou a ocorrência de uma vaga de investigações que actualizaram a tipologia apresentada e a

[8] RAMOS, 1994, pp. 115-116.
[9] SCARROW, 2009, pp. 16-24.
[10] OSTROGORSKI, 1979; MICHELS, 2001.
[11] WEBER, 1979.
[12] Weber refere ainda os «partidos da aristocracia», redes de clientelagem presididas por um político aristocrata, geralmente um membro da Câmara Alta ou, até, um membro da Família Real, que juntava à sua volta um «séquito» de apoiantes. Este tipo de partido tem, contudo, características muito específicas relacionadas com a observação do sistema partidário britânico, pelo que pode não ser facilmente adaptável noutros meios políticos; mais uma vez emerge a questão dos limites à aplicação de tipologias a casos reais históricos; WEBER, 1979, p. 48.

aprofundaram. O estudo de maior impacto, da autoria de Maurice Duverger, apresentou uma distinção entre «partidos de quadros» e «partidos de massas» com base em dois critérios: por um lado, o nascimento do partido antes ou depois da substituição do sufrágio restrito pelo sufrágio universal; por outro lado, aquilo a que Duverger chamou de arcabouço partidário, ou seja, a consistência da estrutura do partido, o conteúdo programático apresentado e a frequência da sua actividade política[13]. Também por essa altura, num estudo dedicado ao Partido Conservador Britânico, Norman Gash definia o conceito de partido como "a body of politicians with coherent organization and a rudimentary philosophy of action, who provided the legislative foundations either for a Ministry or for an Opposition aiming at its replacement"[14]. Esta definição, relevante pelo tema de estudo no qual se insere, embora seja menos complexa em termos teóricos, aponta alguns elementos essenciais para a distinção das organizações políticas que nos poderão ser úteis ao longo da análise.

Quanto aos estudos mais abrangentes sobre o sistema partidário português, as opções são limitadas, dado que poucos se debruçam também sobre o século XIX. Na sua tese de doutoramento, Marcelo Rebelo de Sousa analisou os partidos no contexto do constitucionalismo português[15]. Porém, ao abordar praticamente dois séculos, o estudo ganha um carácter resumido que reduz a capacidade de problematização e compreensão das características internas de cada partido. O texto segue a visão de alguma historiografia que ainda não tinha delimitado correctamente a cronologia do fenómeno do «Rotativismo», apresentando também alguma confusão sobre o processo de fusão dos Partidos Histórico e Reformista – que deu origem ao Partido Progressista[16]. Para o que nos importa, as características do Partido Regenerador são excessivamente simplificadas: o autor aponta o momento fundador do partido como tendo sido em 1851, com o golpe de Estado da Regeneração, identifica os Regeneradores como representantes do liberalismo-conservador português, avisando, contudo, que não possuíam um programa político publicado, e descreve o Partido Regenerador como parte de uma alternância partidária pacífica da política portuguesa, que define como um

[13] DUVERGER, 1970, p. 35. Outros autores produziram, desde então, estudos sobre os partidos políticos; não são, claro, tão marcantes como os referidos anteriormente, pelo carácter inovador que apresentaram, e tendem a analisar os partidos do ponto de vista da democracia e da política actual, perdendo as especificidades de uma análise histórica; NEUMANN, 1956; WEINER e LAPALOMBARA, 1972; CHARLOT, 1974; SARTORI, 1980; LENK e NEUMANN, 1980; PANEBIANCO, 1988; SARTORI, 2005, pp. 5-32.
[14] GASH, 1965, p. 126.
[15] SOUSA, 1983.
[16] SOUSA, 1983, p. 162.

sistema bipartidário perfeito, e cuja cronologia aponta como tendo coincidido com boa parte da Regeneração[17].

Na década de 90 José Miguel Sardica publicou um artigo no qual analisava a aplicação dos conceitos de «Partido» e de «Rotativismo», e fazia uma avaliação extensa da historiografia portuguesa sobre os partidos políticos oitocentistas[18]. Este texto, bem como a tese de mestrado de que é herdeiro, serviram-nos de base de apoio para uma conjugação da teoria com os dados históricos, por esclarecerem com rigor vários erros e equívocos que a historiografia havia reproduzido ao longo dos anos.

Num âmbito mais teórico, inspirado nos diversos autores que produziram tipologias de partidos, situa-se o livro de Fernando Farelo Lopes sobre os partidos políticos em Portugal, que nos ajuda a integrar o Partido Regenerador no quadro interpretativo já existente[19]. O autor defende que dificilmente é possível considerar que existissem partidos políticos em Portugal antes do último quartel do século XIX, devido à falta de consistência e estabilidade do regime político, um argumento que contribui para problematizar o objecto de estudo. Tendo em conta diferentes critérios indicadores do grau de desenvolvimento das organizações partidárias, tais como a construção de uma estrutura de funcionamento do partido que se mantenha para além dos períodos eleitorais, a existência ou ausência de recrutamento de membros para desenvolver trabalho partidário fora do Parlamento ou os meios de financiamento das actividades, Farelo Lopes encara os Regeneradores como uma formação à qual é difícil chamar partido, e que estes "não tinham grande necessidade de uma organização formal ou muito estruturada"[20].

José Tengarrinha, numa perspectiva eminentemente histórica, tentou traçar o percurso do conceito de partido político durante a primeira metade do século XIX, prolongando a análise até à década de 60, pelas transformações que o sistema político enfrentou em decorrência da abertura à opinião pública e da emergência da *masspolitik*[21]. Concluiu que, ainda que tenham existido formações políticas de vários moldes desde o final do Antigo Regime, apenas no início da década de 1850, e mais especificamente na preparação para as eleições de Novembro de 1856, emergiram duas

[17] SOUSA, 1983, pp. 157-159.
[18] SARDICA, 1997 (b), pp. 557-601.
[19] LOPES, 2004.
[20] LOPES, 2004, pp. 30-49.
[21] TENGARRINHA, 2002, pp. 25-48.

formações políticas que, segundo o autor, poderão receber a designação de partidos. Sublinha, contudo, que as estruturas partidárias não estavam ainda consolidadas, e que existia uma grande indefinição ideológica entre os adversários, principalmente por ser "em ambos dominante a ideia de Progresso, em torno da qual, nos primeiros anos da Regeneração, se formou em certa medida um consenso nacional, sem que, no entanto, fossem suficientemente definidas as estratégias"[22]. Tengarrinha aponta ainda ao Partido Regenerador um rumo gradualmente mais conservador, em oposição a um Partido Histórico herdeiro da esquerda anti-cabralista[23].

Mais recentemente Rui Ramos lançou um artigo em que aborda também o conceito de partido político no século XIX, narrando a evolução deste tema[24]. No seguimento do que já tinha sido dito por Sardica e por Tengarrinha, são apresentados exemplos dos diferentes significados do conceito de partido, e da sua conotação pejorativa até meados do século XIX. Segundo o autor, é no campo liberal que primeiro emergem noções positivas sobre o partidarismo, garantindo um ambiente pacífico no qual os grupos com diferentes posições políticas se relacionavam. A questão ideológica – ou a sua ausência – é aqui recuperada, desta feita não apenas em relação aos Regeneradores, mas incluindo todas as organizações políticas da época. A forma de garantir o funcionamento do sistema era evitar as clivagens partidárias, e isso só era possível tornando a política cada vez menos ideológica: "o mesmo projecto de "melhoramentos materiais" poderia ser apoiado por todos os cidadãos, independentemente das suas opções e identidades partidárias"[25]. Ainda que Rui Ramos identifique o Partido Regenerador com a "direita conservadora", afirma também que Fontes Pereira de Melo sempre recusou o papel de líder Regenerador, adoptando antes um sistema de acordos e alianças inter-partidárias, e fazendo uso de bandeiras progressistas[26]. O autor regressa mais tarde a esta questão num outro texto, onde acaba por constatar que a dicotomia entre liberais (Históricos) e conservadores (Regeneradores), ou esquerda-direita, é uma visão demasiado simplista: "Em suma, o que, por comodidade de expressão, se poderia chamar «direita» e «esquerda» durante a

[22] TENGARRINHA, 2002, p. 39.
[23] TENGARRINHA, 2002, p. 40.
[24] RAMOS, 2013, pp. 111-130.
[25] RAMOS, 2013, p. 127.
[26] RAMOS, 2013, pp. 129-131.

monarquia constitucional andaram assim misturadas, tornando difícil qualquer narrativa do ponto de vista da bipolarização"[27].

Outros autores, em particular Pedro Tavares de Almeida, escolheram uma perspectiva que, ainda que tenha em conta o sistema partidário oitocentista português, se debruça centralmente sobre os processos eleitorais, o caciquismo e as elites políticas. Desta forma, contribuíram para compreender a forma como as redes de poder influenciavam o poder político, lançando também algumas ideias quanto aos processos de recrutamento e aos grupos sociais que serviam de apoio a determinados partidos[28]. A título de exemplo, a visão clássica dos Regeneradores como representantes dos poderes estabelecidos e do Partido Progressista como refúgio de um conjunto de profissionais liberais mais próximos da classe média foi já substituída por outra que sublinha a base clientelar dos apoios e, por isso mesmo, a oscilação destes em função da permanência no poder[29].

É ainda importante mencionar os contributos de Pedro Tavares de Almeida e Paulo Jorge Fernandes sobre o sistema político durante o século XIX[30]. Os autores concluíram que, para além de um sistema partidário e constitucional com graves problemas, a acção do Rei como força de bloqueio em vários momentos da política do fim do século XIX e início do século XX concorreram decisivamente para o enfraquecimento da Monarquia Constitucional, situação da qual o Partido Republicano se aproveitou, movendo uma campanha reivindicativa bem-sucedida[31].

Se é verdade que existem limitações na bibliografia sobre os partidos políticos monárquicos, não podemos, ainda assim, negar que existe produção nesse sentido. Contudo, esta debruça-se sobre períodos cronológicos curtos ou sobre partidos políticos de pequena dimensão – que, consequentemente, tiveram um impacto mais limitado no sistema partidário –, o que nos impede de ter uma visão mais abrangente: é possível encontrar estudos dedicados ao Partido Reformista e ao Partido Nacionalista[32]. O primeiro, fruto de uma cisão do sector mais radical do Partido Histórico, teve um papel

[27] RAMOS, 2014, p. 21.
[28] ALMEIDA, 1985, pp. 111-152; ALMEIDA, 1991; ALMEIDA, 1995; ANTUNES, 1981, pp. 69-102; PUSINHO, 2016; SARDICA, 1994 (b), pp. 44-57; SOBRAL e ALMEIDA, 1982, pp. 649-671; VIDIGAL, 1988.
[29] CABRAL, 1988, p. 21; ALMEIDA, 1991, p. 170-171.
[30] ALMEIDA, 2012 (b), pp. 51-62; FERNANDES, 2012 (b), pp. 103-131.
[31] Mais recentemente, Lourenço Pereira Coutinho apresentou uma tese onde contradiz esta conclusão, argumentando que o monarca era, na realidade, um factor de estabilidade dentro do regime político oitocentista; COUTINHO, 2017.
[32] CUNHA, 2003; SILVA, 1996.

central nos anos que se seguiram à queda do «Governo da Fusão» e acabou por, em 1876, voltar a unir-se aos Históricos para formar o Partido Progressista. No que diz respeito ao Partido Nacionalista, nasceu como dissidência conservadora do Partido Regenerador, em associação com algumas figuras do movimento católico, lançando em 1903 a sua campanha e obtendo um pequeno número de deputados. Em ambos os casos, nunca deixaram de ser partidos minoritários, com um papel político limitado, pelo que não representam uma visão de conjunto sobre os partidos oitocentistas.

É também necessário realçar a importância do estudo biográfico de José Luciano de Castro, elaborado por Fernando Moreira, na compreensão da evolução do Partido Progressista[33]. Ainda que não seja uma obra unicamente focada na organização partidária, a análise de uma figura tão central do grupo Progressista traz contributos únicos para a investigação dos partidos políticos oitocentistas em Portugal.

Em termos cronológicos, as duas primeiras décadas da Regeneração foram alvo de diferentes estudos, que se focaram essencialmente no carácter transitório da política desse período, marcado pela estabilização do sistema partidário mas também pela emergência de um ambiente de política concorrencial. António Pinto Ravara analisou os primeiros anos da Regeneração, concluindo que estes não representaram, na realidade, a primeira fase do «Rotativismo» parlamentar entre Regeneradores e Históricos, uma vez que "os agrupamentos partidários referidos são apenas grupos de élites burgueso-aristocráticas, com fraca organização, uma caracterização ideológica e programática imprecisa, praticando um caciquismo eleitoral sistemático e onde uma parte dos membros, incluindo alguns dos mais influentes, muda de campo ao sabor das circunstâncias conjunturais"[34].

José Miguel Sardica, na sua dissertação de mestrado, apresentou um estudo que recua a 1834 e se prolonga até 1861[35]. Ao fazê-lo teve em conta os anos que se seguiram ao fim da Guerra Civil, e a primeira década do chamado período da «Regeneração». Concluiu que a visão da Regeneração como período de implementação de um modelo de consenso político quase apartidário não passa de um mito. A conflitualidade entre grupos não desapareceu, mudando apenas a sua plataforma do

[33] MOREIRA, 1992.
[34] RAVARA, 1976, p. 367; RAVARA, 1979, pp. 91-96.
[35] SARDICA, 1996; SARDICA, 2013 (a); SARDICA, 1997 (a), pp. 279-333; SARDICA, 1997 (b), pp. 557-601; SARDICA, 1997 (c), pp. 747-777.

campo bélico para o campo parlamentar, sendo, portanto, o momento de emergência dos grupos políticos que, mais tarde, viriam a representar os principais partidos políticos.

No mesmo sentido, Maria de Fátima Bonifácio estudou o primeiro governo do Partido Histórico, no poder entre 1856 e 1859[36]. Segundo a autora, terá sido neste período que a ideia de uma possível fusão entre os diferentes lados do combate político se revelou impossível, uma vez que os novos actores políticos começaram a exigir "partidos com ideologia definida e uma política coerente"[37]. Foi, assim sendo, o verdadeiro momento de emergência de duas formações políticas diferentes.

Para uma fase mais tardia da Monarquia Constitucional existe apenas um artigo dedicado aos partidos políticos, da autoria de Teresa Nunes, que estuda os partidos monárquicos no contexto de afirmação do republicanismo que iria conduzir à revolução de 5 de Outubro[38]. Os dois principais partidos, Regenerador e Progressista, são aqui analisados numa fase de enfraquecimento do regime, num momento em que, mantendo a sua visão de uma política fechada sobre si própria e sem ligação com a sociedade e o eleitorado, começam a perder influência para o adversário exterior ao regime monárquico, o Partido Republicano. A solução ideal, a actualização do modelo partidário, acabou por corporizar-se em dissidências que enfraqueceram o sistema partidário monárquico a partir do interior. A autora conclui que "as debilidades dos partidos monárquicos reflectiram-se na fragilidade da monarquia", o que explica o processo de desagregação partidária ocorrido nos últimos anos da Monarquia[39].

Refira-se ainda a existência de estudos sobre grupos políticos da segunda metade do século XIX que, ainda que fossem adversários do regime monárquico, se desenvolveram durante a sua vigência, ou chegaram mesmo a colaborar com ele: a evolução do Republicanismo e a criação do Partido Republicano foi alvo de uma extensa investigação por parte de Fernando Catroga, e as origens e desenvolvimento do Partido Socialista foram estudadas por Maria Filomena Mónica e César Oliveira[40].

No que diz respeito especificamente ao Partido Regenerador, existe uma dispersão de referências que na verdade têm pouco conteúdo, pelo que é necessário que nos foquemos apenas nos textos onde é visível uma delimitação mais ou menos rigorosa

[36] BONIFÁCIO, 2001, pp. 989-1012.
[37] BONIFÁCIO, 2001, p. 1011.
[38] NUNES, 2002, pp. 125-160.
[39] NUNES, 2002, p. 132.
[40] CATROGA, 2010; MÓNICA, 1985; OLIVEIRA, 1973.

do tema de estudo. Por exemplo, em 1865, Francisco Teodoro da Cunha aponta os regeneradores como uma facção do Partido Liberal, dentro do qual existiam ainda três outras facções: cabralistas, históricos e progressistas[41]. O tema não é, porém, desenvolvido, para percebermos o raciocínio do autor ao formular esta divisão.

O primeiro autor a dedicar algumas linhas a uma análise sistemática do Partido Regenerador foi José Joaquim Lopes Praça, em 1879[42]. Considerando que os critérios essenciais para a organização de um partido eram a existência de chefes, de disciplina, de um ou mais órgãos de imprensa e de um programa, o autor procurava fazer coincidir os partidos políticos portugueses com o modelo da doutrina dos quatro partidos do filósofo alemão Friedrich Rohmer, que apresentava uma tipologia dividida em quatro elementos: radical, liberal, conservador e absolutista. Lopes Praça associava o Partido Regenerador com os conservadores, defensores da ordem, incluindo, porém, nessa linhagem outros grupos políticos dos quais os Regeneradores procuraram manter a distância e traçar diferenças ideológicas, como os Cabralistas. Lopes Praça afirmava que "deve o progresso da nossa terra bons serviços ao partido regenerador", salientando que, ainda que os integrasse no sector conservador, os considerava capazes de tomar medidas de carácter progressista, porque existiam Regeneradores convictos que eram contrários à ideia do conservadorismo como instrumento de manutenção da ordem estabelecida e que apoiavam reformas verdadeiramente liberais[43].

Também Joaquim Pedro de Oliveira Martins elaborou algumas reflexões sobre o Partido Regenerador que têm, contudo, de ser encaradas com algumas reservas, pelas inclinações políticas adversárias do próprio Oliveira Martins, que podem ter condicionado a sua abordagem. O autor adoptou, em diversas obras, um tom crítico em relação à forma como a política portuguesa se tinha desenvolvido nas décadas anteriores, e como era percepcionada pela sociedade: para ele, "O público português não tem opinião política nem partido"[44]; além disso, a partir de 1868, "Não há mais distinções de partidos, há apenas grupos diversos. Não há mais programas, porque há a liberdade prática bastante e toda a ideologia liberal morreu. Os bandos políticos já não têm rótulos, basta-lhes o nome dos chefes: é o deste, o daqueloutro"[45]. No centro deste clima político em permanente decadência encontrava-se o Partido Regenerador, que

[41] CUNHA, 1865, pp. 15-16.
[42] PRAÇA, 1997.
[43] PRAÇA, 1997, vol. II, p. 61.
[44] MARTINS, 1957 (b), vol. I, p. 276.
[45] MARTINS, 1946; MARTINS, 1996, vol. II, p. 292.

Oliveira Martins considerava um dos factores que mais tinham contribuído para o estado a que a nação chegara. Segundo ele, "o Sr. Fontes é um anacronismo" e "o partido não tem ideia, nem coesão, nem autonomia, é um agregado colectício de quadrilhas mercenárias"[46].

Também José Francisco Trindade Coelho, numa obra dedicada a diversas questões da política, procedeu a uma análise dos programas dos vários partidos existentes em Portugal[47]. Ao abordar o Partido Regenerador o autor indicava que este não tinha um programa político, o que à data era correcto: os Regeneradores só viriam a apresentar um programa político em 1910, aquando da eleição de António Teixeira de Sousa como líder do partido. Ainda assim Trindade Coelho debruçou-se sobre a questão ideológica, sublinhando que era possível supor que os princípios do Partido Regenerador eram aqueles que tinham sido consagrados nos Actos Adicionais à Carta Constitucional, uma vez que estes tinham sido elaborados pelos Regeneradores. Sugeria ainda que provavelmente o objectivo do Partido Regenerador não teria sido o de implementar medidas de carácter transformador para a sociedade, mas principalmente de impedir os seus adversários de pôr em marcha reformas constitucionais mais profundas[48]. No que diz respeito a dados históricos, Trindade Coelho apresenta a data de 1851 como ano de criação do partido, e enumera ainda os seus líderes, até Júlio de Vilhena[49].

Mais tarde Marcello Caetano optou por se debruçar sobre os partidos políticos do ponto de vista do direito constitucional, referindo que não existiam em Portugal estudos sobre a origem e acção dos partidos no regime liberal[50]. Considerava que os partidos portugueses do século XIX tinham sido sobretudo organizações de quadros, constituídas por um limitado grupo que dominava o Parlamento, e que movimentava apoios em tempo eleitoral através de uma rede de influentes locais, pelo que a sua estrutura era bastante frágil. Segundo ele, "o partido não assentava tanto numa comunhão ideológica como, sobretudo, em fidelidade pessoal reforçada por solidariedade de interesses"[51]. Dessa forma, o principal instrumento de poder eram as redes de caciques e autoridades administrativas, que podiam ser manipuladas por quem

[46] MARTINS, 1958, vol. I, pp. 407-408.
[47] COELHO, 1906, p. 604.
[48] COELHO, 1906, p. 604.
[49] Estes dados surgem apenas na segunda edição da obra; COELHO, 1908, pp. 635-636.
[50] CAETANO, 1967, pp. 407-411.
[51] CAETANO, 1967, p. 408.

estivesse no poder e que, dessa forma, se sobrepunham às organizações partidárias. O autor concentrou a sua atenção no bipartidarismo, que considerava um fenómeno que acompanhou toda a Monarquia Constitucional, cometendo o erro de localizar cronologicamente o «Rotativismo» entre 1851 e 1891[52]. Na linha do que Lopes Praça tinha defendido, Caetano integrou os Regeneradores no conceito de partido conservador, mencionando apenas Fontes Pereira de Melo como seu líder mais importante. No que diz respeito à ideologia, salientou que os Regeneradores seriam essencialmente leais à Coroa e à Carta Constitucional, procurando "assegurar a liberdade pela ordem e o progresso pela moderação"[53]. No plano económico, o Partido Regenerador defendia um liberalismo ordeiro, centrado nas temáticas do fomento e do desenvolvimento tecnológico que ficaram conhecidas como «Fontismo».

É também necessário indicar duas obras fundamentais para o estudo da História de Portugal, que abordam, ainda que sinteticamente, o Partido Regenerador. Na entrada do *Dicionário de História de Portugal* dedicada ao Partido Regenerador, José Tengarrinha apontou a origem do partido com o golpe da Regeneração de 1851, considerando o Duque de Saldanha como seu primeiro líder[54]. Em termos ideológicos classificou os Regeneradores como herdeiros do cartismo puro, o que, segundo o autor, explicava que fossem considerados os representantes do conservadorismo, declarando ainda que era nos Actos Adicionais, de 1852, 1885 e 1896 que os seus princípios políticos estavam expostos. Mencionou os seus líderes, deixando de fora António Teixeira de Sousa, e sublinhou os momentos de governação mais importantes, como o «Ministério da Fusão» ou o longo gabinete presidido por Fontes entre 1871 e 1877. Referiu ainda brevemente a dissidência de João Franco e a formação do Partido Regenerador Liberal.

A isto vem juntar-se a *Nova História de Portugal*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, a única história de Portugal generalista que dedica subcapítulos específicos aos partidos políticos, ainda que muito resumidos[55]. Outras histórias de Portugal foram também utilizadas, enquanto material de apoio para a contextualização do tema em estudo[56].

[52] Sobre a cronologia mais correcta do «Rotativismo» ver SARDICA, 1997 (b), p. 571; LEAL, 2016.
[53] CAETANO, 1967, p. 410.
[54] TENGARRINHA, 1992, vol. V, pp. 256-257.
[55] MARQUES, 2003, pp. 230-232; MARQUES, 1991, pp. 368-369.
[56] GOMES, 1907; GALLIS, 1908; PERES, 1928-1981; RAMOS, 1994.

Questões de investigação

O que ressalta desta visão geral sobre o estado da arte da historiografia portuguesa sobre os partidos políticos do século XIX é a ausência de um estudo aprofundado sobre uma das principais formações políticas desse período, o Partido Regenerador. É esse, portanto, o nosso objecto de estudo, ainda que nos centremos com mais atenção em determinados aspectos da história do partido.

O nosso estudo prolongar-se-á pelo período de existência do Partido Regenerador, a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, ou seja, acompanhará a política da Monarquia Constitucional pós-golpe da Regeneração. A tese será dividida em três grandes capítulos, dedicados às principais características de uma organização partidária, ao confronto de forças dentro do partido, e à composição e atitudes do partido no seu palco mais relevante, o Parlamento.

Em primeiro lugar, e quanto ao processo de emergência do partido, interessa-nos compreender em que momento o partido verdadeiramente se forma, ou seja, se é possível falar numa data de fundação do Partido Regenerador. Por outro lado, tenha esse processo de formação sido lento ou acelerado, os membros que o compuseram tinham um passado político, pelo que podem ter trazido para o partido vestígios de grupos políticos anteriores. Assim sendo, será que o Partido Regenerador, menos que uma formação nova, é o resultado de organizações anteriores?

Outro tema importante é a ideologia, uma questão sensível no que diz respeito aos Regeneradores pelo que pudemos ver no estado da arte. O conceito de conservadorismo, utilizado pela historiografia para definir o Partido Regenerador, é complexo e, por vezes, ambíguo. O termo conservadorismo terá surgido no início do século XIX, em França, e representava o pensamento que defendia "religion, the King, liberty, the Charter and respectable people"[57]. É, evidentemente, um conceito vago, mas isso mesmo foi confirmado por aqueles que estudaram esse sistema político: o conservadorismo focava-se em determinadas instituições políticas e sociais e tentava reagir às circunstâncias à medida que elas iam ocorrendo. Ao contrário das outras ideologias que atravessaram o século XIX e transitaram para o século XX, "it did not present itself as an all-encompassing solution to human ills, it did not aspire to

[57] GOLDMAN, 2011, p. 691.

universalism"[58]. Assim sendo, encaramos o conservadorismo como um modelo de pensamento político que centrava a sua atenção nas instituições tradicionais, nomeadamente a monarquia, o rei, a igreja e a propriedade privada, entre outras.

Tendo isso em mente, iremos analisar o posicionamento do Partido Regenerador no contexto das ideologias, debatendo se o partido tinha uma ideologia e, caso a resposta seja positiva, se os Regeneradores foram, ou não, os representantes do conservadorismo na Monarquia Constitucional. Tentaremos ainda compreender as razões que levaram os Regeneradores a só apresentar um verdadeiro programa político em 1910, enquanto os seus adversários o fizeram muito antes.

Interessa-nos também perceber como era internamente constituído o partido, e em que medida o tipo de estrutura e hierarquia era um factor de distinção dos Regeneradores em relação aos outros partidos da época.

Quanto à ligação do partido com o eleitorado, procuraremos estudar o tema em dois ângulos: por um lado, verificando se existiu ou não uma rede de centros do Partido Regenerador espalhada pelo país, e de que forma estes tinham uma acção realmente sólida na mobilização de apoios para o partido; por outro, analisando as formas de comunicação do partido com o público, especialmente através da imprensa, e tentando perceber se esta obedecia a uma estratégia coerente da parte da direcção do partido ou se se revestia de um carácter regional e pessoalista. Partindo da relação dos Regeneradores com o eleitorado para discutir o caciquismo no contexto português, procuraremos também perceber se as elites partidárias se amparavam no caciquismo por não terem redes de centros locais e de imprensa desenvolvidas, ou se não sentiram a necessidade de desenvolver essas mesmas estruturas porque a política do caciquismo supria todas as necessidades partidárias.

Estes temas serão abordados no primeiro capítulo: analisaremos o processo de formação do Partido Regenerador e as possíveis heranças que este recebeu de forças políticas anteriores, bem como a ideologia na qual assentou a sua actuação; em seguida iremos estudar a sua organização interna, os processos de nomeação de líderes, e a hierarquia que este grupo político apresentou ao longo do tempo; serão ainda examinadas as formas de comunicação do partido com o eleitorado, nomeadamente

[58] GOLDMAN, 2011, p. 695.

através da criação de uma rede de centros a nível local, e da dispersão da informação através de publicações periódicas oficiais.

Procuraremos traçar a evolução das forças de poder divergentes e das dissidências que ocorreram ao longo da história dos Regeneradores, tendo em conta o seu grau de sucesso. Com o objectivo de avaliar a solidez do partido e das chefias partidárias, procuraremos perceber se estas tentativas de autonomização afectaram a coesão interna da organização, a autoridade da liderança e a imagem do Partido Regenerador no contexto político da época.

O segundo capítulo irá por isso focar as diferentes dissidências e lutas de poder que o partido enfrentou, tanto as que foram bem-sucedidas como aquelas que não obtiveram os resultados pretendidos. Teremos em conta não só o seu impacto dentro da organização, mas também a forma como foram percepcionadas pelo meio político da época e os efeitos mais extensos que algumas delas podem ter tido na fragilização da Monarquia Constitucional.

Finalmente, o terceiro capítulo irá focar o Parlamento e o corpo parlamentar, pela relevância que esse espaço político tinha na construção das carreiras dos membros dos partidos monárquicos, e por ser um local onde decorria não apenas o debate político e a elaboração de leis, mas também uma sociabilidade partidária sem par na época. Abordaremos, por isso, a questão da composição parlamentar do partido, ou seja, quem eram os seus representantes eleitos, qual era o seu passado e preparação para o cargo, até que ponto existia um padrão no tipo de candidatos escolhidos para representar o partido, e de que forma se comportavam depois de chegarem ao Parlamento. Trataremos esta informação com base em cortes temporais, uma vez que era impraticável produzir uma investigação para a totalidade das legislaturas da Monarquia Constitucional pós-1851[59].

Utilizaremos para isso a informação das legislaturas que se seguiram às eleições de 1881 e 1901, uma opção que se fica a dever às características muito próprias que tiveram tanto a nível eleitoral como partidário: a eleição de 1881 foi a última em que vigorou uma divisão da geografia eleitoral apenas em círculos uninominais, e ficou conhecida como «guerra de extermínio», pela estratégia adotada pelos Regeneradores

[59] No contexto dos processos eleitorais de 1881 e 1901 serão mencionadas, pontualmente, eleições municipais que decorreram nessas alturas, mas que optámos por não abordar aprofundadamente por limitações de tempo e de espaço.

para impedir a eleição de deputados Progressistas; a eleição de 1901 foi a primeira em que vigorou a lei eleitoral de 1901, que definia uma divisão apenas em círculos plurinominais, e que passou à história com o epíteto de «Ignóbil Porcaria». Estas alterações legislativas e administrativas tiveram impacto na forma como o processo eleitoral se desenvolveu e na composição do corpo parlamentar, pelo que garantem à nossa análise uma perspetiva comparativa[60]. Tentaremos ainda perceber qual foi a resposta da chefia partidária aos desafios colocados nestas conjunturas. Pretendemos com isso construir uma noção de quem eram os representantes do Partido Regenerador no principal espaço político da nação, estabelecendo comparações através das quais seja possível depreender da existência de atitudes parlamentares vinculadas aos Regeneradores e à liderança do partido em diferentes momentos históricos.

Com todos estes elementos pretendemos obter uma visão de conjunto mais rigorosa sobre o Partido Regenerador, e que, em simultâneo, nos conduza a respostas para os dois pontos principais desta tese:

- considerando o carácter débil da estrutura do partido a nível nacional e da sua rede de comunicação com os membros – que nos é referido pela bibliografia – qual era o grau de ligação entre a cúpula do partido, que se localizava essencialmente na capital, e o resto dos elementos Regeneradores dispersos pelo país? Como se procedia à tomada de decisões importantes ou à preparação de eleições? Assentaria o partido numa rede de indivíduos que comunicavam entre si a título pessoal, pondo em marcha as acções do partido através do caciquismo, ou numa estrutura moderna de centros locais?

- tendo em conta a existência de diferentes grupos dentro do Partido Regenerador, que por vezes entravam em conflito entre si ou com a liderança do partido, até que ponto essas rivalidades tinham um verdadeiro impacto no comportamento do partido e dos seus membros? Qual era a importância da liderança do partido na manutenção de um clima de paz e colaboração entre as diferentes sensibilidades, e até que ponto diferentes lideranças significavam diferentes estratégias das facções? Em suma, qual foi o grau de coesão interna do Partido Regenerador ao longo do tempo?

Fontes e metodologia

[60] ALMEIDA, 1991; SOBRAL e ALMEIDA, 1982, pp. 649-671; ALMEIDA, 1998, pp. xxi-xxxiv.

Uma vez que se pretende abordar diferentes visões nesta investigação, em oposição a uma análise isolada que se torne apenas numa história do partido sem reflexão, é necessário fazer uso de contributos de várias áreas. Adoptaremos portanto conceitos não apenas da história política, mas também da ciência política e da história das ideias, no que esperamos obter resultados mais ricos e rigorosos. Por outro lado, as características específicas da política portuguesa do século XIX, muito pessoalista e dependente de figuras carismáticas, levam-nos a sentir a necessidade de manter também uma ligação forte à biografia e à prosopografia. Faremos ainda uso da análise quantitativa para a interpretação dos dados referentes à composição do partido, e recorreremos aos sistemas de informação geográfica para cartografar a implantação do Partido Regenerador a nível nacional.

Para além disso, este estudo terá de ser multifacetado na sua própria essência, fazendo a história de instituições, pessoas e ideias. Entre os materiais fundamentais para a investigação estão o *Diário da Câmara dos Deputados* e o *Diário da Câmara dos Pares*, que contêm material não apenas sobre as figuras do partido no parlamento, mas também sobre as ideologias explicitadas, as medidas propostas, e os resultados eleitorais obtidos. A estes vem juntar-se um conjunto de publicações periódicas, que será mais razoável dividir em vários níveis: um de jornais que faziam a defesa do partido sem, contudo, serem oficialmente órgãos Regeneradores na imprensa e, dentro deste, entre os que tinham cobertura nacional e os que tinham uma influência apenas regional; e outro de periódicos de difusão limitada, alguns dos quais publicando apenas alguns números e extinguindo-se em seguida, mas que se apresentaram como jornais oficiais do partido, e que nos podem revelar muito sobre a relação entre a imprensa e os partidos[61].

Também a documentação de arquivo nos poderá facultar novas informações, pela importância que tinha nesta época a troca de correspondência na organização de redes de sociabilidade. Podemos assim salientar a utilização de fundos arquivísticos ligados à Família Real, como o Cartório da Casa Real, e de espólios de figuras cimeiras do Partido Regenerador, como a correspondência de António Maria Fontes Pereira de Melo (Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal), o espólio de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada), o arquivo do Conde de Casal Ribeiro (na posse de descendentes), e o espólio de Lopo Vaz de Sampaio e Melo (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).

[61] Ver Anexo 4, pp. 44-47.

No que diz respeito às fontes utilizadas na análise da acção interna do partido nas eleições de 1881 e 1901, um dos pontos mais importantes da tese, procurámos conjugar documentos de diferentes proveniências, para garantir um olhar mais amplo e uma análise mais complexa. Quanto a 1881, o principal espólio epistolar focado nesta eleição pertence, não ao líder do Partido Regenerador, mas ao seu principal adversário, José Luciano de Castro, figura de proa do Partido Progressista e, a partir de 1885, líder Progressista. Uma parte muito interessante da sua correspondência foi já publicada, e permite-nos observar a acção do governo Regenerador sob o prisma dos seus adversários[62]. As informações provenientes dessa correspondência foram encadeadas com outras, de carácter oficial, respeitantes à gestão do funcionalismo público durante os períodos eleitorais, no sentido de perceber de que forma o governo promovia a eleição e tentava restringir o sucesso dos seus adversários através da influência de governadores civis ou administradores de concelho. Este tipo de informação pode ser encontrado nas publicações oficiais do Estado Português, nomeadamente no *Diário do Governo*.

Já para a eleição de 1901, os dados recolhidos na correspondência de José Luciano de Castro foram cruzados com documentação constante no espólio pessoal de Hintze Ribeiro, à guarda da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, que revela a teia de influências existente entre a chefia do Partido Regenerador e os caciques locais, e a forma como esta rede de poderes manipulava os resultados eleitorais.

Em todas as citações foi mantida a ortografia original da fonte, e o texto desta tese foi elaborado utilizando a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

[62] ALMEIDA, 2001; MOREIRA, 1998.

1. PARTIDO REGENERADOR: ELEMENTOS CARACTERIZADORES

1.1. Origens e heranças

As movimentações políticas nos anos que se seguiram ao golpe da Regeneração de 1851 foram já analisadas, com grande detalhe, por autores empenhados em demonstrar que a ideia de consenso promovida pela intelectualidade da época estava longe da realidade[63]. Foi também sublinhado por esses autores que a emergência de partidos políticos na sociedade portuguesa não foi um evento súbito que se seguiu ao golpe militar, mas sim um longo processo que começara décadas antes e que se prolongaria até ao início do último quartel do século XIX. O desenvolvimento da politização da sociedade fora fortemente impulsionado pela Revolução Liberal de 1820, que permitiu a emergência de um conjunto de espaços políticos, para além do Parlamento, como clubes e sociedades, mas cujo alcance era, na maior parte das vezes, reduzido[64]. Mais tarde a luta entre Liberais e Legitimistas e, posteriormente, entre diferentes facções do sector Liberal, trouxeram a política para o espaço público, através de comícios ou da imprensa, moldando uma realidade que, em 1851, era já bastante mais ampla do que fora nas décadas anteriores.

Por outro lado, tem sido também indicado pelos autores que estudaram este período que os posicionamentos a que mais tarde foi possível assistir não se revelaram de imediato, pondo por completo de parte a ideia do estabelecimento de um regime de «Rotativismo» partidário durante as décadas de 1850 e 1860[65]. Disto se conclui que, apesar de o ano de 1851 ter ficado marcado no imaginário Regenerador, sendo muitas vezes referido como ano de origem do partido, é incorrecto considerar que o Partido Regenerador – ou qualquer um dos partidos políticos da segunda metade do século XIX – nasceu em 1851[66].

Contudo, ainda que não se possa afirmar que o Partido Regenerador foi fundado em 1851, não devemos pôr de parte o impacto que o golpe da Regeneração teve nessa futura organização política, da mesma forma que não devemos deixar de ter em conta a importância dos anos precedentes: nenhum partido político tem uma génese espontânea,

[63] RAVARA, 1976, pp. 363-367; RAVARA, 1979, pp. 91-96; SARDICA, 1996; SARDICA, 1997 (a), pp. 279-333; SARDICA, 1997 (b), pp. 557-601; SARDICA, 1997 (c), pp. 747-777; SARDICA, 2013 (a).
[64] TENGARRINHA, 2002, vol. 3, p. 28.
[65] RAVARA, 1976, p. 367; SARDICA, 1996, pp. 77-79.
[66] COELHO, 1908, p. 635; SOUSA, 1983, p. 158.

implicando sempre a recuperação de influências ou iniciativas anteriores. No caso dos grupos políticos que emergiram ou se consolidaram em meados do século XIX, o golpe da Regeneração revelou-se um momento de redefinição do espectro político: a derrota de Costa Cabral afastou temporariamente os seus correligionários, conhecidos como «Cabralistas», do poder, e permitiu a afirmação da corrente Cartista não cabralista; o «Partido Nacional», que saiu vencedor do golpe, teve de se adaptar às novas circunstâncias – deixando de ser apenas um grupo de oposição e chegando agora ao desempenho de funções governamentais – enfrentando também as consequências internas que daí advieram[67]; e os Legitimistas, afastados desde 1834, puderam finalmente reaproximar-se graças à estratégia de agregação de diferentes correntes políticas promovida pelos novos governantes. Compreende-se, assim, que o nosso estudo comece nesta data.

1.1.1. Parcialidades e partidos nos primeiros anos da Regeneração

A dificuldade de falar em partidos durante uma boa parte do século XIX é um elemento conhecido do estudo da história política deste período: para além de uma óbvia falta de organização dos grupos políticos existentes – que impede os especialistas de os considerar como partidos políticos de sentido moderno – existia um preconceito latente na sociedade sobre o que eram e o que representavam os partidos[68]. José Miguel Sardica avança que "se se quisesse ser rigoroso, todo o «partido político» do século XIX não passava de um «protopartido» ou de um «pré-partido», dotado de uma lógica de funcionamento e de características definidoras específicas desse tempo"[69]. Mas, ainda que se tenha a consciência da fragilidade organizativa dos grupos políticos que se formaram nos anos seguintes ao golpe da Regeneração, continuaremos a identificá-los como partidos porque, ainda que com frequência fossem lançadas críticas ao conceito, a expressão «partido político» era já recorrentemente utilizada nos meios políticos desde o início da Monarquia Constitucional – tendo aumentado a frequência desse uso a partir

[67] O «Partido Nacional» surgira, como José Miguel Sardica refere, depois da saída de Saldanha do governo em 1849, e da sua consequente substituição por Costa Cabral. Tinha, contudo, raízes na oposição que "politizara a revolta da Maria da Fonte contra Costa Cabral"; SARDICA, 2013 (a), p. 107. O acto fundador do «Partido Nacional» fora a publicação de um manifesto com uma lista de aderentes nos jornais *Revolução de Setembro* e *O Patriota* (*Revolução de Setembro*, 24 de Outubro de 1849, p. 1; *O Patriota*, 24 de Outubro de 1849, p. 1), e o seu posicionamento era, no essencial, o de um grupo anti-cabralista.
[68] SARDICA, 1996, pp. 30-33; RAMOS, 2013, pp. 114-118.
[69] SARDICA, 1996, p. 47.

da década de 1840[70]. Como alguns anos mais tarde diria um redactor da *Revolução de Setembro*, "O partido geralmente é o grupo em que nós andamos; a facção é o grupo dos contrarios"[71]. Tratava-se, portanto, de uma visão altamente enviesada, que atribuía aos partidos qualidades ou defeitos conforme o seu posicionamento político.

Mesmo do ponto de vista de Oliveira Martins – especialista de história e política na época, mas que preferimos analisar com algumas reservas –, os partidos eram algo esquivo, que não podia ser facilmente controlado ou convocado: "Os partidos nascem espontâneamente das convicções dos povos: não se inventam"[72]. Os partidos eram, isso sim, "emanações da vontade popular", pelo que não bastava a vontade de um qualquer líder político com prestígio para fazer emergir uma organização partidária sólida o suficiente para sobreviver. Prova disso foram, mais tarde, os partidos de José Estêvão e de José Dias Ferreira, garantia Oliveira Martins; o primeiro não chegara sequer a formar-se, apesar do prestígio do seu mentor, e o segundo nunca atingira a força necessária para se manter activo[73]. Esse carácter ténue dos partidos foi, posteriormente, reiterado por Jorge Borges de Macedo a propósito da análise do conceito de programa político: os partidos "eram de início, simples correntes de opinião ordenadas em finalidades imediatas, de orgânica muito diluída, centrados, sobretudo, à volta de personalidades de projecção regional ou nacional que reivindicavam princípios abstractos como definidores do seu comportamento público"[74]. Prova disso era o nascimento dos programas políticos ter ocorrido, em Portugal, em data posterior ao aparecimento das organizações partidárias que aqueles textos deveriam enquadrar ideologicamente. Aplicava-se, assim, grosso modo, a noção de partido que, no início do século XX, Max Weber haveria de cunhar: o «partido de notáveis», nascido de clubes políticos, e que não podiam ser considerados como "associações permanentes com organização interlocal"[75].

Ultrapassada a questão conceptual mais central, resta-nos um outro problema: quais eram as organizações que se perfilavam como partidos em meados do século XIX? O «Partido Nacional», que congregara várias tendências discordantes em torno do

[70] Como foi notado por José Tengarrinha: TENGARRINHA, 2002, vol. 3, p. 25. No que diz respeito ao período que medeia o início do Liberalismo e a década de 1840, a conclusão foi retirada depois de uma pesquisa nas actas de debates parlamentares. Ver *Diário da Câmara dos Deputados*, 1822-1849.
[71] *Revolução de Setembro*, 15 de Setembro de 1861, p. 1.
[72] MARTINS, 1957 (a), vol. I, pp. 161-162.
[73] MARTINS, 1957 (a), vol. I, p. 161.
[74] MACEDO, 1971, p. 377.
[75] WEBER, 1979, pp. 48-49.

ideal de derrubar o governo de Costa Cabral no final da década de 1850, sobreviveu à Regeneração apenas durante alguns meses. O primeiro governo a emergir do golpe da Regeneração, em Maio de 1851, era uma representação bastante rigorosa do Partido Nacional; porém, os sectores mais à esquerda – herdeiros do Setembrismo e da oposição mais radical ao Cabralismo – começaram a ganhar força, o que se tornou visível, nomeadamente, no processo de saneamento empreendido pelo ministro do Reino, José Ferreira Pestana, de todos os dirigentes da administração pública que tivessem ligações ao Cartismo[76]. O duque de Saldanha, procurando manter uma posição imparcial, e face às pressões de figuras moderadas, como Rodrigo da Fonseca Magalhães, ou de certos sectores do exército, dos quais dependia uma boa parte do prestígio de que fizera uso para liderar a revolta, apostou no consenso: uma das medidas mais reveladoras disso foi a revogação da lei que impedia os descendentes dos pares miguelistas de herdarem o pariato, o que só não teve resultados mais visíveis porque os herdeiros desses pares se escusaram publicamente de aceitar o convite[77].

Eventualmente colocado «entre a espada e a parede» pela lei eleitoral de 1851, tão benéfica para os grupos radicais que foi descrita por um jornal Cartista como "a consignação do communismo em meias dozes"[78], Saldanha tomou uma decisão drástica: a 7 de Julho saíram do governo Joaquim Filipe Soure, o Marquês de Loulé e José Ferreira Pestana, e entraram Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo[79]. Esta remodelação haveria de marcar não apenas o governo dirigido por Saldanha, mas a política das décadas seguintes: a primeira fase do golpe da Regeneração, a do movimento acima de partidos e ideologias, terminava, e surgia a primeira divergência entre os grandes nomes da política da época, que haveria de representar o esboço dos grupos políticos da segunda metade do século XIX[80].

Começou assim a emergir dentro do «Partido Nacional» um sector descontente com o governo de Saldanha e com os seus esforços em evitar a predominância da esquerda, cujo vulto mais célebre seria Alexandre Herculano. Em torno deste, e do jornal que entretanto fundara, *O País*, foi-se agrupando um conjunto de figuras que gradualmente haveriam de formar as bases dos Progressistas Históricos, como Joaquim Filipe de Soure, Passos Manuel, Anselmo José Braamcamp ou António Cabral de Sá

[76] SARDICA, 2013 (a), pp. 127-128.
[77] SARDICA, 2013 (a), p. 126.
[78] *O Estandarte*, citado em ARRIAGA, 1911, p. 40.
[79] SARDICA, 2013 (a), pp. 128-129.
[80] SARDICA, 2013 (a), p. 128.

Nogueira. E mesmo a cooperação da Câmara dos Deputados com o governo haveria de começar a estilhaçar-se durante a primeira metade de 1852, conduzindo à dissolução de Julho desse ano.

Este foi um momento definidor para a política partidária portuguesa da segunda metade do século XIX: a dissolução parlamentar de Julho e as eleições de deputados de Dezembro de 1852 representaram o primeiro «separar das águas» dentro do «Partido Nacional», dando origem, por um lado, ao grupo que se haveria de afirmar como dissidência progressista e, assim sendo, como embrião do Partido Histórico, e, por outro lado e em proporcional oposição, ao agrupamento que manteve o seu apoio ao governo de Saldanha e que estabeleceria, a médio prazo, as fundações do Partido Regenerador[81]. A divisão haveria de se aprofundar ao longo dos anos subsequentes, nomeadamente em Agosto de 1854, quando se forma a Comissão Central do Partido Progressista, em discórdia com o governo da Regeneração[82]. Esta revelar-se-á, contudo, pouco ou nada activa durante os dois anos que se seguem, o que não é incomum neste período: as comissões desempenhavam os seus trabalhos essencialmente em tempos eleitorais.

Chegados a 1856, Saldanha abandonou o governo e foi substituído pelo Marquês de Loulé, que formou um executivo com intenções suprapartidárias: no seu discurso de apresentação no Parlamento, Loulé fez questão de declarar o seu apoio à política que vinha a ser seguida pelo governo anterior, no que dizia respeito ao necessário desenvolvimento material e económico do país. O seu governo haveria, contudo, de acabar por se render ao apoio dos progressistas históricos depois das eleições de Novembro de 1856[83]. A Câmara dos Deputados, onde uma maioria progressista regeneradora e Cartista mostrava cada vez menos interesse em cooperar com os novos ministros, terminou o seu mandato a 19 de Julho, ficando as eleições marcadas para Novembro; começava o tempo de organizar as hostes para a luta eleitoral. Entre as diversas parcialidades foi-se desenhando uma progressiva distinção de posições, ainda que limitada: como refere José Lopes d'Oliveira, os "dois grupos governativos que, por alturas de 1856, acabam por definir-se, regeneradores e históricos (…) mal se distinguem por opiniões e tendências"[84]. Os dois grupos descendentes do antigo «Partido Nacional» autodenominavam-se Partido Progressista, o que chegou a ser

[81] RAVARA, 1976, p. 364; SARDICA, 2013 (a), p. 150; BONIFÁCIO, 2013, p. 438.
[82] SARDICA, 2013 (a), pp. 168-177.
[83] BONIFÁCIO, 2001, pp. 989-1012.
[84] OLIVEIRA, 1947, p. 12.

motivo para picardias entre eles[85]. Entre Julho e Outubro de 1856 são realizadas várias reuniões das duas parcialidades, sempre publicitadas pelos respectivos jornais como sendo das «Comissões Progressistas». Na verdade parecem ser os adversários quem define os nomes pelos quais cada um dos grupos políticos ficará conhecido[86]: o jornal *O Português*, apoiante do governo de Loulé, refere-se aos seus opositores como «regeneradores», por se terem colocado ao lado do governo da «Regeneração»; por sua vez, os jornais *A Revolução de Setembro* e *A Civilização*, defensores do governo de Saldanha, chamam «históricos» aos seus adversários, em referência à apologia que estes faziam do antigo setembrismo[87]. Mesmo em termos ideológicos, a oposição entre os dois principais grupos não era totalmente nítida: a *Revolução de Setembro* declarava o seu apoio às políticas aplicadas pelo governo de Saldanha, mas não se colocava totalmente em oposição ao que Loulé defendia porque, segundo eles, o governo de Loulé não apresentara ideias diferentes[88].

As manobras partidárias desses meses são reveladoras dos mecanismos que vinham sendo desenvolvidos anteriormente, ainda que estes fossem pouco visíveis. A parcialidade progressista regeneradora foi a primeira a promover uma reunião, realizando um encontro a 25 de Julho – poucos dias depois do encerramento do parlamento – no Teatro D. Maria II. Tratava-se de uma conferência aberta a quem nela quisesse participar, sem uma tomada de posição clara em relação ao governo. Aliás, os progressistas regeneradores, através da *Revolução de Setembro*, tinham até colocado a hipótese de apoiar o governo de Loulé[89]. Pretendia-se eleger uma comissão provisória, que posteriormente iria preparar a eleição da Comissão Central, essa sim responsável pelo processo eleitoral[90]. O objectivo da primeira reunião era auscultar os apoios do público lisboeta, e os progressistas regeneradores garantiam que teria havido grande

[85] *O Português*, 14 de Setembro de 1856, p. 1, publica uma nota onde faz saber que a reunião que se vai realizar do suposto Partido Progressista (regenerador) nada tem a ver com o Partido Progressista (histórico).
[86] RAVARA, 1979, p. 91.
[87] *O Português*, 12 de Junho de 1856, p. 1, *A Civilização*, 5 de Setembro de 1856, p. 1, *Revolução de Setembro*, 10 de Outubro de 1856, p. 1. Nos anos seguintes a situação manteve-se, sendo os nomes Regeneradores e Históricos usados com fluidez por cada uma das correntes: em 1858 a *Revolução de Setembro* questionava se o epíteto «históricos» fora uma escolha dos próprios em tom irónico, ou se tinham sido os adversários que lhes tinham atribuído o nome de boa-fé, mas sem eles o merecerem; *Revolução de Setembro*, 28 de Janeiro de 1858, p. 1. Nesse mesmo ano, o manifesto dos Regeneradores era apresentado pelo "Centro Eleitoral Progressista"; *Revolução de Setembro*, 4 de Abril de 1858, p. 1.
[88] *Revolução de Setembro*, 9 de Setembro de 1856, p. 1.
[89] *Revolução de Setembro*, 6 de Junho de 1856, p. 1.
[90] *Revolução de Setembro*, 26 de Julho de 1856, p. 1.

concorrência de apoiantes[91]. As suas aparentes boas intenções eram evidenciadas pela inclusão, na comissão provisória, de nomes conhecidamente afectos aos progressistas históricos: para além de Joaquim António de Aguiar, António Rodrigues Sampaio, José Estêvão, Casal Ribeiro, António Alberto de Morais Carvalho, António Pereira Serzedelo, Fontes Pereira de Melo, António Vieira Caldas, o Visconde de Atouguia, Anselmo Ferreira Pinto Basto e o Visconde de Fornos de Algodres, a comissão incluía ainda Manuel de Jesus Coelho, José Maria Chaves, Manuel Velez Caldeira e Bento Correia Aires de Campos [92]. Contudo, estes quatro progressistas históricos apressaram-se a fazer saber através do jornal *O Português* que não tinham ligação com o grupo progressista regenerador[93].

Algum tempo depois, mas ainda a propósito desta comissão eleitoral provisória, a imprensa dos progressistas históricos dava conta da existência de uma outra comissão, supostamente secreta, composta pelo Visconde de Fornos de Algodres, Fontes Pereira de Melo, Casal Ribeiro, Joaquim António de Aguiar, António Rodrigues Sampaio, Vicente Ferreira Novais, Alberto de Morais Carvalho, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Joaquim Tomás Lobo de Ávila. Segundo *O Português*, tratava-se de uma comissão "eleita não se sabe onde, nem quando, e funccionando ás escondidas, por ter vergonha do nome do espião Rodrigo"[94]. Os progressistas regeneradores eram acusados de ter vergonha de se ver associados a Rodrigo da Fonseca, apontado pela oposição como o responsável pelo falhanço da política inicial de consenso da Regeneração. A situação torna-se mais confusa ainda quando, poucos dias depois, a própria *Revolução de Setembro* referia uma "commissão a cuja frente se acha o sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães", sem adiantar mais informações sobre o assunto, mas confirmando aparentemente a acusação oposicionista sobre a importância de Rodrigo da Fonseca nos bastidores do grupo regenerador[95]. Os progressistas regeneradores pareciam ter, aliás, uma relação ambígua com Rodrigo da Fonseca, porque o próprio encarava os partidos políticos com uma certa altivez: "com Rodrigo, os partidos eram remetidos para uma posição subordinada"[96].

[91] A imprensa progressista histórica tinha outra opinião, e declarava que tinham estado presentes 122 eleitores, o que não considerava um número relevante; *O Português*, 27 de Julho de 1856, p. 1.
[92] Ver Anexo 2.1, p. 28. Os nomes são indicados pela ordem de maior votação.
[93] *O Português*, 29 de Julho de 1856, p. 1 e 2 de Agosto de 1856, p. 1.
[94] *O Português*, 14 de Setembro de 1856, p. 1.
[95] *Revolução de Setembro*, 20 de Setembro de 1856, p. 1; *O Português*, 14 de Setembro de 1856, p. 1; *Imprensa e Lei*, 14 de Setembro de 1856, p. 1.
[96] BONIFÁCIO, 2013, p. 458.

A situação dos progressistas regeneradores não se afigurava fácil, principalmente em comparação com os progressistas históricos. Enquanto estiveram no governo, os adeptos da Regeneração descuraram a consolidação do seu grupo político, o que os deixara com um organização muito mais frágil do que os seus adversários: "a parcialidade que fora governamental, com todas as vantagens daí inerentes, entre 1851 e 1856, nunca julgara necessário organizar-se de forma minimamente estável"[97]. Por outro lado, esses mesmos anos no governo tiveram como consequência a emergência de uma imagem desgastada e enfraquecida perante a opinião pública, devido aos repetidos aumentos de impostos e outras medidas financeiras com grave impacto na sociedade.

A 4 de Agosto, e seguindo uma estratégia semelhante à dos progressistas regeneradores, a Comissão Central dos progressistas históricos organizou uma reunião na qual foi eleita uma subcomissão permanente encarregue de preparar os trabalhos eleitorais[98]. Esta subcomissão voltou a reunir-se a 1 de Setembro, para eleger os membros da comissão eleitoral permanente, assim como das comissões de redacção e de administração do Centro Eleitoral Progressista, e para fazer alterações à proposta de programa eleitoral apresentada. O manifesto eleitoral, em cuja elaboração participara Alexandre Herculano, foi publicado a 5 de Setembro[99]. Os progressistas históricos faziam a crítica do caminho escolhido pelo governo de Saldanha, de utilização excessiva do crédito e aumento de impostos. Contrariando as declarações de Loulé quando subira ao poder apenas 3 meses antes – que anunciara pretender manter o que de melhor existia na ideologia regeneradora dos melhoramentos materiais – deixavam claro que não tinham interesse em partilhar a herança do primeiro governo da Regeneração, e que consideravam tratarem-se de dois sistemas de administração opostos. Evidenciavam, além disso, um maior empenho na consolidação e desenvolvimento da sua estrutura interna, quando comparados com os seus principais adversários, apresentando uma comissão eleitoral com uma hierarquia mais complexa.

Em resposta, a 14 de Setembro de 1856, os progressistas regeneradores realizaram a sua reunião magna, no Teatro de S. Carlos, com o objectivo de proceder à eleição de uma comissão responsável pelo processo nos dois círculos eleitorais da capital[100]. Este encontro é considerado, por alguns autores, como o momento de

[97] SARDICA, 2013 (a), p. 195.
[98] *O Português*, 5 de Agosto de 1856, p. 1.
[99] *O Português*, 6 de Setembro de 1856, p. 1.
[100] *Revolução de Setembro*, 7 de Setembro de 1856, p. 1.

fundação daquilo que viria a ser o Partido Regenerador, ou seja, a separação definitiva entre a corrente progressista histórica e a corrente progressista regeneradora[101]. A reunião contou, segundo a imprensa afecta ao grupo, com a participação de entre 600 a 700 indivíduos de todas as classes sociais, o que era considerado como uma representação fiel dos valores da Regeneração – "o progresso, a liberdade, a tolerancia, o desenvolvimento da fortuna publica, o acabamento dos odios, o regime da publicidade e da franqueza"[102] – uma iniciativa "onde as rivalidades cessaram para dar logar á nobre emulação das idéas e á communidade dos principios cuja applicação não depende da diversidade das crenças"[103]. Da reunião saiu organizada a comissão permanente do partido, dirigida por Joaquim António de Aguiar[104]. É esta, portanto, a data mais adequada para apontar como marcando o momento de fundação do Partido Regenerador[105].

A análise destas movimentações políticas dá-nos algumas indicações sobre o processo de emergência do Partido Regenerador: os progressistas regeneradores, embrião do partido, formaram-se enquanto plataforma de apoio ao governo de Saldanha, em particular depois da remodelação de Julho de 1851 – que inclinou o governo para um posicionamento moderado ao qual os progressistas regeneradores pareceram aderir – e, mais ainda, depois da dissolução parlamentar de Julho de 1852. As suas bases eram, porém, variadas, o que lhes trouxe tanto benefícios como desvantagens: os progressistas regeneradores congregaram membros de sectores tão diversificados como o Cartismo anticabralista – Joaquim António de Aguiar, Augusto Xavier Palmeirim, o Marquês de Nisa, o Visconde de Atouguia –, o Setembrismo – António José Pereira Serzedelo –, os antigos radicais – José Estêvão Coelho de Magalhães, António Rodrigues Sampaio, António Pedro Lopes de Mendonça, José Maria do Casal Ribeiro, José Maria Latino Coelho – e até figuras com trajectos difíceis de definir, como o Conde de Melo ou D. Rodrigo de Meneses. Em 1856, o jornal *O Português* dizia, em tom de crítica, que o grupo Regenerador era uma "horda composta dos mais variados e heterogeneos elementos, unidos todavia durante cinco annos por

[101] SARDICA, 2013 (a), p. 195. Note-se que o grupo Regenerador, mesmo depois desta data, continuou a utilizar outros nomes, como Centro Progressista Regenerador. Ver Anexos 2.3 a 2.5, pp. 29-31.
[102] *Revolução de Setembro*, 16 de Setembro de 1856, p. 1; *O Viriato*, 23 de Setembro de 1856, p. 2.
[103] *Revolução de Setembro*, 16 e 20 de Setembro de 1856, p. 1; *A Civilização*, 16 de Setembro de 1856, p. 1.
[104] *Revolução de Setembro*, 16 de Setembro de 1856, p. 1; SARDICA, 2013 (a), p. 195. José Miguel Sardica refere que a entrega da presidência desta comissão a Joaquim António de Aguiar teria ocorrido já com a discordância de Fontes Pereira de Melo.
[105] SARDICA, 2013 (a), p. 195.

interesses communs"[106]; a sua interpretação, ainda que depreciativa, não estava longe da verdade.

Aquilo que podemos concluir é que a relação entre progressistas regeneradores e progressistas históricos nos primeiros anos da Regeneração foi principalmente de interdependência: a evolução dos dois grupos políticos foi, nestes primeiros anos da década de 1850, proporcional às iniciativas do adversário. Os progressistas históricos emergiram, de forma embrionária, enquanto dissidência ao rumo escolhido pelo governo de Saldanha – primeiro a remodelação de Julho de 1851, depois a dissolução de Julho de 1852; assim sendo, nasceram em oposição à plataforma que apoiava o primeiro governo da Regeneração, e que viria a evoluir mais tarde para se tornar no Partido Regenerador. Da mesma forma, os progressistas regeneradores afirmaram-se enquanto organização partidária durante o Verão de 1856, e transformaram-se em Partido Regenerador, não por necessidade ou vontade de o fazer, mas por a isso terem sido forçados pela progressiva organização e aumento de influência do Partido Histórico. Ou seja, o Partido Regenerador nasceu em oposição aos Históricos e em resposta à autonomização destes, numa conjuntura de progressiva definição dos grupos políticos e de lenta transformação em partidos.

Para além de progressistas regeneradores e progressistas históricos, existiam ainda duas outras parcialidades com intervenção no processo eleitoral de 1856, ainda que com diferentes enquadramentos no panorama político de meados do século XIX. Dentro do sector constitucional estavam os Cartistas, herdeiros – ainda que preferissem não o indicar de forma tão evidente – do Cabralismo, e defensores de uma Carta Constitucional pura, sem actos adicionais. Tratava-se de uma minoria dentro do Liberalismo que, em 1856, ainda vivia sob os efeitos da exclusão de Costa Cabral, sendo liderada por António José de Ávila. A situação haveria, contudo, de se alterar nos dois anos seguintes, dado que a entrada de Ávila no governo do Marquês de Loulé e o regresso de Costa Cabral à política activa em 1858 levaram à separação dos Cartistas em dois grupos, um ligado a Ávila, o outro liderado pelo próprio Conde de Tomar.

Quanto aos Legitimistas, a sua existência e duração revela-se interessante no contexto da política deste período, uma vez que se tratava de uma opção extra-

[106] *O Português*, 11 de Junho de 1856, p. 1.

constitucional – que procurou, em grande medida, ser vista precisamente dessa forma[107] – mas que teve uma longevidade singular. Os Legitimistas faziam a apologia da noção do poder absoluto dos monarcas como garante do equilíbrio social e político da nação, defendendo os direitos de D. Miguel e dos seus descendentes enquanto monarcas legítimos de Portugal. A partir da década de 1850 acabaram por atenuar algumas das suas exigências e integrar-se no sistema parlamentar constitucional, fazendo eleger deputados. A sua principal acção durante a segunda metade do século XIX decorreu na imprensa, sendo o jornal *A Nação* o exemplo mais flagrante da longevidade deste movimento, mas não deixando, ainda assim, de revelar vitalidade política, nomeadamente através da publicação de programas partidários em 1880 e 1895[108].

O governo de Loulé, que tinha apresentado listas próprias em diversos locais do país, acabou por ganhar as eleições, ainda que sem o apoio total dos Históricos, por preferir não se prender apenas a um partido: a oposição criticou-o precisamente por isso, acusando-o de fazer acordos com as parcialidades conforme a conveniência local, e de manobrar a eleição através do Ministério do Reino[109].

Depois das eleições de 1856, as comissões partidárias voltaram a entrar em hibernação, restando o parlamento como espaço de debate entre os partidos emergentes. Com a entrada de António José de Ávila para o governo, em Março de 1857, começara a haver mal-estar dentro do Partido Cartista, sendo que o conflito se tornou público a partir de Janeiro de 1858: os Cartistas do Conde de Tomar decidiram deixar de apoiar as políticas do ministro da Fazenda, o que deu origem à formação dos dois grupos Cartistas anteriormente referidos. Quanto aos Regeneradores, tinham esquecido a atitude benévola dos primeiros dias do gabinete de Loulé, e encontravam-se em aberta oposição ao governo[110]. Depois de a votação de uma moção de censura indirecta ter sido ganha por uma margem bastante reduzida, Loulé apresentou a demissão do seu executivo ao rei D. Pedro V[111]. O monarca terá, na altura, tentado formar uma solução mista, convidando Joaquim António de Aguiar para presidir a um ministério que

[107] Recorde-se que, em 1856, os candidatos Legitimistas eleitos se recusaram a prestar juramento no Parlamento, tendo por isso perdido os seus lugares. SARDICA, 2013 (a), pp. 208-209.
[108] TORGAL, 1995, vol. VIII, pp. 169-188.
[109] *Revolução de Setembro*, 12 de Novembro de 1856, p. 1.
[110] A realidade no parlamento e na imprensa era, por vezes, divergente. Enquanto no parlamento os Regeneradores votavam contra o governo, na imprensa a *Revolução de Setembro* apelava a "um accordo, uma combinação, uma reconciliação" de todas as parcialidades em torno da ideologia dos melhoramentos materiais; *Revolução de Setembro*, 3 de Janeiro de 1858, p. 1; RAVARA, 1976, p. 365.
[111] BONIFÁCIO, 2001, pp. 994-995.

incluiria Regeneradores e Históricos. Este, porém, terá declarado que só podia liderar um governo exclusivamente Regenerador, o que não agradou ao rei. Segundo Júlio de Vilhena, biógrafo de D. Pedro V, Aguiar terá apresentado a seguinte composição governamental: o próprio Aguiar acumulava a Presidência com o Reino, Morais de Carvalho ficava com a Justiça, Fontes Pereira de Melo com a Fazenda, Casal Ribeiro com as Obras Públicas, o visconde da Luz com a Guerra e o Marquês de Ficalho com a Marinha e os Negócios Estrangeiros[112]. Sem outras opções que lhe parecessem viáveis, D. Pedro V reempossou o executivo do Marquês de Loulé sem alterações.

Os Regeneradores ficaram descontentes: consideravam que se tratava de um exemplo dos "simulachros de crises ministeriaes", que apenas serviam para "ressuscitar os ministros demittidos e tornar a entregar-lhes a gerencia dos negocios publicos"[113]; acrescentavam ainda que "os ministros continuam porque nunca quizeram largar as pastas, porque se lembraram de escarnecer o parlamento"[114]. Descontentes ficaram também os Cartistas do Conde de Tomar, que encetaram uma estratégia de bloqueio na Câmara dos Pares em torno da acumulação dos cargos de par e conselheiro de Estado. Os Regeneradores, pela mão de Joaquim António de Aguiar e Fontes Pereira de Melo, aproveitaram a boleia e lançaram-se contra o governo[115]. Encurralados, Ávila e Loulé pediram ao Rei a dissolução do parlamento, e obtiveram-na a 26 de Março de 1858. Abria-se, assim, um novo período eleitoral.

As comissões eleitorais, adormecidas desde 1856, voltaram a entrar em actividade; esta foi, aliás, uma das características mais comuns do funcionamento partidário português durante o século XIX: os momentos eleitorais eram intensos, preenchidos por manobras políticas de diversa índole, em que as comissões eleitorais se defrontavam aguerridamente; passadas as eleições, as comissões entravam em letargia e abandonavam praticamente toda a actividade. No caso das eleições de 1858, e tendo em conta o processo de autonomização partidária a que assistimos anteriormente, as comissões procuraram inovar: a oposição encetou conversações para formar aquilo a que os governamentais chamaram de "coligação monstruosa"[116]. A *Revolução de Setembro* defendia-se dos ataques ironizando: se era monstruoso aos Regeneradores coligarem-se com os Cartistas do Conde de Tomar, também fora monstruoso Ávila

[112] VILHENA, 1921, vol. I, p. 258.
[113] *Revolução de Setembro*, 24 de Janeiro de 1858, p. 1.
[114] *Revolução de Setembro*, 27 de Janeiro de 1858, p. 1.
[115] SARDICA, 2013 (a), pp. 226-227.
[116] *A Opinião*, 4 de Abril de 1858, p. 1.

coligar-se com o Conde no governo de 1849[117]. Faziam questão de sublinhar que os seus princípios não se alteravam, mas que procuravam encontrar-se acima das divergências: "preferimos a nação aos partidos, o grande numero ao pequeno, e os partidos ás facções"[118]. Ficavam assim coligados Regeneradores, Cartistas não Avilistas e Legitimistas.

Os Regeneradores instalaram a sua comissão eleitoral no fim de Março de 1858, ficando esta composta por 27 nomes, dos quais ressaltavam Joaquim António de Aguiar como presidente, Morais Carvalho, Fontes, Rodrigues Sampaio, João de Andrade Corvo, Martens Ferrão, José Estêvão, Casal Ribeiro, Latino Coelho, Rodrigo da Fonseca, o Conde de Farrobo ou o Visconde de Atouguia[119]. Para dirigi-la foi nomeada uma comissão executiva formada por Aguiar, José Maria Eugénio de Almeida, Fontes, Morais Carvalho, D. Rodrigo de Meneses, Casal Ribeiro e Rodrigues Sampaio. Note-se nesta composição alguns dos nomes que, pouco tempo depois, haveriam de integrar o «liberalismo novíssimo» que Oliveira Martins identificou entre os Regeneradores[120].

Quanto aos Cartistas, surpreenderam por, para além do grupo do Conde de Tomar e do grupo de António José de Ávila, contarem também com a facção de José Bernardo da Silva Cabral, irmão de Tomar. A facção de Silva Cabral, representada pelo jornal *Rei e Ordem*, apresentava uma comissão presidida pelo próprio Silva Cabral, e da qual faziam parte o Conde do Casal, o Conde de Peniche, o Conde de Farrobo e Francisco Isidoro Viana, ou seja, aristocratas e financeiros[121]. Tomar, por seu lado, fazia-se representar pelo recém-criado jornal *O Parlamento*, onde fez publicar a constituição da Comissão Central Cartista, na qual figuravam alguns indefectíveis cabralistas como o Conde de Paraty, o Conde de Samodães, o Marquês de Fronteira, o Visconde de Vila Nova de Ourém ou José Marcelino de Sá Vargas[122]. Da parte dos Legitimistas, havia poucas alterações em relação a 1856: o Conde de Pombeiro mantinha a presidência da Comissão Central, apoiado por nomes que tinham ganho

[117] *Revolução de Setembro*, 6 de Abril de 1858, p. 1.
[118] *Revolução de Setembro*, 10 de Abril de 1858, p. 1.
[119] *Revolução de Setembro*, 30 de Março de 1858, p. 1. Segundo José Miguel Sardica, Farrobo seria o homem por detrás do dinheiro dentro dos Regeneradores; SARDICA, 2013 (a), p. 230.
[120] MARTINS, 1996, vol. II, p. 280.
[121] *Rei e Ordem*, 11 de Abril de 1858, p. 1. A presença do Conde de Farrobo tanto na lista Regeneradora como na lista Cartista do *Rei e Ordem* é, no mínimo, curiosa. A única explicação que podemos apontar é a relevância deste indivíduo como financiador de manobras políticas, das quais posteriormente beneficiava, nomeadamente através do contrato do tabaco; MÓNICA, 1992, pp. 461-479; SILVESTRE, 2012, vol. I, p. 8.
[122] *O Parlamento*, 14 de Abril de 1858, p. 1.

relevância nas eleições anteriores, como Carlos Zeferino Pinto Coelho ou Manuel Maria da Silva Bruschy[123].

O resultado das eleições, marcadas para 2 de Maio de 1858, haveria de ser uma grande derrota para a oposição coligada. Alguns dos nomes mais significativos de cada partido, incluindo os Regeneradores, tiveram dificuldade em ser eleitos ou acabaram por ficar de fora do Parlamento. A imprensa Regeneradora assegurava que tinham havido pressões e ilegalidades aplicadas pelo governo e pelos Históricos para obter um resultado favorável[124]. Com ou sem ilegalidades, o governo de Loulé e Ávila recuperava uma maioria confortável para governar; a conjuntura, contudo, haveria de lhes trazer graves problemas.

Os acontecimentos do fim da década de 1850 compeliram Regeneradores e Históricos a definir os seus posicionamentos de forma mais marcada, dando assim origem à ideia de que os Regeneradores se colocavam no sector mais conservador do sistema liberal. Se a propósito da questão da barca *Charles et George* a reacção dos Regeneradores se enquadrou mais como patriotismo do que conservadorismo, na polémica das Irmãs da Caridade os campos extremaram-se definitivamente, contribuindo, aliás, para a queda do governo Histórico[125]. A campanha contra as Irmãs da Caridade teve início em 1858, promovida pela imprensa Histórica[126]. Devido a essa campanha anticlerical dos Históricos, o governo lançou um decreto em que autorizava a permanência das freiras em Portugal, para fins assistenciais, mas em que as retirava do ensino. Este decreto, porém, ficou aquém do desejado para os dois sectores que se haviam desenvolvido: os anticlericais, formados pelos sectores mais radicais dos Históricos e por vários órgãos da imprensa, como o *Português* ou o *Asmodeu*, um jornal satírico, exigiam a expulsão definitiva das Irmãs da Caridade e a laicização do ensino; os apoiantes das freiras, que reuniam uma boa parte da elite política e da aristocracia,

[123] *A Nação*, 13 de Abril de 1858, p. 1.
[124] *Revolução de Setembro*, 4 e 5 de Maio de 1858, p. 1. A *Revolução* afirmava que a polícia de Lisboa, a mando do governo, tinha espalhado cartazes contra a oposição pelas ruas da cidade; *Revolução de Setembro*, 4 de Maio de 1858, p. 1.
[125] *Charles et George* foi um navio francês, acusado de tráfico de escravos e, por esse motivo, apresado em Moçambique. A situação deu origem a um conflito diplomático entre os dois países, que levou a França a ameaçar cortar relações com Portugal, a exigir uma indemnização e, inclusive, a insinuar que estava disposta a atacar por via naval a cidade de Lisboa. O governo português, nessas circunstâncias, foi acusado de inacção e de fraqueza face às ameaças veladas da diplomacia francesa; GOMES, 1907, vol. XII, pp. 141-143; PERES, 1935, vol. VII, pp. 343-349; SARDICA, 2013 (a), pp. 245-249.
[126] Tratava-se de freiras francesas que tinham começado a chegar a Portugal em 1819, e que se tinham mantido no território nacional devido às frequentes epidemias de cólera e febre-amarela. Para além de funções assistenciais, ministravam também ensino em instituições religiosas; PERES, 1935, vol. VII, pp. 350-351.

para além da maior parte dos Regeneradores e Legitimistas, indignavam-se com a proibição[127]. O governo era, mais uma vez, acusado de fraqueza e de se revelar incapaz de se definir ideologicamente.

No que diz respeito ao Partido Regenerador, vários dos seus membros defenderam publicamente não só a permanência das Irmãs da Caridade em Portugal, como a importância da sua acção no ensino. Um dos mais entusiastas foi Casal Ribeiro, que exigia a liberdade religiosa e, em simultâneo, se opunha às doutrinas do racionalismo e do ateísmo[128]. Graças a contributos como este, firmou-se neste período a percepção do Partido Regenerador como um partido não apenas conservador, mas próximo da Igreja Católica, noção essa que haveria de se manter na opinião pública nas épocas seguintes, mas que os factos nem sempre confirmaram, como veremos mais à frente.

O golpe definitivo no primeiro governo de Loulé, o «nado-morto», como lhe chamou Maria de Fátima Bonifácio, foi a negociação do contrato do caminho-de-ferro do Norte e do Leste com o empresário britânico Samuel Morton Petto[129]. O empresário em questão tinha recebido a adjudicação da linha férrea que ligava Lisboa e Porto, mas não cumprira o acordado, e o governo foi pressionado pela oposição a rescindir o contrato. Morton Petto apresentara então uma segunda proposta de contrato actualizada, que deveria ser apreciada, e eventualmente aprovada, pela Comissão da Fazenda. Apesar de o governo ter maioria nessa comissão, correram rumores que iria ser derrotado na votação, rumores esses que se juntaram às insinuações de que existiria favorecimento de Loulé ao empresário britânico. Fragilizado pelas polémicas da barca *Charles et George* e das Irmãs da Caridade, Loulé preferiu não esperar para ver os resultados da votação e apresentou a demissão ao rei.

D. Pedro V deu então início a uma série de entrevistas para encontrar os sucessores, sendo aparente que não fazia tenções de empossar um governo estritamente Regenerador. O monarca terá consultado o visconde de Castro, o Conde de Lavradio e o Duque de Saldanha, tendo todos recusado a oferta. Segundo José Miguel Sardica, Fontes Pereira de Melo tentou ser chamado à presença do rei para se apresentar como

[127] BONIFÁCIO, 1999, p. 254; GOMES, 1907, vol. XII, pp. 147-148; NETO, 1998, pp. 298-310; SARDICA, 2013 (a), pp. 242-243.
[128] LUCAS, 2012, pp. 52-55.
[129] BONIFÁCIO, 2001, pp. 989-1012.

possível líder do governo, mas o monarca não mostrou interesse em vê-lo[130]. D. Pedro acabou por convocar o Duque da Terceira, antigo militar liberal, que passara pelo Cartismo e pelo Cabralismo, mas que se mantinha afastado da política desde o golpe da Regeneração. Era, portanto, uma escolha que permitia limitar a acção dos Regeneradores e, principalmente, restringir o poder de Fontes Pereira de Melo, por quem D. Pedro sentia uma particular inimizade[131].

Para a composição do governo, Terceira, que ficou com a Presidência, os Negócios Estrangeiros e a Guerra, convidara outro Cartista, Adriano Ferreri, que tinha a pasta da Marinha e Ultramar. Do lado dos Regeneradores, Fontes encarregara-se do Reino, deixando a Fazenda para Casal Ribeiro e a Justiça para Martens Ferrão. A nota mais curiosa do elenco era António de Serpa Pimentel nas Obras Públicas; Serpa fizera parte da Comissão Central Histórica de 1856, mas em algum momento se afastara do partido e, em 1859, parecia ter já dado todo o seu apoio aos Regeneradores. D. Pedro mostrava-se satisfeito com a solução encontrada, afirmando que a queda de Loulé tivera como resultado a chamada ao poder dos "mais competentes sustentáculos do Ministério que caiu com Saldanha"[132]. A imprensa Regeneradora considerava o executivo um governo de fusão entre as duas correntes dominantes da política da época, mas ainda assim uma fusão assente "em principios, e que dará de si um governo liberal e civilisador"[133].

A acção deste governo ficou marcada em especial pela lei eleitoral de 1859, a que mais à frente iremos aludir detalhadamente. Para além disso, o executivo fez um esforço para evitar a questão das Irmãs da Caridade, o que terá sido uma manobra inteligente se pensarmos no que o governo de Loulé enfrentara. Depois de a lei eleitoral ser aprovada, e com a justificação de ser necessário aplicá-la para avaliar o novo regime, as Cortes foram dissolvidas e as eleições foram convocadas para Janeiro de 1860. O contexto era, agora, diferente do que se vira em 1858. Os Regeneradores, no governo, tinham uma estrutura estatal e administrativa na qual se apoiar para garantir uma votação a seu favor, o que Fontes não desperdiçou enquanto ministro do Reino. O seu objectivo de manter a coligação com Cartistas e Legitimistas falhou parcialmente, uma vez que apenas os Cartistas do Conde de Tomar aceitaram o repto. E mesmo dentro

[130] SARDICA, 2013 (a), p. 252.
[131] D. Pedro referia-se a Fontes, ironicamente, como D. Magnífico; MÓNICA, 2005, pp. 93-94.
[132] MÓNICA, 2000, p. 295, carta de D. Pedro V para o Príncipe Alberto de 26 de Março de 1859.
[133] *Revolução de Setembro*, 17 de Março de 1859, p. 1.

do Partido Regenerador a situação começava a alterar-se: José Estêvão entrara em conflito com o seu partido pela renovação do convite aos Legitimistas, deixando de escrever na *Revolução de Setembro* no fim de 1859, e acabando por vender a sua parte do jornal no início de 1861[134].

Sem precisarem de grandes manobras partidárias, os Regeneradores reuniram a Comissão Central a 3 de Dezembro de 1859, no Teatro D. Fernando, em Lisboa, mas o elenco não foi publicitado[135]. Os Históricos passaram o mês de Dezembro a clamar contra as artimanhas do governo, mas de nada lhes valeu. Segundo a *Revolução de Setembro*, os Regeneradores teriam obtido mais de uma centena de deputados, um valor que parece exagerado quando analisamos as inclinações partidárias dos deputados eleitos[136]. Ainda assim, a vitória nas eleições de 1 de Janeiro de 1860 era do governo o que, a bem da verdade, não era uma surpresa, dado que as vitórias governamentais ocorriam em virtualmente todas as eleições. Em todo o caso, o Partido Regenerador e o governo continuavam a controlar o Parlamento.

Na pasta da Fazenda, Casal Ribeiro começou a planear reformas financeiras, que para alguns pareciam ser arriscadas. Em carta a Fontes, Saldanha avisava disso mesmo: "Fallando hontem (…) com o amigo Cazal Ribeiro sobre o estado assustador das nossas finanças, vi que elle está resolvido a fallar verdade ao paiz apresentando o triste estado financeiro em que nos achamos (…), mas apresentando ao mesmo tempo o modo de o remediar. Este remedio é o augmento dos empostos na proporção necessaria pª fazer face aos encargos do Governo. É sem duvida o augmento dos empostos o remedio efficaz, mas permita me V. Ex.ª que fazendo uso da minha medecina lhe diga que nem sempre é possivel applicar o remedio q[ue] se conhece como o mais efficaz; é para esso necesario attender ao estado das forças do enfermo; e se o doente tem pelo remedio uma repugnancia tal, que prefere morrer a fazer delle uso a sua applicação é impossivel. (...) O Paiz não quer augmento de empostos e ainda quando V.V. Ex.as obtenham na proxima eleição grande maioria, muito duvidosa é para mim, que essa maioria se preste a votar os impostos na escala indespensavel"[137].

[134] SARDICA, 2013 (a), p. 261; TENGARRINHA, 2011, p. 48.
[135] *Revolução de Setembro*, 4 de Dezembro de 1859, p. 1. Tudo leva a crer que a constituição da comissão ter-se-ia mantido desde 1858; SARDICA, 2013 (a), pp. 259-260.
[136] *Revolução de Setembro*, 8 de Janeiro de 1860, p.1; *O Comércio do Porto*, 9 de Janeiro de 1860, p. 1.
[137] BNP, Reservados, CFPM, cx.1, carta do Duque de Saldanha de 16 de Dezembro de 1859.

As coisas até podiam ter corrido bem ao governo se, de repente, não tivessem morrido os seus dois membros Cartistas: Adriano Ferreri teve uma congestão cerebral em plena Câmara dos Deputados a 9 de Março de 1860, e acabou por falecer poucos dias depois[138]; a 26 de Abril falecia o Duque da Terceira, vítima de pneumonia. O governo entrava em crise por falta de chefe, o que se devia principalmente à recusa de D. Pedro em aceitar promover Fontes Pereira de Melo: dizia D. Pedro que "Fontes quer a todo o custo escalar a presidência, e eu forcejo por afastá-lo de uma situação a que nada o chama, além da sua ambição, e que multiplicaria entre nós relações dificilmente amigáveis"[139]. A solução encontrada foi trazer Joaquim António de Aguiar para a Presidência – o que só terá sido possível depois de vencer a hesitação de Aguiar com a oferta de um lugar no Conselho de Estado como contrapartida[140]. Desta forma o rei não só travava as ambições de Fontes no governo como também lhe tirava poder dentro do Partido Regenerador: tendencialmente era o líder do partido a presidir aos governos; ser preterido para o governo era sintomático de que Fontes ainda não controlava totalmente os Regeneradores. Para as pastas da Guerra e da Marinha entraram, respectivamente, o Barão da Senhora da Luz e José Marcelino de Sá Vargas, Cartistas mas próximos de Saldanha. Era a solução possível, mas não algo que agradasse ao rei: dizia D. Pedro que "não é um ministerio que se faz; é um ministerio que se concerta. Não é uma cabeça que procura um corpo; é um corpo á procura de uma cabeça"[141].

Também José Estêvão entrava em conflito com o governo por ter sido preterido para uma das pastas vagas. Depois de ter colaborado na lei eleitoral, o antigo radical teria esperado uma gratificação de acordo com a sua influência. Face à ausência de convites Estêvão zangou-se definitivamente com os Regeneradores, fundando mais tarde um novo jornal, *A Liberdade*, onde viria a apresentar o seu prometido – mas nunca realizado – novo partido, para o qual só conseguiria roubar aos Regeneradores o deputado Latino Coelho[142].

O governo começou então a dividir-se em dois, ficando, de um lado, Fontes com os seus mais próximos Regeneradores, como Casal Ribeiro, Martens Ferrão e já então António de Serpa, e, do outro lado, os restantes membros do executivo. As propostas

[138] Foi substituído temporariamente por Fontes, que acumulou o Reino com a Marinha.
[139] VILHENA, 1921, vol. II, p. 83.
[140] SARDICA, 2013 (a), p. 264.
[141] BARREIROS, 1904, vol. II, p. 181, carta de D. Pedro V de 30 de Abril de 1860.
[142] TENGARRINHA, 2011, pp. 48-49. Latino Coelho viria mais tarde a continuar o trajecto para o radicalismo, passando pelos Reformistas e terminando no Republicanismo.

financeiras do governo não lhe trouxeram simpatias da oposição ou do público, pelo que Aguiar, aproveitando uma votação que ficara empatada na Câmara dos Deputados, tratou de pedir a demissão sem mais delongas. Nem os Regeneradores perceberam totalmente o que motivara a queda do governo[143].

Os anos que se seguiram representaram uma mudança de paradigma na política portuguesa, não apenas devido à acção dos partidos, mas também pela mudança do titular da Coroa: D. Pedro V, que viria a falecer em 1861, fora um rei muito interventivo, com uma aparente tendência para o sector dos Históricos, nem que fosse pela sua relação pessoal com o Marquês de Loulé, seu tio; já D. Luís, irmão e sucessor, teria uma atitude muito mais contida no plano político. A década de 1860 foi também o período em que finalmente se aplicou a política de fusão e conciliação que muitos tinham desejado em 1851, e em que o seu fracasso foi mais evidente: o falhanço do «Ministério da Fusão» abriu uma crise política que só viria a terminar em 1871.

Mas no início da década o que se viu não foi conciliação. Depois do fim do governo de Aguiar, regressou ao poder o Marquês de Loulé, e regressou também às primeiras páginas a polémica das Irmãs da Caridade. A principal voz da opinião popular anticlerical era a Associação Patriótica, que nascera durante a campanha de 1857-1858, e que organizava *meetings* com audiências cada vez maiores; constava até que José Estêvão tinha ligações à Patriótica[144]. O Partido Histórico enfrentava divisões internas, fraccionado entre o sector de Loulé, que apoiava o governo, e o sector mais radical, conhecido como «unha preta». A morte de D. Pedro e os tumultos que se lhe seguiram forçaram a resolução do problema do governo, tanto com a Patriótica como com a unha preta dos Históricos: por ser considerada como organizadora dos motins – que se dirigiram principalmente contra membros do governo e do anterior gabinete Regenerador – a Associação Patriótica foi dissolvida e os seus principais líderes foram detidos[145]; no Parlamento foi criada uma comissão especial para debater a acção do governo face aos acontecimentos, na qual pontificava Joaquim Tomás Lobo de Ávila, antigo Regenerador tornado líder da unha preta Histórica. A aproximação ao sector radical do Partido Histórico permitiu a Loulé deixar de depender de António José de Ávila e dos seus amigos, o que se traduziu numa reformulação governamental em Fevereiro de 1862: Ávila, Carlos Bento e Morais Carvalho saíam, dando lugar a

[143] *Revolução de Setembro*, 3 de Julho de 1860, p. 1.
[144] SARDICA, 2013 (a), pp. 270 e 279.
[145] *Revolução de Setembro*, 31 de Dezembro de 1861, p. 2.

Anselmo José Braamcamp, Joaquim Tomás Lobo de Ávila, José da Silva Mendes Leal e Gaspar Pereira da Silva, com a concordância de José Estêvão[146]. Tinha assim início o primeiro governo verdadeiramente Histórico.

A partir daí os Históricos puderam pôr em prática um conjunto de medidas fundamentais não só na transformação política do país, mas também na tradução dos princípios do liberalismo progressista em realidade: aprovando a legislação que expulsava definitivamente as Irmãs da Caridade, e que os grupos anticlericais tão energicamente tinham exigido; abolindo o monopólio do tabaco e liberalizando a sua produção e comércio; e abolindo os morgadios, à excepção do da Casa de Bragança, destinado ao herdeiro do trono. Se num primeiro momento esta modernização legislativa pareceu promissora, em pouco tempo se veio a revelar uma dor de cabeça para Loulé.

Lobo de Ávila foi ganhando cada vez mais poder dentro do governo, e criando cada vez mais inimigos. Sá da Bandeira e Anselmo Braamcamp abandonaram o executivo, e a unha preta Histórica reactivou-se: o governo Histórico começou a desmoronar-se a partir do interior. A opção tomada então por D. Luís acabaria por estar na base da política da fusão[147]: em Abril de 1865, o rei convidou o Visconde de Sá da Bandeira – cada vez mais radicalizado – para formar governo, e este escolheu para a Fazenda António José de Ávila, já então elevado a Conde de Ávila[148]. Nem os Regeneradores nem os Históricos da «unha branca», mais moderados, ficaram satisfeitos: os Regeneradores reclamavam terem sido ultrapassados irregularmente na formação de governo, enquanto os Históricos se diziam humilhados por verem formar-se um governo que se dizia Histórico, mas que mais uma vez incluía os Avilistas. A oposição ao governo foi assim o motor das negociações para o acordo da fusão entre os dois partidos dinásticos, sendo os Históricos representados pelo Duque de Loulé, Anselmo José Braamcamp e José da Silva Mendes Leal, e os Regeneradores por Fontes Pereira de Melo, António Rodrigues Sampaio e Martens Ferrão[149]. Dentro do governo,

[146] José Estêvão acabaria por falecer precisamente na altura em que estaria prestes a obter o tão desejado lugar no governo, em Novembro de 1862.
[147] Várias décadas mais tarde José d'Arriaga diria mesmo que Regeneradores e Históricos iniciaram a fusão em 1865 "para fazerem a vontade ao rei"; ARRIAGA, 1911, p. 136.
[148] O governo tinha a particularidade de ter 4 ministros para 8 pastas: Sá da Bandeira na Presidência, Guerra e Marinha, Silva Sanches no Reino e Justiça, Ávila na Fazenda e nos Negócios Estrangeiros, e Carlos Bento nas Obras Públicas.
[149] *Revolução de Setembro*, 7 e 11 de Maio de 1865, p. 1.

porém, dividiam-se as posições: se Sá da Bandeira se opunha à projectada fusão, Ávila e Silva Sanches apoiavam-na.

Face a um Parlamento com uma maioria Histórica que lhe era cada vez mais hostil, o governo conseguiu a sua dissolução e a convocação de eleições para Julho de 1865. Regeneradores e Históricos uniram-se no lançamento de um manifesto dos deputados da Câmara dissolvida, e numa Comissão Eleitoral Progressista, presidida em simultâneo por Aguiar e Loulé[150]. Dentro do governo grassavam as divergências entre Sá da Bandeira e Ávila, o que acabaria por levar o executivo a uma vitória pouco clara nas eleições[151]. Poucos meses depois o governo pedia a demissão. Estava aberta a porta para a Fusão.

O «Ministério da Fusão», como haveria de ficar conhecido o governo misto que desempenhou funções entre 1865 e 1 de Janeiro de 1868, era uma iniciativa que pretendia juntar numa mesma administração membros tanto de Regeneradores como de Históricos, pondo assim em prática a conciliação prometida por muitos aquando da Regeneração. Contudo, desde cedo se tornou evidente que não existia equilíbrio de forças dentro do governo: os nomes mais sonantes do Partido Histórico declinaram a oferta, ficando de fora o seu líder, Loulé, e o seu braço direito, Anselmo Braamcamp. Do lado dos Regeneradores a situação foi inversa: para além de Aguiar, na Presidência e no Reino, entrou Fontes, para a Fazenda, ou seja, os principais nomes do partido lançavam mão à oportunidade para subir ao poder. O resto do executivo era composto por Augusto César Barjona de Freitas – um promissor professor da Universidade de Coimbra que iniciara no ano anterior a sua carreira parlamentar nos Regeneradores –, na Justiça, pelo Conde de Castro, nas Obras Públicas e Negócios Estrangeiros, pelo Visconde da Praia Grande de Macau, na Marinha – ambos Históricos de segunda linha – e pelo Conde de Torres Novas, um antigo militar liberal, na Guerra[152]. Se a recepção foi

[150] *Revolução de Setembro*, 16 e 19 de Maio de 1865, p. 1. A comissão era composta pelos dois presidentes já referidos, aos quais se juntavam Anselmo José Braamcamp, Fontes Pereira de Melo, António Rodrigues Sampaio, António de Serpa Pimentel, Augusto César Cau da Costa, Conde de Castro, Conde de Ficalho, Conde de Peniche, Joaquim José Rodrigues da Câmara, José da Silva Mendes Leal, Manuel Alves do Rio e Vicente Ferrer Neto Paiva. Martens Ferrão, que alegadamente fora um dos elementos dos Regeneradores a dirigir as negociações, assinou o manifesto com uma declaração autónoma, esclarecendo que o fazia "como acto meramente parlamentar"; *A Revolução de Setembro*, 16 de Maio de 1865, p. 2.

[151] A imprensa indica que a oposição conseguiu eleger entre 61 e 70 candidatos, apenas nos círculos do continente, o que representa entre 40 e 45% dos deputados; *Revolução de Setembro*, 12 de Julho de 1865, p. 1; *Comércio do Porto*, 12 e 13 de Julho de 1865, pp. 1-2. Ocorre, porém, que vários deputados tinham posicionamentos ambíguos, pelo que a maioria governamental não era garantida, como se veio a revelar.

[152] GOMES, 1907, vol. XII, pp. 239-240.

benévola por parte de todos os sectores políticos, o destino encarregou-se de trazer problemas ao governo.

Joaquim António de Aguiar tinha já uma idade avançada, e diversas maleitas incapacitavam-no de desempenhar as funções de Presidente e, especialmente, de ministro do Reino, uma das pastas mais fatigantes. Em Novembro de 1865 falecia o Conde de Torres Novas, sendo substituído pelo Regenerador Salvador Pinto da França, que fora seu chefe de gabinete; o prato Regenerador da balança do governo tornava-se cada vez mais pesado. A experiência de Pinto da França haveria de ser, contudo, bastante curta, tendo também ele falecido em Abril de 1866. Face a isto, e ao agravamento do estado de saúde de Aguiar, foi necessário proceder a uma remodelação do executivo, que acabaria por ser a machadada final na participação dos Históricos: em Maio de 1866, Martens Ferrão substituiu Aguiar no Reino, Casal Ribeiro entrou para os Negócios Estrangeiros e, pouco tempo depois, Andrade Corvo para as Obras Públicas. Fontes conseguia assim reunir os seus discípulos do «liberalismo novíssimo» mais uma vez, restando aos Históricos apenas o Visconde da Praia Grande de Macau[153]. Como Oliveira Martins diria acerca destes acontecimentos, o «Ministério da Fusão» tinha sido "o modo grave de o partido histórico se sumir"[154].

Apesar de ter progressivamente perdido o apoio dos Históricos e da opinião pública, o «Governo da Fusão» promoveu algumas medidas de relevo, que mais à frente discutiremos em detalhe: um novo Código Civil, um novo Código Administrativo – ambos alvo de críticas – uma nova lei de imprensa, novos projectos de impostos. Mas, se a opinião pública parecia não ter grande peso face ao governo, o aproveitamento que a oposição fez do seu descontentamento revelou-se fundamental para o fim do executivo: o Código Administrativo que o «Ministério da Fusão» aprovou pressupunha a supressão de um grande número de concelhos e freguesias, e não foi bem aceite pelas populações[155]; o novo imposto de consumo iria onerar especialmente os comerciantes, que se mobilizaram. A oposição começou a reunir-se em torno de centros radicais, nomeadamente o da Travessa da Queimada e o do Pátio do Salema, que faziam uso da táctica dos *meetings* para agitar a opinião pública, e que conseguiam apoios

[153] MARTINS, 1996, vol. II, p. 280.
[154] MARTINS, 1996, p. 281. A opinião de Oliveira Martins, ainda que talvez um pouco exagerada, tem um fundo de verdade: os Históricos voltariam ao governo apenas uma vez depois do «Ministério da Fusão», em 1869, sob a liderança do Duque de Loulé, mas seriam a breve trecho afastados pela «Saldanhada», e acabariam poucos anos depois por se fundir com os Reformistas no Partido Progressista.
[155] ALVES, LIMA, e URBANO, 2004.

crescentes[156]. Em Março de 1867 foi convocado para Lisboa o «*meeting* monstro», no qual terão comparecido entre cinco e seis mil pessoas[157]. No fim desse ano a situação descontrolou-se: nas eleições municipais de 29 de Dezembro, o governo ganhou em Lisboa, mas foi claramente derrotado no Porto; face à entrada em vigor do Código Administrativo e do imposto de consumo a 1 de Janeiro, e com o apoio do executivo camarário reeleito, os comerciantes do Porto decidiram fechar as portas dos estabelecimentos; em Lisboa a oposição radical foi a Belém falar ao Rei, e fez-se acompanhar de um grande número de populares que se envolveram em confrontos com a polícia[158]. A «Janeirinha», como ficou conhecido este movimento popular, marcou o fim do «Governo da Fusão», o início do "regime dos pequenos partidos políticos" e, principalmente, o regresso do Conde de Ávila ao poder[159].

Entre 1868 e 1871 sucederam-se 6 governos; emergiu o Partido Reformista, fruto da «unha negra» Histórica e adepto acérrimo das economias; ocorreu o último golpe militar do século. Os acontecimentos internacionais tiveram também impacto na vida política e social portuguesa: em Espanha a Rainha Isabel II foi destronada por um golpe militar em 1868, na sequência do qual várias figuras foram convidadas a ocupar o trono espanhol, entre elas o rei D. Luís e o seu pai, D. Fernando, o que exaltou novamente os ânimos do iberismo[160]. A atitude do Partido Regenerador foi, em face de todas estas transformações, a de tentar passar despercebido para se reforçar. Fez oposição aos governos de Ávila e de Sá da Bandeira, mostrou-se cordial com o governo de Loulé. Só alterou o seu posicionamento quando Saldanha ressurgiu na política para conseguir do Rei a demissão do Duque de Loulé e o convite para formar governo. O golpe de 19 de Maio de 1870, conhecido como «Saldanhada», forçara uma transição de governo fora dos moldes constitucionais, o que os Regeneradores lamentavam[161]. Mas mudaram o tom quando, a 26 de Maio, foi anunciado que o ministro do Reino seria António Rodrigues Sampaio, antigo radical tornado Regenerador ferrenho: o mesmo jornal que se insurgira contra a «ditadura militar» falava agora em ser "desculpavel o erro"[162]. A passagem de Sampaio pelo governo não iria, porém, ser longa: pouco mais

[156] CUNHA, 2003, p. 41; DÓRIA, 2004, pp. 35-37. Iniciativas do mesmo cariz foram também promovidas pela Associação Industrial Portuense e pela Associação Comercial de Lisboa.
[157] CUNHA, 2003, p. 51; DÓRIA, 2004, pp. 43-44.
[158] CUNHA, 2003, pp. 83-84.
[159] PERES, 1935, vol. VII, p. 380.
[160] Sobre a questão ibérica e o impacto do iberismo na sociedade portuguesa ver MATOS, 2006 e 2007.
[161] *Revolução de Setembro*, 20 de Maio de 1870, p. 1.
[162] *Revolução de Setembro*, 26 de Maio de 1870, p. 1.

de um mês depois pediu a demissão, supostamente por discordar do adiamento da abertura das Cortes. De uma assentada o Partido Regenerador colocava-se novamente na oposição ao governo, e declaravam sem efeito os acordos da fusão com os Históricos[163].

Fontes Pereira de Melo subiu então os últimos degraus na liderança dos Regeneradores. Joaquim António de Aguiar ainda era considerado o presidente do partido, mas quem se dirigia aos Regeneradores era Fontes[164]. Não foi por isso surpresa que quando, em 1871, o Rei desistiu de convidar para o poder figuras externas aos grandes partidos, tenha sido Fontes a assumir a presidência do que viria a ser o mais longo governo da Monarquia Constitucional. Abria-se assim uma nova fase na vida do Partido Regenerador, como mais à frente veremos.

1.1.2. A difícil liderança dos Regeneradores

O conceito de liderança está diretamente relacionado com todo o tipo de instituições ao longo da História da Humanidade, e os partidos políticos não são excepção. No caso das organizações partidárias, os líderes desempenham um papel muito significativo, sendo a face visível das decisões tomadas, confundindo-se muitas vezes com a própria noção do partido ou do programa apresentado. O caráter ambíguo das lideranças partidárias foi especialmente evidente durante o seu período inicial de formação, na segunda metade do século XIX. O lento processo de maturação e estruturação dos partidos foi assim um período durante o qual o «chefe» tinha um poder decisivo na organização. Para além disso, a liderança dos partidos estava a cargo de figuras de grande carisma, que monopolizavam em parte, quando não totalmente, o poder diretivo, não o delegando em órgãos subordinados, como comissões internas ou assembleias de representantes. Num meio dominado pelos caciques e influentes, o político com maior influência e carisma era aquele que congregava mais apoios e, consequentemente, se colocava numa posição de maior autoridade.

A génese do Partido Regenerador é muitas vezes atribuída à acção do Duque de Saldanha e de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Saldanha teria sido, segundo alguns autores, o primeiro líder Regenerador que, com o apoio do estratega Rodrigo da

[163] *Revolução de Setembro*, 16 de Julho de 1870, p. 1.
[164] *Revolução de Setembro*, 16 de Julho de 1870, p. 1.

Fonseca, teria conseguido afirmar a organização política[165]. Até o próprio Rodrigo é indicado em algumas obras como tendo sido líder dos Regeneradores, ao qual teria sucedido, por morte, Fontes Pereira de Melo[166]. Um dos que faz essa afirmação, colocando na chefia do partido Rodrigo da Fonseca, e retirando da galeria dos líderes Joaquim António de Aguiar, é Oliveira Martins, no seu *Portugal Contemporâneo*[167]. A importância de Rodrigo da Fonseca no processo de emergência do Partido Regenerador não pode, portanto, ser posta de parte. Não será, contudo, correcto afirmar que desempenhou as funções de líder, principalmente pelo carácter pouco consensual da sua figura. Mesmo no que diz respeito a Saldanha, a sua liderança é apenas do primeiro governo da Regeneração e não do partido, que só se forma efectivamente quando já está no poder Loulé. Assim sendo, não devemos pensar Saldanha como o primeiro líder Regenerador.

Quando Saldanha se retirou da presidência do governo, e foi afastado de uma posição de grande visibilidade na política portuguesa, em 1856, poderá ter sido para alguns evidente que seria Rodrigo da Fonseca a tomar-lhe o lugar, no momento em que finalmente se poderia falar num Partido Regenerador[168]. Contudo, Rodrigo da Fonseca tinha contra si sectores extensos da oposição, como vimos a propósito da sua eventual participação nas comissões eleitorais do Verão de 1856, e manteve sempre uma acção nos bastidores e não de visibilidade e chefia do partido. O grupo parece ter ficado, assim, momentaneamente sem um líder explícito, até ao aparecimento do nome de Joaquim António de Aguiar como chefe dos Regeneradores. Aguiar era uma figura de elevado prestígio na política liberal portuguesa, antigo ministro do Reino e da Justiça ainda no reinado de D. Pedro IV e empenhado defensor da liberdade – ao ponto de ficar conhecido como «Mata-Frades» pela legislação radical contra as ordens religiosas que elaborou em 1834. O nome de Joaquim António de Aguiar surge efectivamente como presidente do Centro Eleitoral Progressista (regenerador) no seu manifesto de 30 de Março de 1858[169]. Mas, por mais empenho que demonstrasse, Aguiar contava em 1858 com 66 anos de idade, já não tinha a força de outros tempos, e era mais uma imagem

[165] ARRIAGA, 1880, p. 258; SOUSA, 1983, p. 159; COELHO, 1908, p. 635.
[166] NORONHA, s/d, pp. 128-129.
[167] MARTINS, 1996, vol. II, p. 280.
[168] A saída do poder de Saldanha é apresentada por alguns autores como sendo da responsabilidade de D. Pedro, ao ter recusado a nomeação dos pares pedidos pelo governo, ou como tendo-se ficado a dever a intrigas parlamentares que pretendiam descredibilizar o governo; PERES, 1935, vol. VII, p. 340; CARNOTA, 1880, vol. II, p. 330.
[169] *Revolução de Setembro*, 4 de Abril de 1858, p. 1.

solene de que os Regeneradores precisavam para se consolidar do que um líder ágil que os guiasse. Segundo Marques Gomes, cronista dos eventos políticos destes anos, a chefia de Aguiar no Partido Regenerador era essencialmente nominal, sendo aquele substituído na grande maioria das situações por Fontes Pereira de Melo[170].

Joaquim António de Aguiar seguiu, assim, como líder dos Regeneradores durante vários anos, sem que nunca fosse contestado o papel que Fontes Pereira de Melo desempenhava dentro do partido. A liderança era, em certa medida, quase bicéfala, como se observa nos momentos em que assuntos mais delicados exigem a participação dos apoiantes do partido: em Julho de 1870 Joaquim António de Aguiar e Fontes Pereira de Melo convocaram e dirigiram juntos uma reunião do Partido Regenerador na qual foi tomada a decisão de pôr termo à colaboração com os Históricos, que tinha produzido o «Ministério da Fusão»[171]. E se, em 1865, Aguiar fora convidado pelo rei D. Luís para formar governo, em 1871 o equilíbrio de poderes dentro do Partido Regenerador já era diferente, e foi Fontes Pereira de Melo o escolhido para liderar o governo, o primeiro a ser formado unicamente por apoiantes do Partido Regenerador.

O momento em que Fontes Pereira de Melo efectivamente assumiu a liderança dos Regeneradores não é, portanto, fácil de apontar. Em 1865, quando se organizou o «Governo da Fusão», Fontes terá representado os Regeneradores com Martens Ferrão e António Rodrigues Sampaio, nas conversações com os Históricos, não existindo indicações do nome de Aguiar nessas reuniões[172]. Mas sabe-se que a imprensa Regeneradora prestou a Aguiar homenagens aquando da sua morte, em 1874, e que se referia a ele como líder do partido, ainda que isso pudesse dever-se apenas a uma questão de deferência[173].

Para aumentar a confusão, Oliveira Martins dá conta de ter existido uma luta surda pelo poder dentro dos Regeneradores depois da morte de Aguiar, que teria oposto Fontes a Casal Ribeiro[174]. Isto, para além de contradizer as próprias palavras de Oliveira Martins, que anteriormente tinha atribuído a liderança dos Regeneradores a Fontes logo na década de 50, parece também pouco provável, tendo em conta que Casal Ribeiro se

[170] GOMES, 1907, vol. XII, pp. 229 e 418-419.
[171] *Revolução de Setembro*, 16 de Julho de 1870, p. 1.
[172] *Revolução de Setembro*, 11 de Maio de 1865, p. 1.
[173] *Revolução de Setembro*, 28 de Maio de 1874, p. 1; *O Viriato*, 29 de Maio de 1874, p. 1.
[174] MARTINS, 1958, vol. I, p. 409.

encontrava em rota de afastamento em relação ao seu partido desde o fim do «Ministério da Fusão» e, especialmente, depois da subida ao poder dos Regeneradores em 1871[175].

Em todo o caso, Fontes Pereira de Melo revelou-se não só o primeiro líder consensual do Partido Regenerador, como também a epítome da chefia Regeneradora durante vários anos. Fontes confundia-se com o próprio partido, como sublinhou Bordalo Pinheiro no *Álbum das Glórias*: "É chefe do partido regenerador, e ao mesmo tempo que é chefe, é elle proprio o programma, o que lhe dá uma vantagem manifesta sobre o partido progressista seu principal adversario. Em logar de estar obrigado a uma lista de preceitos exarados em meia folha de papel almasso, está unicamente obrigado ao cumprimento da sua vontade, o que lhe deixa muito maior liberdade d'acção"[176]. Esta posição privilegiada era reconhecida também pelos seus adversários, como José Luciano de Castro, líder dos Progressistas, viria a assumir aquando da morte de Fontes: "O Partido Regenerador era ele e não sei como poderá substituí-lo. (…) O país e o rei com certeza perderam bastante, porque não vejo quem o substitua na direcção do Partido Regenerador, apesar de todos os defeitos da escola política que ele simbolizava"[177]. A visão política que adoptou ficou-lhe de tal forma colada à pele que a posterioridade a apelidou de Fontismo. Fontes Pereira de Melo inaugurou uma nova forma de fazer política e, principalmente para o que nos concerne, inaugurou uma nova fase do Partido Regenerador, pelo que não é surpreendente que a sua morte e sucessão tenham sido difíceis para o partido[178].

A escolha de António de Serpa Pimentel para o cargo, que mais à frente veremos em detalhe, foi a solução possível, mas levou a uma mudança de direcção no tipo de liderança dos Regeneradores. Serpa não era um líder consensual, mesmo entre os membros mais antigos do Partido Regenerador. Começara a sua carreira política pelos Históricos, tendo até sido membro da Comissão organizadora do Partido Progressista Histórico, em 1854, e do Centro Eleitoral Progressista Histórico, em 1856[179]. Transitara

[175] LUCAS, 2012, pp. 63-76.
[176] PINHEIRO e RIALTO, 2003, p. 16.
[177] MOREIRA, 1998, p. 232, carta de José Luciano de Castro para Oliveira Martins de 25 de Janeiro de 1887. Encontramos aqui um paralelismo com o político espanhol Canovas del Castillo, de quem foi dito precisamente o mesmo em relação ao seu partido: "*el partido conservador es Cánovas del Castillo*"; COMELLAS, 1965, p.312.
[178] Maria Filomena Mónica vai ao ponto de afirmar que foi Fontes que criou o Partido Regenerador, em 1871, o que talvez seja atribuir-lhe demasiado peso, e em simultâneo pôr de parte década e meia de manobras partidárias; MÓNICA, 1996, p. 1050.
[179] *O Português*, 30 de Agosto de 1854, p. 1, e 2 de Setembro de 1856, p. 1.

para os Regeneradores mas, segundo constava, Fontes e Serpa tinham-se desavindo depois da saída deste da pasta dos Negócios Estrangeiros em 1883. Em todo o caso, Serpa mostrara-se pouco inclinado para regressar à política, como confidenciara em carta a Fontes: "Não tenho nenhumas ambições politicas, nem quero mais ser ministro. V. Ex.ª sabe que na ultima vez que o fui, foi exclusivamente por deferencia e amisade para com V. Ex.ª"[180]. José Luciano de Castro acreditava "que lhe faltará a força para se impor àquela turba de ambiciosos inquietos e famintos" que compunha o Partido Regenerador[181].

Para além disso, Serpa, apesar de um brilhante escritor e académico, não se enquadrava dentro dos moldes tradicionais do estadista, especialmente quando se tratava de seguir as pegadas de Fontes: a sua personalidade um tanto distraída era motivo de gozo para os seus adversários, que o usavam como personagem de piadas[182]. A sua passagem pela chefia Regeneradora foi, por isso e pelo próprio contexto da época, uma fase de transição para o partido. Quando Serpa faleceu, em 1900, e foi sucedido por Hintze Ribeiro, o Partido Regenerador e a política portuguesa eram realidades muito diferentes daquelas que Fontes Pereira de Melo tinha enfrentado.

1.2. Ideologia

> "Ha em Portugal quatro partidos: o partido *historico*, o *regenerador*, o *reformista* e o *constituinte*. (…) Os quatro partidos officiaes, com jornal e porta para a rua, vivem n'um perpetuo antagonismo: são irreconciliaveis. (…)
>
> O partido *regenerador* é constitucional, monarchico, intimamente monarchico, e lembra nos seus jornaes que é necessaria a economia.
>
> O partido *historico* é constitucional, bastante monarchico e prova irrefutavelmente que é assaz aproveitavel a idéa da economia.
>
> O partido *constituinte* é constitucional e monarchico e já subida attenção á economia.
>
> O partido *reformista* é monarchico, é constitucional e é doidinho pela economia.
>
> Todos quatro são catholicos.
>
> Todos quatro são centralisadores.
>
> Todos quatro teem o mesmo affecto á ordem.
>
> Todos quatro querem o progresso, e citam a Belgica.
>
> Todos quatro estimam a liberdade."[183]

Uma das ideias generalizadas na sociedade portuguesa do século XIX, e reforçadas pela crítica intelectual a partir da década de 1870 – a que o excerto irónico

[180] BNP, Reservados, CFPM, cx. 2, carta de António de Serpa Pimentel de 16 de Janeiro de 1887.
[181] MOREIRA, 1998, p. 232, carta de José Luciano de Castro para Oliveira Martins de 25 de Janeiro de 1887.
[182] NORONHA, 1913, pp. 146-148.
[183] QUEIRÓS e ORTIGÃO, Maio de 1871, pp. 53-54.

d'*As Farpas* citado em epígrafe se refere – foi a de que as organizações políticas portuguesas da época não se distinguiam ideologicamente e defendiam na realidade os mesmos princípios sob diferentes disfarces. Luz Soriano, historiador e antigo deputado, dizia que entre 1851 e 1868 os grupos partidários tinham-se "baralhado uns com os outros", acabando ambos formados tanto por cartistas como por setembristas[184]. Essa noção prolongou-se ao longo da segunda metade do século XIX a toda a estrutura política oitocentista, e ficou também associada à imagem negativa do «Rotativismo», a «lenda negra» difundida por João Franco no início do século XX – uma troca de lugares entre dois partidos que na prática não alterava a realidade política nacional.

A historiografia procurou, entretanto, afastar-se deste paradigma, mas os debates sobre a ideologia do Partido Regenerador têm decorrido com base em duas premissas contraditórias: por um lado, a ausência, até bastante tarde, de um programa partidário onde fossem explicitadas as principais ideias defendidas pelo partido e a política que pretendia seguir[185]; por outro lado, a pertença do Partido Regenerador ao sector conservador do panorama político português[186]. Se a primeira afirmação é verdadeira, uma vez que o primeiro texto com carácter de exposição programática em moldes modernos só foi apresentado em Janeiro de 1910, como mais à frente veremos, também é verdade que existiram, ao longo do tempo, elementos que nos permitem contornar a inexistência de programas e analisar, ainda que com reservas, a ideologia do Partido Regenerador; no que diz respeito à segunda premissa – do Partido Regenerador como representante do conservadorismo monárquico – uma análise detalhada da acção do partido pode levar-nos a conclusões diversas.

1.2.1. Manifestos e programas políticos

Apesar de os programas políticos no sentido formal do termo terem sido uma realidade tardia na política portuguesa, é possível compensar essa ausência com a análise de textos de várias índoles que revelam algum conteúdo programático[187]. Em 1856, ano que, como vimos, foi simbólico para todos os agrupamentos políticos portugueses e, principalmente, para os Regeneradores, o Partido Regenerador parece ter

[184] SORIANO, 1887, vol. II, p. 410.
[185] Alguns exemplos desta questão na historiografia são: LOPES, 2010, p. 266; RAMOS, 2006 (a), p. 131; SOUSA, 1983, p. 159.
[186] FERNANDES, 2012 (c), p. 40; PRAÇA, 1997, p. 56; SOUSA, 1983, p. 159.
[187] MACEDO, 1971, pp. 375-423.

optado por contrariar os seus adversários, que se multiplicavam na apresentação de manifestos, não trazendo a público nenhum texto oficial[188]. Contudo, e possivelmente motivados pelas críticas lançadas por esses mesmos adversários à aparente falta de interesse dos Regeneradores em trazer a público um texto que expressasse os seus ideais, dois membros da nova geração Regeneradora, João Andrade Corvo e José Maria do Casal Ribeiro, fizeram publicar no jornal que dirigiam, *A Civilização*, um documento onde apresentavam algumas linhas orientadoras para a política Regeneradora[189].

Começavam os autores por tentar devolver as críticas aos restantes grupos políticos, dizendo que "Entre programmas de papel e programmas de factos a opção é fácil", numa alusão às medidas implementadas no período entre 1851 e 1856, durante o qual alguns dos membros daquilo que viria a ser o Partido Regenerador tinham desempenhado funções ministeriais sob a presidência do Duque de Saldanha[190]. Aliás, é de referir que os Regeneradores iriam, ao longo dos anos, remeter uma parte significativa dos seus sucessos a esse primeiro governo, que como vimos não pode ser considerado Regenerador, mas que ganhou uma aura quase mítica na história do partido. Continuando o texto, eram feitas referências àqueles que tinham sido os principais feitos do governo de Saldanha e Fontes, e que Andrade Corvo e Casal Ribeiro consideravam como exemplos de um programa de acção Regenerador: "a liberdade da palavra e da escripta", "o direito d'associação reconhecido e respeitado; a abolição da espionagem politica; (…) o goso pleno de todas as garantias constitucionaes", "a tolerancia que presidia a todos os seus actos", "a inauguração e andamento das obras publicas em larga escala", "os esforços a favor do equilibrio entre as subsistencias e os salarios", "a remuneração effectiva dos serviços prestados á nação", "a criação de um grande numero de cadeiras de instrucção". Todas estas medidas, postas em prática entre 1851 e 1856, simbolizavam, para os redactores, um programa partidário efectivamente realizado, que dispensava a publicação de manifestos eleitorais. Terminavam, nesse sentido, com uma crítica aberta aos outros grupos políticos: "Compare-se agora este programma de factos

[188] Os manifestos dos restantes grupos foram publicados nos jornais de cada parcialidade, respectivamente *O Português* para os Históricos, *Imprensa e Lei* para os Cartistas e *A Nação* para os Legitimistas; *O Português*, 6 de Setembro de 1856, pp. 1-3; *Imprensa e Lei*, 3 de Setembro de 1856, p. 1; *A Nação*, 18 de Outubro de 1856, pp. 1-2.
[189] *A Civilização*, 4 de Outubro de 1856, p. 1.
[190] *A Civilização*, 4 de Outubro de 1856, p. 1.

com as manhosas promessas de seus adversarios, e diga-se de que lado estão as verdadeiras bases da nossa futura prosperidade"[191].

Neste texto era ainda lançado um tipo de argumentação que seria mantido por militantes e defensores da política Regeneradora, e que tomaria parte na visão historiográfica que desde então envolveu os Regeneradores – a identificação do Partido Regenerador com a política dos melhoramentos materiais: "O programma da regeneração foi a inauguração e andamento das obras publicas em larga escala. São os caminhos de ferro, que devem reformar as nossas condições economicas, pondo os centros de producção ao alcance dos centros de consummo; que devem ser as grandes arterias que levem a vida aos membros entorpecidos do solo portuguez. São os telegraphos electricos para a rapida transmissão do pensamento"[192]. Ou seja, o programa do Partido Regenerador, segundo alguns dos seus membros, era mais a listagem das obras públicas realizadas do que a ideologia que guiava a sua acção.

Surgiu assim entre a cúpula do partido uma consciência de estarem acima dos programas políticos e de não dependerem deles, como é possível ver nos discursos de apresentação dos governos Regeneradores na Câmara dos Deputados. Logo em 1859, o Duque de Terceira declarava que o governo ao qual presidia, e que era uma coligação com maioria Regeneradora, não tinha programa, e que restava ao parlamento esperar pelas suas acções para o avaliar[193]. Em 1860, Joaquim António de Aguiar, sucessor de Terceira, dizia não ter de apresentar nenhuma exposição de princípios[194]. Anos mais tarde, o mesmo Joaquim António de Aguiar, desta vez ao comando do «Governo da Fusão», declarava que "O ministerio não faz programma de principios geraes, porque é inutil, n'estes principios geraes concordâmos todos"[195]. Em 1871, na apresentação do primeiro governo a que presidiu, Fontes Pereira de Melo dizia que não tinha programa "porque os programmas estão desacreditados, e o paiz não se fia n'elles"[196]. Quando regressou ao poder em 1878, Fontes mantinha a mesma postura: "posso dispensar-me de apresentar um programma politico"[197]. E António Rodrigues Sampaio, quando foi incumbido por Fontes de liderar o gabinete Regenerador em 1881, declarou que "Não trazemos programma feito, porque desejâmos antes fazer alguma cousa boa e util sem

[191] *A Civilização*, 4 de Outubro de 1856, p. 1.
[192] *A Civilização*, 4 de Outubro de 1856, p. 1.
[193] *DCD*, 17 de Março de 1859, p. 130.
[194] *DCD*, 2 de Maio de 1860, p. 11.
[195] *DCD*, 5 de Setembro de 1865, p. 2049.
[196] *DCD*, 13 de Setembro de 1871, p. 626.
[197] *DCD*, 30 de Janeiro de 1878, p. 283.

elle, do que fazer programma que póde ser que não possamos cumprir"[198]. A postura dos Regeneradores só se alterou a partir de 1890, com a subida ao poder do governo de António de Serpa Pimentel, no rescaldo do *Ultimatum* britânico, ou seja, num momento em que, para além dos seus inimigos tradicionais, os Regeneradores enfrentavam também a ameaça de um Partido Republicano cada vez mais forte, e numa conjuntura em que se tornava evidente que a política tinha de ser reformada[199].

Se não consideravam necessário explanar as suas ideias em momentos simbólicos como a apresentação de governos no Parlamento, ou publicar programas partidários, restavam apenas as épocas eleitorais como momentos em que o debate político forçava os Regeneradores a trazer a público alguns dos princípios que defendiam.

Em Maio de 1858, o gabinete do Marquês de Loulé convocou eleições, no seguimento do conflito que emergira entre o governo Histórico e a oposição Regeneradora e Cartista em ambas as câmaras[200]. O grupo Regenerador fez publicar na *Revolução de Setembro* um manifesto eleitoral, por julgar ser "seu dever expôr aos eleitores os motivos que o determinaram a constituir-se e o fim a que se dirigem os seus esforços"[201]. No texto os Regeneradores salientavam a opção tomada pelo executivo Histórico ao entrar em funções em 1856, quando declarara seguir a mesma política que os seus antecessores por ser esta a mais necessária ao país no momento, mas, "não podendo contrariar em theoria o systema dos seus adversarios, desvirtuou-o na practica, declarando que o seguia quando só o desfigurava"[202]. Segundo o manifesto Regenerador, a empresa dos melhoramentos materiais, que fora a grande bandeira do governo de Saldanha, fora posta em suspenso, sendo pedidos empréstimos para contratos que se revelaram ruinosos, e que punham em causa a política das economias tão energicamente defendida pelos Históricos. A dissolução da Câmara dos Deputados fora "promovida por uma questão de capricho", uma vez que "O parlamento era pesado ao ministerio", por se lhe opor com cada vez maior clareza[203]. Os Regeneradores instavam por isso aqueles cidadãos que desejassem governo, administração e prosperidade para o Estado.

[198] *DCD*, 26 de Março de 1881, p. 1134.
[199] *DCD*, 15 de Janeiro de 1890, pp. 57-58.
[200] BONIFÁCIO, 2001, pp. 994-995.
[201] *Revolução de Setembro*, 4 de Abril de 1858, p. 1.
[202] *Revolução de Setembro*, 4 de Abril de 1858, p. 1.
[203] *Revolução de Setembro*, 4 de Abril de 1858, p. 1.

Este manifesto está longe de ser revelador dos princípios defendidos pelo Partido Regenerador. Trata-se, acima de tudo, de um ajuste de contas com os Históricos, que se haviam lançado ferozmente contra o governo de Saldanha, mas que agora mantinham no poder um executivo, liderado por Loulé e internamente manobrado por António José de Ávila, que, no essencial, "adoptou o programa da Regeneração", mas que não lhe fez justiça[204]. Ainda assim, a publicação do manifesto do Centro Eleitoral Progressista é simbólica, porque representou o lançamento da coligação entre Regeneradores, Cartistas e Legitimistas. A 9 de Abril de 1858 os Regeneradores anunciavam ao governo que estavam "colligados com todos os partidos que o hostilisavam"[205].

Os aliados dos Regeneradores tinham as suas próprias circunstâncias internas complexas. Os Cartistas encontravam-se divididos entre o grupo principal – que António José de Ávila deixara órfão de líder quando entrara para o governo em 1857, agora presidido pelo Conde de Tomar – que tinha como órgão o jornal *O Parlamento*, e o grupo de José Bernardo da Silva Cabral, que se voltava a aliar ao irmão através do jornal *Rei e Ordem*. Os Legitimistas, que, como praticamente sempre ao longo da sua história, falavam através do jornal *A Nação*, mantinham essencialmente a mesma formação das eleições de 1856. Mas, dos textos apresentados pelos agrupamentos políticos na primeira metade de Abril de 1858, o que se pode concluir é que "Não existe qualquer sombra do que pudesse ser considerado um programa de governo conjunto", o que se devia principalmente ao facto de os manifestos eleitorais não serem sequer programas políticos das agremiações que os publicavam[206]. Para além dos Regeneradores, apenas os Cartistas do Conde de Tomar lançaram um manifesto, que era, tal como o seu congénere Regenerador, principalmente um dedo apontado ao governo Histórico[207].

Nos anos seguintes os Regeneradores mantiveram a estratégia de depreciar a ideia de apresentar um programa político, lançando apenas curtos manifestos em momentos-chave. Mas não foram os únicos. Em 1860 caiu o governo Regenerador/Cartista, fortemente criticado na imprensa e pressionado pelo

[204] *O Português*, 19 de Junho de 1856, p. 1. A manutenção da política do governo de Saldanha é tão representativa da plasticidade das ideologias deste período que José Miguel Sardica considera o gabinete do Marquês de Loulé como "programaticamente regenerador"; SARDICA, 2013 (a), p. 188.
[205] *Revolução de Setembro*, 9 de Abril de 1858, p. 1.
[206] SARDICA, 2013 (a), p. 232.
[207] *O Parlamento*, 14 de Abril de 1858, p. 1.

Parlamento[208]. O Marquês de Loulé foi novamente chamado para o substituir, coligando-se mais uma vez com António José de Ávila. Depois da sua apresentação na Câmara dos Deputados, o principal jornal Histórico perguntava "que necessidade tinha o novo ministerio de fazer um programma?". Tudo o que pudessem dizer seria apenas uma "futil repetição de um pensamento abraçado por todos aquelles para quem a administração do paiz não é uma palavra sem significação seria"[209]. Se, por um lado, este tipo de afirmações pareciam contraditórias no clima de progressiva definição e autonomização dos grupos políticos, por outro lado são coincidentes com os ideais de união, à época denominados de «pasteleiros», que desde 1851 eram professados por uma parte da elite política portuguesa[210].

No Parlamento o governo de Loulé foi recebido por uma maioria Regeneradora que, mesmo abraçando o pensamento dos melhoramentos materiais e da recuperação da economia, não deixava de se lhe opor nos momentos políticos cruciais. Em pleno drama com as Irmãs da Caridade, encurralado numa posição em que, para agradar às exigências da rua não podia contar com o apoio da maioria parlamentar, o ministério pediu ao rei a dissolução da Câmara dos Deputados, e obteve-a[211]. Foi no contexto destas manobras políticas que os deputados Regeneradores da Câmara dissolvida lançaram um manifesto, onde contavam a sua versão dos factos. Ainda que os homens tivessem mudado, as ideias eram as mesmas, pelo que a maioria Regeneradora dera o seu apoio ao governo Histórico, votando leis de significativa importância, e mostrando uma atitude de tal forma favorável que "da parte do augusto chefe do estado mereceu ella, no encerramento de seus debates, a mais significativa e lisonjeira demonstração, que em Portugal se tem dado, em occasiões similhantes, aos representantes do paiz"[212]. Contudo, e uma vez que o governo se recusara a discutir a lei de meios, como pretexto para encerrar as Cortes, os deputados Regeneradores tinham-se colocado em frontal oposição a Loulé, e apresentavam-se agora aos eleitores, "convencidos de terem interpretado, e defendido bem os sentimentos, os interesses, e os direitos dos seus constituintes"[213].

[208] SARDICA, 2013 (a), pp. 263-265.
[209] *A Opinião*, 7 de Julho de 1860, p. 1.
[210] SARDICA, 2013 (a), pp. 59-79.
[211] Esta polémica, mencionada anteriormente, tivera início em 1858 e só terminaria em 1862, com a expulsão das Irmãs da Caridade do país; sobre o debate público v. BONIFÁCIO, 1999, pp. 241-362.
[212] *Revolução de Setembro*, 31 de Março de 1861, p. 1.
[213] *Revolução de Setembro*, 31 de Março de 1861, p. 1.

A utilização de panfletos políticos como demonstração de desagrado face à dissolução da Câmara dos Deputados repetiu-se alguns anos mais tarde, aquando do surgimento do «Ministério da Fusão». Regeneradores e Históricos decidiram candidatar-se em coligação às eleições de Julho de 1865, fazendo publicar um texto de protesto contra o governo presidido por Sá da Bandeira, e no qual pontificava mais uma vez a figura de António José de Ávila[214]. O manifesto, assinado por uns expressivos 99 nomes, definia a fusão como "o abraço honroso de dois partidos, que, sem quebra reciproca, antes de darem as mãos, examinaram e firmaram os principios de commum accordo, e em favor da grande causa da civilisação e do progresso, que praticamente se cifra no bem dos povos, fizeram o sacrificio de quaesquer ressentimentos inherentes á lucta!"[215]. O resultado da eleição haveria de ser ambíguo, menos pela eficácia da acção da coligação Regeneradora/Histórica do que pelas cisões dentro do próprio governo. Face a esta conjuntura Sá da Bandeira optou por pedir a demissão do ministério.

Seguiu-se-lhe o «Ministério da Fusão», que se manteve em funções até à revolta da «Janeirinha», a 1 de Janeiro de 1868[216]. Alguns dias depois da revolta surgiu nos jornais um abaixo-assinado de deputados Regeneradores e Históricos, insurgindo-se contra a dissolução das Cortes pedida pelo recém-empossado governo do Conde de Ávila ao monarca. Neste texto eram enunciadas as principais medidas tomadas pelo anterior executivo: aquela fora "A camara que ampliou a desamortisação; que exonerou de mais pensões o estado criando o montepio official; que votou a reforma do serviço telegraphico com melhoria desse serviço, com publica vantagem e consideravel economia; que approvou o caminho-de-ferro do Minho, e as leis tão praticamente progressistas do credito agricola, das sociedades cooperativas, das sociedades anonymas, e dos pantanos; a camara que libertou o commercio dos vinhos do Douro, que ampliou as franquias da imprensa, que iniciou a descentralisação dilatando as bases da vida local, que poz em vigor o codigo civil, e resolutamente aboliu a pena de morte"[217]. Tratava-se, assim, do documento que mais se aproximava de um programa de governo da Fusão, com duas particularidades evidentes: era um programa de acção sem

[214] O Marquês de Loulé pediu a demissão do seu governo a 17 de Abril de 1865, depois de membros do executivo terem entrado em conflito. Sá da Bandeira foi encarregue por D. Luís de formar governo, o que só conseguiu com o apoio do Conde de Ávila: para além da presidência, Sá da Bandeira acumulou a guerra e a marinha, Silva Sanches ficou com as pastas do reino e da justiça, o Conde de Ávila recebeu a fazenda e os estrangeiros, e Carlos Bento da Silva as obras públicas.
[215] *Revolução de Setembro*, 16 de Maio de 1865, p. 1.
[216] CUNHA, 2003, pp. 78-87.
[217] *Revolução de Setembro*, 21 de Janeiro de 1868, p. 1.

formulação ideológica, remetendo-se a elencar medidas postas em prática sem justificar as opções tomadas; e, principalmente, era um texto póstumo.

Anos mais tarde, no contexto das eleições de 1879, convocadas pelo primeiro governo do Partido Progressista, os Regeneradores sentiram a necessidade de enviar aos seus influentes espalhados pelo país uma circular solicitando todos os apoios que estes pudessem mobilizar. As eleições, convocadas devido à "incompatibilidade constitucional que existe entre a camara electiva e o actual ministerio", representavam uma demonstração de força para os Progressistas, que pela primeira vez tinham a possibilidade de ganhar a maioria na Câmara dos Deputados depois da sua formação em 1876[218]. Anselmo José Braamcamp, presidente do Conselho, tinha a auxiliá-lo José Luciano de Castro, o principal talento dos Progressistas, na pasta do Reino, e conseguira um acordo que garantia o apoio dos Avilistas. Segundo a circular, o Partido Regenerador ia "aos collegios eleitoraes com a politica tradicional que o caracterisa, vinculada e consubstanciada com os mais importantes melhoramentos na ordem moral e material deste paiz no ultimo quarto de seculo"[219]. O texto não se alongava sobre qual era a política tradicional dos Regeneradores, ou quais tinham sido os importantes melhoramentos que tinham sido postos em prática, dispensando-se mais uma vez de prestar explicações. Alertava, isso sim, para a táctica do governo Progressista: "A substituição completa do pessoal administrativo, e as numerosas transferencias nos agentes do ministerio publico e nos empregados de fazenda, geram a desconfiança e fazem presumir manejos que assoberbam os eleitores"[220]. A estratégia governamental não era, porém, diferente daquela que tinha sido adoptada por governos anteriores, e que os Regeneradores voltariam a utilizar em 1881, como veremos em capítulo posterior. A circular, assinada por praticamente todos os nomes com relevo na organização Regeneradora, acabaria por não ter a eficácia desejada: o partido apenas conseguiu eleger cerca de 20 deputados, o que implicou uma aliança com os Constituintes de José Dias Ferreira para obter peso parlamentar.

É necessário avançar até ao fim da Monarquia para encontrar novamente um documento com indicações sobre a ideologia e os objectivos do partido. Na assembleia geral de 2 de Fevereiro de 1909, Júlio de Vilhena apresentou um conjunto de ideias que defendia serem o programa do Partido Regenerador, mas que, como o próprio afirmava,

[218] *Revolução de Setembro*, 13 de Julho de 1879, p. 2.
[219] *Revolução de Setembro*, 13 de Julho de 1879, p. 2.
[220] *Revolução de Setembro*, 13 de Julho de 1879, p. 2.

era um programa "escripto, não em discursos e promessas, que muitas vezes esquecemos, mas em factos que o nosso partido authenticou"[221]. Segundo Vilhena, tratava-se de regressar ao que os Regeneradores tinham feito até 1885, através de uma revisão da Carta Constitucional que fixasse as atribuições do poder executivo, à regulação dos direitos de dissolução, prorrogação e adiamento das Cortes, à reunião do Parlamento por direito próprio e à recuperação do pariato electivo. Segundo ele era necessário voltar a colocar em vigor a lei de imprensa de 1866, e definir os direitos de reunião e associação. Propunha ainda o estabelecimento de um "Tribunal Superior do Reino", ao qual todos os cidadãos poderiam recorrer, a aprovação da lei de responsabilidade ministerial, o aumento do investimento da instrucção primária, e a recuperação da reforma administrativa de 1878[222]. Mas Vilhena não chegou a pôr nenhum destes objectivos em prática porque abandonou a liderança dos Regeneradores no final desse mesmo ano.

Finalmente, o primeiro, e único, programa do Partido Regenerador surgiu apenas em 1910, poucos meses antes da Monarquia cair[223]. O texto foi apresentado por António Teixeira de Sousa, à data candidato à liderança do partido depois da saída de Júlio de Vilhena, perante os representantes Regeneradores reunidos em assembleia a 16 de Janeiro de 1910, no Centro Regenerador da Rua do Norte. Segundo Teixeira de Sousa, tratava-se de uma necessidade evidente, uma vez que "O partido regenerador não podia ter em 1910 o programma de 1851"[224]. O problema era os Regeneradores andarem praticamente desde 1851 a evitar apresentar um programa.

A candidatura de Teixeira de Sousa estava a ser fortemente atacada, dentro e fora do Partido Regenerador, pelo que este sentiu a necessidade de defender a sua iniciativa através de um programa de governo extenso e detalhado[225]. *O Século*, antigo jornal Republicano, comentava que se tratava de "um dos mais minuciosos programmas partidarios que teem sido elaborados"[226]. No preâmbulo do texto, Teixeira de Sousa

[221] *Diário Popular*, 3 de Fevereiro de 1909, p. 1.
[222] VILHENA, 1916, vol. II, pp. 195-201.
[223] Ver Anexo 1, pp. 3-27. Note-se que algo semelhante aconteceu com os Conservadores britânicos: apesar de existirem desde 1834, e de terem lançado alguns manifestos – nomeadamente o de Tamworth, desse mesmo ano – só em 1874 é que o Partido Conservador lançou um verdadeiro programa de acção, pela mão de William Gladstone; STEWART, 1978, pp. 95-96.
[224] SOUSA, 1912, vol. I, p. 115.
[225] Teixeira de Sousa enfrentava não apenas a oposição expectável dos partidos Republicano, Progressista e Nacionalista, mas tinha também como adversários os grupos Regeneradores ou dissidentes de Júlio de Vilhena, Campos Henriques e Wenceslau de Lima; SOUSA, 1912, vol. I, p. 390.
[226] *O Século*, 16 de Janeiro de 1910, p. 1.

afirmava que "liberal, dentro da lei e da ordem, terá, portanto, de ser o partido regenerador, para poder servir egualmente a nação e a Monarchia"[227]. Mas, segundo a historiografia recente, se fosse seguido, o programa "faria dos regeneradores o partido mais liberal entre os grupos monárquicos e um sério rival do reformismo republicano"[228]. Tratava-se de um extenso elenco de alterações legislativas para a política, educação, finanças, economia, exército e territórios ultramarinos: redução das capacidades legais dos governos em ditadura; reintrodução dos Pares electivos, como definido na lei de 1885; limitação do mecanismo de dissolução das Cortes, ou seja, redução dos poderes do Monarca no quadro constitucional; reintrodução do sistema eleitoral misto, como vigorara entre 1884 e 1901[229]; reintrodução da lei de imprensa de 1866, que previa a abolição de todas as restrições para a imprensa periódica; aumento do número de escolas e restabelecimento do Ministério da Instrução Pública[230]; investimento na assistência infantil e criação de maternidades em Lisboa e no Porto; recuperação do Código Administrativo de 1878, com o estabelecimento das juntas gerais de distrito; conversão da dívida pública interna e pagamento da dívida flutuante externa; promoção da venda de bens do Estado; transferência para os distritos das despesas com conservação de estradas; isenção de impostos à produção de arroz; modificação da legislação para permitir o aproveitamento dos latifúndios; proibição da produção e venda de bebidas alcoólicas nas colónias portuguesas, abolindo os impostos aos vinhos da metrópole; reforma do Exército, com investimento em armamentos e serviço militar obrigatório, ainda que reduzido; transferência do Arsenal da Marinha para o sul do Tejo, e construção de cruzadores, torpedeiros e submarinos; redução da despesa com os territórios coloniais; continuação da construção de caminhos-de-ferro e reparação da rede de estradas.

À primeira vista parecia um programa quase megalómano, mas essa percepção talvez se fique a dever ao facto de não existir um ponto de comparação concreto: os Regeneradores tinham-se mantido na cena política portuguesa durante décadas sem nunca terem apresentado um texto semelhante. Um programa desta dimensão,

[227] SOUSA, 1912, vol. I, p. 117.
[228] LOPES, 2010, p. 267.
[229] Como mais à frente veremos, Hintze Ribeiro e João Franco tinham feito uma tentativa em 1895 de abolir por completo os círculos uninominais, mas sem sucesso.
[230] O Ministério da Instrução Pública existira, em dois curtos momentos durante a Monarquia Constitucional: em 1870, nos governos do Duque de Saldanha, do Visconde de Sá da Bandeira e do Marquês de Ávila; e entre 1890 e 1892, nos governos de António de Serpa Pimentel, João Crisóstomo de Abreu e Sousa e José Dias Ferreira. Quase todos os ministros desempenharam a pasta interinamente, com as excepções de António da Costa de Sousa de Macedo em 1870 e João Marcelino Arroio em 1890.

principalmente tendo em conta o conhecimento posterior que temos da conjuntura política da Monarquia Constitucional – que se aproximava do fim – parece ainda mais desproporcional para as possibilidades do regime. Notam-se também várias semelhanças com as propostas lançadas por Vilhena em Fevereiro de 1909; Teixeira de Sousa pode ter-se inspirado naquilo que o anterior líder já tinha em mente fazer, numa demonstração de coerência ideológica da liderança partidária, mas pode também ter colaborado na elaboração do discurso que Vilhena tinha apresentado à assembleia-geral do Palácio da Ega, porque era na altura o seu braço-direito.

Em todo o caso, o que mais ressalta deste programa político do Partido Regenerador é o facto de ser composto por medidas concretas, e não por conceitos políticos. Tratava-se de uma lista de leis a ser implementadas, e não de um texto sobre as ideias políticas do partido, o que é sintomático da forma como os Regeneradores tinham ao longo dos anos encarado a sua própria ideologia.

1.2.2. Princípios políticos

Estudar a ideologia de um dos partidos da Monarquia coloca-nos, como vimos anteriormente, diversos desafios. Mesmo em décadas recentes alguma historiografia continuava a defender "a inexistência de clivagens profundas entre os dois blocos partidários" do Rotativismo[231]. Analisar a ideologia do Partido Regenerador é, portanto, um tema que ainda possibilita espaço para debate. Autores, dos antigos aos recentes, têm passado ao largo do principal paradoxo Regenerador, provavelmente pelas dúvidas que ele levanta: por um lado, foi ao longo dos anos encarado como o partido conservador do constitucionalismo monárquico português; por outro lado, foram-lhe atribuídas as principais modernizações políticas e tecnológicas que o país viveu na segunda metade do século XIX.

Ainda durante a vigência do partido, José Joaquim Lopes Praça referia o Partido Regenerador como o representante do conservadorismo depois de 1851, ocupando o espaço que fora, antes, pertença de cartistas, ordeiros e cabralistas[232]. Contudo indicava simultaneamente o «partido regenerador-conservador» como responsável por "muitas reformas liberaes uteis e importantes, e uma tendencia mais pronunciada para a prompta

[231] SOBRAL e ALMEIDA, 1982, p. 658.
[232] PRAÇA, 1997, vol. III, p. 52. Lopes Praça seria, anos mais tarde, aio dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel.

realização dos melhoramentos materiaes"[233]. O autor não parecia notar nisto qualquer espécie de contradição.

Já no século XX, Marcelo Caetano identificava o Partido Regenerador como conservador, herdeiro da ala ordeira dos Cartistas, à qual se tinha unido um conjunto de setembristas em oposição a Costa Cabral. Segundo o autor "As suas ideias políticas consistiam em inteiro lealismo ao trono e na fidelidade à Carta Constitucional e respectivos actos adicionais, todos da sua autoria, procurando assegurar a liberdade pela ordem e o progresso pela moderação"[234]. Os Regeneradores teriam ainda inaugurado a política do *deficit* orçamental e do crédito público. Esta definição, bastante sintética, não estava muito longe daquilo que podia ser dito de outros partidos monárquicos da época: defendiam a monarquia e as leis, e acreditavam na liberdade e no desenvolvimento da nação.

Também José Tengarrinha apontou o Partido Regenerador como filiado "na linha do cartismo puro", referindo que os Regeneradores eram também conhecidos como Conservadores. A sua explicação dos princípios do partido é resumida, apresentando os Actos Adicionais como principais documentos de onde se podem retirar indicações da sua ideologia, e sublinhando que "nunca a Regeneração definiu um programa económico, quedando-se na fórmula vaga do «fomento material do País» "[235].

Seguindo a sugestão dos autores anteriormente mencionados, procurámos nas leis promovidas pelos governos Regeneradores um retrato do pensamento do partido. Para além dos Actos Adicionais de 1885 e 1895-1896, os governos liderados pelo Partido Regenerador propuseram ou puseram em prática um conjunto de legislação eleitoral de relevo, bem como diversas alterações legislativas referentes ao Código Civil e ao Código Administrativo, cujo alcance no âmbito da história do país foi significativo e que merecem a nossa atenção[236].

Os Actos Adicionais à Carta Constitucional foram meios de revisão de determinados pontos da lei, evitando assim que o texto legislativo perdesse a sua actualidade face à evolução da sociedade durante o século XIX. O primeiro Acto Adicional, de 1852, teve como principais novidades a adopção do sistema de eleição

[233] PRAÇA, 1997, vol. III, p. 58.
[234] CAETANO, 1967, p. 410.
[235] TENGARRINHA, 1992, vol. V, p. 256.
[236] Dada a cronologia da origem do Partido Regenerador que apresentámos anteriormente, não é adequado considerar o Acto Adicional de 1852 como tendo sido produzido por um governo Regenerador.

directa para a Câmara dos Deputados, em detrimento da eleição indirecta definida na Carta Constitucional de 1826, e da votação anual dos impostos. Em consequência dos objectivos de consenso político que eram defendidos por quase todos os grupos políticos, a lei passou praticamente sem discussão.

Enquanto o Acto Adicional de 1852 surgiu como uma necessidade política amplamente apoiada pelos vários sectores do espectro parlamentar, o Acto Adicional de 1885 fez parte de um conjunto de medidas promovidas pelo governo Regenerador de Fontes Pereira de Melo, esforçadamente negociadas com os Progressistas. Fontes percebeu que a oposição e a opinião pública exigiam uma política mais democrática, especialmente no que dizia respeito à introdução do pariato electivo. Era, por isso, o momento de, numa das suas típicas manobras transformistas, retirar à esquerda essa bandeira ideológica. Depois da «guerra de extermínio» de 1881, o Partido Progressista fora forçado a reorganizar-se, mais ainda depois da morte de um dos seus líderes, D. António Alves Martins, bispo de Viseu, e do progressivo afastamento por doença do outro, Anselmo José Braamcamp. José Luciano de Castro afirmara-se então como braço-direito de Braamcamp e como principal interlocutor de Fontes Pereira de Melo, procurando pela via da negociação recuperar a influência dos Progressistas. José Luciano conseguiu efectivamente concretizar o seu objectivo, de tal forma que, em 1884, Fontes Pereira de Melo aceitou aprovar uma lei eleitoral que favorecia os Progressistas, no sentido de evitar a repetição das manobras da eleição de 1881 – que mais à frente veremos em detalhe – em troca do apoio do Partido Progressista às alterações que o governo propunha para a Carta Constitucional[237]. A nova lei eleitoral, promulgada a 21 de Maio de 1884, implementava um regime misto de círculos uninominais e círculos plurinominais (nas capitais de distrito), ficando garantido um número fixo de deputados para a representação das minorias, ou seja, para os Progressistas[238].

Por via deste acordo, a conveniência em fazer o Acto Adicional foi aprovada na Câmara dos Deputados por uma significativa maioria parlamentar, de 99 deputados contra 5, sendo que os votos contra provinham de uma mistura de dois Republicanos, um Constituinte que viria a aproximar-se dos Progressistas e dois Regeneradores com

[237] FERNANDES, 2012 (a), pp. 577-578.
[238] Portugal tornou-se nessa altura o país da Europa onde as minorias tinham um número de deputados garantidos mais elevado; FERNANDES, 2012 (a), p. 578.

tendências independentes[239]. Na Câmara dos Pares o debate foi mais aceso, e a votação acabou por ter 69 pares a favor e 14 contra[240]. A maior combatividade dos pares ficava a dever-se não apenas ao facto de estar em causa uma alteração legislativa que afectava directamente o pariato, como também à atitude mais independente e hostil que este sempre mostrara face aos governos[241].

O Acto Adicional de 1885 tinha como elemento central o fim do pariato hereditário e a introdução de eleições para par do Reino. O Rei mantinha o poder de nomear pares vitalícios, mas o seu número ficava limitado a 100, enquanto outros 50 eram eleitos para mandatos de seis anos. Era também introduzido um sistema de redução do número de pares vitalícios, pelo que as «fornadas» de pares deixavam de ser possíveis. O tempo das legislaturas da Câmara dos Deputados era reduzido, e era definido o período de tempo que tinha de mediar duas revisões constitucionais[242]. As mudanças à lei fundamental eram, sem sombra de dúvida, medidas de grande impacto no sistema político português mas, também, bandeiras políticas que os radicais agitavam há várias décadas, e que o Partido Regenerador lhes roubava naquele momento. Para além disso, Fontes Pereira de Melo aproveitava a situação para agradar aos membros mais agitados do seu partido, entre os quais sobressaiam Barjona de Freitas e Lopo Vaz.

A proposta de revisão haveria de ser votada favoravelmente, no princípio do Verão de 1885, por 66 votos contra 4 na Câmara dos Deputados, e por 32 votos contra 11 na Câmara dos Pares[243]. Nessa altura já o acordo feito entre Regeneradores e Progressistas se havia rompido, ainda que isso não pusesse em causa a aprovação da lei. Apesar da novidade trazida por esta alteração da lei, para alguns autores, os efeitos

[239] Ainda que no resultado da votação apresentado no Diário da Câmara dos Deputados sejam indicados 101 votos a favor e 5 contra, e que estes valores tenham sido reproduzidos pela historiografia ao longo dos anos, a votação nominal elenca apenas 99 nomes a favor; *DCD*, 30 de Janeiro de 1884, p. 189; MÓNICA, 1994, p. 132; FERNANDES, 2012 (a), p. 579; LEAL, 2016, p. 233. Os votos contra foram José Elias Garcia, Manuel de Arriaga, António Maria de Carvalho, Visconde de Porto Formoso e D. José de Saldanha Oliveira e Sousa.

[240] Votaram contra o Duque de Palmela, os Marqueses de Fronteira e de Pombal, os Condes das Alcáçovas, do Bomfim, do Casal Ribeiro e de Rio Maior, os Viscondes de Chanceleiros e de Moreira de Rei, Agostinho de Ornelas, António José de Barros e Sá, Francisco Simões Margiochi, José de Melo Gouveia e José de Mexia Salema; *DCP*, 22 de Abril de 1884, p. 376.

[241] BELO, 2015, p. 23.

[242] FERNANDES, 2012 (a), p. 580; MÓNICA, 1994, p. 134.

[243] *DCD*, 26 de Junho de 1885, p. 2628; *DCP*, 2 de Junho de 1885, p. 471. A votação na Câmara dos Deputados teve de ser repetida, tendo sido na primeira volta de 45 contra 7, número insuficiente, uma vez que os deputados progressistas se ausentaram da sala imediatamente antes da votação; *DCD*, 25 de Junho de 1885, p. 2613; *Acto Adicional de 1885*, disponível em https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/ACTOADICIONAL24JULHO1885.htm [consultado a 15 de Agosto de 2018].

negativos do Acto Adicional de 1885 não são, de todo, despiciendos: "o princípio da hereditariedade e da livre escolha do rei, tinha sido tocado"[244]. A revisão constitucional proposta pelo Partido Regenerador era assim, em simultâneo, um mecanismo de modernização da Câmara Alta, e um golpe que aumentava a fragilidade do poder do Rei e da Monarquia em Portugal.

Quanto ao Acto Adicional de 1895-1896, a sua elaboração ocorreu num momento politicamente muito diferente. Tanto Fontes Pereira de Melo como Anselmo José Braamcamp, líderes dos Regeneradores e dos Progressistas, tinham já falecido. Os cargos eram agora ocupados, respectivamente, por António de Serpa Pimentel e José Luciano de Castro, e não apenas as lideranças mas também a conjuntura histórica, 10 anos passados, tinham características muito distintas. Estava no poder um governo Regenerador presidido por Hintze Ribeiro, no qual se destacava a figura de João Franco no ministério do Reino[245]. Os Regeneradores já não enfrentavam a dificuldade de ter de agradar a sectores conservadores e radicais dentro do próprio partido, e a liderança de José Luciano nos Progressistas era mais sólida do que a de Anselmo José Braamcamp fora[246]. Ainda que o Acto Adicional tenha sido promovido por um governo de feição Regeneradora, não foi sequer apresentado às Cortes. A lei foi promulgada com o Parlamento encerrado, através de um decreto de ditadura, o que causou bastante indignação não só entre a oposição Progressista, mas também entre os sectores conservadores[247]. O *Correio Nacional*, órgão de imprensa dos católicos, dizia a propósito que "a vida publica portugueza é um conjuncto de loucuras espantosas, de decretos ephemeros e de palavras razoaveis a que não correspondem actos"[248]. A alteração legislativa era "impolitica e perigosa (…) por não deixar entre o rei e o povo um systema de forças conservadoras que sirva de esteio á monarchia"[249].

[244] MÓNICA, 1994, p. 137; BELO, 2015, p. 314.
[245] O restante executivo era composto por António de Azevedo Castelo Branco na Justiça, Luís Pimentel Pinto na Guerra, Luís Soveral nos Negócios Estrangeiros, Alberto Campos Henriques nas Obras Públicas e José Ferreira de Almeida na Marinha. Tinham integrado o governo Augusto Fuschini, Bernardino Machado, João António de Brissac das Neves Ferreira, Frederico de Gusmão Correia Arouca e Carlos Lobo de Ávila; viriam ainda a entrar Jacinto Cândido da Silva e José Estêvão de Morais Sarmento.
[246] As divergências dentro dos Regeneradores haviam terminado com o definitivo afastamento do Conde de Casal Ribeiro, a morte de Lopo Vaz e o relativo apagamento de Barjona de Freitas depois de regressar da embaixada de Londres. Nos Progressistas, as sempre visíveis diferenças entre antigos Históricos e antigos Reformistas tinham sido bastante esbatidas pela liderança de José Luciano de Castro.
[247] RIBEIRO, 1895.
[248] *Correio Nacional*, 27 de Setembro de 1895, p. 1.
[249] *Correio Nacional*, 27 de Setembro de 1895, p. 1.

Este novo Acto Adicional fazia o caminho contrário ao anterior. O pariato electivo era abolido, ficando novamente a cargo do monarca a nomeação de pares vitalícios em número fixado pela lei. Deixava também de existir uma limitação à frequência de dissolução das Cortes[250]. A justificação apresentada pelo governo para estas medidas devia-se, essencialmente, à constatação de que os pares electivos, sendo eleitos num modelo semelhante ao dos deputados, eram por isso fundamentalmente partidários dos governos que os elegiam, o que retirava independência à Câmara[251]. A hereditariedade só não era reintroduzida porque a evolução dos tempos manifestamente o impedia.

Assim sendo, dois governos do mesmo partido, em dois momentos históricos distintos, promulgavam alterações constitucionais de carácter totalmente oposto: a primeira, de Fontes Pereira de Melo, no sentido da modernização e democratização das instituições legislativas; a segunda, de Hintze Ribeiro e João Franco, procurando recuperar poderes para o Rei e limitar a intervenção do voto popular. São claramente movimentos contraditórios, mais ainda se considerarmos que João Franco tinha estado associado ao sector mais radical do Partido Regenerador. Esta realidade contribui para a ideia de que os Regeneradores adaptavam as suas medidas e o seu comportamento à conjuntura ou às vontades da liderança, mantendo alguma ambiguidade quanto aos princípios defendidos.

É também necessário abordar dois textos significativos no que diz respeito às alterações constitucionais propostas pelos Regeneradores, que porém nunca chegaram a ser aprovados. No início da década de 1870, a necessidade de mudanças na lei fundamental, que era uma exigência antiga dos grupos mais radicais, começou a ser debatida com maior intensidade, tornando-se progressivamente mais evidente que era necessário os governos tomarem medidas. Em 1871, o deputado Reformista Francisco Mendes apresentou ao parlamento um projecto de reforma da Carta Constitucional, da autoria de Latino Coelho, antigo Regenerador, mas que não foi admitido à discussão[252]. O governo da época, liderado por Fontes Pereira de Melo, tomou conhecimento que o mesmo projecto seria novamente apresentado no início de 1872, desta vez acompanhado de uma iniciativa semelhante de José Luciano de Castro, pelos Históricos. Anunciava-se até uma fusão entre os partidos Histórico e Reformista, para a qual teriam já sido

[250] FERNANDES, 2012 (a), pp. 581-582.
[251] MÓNICA, 1994, p. 138.
[252] *DCD*, 16 de Agosto de 1871, pp. 434-439.

nomeados representantes de ambos os lados que iriam discutir as condições do processo[253].

Face a estes rumores, e numa estratégia política de esvaziamento das propostas dos seus adversários que lhe seria muito cara ao longo da carreira, Fontes elaborou um discurso para ser lido pelo Rei na abertura das Cortes em que se anunciava que "No intuito de acompanhar o espirito do seculo, que tende ao aperfeiçoamento de todas as instituições humanas", pelo governo era apresentada "uma proposta de reforma de alguns artigos da Carta Constitucional, que, sem alterar a indole d'aquelle codigo politico, é destinada a introduzir n'elle melhoramentos que a successão dos tempos e o progresso das idéas liberaes estão reclamando para harmonia e complemento do systema que nos rege"[254]. Os jornais Regeneradores apressaram-se a elogiar a medida, uma bandeira do progresso "desfraldada ao vento pelo ministerio, não como estandarte de opposição, levantado apenas por manejo politico, mas como bandeira que tem uma significação séria, que mostra o desejo sincero de um partido de introduzir modificações liberaes no codigo politico do seu paiz"[255]. A oposição não ficou tão contente: se em 1871, com circunstâncias semelhantes, os Regeneradores não tinham mostrado interesse em discutir a proposta Reformista, porque é que, apenas um ano depois "põem em primeiro lugar a reforma da carta, damn'a por opportuna, por essencial, por inaddiavel, pela primeira de todas! Bem se verifica neste ponto o proloquio: quem não tem vergonha todo o mundo é seu"[256]. Tratava-se, segundo um jornal Histórico do Porto, de "um recurso politico do snr. Fontes para desnortear os seus adversarios e esquivar o seu partido á denominação de conservador"[257].

Como seria de esperar, as propostas da oposição não foram admitidas a discussão, enquanto a proposta do governo, apresentada por António Rodrigues Sampaio, ministro do Reino, no dia 15 de Janeiro de 1872, teve destino diferente. A 29 de Janeiro a proposta foi admitida a discussão com 54 votos favoráveis, sendo enviada para uma comissão especial encarregue de a analisar[258]. A comissão, composta

[253] *Correspondência de Portugal*, 6 de Janeiro de 1872, p. 1. Os representantes eram, do lado Histórico, Anselmo José Braamcamp, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, Joaquim Fradesso da Silveira, João Gualberto Barros e Cunha e João Santos Silva, e do lado Reformista, António Cabral de Sá Nogueira, Augusto Saraiva de Carvalho, Francisco Mendes, Alberto Osório Vasconcelos e Domingos Pinheiro Borges.
[254] *Jornal da Noite*, 2 e 3 de Janeiro de 1872, p. 1.
[255] *Revolução de Setembro*, 3 de Janeiro de 1872, p. 1.
[256] *Diário Popular*, 3 de Janeiro de 1872, p. 1.
[257] *Jornal do Porto*, 5 de Janeiro de 1872, p. 1.
[258] *DCD*, 29 de Janeiro de 1872, pp. 156-157.

essencialmente por Regeneradores e Avilistas, cumpriu o propósito que o governo desejava que ela tivesse, e a reforma da Carta não voltou a ser mencionada[259]. Maria Filomena Mónica argumenta que o projecto de lei não teve desenvolvimentos pelo receio causado na elite política nacional pela implantação da República em Espanha, em Fevereiro de 1873[260]. Esta hipótese parece-nos, contudo, pouco provável: a comissão da especialidade teve um ano para se pronunciar sobre o documento, e nunca o fez; a proposta de reforma da Carta tinha sido lançada pelo governo Regenerador de forma abrupta, sem estarem sequer convocadas Cortes Constituintes, pelo que dificilmente a iniciativa poderia ter bons resultados. O governo não desejava resultados de todo, o que o próprio Fontes confirmou em 1875, em carta ao Marquês de Ávila: a reforma da Carta era "um assunto que não julgamos oportuno"[261].

No preâmbulo do texto o governo deixava claro que o seu intuito "não é, nem póde ser, destruir as instituições existentes, mas aperfeiçoa-las, corrigindo-lhes os defeitos"[262]. Tentava, assim, defender-se dos ataques que já esperava da parte do sector mais conservador, que via nas mudanças uma ameaça à estabilidade do regime. Tratava-se apenas de "acabar com a hereditariedade do pariato e limitar pela indicação de categorias a livre escolha do soberano", pontos que não pretendiam pôr em causa o poder moderador ou a Câmara dos Pares[263].

Eram depois elencadas as principais alterações: a Câmara dos Pares, continuando a ser composta por pares vitalícios nomeados pelo Rei sem número fixo, deixava de abranger pares por direito hereditário, passando aqueles a ser nomeados com base num conjunto de critérios que garantiam a sua independência e integridade[264]; em

[259] A comissão era composta por António Augusto Teixeira de Vasconcelos, Visconde de Arriaga, António José de Barros e Sá, Joaquim Gonçalves Mamede, Albino Augusto Geraldes Abranches, Jacinto Augusto de Sant'Anna e Vasconcelos, Manuel Pinheiro Chagas, Carlos Bento da Silva, José de Sande Magalhães Mexia Salema, Manuel Bento da Rocha Peixoto, António Correia Caldeira, António Maria Barreiros Arrobas e José de Melo Gouveia. Incluía ainda José Dias Ferreira e o Visconde de Moreira de Rei, não-alinhados com o governo; *DCD*, 31 de Janeiro de 1872, p. 172.
[260] MÓNICA, 1994, p. 125.
[261] SARDICA, 2005, p. 533, carta de Fontes Pereira de Melo para o Marquês de Ávila de Janeiro de 1875.
[262] *DCD*, 15 de Janeiro de 1872, p. 68.
[263] *DCD*, 15 de Janeiro de 1872, p. 68.
[264] *DCD*, 15 de Janeiro de 1872, p. 69; as personalidades passíveis de nomeação eram as seguintes: Presidente da câmara electiva e deputados eleitos em três eleições; ministros de estado efectivos ou honorários e conselheiros de Estado; presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e das Relações Judiciais do Reino, Procurador-Geral da Coroa e juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar; membros das corporações referidas anteriormente; arcebispos e bispos; generais de mar e terra; embaixadores e ministros plenipotenciários, com mais de cinco anos de efectivo serviço; reitor da universidade, directores de escolas de instrução superior e professores proprietários ou catedráticos de quaisquer destes estabelecimentos científicos, depois de dez anos de efectivo serviço, na qualidade de proprietário ou catedrático; vice-presidente da academia real das

caso de dissolução da Câmara dos Deputados, seriam convocadas eleições num prazo máximo de três meses e, uma vez aberta, essa câmara não poderia ser dissolvida antes de estar em funções efectivas um mínimo de três meses; os membros do governo eram responsabilizados pelas acções do poder moderador; eram revogadas todas as restrições à liberdade de imprensa; era abolida a pena de morte em todos os crimes políticos e civis, aumentando assim o alcance da lei de 26 de Junho de 1867; era garantido o direito de reunião a todos os cidadãos; e passavam a ser considerados eleitores todos os cidadãos que soubessem ler e escrever ou que fossem chefes de família.

A proposta de lei era, desta forma, um misto de medidas verdadeiramente inovadoras, e uma recuperação – praticamente sem alterações – ou melhoramento de leis anteriores. Neste segundo caso incluíam-se a lei de imprensa de 17 de Maio de 1866, elaborada por Barjona de Freitas enquanto ministro da Justiça do «Governo da Fusão», segundo a qual "ficam abolidas todas as cauçoes e restricções estabelecidas para a imprensa periodica"[265]; e a Carta de Lei de 26 de Junho de 1867, também da autoria de Barjona de Freitas, que abolia a pena de morte para os crimes civis[266].

Quanto às restantes propostas, mostravam um carácter efectivamente inovador, e só viriam a entrar em vigor vários anos mais tarde. O pariato seria reformado em 1878, pela mão do Conde de Casal Ribeiro, como veremos no capítulo 2. O pariato hereditário viria a ser parcialmente abolido em 1885, com a entrada em vigor do II Acto Adicional à Carta Constitucional. Do ponto de vista da condição de eleitor, ao introduzir o conceito de chefe de família como característica que dava acesso ao voto, o governo Regenerador aumentaria consideravelmente o número de votantes, aproximando a legislação portuguesa do sufrágio universal masculino. Mas em 1872 ainda era cedo para pôr em prática essa medida, pelo que teve de esperar até 1878 para ser aprovada[267].

A segunda proposta constitucional que não chegou a ver a luz do dia surgiu em 1910, nas vésperas da Revolução Republicana. Quanto, em Janeiro desse ano, António Teixeira de Sousa apresentou o seu programa de governo, fazia referência a mudanças na lei fundamental que considerava necessárias. Estas viriam a traduzir-se em quatro

---

ciências e os seus membros, depois de dez anos como sócios efectivos; proprietários que tiverem de renda anual 3:000$000 réis, e comerciantes e fabricantes cujos lucros anuais forem avaliados em 6:000$000 réis.

[265] *Diário do Governo*, 17 de Maio de 1866, p. 189.

[266] ANTT**,** Leis e ordenações, Leis, maço 31, nº 64. Casos de traição em contexto de guerra são considerados excepção a esta lei.

[267] ALMEIDA, 1998, pp. 307-320.

alíneas: retorno ao modelo misto da Câmara dos Pares, juntando pares de nomeação régia e pares eleitos, sendo os primeiros em número limitado e os segundos em número superior, para "que pudesse levar-lhe a decisiva influencia da vontade popular", pondo definitivamente fim à hereditariedade do pariato[268]; proibição ao poder judicial de reconhecer medidas que não tivessem seguido todos os trâmites constitucionais, ou seja, retirar poder às decisões tomadas em ditadura; atribuir às Cortes o poder de aprovar ou rejeitar tratados e convenções intercoloniais, da mesma forma que já acontecia com documentos assinados entre Portugal e outros países; e, finalmente, o estabelecimento das Cortes como instituição que funcionasse por direito próprio, independentemente de serem convocadas, abrindo em dia determinado por lei e trabalhando durante um tempo mínimo sem que pudessem ser adiadas[269]. Esta proposta não chegou, contudo, a ser apresentada ao Parlamento, uma vez que a Câmara dos Deputados foi dissolvida apenas dois dias depois da subida ao poder do governo de Teixeira de Sousa, não voltando a abrir antes da Revolução de 5 de Outubro.

Ainda assim, a promessa deixada no ar em Janeiro era o suficiente para preocupar os sectores mais conservadores, incluindo o monarca, que dizia temer que Teixeira de Sousa estivesse "tomando por um caminho liberal demais, (…) mesmo radical"[270]. O projecto de Teixeira de Sousa era, na realidade, bastante radical: Teixeira de Sousa acreditava que a Monarquia tinha de se actualizar para lutar contra a competição dos Republicanos. O seu ímpeto reformista era uma tentativa de modernização que, contudo, parece ter tido o efeito contrário. Ao democratizar as instituições monárquicas as medidas de Teixeira de Sousa revelavam-se sintomáticas da fragilização interna da Monarquia, retirando poder a dois alicerces fundamentais do regime, o Rei e a Câmara Alta.

No que diz respeito à legislação eleitoral aprovada por iniciativa de governos Regeneradores, e deixando de lado o decreto de 30 de Setembro de 1852 pelos mesmos motivos que nos levaram a não considerar o Acto Adicional desse ano, vários

[268] SOUSA, 1912, vol. II, p. 77; no seu programa de governo Teixeira de Sousa fazia referência à lei de 24 de Julho de 1885 como sendo a mais adequada, inclusive nos números de pares nomeados e eleitos que fixava; SOUSA, 1912, vol. I, p. 119.
[269] No programa de governo Teixeira de Sousa foi mais longe, deixando explícito que as Cortes deveriam abrir por iniciativa própria no dia 2 de Janeiro de cada ano, funcionando pelo menos dois meses sem serem adiadas e, no caso de adiamento, só sendo permitido um por cada sessão legislativa; SOUSA, 1912, vol. I, p. 120.
[270] *Documentos políticos encontrados nos palácios riais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910*, 1915, p. 122, carta do rei D. Manuel II de 15 de Setembro de 1910.

documentos devem ser analisados. Em 1859, o governo, à época ainda liderado pelo Duque da Terceira, um Cartista moderado, fez aprovar uma lei eleitoral relativamente inovadora, inspirada por José Estêvão, e que alguns consideram a lei eleitoral portuguesa mais liberal da época[271]. Nela era adoptado o modelo dos círculos uninominais que, não sendo uma total novidade na política portuguesa, nunca antes tinha sido utilizado de forma tão sistemática. Tratava-se da "primeira transformação verdadeiramente inovadora no sistema de escrutínio" o que permitiu ao projecto ter a concordância da maioria Histórica da Câmara dos Deputados[272]. Passavam, assim, a existir 165 círculos uninominais no continente e ilhas, aos quais se juntaram pelo decreto de 21 de Dezembro desse mesmo ano 10 círculos uninominais no Ultramar[273].

O regime manteve-se com poucas alterações até 1878, ano em que o governo Regenerador de Fontes Pereira de Melo trouxe a debate a lei eleitoral mais democratizante que a Monarquia Constitucional conheceu[274]. Não era, porém, da sua autoria: o anterior governo, presidido pelo Marquês de Ávila e com José de Sande Magalhães Mexia Salema na pasta da Justiça, deixara praticamente pronto o diploma, que só terá recebido alguns retoques de Lopo Vaz[275]. A Lei de 8 de Maio de 1878, ainda que continuasse a exigir um censo mínimo para elegibilidade dos eleitores, contornava a situação oferecendo outras condições que davam acesso ao voto, como sendo a capacidade de ler e escrever ou o estatuto de chefe de família[276]. Para além disso, reduzia a idade mínima a partir da qual era possível votar para 21 anos, o que se saldou num aumento exponencial do número de indivíduos que tinham condições para votar: se em 1877 existiam 478 mil votantes, em 1878 passaram a 825 mil[277]. Mas nem todos apoiaram a medida: Gustavo Nogueira Soares, um diplomata do fim do século, declarava que "depois da bambochata militar de 19 de Maio de 1870 ainda se não praticou neste país acto algum que produzisse no meu espírito tão profundo desalento

[271] ALMEIDA, 1998, pp. 259-286; MÓNICA, 1996, p. 1045.
[272] ALMEIDA, 1998, p. xxvi.
[273] ALMEIDA, 1998, pp. 286-287.
[274] Entre 1859 e 1878 ocorrera apenas uma alteração legislativa relevante: em 1869 tinha sido aprovado um decreto, da autoria de Latino Coelho, que reduzia o número de círculos eleitorais para 100 no continente e ilhas e 7 no Ultramar, mantendo todas as outras disposições; ALMEIDA, 1998, pp. 289-305.
[275] MÓNICA, 1996, p. 1052.
[276] Note-se que o sucessor de Fontes Pereira de Melo na liderança dos Regeneradores, António de Serpa Pimentel, poucos anos depois da implementação desta lei eleitoral, se opunha à integração de quem não soubesse ler e escrever no corpo eleitoral: "a exclusão dos analphabetos e dependentes, parece-nos no estado actual o systema mais practico e conveniente"; PIMENTEL, 1881, p. 225.
[277] ALMEIDA, 1998, p. xix. O número de círculos eleitorais uninominais passou nessa altura a ser de 137 no continente e ilhas e 13 no Ultramar; ALMEIDA, 1998, pp. 307-320.

com respeito ao futuro das instituições liberais como a reforma eleitoral de 8 de Maio de 1878"[278].

Em 1884, no âmbito do acordo estabelecido entre Regeneradores e Progressistas para a aprovação do pacote de medidas das quais se destacava a reforma da Carta Constitucional, foi aprovada a Lei de 21 de Maio, que introduzia o sistema de círculos misto, com 79 uninominais e 21 plurinominais no continente e ilhas, para além de serem eleitos 6 deputados por acumulação de votos, no que se pretendia garantir uma melhor representação das minorias[279]. Desta forma, não apenas os Progressistas evitavam a repetição dos acontecimentos da «guerra de extermínio» de 1881, que veremos em detalhe no capítulo 3, como o governo garantia o controlo sobre o alcance eleitoral dos Republicanos – uma vez que a sua eleição pela minoria em Lisboa era provável – deixando-os impossibilitados de vencer pelo resto do país. Alguns autores defendem que a reintrodução dos círculos plurinominais "estimulou as tendências centralizadoras da vida política, sedimentando o poder decisório das chefias partidárias nacionais e enfraquecendo a capacidade negocial dos caciques locais na escolha dos candidatos a deputados"[280]. Era ainda criado o Tribunal de Verificação de Poderes, um meio para garantir a legalidade dos processos eleitorais, e mantinham-se os 13 círculos uninominais no Ultramar.

O governo Hintze-Franco, em 1895, no seu frenesim reformista, fez publicar em ditadura uma lei que se revelaria problemática. Na nova lei eleitoral deixava de constar a indicação dos chefes de família como votantes válidos, sendo para isso necessário que os cidadãos soubessem ler e escrever ou que pagassem contribuições não inferiores a 500 réis. Para além disso, o número de deputados era reduzido de 170 para 120, as incompatibilidades com o cargo de deputado eram alargadas, e era limitado o número de deputados provenientes de determinadas classes, como os funcionários públicos[281]. Para finalizar, e talvez mais importante que tudo isto, o governo tentou pôr fim aos círculos uninominais, substituindo-os por 21 círculos plurinominais no continente e ilhas, coincidentes com os distritos, numa estratégia que, nos casos de Lisboa e do Porto, pretendia "diluir o impacto do voto republicano nos dois principais centros urbanos,

[278] SOARES, 1883, p. 542.
[279] ALMEIDA, 1998, pp. 321-341.
[280] ALMEIDA, 1998, p. xxxii.
[281] ALMEIDA, 1998, pp. 345-387; MÓNICA, 1996, p. 1064.

através da mobilização clientelista do eleitorado dos chamados "burgos podres""[282]. A oposição rejeitou as medidas propostas, argumentando que se tratava de uma forma de aumentar o controlo do governo sobre o processo eleitoral. Nas eleições de Novembro desse ano Progressistas e Republicanos abstiveram-se de votar em protesto, o que deu origem a um parlamento totalmente Regenerador, alcunhado de «Solar dos Barrigas»[283]. Face a estas reacções, logo no ano seguinte o governo apresentou uma lei que recuperava os círculos eleitorais uninominais, com exceção de Lisboa e Porto[284].

Os Regeneradores, mais uma vez liderados por Hintze Ribeiro, haveriam de tentar novamente a abolição dos círculos uninominais em 1901, desta vez com sucesso. Segundo o Decreto de 4 de Agosto, negociado com os Progressistas através de José Maria de Alpoim, e que ficaria conhecido pelo epíteto de «Ignóbil Porcaria» – como veremos mais à frente – o país passava a estar dividido em 26 círculos plurinominais no continente e nas ilhas, dos quais eram obtidos 148 deputados[285]. O principal objectivo de Hintze era impedir a eleição de qualquer deputado apoiante de João Franco, que recentemente abandonara as fileiras do Partido Regenerador, levando consigo vários membros de renome, o que pusera em causa a autoridade da liderança Regeneradora. Por outro lado, era reforçada a estratégia de controlo sobre os Republicanos através da táctica do «*gerrymandering*», que tentava matizar o voto Republicano com o voto das freguesias rurais que envolviam os centros urbanos[286].

O último governo da Monarquia, presidido por António Teixeira de Sousa, pretendeu ainda apresentar uma nova lei eleitoral, desta vez adoptando a representação proporcional, uma das principais bandeiras dos Republicanos. Haveria assim um deputado por cada 30 a 40 mil habitantes, mantendo-se o sistema de círculos plurinominais com representação de minorias. Para além disso, o voto tornava-se obrigatório[287]. A proposta acabou por não ser posta à discussão porque as Cortes se encontravam encerradas, não voltando a abrir antes da queda da Monarquia. Caso se tivesse concretizado, seria uma lei inovadora no contexto nacional, e mesmo do ponto

[282] ALMEIDA, 1998, p. xxxii.
[283] MÓNICA, 1996, p. 1065.
[284] ALMEIDA, 1998, pp. 389-427.
[285] ALMEIDA, 1998, pp. 475-522.
[286] ALMEIDA, 1998, pp. xxxiii-xxiv.
[287] SOUSA, 1912, vol. II, pp. 79-92.

de vista europeu, onde a representação proporcional para eleições nacionais só existia na Bélgica, desde 1899, e na Suécia, desde 1908[288].

Quanto às medidas implementadas por governos Regeneradores no que diz respeito à administração do Reino, dois tipos de leis devem ser mencionadas: por um lado, o Código Civil; por outro, o Código Administrativo. No primeiro caso os Regeneradores tiveram participação activa na elaboração do Código Civil de 1867, produzido pelo Visconde de Seabra e apresentado por Barjona de Freitas, ministro da Justiça do «Governo da Fusão» que, ainda que tenha causado grande polémica à época da sua aprovação, manteve-se em vigor praticamente um século[289]. O Código Civil revelou-se bastante inovador na medida em que abolia a pena de morte para crimes civis e, principalmente, institucionalizava o conceito de casamento civil, um tema que gerou grande debate entre as elites da época, levando nomes como o duque de Saldanha ou Alexandre Herculano a pronunciarem-se[290].

O segundo caso requer maior atenção, pela pouca estabilidade da legislação nesse sentido: entre 1851 e 1910 foram aprovados cinco Códigos Administrativos, alguns deles vigorando apenas alguns meses[291]. Desses cinco, quatro foram promovidos por executivos maioritária ou totalmente Regeneradores. Era, portanto, um tema em que o partido se mostrava interessado em legislar.

Depois do golpe da Regeneração continuara a vigorar o Código Administrativo de 1842, aprovado sob a tutela de Costa Cabral[292]. Durante mais de quinze anos o novo modelo político contentou-se com a lei vigente, até que em 1867 o «Governo da Fusão» apresentou ao Parlamento uma proposta de reforma, pela mão do ministro do Reino Martens Ferrão. A lei previa uma nova geografia administrativa, baseando o desenho dos novos concelhos e distritos no número de fogos que haviam sido contabilizados no Censo de 1864, o que de imediato causou constrangimentos. O governo era acusado de fazer uma divisão demasiado aritmética, que extinguia uma grande quantidade de concelhos, e que era considerada demasiado centralizadora, sendo um dos exemplos

[288] FERNANDES, 1990, p. 25.
[289] *Codigo Civil Portuguez*, 1867.
[290] RODRIGUES, 1987. Será também Barjona de Freitas, novamente ministro da Justiça de um governo de Fontes, a tentar implementar o registo civil obrigatório para todos os cidadãos em 1878, não tendo, contudo, o apoio dos restantes ministros.
[291] Referimo-nos aos Códigos Administrativos de 1867, 1878, 1886, 1895 e 1896. Não se inclui nesta listagem aos Códigos Civis de 1870 e 1900, por nunca terem chegado a entrar em vigor. Para uma análise da legislação administrativa em Portugal neste período ver SERRA, 1988, pp. 1037-1065.
[292] Sobre as reformas administrativas na primeira metade do século XIX, e em particular sobre a de 1842, ver SILVEIRA, 1997.

mais polémicos o das paróquias civis: ficava a cargo do governo a nomeação dos administradores das recém-criadas paróquias civis, que seriam o elemento-chave do edifício administrativo[293]. Apesar da agitação causada, o governo tinha maioria na Câmara dos Deputados, pelo que a lei foi aprovada por 105 votos contra 33. Contudo, a sua vigência foi curta: entrando em vigor a 26 de Junho, o Código Administrativo de Martens Ferrão, como ficou conhecido, foi suspenso pelo decreto ditatorial de 16 de Janeiro de 1868, da autoria do recém-empossado governo do Conde de Ávila. A revolta da «Janeirinha», para a eclosão da qual o Código de Martens Ferrão contribuiu decididamente, tinha derrubado a Fusão, levando à anulação das suas medidas mais contestadas. O país regressava assim à lei de 1842.

Em 1872, o ministro do Reino do primeiro governo de Fontes, António Rodrigues Sampaio, apresentou no Parlamento um novo Código Administrativo que não foi, porém, discutido. O caso ficou adormecido até 1875, quando o mesmo ministro recuperou a proposta, sendo esta aprovada, depois de longas discussões, já no governo Regenerador seguinte, em 1878[294]. O Código Administrativo de 1878 não era tão radical como Rodrigues Sampaio desejara, uma vez que a sua proposta de fazer coincidir o concelho com a comarca não fora aceite pela comissão de administração pública. Dava, ainda assim, significativos poderes aos órgãos periféricos, especialmente às Juntas Gerais de Distrito, nomeadamente no que diz respeito à tributação de géneros, sendo por isso considerado um marco na legislação administrativa portuguesa[295].

Ainda que fosse considerado um documento moderno e liberal, depressa a política partidária se impôs e, logo em 1879, o governo Progressista de Anselmo Braamcamp, através do ministro do Reino, José Luciano de Castro, apresentou uma nova proposta de reforma do Código Administrativo. O arrastar dos debates no parlamento, principalmente por insistência dos Regeneradores, levou a que este novo código nunca chegasse a ser aprovado, tendo o governo caído em 1881. Mas José Luciano não se iria deixar ficar e, assim que regressou ao poder em 1886, fez aprovar através de decreto ditatorial o seu Código Civil[296].

[293] ALVES, LIMA e URBANO, 2004, p. 10.
[294] *Código Administrativo…*, 1878.
[295] A tal ponto que, várias décadas mais tarde, o primeiro governo Republicano pôs em vigor o Código de 1878 por este ser o "mais compatível com os propósitos democráticos da República"; CAETANO, 1935, p. 53.
[296] Um dos pontos mais interessantes desta lei em termos político-partidários era a representação das minorias nos corpos administrativos.

O código de 1886 haveria de ser profundamente alterado pelos decretos de 1892, elaborados no contexto da crise política e económica do início da década de 90 e promulgados pelo governo extra-partidário de José Dias Ferreira, até ser finalmente substituído pelo Código Administrativo de 1895, que fazia parte do conjunto de medidas reformistas do governo Hintze-Franco[297]. O novo código suprimia um grande número de concelhos, mantendo a extinção das Juntas Gerais decidida pelos decretos de 1892. Considerando que foi aprovado por meio de um decreto ditatorial, teve de ser submetido ao Parlamento no ano seguinte, de onde haveria de sair com poucas alterações, mas com o novo nome de Código Administrativo de 1896[298].

Ainda que o Código de 1896 se tenha mantido em vigor até à queda da Monarquia, o inevitável António Teixeira de Sousa incluiu a sua reforma no programa de governo Regenerador anteriormente mencionado. Segundo ele, para tornar realidade o conceito recorrentemente utilizado da descentralização era necessário recuperar as Juntas Gerais de Distrito, com as funções que lhes haviam sido atribuídas pelo Código de 1878, com excepção do que dizia respeito a empréstimos, que só podiam ser contraídos com autorização do governo[299]. Tal como as outras medidas do último governo monárquico, também esta não chegou a sair do papel.

A apreciação das ideologias seguidas pelos partidos do Rotativismo como ambíguas estendeu-se também ao seu pensamento económico, sendo alvo de críticas em tudo semelhantes à que apresentámos em epígrafe a este capítulo[300]. Não sendo nosso objectivo analisar em profundida as decisões tomadas pelo Partido Regenerador em matérias de economia e finanças, procuraremos contudo fazer uma síntese das principais linhas de acção dos governos Regeneradores nesses pontos, tendo em particular atenção as proximidades ou divergências face aos Progressistas.

O Partido Regenerador arvorou como sua principal bandeira no domínio económico a política dos «melhoramentos materiais», ou seja, o desenvolvimento tecnológico do país, ancorado em obras públicas como a construção de caminhos-de-ferro, estradas ou linhas de telégrafo, uma vez que só o investimento em vias de comunicação poderia permitir o desenvolvimento da economia nacional. Era necessário

[297] *Codigo Administrativo…*, 1895.
[298] *Codigo Administrativo…*, 1896.
[299] SOUSA, 1912, vol. I, pp. 128-129.
[300] Entre os principais críticos estavam, precisamente, os autores do texto anteriormente citado; QUEIRÓS e ORTIGÃO, Maio de 1871, pp. 54-57.

pôr as diferentes regiões do país em contacto umas com as outras, tornando possível a movimentação de bens e pessoas. A política dos melhoramentos materiais não foi, contudo, uma invenção dos Regeneradores, nem foram eles os únicos a ser criticados por a defender: mais de uma década antes da formação do Partido Regenerador, já o então deputado Almeida Garrett criticava as decisões estatais de investimento nos chamados «melhoramentos materiais»[301]. O tema era, por isso, uma constante na política portuguesa da época.

Fontes Pereira de Melo e os Regeneradores ficaram também associados, por um lado, a uma política de aumento de impostos e, por outro, a uma economia assente no endividamento público e nos empréstimos. A primeira ficou a dever-se em grande medida ao relatório do decreto de 18 de Dezembro de 1852, onde se definia a conversão forçada dos juros da dívida pública para um juro único de 3%. Nesse texto surgia uma frase que viria a ficar famosa na política portuguesa, e que seria utilizada como arma contra os Regeneradores durante décadas: "A nação póde e deve pagar mais do que actualmente paga"[302]. No caso da segunda, foi a estratégia, iniciada pelo primeiro governo da Regeneração, com Fontes Pereira de Melo na pasta da Fazenda, de pedidos de empréstimo internacionais para promover as obras públicas, especialmente os caminhos-de-ferro, uma vez que Portugal não tinha os meios financeiros disponíveis para financiar essas iniciativas.

Um olhar breve sobre os impostos implementados depois do golpe da Regeneração leva-nos a crer que os Regeneradores privilegiavam os impostos de consumo, enquanto os Progressistas preferiam os impostos sobre os rendimentos[303]. Mas esta divergência não foi uma constante, tendo por vezes os Progressistas proposto impostos de consumo que foram intensamente criticados pelos Regeneradores, para estes mesmos os porem em prática não muito tempo depois[304]. Da mesma forma, também no campo do negócio do tabaco as posições se foram alterando com o passar do tempo: em 1856, os Regeneradores diziam-se contra o monopólio e a favor da liberalização; em 1864 eram os Históricos quem defendia a liberalização, enquanto os

[301] JUSTINO, 2016, p. 64.
[302] *Decreto de 18 de Dezembro de 1852*, p. 767, disponível em http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/27/5/p796 [consultado a 21 de Agosto de 2018].
[303] Refira-se neste ponto que foi um executivo Progressista a implementar o imposto de rendimento em 1880, extinto pelos Regeneradores menos de um ano depois.
[304] Veja-se o caso do real d'água, sobre o qual o governo Progressista propôs alterações em 1880, fortemente criticadas pela oposição Regeneradora, tendo essa mesma oposição, no governo em 1886, implementado o seu próprio conjunto de alterações ao imposto de consumo.

Regeneradores pouco se pronunciavam sobre o assunto; mais tarde, em 1887, as posições alteram-se, e os Regeneradores defendem a entrega do monopólio de produção a uma empresa privada, enquanto os Progressistas apoiam a *régie*, ou seja, o domínio total do Estado sobre o sector[305]. Tratava-se, acima de tudo, de uma estratégia dos partidos para adaptarem as suas posições a cada conjuntura.

Oliveira Martins disse em tempos que a Regeneração era o "nome português do capitalismo", e nenhum outro sistema foi tão identificado com a Regeneração como o Fontismo. A política dos melhoramentos materiais e a aspiração por implementar o livre-cambismo seriam assim as duas vertentes do plano não só de Fontes Pereira de Melo, mas também de todos aqueles que o apoiavam, e que eram fundamentalmente os Regeneradores. A associação entre Fontes Pereira de Melo e o livre-cambismo terá tido origem, precisamente, em Oliveira Martins, que o criticava abundantemente por isso, e manteve-se na visão historiográfica portuguesa até ser reforçada por Miriam Halpern Pereira, no seu estudo de fundo sobre a economia portuguesa da segunda metade do século XIX[306]. A autora manteve, aliás, a mesma opinião ao longo dos anos, apesar de entretanto terem surgido reflexões que vão num sentido oposto: "A natureza livre-cambista das pautas fontistas tem sido questionada, o que certamente surpreenderia o seu autor se ressuscitasse. Fontes estava profundamente convencido das vantagens de liberalizar o comércio externo. Encantava-o o modelo britânico, ainda que tivesse o bom senso de compreender que a situação do país não permitia o decalque"[307].

Mas se Fontes era livre-cambista, todos os seus governos e medidas foram, no essencial, proteccionistas. Nesse sentido, a crítica mais relevante à identificação de Fontes com o livre-cambismo partiu de David Justino, que em vários textos analisou não apenas as medidas tomadas por Fontes enquanto ministro, e pelos governos Regeneradores, mas também os seus discursos parlamentares, chegando à conclusão de que o Fontismo teria sido um "impossível livre-câmbio"[308]. Justino sugere, em primeiro lugar, que talvez Fontes e os Regeneradores fossem "livre-cambistas nas ideias, proteccionistas nos atos", para depois concluir que "a «natureza» e a «orientação» livre-cambista do fontismo não encontra sustentação nem no pensamento de Fontes Pereira

[305] MÓNICA, 1992, pp. 463-470; MATA, 1993, p. 158.
[306] PEREIRA, 1983.
[307] PEREIRA, 2001, p. 68.
[308] JUSTINO, 1988, pp. 3-20; JUSTINO, 2009, pp. 49-68; JUSTINO, 2016, pp. 88-142.

de Melo nem na conjuntura política e intelectual"[309]. Fontes e os Regeneradores seriam, acima de tudo, em matérias económicas e financeiras, práticos, uma vez que, fosse qual fosse o pensamento económico que cada um defendia, as necessidades da balança estatal falavam mais alto, e o Estado dependia por completo dos impostos aduaneiros.

Da mesma forma, no que diz respeito ao pensamento dos Regeneradores para a administração colonial, a adaptação às circunstâncias e o pragmatismo parecem ter sido as atitudes mais correntes, especialmente a partir da década de 1870. Depois dos anos de crise que se seguiram à independência do Brasil, e das tentativas de reorganização do império lançadas pelo Marquês de Sá da Bandeira, foi durante o longo governo Regenerador de 1871-1877, através do ministro João de Andrade Corvo, que se começou a desenhar um plano de administração imperial[310]. Andrade Corvo tinha um extenso plano de acção: as «expedições de obras públicas», que tornariam possível a construção de vias de comunição, o tratamento de pântanos para melhorar as condições de salubridade, a mudança de direcção de cursos de água para a agricultura; as expedições científicas, que permitiriam conhecer melhor os territórios sob o domínio português; a abolição do trabalho servil; e a conclusão de acordos e tratados com outras nações coloniais, especialmente o Reino Unido[311]. Estas iniciativas só seriam possíveis através do recurso a empréstimos ou da abertura das colónias à iniciativa privada, dadas as escassas capacidades financeiras da nação[312].

Era neste ponto que surgiam divergências com o Partido Progressista. Os Progressistas defendiam a «autossustentação» das colónias, algo visível na atitude que tomam quando sobem ao poder em 1879: fazem aprovar um empréstimo, com um valor muito menor do que o previsto por Andrade Corvo, "com a menção explícita que se tratava de dar por findo o projecto, pela conclusão das obras em curso (…). Passado esse período de transição, as províncias ultramarinas organizariam como entendessem os seus serviços, que ficariam inteiramente a seu cargo"[313]. Existiam assim duas visões referentes ao império português na época: uma, que encarava os territórios coloniais como o testemunho da grandeza que o imperío português tivera, e que tinha de ser preservado, mas de forma mais passiva, ou seja, o mito da «herança sagrada»; e outra,

[309] JUSTINO, 2016, pp. 91 e 109.
[310] Andrade Corvo acumulou as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar entre 1872 e 1877, regressando à dos Estrangeiros ente 1878 e 1879.
[311] ALEXANDRE, 2008, pp. 140-142.
[312] ALEXANDRE, 1998 (b) pp. 104-107.
[313] ALEXANDRE, 2008, p. 148.

que via em África o novo Brasil, acreditando que era das colónias que se iriam retirar as riquezas que sustentariam a nação, e a tornariam novamente num competidor capaz de se medir com as principais forças internacionais, ou seja, o mito do «eldorado»[314]. Os Progressistas inclinavam-se para a primeira, os Regeneradores apoiavam-se na segunda. As posições tornaram-se mais extremadas depois do *Ultimatum* de 1890, com os Regeneradores a apostar na política de comissários régios e nas campanhas de pacificação, enquanto os Progressistas se retraíam no investimento colonial.

Em suma, os Regeneradores defendiam, em termos económicos, o desenvolvimento tecnológico do país como motor do crescimento económico, conseguido através do recurso a empréstimos e ao consequente endividamento do Estado. No que diz respeito à administração colonial, os princípios políticos eram semelhantes, fazendo a apologia do investimento do Estado nas colónias ou, em alternativa, da abertura a companhias privadas que financiassem o desenvolvimento do território.

Hintze Ribeiro, nos anos finais do seu mandato enquanto líder partidário afirmava que o Partido Regenerador era um partido "liberal e tolerante (…) mas tradicional e conservador"[315]. Em 1910, Teixeira de Sousa dizia que o Partido Regenerador "passava por ser um partido conservador, mas erradamente. Se o tivera sempre sido, era occasião de mudar", até porque "as fórmulas cerradas do conservantismo asphixiam os paizes, até provocarem reacção violenta, e constituem os mais formidaveis embaraços ás monarchias". E acrescentava que, quanto aos Regeneradores, "a sua feição conservadora já tinha sido preterida pelos principios liberaes que dominaram nos ultimos ministerios, a que Fontes Pereira de Mello presidiu"[316]. Afinal, o Partido Regenerador era ou não conservador? Se não era, então que princípios seguia?

Historicamente, o Partido Regenerador funcionou como plataforma de agregação de figuras provenientes de diferentes sectores. Tendo em conta que, depois de 1851, o grupo de Costa Cabral foi temporariamente ostracizado da política, e que António José de Ávila só mais tarde conseguiria formar uma corte em seu redor – para além de ter feito um trajecto muito próximo dos Históricos – restavam aos Cartistas moderados

[314] ALEXANDRE, 2004, pp. 978-979.
[315] BPARPD, AERHR, doc. 10.1.19, *Apontamentos do próprio* [sem data, mas referente ao período entre Fevereiro e Março de 1906].
[316] SOUSA, 1912, vol. I, p. 115.

poucas opções dentro do arco parlamentar português. O Partido Regenerador funcionou, então, como resposta supra-ideológica tanto aos anseios desses mesmos Cartistas moderados, como aos de alguns Setembristas. E se nos anos que se seguiram ao golpe da Regeneração as posições estavam ainda bastante confusas, depois da entrada de Ávila para o governo Histórico e, principalmente, depois do início da questão das Irmãs da Caridade, só restavam os Regeneradores para ocupar o espaço mais moderado do panorama constitucional português.

Em anos mais tardios, e já depois de se consolidar politicamente, o Partido Regenerador continuou a ser formado por diversas «sensibilidades» ou, nas palavras mordazes de Oliveira Martins, por um conjunto de "hostes, ou bandos, ou clientelas enfeixadas pela arte do senhor Fontes"[317]. Integrar todas elas numa única ideologia seria difícil, a não ser que essa ideologia fosse capaz de se adaptar às necessidades de cada um e, portanto, fosse vaga o suficiente.

Recentemente David Justino lançou a hipótese de a política do Fontismo ser uma ideologia em si mesma, um "projecto político e cultural assente na ideologia liberal reconfigurada pela ideia do progresso" – que teria, aliás, surgido entre as elites portuguesas ainda antes de Fontes Pereira de Melo se afirmar na política, ganhando o cunho do seu nome apenas porque ele foi o seu mais acérrimo e visível defensor[318]. A conotação feita pela historiografia – tanto da época como mais recente – entre Fontes (e os seus Regeneradores) e a política dos melhoramentos materiais seria, assim, uma visão simplificadora de todas as áreas de intervenção dos governos Regeneradores, e das suas potencialidades. O Fontismo teria sido, isso sim, uma demonstração consistente da modernidade política do Portugal Contemporâneo.

Partindo deste raciocínio, mas complementando-o com a realidade que analisámos neste capítulo, podemos considerar que os Regeneradores, mais do que uma ideologia política estanque e estática, produziram ao longo do tempo um conjunto de princípios ou directrizes que lhes permitiram ajustar-se às mudanças políticas e sociais que o país enfrentava, e que se basearam em noções políticas que vinham, pelo menos, da década de 1840. Não é, portanto, surpreendente termos visto os Regeneradores a apoiar medidas altamente modernizantes e, em simultâneo, a defender os interesses de instituições conservadoras, como a Igreja Católica, porque Fontes e os seus apoiantes

[317] FERNANDES, 2010 (a), p. 77; MARTINS, 1959, vol. IV, p. 191.
[318] JUSTINO, 2016, p. 455.

encontraram-se comprometidos "entre um projecto de modernidade e a reinvenção da tradição"[319]. É verdade que alguns autores defendem que o conservadorismo, mais do que uma ideologia, foi um "set of attitudes", o que o aproximaria novamente do nosso raciocínio. Porém, os Regeneradores fizeram, em alguns momentos da narrativa política do século XIX, esforços deliberados contra as instituições tradicionais e contra o *status quo*, nomeadamente através da viabilização de leis abolindo os vínculos, favorecendo o casamento civil, aumentando exponencialmente o eleitorado ou descentralizando os poderes administrativos[320].

Henrique Trindade Coelho realçou que os Regeneradores tinham tomado a iniciativa de elaborar os Actos Adicionais "não tanto, decerto, para affirmar principios, como para tomar a vez ao partido liberal, impedindo este de realisar reformas constitucionaes", e esta parece ser uma das análises mais precisas da realidade do partido[321]. Se, numa fase inicial, os Regeneradores andaram à procura de um espaço político e de um quadro doutrinário onde se integrar – rumando para o modelo típico do conservadorismo, nomeadamente na questão religiosa – depois de Fontes ter firmado a sua posição como líder do partido, no início da década de 1870, ganharam uma renovada vitalidade, que se reflectiu também nos princípios defendidos. Será por isso mais adequado considerar que o Partido Regenerador, apesar de ter ficado conhecido como conservador, optou pela ideologia do Fontismo ou, como talvez seja mais correcto chamar-lhe, do Pragmatismo. Tratou-se, essencialmente, de uma visão realista das circunstâncias políticas e sociais da época, que permitiu ao partido adaptar-se às exigências da opinião pública, não se deixando aprisionar a conceitos ideológicos, passando muitas vezes uma imagem de ambiguidade e contradição ideológica.

Terá sido com base nesta visão da política que os Regeneradores se guiaram, o que conduziu a que o mesmo partido tenha produzido tanto administrações mais liberais – como nos anos de Fontes Pereira de Melo e Barjona de Freitas – como mais conservadoras – como nos anos de Hintze Ribeiro e João Franco. Assim sendo, mais do que cumprir os requisitos de uma ideologia política tradicional, o Fontismo – ou

[319] JUSTINO, 2016, p. 450.
[320] A proposta de abolição dos morgadios previa a extinção de todos os vínculos em Portugal, à excepção da Casa de Bragança. A lei, proposta pelo governo Histórico, foi aprovada na Câmara dos Deputados com uma esmagadora maioria de 91 votos a favor e 10 contra. Entre os deputados que votaram favoravelmente encontravam-se várias figuras de renome do Partido Regenerador, como Fontes Pereira de Melo, Casal Ribeiro, Tomás Ribeiro, António de Serpa ou Martens Ferrão; *Diário de Lisboa*, 3 de Março de 1863, p. 603.
[321] COELHO, 1908, p. 635.

Pragmatismo – revelou-se um modelo político flexível, alterado conforme as necessidades do partido ou as escolhas pessoais do seu líder, e que, pelas suas características inerentes, marcou de forma indelével a política do século XIX.

1.3. Estrutura interna

Uma das características comummente atribuídas aos partidos de quadros é a fragilidade e o lento desenvolvimento da sua estrutura interna: eram organizações descentralizadas, com um arcabouço administrativo embrionário, assentes principalmente na influência dos deputados ou de um conjunto de apoiantes de relevo, que contribuíam financeiramente para as actividades partidárias[322]. Devia-se esse facto ao próprio processo de formação dos partidos, que iniciavam o seu percurso como pequenos grupos de interesses, construídos num modelo elitista que dispensava uma verdadeira aproximação à opinião pública. O Partido Regenerador encaixa-se neste quadro conceptual, desde logo por manter uma actividade quase totalmente restrita ao Parlamento e à imprensa durante várias décadas, mas também pela configuração interna da sua estrutura e pelo processo de escolha dos seus líderes, como em seguida veremos.

1.3.1. Meios de organização interna

A importância (ou ausência dela) que a estruturação tinha para os membros do Partido Regenerador começou a revelar-se logo na campanha eleitoral de 1856, momento de grande importância no que diz respeito ao processo de formação do partido, durante o qual os Regeneradores não fizeram um esforço deliberado para ter nas suas reuniões uma representação mais ou menos rigorosa dos seus apoiantes. Estas reuniões trataram-se, isso sim, de conferências abertas ao público lisboeta, nas quais participavam figuras influentes da cidade, que não tinham na realidade nenhum compromisso com a organização nem uma militância assumida. Mesmo o número de participantes destas reuniões não era um tema pelo qual os Regeneradores demonstrassem grande preocupação. Quando, em Julho de 1856, foi organizada a primeira reunião aberta para a formação de uma comissão eleitoral, o jornal *Revolução de Setembro* dava conta de terem estado presentes "bastantes eleitores", sem apresentar

[322] DUVERGER, 1970, p. 35.

um valor[323]. Poucas semanas depois, no seguimento das movimentações eleitorais, e dando conta do segundo encontro do mesmo género realizado pelos Regeneradores, o jornal afirmava que fora "uma das reuniões mais brilhantes que tem havido, não só pelo numero como tambem pela diversidade das classes e influencias que alli concorreram"[324]. Só depois de a imprensa da oposição ter questionada a dimensão do grupo presente é que os Regeneradores vieram a público declarar que tinham contado com 600 eleitores[325]. Porém, tendo em conta que estas conferências diziam respeito apenas à preparação das eleições em Lisboa, tratava-se de um grupo que possivelmente só representava os interesses da capital. Em 1858, a actuação foi semelhante: foram convocados os amigos políticos, que se reuniram para tomar decisões sobre a eleição dos círculos de Lisboa. Estiveram presentes "muitos cidadãos influentes das freguezias"[326]. Alguns dias depois houve novo encontro, e desta vez a dimensão da audiência nem sequer foi mencionada[327]. Tratavam-se, acima de tudo, de conferências de um limitado grupo de personalidades com posição consolidada na política, que garantiam clientelas e financiamento, não havendo uma procura deliberada de apoios externos, nomeadamente de atrair militantes. A forma como este processo eleitoral decorria no resto do país não era sequer referida pela imprensa, o que sublinhava a centralidade de Lisboa na política.

A ausência de formalidades na obtenção das opiniões dos apoiantes não se revelava apenas no que dizia respeito à escolha de candidatos para as eleições. Também a indicação de figuras para a liderança do partido, numa grande parte do seu período de existência – mas em especial nos primeiros anos – seguiu um modelo tão informal que se poderia considerar como secretismo. Como vimos anteriormente, nas décadas de 1850 e 1860 não houve quaisquer eleições para a chefia dos Regeneradores e, mesmo no início da década de 1870, quando Joaquim António de Aguiar se afasta definitivamente, em nenhum momento se oficializou Fontes Pereira de Melo como líder do partido. Aguiar seria, aliás, considerado chefe dos Regeneradores até à sua morte; contudo, a *Revolução de Setembro*, o jornal mais importante do sector Regenerador, dava pouco destaque ao falecimento daquele a quem apelidava de "chefe da familia

[323] *Revolução de Setembro*, 26 de Julho de 1856, p. 1.
[324] *Revolução de Setembro*, 16 de Setembro de 1856, p. 1.
[325] *Revolução de Setembro*, 20 de Setembro de 1856, p. 1. O jornal *O Viriato*, de Viseu, referia "700 pessoas de todas as classes, abundando muito a commercial"; *O Viriato*, 23 de Setembro de 1856, p. 2.
[326] *Revolução de Setembro*, 7 de Abril de 1858, p. 1.
[327] *Revolução de Setembro*, 20 de Abril de 1858, p. 1.

regeneradora", especialmente em comparação com o que haveria de dar mais tarde à morte de Fontes Pereira de Melo[328]. A forma como a transição na liderança do partido se processou foi resumida com bastante rigor por Maria Filomena Mónica: em 1874 "morria Joaquim António de Aguiar, o chefe dos Regeneradores. Fontes assumiu o cargo sem problemas"[329]. A figura de Fontes tornara-se quase mítica na política portuguesa desde meados do século. Ainda antes do golpe da Regeneração, e quase profeticamente, Saldanha apelou a Fontes para intervir nos destinos do país, num tom particularmente emotivo: "Salve V. Ex.ª a Patria, acabe com a desmoralização, faça reviver o nosso antigo Reino; e se o não conseguir, se sucumbir na empreza; se os contemporaneos desconhecerem o beneficio resta-lhe a consolação de q[ue] a posteridade lhe fará justiça"[330]. Depois disso Fontes tornara-se de tal forma central na política e no Partido Regenerador que não havia dúvida sobre quem deveria suceder a Aguiar e, portanto, não houve a necessidade de convocar qualquer espécie de assembleia do partido para proceder à eleição de um novo líder.

Foi necessário esperar até 1887 para se assistir a um processo mais elaborado de escolha de um líder para o Partido Regenerador, na sequência da morte de Fontes Pereira de Melo, e principalmente por causa dela. Fontes dominara de tal forma o partido, e morrera de forma tão repentina, que não existia um sucessor evidente entre as novas gerações do partido, perfilando-se, pelo contrário, vários elementos Regeneradores com ambições de liderança. Terá sido eventualmente por isso que a escolha do novo chefe do partido foi inicialmente adiada, e posteriormente feita de forma consideravelmente secreta, à revelia das vontades de alguns membros com influência entre os Regeneradores – de tal forma que as cisões não demoraram a surgir, como veremos mais à frente.

No dia 20 de Junho de 1887, um grupo de doze personalidades do núcleo central do Partido Regenerador reuniram-se em casa de José Vicente Barbosa du Bocage e decidiram escolher para a liderança do partido António de Serpa Pimentel[331]. Barjona de Freitas, Jaime Moniz e Sanches de Castro votaram pelo adiamento da decisão, Serpa Pimentel e António Augusto de Aguiar ter-se-ão abstido, e a favor votaram Barbosa du Bocage, Pinheiro Chagas, Lopo Vaz, Júlio de Vilhena, Manuel de Assunção, Hintze

[328] *Revolução de Setembro*, 28 de Maio de 1874, p. 1.
[329] MÓNICA, 2010, p. 112.
[330] BNP, Reservados, CFPM, cx. 1, carta do Duque de Saldanha de 4 de Setembro de 1850.
[331] *Jornal da Noite*, 20 e 21 de Junho de 1887, p. 1.

Ribeiro e Couto Monteiro. Foram ainda convidados Lourenço de Carvalho, Barros e Sá, Melo Gouveia, Andrade Corvo e Tomás Ribeiro, tendo estes dois últimos enviados declarações de voto[332]. A decisão viria a ser ratificada, um mês mais tarde, através da publicação de um abaixo-assinado no qual 157 políticos ligados ao Partido Regenerador – nomeadamente antigos ou actuais deputados, pares do Reino, governadores civis ou ministros – apresentavam a sua concordância com a decisão tomada[333].

A liderança de António de Serpa foi, em grande medida, nominal. Se nos primeiros anos ainda mostrou alguma iniciativa, nomeadamente quando foi chamado ao poder na sequência do *Ultimatum* inglês, em 1890, em pouco tempo começou a afastar-se dos assuntos partidários. O governo Regenerador de 1890, para além de Serpa na Presidência, Reino e Guerra, era formado por Lopo Vaz na Justiça, João Franco na Fazenda, Hintze Ribeiro nos Negócios Estrangeiros, Frederico Arouca nas Obras Públicas e João Arroio na Marinha e Ultramar[334]. O governo enfrentou intensa agitação social e uma oposição que aproveitava o descontentamento da opinião pública para tirar dividendos políticos: os Republicanos conseguiram eleger três deputados por Lisboa nas eleições de 30 de Março desse ano, que tiveram uma participação eleitoral acima da média[335]. O ministério enfrentou não só a onda de contestação ao *Ultimatum*, mas também o impacto na opinião pública do acordo negociado por Barjona de Freitas, enquanto Ministro Plenipotenciário de Portugal, com a Coroa Britânica. Em Setembro de 1890 Serpa acabou por pedir a demissão e sair sem glória.

Augusto Fuschini, antigo Regenerador agora desavindo, traçou alguns anos depois um dos retratos mais críticos da chefia de Serpa Pimentel: segundo ele, António de Serpa fora elevado a líder do Partido Regenerador apenas temporariamente, enfrentando nos bastidores as aspirações dos "jovens bachareis, que em vida de Fontes não teriam pensado senão no ideal de chefes de secretaria", mas que agora se mostravam ousados o suficiente para almejar à liderança[336]. O mais ambicioso entre eles seria Lopo Vaz, que "ardia em desejos de exercer o ambicionado poder"[337]. Mesmo dentro do governo Regenerador de 1890 as rivalidades tinham-se feito sentir: as críticas

[332] GOMES, 1907, vol. XII, p. 567. Teixeira de Sousa refere que nesta reunião esteve presente Vasco Guedes, o que não é confirmado por outras fontes; SOUSA, 1917, vol. II, p. 28.
[333] *Jornal da Noite*, 31 de Julho e 1 de Agosto de 1887, p. 1.
[334] João Arroio haveria de transitar para o recuperado Ministério da Instrução Pública, deixando a pasta da Marinha para Júlio de Vilhena, que já a desempenhara antes.
[335] TEIXEIRA, 1990, p. 92.
[336] FUSCHINI, 1896, p. 81.
[337] FUSCHINI, 1896, p. 81.

da oposição e da opinião pública contra Hintze Ribeiro, ministro dos Negócios Estrangeiros e um dos jovens do partido que se abalançava à liderança, eram a oportunidade necessária para Lopo Vaz, o seu principal rival, se ver livre dele e transitar para a pasta do Reino, que estava nas mãos de um cada vez mais cansado Serpa Pimentel. Segundo o poeta e diplomata António Feijó, "bater no Hintze é satisfazer os desejos do Lopo"[338]. Para Teixeira de Sousa, "Lopo Vaz era o verdadeiro chefe do partido regenerador"[339]. Mas o sonho de Lopo de chegar à liderança Regeneradora haveria de sair frustrado por um infortúnio do destino: Lopo Vaz morreu a 20 de Março de 1892, com apenas 43 anos. O *Diário Popular*, jornal Progressista, no obituário que lhe dedicou, considerava Lopo o "sub-chefe" do Partido Regenerador, salientando a perda que a sua morte representava para a organização[340].

A escolha de António de Serpa Pimentel tratara-se, acima de tudo, de um meio para evitar a fragmentação do partido, tendo em conta as ambições dos elementos mais jovens. E o próprio Serpa estava consciente disso, como confessava em 1894: "Designaram-me, de certo, por ser o mais antigo ministro do partido, e que, n'essa qualidade, despertava, menos do que qualquer outro, competencias e rivalidades. E eu acceitei unicamente, porque antevi que, se não acceitasse, o partido mais se fraccionava e dividia, e que n'aquella occasião seria prejudicial á causa publica"[341]. Face a esta atitude de Serpa, que progressivamente se retraiu da vida pública depois da queda do governo de 1890, e deixando de haver qualquer competição depois da morte de Lopo Vaz, Hintze Ribeiro foi ganhando preponderância dentro do partido. A posição de Hintze enquanto braço direito de Serpa e, mais ainda, enquanto líder oficioso do partido, tornou-se clara quando Serpa lhe cedeu a presidência do governo de 1893. Era uma situação em grande medida semelhante há que anos antes tinham vivido Joaquim António de Aguiar e Fontes Pereira de Melo, e que servira para demonstrar a importância de Fontes dentro do partido. Por isso, quando, em 1900, Serpa faleceu, bastou uma reunião onde estiveram presentes 12 membros do partido, realizada em casa do próprio Hintze, para ele garantir a chefia dos Regeneradores[342]. Os membros do partido presentes eram, para além do próprio Hintze, João Franco, Frederico Arouca, João Arroio, Alberto António de Morais Carvalho Júnior, Pedro Vítor, António de

[338] FEIJÓ, 2004, vol. I, p. 235, carta de António Feijó para Luís de Magalhães de 22 de Agosto de 1890.
[339] SOUSA, 1917, vol. I, pp. 7-8.
[340] *Diário Popular*, 21 de Março de 1892, p. 1.
[341] PATO, 1894, vol. II, p. 358, carta autobiográfica de António de Serpa Pimentel.
[342] *A Tarde*, 12 de Março de 1900, p. 1.

Azevedo Castelo Branco, José de Azevedo Castelo Branco, Luís Pimentel Pinto, João António Brissac das Neves Ferreira, Alberto Campos Henriques e José Morais Sarmento. Jacinto Cândido e José Bento Ferreira de Almeida enviaram declarações mas não estiveram presentes. Mais uma vez as decisões de grande dimensão na vida do partido eram tomadas por um pequeno núcleo dirigente, sem que isso levantasse celeuma visível por parte dos apoiantes. O Partido Regenerador era, portanto, um exemplo da tipologia weberiana do partido de notáveis, e a cúpula pouca relação tinha com os restantes membros e votantes.

Só se verificaram verdadeiras alterações na forma de proceder do Partido Regenerador em 1907, quando Hintze Ribeiro morreu subitamente. A sua morte repentina deu início a uma elaborada campanha para a escolha do novo líder. Nessa altura a conjuntura política era muito diferente, e os Regeneradores foram forçados a adaptar-se, ainda que apenas ligeiramente, aos novos tempos: entre 1901 e 1903 tinham surgido do seio do Partido Regenerador duas dissidências que alcançaram um relativo sucesso – o Partido Nacionalista de Jacinto Cândido e, especialmente, o Partido Regenerador-Liberal de João Franco – e que apresentavam novos métodos de se relacionar tanto com a opinião pública como com os seus apoiantes. Os Nacionalistas organizavam congressos com uma significativa adesão do público, e os Regeneradores Liberais tinham feito intensas campanhas com uso de *meetings* e manifestações públicas. Tanto um como outro partido faziam questão de dispersar a sua influência pelo país, criando uma rede de centros locais relativamente consistente[343]. Era um novo modelo, que trazia para a política monárquica algumas das estratégias mais antigas dos Republicanos. Também o Partido Republicano era uma ameaça cada vez mais forte para o espectro político da Monarquia: os resultados eleitorais dos Republicanos na capital tinham vindo a aumentar gradualmente desde a viragem do século, contrariando o impacto esperado da lei eleitoral de 1901 na dispersão do voto contrário ao regime pelos concelhos limítrofes do distrito de Lisboa[344]; o Republicanismo tinha-se infiltrado consistentemente em diversos grupos relevantes da sociedade e era, na primeira década do século XX, uma influência cada vez mais temida pelos monárquicos[345].

[343] OLAIO, 2004, pp. 147-178; SILVA, 1996, especialmente pp. 89-97 e 117-120; RAMOS, 1994, pp. 251-255; RAMOS, 2001, p. 107.
[344] CATROGA, 2010, pp. 63-67.
[345] Ver, a título de exemplo, o estudo de Daniel Alves sobre a influência do Republicanismo no sector comercial lisboeta e na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa; ALVES, 2012.

Foi por força destas novas circunstâncias, e também pela existência de várias figuras dentro do partido com interesses na liderança, que os Regeneradores decidiram organizar um encontro para proceder à escolha do novo chefe do partido e reafirmar publicamente a coesão partidária. Foi assim convocada uma assembleia geral do partido para o dia 12 de Outubro de 1907, no Centro Regenerador da Rua do Norte. Tratava-se da primeira verdadeira assembleia geral da história do Partido Regenerador. Além disso, os Regeneradores perceberam finalmente a importância que tinha a presença e o voto dos delegados do partido, pelo que tiveram o cuidado de publicar alguns dias antes um recenseamento dos indivíduos que poderiam votar, e que deveriam estar presentes ou fazer-se representar no encontro[346]. Foram convocados 312 membros, dos quais 150 estiveram presentes, e 120 fizeram-se representar por procuração, ou seja, 87%. Contavam-se na assistência "industriaes, agricultores, commerciantes, professores, magistrados, burocratas, medicos, advogados, jornalistas, escriptores, parlamentares"[347]. Mas uma análise mais relevante à lista revela que era constituída por pares do Reino, antigos pares electivos, antigos e actuais deputados, e antigos e actuais governadores civis efectivos. Ficava assim conhecida a base de apoio à qual o partido recorria num momento tão relevante, e que era essencialmente um reflexo do centralismo político vigente: não eram incluídos na lista influentes partidários ou outros apoiantes que não tivessem desempenhado altos cargos na administração pública; os membros do Partido Regenerador que importavam para a escolha do chefe vinham do Parlamento e do ministério do Reino. Visto que Teixeira de Sousa retirara a sua candidatura, e nenhum dos outros interessados se apresentara oficialmente, o único candidato acabou por ser Júlio de Vilhena.

Vilhena não haveria de se manter muito tempo na direcção do partido e, enquanto lá esteve, a sua chefia foi bastante agitada, tanto pela conjuntura social do país como por opções políticas por ele tomadas. Logo em Dezembro de 1907 realizaram-se assembleias gerais simultâneas de Regeneradores e Progressistas, com o objectivo de debater com os seus apoiantes a situação política do país e procurar formas de combater a ditadura Franquista. A forma de publicitação e a ordem de trabalhos demonstram que os eventos foram combinados pelos líderes dos dois partidos: em ambos os casos se propunha a revogação dos decretos governamentais ofensivos das liberdades públicas, o restabelecimento da normalidade constitucional e a resistência contra violências e

[346] *O Popular*, 5 de Outubro de 1907, p. 1.
[347] *O Popular*, 5 de Outubro de 1907, p. 1, e 13 de Outubro de 1907, pp. 1-2.

arbitrariedades cometidas pelo executivo. Os Progressistas, contudo, iam mais longe, e exigiam uma reforma da Carta Constitucional para evitar novas ditaduras[348].

Na reunião Regeneradora Vilhena foi, mais uma vez, muito aplaudido, principalmente quando criticou a atitude do governo de João Franco. Falaram diversas figuras ligadas ao partido a nível nacional, e foi ainda aprovada uma moção que exigia a convocação das Cortes para regressarem ao seu normal funcionamento, e que definia que o Partido Regenerador não entrasse em combinações ministeriais[349]. Este último ponto mais não era do que uma crítica à posição tomada pelos Progressistas aquando da formação do governo de João Franco, e da aliança entre os dois grupos políticos que ficou conhecida como «Concentração Liberal».

Do lado Progressista a assembleia-geral foi, segundo a imprensa, uma reunião impressionante de delegados do partido: "não é exagerado calcular em 500 o número de pessoas presentes"[350]. Tal como acontecera com os Regeneradores, a comissão executiva do Partido Progressista apresentou uma proposta contra a ditadura e as medidas do governo, no que foi apoiada pelos presentes.

Todas estas deliberações acabaram por perder a importância poucos meses depois, com o Regicídio e a instabilidade política que se lhe seguiu. Do governo de «acalmação» que entrou em funções poucos dias depois faziam parte dois Regeneradores, Campos Henriques e Wenceslau de Lima, para além de vários Progressistas, liderados por um militar extra-partidário, Ferreira do Amaral. A sugestão para semelhante composição partira de José Luciano de Castro que, para além de líder do Partido Progressista – e último grande líder monárquico, depois do falecimento de Hintze Ribeiro – era também o decano do Conselho de Estado[351]. Apesar do acordo eleitoral assinado entre Regeneradores e Progressistas, o clima era de inquietude: Vilhena achava que os Regeneradores tinham homens com capacidade para arcar com a governação naquele momento conturbado; José Luciano queria a todo o custo evitar que Vilhena subisse ao poder[352]. O governo foi perdendo gradualmente o apoio dos

[348] *Diário de Notícias*, 8 de Dezembro de 1907, p. 1.
[349] Discursaram o conde de Paçô Vieira, José de Azevedo Castelo Branco, Henrique Vaz Ferreira, proprietário do jornal *Gazeta Feirense*, da Vila da Feira, Mário Monteiro, deputado por Portalegre, Artur Pinto Basto, antigo presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Carneiro de Moura, redactor do jornal *O Liberal*, o jornalista Henrique Archer e Silva, o antigo deputado Luís Reis Torgal, e o magistrado Jerónimo Sampaio. *Diário Popular*, 10 de Dezembro de 1907, pp. 1-2.
[350] *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro de 1907, p. 1.
[351] MOREIRA, 1992, vol. II, p. 327.
[352] PROENÇA, 2008, p. 57.

Regeneradores e dos Dissidentes Progressistas, liderados por José de Alpoim, que acusaram o ministério de ser responsável pela vitória dos Republicanos nas eleições municipais de Lisboa, em Novembro de 1908; Ferreira do Amaral, cada vez mais isolado, acabaria por pedir a demissão ao rei antes do Natal. Da queda do governo nasceram novos problemas para Vilhena, porque Campos Henriques e Wenceslau de Lima se tinham incompatibilizado com o chefe quando este decidiu retirar o apoio ao executivo do qual faziam parte, e começaram a congregar em seu redor apoiantes. Campos Henriques abandonaria o Partido Regenerador, lançando uma dissidência própria – os «Henriquistas» – esteio do governo que foi convidado a presidir logo em Dezembro de 1908. Já Wenceslau, muito próximo do monarca, tentaria manter uma posição supra-partidária, através da qual ganharia prestígio suficiente para liderar um ministério em 1909.

Com a saída de Ferreira do Amaral, D. Manuel propôs então formar um governo liderado por António de Azevedo Castelo Branco, ao qual Vilhena se opôs, alegando que iria agravar as cisões dentro do seu partido[353]. Wenceslau de Lima estaria, segundo Vilhena, a tentar manobrar o rei para obter para si a presidência do governo mas, não o conseguindo, intrigou para que fosse Campos Henriques o escolhido, ficando ele com a pasta dos Negócios Estrangeiros[354]. Campos Henriques governaria, assim, com o apoio da dissidência Regeneradora que liderava, e dos Progressistas de José Luciano de Castro, que ficavam satisfeitos de ver Vilhena, mais uma vez, não chegar ao poder. Vilhena sentiu pessoalmente este golpe palaciano, comunicando ao rei que renunciava ao seu lugar no Conselho de Estado, e comunicando a Teixeira de Sousa que iria abandonar a chefia dos Regeneradores. Terá sido Teixeira de Sousa – segundo o próprio afirma nas suas memórias – quem tentou demovê-lo, organizando uma grande assembleia geral do partido no Palácio da Ega, a 2 de Fevereiro de 1909[355]. O *Diário Popular*, na altura dirigido por José de Azevedo Castelo Branco, sob a influência política de Júlio de Vilhena, encheu as primeiras páginas nos dias que se seguiram a narrar em detalhe a reunião Regeneradora. Vilhena teria discursado longamente, expondo a sua opinião sobre a situação política e sobre a formação do governo de Campos Henriques. A aclamação que recebera fora de tal forma vibrante, que decidira recuar na demissão, apresentando, em alternativa, a proposta de alargar a comissão

[353] VILHENA, 1916, vol. II, p. 165.
[354] VILHENA, 1916, vol. II, pp. 166 e 172.
[355] SOUSA, 1912, vol. I, p. 24.

executiva do partido. Dizia Vilhena que esta comissão sempre existira, e sempre fora escutada pelos chefes em funções, fossem eles Fontes ou Hintze. Tratava-se apenas de sugerir que a essas comissões se juntassem membros das duas câmaras parlamentares, "de modo a não poder ferir susceptibilidades legitimas"[356].

Seguiram-se os discursos de algumas figuras do partido, que no geral serviram de elogio ao líder Regenerador e de crítica ao governo em funções, e que eram quase as mesmas que haviam discursado na assembleia geral de Dezembro de 1907[357]. Por fim, Teixeira de Sousa apresentou uma moção, reforçando a orientação liberal do partido, o foco na resolução dos problemas económicos e coloniais, a oposição ao governo de Campos Henriques, e a total confiança no chefe do partido. Na assistência teriam estado 782 indivíduos, cujos nomes foram exaustivamente elencados nas páginas do jornal, sem contar com representações diversas; eram antigos e actuais deputados, pares do Reino, governadores civis, presidentes e vereadores de câmaras municipais, administradores de concelho, influentes partidários, redactores de jornais, ou seja, todos os apoiantes que tinham alguma ligação à política[358]. Era o Partido Regenerador a tentar mostrar toda a sua capacidade de mobilização.

Vilhena manteve-se na liderança do Partido Regenerador, mas não deixou de se incompatibilizar com o governo de Campos Henriques. Foi, aliás, em consequência da subida ao poder deste governo que se formou a aliança entre Regeneradores e Dissidentes Progressistas, o bloco Regenerador-Dissidente, através da qual Vilhena esperava ter apoios suficientes para chegar ao governo. Para seu espanto, e profundo desagrado, quando, alguns meses depois, caiu o governo Progressista de Sebastião Teles, em vez de lhe suceder um ministério Regenerador, foi chamado ao poder Wenceslau de Lima. Vilhena, sentindo-se menosprezado, apresentou definitivamente a sua demissão de chefe do Partido Regenerador, em Dezembro de 1909[359].

A passagem de Vilhena pela liderança dos Regeneradores revelou-se uma táctica bem executada pelos principais interessados na liderança: Teixeira de Sousa e Pimentel Pinto, que se mantiveram ligados ao novo líder, reforçaram a sua posição dentro do partido; Campos Henriques e Wenceslau de Lima, oficializando o seu afastamento em

[356] *Diário Popular*, 3 de Fevereiro de 1909, p. 2.
[357] Discursaram Artur Pinto Basto, de Oliveira de Azeméis, Melo Borges, de Celorico da Beira, Alves dos Santos, de Coimbra, Augusto Monteiro, de Barcelos, e Costa Santos, de Leiria. *Diário Popular*, 3 de Fevereiro de 1909, p. 2.
[358] *Diário Popular*, 4 de Fevereiro de 1909, p. 1.
[359] VILHENA, 1916, vol. II, p. 358.

relação ao líder Regenerador, minaram a posição deste roubando-lhe apoios significativos. No conjunto, todos eles descredibilizaram Vilhena, que tinha já a limitação de não ser um cacique com influência consolidada, como Teixeira de Sousa ou Campos Henriques, ou um indivíduo com ligações a sectores cujo apoio era relevante, como Wenceslau no Paço ou Pimentel Pinto no exército. Vilhena pareceu não ter percebido a tempo a realidade que enfrentava, ou não ter tido força suficiente para a combater. A memória que Vilhena deixou enquanto líder do Partido Regenerador está longe de ter sido boa: Teixeira de Sousa, seu sucessor e, portanto, uma opinião parcial nesta matéria, afirmou mais tarde que "Julio de Vilhena tornou o seu partido n'uma succursal do partido progressista", tendo essa sido a causa não só do seu insucesso, mas também da fragilização dos partidos e do regime monárquico[360]. Mesmo na historiografia mais recente, Júlio de Vilhena ainda é visto como "um simples António de Serpa a falar grosso"[361].

Depois da sua saída foi formada uma comissão executiva, composta por Luís Pimentel Pinto, António de Azevedo Castelo Branco, Anselmo de Andrade, Fernando Matoso Santos, José Pereira dos Santos, António Teixeira de Sousa, José de Azevedo Castelo Branco, Álvaro Possolo, José Cavalheiro, António Sérgio de Castro, Amândio da Mota Veiga, conde de Mangualde, marquês de Ávila e Bolama, conde de Bonfim e conde de Valença[362]. Desta vez Teixeira de Sousa não enfrentou opositores: na assembleia geral, convocada para 16 de Janeiro de 1910, foi aclamado chefe do partido[363]. A assistência voltou a ser composta principalmente por antigos e actuais representantes das duas câmaras, não sendo mobilizada a participação de camadas mais populares: segundo os jornais do partido, estiveram presentes 149 "representantes" Regeneradores; mais uma vez, pares do Reino, antigos pares electivos, antigos e actuais deputados, antigos e actuais governadores civis[364]. Muitos dos nomes repetiam-se das listas de assistentes das assembleias gerais de 12 de Outubro de 1907 e 2 de Fevereiro de 1909, o que mostrava, por um lado, a coerência do conjunto de indivíduos que suportava o partido mas, por outro lado, confirmava também o desinteresse da organização em adquirir novos apoios e militantes.

[360] SOUSA, 1917, vol. I, p. 17.
[361] RAMOS, 2006 (a), p. 280.
[362] *Novidades*, 23 de Dezembro de 1909, p. 1.
[363] SOUSA, 1917, vol. II, p. 281.
[364] *Diário Popular*, 17 de Janeiro de 1910, p. 1 e *Novidades*, 16 de Janeiro de 1910, pp. 1-2.

Depreende-se de tudo isto que o Partido Regenerador assentou durante a quase totalidade da sua existência num núcleo limitado de indivíduos com grande influência na política portuguesa – nomeadamente no desempenho de cargos no governo – que tomavam as decisões relevantes, inclusive quando se tratava da escolha de um novo chefe. Apenas nos seus últimos anos, e em resultado da pressão exercida pela modernização da política e pelas inovações trazidas por outros grupos partidários, os Regeneradores optaram por convocar assembleias gerais onde se reuniam representantes de várias localidades do país, tentando assim incorporar os influentes locais do partido na tomada de decisões da cúpula. Essas assembleias continuavam, ainda assim, a ser encontros pouco democráticos, onde só se pronunciava o chefe e alguns dos elementos mais importantes do partido – quase sempre os mesmos –, não se traduzindo numa verdadeira representatividade dos interesses dos Regeneradores espalhados pelo país, das suas necessidades ou das suas opiniões sobre o rumo que o partido deveria tomar[365].

1.3.2. Hierarquia partidária

Nos primeiros anos da Regeneração, os diversos grupos que emergiram ou se reagruparam no panorama político português adoptaram, em geral, formas de organização que tinham como principal objectivo responder às exigências da campanha eleitoral, mas que eram diferentes no seu grau de desenvolvimento. No caso das eleições de 1856 podemos encontrar diferentes exemplos disso mesmo: por um lado, o agrupamento Histórico desenhou-se em torno de uma estrutura dividida em três partes, que tinha no topo uma comissão eleitoral cujo único cargo referido era o do presidente[366]; por outro lado, os Cartistas dividiram a sua estrutura entre as duas principais cidades do Reino, sendo que o centro de Lisboa apresentava uma hierarquia bastante mais complexa[367]; quanto aos Legitimistas, para além de uma comissão

[365] A narrativa elaborada pelos jornais sobre as assembleias gerais anteriormente referidas de 12 de Outubro de 1907 e 16 de Janeiro de 1910 é disso prova.

[366] O Centro Eleitoral Progressista, que viria mais tarde a ser Histórico, tinha como presidente o Barão de Vila Nova de Fiz Côa, vice-presidentes o Conde de Rio Maior, Faustino da Gama, Joaquim Filipe de Soure, José Ferreira Pestana, Manuel Velez Caldeira e o Visconde de Fonte Arcada, e como secretários Tomás de Carvalho e Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos. Para além desta liderança surgiam três outras comissões: a comissão eleitoral permanente, presidida por António Cabral de Sá Nogueira, e composta por Anselmo José Braamcamp, António de Serpa Pimentel – que viria pouco depois a transitar para os Regeneradores – António da Costa Holtreman e Manuel de Jesus Coelho; a comissão de redacção, liderada por Alexandre Herculano, e a comissão de administração, à cabeça da qual se encontrava Francisco da Cunha Meneses; *O Português*, 2 de Setembro de 1856, p. 1.

[367] Para o Centro Eleitoral de Lisboa os cartistas apresentavam uma organização desenvolvida: tinham como presidente António José de Ávila, ao qual se juntavam quatro presidentes honorários (Marquês de

eleitoral, foram mais longe, organizando um conjunto de comissões distritais bastante significativo, numa tentativa aparentemente bem-sucedida de mostrar a sua capacidade de influência a nível nacional[368].

Os Regeneradores, apesar de terem partido na dianteira na organização das comissões eleitorais em termos cronológicos, revelaram uma organização muito menos complexa. Na reunião de 25 de Julho de 1856, que havia sido convocada por carta aberta de alguns membros[369], elegeram uma comissão provisória com fins eleitorais que tinha como objectivo organizar um grande encontro de apoiantes para, aí sim, eleger a comissão eleitoral definitiva[370]. Esse encontro veio a realizar-se a 14 de Setembro, ficando a comissão eleitoral composta por, entre outros, Joaquim António de Aguiar, António Rodrigues Sampaio, Alberto António de Morais Carvalho, José Estêvão, Casal Ribeiro, Fontes Pereira de Melo, Visconde de Fornos de Algodres, Visconde de Atouguia[371]. Não eram indicados cargos, nem se fazia referência a sub-comissões como acontecia no caso dos progressistas históricos. Tanto na eleição de Julho como na de Setembro o nome mais votado foi Joaquim António de Aguiar, o que deixava antever a posição de liderança que viria a ter nos anos seguintes, ainda que com *nuances* assinaláveis.

Apesar destas variações nas formas de organização interna, o elemento em comum entre todos os grupos políticos nas eleições de 1856 é a importância da capital: o processo de preparação para as eleições e as comissões eleitorais são quase maioritariamente respeitantes à cidade de Lisboa, e são os resultados da eleição nos

---

Fronteira, Conde de Terena, Visconde de Vila Nova de Ourém e Francisco Tavares de Almeida Proença), para além de quatro vice-presidentes (Barão de Porto de Mós, Marquês de Valada, Conde de Peniche e Félix Bernardino da Costa Lobo de Bandeira), um tesoureiro (António Teófilo de Araújo), e vários secretários (José Marcelino de Sá Vargas, António Corrêa Caldeira, Luís Augusto Rebelo da Silva, José de Melo Gouveia, Paulo de Azevedo Coelho de Campos e José da Silva Mendes Leal Júnior); *Imprensa e Lei*, 27 de Agosto de 1856, p. 1. No Porto a presidência foi entregue a António Roberto Lopes Branco; *Imprensa e Lei*, 15 de Outubro de 1856, p. 1.

[368] A Comissão Central Eleitoral Legitimista tinha como presidente o Conde de Pombeiro, e como vice-presidente o Marquês de Abrantes, aos quais se juntavam vários outros membros como o Conde de São Lourenço, Carlos Zeferino Pinto Coelho e Manuel Maria da Silva Bruschy; *A Nação*, 19 de Agosto de 1856, p. 1; SARDICA, 2013 (a), p. 321.

[369] A carta aberta era assinada por Joaquim António de Aguiar, José Estevão, José Maria do Casal Ribeiro e António Rodrigues Sampaio; *Revolução de Setembro*, 26 de Julho de 1856, p. 1.

[370] Ver Anexo 2.1, p. 28. Sardica indica Morais Carvalho como presidente desta comissão provisória, contudo essa indicação não consta da notícia publicada pela *Revolução de Setembro*. Morais Carvalho fora, isso sim, escolhido para presidir à reunião; SARDICA, 2013 (a), p. 309. Como visto anteriormente, a escolha de alguns nomes associados ao sector Histórico deu origem a uma troca de galhardetes entre os jornais das diferentes facções políticas, sendo que Manuel de Jesus Coelho, José Maria Chaves, Manuel Velez Caldeira e Bento Correia Aires de Campos acabaram por apresentar a sua recusa em integrar a comissão Regeneradora; *O Português*, 29 de Julho de 1856, p. 1, e 2 de Agosto de 1856, p. 1.

[371] Ver Anexo 2.2, p. 28.

círculos da capital que mais importam para demonstrar a capacidade das parcialidades em congregar apoios. Como veremos a seguir, esta realidade manteve-se praticamente até ao final da Monarquia, sendo os centros de Lisboa que comandam a política nacional.

Em 1858, a estratégia adoptada pelos Regeneradores continuou a ser a mesma. Num texto publicado na *Revolução de Setembro* faziam saber que o centro eleitoral se instalara, confirmando já alguns dos nomes sonantes da política portuguesa das décadas seguintes, e repetindo outros que tinham já estado presentes em 1856: entre outros, tinham sido eleitos o Conde de Farrobo, o Joaquim António de Aguiar, Rodrigo da Fonseca Magalhães, José Maria Eugénio de Almeida, Alberto António de Morais Carvalho, Fontes Pereira de Melo, José Estêvão, Latino Coelho, Martens Ferrão, Casal Ribeiro, D. Rodrigo de Meneses, Andrade Corvo, Augusto Xavier Palmeirim, Salvador Pinto da França e António Rodrigues Sampaio. Deste grupo fora extraída uma comissão executiva permanente, composta por Joaquim António de Aguiar, José Maria Eugénio de Almeida, Fontes Pereira de Melo, Alberto António de Morais Carvalho, D. Rodrigo de Meneses, Casal Ribeiro e António Rodrigues Sampaio[372]. Sublinhe-se a inclusão do nome de Rodrigo da Fonseca naquele grupo, depois da polémica vivida em 1856; este acto podia, contudo, representar um gesto de deferência, dado que a saúde de Rodrigo da Fonseca era já frágil por aqueles dias, vindo a falecer apenas dois meses depois.

Em 1870, no contexto da ditadura que se seguiu à tomada do poder pelo governo do Duque de Saldanha, os partidos políticos agitaram-se, lançando repetidos apelos ao monarca para convocar eleições e restabelecer o sistema constitucional. O golpe tivera como resultado revelar as desinteligências entre Regeneradores e Históricos, pondo fim à política da «Fusão». Os partidos fizeram reuniões em separado, preparando também em separado documentos para entregar ao rei. Em Agosto, os Regeneradores entregaram a D. Luís um abaixo-assinado do partido, pedindo o fim da ditadura. A comissão executiva do partido, encarregue de fazer chegar o documento ao rei, era à data composta por Joaquim António de Aguiar, Fontes Pereira de Melo, António Rodrigues Sampaio, Augusto César Cau da Costa e Jaime Moniz, o que reforçava o

[372] Ver Anexos 2.2 e 2.3, pp. 28-29. Supõe-se que esta mesma comissão se terá mantido em funções aquando das eleições de 1860, uma vez que o elenco não foi nessa altura divulgado; *Revolução de Setembro*, 4 de Dezembro de 1859, p. 1.

carácter bicéfalo da liderança Regeneradora, sem contudo serem especificados os cargos desempenhados[373].

Em nenhum dos documentos anteriormente referidos eram indicados os cargos de cada um dos intervenientes da direcção do Partido Regenerador, o que seguia a par com a falta de definição da própria liderança neste período, como veremos mais à frente.

Apenas em 1881, na preparação para as eleições de Agosto desse ano – que mais à frente iremos analisar com detalhe – são identificados os cargos dos membros da comissão eleitoral Regeneradora de Lisboa. Para além de um número bastante extenso de vogais, este órgão partidário tinha como presidente Fontes Pereira de Melo, e como secretários Augusto César Cau da Costa e Inácio Quintino de Avelar[374]. Esta alteração nos processos internos do partido, ou na sua comunicação para o exterior, pode ter-se ficado a dever tanto a uma posição de força de Fontes, que era inegavelmente o líder do partido e assim o reafirmava, como a uma tentativa de modernização do partido, tendo em conta a fundação, em anos anteriores, dos partidos Progressista, Republicano e Socialista, e dos novos modos de fazer política por eles inaugurados.

Mas, depois da morte de Fontes e da nomeação de António de Serpa Pimentel para a liderança do partido, a posição de força do presidente parece, mais uma vez, ter-se perdido. A publicidade respeitante à formação da grande comissão eleitoral do partido, em 1889, dava conta da escolha de António de Serpa Pimentel, Ernesto Hintze Ribeiro, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Augusto César Cau da Costa e António Teles de Vasconcelos para dirigirem os trabalhos em Lisboa, sem elencar os cargos que cada um desempenhava dentro da comissão[375]. Serpa podia até ser o chefe do partido, mas não tinha a mesma autoridade que Fontes demonstrara, e tinha dois nomes de peso em crescente rivalidade atrás de si – Hintze e Lopo. O seu progressivo afastamento, e a efectiva escolha de Hintze Ribeiro para a liderança Regeneradora em 1900 vieram alterar novamente a realidade interna do partido, fazendo lembrar os tempos de Fontes: Hintze agarrou a chefia com determinação, não deixando que as ambições de outros membros do partido se sobrepusessem à sua autoridade, mesmo em momentos delicados como a cisão de João Franco.

[373] Ver Anexo 2.6, p. 31.
[374] Ver Anexo 2.7, pp. 31-33.
[375] Ver Anexos 2.8 e 2.9, pp. 33-36.

A visível falta de definição da estrutura interna do centro Regenerador de Lisboa, aquele que mais influência tinha no plano nacional, levou a que ao longo dos anos se testemunhasse uma grande variedade de hierarquias nos centros regionais do partido, sem uma sistematização definida pela cúpula partidária – que, aliás, também não dava um exemplo de hierarquia, dado que não se conheciam membros da direcção para além do líder.

O primeiro centro cuja formação é conhecida foi o de Coimbra, no início de Agosto de 1870, tendo como principal promotor o enérgico Barjona de Freitas, na altura em fase de ascensão dentro do partido[376]. A estrutura adoptada pelo centro de Coimbra tinha Barjona de Freitas na presidência, Augusto Carneiro como secretário, e uma extensa lista de influentes locais como membros. Poucos dias depois chegavam notícias da formação do centro Regenerador de Lamego, que enviou a acta da reunião para a *Revolução de Setembro*[377]. Nesta era indicado que o centro, composto por quase 30 individualidades da cidade de Lamego, elegera uma direcção formada por António Pinheiro da Fonseca Osório como presidente, Miguel Moreira da Fonseca como vice-presidente, e o Padre Eduardo Rebelo de Carvalho e João Paredes Teles Oliveira como secretários. Para além disso, fora formada também uma comissão executiva, que tinha os mesmos presidente e vice-presidente, aos quais se juntava o Padre Francisco Alves Pereira da Fonseca como secretário, e Jacinto Feliciano da Silva e Castro e Francisco Duarte Perry da Fonseca Lobo como vogais[378]. Tratava-se, assim, da primeira estrutura interna complexa de um centro local do Partido Regenerador, que era não só diferente daquela que fora fixada para o centro de Coimbra, mas era também diferente das várias comissões que tinham sido criadas em Lisboa ao longo dos anos.

Só em 1879 é novamente noticiada a formação de um centro local com uma estrutura semelhante, neste caso em Vila Nova de Gaia. O cargo de presidente era entregue a Diogo Leite, sendo vice-presidente o Visconde de Castro Silva, e secretário António Joaquim Ribeiro dos Santos e Alfredo A. Soares de Albergaria[379]. O centro tinha também uma comissão executiva, cuja composição não era publicitada. Nos anos seguintes vão surgindo a conta-gotas informações sobre a formação de outros centros, uns com hierarquias internas mais simples – como em Ponta Delgada em 1881, em que

[376] *Revolução de Setembro*, 12 de Agosto de 1870, p. 1.
[377] *Revolução de Setembro*, 26 de Agosto de 1870, p. 1.
[378] O centro irá manter-se em funções, ou pelo menos reaparecer alguns anos depois, Miguel Moreira da Fonseca como chefe do partido na região; *Revolução de Setembro*, 6 de Fevereiro de 1887, p. 2.
[379] *Revolução de Setembro*, 17 de Setembro de 1879, p. 1.

a direcção do centro Regenerador ficou composta apenas pelo presidente, José Jácome Correia, e o secretário, António Augusto Pacheco[380] – e outros com estruturas mais desenvolvidas – como em Almada, em 1884, quando foi nomeado Francisco Inácio Lopes para presidente, Domingos Afonso Júnior para vice-presidente, e António Avelino Marques e António José dos Reis para secretários, aos quais se juntavam diversos vogais[381].

Em 1887, no rescaldo da morte de Fontes Pereira de Melo, vários centros são formados, ou dão notícias da sua existência, o que nos permite comparar as suas estruturas, quando estas são disponibilizadas[382]. No caso de Beja, foi fundado um centro Regenerador em Fevereiro de 1887, sendo eleito por aclamação como presidente honorário Júlio de Vilhena, que tinha alguma influência naquela região. Quanto à direcção do centro, era formada por Xavier de Brito enquanto presidente, Manuel Joaquim de Sousa Tavares como vice-presidente, e tinha como secretários o General António Joaquim da Fonseca e José Mendes Lima[383]. O mesmo ocorreu em Nisa, onde foi fundado um centro Regenerador que tinha como presidente António Dinis da Graça Vieira, Barão de Maxial, e Júlio de Castro Freire na vice-presidência, aos quais se juntavam cinco vogais[384].

Outro exemplo de hierarquia de um centro Regenerador pode ser encontrado mais tarde, na instalação da comissão executiva do Partido Regenerador do concelho de Marvão, em 1907. O centro recebeu o nome de Joaquim José de Andrade Sequeira, médico influente em Portalegre, e tinha como presidente honorário Ernesto Hintze Ribeiro, à data líder do Partido Regenerador. A direcção do centro era formada por António José Pimenta Freire enquanto presidente, José António Serrano como vice-presidente, Domingos Saenz Júnior como primeiro secretário, Joaquim Alberto Tavares como segundo secretário, e José Luís de Carvalho enquanto tesoureiro[385].

Através destes exemplos é possível depreender que tanto a estruturação do centro da capital, e consequentemente da direcção do partido, como a dos centros locais

[380] *Revolução de Setembro*, 21 de Junho de 1881, p. 1.
[381] *Revolução de Setembro*, 15 de Junho de 1884, p. 1.
[382] Ver Anexo 3, pp. 37-43. É apresentada com o maior detalhe possível a cronologia da formação dos centros, ainda que os dados disponíveis sejam, por vezes, escassos. Deve-se a isso o facto de, em vários casos, se desconhecer a data de fundação dos centros, bem como os nomes dos indivíduos envolvidos na sua instalação.
[383] *Revolução de Setembro*, 4 de Fevereiro de 1887, p. 1.
[384] *Revolução de Setembro*, 25 de Março de 1887, p. 1.
[385] BPARPD, AERHR, doc. 1.9.7, *Actas da assembleia-geral e da instalação da comissão executiva do Partido Regenerador de Marvão*, de 1 de Maio de 1907.

espalhados pelo país tiveram um desenvolvimento lento e escasso, mantendo-se até tarde uma noção de liderança com base na influência e não tanto na afirmação de uma direcção sólida e com delegação de funções em diversas personalidades. A organização de uma hierarquia dentro do partido não era, pelo que as fontes documentam, uma preocupação dos líderes, desde logo no que diz respeito ao processo de escolha dos novos chefes. Em todo o caso, o modelo mais desenvolvido que era frequentemente adoptado era formado por presidente, vice-presidente, secretário ou secretários, e vogais. A esta estrutura, como vimos, podia juntar-se um presidente honorário ou, mais tardiamente, um tesoureiro – o que também é revelador da menor atenção dada dentro do partido às questões financeiras. Dada a escassez de bases do centro de Lisboa para servir de exemplo aos restantes centros do partido, cada região seguia um modelo próprio, que muitas vezes parecia assentar apenas na influência de um grande cacique regional, representando ele mesmo a totalidade do partido naquele local. Uma grande parte do poder do partido advinha, aliás, do apoio de individualidades locais, e do prestígio destas como meio de convocar as alianças necessárias, especialmente em períodos eleitorais.

A conclusão mais evidente a retirar destes dados é o facto de o Partido Regenerador ter mantido, durante a quase totalidade da sua existência, uma estrutura interna pouco definida, assente principalmente na relevância política do seu líder, que detinha o cargo não por eleição organizada entre os seus pares, mas apenas pela influência de que dispunha. Se nas décadas de 1850 e 1860 isso não parece difícil de enquadrar no panorama político da época, a partir de 1876, com a emergência do Partido Progressista como grande rival dentro do quadro monárquico, torna-se mais difícil entender a imobilidade das estruturas Regeneradoras. Os Progressistas, aquando da sua fundação, elaboraram uma estrutura interna complexa, que entregava a direcção do partido a uma Comissão Executiva, formada por 12 membros, 6 antigos Históricos e 6 antigos Reformistas, sendo que dois deles ocupavam o cargo de Presidente: esta presidência bicéfala estava intimamente relacionada com o processo de nascimento do Partido Progressista enquanto resultado da fusão de Históricos e Reformistas, pretendendo, assim, manter as lideranças dos dois partidos de forma igualitária, para evitar que os grupos perdessem a sua autenticidade e, sobretudo, para evitar a repetição da experiência traumática para os Históricos da Fusão de 1865-1867. A Comissão Executiva respondia perante a Assembleia-Geral do partido, formada pelos

representantes Progressistas de todo o país, que se deveria reunir anualmente e eleger os membros da Comissão Executiva[386]. O procedimento foi cumprido até 1885, ano da morte de Anselmo Braamcamp e da eleição de José Luciano de Castro, que tomou as rédeas do partido de uma forma mais autocrática.

Os Regeneradores, apesar de terem testemunhado o aparecimento deste modelo partidário, não se deixaram influenciar por ele, e mantiveram o direito de voto para a escolha dos líderes restrito ao núcleo central do partido. Isto pode ter-se ficado a dever à preponderância de Fontes Pereira de Melo como líder Regenerador, mas a verdade é que ainda durante o seu consulado se começaram a notar divergências dentro do partido – e que mais à frente veremos em detalhe. Mais do que o controlo exercido pelo chefe partidário, parece-nos que existiu um desinteresse dos Regeneradores em alterar os seus procedimentos e adoptar um sistema mais democrático, que na altura estava associado aos antigos Reformistas e aos sectores mais radicais do espectro político.

Por isso, quando Fontes Pereira de Melo morreu, em 1887, o núcleo central do Partido Regenerador optou por uma reunião sem presença de público: o procedimento utilizado à época para a eleição de António de Serpa Pimentel parece uma resposta dos «marechais» do partido à situação vivida, uma vez que executar uma eleição aberta a militantes ou apoiantes podia ser um risco, tendo em conta que Barjona de Freitas se mostrava à época inclinado a abandonar o partido, e que podia conseguir apoios que pusessem em causa a vitória do candidato pretendido pelos políticos que controlavam os bastidores do partido – principalmente Lopo Vaz, mas também Hintze Ribeiro. Por isso, em 1887, fazer uma reunião fechada e escolher António de Serpa foi a forma mais simples de evitar modernizar o partido, mas também de o dividir. Quanto à nomeação de Hintze Ribeiro para a liderança em 1900, tratava-se quase de um retrocesso aos tempos da influência e da preponderância de Fontes: ninguém arriscou questionar a escolha de Hintze.

Em suma, os atributos do Partido Regenerador confirmam o perfil pouco sólido da sua organização interna. Dado que o partido não dispunha de um programa político ou de um regulamento interno que definisse uma organização formal, os Regeneradores mantiveram como principal característica da sua estrutura – e da sua política, como anteriormente vimos – a flexibilidade. Isto ficou vincado de tal forma na estrutura Regeneradora que, nas suas primeiras décadas de existência, não é possível identificar a

[386] *Partido progressista: exposição justificativa e programa*, 1877; FERNANDES, 2010 (a), pp. 48-49.

organização de assembleias gerais ou reuniões de dimensão assinalável onde estivessem presentes representantes a um nível exterior à capital. As decisões eram tomadas pelos nomes mais influentes do partido, e aceites sem grande incómodo pelos restantes «amigos políticos». O mesmo se pode dizer a respeito do processo de escolha dos líderes desta organização partidária, que decorria apenas com base na convocação do «núcleo duro» do partido, e que só nos últimos anos da Monarquia Constitucional se aproximou de um modelo com participação alargada de apoiantes Regeneradores a nível nacional.

Note-se, porém, que o Partido Regenerador não era um caso único, mesmo para lá das fronteiras nacionais: como refere o historiador Miguel Artola, os procedimentos do Partido Conservador Liberal espanhol eram semelhantes, uma vez que "de acuerdo com la tradición de los moderados isabelinos, el partido conservador actuará desde el gobierno, sin necesidad de crear una organización de partido"[387]. Confrontado com o exemplo dos seus parceiros espanhóis, e sem se sentir pressionado pelo contexto político nacional, o Partido Regenerador não sentiu a necessidade de se transformar a sua estrutura e de se modernizar.

1.4. Centros locais

Estudar a construção de um aparelho partidário da organização Regeneradora é uma tarefa que enfrenta, desde o primeiro momento, diversos obstáculos. O lento processo de desenvolvimento dos partidos políticos durante a segunda metade do século XIX reflectiu-se não apenas na fragilidade da sua estrutura interna, como vimos anteriormente, mas também na sua fraca consolidação em termos de cobertura geográfica nacional. A isto vem juntar-se a inexistência de fontes oficiais do Partido Regenerador: até ao momento não foram encontrados documentos produzidos pela organização política que nos permitam desenvolver conclusões sobre o real número de apoiantes do partido, ou elaborar uma listagem sistemática dos centros locais e do seu período de actividade. Resta-nos, portanto, recorrer a outra tipologia de fontes, especialmente publicações periódicas da época, para compreender de que forma o partido agia fora da capital. A análise aqui produzida encerra prováveis falhas, uma vez que se debruça apenas sobre os centros para os quais conseguimos encontrar

[387] ARTOLA, 1991, vol. I, p. 328.

documentação atestando a sua existência em determinado momento. É também importante sublinhar que a informação sobre os períodos de actividade nem sempre é clara, pelo que existe a possibilidade de alguns dos centros que identificamos em determinadas cronologias poderem existir anteriormente, ou prolongar-se para as fases seguintes.

Os centros locais do Partido Regenerador eram, em grande medida, locais de encontro e convívio de membros e apoiantes do partido. Fazendo uso das palavras de Rui Ramos, "Na década de 80, o Partido Regenerador existia todas as noites no centro da Rua do Norte"[388]. Era nesse ambiente informal que se discutiam assuntos da governação, ou se formavam alianças mais tarde reavivadas no Parlamento. O mesmo ocorria na província, onde os centros partidários eram ponto de encontro de grupos de amigos com interesses políticos em comum.

O primeiro centro regional do Partido Regenerador do qual temos informação – não contando, evidentemente, com Lisboa, cuja existência acompanha todo o período de duração dos Regeneradores – foi fundado em Coimbra em 1870. A sua criação foi publicitada através de correspondência publicada no jornal *Revolução de Setembro*, onde se dava conta de ter ocorrido uma reunião política no dia 7 de Agosto, um Domingo, que tinha tido a presidência de Augusto César Barjona de Freitas[389]. O evento tinha sido promovido através de cartas de convite, endereçadas por Barjona de Freitas, António de Carvalho Coutinho e Vasconcelos, António dos Santos Pereira Jardim, Lourenço de Almeida e Azevedo e Francisco Pedro da Silva, figuras relevantes em Coimbra, tanto do ponto de vista político como cultural[390]. A iniciativa era lançada em oposição a uma reunião semelhante, promovida por Miguel Osório Cabral, o influente local do Partido Histórico[391]. Segundo o que relatava o correspondente da *Revolução de Setembro*, na reunião Regeneradora tinham estado presentes mais 100 pessoas, e tinham

[388] RAMOS, 1994, p. 115. Rui Ramos retira informações da obra *Luar de Saudade*, de Alberto Pimentel, para descrever o ambiente de convívio do centro Regenerador, e os hábitos dos seus principais membros.
[389] *Revolução de Setembro*, 12 de Agosto de 1870, p. 1.
[390] António de Carvalho Coutinho e Vasconcelos fora deputado por Cantanhede, era à data professor de Química Orgânica na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, e viria a ser governador civil do distrito no ano seguinte. António dos Santos Pereira Jardim era irmão do futuro visconde de Monte São, e tornar-se-ia, poucos anos depois, professor de Jurisprudência na Universidade de Coimbra; Lourenço de Almeida e Azevedo fora membro da Junta Geral do Distrito de Coimbra, era professor da Faculdade de Medicina, chegando a seu director, e viria a ser nomeado par do Reino nos anos 80. Quanto a Francisco Pedro da Silva, apenas conseguimos apurar que era vereador da Câmara Municipal de Coimbra. Para mais informações sobre estas figuras ver SOARES, 2006 (b), vol. III, pp. 969-970; FERNANDES, 2004 (a), vol. I, pp. 272-273.
[391] MÓNICA, 2004 (a), vol. I, pp. 516-517.

sido recebidas ainda 16 cartas de adesão. Um dos objectivos propostos por Barjona de Freitas foi o de se formar um centro político, que iria filiar-se no centro Regenerador de Lisboa, na época ainda presidido por Joaquim António de Aguiar, oficializando assim a ligação do grupo de Coimbra ao Partido Regenerador. O centro contava à partida com 32 membros, sendo mais tarde nomeada uma comissão executiva composta pelos signatários dos convites[392]. Em 1890 encontramos uma nova referência a um centro Regenerador de Coimbra, que tinha como presidente honorário Lourenço de Almeida e Azevedo[393]. É possível que se tratasse do mesmo centro, que se teria mantido em funções ao longo de 20 anos, especialmente pela indicação de Lourenço de Almeida e Azevedo como influente local, mas não dispomos de documentação que confirme essa hipótese.

Ainda em 1870, era anunciada a criação de um centro Regenerador em Lamego. Tinha ocorrido uma reunião, a 19 de Agosto, em casa de António Pinheiro da Fonseca Osório, na qual fora oficializada a fundação do centro, que contava com 27 membros [394]. O centro de Lamego volta a aparecer nas fontes documentais em 1887 e em 1910. No primeiro desses anos tem como presidente Miguel Moreira da Fonseca. O documento em questão é uma acta de reunião, na qual é explicado que um dos objectivos do encontro era "a reorganisação do centro regenerador e da comissão executiva", o que pressupõe que em algum momento o centro fundado em 1870 terá entrado em decadência[395]. Essa refundação do centro de Lamego era promovida por 27 membros, ficando a comissão executiva composta pelo referido Miguel Moreira da Fonseca, pelo conde de Alpendurada e João Mendes de Magalhães, ambos ligados ao sector vitivinícola. Em 1910 são-nos indicados apenas os nomes de alguns dos membros do centro, que confirmam a existência de continuidade política regional: para além de ser referido um Miguel Moreira que poderá ser Miguel Moreira da Fonseca ou seu familiar,

[392] *Revolução de Setembro*, 12 de Agosto de 1870, p. 1.
[393] *Gazeta de Portugal*, 14 de Março de 1890, p. 1.
[394] *Revolução de Setembro*, 26 de Agosto de 1870, p. 1. O centro elegeu uma direcção formada por António Pinheiro da Fonseca Osório como presidente, Miguel Moreira da Fonseca como vice-presidente, e João Paredes Teles de Oliveira e o padre Eduardo Rebelo de Carvalho como secretários. António Pinheiro da Fonseca Osório fora várias vezes deputado pelo círculo de Lamego, presidente da Câmara Municipal da mesma vila, agraciado com o título de visconde de Arneirós em Dezembro de 1870. Miguel Moreira da Fonseca era um proprietário ligado à produção de vinho, e viria a ser presidente da Liga dos Lavradores do Douro. João Paredes Teles de Oliveira viria também a ser um dos fundadores da Liga dos Lavradores do Douro; SARDICA, 2006, vol. III, pp. 662-664 e SEQUEIRA, 2011, p. 159.
[395] *Revolução de Setembro*, 6 de Fevereiro de 1887, p. 2.

são ainda identificados Acácio de Magalhães Ramalho e Artur de Magalhães Ramalho, ambos filhos de João de Mendes Magalhães[396].

Durante a década de 1870 sabemos da existência dos centros do Sabugal e de Vila Nova de Gaia. No primeiro foi escolhido como líder António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel, cacique da Guarda, deputado pelo círculo da Guarda e governador civil de Coimbra[397]. O segundo, fundado em 1879, era presidido por Diogo Leite, com o visconde de Castro Silva, um conhecido comerciante portuense, na vice-presidência[398].

As informações sobre centros locais escasseiam na primeira metade da década de 1880, voltando a aparecer em 1887, aquando da morte de Fontes Pereira de Melo[399]. Tendo em conta que o Partido Regenerador esteve no poder entre 1881 e 1886, existia uma eventual relação entre os períodos em que os Regeneradores governavam e a menor actividade dos centros locais do partido, dado que dispunham da estrutura periférica do Estado para prolongar a sua influência. Contudo, a forma como a informação sobre os centros locais é divulgada deve também ser tida em consideração numa análise do partido, porque parece estar intimamente relacionada com momentos marcantes da vida partidária: as fontes revelam-nos a existência de um grande número de centros, porque estes publicamente anunciam os seus pêsames pela morte de Fontes Pereira de Melo, ou felicitam a escolha do novo líder, António de Serpa Pimentel. O mesmo acontecerá em 1907, com a morte de Hintze Ribeiro e a eleição de Júlio de Vilhena, momento em que diversos centros enviam correspondência para os jornais oficiosos do partido prestando homenagens. Sucede, todavia, que não temos forma de saber há quanto tempo estas agremiações políticas regionais existiam, o que reduz a fiabilidade dos dados. No mesmo sentido, só temos informação da existência de centros Regeneradores em importantes localidades do país em datas um pouco tardias, como por exemplo o Porto, em 1887, ou Faro, em 1910, o que nos parece, na melhor das hipóteses, pouco provável[400].

Nos últimos anos da Monarquia Constitucional o Partido Regenerador parece ter investido na organização da sua estrutura, nomeadamente no que diz respeito à

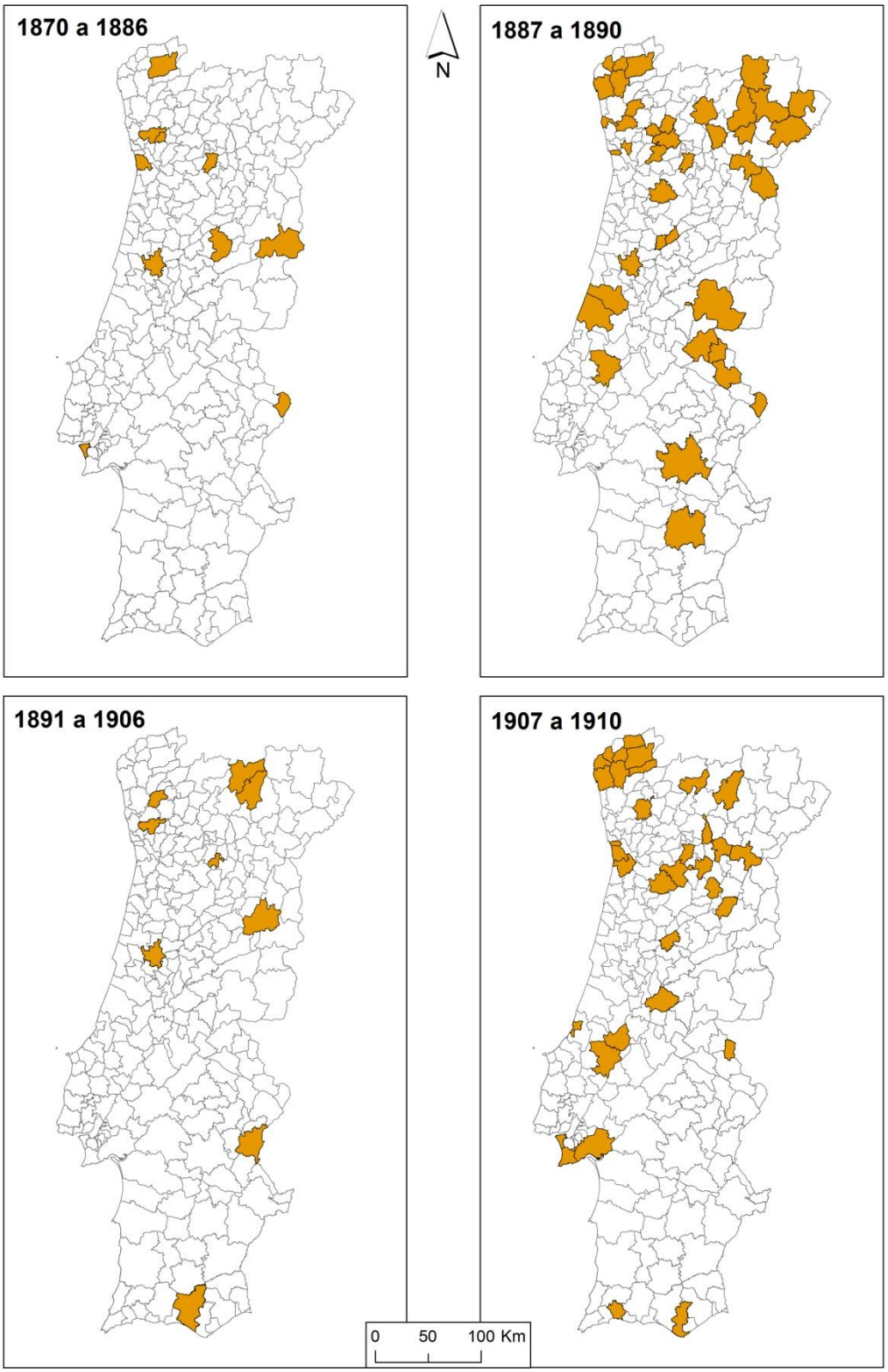
[396] *Diário Popular*, 17 de Janeiro de 1910, p. 3.
[397] *Revolução de Setembro*, 11 de Setembro de 1879, p. 1; SOARES, 2006 (a), vol. III, pp. 274-277.
[398] *Revolução de Setembro*, 17 de Setembro de 1879, p. 1.
[399] Ver Anexo 3, pp. 37-43.
[400] *Revolução de Setembro*, 25 de Janeiro de 1887, p. 1; *Diário Popular*, 18 de Janeiro de 1910, p. 2.

convocatória de membros do partido para iniciativas de relevância, como a escolha de novos líderes. Quando, em 1907, foi necessário proceder à escolha do sucessor de Hintze Ribeiro, a direcção do partido convocou uma reunião geral dos Regeneradores, através de um recenseamento dos indivíduos com poder de voto, publicado no jornal oficioso do partido[401]. Mais tarde, quando Vilhena pediu a demissão do cargo de líder dos Regeneradores, foi convocada uma assembleia-geral, a realizar-se no dia 16 de Janeiro de 1910. Nesta deveriam tomar parte todos os ministros de Estado honorários, pares do Reino, deputados, antigos deputados e antigos governadores civis que à data de 23 de Dezembro fizessem parte do Partido Regenerador, como foi anunciado na imprensa da época[402]. Tratava-se da primeira reunião do partido onde se fazia uso de um critério semelhante para a definição do conjunto de membros com poder de voto.

Para tentar contornar as lacunas que as fontes pudessem ter, procurámos cartografar a rede de centros locais dos Regeneradores, para obter uma perpectiva mais ampla [Imagem 1.][403]. Da mesma forma, repetimos a inclusão de alguns centros quando a informação para estes surgia em fontes de diferentes períodos cronológicos, por uma questão de rigor dos dados, ainda que seja possível que fosse o mesmo centro que se tivesse mantido em actividade em momentos para os quais não temos informação. A divisão cronológica escolhida procura reflectir diferentes momentos políticos do partido e da nação: entre 1870 e 1886 a liderança dos Regeneradores esteve em grande medida nas mãos de Fontes Pereira de Melo, sendo pouco questionada; entre 1887 e 1890, pelo contrário, abriu-se um novo momento dentro do partido, com a morte de Fontes e a consequente emergência da Esquerda Dinástica, como veremos no terceiro capítulo; na década de 1890 e início do século XX o partido esteve, primeiro, sob a liderança oficial de António de Serpa Pimentel e, posteriormente, de Hintze Ribeiro, sendo, contudo, este político que de forma mais determinante influenciou os destinos do partido nesses anos; finalmente, a partir de 1907, o partido entrou num período de fragmentação acentuada, o que coincidiu também com a agitação política dos últimos anos da Monarquia.

[401] *O Popular*, 5 de Outubro de 1907, p. 1.
[402] *Novidades*, 27 de Dezembro de 1909, p. 1.
[403] O primeiro ano de referência de cada um dos centros pode não coincidir com a sua data real de criação. Seguimos os dados disponíveis nas fontes.

Imagem 1. Dispersão nacional dos centros locais do Partido Regenerador (1870-1910)



Fonte: Anexo 3

Nos primeiros anos em estudo, entre o aparecimento das primeiras informações referentes a centros do partido e o momento imediatamente anterior à morte de Fontes Pereira de Melo, a rede de centros Regeneradores é muito reduzida, sendo a sua actividade essencialmente eleitoral. A dispersão geográfica dos centros não é coerente, surgindo casos pontuais nos distritos de Viana do Castelo, Porto, Viseu, Guarda e Coimbra, aos quais se juntam, mais a sul, um centro em Almada e um em Campo Maior. Aquando da morte de Fontes Pereira de Melo, em 1887, e da sua conturbada sucessão na liderança partidária surgem informações sobre vários centros Regeneradores[404]. Estes, contudo, não terão sido fundados naquele momento, existindo com grande probabilidade em anos anteriores. Não temos porém, fontes que nos confirmem essa hipótese, pelo que, a bem do rigor historiográfico, somos forçados a registá-los apenas a partir de 1887.

Neste segundo período vemos que existe uma maior actividade local do partido, nomeadamente no Norte do país, nos distritos de Viana do Castelo, Braga e Bragança, e na área entre os distritos de Portalegre e Castelo Branco. Verifica-se que existe uma coincidência entre as regiões com maior presença de centros locais e os círculos eleitorais com vitória Regeneradora nas eleições de 1887 e 1889, pelo menos no que diz respeito aos distritos de Viana do Castelo e Braga, e à região de Castelo Branco[405].

Entre 1891 e 1906 o partido parece entrar numa fase de inactividade da dinâmica local, que pode na realidade ficar a dever-se à inexistência de momentos de agitação da vida interna do partido, durante os quais os centros locais comunicam mais intensamente com a imprensa do partido na capital, ou seja, podem existir centros de períodos cronológicos anteriores que não surgem nas fontes mas que estão activos. Nos anos que antecederam a queda da Monarquia, dispomos novamente de um maior conjunto de informação no que diz respeito aos centros locais, nomeadamente aquando do falecimento de Hintze Ribeiro e da eleição de Júlio de Vilhena. Mais uma vez se confirma o maior dinamismo dos centros dos distritos do Norte, como Viana do Castelo e Braga, mas também se observa uma maior actividade nos distritos da Guarda e de Viseu.

[404] Ver Anexo 3, pp. 38-39.
[405] ALMEIDA, 1991, pp. 271-273. As vitórias eleitorais nos círculos da Beira Baixa estiveram também associadas a alianças com o grande influente regional Manuel Vaz Preto.

Uma visão de síntese leva-nos a concluir que o Partido Regenerador nunca dispôs de uma estrutura verdadeiramente sólida e organizada de centros locais, o que nos leva a colocar a questão: de que modo se produzia, então, a comunicação política entre a liderança do partido e os apoiantes e votantes? A ideia apontada pela historiografia ao longo dos anos tem sido a de que os partidos deste período histórico se amparavam sistematicamente numa rede de caciques e influentes locais, figuras com as quais o partido convivia numa relação assente nos interesses e na troca de favores. A influência do caciquismo na distribuição de favores e apoios seria tão determinante para o sucesso de um partido que, segundo conta Raúl Brandão, seria corrente ouvir o ditado "quem não é regenerador é ladrão de si mesmo"[406].

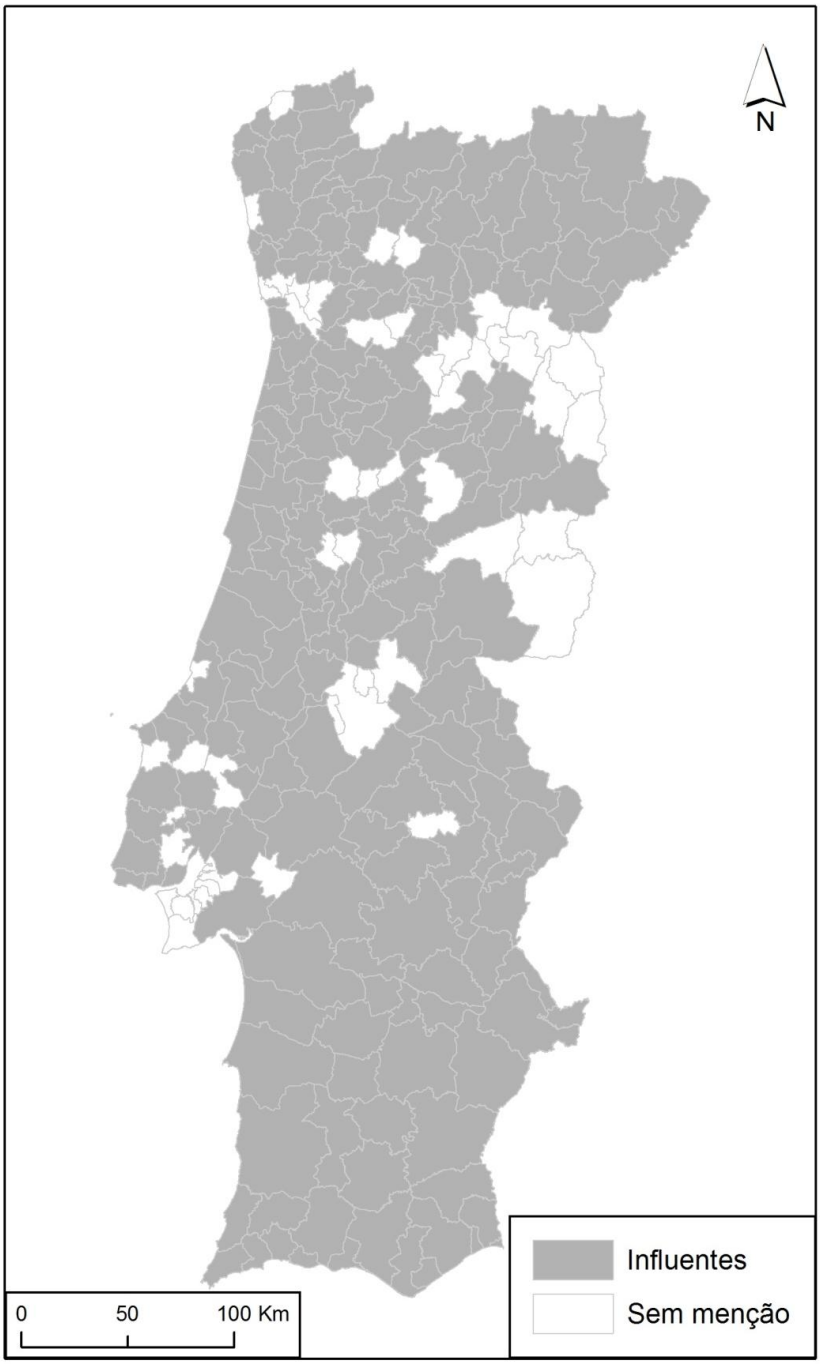
O principal autor a debruçar-se sobre esse tema foi Pedro Tavares de Almeida, que definiu o cacique como "a personagem central das eleições oitocentistas"[407]. Os caciques revelaram-se fundamentais na história política portuguesa do século XIX, sendo muito mais do que meros subordinados dos grandes partidos no contexto local: os caciques serviam de intermediários entre o centro e a periferia, entre a liderança partidária e a população, mas mantinham, na maioria dos casos, uma capacidade de intervenção nas decisões que lhes permitia, por exemplo, influir na escolha dos candidatos a deputados por determinado círculo[408].

Procurámos então documentação referente ao Partido Regenerador que nos permitisse analisar de forma mais detalhada a importância do caciquismo na vida partidária. No espólio de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro existe um manuscrito inédito intitulado *Cadastro das Influencias Politicas do Partido Regenerador*, constituído por uma lista de indivíduos que Hintze Ribeiro encarava como caciques regionais do seu partido[409]. Procedemos, por isso, à contabilização dos dados apresentados e à sua incorporação nos SIG, de forma a obter uma perspectiva mais rigorosa da cobertura real que esta forma de controlo político dava aos Regeneradores [Imagem 2.]. Sublinhe-se que duas das características mais interessantes deste documento são, tudo leva a crer, ter sido elaborado pelo próprio Hintze e, de acordo com a cronologia atribuída por arquivistas, ter sido feito antes do falecimento de António de Serpa Pimentel, ou seja,

[406] BRANDÃO, 2017, p. 216.
[407] ALMEIDA, 1991, p. 129.
[408] Sobre a importância do caciquismo na política local, e as características específicas das influências políticas no plano regional, ver o recente estudo de Nuno Pousinho para a região de Castelo Branco; POUSINHO, 2016.
[409] BPARPD, AERHR, doc. 1.8.9.1, *Cadastro das influências políticas do Partido Regenerador* [1898-1899].

quando Hintze não era ainda o líder oficial do Partido Regenerador. Era, contudo, ele quem controlava a comunicação entre a cúpula partidária e os influentes locais, pelo que este documento é também prova da importância que Hintze tinha nos bastidores do partido enquanto Serpa era ainda o líder oficial.

Imagem 2. Influentes do Partido Regenerador [1898-1899]



Fonte: BPARPD, AERHR, doc. 1.8.9.1, *Cadastro das influências políticas do Partido Regenerador* [1898-1899].

A análise dos dados permite verificar que a rede de influentes do Partido Regenerador produzia uma cobertura quase total dos concelhos do país, em disparidade com o que anteriormente se observou para os centros locais do partido. Graças a este documento podemos confirmar o argumento várias vezes lançado pela historiografia do caciquismo como principal forma de gestão política utilizada pelos líderes partidários portugueses numa fase avançada da Monarquia Constitucional.

Segundo o mapa as regiões onde, à data, o Partido Regenerador dispunha de um menor sistema de influências políticas eram as Beiras Alta e Baixa, especialmente a zona fronteiriça dos distritos de Castelo Branco e da Guarda, e a região limítrofe do distrito de Lisboa, especialmente no que diz respeito à Península de Setúbal. A razão para isso estará ligada com questões de influência local: em Castelo Branco imperava ainda Manuel Vaz Preto, cujo caciquismo regional se fizera sentir com grande evidência nas décadas anteriores, e que condicionara de forma determinante as relações com os Regeneradores; Vaz Preto tinha, contudo, uma idade avançada, e fizera um acordo com os Progressistas para lhes deixar o seu legado político local, o que se reflectia no escasso domínio de influentes Regeneradores[410]; já em Setúbal pontificavam figuras independentes como Mariano de Carvalho e Augusto Fuschini, que obtinham apoios suficientes para conseguir chegar ao Parlamento em eleições intensamente controladas, como veremos no capítulo 3 em relação a 1901.

Podemos, portanto, concluir que o Partido Regenerador – e provavelmente outros partidos monárquicos da época – tinham pouco interesse em desenvolver uma rede de centros locais consistente devido ao caciquismo, o que se reflectia na limitada frequência das suas actividades, na irregularidade do seu funcionamento, e no impacto muito reduzido que tinham não apenas na vida partidária mas também no espaço social. O caciquismo foi tanto causa como consequência disso. A política de influências continuou a ser, até ao fim da Monarquia Constitucional, e mesmo depois disso, o principal meio de controlo político utilizado pelos líderes partidários[411]. As razões para a manutenção do caciquismo, em detrimento da construção de redes de centros locais e da procura activa de militantes e adesões parecem estar ligadas à evidente eficácia deste

[410] POUSINHO, 2016, pp. 114-118.
[411] O caciquismo num período posterior à Monarquia Constitucional foi estudado por Fernando Farelo Lopes; LOPES, 1994.

método na produção dos resultados desejados pelos governantes. Os partidos dinásticos, e como epítome o Partido Regenerador, eram máquinas políticas eficazes na medida em que se movimentavam numa sociedade com características muito específicas, em que o caciquismo era um mecanismo suficiente para atingirem os seus objectivos políticos. A utilização do clientelismo não era, além do mais, um exclusivo dos partidos da Regeneração, sendo prática corrente tanto em momentos anteriores como noutros países[412]. Portugal só se apresenta como caso relevante no que diz respeito à interferência directa do governo nos processos de caciquismo eleitoral, em igualdade com as parcialidades políticas da época, o que se deve à «vocação centralizadora» do Estado[413]. Mas, em suma, o Partido Regenerador optou pelo caciquismo em detrimento da construção de um aparelho partidário porque aquele se revelou eficaz o suficiente.

1.5. Imprensa

Para falar da imprensa política no século XIX temos de ter em conta um conjunto de condicionantes que influenciavam determinantemente a difusão da mensagem política. Expressões como «opinião pública» tinham um significado muito específico numa sociedade com um grande número de analfabetos: em 1864 cerca de 88% da população era analfabeta; este número diminuiu ao longo da segunda metade do século XIX mas, em 1900, ainda rondava os 78%[414]. Se encararmos esta realidade numa perspectiva económica, o preço dos jornais era muitas vezes incomportável para uma parte da população. Disto decorre que, até bastante tarde, a imprensa periódica era um meio de comunicação essencialmente entre elites, não apenas por motivos financeiros, mas também por motivos de ilustração e educação.

A imprensa periódica oitocentista enfrentava ainda outros constrangimentos, nomeadamente no que diz respeito à forma como os jornais chegavam aos leitores. A grande maioria dos jornais era publicada em Lisboa, deixando a população das

[412] Um dos exemplos da utilização do clientelismo e da compra do voto em Portugal antes de 1851 foram as eleições de 1842, sob o Cabralismo, estudadas por Sandra Coelho; COELHO, 2007. No que diz respeito ao estrangeiro, têm sido feitos estudos nesse sentido para outros países europeus: ORTEGA, 2001; DARDÉ, 2012, pp. 47-70; EISENSTADT e LEMARCHAND, 1981.
[413] ALMEIDA, 1991, p. 26.
[414] MARQUES e SOUSA, 2003, vol. X, p. 182. Ocorre, porém, que o analfabetismo nas zonas urbanas era sempre menor – Rui Ramos afirma que "cerca de metade a três quartos dos indivíduos que sabiam ler viviam nas cidades e nas vilas" – pelo que se compreende que a imprensa tenha obtido melhores resultados nos espaços citadinos; RAMOS, 1988, p. 1072.

províncias com poucas opções[415]. Em Lisboa (ou nos respectivos locais de publicação de cada jornal) os exemplares eram vendidos directamente na redacção do jornal, ou em outros locais anunciados previamente. Para os leitores de fora da capital, os jornais eram enviados através de correio ou de comboio, o que aumentava o seu preço e colocava problemas de expedição, deixando tanto a redacção do jornal como os leitores dependentes da eficácia dos serviços postais. Os leitores interessados tinham, assim, de informar a redacção do jornal de que pretendiam ser seus assinantes, e pagar o valor referente à assinatura. Era comum ver periódicos a informar os seus assinantes de que tinham de saldar os valores em dívida, sob pena de não ser possível continuar a enviar os exemplares. Além disso, os leitores recebiam as notícias com um atraso significativo. Este processo moroso acentuava as dificuldades de alcançar uma audiência mais vasta, menos endinheirada e menos ilustrada.

A realidade dos jornais de província não era muito diferente. A imprensa regional, para além de reduzida, enfrentava dificuldades em consolidar-se, pelo público reduzido ao qual se podia dirigir, e pela pouca dinâmica da sociedade fora da capital. Por vezes os jornais regionais limitavam-se a republicar textos dos periódicos lisboetas, mas a lentidão do envio de informações para algumas regiões dava origem a casos caricatos: apesar de o «Governo da Fusão» ter caído a 1 de Janeiro de 1868, por influência da opinião pública e da oposição, o jornal *A Terceira*, dos Açores, afirmava, no dia 4 desse mês, que a oposição era "fraca e desconceituada"[416]. A notícia da queda do governo só viria, aliás, a ser publicada a 24 de Janeiro, num suplemento especial[417].

A situação viria a alterar-se a partir de meados do século XIX e, especialmente, depois de 1864. Influenciados pelos novos periódicos franceses, mais baratos e com uma maior audiência, alguns jornalistas portugueses decidiram investir nessa nova forma chegar aos leitores. Um dos mais enérgicos terá sido Eduardo Coelho, que entre o final de 1864 e o início de 1865 fundou o *Diário de Notícias*, o primeiro jornal português de grande alcance em termos de público. O jornal tinha um preço reduzido (10 réis, face aos 40 a 60 réis da maioria dos outros jornais lisboetas), era vendido em espaços públicos, graças à utilização dos famosos «ardinas», e era composto numa escrita simples, que facilitava a leitura. O *Diário de Notícias* tinha ainda a particularidade de ser "um jornal que proclamava a sua isenção em termos políticos",

[415] TENGARRINHA, 1989, p. 186.
[416] *A Terceira*, 4 de Janeiro de 1868, p. 1.
[417] *A Terceira*, suplemento de 24 de Janeiro de 1868, página única.

pelo que não dependia de apoios de figuras ligadas à política portuguesa, uma situação pouco comum no panorama jornalístico da época, onde predominavam os jornais de opinião, "que traduziam as batalhas travadas no domínio político"[418].

Mesmo com todas estas dificuldades, os anos que se seguiram ao golpe da Regeneração foram "a grande época de florescimento do jornalismo" em Portugal[419]. Em 1851 e 1866 foram publicadas novas leis de imprensa, que garantiam um progressivo aumento da liberdade de imprensa e da redução das limitações à publicação de textos políticos[420]. A imprensa de opinião política, que vinha de décadas anteriores, ganhou assim um novo fôlego, ao qual não foi alheio o interesse dos partidos em garantir meios de expressão das suas ideias: a imprensa era um espaço de debate com uma audiência muito mais vasta do que as galerias do Parlamento.

No caso do Partido Regenerador, foi-nos possível identificar um conjunto de publicações periódicas ligadas a esta organização, ou que lhe prestaram apoio. Não temos, porém, a pretensão de ter conseguido produzir a lista definitiva de jornais Regeneradores; por um lado, porque as mudanças políticas e de opinião que ocorreram durante as décadas em estudo levaram, por vezes, um mesmo jornal a defender diferentes grupos políticos, o que nos coloca obstáculos na análise; e, por outro lado, porque no tempo disponível não percorremos, com certeza, todas as fontes. Existirão sempre lacunas na investigação.

Ainda assim, é possível traçar, ao longo dos anos, uma longa série de jornais que apoiavam, de forma mais ou menos directa, o Partido Regenerador e os governos por ele liderados. Estes podem ser divididos em duas categorias: de um lado, jornais com variadas capacidades de difusão, espalhados por todo o país, que apoiavam o Partido Regenerador de forma oficiosa, ainda que por vezes seja possível apontar ligações a elementos do partido como mais à frente veremos; do outro lado, jornais oficiais do partido, na sua grande maioria incluindo no subtítulo referências à sua condição de órgãos Regeneradores em determinada localidade, que tinham um alcance geográfico bastante reduzido e, muitas vezes, um período de publicação bastante curto.

O que aqui se apresenta é uma tentativa de sistematização de ambos os conjuntos, mas que não está de forma alguma isenta de erros ou ausências. Confiamos

[418] MIRANDA, 2002, pp. 23-26; TENGARRINHA, 1989, p. 215.
[419] TENGARRINHA, 1989, p. 184.
[420] *Diário do Governo*, 24 Maio de 1851 e 17 de Maio de 1866.

nas fontes utilizadas quanto à filiação política dos jornais, mas enfrentamos também o obstáculo da pouca solidez partidária da época: o mesmo jornal, em diferentes momentos, pode ter apoiado diferentes grupos políticos. A ocorrência de cisões dentro dos partidos levava consigo jornais, pela ligação próxima que as publicações muitas vezes tinham com determinadas figuras. A existência de um público reduzido para muitos dos periódicos levava-os a depender de apoios financeiros, que por vezes só eram possíveis em troca de espaço nas suas páginas para defender as ideias de um partido político. Esta relação íntima entre jornalismo e política era comum na época e considerada não só normal como benéfica para ambas as partes.

Por vezes eram os próprios redactores do jornal a oferecer os seus serviços para a propaganda de um partido. Fontes Pereira de Melo recebeu uma carta de A. G. Ferreira de Castro, a respeito do patrocínio Regenerador para o *Jornal da Noite*: "Excusado é repetir aqui o que ja disse a V. Ex.ª em Lisboa com respeito ao Jornal da Noite, nem relembrar os sentimentos de respeito e gratidão que me levaram a oferecer expontaneamente a V. Ex.ª a direcção da politica do jornal, representada por pessôa que merecesse a confiança de V. Ex.ª e que de V. Ex.ª recebêsse as instruções precisas". O mesmo jornalista afirmava que se encontrara com "o Sr. Lopo Vaz, que me declarou não ter duvida em acceitar a direcção ostensiva do Jornal da Noite a partir do proximo Novembro"[421]. Esta associação entre os jornais e os partidos permite-nos ter acesso às ideologias partidárias defendidas, principalmente no que diz respeito ao Partido Regenerador, num momento em que não eram publicados programas de governo, e em que as proclamações feitas pelos deputados no Parlamento nem sempre eram claras quanto aos ideais de cada partido.

Os jornais eram, portanto, muitas vezes identificados através das figuras políticas que apoiavam, ou dos seus patronos políticos. No caso dos Regeneradores, o jornal mais conhecido, e aquele que durante mais anos acompanhou o partido, foi a *Revolução de Setembro*. O periódico começara a ser publicado em 1840, por iniciativa de José Estêvão, e contara pouco depois com a colaboração de António Rodrigues Sampaio. José Estêvão estivera envolvido nas batalhas da Guerra Civil, integrando o Batalhão Académico, viajando para Inglaterra com os liberais e desembarcando no Mindelo com D. Pedro. Fundara o seu primeiro jornal, *O Tempo*, em 1838 e, dois anos

[421] BNP, Reservados, CFPM, cx. 1, doc. 2, carta de A. G. Ferreira de Castro para Fontes Pereira de Melo, de 14 de Setembro [1879]. O autor é, com grande probabilidade, António Guilherme Ferreira de Castro, tenente de Artilharia, mais tarde proprietário e director do jornal *O Atlântico* (1880).

depois, encerrara-o para dar início à publicação da *Revolução de Setembro*[422]. Sampaio entrara para o mundo jornalístico através do jornal *A Vedeta da Liberdade*, publicado no Porto em 1835. Publicara depois *O Espectro*, entre 1846 e 1847, onde ganhara fama como autor de textos inflamados e, principalmente, pelas polémicas jornalísticas[423]. Nesses primeiros anos o jornal foi o principal meio na imprensa do sector mais avançado da política portuguesa e, a partir de 1842, foi o espaço privilegiado para os opositores de Costa Cabral. Com o evento da Regeneração, em 1851, a *Revolução* acompanhou o primeiro governo e tornou-se o jornal mais conotado com aquilo que viria a ser o Partido Regenerador. O periódico ganhou uma visibilidade nacional, pelo talento dos seus redactores e pelo seu envolvimento nos temas políticos da época, que a tornou um dos jornais mais vendidos de então: em 1870 o jornal vendia cerca de 23 mil exemplares por dia[424]. Durante cinco décadas passaram pela sua redacção alguns nomes conhecidos da política e da literatura portuguesa: Almeida Garrett, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, Latino Coelho, Manuel Pinheiro Chagas, Júlio César Machado, António Pedro Lopes de Mendonça, Eduardo Coelho, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, entre outros.

A *Revolução de Setembro* começou a sua publicação a 22 de Junho de 1840, e suspendeu-a a 23 de Março de 1892, depois da morte de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, último apoiante e financiador da manutenção do jornal. O redactor principal, à data, era António Cunha Belém, que sucedera a António Rodrigues Sampaio em 1882. O jornal voltou a ser publicado depois do regresso de Hintze Ribeiro ao poder, a 1 de Julho de 1900, e manteve-se até 20 de Janeiro de 1901, quando encerrou definitivamente. Entre 1887 e 1890, na sequência da morte de Fontes Pereira de Melo e da luta pela sucessão do Partido Regenerador, a *Revolução* acompanhou a Esquerda Dinástica de Barjona de Freitas, afastando-se assim do seu vínculo de várias décadas com a liderança oficial dos Regeneradores[425]. Essa decisão poderá ter contribuído para a perda de influência e,

[422] Para mais informações sobre o percurso jornalístico e político de José Estêvão v. TENGARRINHA, 2011.
[423] MÓNICA, 2006, vol. III, pp. 541-543. Sobre a carreira jornalística de António Rodrigues Sampaio e a sua importância no meio político da época ver SOARES, 2006, e SARDICA, 2013 (b), pp. 123-155.
[424] MÓNICA, 2006, vol. III, p. 541.
[425] Os motivos que levaram a redacção da *Revolução de Setembro* a apoiar a Esquerda Dinástica são pouco claros, mas tudo leva a crer que se prenderam com escolhas pessoais dos seus redactores: depois da morte de António Rodrigues Sampaio a *Revolução* teria passado a ser dirigida por António Manuel da Cunha Belém e João Carlos Rodrigues da Costa. No que diz respeito a este último não conhecemos a sua preferência política durante os tempos conturbados dos Regeneradores, mas Cunha Belém era um apoiante publicamente reconhecido de Barjona de Freitas; PEREIRA, 2004, vol. I, pp. 877-879.

principalmente, de capacidade financeira, que a levou a desaparecer nos últimos anos do século.

Por essa altura a *Revolução* foi substituída no cargo de órgão oficioso Regenerador pela *Gazeta de Portugal*, nascida em Novembro de 1887 para representar a facção apoiante de António de Serpa Pimentel na liderança do partido, e que haveria de se manter em publicação até 1892. A sua direcção ficara nas mãos do próprio Serpa, mas este jornal, tal como a *Revolução*, também foi profundamente afectado pela morte de Lopo Vaz, que era na altura o político mais influente na estrutura interna do Partido Regenerador, e um possível candidato a chefe. Durante a década de 1890, depois da morte de Lopo Vaz, e tendo em conta o progressivo afastamento de António de Serpa Pimentel das lides políticas, foi Hintze Ribeiro quem ganhou maior visibilidade dentro dos Regeneradores, e o jornal *A Tarde* aquele que o acompanhou. O resultado desta mudança no equilíbrio de poderes foi a fusão da *Gazeta de Portugal* com *A Tarde* em 1892[426]. Esta última tinha começado a ser publicada em 1889 e manteve-se até 1905, tendo como director durante grande parte da sua duração Artur Urbano Monteiro de Castro, deputado Regenerador nas décadas de 1880 e 1890. Urbano de Castro abandonou a redacção do jornal em 1901, aquando da cisão de João Franco que viria a dar origem ao Partido Regenerador Liberal: por ser amigo tanto de Hintze Ribeiro como de João Franco, Urbano de Castro recusou-se a apoiar com textos jornalísticos qualquer deles, abandonando a vida política[427].

Nos anos finais da Monarquia o mundo do jornalismo político fragmentou-se, tal como aconteceu com os partidos políticos. O *Diário Popular*, fundado por Mariano de Carvalho em 1866, ligado à política Reformista e Progressista, alterara o seu posicionamento e era, em 1907, dirigido por Júlio de Vilhena, quando este ascendeu à liderança do Partido Regenerador[428]. Também o *Novidades*, criado em 1885 por Emídio Navarro, apoiara o Partido Progressista, mas fora-se inclinando para os Regeneradores com o passar do tempo e era, nos últimos anos da Monarquia, o jornal associado a

[426] SCHWALBACH, 1944, p. 140.
[427] *A Tarde*, 15 de Maio de 1901, p. 1, carta de Urbano de Castro de 14 de Maio de 1901.
[428] Entre 1896 e 1907, o *Diário Popular* foi publicado sob o nome *O Popular*. *O Popular* foi suspenso a 20 de Novembro de 1907, devido às leis repressivas da imprensa de João Franco, e regressou como *Diário Popular* a 4 de Dezembro de 1907. Ocorreram outras mudanças na organização interna do jornal: Augusto César Claro da Rica fora até aí o director, e Carlos Mariano de Carvalho o redactor principal. A partir de Dezembro entrou José de Azevedo Castelo Branco para a direcção, pelo que Claro da Rica foi despromovido a redactor principal, e Carlos Mariano de Carvalho a secretário da redacção; *Diário Popular*, 4 de Dezembro de 1907, p. 1.

António Teixeira de Sousa. Já Campos Henriques, que entrou em conflito com os Regeneradores, e autonomizou a sua própria facção, tinha na imprensa o jornal *Notícias de Lisboa*, fundado em 1905. Em Janeiro de 1910 apareceu ainda *O Imparcial*, que apoiava Wenceslau de Lima, mas o seu período de publicação acabou por se revelar reduzido[429]. Quanto aos periódicos dos restantes partidos, os Progressistas mantinham o *Correio da Noite* como principal órgão de imprensa, mas a corrente de António Cabral tinha *O Liberal*; a Dissidência Progressista fazia-se ouvir através de *O Dia*, que fora originalmente dirigido por António Enes, e os Nacionalistas, depois de o *Correio Nacional* ter fechado em 1906, tinham transitado para *A Opinião*, e mais tarde para o *Portugal*; quanto aos Franquistas, os que não se tinham afastado da política depois do regicídio, liderados por Vasconcelos Porto, expressavam-se através do *Correio da Manhã*[430].

Quanto aos jornais oficiais do Partido Regenerador, a sua publicação, salvo raras excepções, nunca atingiu a longevidade ou a visibilidade que tiveram os periódicos anteriormente referidos. A média de anos de publicação, para o continente, foi de cerca de 5 anos, e para as ilhas foi de cerca de 3 anos, o que é revelador da pouca duração da grande maioria destes periódicos [431]. A publicação destes jornais nem sempre era regular, e tinham um carácter essencialmente regionalista; ainda que iniciassem a sua publicação com o objectivo de se manterem activos, contrariedades políticas ou financeiras acabavam por os condenar ao encerramento. Apesar de não ser possível averiguar o número de exemplares impressos destes jornais, a sua quantidade seria possivelmente reduzida.

Um dos exemplos mais curiosos de jornais oficiais do Partido Regenerador foi, precisamente, *O Partido Regenerador*. Tratou-se do único jornal oficial do partido publicado em Lisboa, mas teve um período de publicação bastante reduzido: o jornal foi lançado a 1 de Agosto de 1887, e o nº 27, o último, foi publicado a 31 de Agosto do mesmo ano. Na verdade, apesar de procurar ser um meio de ampla dispersão, a sua criação cumpriu um propósito muito específico no contexto político da época: o jornal foi lançado para servir de meio de imprensa da facção Regeneradora que apoiou a nomeação de António de Serpa Pimentel para chefe do partido, e iniciou a sua

[429] MARQUES, 1981, p. 24.
[430] RAMOS, 1994, p. 353; VALENTE, 1974, p. 142.
[431] Ver Anexo 4, pp. 44-47, para a informação detalhada sobre os periódicos oficiais do Partido Regenerador e os respectivos intervalos de publicação.

actividade precisamente com a publicação do manifesto assinado por 157 personalidades do Partido Regenerador. O director e editor d'*O Partido Regenerador* era Filipe de Carvalho, deputado Regenerador pela Horta entre 1874 e 1887, e o periódico fazia questão de ostentar sob o título a indicação de que era publicado "sob a chefia do conselheiro d'estado Antonio de Serpa Pimentel"[432].

A publicação deste jornal serviu principalmente para avaliar os apoios do partido a nível nacional. Durante todo o mês de Agosto de 1887, *O Partido Regenerador* foi publicando listas de outros periódicos que confirmavam o seu apoio a António de Serpa, ou cartas enviadas por influentes Regeneradores, declarando a sua lealdade ao novo chefe Regenerador. Foi também o veículo privilegiado do conflito com os apoiantes de Barjona de Freitas – agrupados em torno da *Revolução de Setembro* – que, segundo *O Partido Regenerador*, estavam a "instigar os seus amigos, contra o nosso honradissimo e nobilissimo chefe, o sr. Antonio de Serpa, e contra o partido regenerador puro", que era o seu, em oposição à dissidência que se estava a formar[433]. O jornal encerrou no final de Agosto de 1887, e Filipe de Carvalho, o principal esteio de António de Serpa na imprensa, acabou por morrer pouco tempo depois. A representação da sua liderança no Partido Regenerador passou a ser feita pela *Gazeta de Portugal*, que defendia "a politica larga, liberal e tolerante, inaugurada ha trinta e seis annos pelo partido regenerador, politica pratica, de ordem e de progresso, de evolução e de opportunidade"[434].

Também os Regeneradores do Porto fizeram surgir, em 1881, o jornal *O Regenerador. Orgão do Partido Regenerador do Porto*; para o seu lançamento, a 8 de Agosto, terá contribuído, com grande probabilidade, a realização de eleições a 21 de Agosto. Mas o que de mais relevante se retira do número inaugural do jornal é a sua indicação de que não era necessário apresentar um programa político quando se ostentava no subtítulo a filiação ao Partido Regenerador: "Dispensava a apresentação de um programma quem desfralda aos quatro ventos o lemma synthetico que encima o nosso jornal"[435]. Ainda assim, aceitavam traçar a sua "linha de conducta entre os partidos belligerantes": "somos uns filhos humildes do povo, d'esse mofino povo que, como o pelicano, tem nutrido de suas entranhas muito filho renegado e perjuro, que lhe paga na mais negra das ingratidões seus extremos desvelos". Eram, principalmente,

[432] *O Partido Regenerador*, 1 de Agosto de 1887, p. 1.
[433] *O Partido Regenerador*, 3 de Agosto de 1887, p. 1.
[434] *Gazeta de Portugal*, 1 de Novembro de 1887, p. 1.
[435] *O Regenerador. Orgão do Partido Regenerador do Porto*, 8 de Agosto de 1881, p. 1.

opositores dos Progressistas, esses "especuladores de má morte", "Nabuchodonosores de vil raça", cujas calúnias até o trono tinham atingido[436].

Um jornal interessante pela sua longevidade é *A Terceira: jornal politico, commercial, agricola e noticioso*, publicado a partir de 1859 em Angra do Heroísmo – e que se manteve até à queda da Monarquia[437]. O jornal era propriedade de André Meireles do Canto e Castro, jornalista açoriano, e esteve sob a influência de José Maria Sieuve de Meneses, conde de Sieuve de Meneses[438]. Canto e Castro era apoiante do Partido Regenerador, e Sieuve de Meneses foi uma figura de topo da política Regeneradora nos Açores, influente regional do Partido Regenerador em Angra do Heroísmo, desempenhando diversos cargos na política local, para além de ter sido deputado e par do Reino[439].

Na fase final do regime monárquico o jornal passou a ostentar o subtítulo de *Orgão do partido regenerador*, mas a sua ligação ao Partido Regenerador era anterior: quando, em 1860, o governo de Joaquim António de Aguiar abandonou o poder e foi substituído por Loulé, *A Terceira* lançou duras críticas ao novo governo Histórico, colocando-se abertamente em oposição a este[440]. Mais tarde, em 1902, no âmbito da crise provocado pela dissidência de Jacinto Cândido, a redação d'*A Terceira* informava os seus leitores que "A *Terceira*, meus senhores, é hoje o que sempre foi, o orgão do partido regenerador terceirense. O ex.moº conselheiro Jacinto Cândido da Silva, que pessoalmente muito estimamos, e cujo talento e honestidade de caracter muito respeitamos, nunca foi senhor nem possuidor da *Terceira*. Quando s. ex.ª nasceu, e quando homem se filiou no partido regenerador, era a *Terceira* politicamente o que é hoje"[441]. Apesar deste empenho em apoiar o Partido Regenerador, o envolvimento deste jornal nas polémicas políticas da época era mais reduzido do que os seus congéneres de Lisboa, uma vez que uma boa parte do noticiário do jornal dizia respeito a questões regionais.

No geral, os jornais oficiais do Partido Regenerador não conseguiam ter a longevidade ou visibilidade dos exemplos anteriores. Tratava-se de jornais que

[436] *O Regenerador. Orgão do Partido Regenerador do Porto*, 8 de Agosto de 1881, p. 1.
[437] *A Terceira: jornal politico, commercial, agricola e noticioso. Orgão do partido regenerador*, 8 de Janeiro de 1859.
[438] "Imprensa periódica nos Açores", *Archivo dos Açores*, vol. 8, 1886, p. 532.
[439] SOUSA, 2004, vol. II, pp. 918-919.
[440] *A Terceira*, 21 de Julho de 1860, p. 1.
[441] *A Terceira*, 21 de Agosto de 1902, p.1.

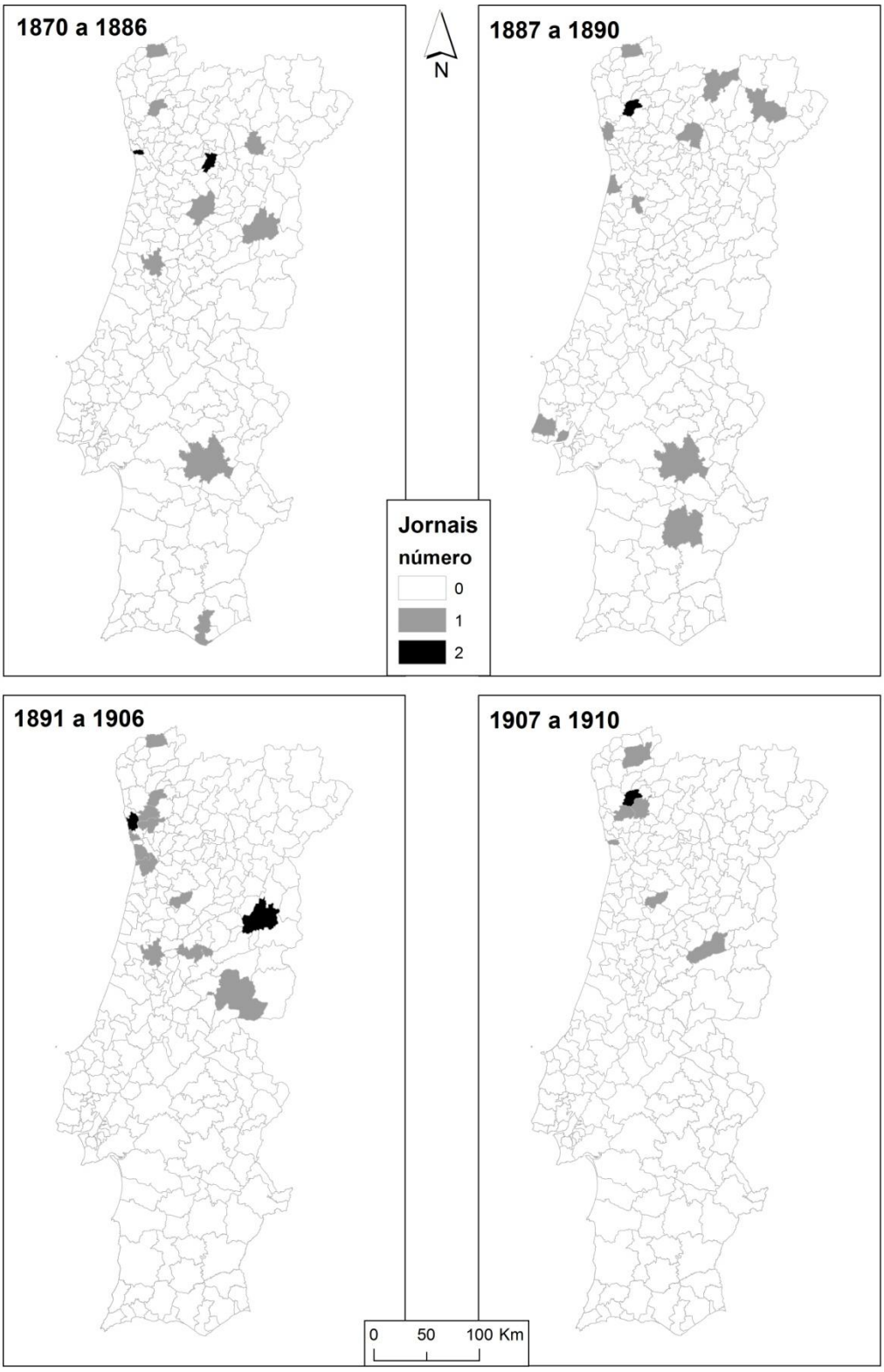
publicavam essencialmente notícias relacionadas com o concelho onde eram produzidos, e que eventualmente davam conta de notícias de carácter nacional caso estas fossem particularmente importantes para a vida dos cidadãos. Eram, principalmente, os meios de os principais caciques do partido passarem informações aos seus correligionários: o *Jornal do Povo*, publicado na Guarda entre 1902 e 1910, era o órgão de imprensa do «Centro Regenerador da Guarda – Hintze Ribeiro e José Cavalheiro», dirigido por Alberto da Silva, que era em simultâneo o líder Regenerador local. O jornal tinha como função central transmitir aos apoiantes do partido na região da Guarda as novidades ocorridas no centro do poder, em Lisboa, comunicando as convocatórias de reuniões e os resultados delas obtidos, e dando conta das principais movimentações governamentais[442].

Outro exemplo da imprensa partidária como meio de difusão do caciquismo é *O Leça. Orgão do Partido Regenerador de Bouças e Maia*, que iniciou a sua publicação a 1 de Fevereiro de 1906. No seu primeiro número o jornal ostentava os retratos das três figuras mais importantes do partido: o chefe Hintze Ribeiro, e dois dos caciques mais importantes da região portuense, Artur Campos Henriques e Wenceslau de Lima. O jornal foi dando conta das decisões tomadas pelo líder do partido, das reuniões organizadas e dos discursos proferidos, e da luta contra o governo «ditatorial» de João Franco. *O Leça* acabaria por deixar de ser publicado pouco depois do Regicídio[443]. Existem também alguns jornais regionais que começaram a sua actividade centrados na política e nas lutas partidárias, e que posteriormente transitaram para um modelo exclusivamente noticioso, que lhes permitiu manter-se activos até à actualidade. Casos disso são *A Semana Tirsense*, o *Correio da Feira*, e *O Vilacondense*.

Foi-nos possível identificar um total de 67 jornais oficiais do Partido Regenerador, estendendo-se do início da década de 1870, ao final da Monarquia, em 1910 [Imagem 3]. Para além de um grande número de periódicos em território continental, foi-nos também possível identificar um número significativo nas ilhas, especialmente no arquipélago dos Açores, que não foram incluídos na transposição cartográfica por questões de ordem técnica[444].

[442] *Jornal do Povo*, especialmente números de 1909.
[443] *O Leça. Orgão do Partido Regenerador de Bouças e Maia*, 1 de Fevereiro de 1906 e 6 de Fevereiro de 1908.
[444] As publicações insulares tinham origem essencialmente em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Velas, no caso dos Açores, e no Funchal, no caso da Madeira. Ver Anexo 4, pp. 44-47.

Imagem 3. Jornais oficiais do Partido Regenerador, organizados por concelho de publicação (1870-1910)



Fonte: Anexo 4

A análise dos mapas leva-nos a considerar que, ao contrário do que seria de esperar, houve uma progressiva redução no espaço geográfico coberto pelas publicações Regeneradoras. O ritmo de produção dos jornais oficiais dos Regeneradores parece arrancar verdadeiramente na década de 1870, o que se ajusta ao que já vimos em relação aos centros locais do Partido Regenerador. O momento de maior dinamismo parece ocorrer entre o final da década de 1880 e a década de 1890, mais ou menos no mesmo período em que a liderança dos Regeneradores estava formalmente nas mãos de Serpa Pimentel, apesar da influência de bastidores de políticos como Hintze Ribeiro e Lopo Vaz. Nos últimos anos da Monarquia assistimos a uma diminuição da geografia abrangida, especialmente no que diz respeito ao Centro e Sul do país. Quanto aos concelhos onde se verificou a publicação de mais de um jornal em simultâneo, localizavam-se essencialmente na Beira (Lamego e Guarda) e na região Norte (Porto, Vila do Conde e Braga), o que está em linha não só com a menor proporção de jornais no Centro e Sul, mas também com a cartografia dos centros locais, onde se verificava uma semelhante ausência de centros Regeneradores no Sul do país.

O número de publicações e a sua dispersão no território nacional leva-nos a concluir que a imprensa oficial foi uma forma de comunicação utilizada pelo Partido Regenerador numa dimensão bastante limitada. A grande maioria dos periódicos tinha um intervalo de publicação reduzido, e o seu carácter regional não era colmatado pela quantidade de jornais em actividade simultânea. A imprensa, à época, tinha ainda um alcance limitado, que os jornais políticos não pareciam querer ultrapassar: tratava-se de uma forma de comunicação dirigida à elite, que não tinha verdadeiro impacto na vida partidária. Tal como se verificou a propósito dos centros locais do partido, a principal base de apoio dos Regeneradores era o conjunto de caciques que controlavam entre si a massa de votantes, e negociavam os apoios e favores necessários com a liderança partidária e o governo. A imprensa partidária regional era, em grande medida, apenas uma ocupação intelectual para alguns apoiantes partidária, através da qual conseguiam mostrar serviço e visibilidade perante a cúpula do partido, obtendo em troca reconhecimento, nomeadamente através do acesso às assembleias-gerais do partido[445].

[445] Na assembleia de Fevereiro de 1909, a mais concorrida do Partido Regenerador, estiveram presentes os redactores de diversos jornais regionais do partido: *O Algarve* (de Faro), *Folha de Beja*, *Distrito de Vila Real*, *A Semana* (Lamego), *A Defesa* (Pombal), *O Alto Minho* (Monção), *Correio da Feira*, *Jornal do*

2. RIVALIDADES E DISSIDÊNCIAS

Dentro dos partidos políticos emergem com frequência, tal como Angelo Panebianco apontou no seu estudo sobre a organização partidária, grupos de «carreiristas», elementos determinados em obter recursos que lhes permitam aumentar o seu poder e influência na estrutura do partido e, dessa forma, ter meios para competir pela liderança[446]. Nos momentos em que os grupos de carreiristas sentem ter atingido o grau adequado de suporte para entrar em conflito com a liderança oficial e obter sucesso, vemos emergir dissidências. Contudo, a forma como estes processos decorrem não é linear nem sistemática. Por vezes as facções mantêm-se latentes durante longos períodos de tempo, outras vezes oficializam-se num curto espaço de tempo e obtêm sucesso, ou são sufocadas e novamente absorvidas através de manobras de bastidores do partido.

No caso da Monarquia Constitucional portuguesa, poucos foram os casos de dissidências de grandes partidos que conseguiram encontrar o seu espaço nos mecanismos políticos e eleitorais e transformar-se elas próprias em partidos políticos. Um dos casos mais conhecidos, e possivelmente mais paradigmático, terá sido o do Partido Reformista, formado por antigos elementos do sector mais radical do Partido Histórico que, mais tarde, se voltaram a unir aos Históricos através da fusão que deu origem ao Partido Progressista, em 1876. O complexo processo de origem dos Progressistas seria, aliás, visível na sua orgânica interna e nas facções que ao longo dos anos viriam a marcar o partido: era sabido que Anselmo Braamcamp fora escolhido como líder Progressista precisamente por ser o dirigente com menos poder pessoal, o que garantia o equilíbrio de influências dentro da organização[447]. No que diz respeito aos Regeneradores, as suas dissidências mais bem-sucedidas foram o Partido Regenerador Liberal e o Partido Nacionalista, cujo processo de formação e afirmação iremos analisar mais à frente.

Povo (Guarda), *Folha da Manhã* (Barcelos), *Correspondência de Coimbra*, *Distrito de Aveiro*; *Diário Popular*, 3 e 4 de Fevereiro de 1909, p. 1.

[446] PANEBIANCO, 1988, pp. 25-30.

[447] FERNANDES, 2010 (a), p. 77. Quando os Progressistas chegaram pela primeira vez ao governo, entre 1879 e 1881, as complexas origens do partido começaram a revelar-se em divergências internas: José Luciano de Castro, oriundo dos Históricos, dizia-se farto dos antigos Reformistas, enquanto estes impunham a sua ideologia de contenção orçamental nas medidas governamentais. Mais tarde outro grupo se viria a formar entre os Progressistas, a «Vida Nova», inspirado nas palavras de António Cândido, e com grande influência de Oliveira Martins; FERNANDES, 2010 (a), pp. 136 e 205. Já no final da Monarquia o Partido Progressista assistiria ainda à emergência da Dissidência Progressista, liderada por José Maria de Alpoim.

Enquanto instituição política, e tal como outros partidos políticos do mesmo período ou de períodos seguintes, o Partido Regenerador não se apresentou como um grupo de elementos políticos regidos exactamente pelos mesmos ideais e interesses. Como anteriormente vimos, o Partido Regenerador foi, isso sim, uma federação de sensibilidades políticas, nem sempre concordantes, e muitas vezes abertamente divergentes: Oliveira Martins chamou-lhe um conjunto de "hostes, ou bandos, ou clientelas enfeixadas pela arte do senhor Fontes"[448]. Desde a sua formação que os Regeneradores conviviam com diferentes correntes de pensamento nas suas fileiras, sendo constituídos por políticos de diferentes proveniências ideológicas, como vimos anteriormente. Por outro lado, as características particulares da organização interna do Partido Regenerador podem ter favorecido aqueles que pretendiam exercer a sua influência e formar grupos autónomos. A instabilidade da liderança oficial Regeneradora, em determinados momentos, conduziu a uma dispersão dos membros do partido e a uma fragilização dos apoios, permitindo a formação de facções que questionavam a hierarquia instituída.

É, assim, necessário analisar o caso específico do Partido Regenerador com atenção, tendo em conta as circunstâncias em que as facções emergiram no seu seio e, eventualmente, se formalizaram, e quem eram os líderes destes grupos divergentes. Tentaremos avaliar se o grau de importância que as rivalidades adquiriram dentro do partido esteve intimamente relacionado com a capacidade de liderança do chefe do partido, ou se foi a conjuntura e as circunstâncias políticas do momento que incentivaram ou limitaram o sucesso de cada uma das dissidências. Pretendemos assim compreender se as diferentes sensibilidades políticas vieram à superfície em momentos de fragilização das estruturas do partido, se o seu sucesso foi condicionado pelo momento histórico em que emergiram, e se foram impulsionadas pela preocupação dos membros com o rumo que o partido tomava, ou tiveram na sua origem a concretização de interesses pessoais.

2.1. As facções dos anos 70

Depois do lento processo de formação durante a década de 1850, e da instabilidade política da década de 1860, os anos de 1870 revelaram-se um período de

[448] MARTINS, 1959, vol. IV, p. 191.

consolidação para o Partido Regenerador. O partido conseguira cruzar as diferentes origens dos seus membros e não se decompor depois da experiência do «Ministério da Fusão», mas o resultado fora uma organização mudada. Depois dos anos politicamente conturbados de 1868 a 1870, com o golpe da Janeirinha, a emergência do Partido Reformista e a «Saldanhada», surgiu um novo quadro político, marcado principalmente pela figura de Fontes Pereira de Melo. Foi durante a década de 1870 que Fontes firmou a sua posição enquanto líder do Partido Regenerador e, em simultâneo, representante dessa visão política que haveria de ficar conhecida como «Fontismo».

É, todavia, simplista pensar que Fontes Pereira de Melo não encontrou resistências à sua afirmação dentro do Partido Regenerador, ou não viu o seu centralismo contestado em momentos mais tardios. O facto de não terem ocorrido cisões formais durante a década de 1870 não significa que não existisse uma luta surda pela preponderância política dentro dos Regeneradores.

Em Setembro de 1871 tomou posse aquele que haveria de ser o mais longo governo da história da Monarquia Constitucional – com cerca de 5 anos e 6 meses – e que foi também o primeiro sob a presidência de Fontes Pereira de Melo. Foi durante este longo governo que várias iniciativas de melhoramentos materiais foram postas em prática, ajudando a fortalecer a aura desenvolvimentista associada não só a Fontes como a todo o Partido Regenerador. Mas, devido à menor conflitualidade política exterior, foi também um período em que alguns indivíduos puderam despender mais energias na criação de grupos de suporte dentro do partido. Terá sido por isso que, durante os anos 70, se formaram dentro do Partido Regenerador três facções, que haveriam de se tornar evidentes a partir do fim do primeiro governo fontista, em Março de 1877 e, principalmente, durante o seu segundo governo, entre Janeiro de 1878 e Junho de 1879.

Assim sendo, de um lado existiam os «conservadores» ou «doutrinários», cuja principal figura era José Maria do Casal Ribeiro, Conde de Casal Ribeiro, mas entre os quais é também referido com frequência Martens Ferrão. Tratava-se de um grupo que fazia uma defesa enérgica dos princípios presentes na Carta Constitucional, e cuja acção se limitava essencialmente à Câmara dos Pares[449].

No extremo oposto encontrava-se o grupo dos «radicais» ou «avançados», tutelado pela figura de Augusto César Barjona de Freitas, e composto por jovens que

[449] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 255; FERNANDES, 2012 (c), p. 42.

haveriam de desbravar caminho na política dos anos seguintes, como Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Júlio de Vilhena, Marçal Pacheco ou Augusto Fuschini. Na imprensa os «avançados» tinham como principal apoio o *Comércio de Lisboa*, do qual Luciano Cordeiro era o redactor[450].

Por fim, numa posição mais centralista e mais flexível, encontravam-se os «oportunistas», ligados ao chefe do partido, Fontes Pereira de Melo, e formados por elementos da «velha guarda» Regeneradora: António de Serpa Pimentel, António Rodrigues Sampaio, Andrade Corvo, Tomás Ribeiro, entre outros; a estes viria a juntar-se o jovem Hintze Ribeiro, próximo do grupo de discípulos de Barjona de Freitas por idade e confraternização universitária, mas menos ligado a estes em termos de pensamento político. Os «oportunistas» – também referidos por vezes como «fontistas» – tinham como principais órgãos na imprensa a *Revolução de Setembro*, dirigida por Rodrigues Sampaio, o *Jornal do Comércio* e o *Diário Ilustrado*[451].

Esta divisão interna dos Regeneradores sugerida por alguma bibliografia adequa-se ao comportamento demonstrado pelos membros do partido e parece representar, no final da década de 1870, a confirmação das diferenças que começaram a emergir desde logo durante o processo de formação do partido e, em simultâneo, o despontar de divergências entre alguns membros que, mais tarde, especialmente depois da morte de Fontes Pereira de Melo, viriam a quebrar definitivamente o partido em vários grupos.

Se durante o longo governo Regenerador as ambições internas dos membros do partido se tinham mantido aparentemente em equilíbrio pela forte liderança de Fontes, tudo se alterou em Março de 1877, quando Fontes Pereira de Melo abandonou o poder e partiu numa viagem pela Europa[452]. A justificação para a queda do governo fora a da doença de dois ministros. Fontes andava há semanas a lutar com uma dor de dentes; Serpa também estava doente, e comunicava ao chefe do governo que estava a chegar ao limite das suas forças: "Vão-me faltando as forças, ha dous dias a sentir-me doente, e chamo para esto a attenção de V. Ex.ª. (…) Hoje as circunstancias não tem a mesma gravidade, o estado da fazenda melhorou consideravelmente, eu tenho feito o que tenho

[450] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 255; FERNANDES, 2010 (a), p. 77.
[451] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 255; FERNANDES, 2010 (a), p. 77.
[452] MÓNICA, 2010, pp. 119-120.

podido, mas ja não posso mais, phisicamente. (…) Ha quatro annos e meio que não tenho tido 15 dias de descanso"[453].

Entre os Regeneradores, nem todos aceitaram os motivos da demissão. Já a oposição ficou furiosa com a atitude aparentemente arrogante de Fontes: "tentava-se endeusar o sr. Fontes, forjavam-se noticias falsas de recepções espetaculosas em Madrid, pagavam-se reclames em jornaes estrangeiros, eram levantados ás nuvens os jantares e as ceias de madame Ratazzi ao joven prodigio portugues, e o sr. Mendes Leal [embaixador de Portugal em Paris] esquecia a obrigação de defender o credito do seu paiz, para só cuidar de redigir e publicar artigos laudatorios muito bem pagos, para honra e gloria do sr. Fontes"[454].

Apesar da luta de poder entre as diferentes sensibilidades que compunham os Regeneradores, Fontes estava consciente da sua importância não apenas dentro do partido, mas no panorama político da época. Foi precisamente por isso que, quando o correspondente italiano do jornal espanhol *La Época* deu conta da visita de Fontes ao Papa Pio IX, afirmou que o antigo chefe do governo de Portugal "viaja por Italia mientras vuelve á la dirección de los negocios de aquel reino"[455]. A expressão deu brado entre a oposição portuguesa, mas a sua veracidade foi comprovada quando, em Janeiro de 1878, o Marquês de Ávila e Bolama foi substituído por um novo governo Regenerador. Se os Progressistas não tinham gostado da forma como os Regeneradores tinham cedido o poder a Ávila, ainda menos gostaram quando Fontes recebeu do rei a indicação para formar novamente governo. Nos dias que se seguiram à tomada de posse do executivo Regenerador teve início a campanha da imprensa Progressista contra Fontes Pereira de Melo e, especialmente, contra D. Luís. O monarca tinha tratado de "ludibriar um homem carregado de annos e de serviços como o sr. Marquez de Avila", obedecendo "cegamente aos caprichos de uma camarilha avida e sem consciencia"; se o rei se opunha à dissolução que alegadamente havia sido pedida pelo governo Regenerador quando abandonou o poder, "então adiasse as cortes em 1876 para o sr. Fontes se curar dos dentes, ou chamasse para organisar o gabinete o sr. Conde de Casal Ribeiro, o sr. Martens Ferrão ou outro qualquer chefe regenerador". Mas D. Luís tinha tomado uma decisão diferente e, por isso, "além da sorte do povo, apenas lamentamos a de umas louras e inocentes crianças que tendo nascido sob tectos dourados, só Deus

[453] BNP, Reservados, CFPM, cx. 1, carta de António de Serpa Pimentel de 28 de Janeiro de 1877.
[454] *Diário Popular*, 23 de Julho de 1877, p. 1.
[455] *La Época*, 14 de Julho de 1877, p. 3.

sabe aonde, á força de imprudencias, irão terminar os seus dias". Por tudo isso, "o manto real tornou-se capa de malfeitores e abrigo de maleficios"[456]. O tom era violento, quase tão violento como as palavras usadas por alguma imprensa contra D. Maria II no tempo de Costa Cabral.

Mesmo entre alguns Regeneradores a escolha de Fontes não foi recebida com agrado. Duarte Nogueira Soares, um Regenerador conservador, escreveu que, ao nomear o Marquês de Ávila para formar governo em 1877, o rei "quiz apenas que este guardasse as cadeiras do poder emquanto o chefe do partido regenerador não voltava (*mientras vuelve* – era a phrase favorita) da sua viagem de recreio"[457]. O executivo Avilista haveria de receber precisamente esse epíteto, «governo de mientras vuelve».

Depois de regressado ao poder, Fontes teve de tratar de serenar os ânimos dentro do partido. Por um lado, precisava de agradar aos radicais de Barjona de Freitas: apesar de os discípulos de Barjona, como Lopo Vaz, Hintze Ribeiro, Júlio de Vilhena e Manuel de Assunção, terem estado entre os mais enérgicos opositores ao governo do Marquês de Ávila em Janeiro de 1878, nenhum deles tinha sido elevado a ministro. Barjona ficou com a pasta da Justiça, mas era inquieto, e Fontes precisava dele: Barjona era o elo de ligação entre os Regeneradores e os Republicanos lisboetas, e o principal patrocinador da aliança para as eleições municipais que essas duas forças políticas mantinham[458]. Fontes foi então buscar a lei eleitoral que Ávila tinha apresentado a 7 de Janeiro desse ano, e que era da autoria do próprio marquês, e Lopo Vaz fez-lhe algumas alterações[459]. A lei, que alterava a geografia dos círculos eleitorais, passando de 107 para 149, tinha como principal novidade a criação de um novo critério de atribuição do direito de voto: a categoria dos «chefes de família». O conceito abrangia todos os homens maiores de 21 anos que fossem efectivamente chefes de família, independentemente dos seus rendimentos ou do grau de instrução. Era um passo importante para a liberalização do voto.

Se assim Fontes conseguia contentar os jovens pupilos de Barjona, por outro lado, teve de fazer cedências junto dos conservadores de Casal Ribeiro, que não ficaram satisfeitos com uma lei eleitoral tão democratizante. Para agradar aos conservadores, Fontes recuperou a proposta de reforma da Câmara dos Pares que Casal Ribeiro tinha

[456] *Diário Popular*, 28 e 29 de Janeiro de 1878, p. 1.
[457] SOARES, 1883, p. 192.
[458] GOMES, 1907, vol. XII, p. 487.
[459] SARDICA, 2005, pp. 554-555; MÓNICA, 1996, p. 1052.

apresentado em 1875, e que tinha ficado convenientemente esquecida desde então. A principal alteração face à lei vigente proposta por Casal Ribeiro consistia na criação de categorias sócio-profissionais às quais os novos pares do Reino tinham de pertencer. Para continuar a garantir o equilíbrio de poderes dentro do seu partido Fontes conseguiu que o relator da comissão encarregue de analisar o projecto fosse Júlio de Vilhena[460].

O texto de Casal Ribeiro sofreu poucas alterações mas, ainda assim, o projecto tinha a particularidade de "não agradar aos conservadores, nem aos progressistas, nem à opinião pública"[461]. Alguns conservadores achavam que os poderes do rei ficavam parcialmente limitados pela criação de categorias de entre as quais aquele poderia escolher os pares. Os Progressistas, pelo seu lado, defendiam alterações muito mais profundas, como o fim da hereditariedade. Mariano de Carvalho ironizava, dizendo que, graças aos méritos do projecto de Casal Ribeiro, "deve a patria estar salva, ou ir de caminho para isso"[462]. Para o chefe do governo, o impacto real desta alteração no funcionamento da Câmara dos Pares era reduzido, pelo que a sua aprovação não lhe trazia problemas de maior. Desta forma, Fontes conseguia dar a mão tanto aos radicais como aos conservadores, e manter as facções temporariamente pacíficas. Mas, segundo os Progressistas, as tentativas de negociação de Fontes com os diferentes sectores do seu partido deviam-se menos a um interesse em manter as boas relações, e mais ao medo que Fontes tinha da ameaça que tanto Casal Ribeiro como Barjona podiam representar[463]. Os rumores de divergências dentro do governo continuaram, especialmente entre Fontes e Barjona, e Barjona haveria mesmo de deixar a pasta da Justiça em Novembro de 1878, em conflito com os restantes ministros por causa do projecto de registo civil[464].

O desacordo entre os grupos que constituíam o Partido Regenerador voltaria a dar que falar em 1881, quando subiu ao poder o executivo Regenerador que ficaria conhecido como o «Governo dos Meninos». Presidido por António Rodrigues Sampaio, e composto por alguns dos apoiantes mais próximos da facção radical de Barjona de Freitas, este governo ficou marcado pela sua atitude muito aguerrida em relação ao Partido Progressista nas eleições de Agosto de 1881, que veremos de forma desenvolvida no capítulo 3. Na altura correram rumores de que o objectivo de Fontes

[460] LUCAS, 2012, pp. 74-75.
[461] FERNANDES, 2010 (a), p. 63.
[462] *Diário Popular*, 9 de Março de 1878, p. 1.
[463] *Diário Popular*, 20 de Março de 1878, p. 1.
[464] *Diário Popular*, 3 de Maio de 1878, p. 1.

Pereira de Melo ao dar um cheque em branco aos barjonáceos para organizar as eleições era o de lhes permitir formar um partido próprio, que se viria a sobrepor aos Progressistas no sector mais liberal da Monarquia: "a gente mais turbulenta, a mocidade esperançosa, elegeria como chefe o sr. Barjona de Freitas; seria este o partido avançado, o novo partido progressista, para dar satisfação aos que querem reformas políticas (…) a outra secção do partido regenerador ficaria constituída com os homens da velha guarda, tendo o sr. Fontes como chefe. E assim se completavam os arranjos de uns e outros! O poder não sairia mais das mãos dos regeneradores; as duas secções formariam os dois eixos da rotação constitucional, sem necessidade de se ressuscitar o exterminado partido progressista, ou de se chamar o partido constituinte, do mesmo modo exterminado ou absorvido previamente"[465].

O radicalismo de certos Regeneradores, com Barjona à cabeça, era de tal forma significativo que Nogueira Soares o considerava mais radical que o próprio Partido Progressista: "Os srs. Braamcamp, Abreu e Sousa, visconde de S. Januario, e ainda o sr. Luciano de Castro, chefes do partido progressista, são conservadores com relação ao sr. Barjona de Freitas, que é um dos estadistas mais eminentes e influentes do partido regenerador"[466]. Tivesse ou não existido um plano para autonomizar a «unha negra» Regeneradora, a verdade é que nunca se concretizou. Depois da «guerra de extermínio» em que se tornaram as eleições de 1881, o «Governo dos Meninos» sofreu um conjunto de alterações ministeriais, passando para a presidência de Fontes, e com várias caras mais experientes dos Regeneradores.

Para além de fazer a gestão das facções que compunham o Partido Regenerador, Fontes Pereira de Melo teve, em vários momentos, de manter uma relação próxima, abertamente assumida ou não, com outros grupos que se moviam no panorama político português da época e que, apesar da sua menor dimensão, não deixavam de influenciar o equilíbrio de poderes nacional.

Caso disso foram os Constituintes, por vezes também referidos como Partido Constituinte, um grupo que ficou particularmente conhecido pela visibilidade do seu líder, José Dias Ferreira. Dias Ferreira foi deputado durante mais de 45 anos, uma carreira parlamentar com uma longevidade imbatível. Os seus amigos políticos defendiam a necessidade de uma revisão constitucional, de tal forma que o nome se lhes

[465] *O Primeiro de Janeiro*, 24 de Agosto de 1881, p. 1
[466] SOARES, 1883, p. 366.

ficou colado. Porém, a pequena dimensão do grupo levou a que fossem habitualmente considerados apenas uma «patrulha» política, um grupo sem identidade que seguia um líder de renome[467]. Os Constituintes agruparam-se em torno de Dias Ferreira depois da sua passagem pela pasta da Fazenda em 1868 – no governo do Marquês de Ávila que tomou posse no rescaldo do golpe da Janeirinha – e pelas pastas da Fazenda e da Justiça em 1870 – no governo do Duque de Saldanha que subiu ao poder depois da «Saldanhada». Os Constituintes viriam a formalizar a sua situação política em 1871, passando então a denominar-se Partido Constituinte, mas mantendo uma organização pouco sólida, traço comum entre os grupos políticos da época[468].

O seu sucesso nas eleições parlamentares esteve sempre dependente dos acordos que promoveram com outras formações partidárias, especialmente com o Partido Regenerador. Dessa forma, mantiveram uma presença contínua, ainda que reduzida, no Parlamento durante toda a década de 1870 e início da seguinte. A sua influência regional estava determinantemente ligada ao caciquismo e ao poder de alguns dos seus membros, nomeadamente Dias Ferreira na região de Aveiro e, no final da década de 1870 e início da de 1880, Manuel Vaz Preto na Beira Interior[469]. A principal acção política deste grupo decorria na imprensa, meio por excelência de competição política da época: os Constituintes promoveram, logo em Abril de 1871, a publicação do jornal *O Partido Constituinte*, que se manteve em actividade até 1873. Foi então substituído pelo *Jornal de Lisboa. Orgão do Partido Constituinte*, entre 1873 e 1875, e, posteriormente, pelo *Diário da Manhã*, entre 1876 e 1884[470].

Como refere um cronista da época, o grupo Constituinte era principalmente "um centro dos amigos politicos de José Dias Ferreira"[471]. No número inaugural do jornal *O Partido Constituinte*, esta agremiação política apresentou um texto programático, onde se declaravam defensores do livre sufrágio, da propriedade e meios de produção com acesso mais facilitado, de uma situação financeira organizada, e do serviço público como "encargo honroso, e não procurado como ocio retribuido"[472]. Eram, à primeira

[467] MOREIRA, 2004 (c), vol. II, pp. 145-148.
[468] MOREIRA, 2004 (c), vol. II, p. 146.
[469] POUSINHO, 2016, pp. 95-99.
[470] MARQUES e SOUSA, 2003, vol. X, pp. 236-237. O jornal *O Partido Constituinte* foi publicado entre 1 de Abril de 1874 e 4 de Janeiro de 1873; o *Jornal de Lisboa* entre 5 de Janeiro de 1873 e 31 de Dezembro de 1875; e o *Diário da Manhã* entre 1 de Janeiro de 1876 e 12 de Novembro de 1884; PEREIRA, 1895, pp. 119, 124 e 132.
[471] GOMES, 1907, vol. XII, p. 392.
[472] GOMES, 1907, vol. XII, p. 392, citando *O Partido Constituinte*, 1 de Abril de 1871.

vista, afirmações políticas na mesma linha de outros grupos da época, como os Reformistas, que também exigiam uma reformulação dos processos políticos em Portugal.

O momento de maior sucesso dos Constituintes foi no final dos anos 70 e início de 80 quando, graças à aliança com os Regeneradores de Fontes, fizeram eleger 13 deputados nas eleições de Outubro de 1878, e 8 nas eleições de Agosto de 1881[473]. Fontes teria até convidado José Dias Ferreira para integrar o segundo executivo Regenerador em 1878, mas Dias Ferreira recusara, declarando "que razões d'ordem particular o inhibiam de fazer parte do governo, porém que lhe daria o seu appoio"[474]. A retribuição por esse apoio foi a eleição de um número muito acima do habitual de Constituintes. Os motivos para esta atitude de Fontes, engendrando uma aproximação a Dias Ferreira e ao seu grupo, não são totalmente claros, mas levam-nos a crer que se tratou de uma estratégia de protecção para, na eventualidade da queda dos Regeneradores e da subida ao poder de um governo Progressista – que era expectável num futuro não muito distante – ter o apoio dos Constituintes e assim se poder opor mais eficazmente ao Partido Progressista.

Em 1879, possivelmente alimentados pelo sucesso que tinham obtido na eleição anterior, os Constituintes fizeram publicar um programa político[475]. Defendiam uma política renovada, com menor intervenção do poder moderador, maior transparência contra as manobras caciquistas, e um alargamento do sufrágio[476]. Em 1881, mantendo o acordo eleitoral dos últimos anos, os Constituintes apoiaram os Regeneradores na sua «guerra de extermínio», conseguindo aliás mais deputados do que os Progressistas. Porém, nos anos seguintes a sua relevância política tornou-se menor, o que poderá ter-se devido a um desacordo de algumas figuras do Partido Regenerador sobre a crescente proximidade com os Constituintes[477]. Os Regeneradores iniciaram então um período de alternância pacífica com os Progressistas que haveria de ficar conhecida como «Rotativismo», graças à qual já não dependiam de grupos menores para ter maioria no Parlamento. Os Constituintes acabariam por se desfazer entre 1883 e 1884, continuando alguns a agir como independentes – caso de José Dias Ferreira, que conseguiria ainda chegar à Presidência do governo por duas vezes, em 1892 e 1893, em executivos extra-

[473] ALMEIDA, 1991, p. 263.
[474] GOMES, 1907, vol. XII, p. 471.
[475] SANTOS, 1887, vol. I, p. 278.
[476] POUSINHO, 2016, p. 97, citando o *Diário da Manhã* de 27 de Fevereiro de 1879.
[477] MOREIRA, 2004 (c), vol. II, p. 146.

partidários – outros aderindo ao Partido Regenerador – casos de Manuel Pinheiro Chagas e António Augusto de Aguiar, dois dos membros mais destacados dos Constituintes no final da década de 70, que integraram o governo Regenerador a partir de 1883[478].

Também durante a década de 1870 os Regeneradores procuraram colaborar com o grupo político dos Avilistas, assim denominados por seguirem as indicações de António José de Ávila. Tratou-se de um grupo que, sem nunca ter procurado ascender à condição de partido, herdara a influência política de Ávila desde que este se separara dos Cartistas na década de 1850. Mantendo uma postura conservadora face à política portuguesa, os Avilistas conseguiram ocupar pastas ministeriais por várias vezes, fosse devido a acordos com outras forças políticas – tanto Históricos como Regeneradores – fosse pela nomeação do Marquês de Ávila para a Presidência do Conselho, como aconteceu em 1868, 1871 e 1878.

No caso da relação entre Avilistas e Regeneradores, esta aproximou-se dos moldes da alternância política durante a década de 1870, como é possível observar nas sucessivas transições ministeriais de 1871, 1877 e 1878. Ávila e Fontes mantinham uma relação próxima, e de grande deferência da parte de Fontes em relação ao Marquês, que era o último representante da anterior geração de políticos[479]. Quando Fontes abandonou o poder em Março de 1877, foi precisamente essa a sugestão que apresentou ao rei para a sua substituição: "parece este o caso em que o Marquês de Ávila é justamente indicado para me suceder na direcção dos negócios públicos. Todos o receberiam bem nesta conjuntura, eu dar-lhe-ia o meu apoio, e ele faria passar os orçamentos sem necessidade de dissolver a câmara dos deputados"[480]. O Marquês de Ávila foi, por isso, acusado de estar a beneficiar os Regeneradores e de se deixar manipular por Fontes Pereira de Melo e pelo rei, servindo de opção política aos Regeneradores na tentativa de impedir que os Progressistas chegassem ao poder. No fim de Janeiro de 1878, os Regeneradores aliaram-se aos Constituintes e votaram uma moção de censura que derrubou o governo Avilista. Como "prémio de consolação pela sem cerimónia como fora despedido do governo", o rei ofereceu-lhe o título nobiliárquico de Duque[481]; Ávila

[478] MOREIRA, 2004 (c), vol. II, pp. 145-148. Sobre o percurso político e literário de Pinheiro Chagas ver HOMEM, 2012.
[479] SARDICA, 2005, p. 533
[480] ANTT, Cartório da Casa Real, cx. 7341, cap. 350, carta de Fontes Pereira de Melo para o rei D. Luís, de 2 de Março de 1877.
[481] GOMES, 1907, vol. XII, p. 477.

era o primeiro plebeu a chegar tão longe na política e na sociedade. Mas o progressivo afastamento de Ávila da política depois de 1878 e a sua morte em 1881 acabaram por determinar o fim do grupo Avilista: "a morte de Ávila (...) foi também a morte do avilismo"[482].

2.2. Casal Ribeiro e o Partido Conservador Liberal

Como vimos anteriormente, emergiram dentro do Partido Regenerador correntes de opinião, umas mais fortes e consistentes que outras, desde os primeiros anos da sua existência. Um dos casos mais singulares foi a formação de um grupo conservador dentro dos Regeneradores, encabeçado por José Maria do Casal Ribeiro, que haveria, mais tarde, de se autonomizar definitivamente, mas sem grande sucesso.

A relação entre Casal Ribeiro e o Partido Regenerador, em geral, e Fontes Pereira de Melo, em particular, foi sofrendo transformações ao longo dos anos, acabando por se verificar um total afastamento. Casal Ribeiro vinha de uma família ligada à administração miguelista, mas enveredara por um caminho totalmente oposto durante os anos na Universidade de Coimbra[483]. O impacto das Revoluções de 1848 fora reduzido em Portugal, mas Casal Ribeiro fora um dos que se deixara levar pelos ideais da Primavera dos Povos, tornando-se panfletário das aspirações proto-republicanas. Fazia, por isso, parte do grupo de radicais e socialistas utópicos que tinham transitado para o Partido Regenerador aquando da sua formação. Fora membro das comissões eleitorais dos progressistas regeneradores nos primeiros anos da Regeneração, participando activamente nos meandros da política e da imprensa, nomeadamente na redacção do jornal *A Civilização*, com Andrade Corvo. Durante a década de 1850 tornara-se o braço direito de Fontes Pereira de Melo, e chegara mesmo a ser encarado como "indisputavelmente o homem mais importante do partido regenerador"[484]. O trajecto acabara por lhe ser proveitoso, tendo recebido a pasta da Fazenda no governo de 1859. Casal Ribeiro era um dos nomes da política portuguesa da segunda metade do século XIX que Oliveira Martins mais tarde haveria de incluir no «liberalismo novíssimo»[485]. O seu futuro parecia promissor.

[482] SARDICA, 2005, p. 574.
[483] LUCAS, 2012, pp. 6-33.
[484] GUIMARÃES, 1863, p. 51.
[485] MARTINS, 1996, vol. II, p. 280.

Porém, durante a década de 1860, começou a desenhar-se um progressivo afastamento entre Casal Ribeiro e os Regeneradores, não só no que diz respeito à participação em iniciativas partidárias, mas também no que concerne aos princípios defendidos. Apesar de ter sido eleito para a Câmara dos Deputados com o apoio do Partido Regenerador, Casal Ribeiro começou a posicionar-se como um espírito conservador dentro do partido, no que recebeu o apoio de Martens Ferrão. Entre a oposição corriam rumores de que Casal Ribeiro estava desagradado com a supremacia de Fontes dentro dos Regeneradores, e que teria mesmo retirado o seu apoio à *Revolução de Setembro*[486]. Mas o primeiro momento de evidente divergência face aos Regeneradores ocorreu aquando da organização do «Governo da Fusão», iniciativa com a qual Casal Ribeiro não se identificava. A discordância não o impediu, contudo, de tomar parte desse mesmo governo apenas um ano depois: a 9 de Maio de 1866 Casal Ribeiro tomou posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, depois de ter sido inclusive referido como potencial candidato à pasta do Reino[487]. Parecia haver de novo paz entre Casal Ribeiro e os Regeneradores. Mas essa paz só durou enquanto o governo se manteve em funções. Depois de a contestação social ter feito cair o governo, Casal Ribeiro declarou-se "perfeitamente só" face aos partidos e grupos[488]. Oliveira Martins refere uma possível rivalidade entre Casal Ribeiro e Fontes Pereira de Melo pela liderança do Partido Regenerador depois da morte de Joaquim António de Aguiar como motivo para o afastamento, mas não encontramos evidências que confirmem essa afirmação[489]. Casal Ribeiro tornou-se adepto da agricultura e da vida do campo, e entretinha-se a escrever artigos para alguns jornais sobre questões financeiras e de propriedade[490].

Quando tudo parecia correr a favor de Fontes Pereira de Melo, que respirava de alívio ao ver o exílio campestre do seu antigo amigo, Casal Ribeiro decidiu propor uma reforma para a Câmara dos Pares. O projecto foi apresentado a 11 de Março de 1875 na Câmara dos Pares, e foi formada uma comissão especial para discutir o projecto, que

[486] *Jornal do Porto*, 27 de Janeiro de 1863, p. 2.
[487] A pasta do Reino haveria de ficar para o seu colega Martens Ferrão; *Anuario do Arquivo Pitoresco*, nº 29, Maio de 1866, p. 228.
[488] RIBEIRO, 1868, p. 12.
[489] MARTINS, 1958, vol. I, p. 409.
[490] LUCAS, 2012, pp. 69-72.

incluía Pares de várias proveniências políticas[491]. Parece, porém, não ter existido qualquer actividade por parte desta comissão entre 1875 e 1878. O assunto só voltaria a debate no início de 1878, já depois de Fontes Pereira de Melo e o Partido Regenerador terem abandonado o governo, e regressado para o receber das mãos do Marquês de Ávila. Fontes apoiou então a proposta de Casal Ribeiro, uma evidente estratégia para acalmar os diferentes sectores que compunham o Partido Regenerador, ganhando, em simultâneo, margem de manobra face aos seus adversários.

A proposta do Conde de Casal Ribeiro tinha como principal elemento a criação de categorias sócio-profissionais às quais os novos pares do Reino nomeados pelo monarca tinham de pertencer, e que eram bastante semelhantes aos propostos em 1872, mas quiçá mais moderados[492]. Os valores de rendimentos exigidos a proprietários, ou o número de anos de serviço de deputados, ministros, procuradores-gerais da Coroa, entre outros, eram mais elevados. O único ponto em que Casal Ribeiro se mostrava mais liberal era na idade mínima, que baixava para os 30 anos. Este item não seria, contudo, aceite pela comissão relatora da proposta[493]. Mais tarde Casal Ribeiro haveria de confessar que o seu objectivo era "evitar alterações nos artigos constitucionais, preferindo aproveitar a elasticidade delles para os adaptar ás exigencias do presente"[494]. Como anteriormente pudemos ver, o fim da hereditariedade do pariato só seria implementado em 1885, com o II Acto Adicional à Carta Constitucional, que mesmo assim mantinha uma hereditariedade restrita para os sucessores imediatos dos pares em funções[495].

Apesar de ter conseguido aprovar o seu projecto com poucas alterações, Casal Ribeiro não ficou satisfeito. Não concordava com a forma como a política portuguesa tinha evoluído, e não aceitava a preponderância de Fontes Pereira de Melo dentro do Partido Regenerador. Deu então o golpe definitivo no executivo Regenerador: a 28 de Maio de 1879 Casal Ribeiro propôs na Câmara dos Pares uma moção de inquérito à actuação do governo aquando da crise financeira de 1876. A iniciativa tinha como

[491] A comissão era formada pelo próprio Casal Ribeiro, o Duque de Loulé, José Marcelino de Sá Vargas, o Bispo de Viseu, António José de Barros e Sá, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, Marténs Ferrão, Alberto António de Moraes Carvalho e Augusto Xavier Palmeirim; *DCP,* 13 de Março de 1875, p. 134.
[492] RIBEIRO, 1878.
[493] LUCAS, 2012, pp. 74-75.
[494] ACR, Manuscrito *Reforma da Camara dos Pares 1881*, cap. 3, f. 2.
[495] *Acto Adicional de 1885*, Artigo 6.º, §7, disponível em https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/ACTOADICIONAL24JULHO1885.htm [consultado a 15 de Agosto de 2018].

objectivo deliberado pôr em causa a acção do ministro da Fazenda, António de Serpa Pimentel, e lançar suspeitas sobre alegadas movimentações ilegais a favor do Banco Nacional Ultramarino. Sentindo-se encurralado, Serpa pediu a demissão. Fontes, que tinha já perdido Barjona de Freitas poucos meses antes por divergências dentro do executivo, e que enfrentava críticas em várias frentes, decidiu abandonar o poder[496]. A decisão não agradou a todos os Regeneradores, que viam o ministro da Fazenda como principal responsável pela queda do governo: um membro tão leal do partido como Hintze Ribeiro dizia "O Serpa, agora como em 1877, cansou, e insistiu em conselho por se retirar. O Lourenço de Carvalho apoiou-o neste propósito. O Corvo e o Couto Monteiro opinaram pela demissão colectiva. O Tomaz estava doente. Assim, pois, o Fontes e o Sampaio, achando-se em minoria, tiveram de ceder, e o resultado foi irem ao Paço entregar as suas pastas"[497]. Em consequência disso entrou em funções o primeiro governo Progressista, liderado por Anselmo José Braamcamp, que não tardou em mostrar o seu agradecimento a Casal Ribeiro, nomeando-o para a Embaixada de Portugal em Madrid – o que garantia também uma distância de segurança.

Casal Ribeiro aproximou-se então dos Progressistas, e chegaram a circular rumores, manifestamente exagerados, de que Casal Ribeiro poderia assumir a direcção do Partido Progressista[498]. A aproximação aumentou com as eleições de Agosto de 1881, e Casal Ribeiro tornou-se presença habitual no Centro Eleitoral Progressista[499], colaborando com António Augusto Pereira de Miranda, membro da comissão executiva do Partido Progressista, nas actividades eleitorais. Emídio Navarro, em carta a José Luciano de Castro, dizia que "não o suppunha capaz de tanto"[500].

A cisão definitiva de Casal Ribeiro e dos conservadores face ao Partido Regenerador ocorreu em 1884, no contexto do debate sobre a proposta de reforma da Carta Constitucional, que viria a tornar-se no Segundo Acto Adicional. A reforma viera à discussão graças a um acordo entre Regeneradores e Progressistas, assinado no final do ano anterior. Fontes recuperara então a proposta de reforma da Carta Constitucional de 1872, e focara toda a sua atenção no pariato. O ponto mais sensível em discussão era, portanto, a criação de um número de pares electivos, uma das antigas exigências dos sectores mais radicais, que defendiam a modernização e democratização do regime

[496] LUCAS, 2012, p. 83.
[497] SUPICO, 1995, vol. III, p. 1369.
[498] *O Mandarim*, 15 de Setembro de 1881, p. 2.
[499] ALMEIDA, 2001, p. 52.
[500] ALMEIDA, 2001, p. 54.

monárquico. Em total desacordo com isto encontravam-se os conservadores, que se opunham à introdução de pares electivos por considerarem que isso punha em causa o estatuto específico que o pariato tinha no parlamento e na política: enquanto os deputados eram eleitos e, consequentemente, traduziam as variações da opinião pública, os pares eram nomeados pelo monarca ou herdavam o título, representando um elemento de estabilidade e independência. Assim sendo, criar pares electivos era uma forma de fragilizar o regime monárquico, pondo em causa o poder do Rei.

A 30 de Janeiro, 101 deputados votaram favoravelmente a proposta de revisão da Carta Constitucional, contra apenas 5 votos desfavoráveis[501]. O projecto subiu à Câmara dos Pares a 12 de Março, onde vários pares próximos de Casal Ribeiro se posicionaram contra, como o visconde de Chanceleiros, ou o conde de Rio Maior[502]. Casal Ribeiro apresentava-se, então, como líder oficioso dos conservadores na Câmara dos Pares, e a sua oposição não era surpresa: em Fevereiro desse ano José Luciano de Castro, em carta ao visconde de Valmor, previa o difícil andamento dos trabalhos na câmara alta, sobretudo por ser provável que Casal Ribeiro sugerisse um adiamento, que poderia reunir uma grande parte dos pares[503].

A 1 de Abril, Casal Ribeiro cumpriu o esperado e propôs um adiamento. A atitude de Casal Ribeiro servia não apenas de declaração de princípios enquanto membro independente na Câmara dos Pares, mas principalmente como crítica severa aos seus antigos colegas de partido. Face a estas afirmações, o Presidente do Conselho de Ministro, Fontes Pereira de Melo, decidiu contra-atacar, lamentado que Casal Ribeiro se achasse "hoje só e desacompanhado: não é homem já do presente é homem do passado"[504]. Casal Ribeiro não tinha a maioria dos pares do seu lado, como se confirmou na votação: a proposta de reforma constitucional foi aprovada por 69 votos a favor e 14 contra[505].

A discussão a propósito do projecto de reforma constitucional, e a sua votação final, tornaram mais visível a existência de um grupo de pares conservadores na Câmara, dos quais sobressaia o conde de Casal Ribeiro. Esse separar das águas serviu

[501] *DCD*, 30 de Janeiro de 1884, pp. 189-190. Os votos contra foram de António Maria de Carvalho, José Elias Garcia, Manuel de Arriaga, D. José de Saldanha e Visconde de Porto Formoso, ou seja, um Progressista, dois Republicanos, e dois Regeneradores conservadores.
[502] LUCAS, 2012, p. 87.
[503] MOREIRA, 1998, p. 147.
[504] *DCP*, 4 de Abril de 1884, p. 315.
[505] *DCP*, 22 de Abril de 1884, p. 376.

de motor para a apresentação de um partido ideologicamente mais moderado, que os seus membros decidiram chamar Partido Conservador Liberal. O conservadorismo português, em suspenso desde a morte do duque de Ávila e Bolama, merecia agora a atenção de um grupo de políticos. A ideia de criar um partido conservador e possivelmente católico, foi de imediato debatida na imprensa. Os Legitimistas opunham-se, defendendo que a religião e a política não deveriam ser misturadas: "Bem o disse o bispo de Vizeu: *anda coisa no ar*. Anda. É o absurdo. E um dos factos, na actualidade, em que mais claramente se manifesta a sua influencia, é a creação do tal novo partido, do partido conservador"[506]. O mesmo periódico afirmava ter conhecimento de que a constituição do partido e as suas principais linhas de força haviam sido decididas numa reunião ocorrida em casa do conde de Casal Ribeiro. Por outro lado, a *Revolução de Setembro*, surpreendida pela atitude agressiva que os conservadores tinham adoptado na Câmara dos Pares durante os debates da reforma constitucional, chamava "infantil partido" ao novo grupo político Conservador [507].

Casal Ribeiro referiu-se pela primeira vez ao novo «Partido Conservador Liberal» na sessão da Câmara dos Pares de 28 de Abril. Mas, nesse discurso, mais do que apresentar um novo grupo político nas lides partidárias, Casal Ribeiro parecia querer salientar as diferenças que o separavam do seu mais próximo rival, o Partido Regenerador[508].

A imprensa ligada os Regeneradores não reagiu de forma positiva ao lançamento público dos Conservadores. O *Jornal do Comércio* considerava o anúncio politicamente importante, mas não mostrava surpresa[509]. Apesar de elogiar os méritos de Casal Ribeiro como político experiente com capacidades para liderar este novo partido, não acreditava na viabilidade do projecto: "O que é seguro é que os partidos não são de geração espontanea, e que, quando se formam ao simples capricho dos homens, em vez de se derivarem da ordem natural e necessaria das coisas, terão de resignar-se… a nunca ser partidos"[510]. Do lado Regenerador, a *Revolução de Setembro* censurava a falta de conteúdo apresentado, questionando a banalidade do projecto e dos objectivos do novo partido. Da mesma forma, o jornal afecto aos Regeneradores indagava como poderiam

[506] *A Nação*, 27 de Abril de 1884, p. 1.
[507] *Revolução de Setembro*, 27 de Abril de 1884, p. 1.
[508] LUCAS, 2012, p. 89.
[509] Note-se que, à data, o director recém-empossado do *Jornal do Comércio* era António de Serpa Pimentel, antigo colega de Casal Ribeiro nos Regeneradores e futuro líder do partido; *A Ilustração*, 5 de Dezembro de 1887, p. 358.
[510] *Jornal do Comércio*, 29 de Abril de 1884, p. 2

as ideologias defendidas por um antigo Setembrista coincidir com as intenções do novo chefe Conservador[511].

Eventualmente em resposta às críticas da imprensa, Casal Ribeiro regressou à Câmara dos Pares para expor de forma mais completa os princípios pelos quais os Conservadores propunham reger a sua acção: "Quanto á conducta politica, nada de pactos, nada de transacções, nada de transigencias em materia de principios e de idéas. Idéas e principios, os que temos declarado; não os que nos attribuam"[512]. O Partido Conservador Liberal pretendia conseguir adesões à sua política sem necessitar de recorrer a estratégias questionáveis do ponto de vista moral, como a influência de caciques regionais, acreditando que a validade das suas propostas e o interesse que estas despertavam nos homens de carácter seriam o suficiente para atrair novos membros; isto representava uma crítica ao sistema político da época e, especialmente, aos dois grandes partidos monárquicos[513].

Sobre os objectivos para a área das finanças, Casal Ribeiro afirmava que o pretendido era a racionalização da despesa, o rigor na administração das finanças, e recusava a possibilidade de criar novos impostos[514]. Estas ideias contrariavam não só a política de melhoramentos materiais e obras públicas defendida desde o golpe da Regeneração, e implementada principalmente pelos Regeneradores, mas também a táctica dos Progressistas na sua passagem pelo poder entre 1879 e 1881, quando tinham tentado implementar o imposto sobre o rendimento. Os Conservadores disparavam em todas as direcções. No plano da administração os Conservadores Liberais defendiam a descentralização e o poder e liberdade das autoridades locais que, apesar de terem aumentado com o Código Administrativo feito por Rodrigues Sampaio em 1878, ainda não eram, na perspectiva daqueles, suficientes para o bom funcionamento da administração local. Estavam, porém, conscientes da necessidade de controlo da despesa decorrente da administração local, pelo que havia que ingressar num plano de reestruturação desses gastos, que contrariasse, por exemplo, a situação caótica da governação na cidade de Lisboa[515]. Sobre a educação, era deixado um alerta para a

[511] *Revolução de Setembro*, 30 de Abril de 1884, p. 1.
[512] *DCP*, 17 de Maio de 1884, p. 700.
[513] Note-se que o próprio Casal Ribeiro beneficiara do sistema do caciquismo enquanto fora deputado, nomeadamente aquando das eleições de 1864 e 1865, nas quais fora candidato pelo círculo de Idanha-a-Nova devido a um convite pessoal do cacique local, Manuel Vaz Preto, e onde vencera com uma esmagadora maioria dos votos; LUCAS, 2012, pp. 57-58.
[514] *DCP*, 17 de Maio de 1884, p. 700.
[515] *DCP*, 17 de Maio de 1884, p. 700.

necessidade de difundir a instrução entre todas as classes sociais, mas também de executar uma avaliação cuidada do seu funcionamento. Tinha havido um aumento do número de escolas primárias, mas a sua qualidade tinha diminuído significativamente.

Em suma, o Partido Conservador Liberal defendia a racionalização da despesa pública e dos impostos como forma de equilibrar as finanças; descentralização do poder e maior autonomia da administração local; resolução das questões diplomáticas sem envolvimento dos interesses partidários; investimento na educação com garantias de qualidade; recuperação do prestígio da política portuguesa através da recusa de métodos como a manipulação eleitoral; e incentivo à moralidade na sociedade portuguesa e a uma maior influência da Igreja Católica. A maioria destes pontos não revelava grande novidade no panorama político português, tendo já sido apresentados como elementos do programa do Partido Progressista, ou ficado patentes através de exposições públicas de membros do Partido Regenerador. A excepcionalidade estava na apresentação da ideologia do partido de forma sistemática na Câmara dos Pares.

Este programa partidário foi recebido pela imprensa sem surpresas, mas com muitas críticas[516]. A *Revolução de Setembro*, como jornal ligado ao governo, era particularmente crítica, acusando o novo partido de imobilismo e reaccionarismo[517]. O *Diário Popular*, do lado Progressista, sublinhava a reacção adversa dos Regeneradores, por verem figuras de relevo do seu partido a passarem para a dissidência[518].

Um dos políticos que se apressou a tornar público o apoio ao projecto de Casal Ribeiro foi o visconde de Chanceleiros, que declarou apoiá-lo até à eleição da nova Câmara Constituinte[519]. Pouco tempo antes este político afirmara que não hesitaria em promover a queda do governo Regenerador caso se apresentasse a público um Partido Conservador Liberal que pudesse substituí-lo, o que indica que teria conhecimento das manobras partidárias que vinham a ser desenvolvidas[520]. Alguns dias depois o conde de Valbom pediu a palavra para deixar claro que não era membro deste novo partido, e que não concordava com a fragmentação a que se assistia na política portuguesa, mas que as circunstâncias se haviam alterado: se o partido que deveria ocupar o sector conservador

[516] LUCAS, 2012, p. 91.
[517] *Revolução de Setembro*, 4 de Maio de 1884, p. 1.
[518] *Diário Popular*, 5 de Maio de 1884, p. 1
[519] *DCP*, 16 de Maio de 1884, p. 632. Chanceleiros era uma figura próxima de Casal Ribeiro, por ligação familiar: o seu irmão mais novo, Lourenço António de Carvalho, ministro das Obras Públicas do longo governo Regenerador de Fontes, era casado com a filha de Casal Ribeiro.
[520] *DCP*, 25 de Abril de 1884, p. 409.

não tinha uma ideologia definida, variando ao sabor das conveniências e apropriando-se de ideias alheias, como era o caso do Partido Regenerador, talvez fosse o momento de criar uma nova organização política que tivesse entre os seus objectivos programáticos a defesa do conservadorismo[521].

Apesar destas curtas intervenções, o conde de Casal Ribeiro foi o principal membro do novo grupo a expressar publicamente o programa segundo o qual o partido se iria reger e os objectivos que se propunha alcançar. Desta forma, as características da sua acção ultrapassaram em larga medida as de um líder, acabando por se confundir a figura de Casal Ribeiro com o partido que aparentemente dirigia. Em grande medida, Casal Ribeiro cometia um dos pecados que apontava aos Regeneradores: a presença excessiva da figura de Fontes, que absorvia o partido e não deixava espaço para a política se fazer de forma imparcial, tinha nos Conservadores Liberais o paralelo da figura de Casal Ribeiro.

Refira-se que a iniciativa dos Conservadores Liberais parece ter-se inspirado do outro lado da fronteira: em 1876 António Cánovas del Castillo tinha fundado o Partido Conservador Liberal, uma agremiação de moderados de diversas proveniências que, em grande medida, construíra a sua teoria com base no complexo pensamento de Cánovas. Os seus preceitos fundamentais eram a defesa da monarquia constitucional, do parlamentarismo, da religião católica, da ordem social alcançada e do proteccionismo económico, através dos quais conseguiam reunir sob a mesma bandeira um grande número de proprietários, capitalistas, industriais e notáveis[522]. Casal Ribeiro fora Ministro Plenipotenciário em Madrid entre 1879 e 1881, precisamente um dos momentos em que o Partido Liberal Conservador formou governo sob a presidência de Cánovas del Castillo, e durante esse período ter-se-á tornado amigo próximo de Cánovas, chegando mais tarde a escrever uma biografia inédita do político espanhol[523]. Do ponto de vista ideológico, os dois partidos tinham principalmente em comum os interesses de proteger o *status quo*, resguardar os documentos fundadores do constitucionalismo e apoiar a Igreja Católica no seu processo de recuperação de influência social. Em termos políticos práticos as parecenças variavam com os objectivos momentâneos que o eleitorado exigia, mas centravam-se na recusa do aumento do sufrágio e no desenvolvimento económico nacional fundado na

[521] *DCP*, 30 de Abril de 1884, p. 435.
[522] CASARES, 1981, vol. VIII, p. 307; ARTOLA, 1991, vol. I., pp. 328-329.
[523] ACR, Manuscrito *Canovas del Castillo*.

reorganização da despesa pública e no proteccionismo. Note-se, porém, que o Partido Liberal Conservador Espanhol tinha também semelhanças com os Regeneradores em vários dos princípios defendidos, o que em grande medida se deve ao carácter vago da construção programática dos grupos dos dois lados da fronteira.

Porém, como Casal Ribeiro acabou por perceber da pior forma, não bastava a um partido ser anunciado, era necessário apresentar-se às urnas e obter resultados eleitorais consideráveis. Foi isso que os Conservadores tentaram nas eleições de Junho de 1884, convocadas depois do encerramento das Cortes, e que serviram de teste à nova lei eleitoral negociada entre Regeneradores e Progressistas. O Partido Conservador Liberal fundou então o Centro Conservador Liberal, através do qual poderiam coordenar esforços com o objectivo de angariar novos membros para o partido e promover uma campanha eleitoral que lhes permitisse eleger deputados. Segundo os estatutos do centro eleitoral, todos os cargos dirigentes eram eleitos, dividindo-se em três sectores: Assembleia Geral, Comissão Executiva e Comissão Administrativa[524]. Para a Assembleia Geral eram escolhidos Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários e dois Vice-Secretários; a Comissão Executiva era formada pelos Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral, apoiados por mais sete membros; quanto à Comissão Administrativa, era composta pelos referidos Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral, e por mais três membros, um dos quais detendo o cargo de Tesoureiro. Os mandatos tinham uma duração anual, sendo passíveis de reeleição.

Não é possível apurar o número de membros que o Centro Conservador Liberal conseguiu angariar, ou saber sequer se esta estrutura chegou a estar em funcionamento. Sabemos, porém, os nomes de algumas das figuras que apoiaram esta iniciativa, e os sectores políticos dos quais provinham. Recrutadas entre os membros da Câmara dos Pares, a maioria destas personalidades haviam sido deputados do Partido Regenerador, ou eram figuras da aristocracia relativamente independentes[525]. Contudo, salientam-se os casos aparentemente atípicos – e em certa medida exemplificativos do carácter vago das políticas apresentadas pelo Partido Conservador Liberal –, do conde de Rio Maior, que balançara entre Regeneradores e Progressistas ao longo dos anos, e do visconde de Moreira de Rei, que fora deputado pelo Partido Constituinte. Importa salientar desta análise a modernidade política da organização do Centro Eleitoral Conservador Liberal,

[524] ACR, *Bases de Organização do Centro Conservador Liberal*.
[525] Para a listagem dos membros envolvidos na formação do Partido Conservador Liberal, ver Anexo 5.1, p. 48.

como embrião do Partido Conservador Liberal, apoiado em assembleias partidárias e estruturado em órgãos administrativos, executivos e consultivos. Revelava, portanto, a influência dos novos conceitos da política europeia da época, em simultâneo com uma inspiração no esquema partidário Progressista, em clara oposição com o que acontecia no Partido Regenerador[526].

Com base neste centro os Conservadores decidiram iniciar a sua actividade política apresentando um manifesto eleitoral, no qual propunham como candidato a deputado por acumulação de votos D. José de Saldanha Oliveira e Sousa, irmão mais novo do conde de Rio Maior. O manifesto era assinado pelos condes de Casal Ribeiro e Rio Maior, marquês de Fronteira, José de Sande Magalhães Mexia Salema e António José de Barros e Sá[527]. Segundo esse documento, divulgado também na imprensa através do *Diário Popular*, o candidato estaria a ser combatido pelos governamentais no círculo de Évora – pelo qual fora eleito em votação anterior – por ter defendido no parlamento os ideais conservadores, opondo-se às medidas financeiras do governo de Fontes Pereira de Melo[528]. Elogiando a independência de D. José de Saldanha face às exigências do mandato imperativo, que servia apenas para garantir os proveitos do executivo, os Conservadores asseguravam que reunia "à sua muita respeitabilidade de caracter a illustração necessaria para bem tratar no parlamento dos interesses da patria"[529]. Os restantes nomes da lista eram preenchidos por figuras ligadas ao Partido Progressista: Anselmo Braamcamp, Frederico Ressano Garcia e Vicente Rodrigues Monteiro. Os Conservadores apresentavam-se assim menos como um verdadeiro agrupamento político e mais como uma iniciativa de oposição a Fontes Pereira de Melo e aos Regeneradores.

A escolha de apenas um candidato para as eleições pareceu a alguns sectores da opinião pública uma demonstração da fraqueza dos Conservadores. Para os redactores da *Revolução de Setembro*, a associação entre o novo agrupamento político e os Progressistas na lista eleitoral dificilmente era compreensível: a ideia "parece inspirada na doutrina do venha o que vier, D. Miguel ou a republica". Mais ainda, o gesto provava "que o partido progressista acceita quaesquer allianças, que lhe tragam vantagem immediata, e que o partido conservador, que se dizia forte e bem quisto, só consegue

[526] FERNANDES, 2010 (a), pp. 49 e 52.
[527] ACR, *Manifesto Eleitoral*.
[528] *Diário Popular*, 24 de Junho de 1884, p. 2.
[529] ACR, *Manifesto Eleitoral*.

luctar por um nome, e ainda assim pendurado aos nomes de tres candidatos progressistas", ou seja, revelava uma falta de princípios e força política não apenas do Partido Conservador Liberal mas também dos Progressistas[530].

As eleições decorreram sem sobressaltos, tendo os governamentais Regeneradores ganho com larga maioria, deixando ao Partido Progressista apenas cerca de 30 deputados. D. José de Saldanha obteve na totalidade do país 8799 votos, ficando longe dos valores mínimos para concretizar a eleição[531]. Covilhã, Idanha-a-Nova, Fundão e Évora foram os círculos onde a expressão eleitoral a favor do candidato se revelou maior, denotando uma possível relação de apoio regional com caciques da Beira Interior – da qual, recorde-se, Casal Ribeiro já beneficiara na década de 1860 – para além de uma ligação com os votantes de Évora, círculo pelo qual Saldanha fora deputado anteriormente[532]. Ainda assim, ficou patente a escassez de consolidação do Partido Conservador Liberal a nível nacional, não sendo sequer possível mobilizar o clero, que alguns sectores acreditavam ser o partidário natural dos Conservadores.

Apesar da derrota eleitoral, durante o Verão de 1884 Casal Ribeiro continuou ocupado com a organização do partido, desta vez com o objectivo de fundar um jornal que permitisse propagar as doutrinas conservadoras. Em circular confidencial e urgente enviada aos seus membros, Casal Ribeiro afirmava acreditar na "suprema conveniencia para a patria em ser alçada a bandeira de tal partido, distanciando se dos existentes, não somente pela profissão de doutrinas sãs na ordem politica e economica, mas tambem pela perseverante abstenção dos processos, que frequentemente sacrificam á sede do mando e influencia immediata a salutar acção do respeito ás convicções"[533]. Ainda assim, para tornar credível o projecto Conservador Liberal, era necessário divulgar a ideia: "Sem representação na imprensa, sem propaganda nella e por ella, não se concebe em um regimem de liberdade a existencia de um partido politico". Casal Ribeiro mostrava-se consciente do estado embrionário em que o partido se apresentara no final

[530] *Revolução de Setembro*, 28 de Junho de 1884, p. 1.
[531] *DCD*, 31 de Dezembro de 1884, p. 87. Os deputados eleitos através da acumulação de votos foram: Anselmo José Braamcamp, com 38143 votos; Joaquim Alves Matheus, com 34201; José Simões Dias, com 31455; Tomás Frederico Pereira Bastos, com 30164; António Enes, com 28771; e Francisco António da Veiga Beirão, com 27964.
[532] *DCD*, 19 de Dezembro de 1884, p. 9. Na Covilhã teve 1200 votos, em Idanha-a-Nova teve 1150, no Fundão 650. Outros locais onde teve uma votação interessante foram Lisboa, Leiria, Viseu ou Coimbra, mas com valores muito mais reduzidos.
[533] ACR, carta circular aos membros do Partido Conservador Liberal, sem data.

da legislatura anterior, e recusava a possibilidade de a situação se manter depois da reabertura das Cortes.

Seguindo este raciocínio, enviava aos membros as bases da Sociedade – Imprensa Conservadora Liberal, uma sociedade anónima que tinha "por objecto propagar pela imprensa as doutrinas do partido conservador liberal, defender os actos dos seus representantes e combater os adversarios com energia e perseverança dentro dos limites da legalidade e do decoro"[534]. O meio escolhido era um jornal diário, a começar a publicar a 1 de Outubro de 1884, cujo nome não havia ainda sido decidido, mas que seria "das dimensões e formato aproximadamente do jornal – O Progresso –". O jornal custaria 20 réis e estaria a cargo de um director técnico especial, que responderia perante a Comissão Executiva do partido. Juntamente com os estatutos da Sociedade era também enviado aos futuros membros do Partido Conservador Liberal um orçamento detalhado do jornal, no qual era referida a cedência de espaço e mobiliário por parte do conde de Casal Ribeiro, como apoio inicial até que o jornal atingisse as 1500 assinaturas[535]. Mais uma vez se tornava evidente o carácter pessoal deste projecto, e a sobreposição do líder à iniciativa política. A Sociedade teria ainda um Conselho de Direcção composto por três membros e um Conselho Fiscal igualmente de três membros, todos eleitos. A empresa tinha um capital inicial de 18:000$000 réis, e Casal Ribeiro apresentava como accionistas iniciais ele próprio e o conde da Praia e de Monforte, cada um contribuindo com 1.800$000[536]. Segundo os cálculos de Casal Ribeiro, a Sociedade a breve prazo regularizaria as suas contas e permitiria aos investidores recuperar o seu dinheiro com ganhos.

O jornal, contudo, nunca chegou a ser publicado, e a iniciativa do Partido Conservador Liberal não passou do papel para a realidade. D. José de Saldanha teve de esperar pela eleição de 1887, organizada pelo governo Progressista de José Luciano de Castro, para regressar ao Parlamento, através do círculo de Évora, e nessa altura já tinha transitado para as listas da maioria Progressista[537]. Casal Ribeiro, "o mais influente adversário da revisão constitucional fontista", decidiu escrever um livro a apontar os

[534] ACR, *Sociedade – Imprensa – Conservadora Liberal – Bases*.
[535] ACR, *Orçamento do jornal*.
[536] ACR, *Bases da Sociedade – Imprensa Conservadora Liberal*. O conde da Praia e de Monforte era um importante negociante, accionista do Banco de Portugal e da Companhia Portuguesa de Tabacos, e proprietário em várias regiões do país.
[537] *Comércio do Porto*, 7 de Março de 1887, p. 3.

defeitos da reforma da Carta, mas o texto haveria de demorar dez anos a ficar pronto[538]. Em 1886 acabou por ser despachado novamente pelos Progressistas para a embaixada de Madrid, o que só lhes convinha. Como afirma José Miguel Sardica, "o grupo de Casal Ribeiro poderia ter sido o herdeiro do avilismo (…) agregando aqueles amigos do duque que não se identificavam directamente com o oportunismo táctico regenerador (…). Mas Casal Ribeiro já não tinha nem idade, nem paciência, para organizar militâncias e contar apoios"[539]. Casal Ribeiro continuou a ser um exemplo do velho par do Reino conservador e descontente com o caminho seguido pela política portuguesa, mas do Partido Conservador Liberal não se soube mais nada; o projecto redundou em fracasso, e "a sua existencia politica foi ainda mais curta que a das rosas"[540].

2.3. Barjona de Freitas e a Esquerda Dinástica

Outro elemento Regenerador a ascender do círculo íntimo de Fontes Pereira de Melo e a liderar uma cisão foi Barjona de Freitas. Augusto César Barjona de Freitas descendia de uma família de tendências liberais, e cedo se destacou como brilhante aluno na Universidade de Coimbra. Transitou daí para a política, militando no Partido Regenerador, do qual também o seu pai já fora deputado[541]. As suas capacidades terão de tal forma chamado a atenção a Fontes que, apenas um ano depois de ter chegado ao Parlamento, foi convidado para a delicada pasta da Justiça no «Ministério da Fusão». Tomou de imediato iniciativas de grande dimensão, como a promoção do novo Código Civil, da autoria do Visconde de Seabra, que legalizava o casamento civil, e a reforma do regime penal, que incluía a abolição da pena de morte para os crimes civis. Estas medidas trouxeram-lhe a fama de liberal avançado, pela qual havia de ficar conhecido dentro do Partido Regenerador.

Aproveitando o prestígio que ganhara com a sua participação no governo, e a conjuntura conturbada do início da década de 1870, Barjona de Freitas lançou-se na criação de um centro do Partido Regenerador em Coimbra. Encontrava-se então no poder o governo do Duque de Saldanha, que obtivera do Rei a dissolução das Cortes e

[538] BELO, 2015, p. 268. Apesar de, em 1885, Emídio Navarro ter dado conta de que Casal Ribeiro estava a preparar uma obra sobre o Acto Adicional, esse texto só veio a ser publicado em 1895, com o título de *Carta e Pariato*; *Novidades*, 7 de Janeiro de 1885, p. 3. Casal Ribeiro aproveitou e à crítica ao Acto Adicional de 1885 juntou a crítica ao Acto Adicional de 1895; RIBEIRO, 1895.
[539] SARDICA, 2005, p. 577.
[540] GOMES, 1907, vol. XII, p. 543.
[541] VASCONCELOS, 2001; CLUNY, 2004, vol. II, pp. 242-245.

governava em ditadura. Face à convocação de eleições os partidos tinham-se reorganizado, e Barjona fez precisamente isso no espaço onde detinha maior influência: a cidade universitária. A 7 de Agosto de 1870 organizou uma reunião, na qual, segundo a imprensa, estiveram presentes mais de 100 pessoas, e que teve como principal objectivo a criação de um centro regional filiado no Centro Regenerador de Lisboa, à data presidido por Joaquim António de Aguiar[542]. Compunham o centro, entre outros, vários indivíduos ligados à cidade de Coimbra ou à Universidade, e que tinham ou viriam mais tarde a ter actividade parlamentar, como Manuel dos Santos Pereira Jardim, Bernardo de Serpa Pimentel, Augusto Carneiro ou Lourenço de Almeida e Azevedo[543].

Em simultâneo com a política, Barjona manteve a sua actividade como professor em Coimbra, o que lhe permitiu conhecer e influenciar vários jovens que, alguns anos depois, se vieram a revelar nomes importantes da política portuguesa, como Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Ernesto Hintze Ribeiro ou Júlio de Vilhena. Segundo este último, Barjona era tratado pelos membros mais novos do Partido Regenerador como «Mestre», "porque fôra realmente nosso mestre em Coimbra"[544]. Essa sua capacidade de influenciar os espíritos mais jovens teria sido bastante proveitosa para os Regeneradores, que graças a ele conseguiram um grande número de militantes[545]. Os seus discípulos não se cansaram de o glorificar, mesmo aqueles que, mais tarde, não ficaram ao seu lado quando se afastou dos Regeneradores. Dizia Vilhena que ao Partido Regenerador, "impertigado no aprumo por vezes exagerado de Fontes, deu [Barjona] um ar de boemia simpatica e uma feição intelectual que o tornou bem visto por todas as classes sociaes. Barjona foi o mais puro representante da inteligencia e da generosidade do partido regenerador"[546].

Barjona de Freitas foi novamente convidado para o governo em 1871, quando Fontes Pereira de Melo deu início ao seu longo governo, e só viria a sair em 1876, por motivos pessoais[547]. Durante esses anos reforçou a sua posição dentro dos Regeneradores, emergindo uma facção «radical», que teria à cabeça Barjona, e em torno

[542] *Revolução de Setembro*, 12 de Agosto de 1870, p. 1.
[543] O Centro Regenerador de Coimbra continuava em actividade em 1890, e tinha Lourenço de Almeida e Azevedo como presidente honorário. Barjona de Freitas, porém, não era mencionado; *Gazeta de Portugal*, 14 de Março de 1890, p. 1.
[544] VILHENA, 1916, vol. I, p. 18.
[545] FUSCHINI, 1899, p. 48.
[546] VILHENA, 1916, vol. I, p. 26.
[547] A questão pessoal estaria relacionada com o envolvimento amoroso de Barjona de Freitas com uma senhora casada, que terá causado algum escândalo na época; FERNANDES, 2010 (a), p. 48.

da qual gravitavam antigos jovens de Coimbra, como Lopo Vaz, Júlio de Vilhena, Marçal Pacheco ou Augusto Fuschini.

Regressado ao ministério da Justiça em 1878, Barjona foi o mentor da coligação entre Regeneradores e Republicanos em Lisboa para as eleições parlamentares desse ano. Apesar da vitória a nível nacional, a derrota sofrida na capital causou algum desconforto em certos sectores do Partido Regenerador, e dividiu mesmo os Republicanos[548]. Mais uma vez desentendido com os seus colegas do executivo, desta vez devido à entrada em vigor da lei do registo civil, que alguns consideravam inoportuna, Barjona abandonou o governo. Fontes conseguia, assim, manter o controlo sobre os radicais do seu próprio partido.

Barjona saiu de cena, mas não deixou de manobrar nos bastidores. O seu grupo tornara-se cada vez mais forte, e os seus apoios eram variados: em alguma imprensa republicana os Regeneradores mais radicais eram vistos com bons olhos[549]. Em Março de 1881, estando no poder o primeiro governo Progressista, realizou-se no Teatro de São Carlos um *meeting* supostamente organizado pela «unha negra» dos Regeneradores e pelos Constituintes, com o apoio do executivo camarário da capital, que era Republicano[550]. Barjona de Freitas não esteve presente, mas não foi por isso que deixou de utilizar os acontecimentos a seu favor: poucos dias depois, na Câmara dos Pares, apresentou uma moção de censura ao governo, pela intervenção policial alegadamente exagerada[551].

O governo Progressista acabaria por se demitir não muito tempo depois, subindo ao poder os Regeneradores: a liderar o novo executivo, ao contrário do que seria de esperar, não estava Fontes Pereira de Melo, mas sim António Rodrigues Sampaio, e a acompanhá-lo um grupo completamente novo de políticos. E por detrás deste governo o nome que se notava como ausente mas, simultaneamente, mais presente, era o de Barjona de Freitas: entre os novos membros do governo estavam alguns dos seus principais discípulos, como Lopo Vaz, Sanches de Castro ou Júlio de Vilhena. A prova do carácter radical que este governo tinha tomado foi, como veremos mais à frente, o processo eleitoral de Agosto de 1881, que ficaria conhecido como a «guerra de extermínio».

[548] GOMES, 1907, vol. XII, p. 487; FERNANDES, 2010 (a), p. 91.
[549] FERNANDES, 2010 (a), p. 77.
[550] *O Progresso*, 15 de Março de 1881, p. 1.
[551] FERNANDES, 2010 (a), p. 125; *DCP*, 16 de Março de 1881, pp. 285-289.

Barjona teria então pressionado António Rodrigues Sampaio, chefe do governo, para lhe entregar a pasta, o que este não aceitara. Contrariado, propusera a Fontes ficar apenas com o ministério do Reino na remodelação governamental que se fazia prever, mas Fontes não esteve com meias medidas[552]. Rodrigues Sampaio, que supostamente estaria doente, pôs o seu lugar à disposição; Fontes deu a entender que sugerira ao Rei, para liderar o governo, Martens Ferrão, mas este não tinha na realidade interesse no cargo; em dois dias Fontes era novamente Presidente do Conselho, com um governo remodelado, sendo que do antigo só tinham sobrevivido Júlio de Vilhena, que passara da Marinha para a Justiça, e Hintze Ribeiro, que mantinha as Obras Públicas. Fontes resolvia assim dois problemas com um só gesto: por um lado tirava do poder um governo que desagradava a um grupo considerável de Regeneradores; por outro, enfraquecia os avançados e limitava as ambições de Barjona. Para ter a certeza que este percebia a mensagem, poucos dias depois da transição ministerial Fontes teria comunicado a Barjona que tencionava indicá-lo para a embaixada do Rio de Janeiro, convite que este rapidamente rejeitou[553].

Fontes Pereira de Melo podia ter pensado que tinha resolvido os problemas internos dos Regeneradores e que Barjona não iria desafiá-lo novamente, mas enganava-se. No início de 1882, o líder dos Constituintes, José Dias Ferreira, apresentou um projecto de reforma da Carta Constitucional, que gerou algum reboliço dentro do Partido Regenerador. Fontes terá avisado os seus correligionários que, caso o texto fosse admitido a discussão, se demitia do governo. Consta que foram realizadas duas reuniões, uma dos amigos de Lopo Vaz, outra dos de Barjona, o que dá a entender que estes estariam já em processo de afastamento. O grupo de Lopo Vaz terá cedido à pressão de Fontes, mas o de Barjona nem tanto: apesar de não ter sido admitido a discussão, o projecto recebeu votos favoráveis de 13 deputados Regeneradores ligados a Barjona de Freitas, como Marçal Pacheco ou Silveira da Mota[554]. A teoria apresentada dois anos antes pela imprensa Progressista, em como Barjona pretendia lançar-se dos Regeneradores para a esquerda, parecia confirmar-se.

Para evitar precisamente isso, Fontes mexeu no elenco ministerial em Outubro de 1883, e desta vez tentou cooptar todos os possíveis adversários internos: para o Reino entrou Barjona de Freitas, e para a Justiça Lopo Vaz; com as pastas da Marinha e

[552] FERNANDES, 2010 (a), pp. 158-159.
[553] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, pp. 275-276.
[554] LEAL, 2016, p. 221; FERNANDES, 2010 (a), p. 162; *Diário Popular*, 4 de Fevereiro de 1882, p. 1.

das Obras Públicas ficaram, respectivamente, os Constituintes Manuel Pinheiro Chagas e António Augusto de Aguiar. As manobras para a recomposição do governo teriam sido negociadas entre Fontes e José Dias Ferreira, tendo este último sido pressionado a indicar dois elementos do seu grupo para ministros. Sem grandes alternativas, até porque liderava um número de deputados reduzido, Dias Ferreira aceitou com a condição de Barjona de Freitas também entrar para o executivo[555]. Fontes concordou com a exigência, até porque isso lhe permitia controlar Barjona e Lopo Vaz. A 23 de Outubro terá havido uma reunião em casa de Barjona, onde foram decididos os últimos detalhes da transição[556]. No dia seguinte, os novos ministros tomavam posse; todas as partes ficavam satisfeitas.

Barjona haveria de se manter na pasta do Reino até 1886, quando o governo abandonou o poder[557]. E talvez a paz – ainda que podre – se tivesse mantido dentro dos Regeneradores nos anos seguintes, não fosse ter ocorrido um dos acontecimentos mais inesperados e importantes da década de 1880: a morte de Fontes Pereira de Melo. Fontes morreu a 22 de Janeiro de 1887, vítima de doença repentina. Poucos dias antes teria havido uma reunião dos Regeneradores, a propósito das eleições que se aproximavam, e tudo parecia decorrer com normalidade. A 15 de Janeiro, Fontes recebeu uma carta do Regenerador Frederico Arouca, e anotou pelo próprio punho que Arouca "Pede desculpa de não assistir á reunião de 15-1-87 e diz que está d'acordo com tudo que eu resolver fazer"[558]. Nada fazia prever o desfecho trágico de uma noite aparentemente como as outras: o político teria jantado fora e regressado a casa cedo. Durante a noite sentira-se mal, e os esforços dos médicos de pouco tinham servido. Os meses seguintes foram a prova de que, como alegadamente pressagiara à hora da morte, Fontes Pereira de Melo ia fazer falta[559].

O Partido Regenerador tentou reorganizar-se. Faltavam menos de dois meses para as eleições para a Câmara dos Deputados, e a política não se compadecia com o luto. Foi criada uma grande comissão eleitoral, presidida por Augusto César Cau da Costa, e uma comissão executiva, formada por Barjona de Freitas, Lopo Vaz, Hintze Ribeiro e Luís Bivar, um amigo próximo de Fontes. As manobras de bastidores

[555] FERNANDES, 2010 (a), pp. 184-185.
[556] FERNANDES, 2010 (a), p. 182.
[557] Entre Fevereiro e Novembro de 1885 Barjona de Freitas acumulou a pasta do Reino com a da Justiça, entregando-a depois a Manuel de Assunção, outro dos seus discípulos.
[558] BNP, Reservados, CFPM, cx. 1, doc. 56, carta de Frederico Arouca de 15 de Janeiro de 1887.
[559] *Revolução de Setembro*, 3 de Julho de 1887, p. 1; MÓNICA, 2010, p. 13.

começaram logo aí: a 27 de Janeiro realizou-se uma reunião no Centro Regenerador de Lisboa onde, depois de grandes elogios à memória de Fontes, Lopo Vaz sugeriu que aos quatro membros da comissão executiva fosse adicionado um outro, por ter sido essa a vontade expressa pelo antigo líder. Segundo ele, tratava-se apenas de uma questão de rigor, para ter número ímpar e evitar o empate em decisões que tivessem de ser tomadas. Apresentava, para isso, o nome de António de Serpa Pimentel, que prontamente foi aprovado pela assistência[560]. Tinham passado 5 dias sobre a morte de Fontes, e as intrigas partidárias já estavam em movimento.

O próprio António de Serpa, ou alguém que com ele colaborava no *Jornal do Comércio*, lançou a ideia de não se proceder à escolha de um novo líder Regenerador, eventualmente para evitar a divisão que se esperava por parte dos barjonáceos: "Os partidos politicos, creações espontaneas, teem sempre quem os dirija, ou quem os guie, que são sempre os homens mais intelligentes, mais activos e mais experimentados. Mas não é necessario haver sempre um chefe unico e supremo". O redactor continuava declarando que, ao contrário do que alguns sectores pareciam desejar, não era através de uma eleição que se deveria entronizar um líder partidário: "Nem os chefes d'esta ordem se elegem por escrutinio, ou se nomeiam por decreto. Fazem-se, apparecem, cria-os a opinião, e o consenso geral, quando as circumstancias geraes da politica, ou as circumstancias da pessoa, n'um momento dado, determinam a sua creação"[561].

Os Regeneradores encontravam-se num momento de crise não por falta de candidatos à liderança, mas por existirem demasiados membros com essa ambição. Os mais interessados em chefiar o partido pareciam ser os elementos mais jovens: Barjona de Freitas tinha a vontade e alguns apoios, mas confrontava-se com Hintze Ribeiro, que também se amparava em vários influentes Regeneradores, e com Lopo Vaz, com quem agora mantinha relações "inimigas e até odientas"[562]. Segundo João Franco confidenciava a João Pinto dos Santos, Barjona e Hintze estariam dispostos a apoiar a candidatura de Martens Ferrão, e opunham-se à de Serpa Pimentel. Franco acreditava ainda que as lutas internas do partido acabariam por conduzir à vitória de Hintze Ribeiro, que se imporia aos rivais no Parlamento[563]. Hintze planeava propôr uma

[560] *Revolução de Setembro*, 28 de Janeiro de 1887, p. 1.
[561] *Jornal do Comércio*, 26 de Janeiro de 1887, p. 1. Repara-se que estas palavras não são muito diferentes daquelas que o próprio Serpa tinha escrito dois anos antes, a propósito da eleição de José Luciano de Castro para líder Progressista; *Jornal do Comércio*, 18 de Novembro de 1885, p. 1.
[562] FUSCHINI, 1899, p. 52.
[563] DIAS, 1971, p. 18, carta de João Franco para João Pinto dos Santos de 8 de Fevereiro de 1887.

liderança bicéfala, com Martens Ferrão, caso a sua candidatura não fosse bem vista, o que também seria do agrado de Franco e dos caciques beirões: "Não nos convém nem queremos outro chefe senão o Hintze, abertam[te] ou com o Mártens Ferrão"[564].

Mas Lopo Vaz, o mais "hábil e eficaz chefe político" da sua geração, tinha um truque na manga: ao lançar o nome de António de Serpa bloqueava a passagem tanto a Hintze Ribeiro como a Barjona[565]. Hintze percebeu a estratégia e aceitou o jogo. Mas Barjona não queria esperar mais: mantivera-se na órbita de Fontes durante muitos anos e não pretendia ser ultrapassado. Até ao Verão a tensão dentro do Partido Regenerador foi aumentando. O *Imparcial*, jornal ligado a Tomás Ribeiro, dizia que alguns Regeneradores estariam a passar informações ao governo e aos Progressistas sobre o que se passava nas reuniões do partido[566]. Em Abril os pratos da balança inclinaram-se para o lado de Andrade Corvo[567]; pouco depois voltaram a pender para António de Serpa, alegadamente por influência de Henry Burnay e do *Jornal do Comércio*, do qual Serpa era ainda o principal redactor[568].

A resolução deu-se a 19 de Junho, numa reunião dos principais «marechais» Regeneradores[569]. Barjona avisara que, caso fosse escolhido um nome que não o seu para a liderança, seria forçado a separar-se do partido. Dos presentes, só Jaime Moniz e Caetano Sanches de Castro o apoiavam. António de Serpa e António Augusto de Aguiar abstiveram-se de votar, mas os restantes – Barbosa do Bocage, Lopo Vaz, Hintze Ribeiro, Couto Monteiro, Pinheiro Chagas, Manuel da Assunção e Júlio de Vilhena – confirmaram a nomeação de Serpa como novo chefe do Partido Regenerador[570]. Lopo Vaz conseguia assim levar o seu plano a bom porto.

A imprensa Regeneradora mantinha-se silenciosa quanto ao assunto, mas os Progressistas não perderam a oportunidade para realçar que a vitória de Serpa Pimentel

[564] FERNANDES, 2010 (a), p. 266; DIAS, 1971, p. 18, carta de João Franco para João Pinto dos Santos de 8 de Fevereiro de 1887.
[565] RAMOS, 1994, p. 202; RAMOS, 2006 (a), p. 67.
[566] *Diário Popular*, 29 de Janeiro de 1887, p. 1.
[567] *Diário Popular*, 22 de Abril de 1887, p. 1.
[568] FERNANDES, 2010 (a), p. 278; *Diário Popular*, 20 de Junho de 1887, p. 1.
[569] A reunião ocorreu em casa de Barbosa du Bocage, na Rua dos Cardais de Jesus. Por isso, o *Diário Popular* dizia que "foi hontem na rua dos Cardaes de Jesus que emaranhou de todo a meada da chefia"; *Diário Popular*, 20 de Junho de 1887, p. 1.
[570] *Revolução de Setembro*, 21 de Junho de 1887, p. 1.

beneficiava principalmente uma pessoa, Henry Burnay, que "poz luminarias... metade accesas metade apagadas"[571].

A nomeação de Serpa não foi aceite de forma pacífica dentro dos Regeneradores. Poucos dias depois a *Revolução de Setembro* entregava o seu apoio a Barjona de Freitas[572]. As *Novidades* tocavam na ferida: "Entre os proprietarios da *Revolução* estão os parentes mais proximos de Fontes Pereira de Mello e de Rodrigues Sampaio. Os seus redactores são jornalistas de longo passado, provada fidelidade, e incontestavel talento, e fizeram as suas primeiras armas sob a inspiração directa do grande, do glorioso fundador da *Revolução de Setembro*. Não é, pois, a arraia miuda nem são os recem-chegados ao partido regenerador, os que ficam com o sr. Barjona"[573]. Para além disso, corriam rumores em como 13 deputados do Partido Regenerador iriam acompanhar a cisão de Barjona de Freitas[574]. Mesmo entre os membros antigos do partido havia desconforto. Vários Regeneradores de proa não tinham comparecido à reunião, como Andrade Corvo, Lourenço de Carvalho, Cardoso Avelino, Melo e Gouveia e Barros e Sá. Tomás Ribeiro enviara uma carta aos presentes, declarando que se posicionaria conforme achasse melhor depois de resolvida a questão. Martens Ferrão nem sequer fora convocado[575].

Poucos dias depois teria havido nova reunião dos principais nomes do partido, entre os quais já não se encontravam Barjona, Sanches de Castro e Jaime Moniz, e à qual Tomás Ribeiro e Barros e Sá também não compareceram. Desta vez teriam sido discutidas três hipóteses de acção: convocar uma assembleia-geral do partido para proceder à aclamação de António de Serpa, fazer uma «enchefação à capucha», como lhe chamava o redactor das *Novidades*, através de um abaixo-assinado dos apoiantes de Serpa, ou chegar a acordo com Barjona de Freitas para uma dupla liderança no partido[576]. Segundo o mesmo jornal, teria sido esta última opção a ser aceite pelos presentes, sendo António Teles de Vasconcelos escolhido para entabular conversações com os dissidentes. Mas, ao contrário do que se esperava, no início de Julho a

[571] *Diário Popular*, 20 de Junho de 1887, p. 1.
[572] *Revolução de Setembro*, 22 de Junho de 1887, p. 1.
[573] *Novidades*, 21 de Junho de 1887, p. 2.
[574] *Novidades*, 21 de Junho de 1887, p. 2. Os deputados em questão eram Guilherme de Vasconcelos Abreu, Fontes Ganhado, Marçal Pacheco, Augusto Fuschini, Souto Rodrigues, José Gonçalves Pereira dos Santos, Wenceslau de Lima, Estevão de Oliveira, José Maria dos Santos, José Luís Ferreira Freire, Mateus Teixeira de Azevedo, João de Sousa Machado e Henrique de Sant'Ana e Vasconcelos.
[575] *Novidades*, 20 de Junho de 1887, p. 1; *Diário Popular*, 21 de Junho de 1887, p. 1.
[576] *Novidades*, 23 de Junho de 1887, p. 1.

Revolução de Setembro dizia ter informações fidedignas segundo as quais alguém andava a recolher assinaturas entre os Regeneradores a favor de António de Serpa[577].

Face a isto, no parlamento, Augusto Fuschini declarou-se apoiante de Barjona, e deu largas à sua indignação: dizia-se escorraçado do seu partido e que não sabia da existência de um novo chefe, porque agora eram afastados das reuniões os mais influentes membros dos Regeneradores. E para evitar a cisão só havia uma solução, a formação de um directório composto por António de Serpa, Barjona e Andrade Corvo, porque assim ficavam representadas todas as facções Regeneradoras[578]. Por fim, a 31 de Julho, saiu na imprensa um abaixo-assinado de 157 personalidades do Partido Regenerador que apoiavam a liderança de Serpa, e que ficou conhecido como da «Capa Rica»[579].

O manifesto era assinado por deputados, pares do Reino, ministros de Estado honorários, antigos deputados e governadores de civis, que tinham desempenhado funções durante o último governo Regenerador, ou seja, os altos cargos da administração pública ligados ao Partido Regenerador. No texto era reafirmada a "necessidade de estreitar os laços de união entre os homens que professam as doutrinas politicas que o partido regenerador defende" e, para isso, de escolher para seu chefe um homem com autoridade moral e experiência política. Dadas as circunstâncias, proclamavam como seu chefe António de Serpa Pimentel[580]. Para os jornais Progressistas, Serpa estava a ser "enchefado por subscripção e proclamado em portaria"[581].

As respostas dos dissidentes não se fizeram esperar, a tal ponto que um contemporâneo dizia que "A tempestade ribombou estrondosa e prolongada. Dir-se-hia que se acabava, não o mundo, mas o partido regenerador"[582]. Na Câmara dos Pares, Barjona declarou que o documento não poderia ser referente ao verdadeiro Partido Regenerador, porque lhe faltavam as assinaturas de um grande número de membros do partido que o tinham representado no Parlamento ou no governo. Sublinhava ainda que tinha proposto, em Junho, que a eleição do novo chefe fosse feita através de uma reunião pública, mas que isso lhe tinha sido negado pelos restantes «marechais»

[577] *Revolução de Setembro*, 1 de Julho de 1887, p. 1.
[578] *DCD*, 23 de Julho de 1887, p. 2035; *Novidades*, 24 de Julho de 1887, p. 1.
[579] *Jornal da Noite*, 31 de Julho e 1 de Agosto de 1887, p. 1; NORONHA, 1913, p. 134.
[580] *Jornal da Noite*, 31 de Julho e 1 de Agosto de 1887, p. 1.
[581] *Novidades*, 4 de Agosto de 1887, p. 1.
[582] NORONHA, 1913, p. 134.

Regeneradores. Barjona parecia assim inclinar-se para o modelo de eleição de líderes seguido pelo Partido Progressista, mas via os seus objectivos negados pelas restantes figuras de relevo Regeneradoras. O bloqueio terá sido, porém, menos o resultado de uma intenção deliberada de evitar a «democratização» da estrutura do partido, e mais um dano colateral das intrigas partidárias para impedir Barjona de chegar à liderança. Os apelos para a participação das bases do partido na eleição, por parte de Barjona de Freitas, e a recusa dessa participação, por parte dos outros membros do núcleo central do partido, parecem ter sido apenas um método para facilitar ou impedir Barjona de chegar ao poder[583]. Lamentava portanto que o abaixo-assinado tivesse sido publicado, porque assim se oficializava a cisão do partido[584]. Tomás Ribeiro, que não comparecera à reunião de 19 de Junho, e comunicara por carta que se distanciava das decisões ali tomadas, lembrava as palavras de Fontes Pereira de Melo no seu leito de morte, e concluía que "a verdade é que não encontrâmos aqui o partido regenerador que o sr. Fontes nos deixou em testamento"[585]. Poucos dias depois, o mesmo político dava o Partido Regenerador como morto[586].

Na câmara baixa, Fontes Pereira Ganhado, sobrinho de Fontes Pereira de Melo, recusava apoiar António de Serpa porque nenhum dos membros da família de Fontes tinha sido convocado para a reunião ou informado da decisão tomada[587]. Já Marçal Pacheco declarava que o Partido Regenerador estava morto, porque vinha agora colocar na chefia um homem que anteriormente o criticara[588]. Pacheco referia-se a um artigo, publicado por António de Serpa no *Jornal do Comércio*, em 1885, a propósito da nomeação de José Luciano de Castro para a liderança dos Progressistas, onde este afirmava que "os chefes de partido não se elegem por escrutinio. Fazem-se a si, e apparecem feitos, proclamados e reconhecidos por todos, pelos proprios partidarios e até pelos que lhes são adversarios, sem que ninguem os indique ou proponha"[589]. Ficava assim evidente uma atitude contraditória da parte de Serpa, que fora precisamente proposto pela comissão central Regeneradora, e não tinha a credibilidade política para

[583] Note-se que tanto Barjona como os restantes «marechais» do partido pareciam pensar que a abertura da votação aos membros de base dos Regeneradores permitiriam a eleição daquele, ou seja, que Barjona tinha realmente apoios consistentes entre os Regeneradores, caso contrário o núcleo Regenerador não se teria sentido ameaçado pela proposta de Barjona.
[584] *DCP*, 1 de Agosto de 1887, p. 775.
[585] *DCP*, 1 de Agosto de 1887, p. 780.
[586] *O Imparcial*, citado em *Novidades*, 5 de Agosto de 1887, p. 1.
[587] *DCD*, 1 de Agosto de 1887, p. 2241.
[588] *DCD*, 1 de Agosto de 1887, pp. 2245-2246.
[589] *Jornal do Comércio*, 18 de Novembro de 1885, p. 1.

ser um chefe partidário que «aparecia feito». O mesmo Marçal Pacheco referia ainda que era do conhecimento público que se vinham formando duas correntes dentro do Partido Regenerador, "Uma, conservadora, auctoritaria, e, digamos a palavra, reaccionaria; mais liberal, mais progressiva, mais avançada, a outra", e que os membros da segunda corrente eram conhecidos como barjonáceos[590]. Mas sublinhava que durante duas décadas Barjona estivera ao lado de Fontes Pereira de Melo e contribuíra para o sucesso dos Regeneradores. Por isso, era seu dever apoiar Barjona, e não reconhecer Serpa como chefe. Lopo Vaz respondia-lhe que o partido não morrera nem iria morrer, e que mantinha a sua feição conservadora, ganhando agora, com a nova liderança, um carácter oportunista e liberal[591]. As palavras de Lopo diziam menos sobre o que o Partido Regenerador iria ser no futuro, e mais sobre aquilo que ele pretendia que fosse. Estava, assim, formalmente confirmada a dissidência. Começava a jogar-se uma nova fase da política portuguesa.

Barjona ter-se-á inspirado, não apenas no nome mas também em termos ideológicos, na Izquierda Dinástica espanhola, que emergira em 1881 e integrara o sistema político do país vizinho até 1884. A Izquierda Dinástica definia-se como liberal e monárquica, exigia o regresso à Constituição de 1869 – considerada como o primeiro texto constitucional democrático em Espanha, pelos poderes que garantia ao Parlamento e pela redução da influência do monarca – defendia os direitos individuais, a soberania nacional e o sufrágio universal, e queria "contribuir a la formación de dos grandes partidos, el liberal y el conservador" [592]. O partido, liderado por Francisco Serrano, procurou desenvolver uma estrutura de comités nacionais, mas enfrentou grandes dificuldades, não só pelas particularidades da política da época, mas também por não ter um programa político desenvolvido. Conscientes de ser necessária uma aproximação ao Partido Liberal de Mateo Sagasta se pretendiam chegar ao poder, a Izquerda Dinástica acabou por aceitar a fusão em 1884[593].

[590] *DCD*, 1 de Agosto de 1887, p. 2246.
[591] GOMES, 1907, vol. XII, p. 568.
[592] ARTOLA, 1991, vol. I, pp. 337.
[593] ARTOLA, 1991, vol. I, pp. 335-338. Note-se, aliás, que os eventos do Partido Regenerador são ricos em paralelismos com Espanha: quando, em 1897, Cánovas del Castillo foi assassinado, a liderança do Partido Conservador passou por uma crise semelhante à vivida pelos Regeneradores: "La desaparición de Cánovas planteó al partido el difícil problema de sustituir a un jefe indiscutido durante un cuarto de siglo, en un momento en que el más calificado de los cadidatos encabezaba un grupo disidente"; ARTOLA, 1991, vol. I, pp. 340-341.

No que diz respeito ao grupo de Barjona de Freitas, poucos dias bastaram para dar o passo seguinte: a 14 de Agosto foi fundado o centro da dissidência em Lisboa, no Largo das Duas Igrejas, onde "apesar de não ter havido convocação, se reuniram numerosos amigos do sr. Conselheiro Barjona de Freitas"[594]. Para o novo agrupamento político Barjona de Freitas levava vários nomes importantes do Partido Regenerador: Augusto Fuschini, Wenceslau de Lima, Mateus de Azevedo, José Luís Ferreira Freire, Silveira da Mota, Jaime Moniz, Marçal Pacheco, José Maria dos Santos, Sanches de Castro, José Gonçalves Pereira dos Santos, entre outros[595]. Era assim oficialmente fundada a Esquerda Dinástica.

Também na imprensa houve mudanças: visto que a *Revolução de Setembro* se passara para o lado de Barjona – e com ela o seu corpo de redactores – os apoiantes de Serpa tiveram de criar um novo jornal. Primeiro, logo a 1 de Agosto, surgiu o *Partido Regenerador: jornal da noite*, com Filipe de Carvalho na direcção e edição e António de Serpa como figura tutelar[596]. Este projecto, apesar de ter durado apenas um mês, fez uma entrada fulgurante na imprensa lisboeta, não só por ostentar como título o nome do partido que apoiava, mas também por ter, logo no primeiro número, lançado críticas ao falecido António Rodrigues Sampaio. A *Revolução de Setembro* tratou logo de defender a memória do seu fundador com palavras acutilantes: "A sombra de um morcego não póde occultar o vulto de uma aguia"[597]. No dia seguinte, Filipe de Carvalho assinava um texto onde deixava claro que aquele era um jornal do verdadeiro Partido Regenerador, que escolhera para seu líder António de Serpa Pimentel, e que quem não concordasse não tinha outra hipótese senão ir formar um novo partido: "os dissidentes podem constituir outro partido, e por-lhe a denominação que for do seu agrado, mas se continuarem a denominar-se regenerador, commettem essa acção pouco regular, que se chama abuso"[598]; para além disso, insinuava que a posição de Barjona dentro dos Regeneradores não era tão bem vista como os seus apoiantes faziam crer, e que tomara decisões que provavam o seu carácter menos nobre: "há muito tempo, e sabe-o bem o sr. Barjona, como sabe as causas, o seu nome não era sympatico a muita gente. Se o

[594] *Revolução de Setembro*, 17 de Agosto de 1887, p. 1. O Largo das Duas Igrejas é hoje o Largo do Chiado.
[595] *Diário Popular*, 18 de Agosto de 1887, p. 1.
[596] *O Partido Regenerador: jornal da noite*, 1 de Agosto de 1887. Debaixo do título constava uma indicação em como o jornal era elaborado "sob a chefia do conselheiro d'estado António de Serpa Pimentel".
[597] *Revolução de Setembro*, 3 de Agosto de 1887, p. 1.
[598] *O Partido Regenerador*, 2 de Agosto de 1887, p. 1.

fosse não teria sua ex.ª deixado e a seu proprio pedido trocasse uma pasta por um logar no tribunal de contas. Os homens que se presam e que chegam ás grandes eminencias politicas não trocam as suas posições por nenhum interesse pecuniario, como o sr. Barjona trocou a sua" [599]. Terminava chamando a Barjona "um grande talento e um grande infeliz"; no dia seguinte fazia novos avisos: "Aos srs. Barjona e barjonaceos, muito cuidado e muito juizo"[600].

Quanto à Esquerda Dinástica, lançou um jornal no Porto em Janeiro de 1888, *O Norte. Diário politico. Orgão da Esquerda-Dynastica no Porto*[601]. Pouco tempo depois apresentou um jornal em Lisboa, com o nome da agremiação política, que haveria de se manter em actividade de Abril de 1888 até ao fim de 1890[602]. No seu primeiro número afirmava deixar "a direita àqueles dos nossos antigos camaradas que com pesar nosso se separaram, e conservando para nós apenas o que nos pertencia, tratamos de apurar e de melhorar o antigo programa"[603]. Outros jornais da nova facção surgiram, em 1889, um no Porto, com o título de *Diário do Porto: orgão da Esquerda Dinástica do Norte do Reino*, e em Mangualde, intitulado *O Novo Tempo: jornal da Esquerda Dinástica*. O primeiro foi publicado apenas durante os primeiros meses de 1889; já o segundo, da responsabilidade de Alberto Osório de Castro, poeta e irmão de Ana de Castro Osório, manteve-se em publicação semanal entre Outubro de 1889 e Novembro de 1890, e parece ter sido criado para apoiar a candidatura de Augusto Fuschini pelo círculo de Viseu[604].

No fim de Outubro de 1887, com grande aparato, era fundado no Porto o centro local da Esquerda Dinástica, presidido por Wenceslau de Lima e tendo como um dos secretários o médico Ricardo Jorge[605]. No discurso que fez na cerimónia de abertura do centro, Barjona de Freitas apresentou alguns dos tópicos que integravam o programa do seu novo partido político: alargamento do princípio da tolerância religiosa, implementação do registo civil obrigatório, criação do ministério da instrução pública, elaboração de uma lei de responsabilidade ministerial, e criação de uma lei eleitoral,

[599] *O Partido Regenerador*, 2 de Agosto de 1887, p. 1.
[600] *O Partido Regenerador*, 3 de Agosto de 1887, p. 1.
[601] *O Norte. Diário político. Orgão da Esquerda-Dynastica no Porto*, 2 Janeiro de 1887, p. 1.
[602] *Esquerda Dinástica*, 12 de Abril de 1888.
[603] *Esquerda Dinástica*, 12 de Abril de 1888, p. 1.
[604] *Diário do Porto: orgão da Esquerda Dinástica do Norte do Reino*, 13 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 1889; *O Novo Tempo: jornal da Esquerda Dinástica*, 17 de Outubro de 1889 a 15 de Novembro de 1890.
[605] *Revolução de Setembro*, 3 de Novembro de 1887, p. 1. O centro da Esquerda Dinástica no Porto localizava-se na Rua das Oliveirinhas.

inspirada no modelo francês, que definisse como eleitores todos os indivíduos com 25 anos de idade[606]. Era um programa em linha com aquilo que a «unha preta» Regeneradora defendera ao longo dos anos, e que esperava roubar também alguns votos a Progressistas e Republicanos. Em Novembro corriam rumores de que iria ser fundado um centro da Esquerda Dinástica em Braga, contando com a presença de Wenceslau de Lima na inauguração, mas o evento não parece ter-se realizado[607].

A estratégia adoptada por Barjona para ultrapassar a questão da pequena dimensão do seu partido parece ter sido a criação de alianças com os adversários dos Regeneradores. Logo em 1887, através de José Elias Garcia, foi discutida pelos Republicanos a possibilidade de se unirem com a Esquerda Dinástica. O caso terá tido um impacto bastante negativo dentro do Partido Republicano, causando uma divisão significativa: a proposta de Elias Garcia quase empatou nas votações do directório e do Congresso Republicano do final do ano[608]. Visto que uma aliança fora do espectro monárquico parecia difícil, Barjona terá então procurado apoios dentro dos partidos dinásticos, recorrendo neste caso à facção Progressista afecta a Mariano de Carvalho[609].

Os bastidores do Partido Regenerador serviram também de material para Oliveira Martins, que por essa altura apoiava os Progressistas, lançar umas farpas. Segundo ele, "hoje os programas nascem da urgência da ocasião e da ponderação dos caudilhos"[610]. Prova disso era a situação dos Regeneradores: de um lado, "o sr. Serpa e o sr. Lopo Vaz, *mikado* e *taikum* do Japão regenerador"; para além destes, "o sr. Hintze Ribeiro mais ou menos rebelde, insurgindo-se contra o poder usurpado pelo *Shogun*"; em terceiro lugar, "o sr. Barjona que forma bando à parte"; e, por fim, "o sr. Manuel Vaz, o sr. Marçal Pacheco, o sr. Tomás Ribeiro, no porto-franco, e o sr. Dias Ferreira no seu voluntário isolamento". Concluía assim que "são pelo menos oito caudilhos", o que demonstrava que longe iam os tempos de glória do Partido Regenerador[611].

O «Porto Franco» a que Oliveira Martins aludia em relação a Tomás Ribeiro tratava-se de um grupo de indivíduos que se teriam reunido em torno deste par do Reino, descontentes com os contornos da política e com as doutrinas dos partidos políticos. O nome mais significativo deste grupo, à parte Tomás Ribeiro, seria Manuel

[606] *Revolução de Setembro*, 3 de Novembro de 1887, p. 1.
[607] *Gazeta de Portugal*, 8 de Novembro de 1887, p. 1.
[608] RAMOS, 2006 (a), p. 70.
[609] FERNANDES, 2010 (a), p. 285.
[610] MARTINS, 1957 (a), vol. II, p. 23.
[611] MARTINS, 1957 (a), vol. II, pp. 23-24.

Vaz Preto, conhecido cacique da região da Beira Baixa, que já colaborara com Constituintes e Regeneradores mas que, em simultâneo, mantinha um posicionamento muito próprio na política nacional[612]. Foi, aliás, Vaz Preto quem anunciou a existência e os propósitos do «Porto Franco», durante uma sessão do pariato, esclarecendo que se tratava de um grupo que seguia as pisadas do Partido Constituinte de José Dias Ferreira[613]. Mais tarde, já depois do *Ultimatum* britânico, Vaz Preto viria a público resumir as doutrinas do Porto Franco – "governar e administrar com muita moralidade e com muita economia"[614] – e o grupo chegaria a participar no primeiro governo de João Crisóstomo, com Tomás Ribeiro na pasta das Obras Públicas, e António Emílio de Sá Brandão na Justiça[615]. O sucesso seria, porém, muito limitado, e o Porto Franco, demasiado dependente das ligações políticas das suas figuras cimeiras, e encurralado num período político muito conturbado, acabou por desaparecer.

Face a todas estas divisões, no núcleo duro dos Regeneradores o ambiente era de desilusão. Em carta a Lopo Vaz, Hintze Ribeiro lamentava-se: "Da herança do Fontes – tão rica de tradições, mas já tão gasta nos elementos de acção – trez grandes ossos nos ficaram para roer: - um syndicato financeiro (a que elle deu a mão) contra nós: - uma reforma do pariato que deu a ultima enxadada no systema constitucional: - e um affrouxamento da disciplina partidaria, que já mal se escondia nos ultimos dias da sua vida. É claro que tudo isto se vence – são pequenos senãos em uma herança que tem por si o nome de quem a deixou. Mas é pena – por todos os motivos – que não possamos já ouvir a voz de commando do nosso antigo chefe, manobrando por entre estas intrigas"[616]. Particularmente relevante neste trecho é a referência a uma consciência de disciplina partidária, um conceito moderno, mas também a noção da importância que a figura de Fontes tivera na coesão do partido.

Durante o ano de 1888 a Esquerda Dinástica esteve pouco visível, e só recuperou em 1889, aquando das eleições. Contou então com o apoio do governo Progressista, que terá facilitado a vida aos da Esquerda em círculos onde defrontavam candidatos Regeneradores mais fortes[617]. Ainda assim, o esforço de Barjona para

[612] Para um olhar detalhado sobre o percurso político de Vaz Preto e sobre as particularidades da política regional, ver POUSINHO, 2016.
[613] *DCP*, 20 de Fevereiro de 1888, p. 309.
[614] *DCP*, 18 de Março de 1891, p. 10. Nesse mesmo discurso Vaz Preto esclarecia que o Porto Franco era, na realidade, o nome pelo qual era vulgarmente conhecido o grupo Unionista.
[615] POUSINHO, 2016, p. 112.
[616] ICS, CLVSM, doc. LV06, carta de Hintze Ribeiro de 17 de Julho de 1888.
[617] ALMEIDA, 1991, p. 228.

congregar militantes foi visível: o jornal oficial do partido dava conta de se ter realizado uma reunião com propósitos eleitorais em Montemor-o-Novo[618]. Em Lisboa foi também constituída uma comissão eleitoral, presidida por Barjona de Freitas e composta por alguns nomes fortes vindos do Partido Regenerador, como Cunha Belém, Jaime Moniz, Joaquim Peito de Carvalho ou Silveira da Mota [619]. A mesma comissão decidiu alguns dias depois nomear como secretário Augusto Fuschini, e apresentar a candidatura, pelo círculo de Lisboa, de Joaquim Peito de Carvalho, eleito em anos anteriores com o apoio dos Regeneradores e nomeado por estes para o Governo Civil de Lisboa[620]. Outros três candidatos viram as suas candidaturas publicitadas alguns dias mais tarde, desta vez para a acumulação de votos: António Henriques da Silva, António de Sousa Pinto de Magalhães e Caetano Pereira Sanches de Castro[621].

Ao mesmo tempo também os Regeneradores se mobilizavam para as eleições, convocando os seus correligionários para uma reunião no Centro Regenerador de Lisboa, presidida por Cau da Costa. O objectivo era deixar claro, como Serpa Pimentel dizia no seu discurso, que "o Partido Regenerador não morre nem se rende"[622]. Os Regeneradores de Lisboa nomearam uma comissão executiva, composta por António de Serpa Pimentel, Hintze Ribeiro, Lopo Vaz, Cau da Costa e Teles de Vasconcelos, encarregue de dirigir o processo eleitoral[623]. No Norte, o deputado João Arroio, que dispunha de grande influência no Porto, ia fazendo uma tour pelos centros políticos dos Regeneradores, sendo recebido com «palmas e vivas»[624].

O resultado das eleições talvez não tenha representado tudo quanto Barjona de Freitas desejou para o seu novo partido, mas revelou-se um princípio promissor. A Esquerda Dinástica conseguiu eleger, ao todo, nove deputados em todo o país: Wenceslau de Lima (Régua), João Dias Galas (Moncorvo), Augusto Fuschini (Viseu), João José de Souto Rodrigues (Coimbra), José Maria dos Santos (Aldeia Galega), José de Macedo Souto Maior (Montemor), Mateus de Azevedo (Tavira), Virgílio Inglês (Faro) e Henrique de Santana e Vasconcelos (Funchal)[625]. O número de deputados

[618] *Esquerda Dinástica*, 13 de Setembro de 1889, p. 1.
[619] Ver Anexo 6.1, p. 49.
[620] *Revolução de Setembro*, 5 de Outubro de 1889, p. 1.
[621] *Revolução de Setembro*, 8 de Outubro de 1889, p. 1.
[622] *Gazeta de Portugal*, 30 de Agosto de 1889, p. 1.
[623] *Gazeta de Portugal*, 3 de Outubro de 1889, p. 1.
[624] *Gazeta de Portugal*, 20 de Setembro de 1889, p. 2, e 5, 6, 8 e 12 de Outubro de 1889, p. 1.
[625] *Revolução de Setembro*, 23 de Outubro de 1889, p. 1 João Dias Galas aparece em algumas fontes como tendo sido eleito pelas listas governamentais; *Comércio do Porto*, 25 de Outubro de 1889, p. 1.

reduzido não lhes permitia agir como força de bloqueio dentro do Parlamento, até porque isso implicava aliarem-se à bancada Regeneradora contra a maioria Progressista, o que representava um retrocesso para os objectivos de Barjona.

Mas, se as coisas não pareciam correr mal a Barjona, os acontecimentos políticos vieram mudar tudo, e acabaram por forçar a Esquerda Dinástica a reenquadrar-se: a 11 de Janeiro de 1890 era entregue a nota diplomática do governo britânico que viria a passar à História como *Ultimatum* Britânico. A reacção popular em Lisboa foi intensa, com ataques à casa do ministro da Marinha e Ultramar do governo Progressista, Henrique de Barros Gomes, e ao consulado britânico, e morras à porta de estabelecimentos comerciais ingleses; no Porto formou-se a Liga Liberal do Norte, uma organização patriótica liderada por Antero de Quental; os Republicanos lançaram-se numa série de manifestações, e viriam mesmo a criar a música anti-britânica *A Portuguesa*, mais tarde hino nacional[626]. O governo de José Luciano de Castro pediu a demissão, sendo substituído por um executivo formado exclusivamente por Regeneradores: António de Serpa Pimentel na Presidência, Reino e Guerra; a nova estrela dos Regeneradores, João Franco, na Fazenda; Lopo Vaz na Justiça; Hintze Ribeiro nos Negócios Estrangeiros; João Arroio na Marinha e Ultramar; e Frederico Arouca nas Obras Públicas[627]. Dada a importância que o ministério do Ultramar desempenhava nas negociações, em Abril o experiente Júlio de Vilhena recupera a sua antiga pasta, e o estreante João Arroio passa para o recém-criado Ministério da Instrução Pública.

Neste contexto conturbado, e a instâncias do monarca, Barjona de Freitas foi convidado para desempenhar as funções de Ministro Plenipotenciário de Portugal junto da Corte Britânica[628]. É possível perceber a estratégia do governo Regenerador: ainda que Barjona fosse um reputado especialista em Direito, e o governo português estivesse a procurar uma resolução jurídica para o conflito, a nomeação de Barjona era também uma forma de o afastar do seu núcleo partidário, e de enfraquecer a Esquerda Dinástica, privando-a do seu líder. O autor deste esquema não terá sido, possivelmente, Serpa, mas sim Lopo Vaz ou Hintze Ribeiro, que aos poucos ganhavam um maior prestígio dentro do partido e do governo. Desde logo surgiram boatos em como, com o seu líder afastado

[626] NORONHA, 1913, pp. 188-189; GOMES, 1907, vol. XII, pp. 586-588; RAMOS, 2006 (a), p. 59.
[627] A pasta da Guerra estava inicialmente nas mãos do General Vasco Guedes mas em poucos dias passou para Serpa, porque aquele militar era, à época, governador-geral da Índia Portuguesa.
[628] NORONHA, 1913, p. 183.

em Londres, a Esquerda Dinástica iria regressar às hostes do Partido Regenerador, ou até mesmo fundir-se com os Progressistas, coisa que a *Revolução de Setembro* se apressou a negar[629].

Mas até dentro da Esquerda Dinástica apareceram dúvidas. Barjona convidou os membros do seu partido para um encontro, para esclarecer os detalhes da sua viagem e da situação em que ficava a Esquerda Dinástica. Dizia-se angustiado por ter de aceitar a missão diplomática, mas apelava ao sentido patriótico dos seus companheiros, e garantia que o partido ficaria em boas mãos. Para isso, propunha a nomeação de uma comissão executiva que dirigisse os trabalhos partidários na sua ausência[630]. A comissão, composta por 27 nomes, incluía três deputados da Esquerda Dinástica – Augusto Fuschini, José Maria dos Santos e Henrique de Santana e Vasconcelos – para além de outras figuras conhecidas dessa corrente política, como Jaime Moniz, Silveira da Mota, Cunha Belém, ou Joaquim Peito de Carvalho[631].

Entretanto, o governo Regenerador não se demorou a reocupar o espaço político, e pediu ao Rei a dissolução das Cortes e a marcação de eleições, para recuperar a maioria parlamentar. Face a isto a comissão executiva da Esquerda Dinástica anunciou "entrar em lucta eleitoral em todos os circulos do paiz, onde possa reunir votos"[632]. O tom pouco confiante da afirmação parecia já um sinal da fragilidade da sua situação. Os barjonáceos apresentaram apenas Caetano Pereira Sanches de Castro como candidato por acumulação de votos, reduzindo bastante as suas expectativas em relação aos resultados da eleição anterior[633]. Sanches de Castro conseguiu ser eleito, mas já com a colaboração do governo Regenerador, que obteve uma maioria estável e percebeu ter assim absorvido a maior parte dos dissidentes.

Quanto a Barjona de Freitas, os seus esforços diplomáticos conduziram à assinatura do Tratado de 20 de Agosto de 1890, através do qual eram estabelecidos os limites dos territórios da Coroa Portuguesa em Angola e Moçambique. O efeito na opinião pública foi devastador: o tratado foi considerado uma capitulação de Portugal face às ameaças britânicas; Hintze Ribeiro, ministro dos Negócios Estrangeiros, e

[629] *Revolução de Setembro*, 24 de Janeiro de 1890, p. 1.
[630] *Revolução de Setembro*, 30 de Janeiro de 1890, p. 1.
[631] Ver Anexo 6.3, pp. 51-52. Tratava-se de um grupo que se dispersava por vários sectores, incluindo militares, professores universitários, empresários e grandes proprietários.
[632] *Revolução de Setembro*, 11 de Fevereiro de 1890, p. 1.
[633] *Revolução de Setembro*, 28 de Março de 1890, p. 1.

Barjona de Freitas foram apelidados por um cronista da época como «dois imbecis»[634]. O Partido Republicano – que tinha conseguido eleger 3 deputados pelo círculo de Lisboa – apelou à indignação dos portugueses, organizando comícios e manifestações, que o Governador Civil de Lisboa se apressou a reprimir[635].

O efeito mais significativo desta contestação, no que a uma parte dos amigos de Barjona de Freitas diz respeito, foi a criação da Liga Liberal, um movimento político encabeçado por militares – um "protesto da oficialidade" – que incluía também várias figuras descontentes com os grandes partidos políticos[636]. Entre os membros da Liga Liberal estavam alguns apoiantes da Esquerda Dinástica, como Augusto Fuschini, Henrique Sant'Ana e Vasconcelos, Guilherme de Abreu ou Zófimo Consiglieri Pedroso, mas também antigos Progressistas, como António Enes ou Fernando Palha[637]. O empenho dos antigos Regeneradores no sucesso desta iniciativa terá sido tal que Augusto Fuschini chegou a ceder as instalações da Companhia Sotiel Coronada, da qual era director, para a realização da primeira assembleia da Liga, e Manuel de Assunção desempenhava, em 1891, o cargo de presidente do Conselho Director da Liga Liberal[638]. O programa político que defendia, "rasgadamente liberal e honesto", incomodou o *status quo*, pelo seu carácter próximo do socialismo[639]. Lopo Vaz, consciente da importância que a Liga Liberal vinha a ganhar em determinados meios tentou negociar apoios, tendo como intermediário Frederico Arouca, mas sem obter resultados[640].

Ora a acção deste movimento político na conjuntura da época foi de tal forma significativa que quando, em Setembro de 1890, o governo Regenerador caiu devido à contestação, aquele que lhe sucedeu era, precisamente, um governo extra-partidário fortemente influenciado pela Liga Liberal[641]. Entre 17 de Setembro e 14 de Outubro o Rei empreendeu esforços para encontrar uma solução governativa adequada às circunstâncias, tendo chegado a convocar Martens Ferrão, que era na altura embaixador na Santa Sé, mas não obtendo respostas positivas[642]. Depois do falhanço dos Regeneradores, D. Carlos procurou uma solução externa ao «Rotativismo» partidário

[634] ALMEIDA, 1927, vol. III, p. 57.
[635] TEIXEIRA, 1990, p. 92.
[636] VICENTE, 1999, vol. I, p. 157.
[637] *Novidades*, 9 de Dezembro de 1890, pp. 1-2; FERNANDES, 2006, vol. III, pp. 731-735.
[638] VICENTE, 1999, vol. I, p. 156; FERNANDES, 2010 (a), p. 344; *Pontos nos ii*, 19 de Dezembro de 1890, pp. 404-405 e *O Nacional*, 7 de Março de 1891, p. 1.
[639] *Exposição de princípios da Liga Liberal*, 1890; GALLIS, 1908, vol. I, p. 256.
[640] FUSCHINI, 1896, p. 76; GALLIS, 1908, vol. I, p. 252.
[641] NORONHA, 1913, p. 189.
[642] NORONHA, 1913, p. 18; TEIXEIRA, 1990, p. 98; RAMOS, 2006 (a), p. 68.

que ocorrera nos anos anteriores, mas nenhum dos notáveis parecia ter a força ou a disponibilidade necessária. Foi, por isso, necessário esperar várias semanas para que um nome fosse finalmente confirmado, deixando o país em suspenso[643]. Lopo Vaz "intrigava desesperadamente na mira de conseguir ser elle o encarregado de formar o gabinete", mas ainda não tinha a autoridade política necessária para ser convidado pelo rei[644]. O executivo que então entrou em funções tinha a presidi-lo João Crisóstomo de Abreu e Sousa, um militar que contava já com 79 anos, e que era também a figura de proa da Liga Liberal[645].

Quanto à Esquerda Dinástica, foi progressivamente perdendo importância, fosse porque os seus membros tinham passado para a Liga Liberal, fosse porque tinham regressado ao Partido Regenerador – alguns haveriam, mais tarde, de desempenhar funções importantes dentro do Partido Regenerador, como Wenceslau de Lima ou Luís Pimentel Pinto, ambos membros da Comissão Executiva nomeada aquando da morte de Hintze Ribeiro, em 1907. Barjona de Freitas, pela sua parte, quando regressou de Londres no fim do ano não pareceu interessado em voltar a mobilizar os seus apoiantes para a luta partidária. A existência da Esquerda Dinástica, como já foi dito por outros autores, representava uma "impossibilidade prática" porque, ao reunir indivíduos dos vários sectores da política, fossem eles Regeneradores, Progressistas ou até Republicanos, se tornava uma mescla de intenções demasiado confusa, sem um rumo ideológico definido ou uma estrutura consolidada, comprometendo assim as suas hipóteses de, no futuro, se tornar uma verdadeira alternativa política[646]. Terá sido por isso, em simultâneo com as condicionantes conjunturais, que não conseguiu manter-se em actividade.

2.4. A luta pela liderança na década de 90

A década de 1890 representou na política portuguesa um novo momento, não só devido às ondas de choque do *Ultimatum* Britânico, mas também a acontecimentos interligados mas posteriores, como a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 no

[643] FERNANDES, 2014, p. 41.
[644] GALLIS, 1908, vol. I, p. 252.
[645] FERNANDES, 2010 (a), p. 327. João Crisóstomo ocupava a Presidência e a Guerra, António Cândido o Reino, António Emílio Correia de Sá Brandão ficou com a pasta da Justiça, José de Melo Gouveia na Fazenda, António Enes na Marinha e Ultramar, José Vicente Barbosa do Bocage nos Negócios Estrangeiros e Tomás Ribeiro com as Obras Públicas.
[646] FERNANDES, 2010 (a), p. 384.

Porto, ou a crise financeira de 1892. O início da década de 1890 representou um momento de crise política e social, uma "crise de confiança no regime constitucional e nas suas instituições", de imediato utilizada pelos Republicanos para mostrar que o Rotativismo já não era resposta suficiente aos problemas nacionais[647]. Os partidos políticos viram-se assim a braços com uma ameaça reforçada da parte do Republicanismo.

No que diz respeito ao Partido Regenerador, depois de sanada a divergência com Barjona de Freitas, tendo sido cooptados alguns dos políticos que o tinham apoiado, os Regeneradores ficaram oficialmente sob a liderança de António de Serpa Pimentel. Contudo, a sua posição na chefia tinha características muito próprias, sendo que uma grande parte da influência real de que o líder Regenerador dispunha foi delegada nas figuras de Lopo Vaz e Hintze Ribeiro. Como veremos, foram estes dois nomes que em grande medida comandaram os destinos do partido nos anos seguintes, ainda que não em conjunto. Para além disso, os anos 90 do século XIX ficaram também marcados pela ascensão dentro dos Regeneradores de um político que haveria de ficar indelevelmente associado aos últimos anos da monarquia em Portugal: João Franco, o futuro líder do Partido Regenerador Liberal e último presidente do Conselho de Ministros antes do Regicídio.

Como vimos anteriormente, a década de 1890 começou com o conflito entre Portugal e o Reino Unido pelo domínio de territórios no continente africano. Depois da queda do governo Regenerador liderado por António de Serpa, tomou posse um executivo presidido pelo general João Crisóstomo, e fortemente influenciado pela Liga Liberal, organização onde pontificava o antigo Regenerador e antigo barjonáceo Augusto Fuschini. Importa recuperar esta linha de raciocínio porque Fuschini virá ainda a desempenhar um papel importante na narração dos eventos políticos, e principalmente no que diz respeito aos duelos de forças dentro dos Regeneradores.

O primeiro governo de João Crisóstomo sobreviveu, com dificuldade, ao impacto da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, mas encontrou o seu fim em Maio desse ano, devido a dissensões internas, e em consequência da precária situação financeira do Estado e da corrida aos depósitos[648]. D. Carlos terá procurado uma

[647] MATOS, 2002, pp. 100-101.
[648] RAMOS, 1994, p. 201. O governo era composto por João Crisóstomo, que acumulava a Presidência com a Guerra, António Cândido no Reino, António de Sá Brandão na Justiça, José de Melo Gouveia na

resolução para o problema junto dos líderes dos principais partidos, António de Serpa Pimentel e José Luciano de Castro, que se escusaram de formar governo. Na expectativa de conseguir repetir um arranjo extra-partidário, o rei terá convidado o visconde de São Januário, negociando também com Lopo Vaz para entrar para o executivo. Mas Lopo Vaz exigia a presença de Mariano de Carvalho num novo gabinete, e o rei tinha dificuldade em aceitar a ideia[649]. Por influência de Lopo ou de outras personalidades, D. Carlos acabou por admitir que a sua opinião em relação a Mariano de Carvalho se tinha alterado um pouco; só Lopo é que tinha forçosamente de entrar no governo: "Não prescindo de si"[650].

Com o tempo a passar e a nuvem negra da bancarrota a adensar-se, D. Carlos acabou por se conformar com a remodelação do governo de João Crisóstomo. Enquanto este ficava com as mesmas pastas que já desempenhava anteriormente, Presidência e Guerra, para o Reino entrava Lopo Vaz, para a Fazenda Mariano de Carvalho, com a Justiça ficava Morais de Carvalho, o conde de Valbom com os Negócios Estrangeiros, Júlio de Vilhena com a Marinha e João Franco com as Obras Públicas. Haveria de ficar conhecido como o governo dos «Nefelibatas», os sonhadores que andavam nas nuvens. Mas era, principalmente, uma grande manobra de Lopo Vaz, que conseguia finalmente a tão desejada pasta do Reino, e levava para o governo dois colegas Regeneradores, Júlio de Vilhena e João Franco, e o amigo Mariano de Carvalho. A sua influência na formação do governo fora de tal forma significativa que, segundo Eduardo Schwalbach, Lopo Vaz teria dito "Comi o José Luciano e o Serpa!", usando linguagem tão brejeira que o autor se recusava a parafraseá-la[651]. Schwalbach dizia que, se antes Lopo fora um «cauteloso cágado», agora era uma «raposa» a cantar vitória[652].

Segundo Fuschini, Lopo Vaz foi o "organisador d'aquella extraordinaria recomposição", e levava consigo o seu «satélite», João Franco[653]. Era a figura mais visível do executivo, preparando-se assim para sobressair não apenas nas funções ministeriais, mas também enquanto candidato à liderança Regeneradora. Não era António de Serpa que estava no governo; o chefe oficial dos Regeneradores ainda

---

Fazenda, António Enes na Marinha e Ultramar, José Vicente Barbosa du Bocage nos Negócios Estrangeiros, e Tomás Ribeiro nas Obras Públicas.

649 FERNANDES, 2010 (a), p. 349.

650 ICS, CLVSM, doc. LV23, cartas de D. Carlos para Lopo Vaz de Sampaio e Melo, sem data, sublinhado no original.

651 SCHWALBACH, 1944, p. 133.

652 SCHWALBACH, 1944, p. 133.

653 FUSCHINI, 1896, pp. 84 e 305.

pensara numa solução em parceria com Hintze Ribeiro e João Franco, mas Lopo adiantara-se[654]. Para muitos, "Lopo Vaz era o verdadeiro chefe do Partido Regenerador"[655]. Além disso, conseguia assim afastar mais um pouco Hintze Ribeiro, o que representava a continuação de uma estratégia que, alegadamente, já vinha de 1890: Lopo Vaz teria tido um papel na atribuição da pasta dos Negócios Estrangeiros a Hintze Ribeiro no seguimento do *Ultimatum*, com o objectivo de encurralar o colega de governo numa situação que dificilmente lhe seria favorável, e que acabou por se provar ser francamente má[656]. Lopo perfilava-se, assim, para a eventual sucessão de Serpa Pimentel[657]. E os planos talvez lhe tivessem corrido bem, se a saúde não o tivesse atraiçoado.

O governo de João Crisóstomo e, principalmente, o ministro da Fazenda Mariano de Carvalho, pareciam ter conseguido resolver, pelo menos temporariamente, a questão financeira: foram contraídos vários empréstimos, e Mariano de Carvalho fez um périplo pelas principais casas bancárias europeias, delineando acordos para equilibrar a dívida portuguesa. Mas, em Janeiro de 1892, veio a público uma nova polémica: o ministro da Fazenda teria feito adiantamentos à Companhia Real dos Caminhos de Ferro e ao Banco Lusitano, sem o conhecimento do parlamento e sem as devidas autorizações[658]. Mariano de Carvalho viu-se forçado a pedir a demissão; os restantes membros do governo alegaram que não tinham conhecimento dos empréstimos. Por essa altura Lopo Vaz já não estava assim tão interessado na amizade de Mariano de Carvalho[659]. Circularam rumores de que alguém iria ser nomeado em substituição do ministro da Fazenda, e os nomes de Oliveira Martins, Hintze Ribeiro, António Pereira Carrilho e Pedro de Carvalho circularam nas páginas dos jornais[660]. No fim a história resolveu-se como era de esperar: João Crisóstomo apresentou a demissão do governo ao rei, que poucos dias depois deu posse a José Dias Ferreira.

---

[654] FERNANDES, 2010 (a), p. 349.
[655] SOUSA, 1917, vol. I, p. 17.
[656] FUSCHINI, 1896, p. 305. A contrariar estas afirmações de Fuschini, Eduardo Schwalbach conta que Lopo Vaz o teria abordado em 1890, sendo ele redactor do jornal *A Tarde*, e tendo o jornal uma ligação política a Lopo e ao seu grupo, e lhe teria pedido para que o jornal se abstivesse de criticar o tratado assinado com a Inglaterra a 20 de Agosto, para não criar a ideia de que estaria a tentar queimar a imagem de Hintze Ribeiro como ministro dos Negócios Estrangeiros; SCHWALBACH, 1944, p. 137.
[657] RAMOS, 2006 (a), p. 84.
[658] FERNANDES, 2010 (a), p. 369.
[659] FERNANDES, 2010 (a), pp. 369-370.
[660] *Gazeta de Portugal*, 14 de Janeiro de 1892, p. 1.

Com estas manobras Lopo Vaz podia ter afastado mais uma figura do seu caminho e saído dos eventos com o seu prestígio político incólume, mas a saúde não lhe permitiu. Sofria de diabetes há vários anos, e o seu estado vinha a deteriorar-se. Nos últimos meses de governo fora forçado a suspender funções mais de uma vez para procurar tratamento em termas. A 20 de Março de 1892 acabava por falecer o político promissor que comandara os Regeneradores a partir dos bastidores. Tinha sido, sem dúvida, um estadista inteligente: em 1887, "não se atrevendo a investir-se no mando supremo, tinha inventado a candidatura do sr. Antonio de Serpa"[661], um político da velha guarda com a aura de distinção necessária, mas sem a atitude aguerrida da vida partidária; para atingir a liderança, manobrando através de Serpa, só lhe faltava "inutilisar na politica o seu fraco émulo", Hintze Ribeiro[662]. Talvez o tivesse conseguido, se tivesse tido tempo para isso.

A morte de Lopo Vaz teve efeitos imediatos na organização interna das influências Regeneradoras. Se António de Serpa continuava a ter a liderança do partido, era necessário encontrar agora um novo braço direito para manobrar a partir dos bastidores. Foi nessa altura que João Franco, que mantivera a atitude de jovem inteligente, mas humilde, começou a dar passos para a liderança; começou "a mostrar-se irrequieto"[663]. Segundo Fuschini – que talvez não seja o juiz mais imparcial nesta causa – Franco teria seguido o mesmo plano delineado por Lopo alguns anos antes: "não se atrevendo a pôr a sua candidatura a cabeça visivel do partido regenerador e á futura presidencia do conselho, inventou o sr. Hintze Ribeiro", depois de com ele ter cortado relações a seguir a 1890[664]. Mas, ainda segundo Fuschini, João Franco podia até utilizar os mesmos estratagemas do seu mentor, mas não tinha as mesmas qualidades: "Franco é o Lopo Vaz, com menos talento"[665].

A morte de Lopo Vaz serviu também para realçar as divisões dentro do próprio partido. As *Novidades*, à época dirigidas por Barbosa Colen, elencavam 13 grupos parlamentares diversos, apresentando os deputados que compunham cada um deles[666]. Refira-se, pelo que revelam sobre o tema em estudo, a direita regeneradora – ou hintzáceos – a esquerda regeneradora, o centro regenerador e os barjonáceos. A direita

[661] FUSCHINI, 1896, p. 304.
[662] FUSCHINI, 1896, p. 305.
[663] VILHENA, 1916, vol. I, p. 264.
[664] FUSCHINI, 1896, p. 305.
[665] FUSCHINI, 1896, p. 285.
[666] *Novidades*, 22 de Novembro de 1892, p. 1.

regeneradora era formada, precisamente, pelos indivíduos mais próximos de Hintze Ribeiro, como João Arroio, Frederico Arouca ou Pimentel Pinto. Quanto à esquerda, era dirigida por João Franco, e incluía alguns deputados que o seguiriam nos anos seguintes, como Teixeira de Sousa, José Novaes ou Urbano de Castro[667]. No centro encontramos alguns nomes conhecidos do Partido Regenerador com menor projecção pessoal, como Manuel de Assunção, José de Azevedo Castelo Branco ou Dantas Baracho. A título de curiosidade, os barjonáceos eram apenas 2: Alfredo Barjona e José Luís Ferreira Freire. Dada a pouca força da liderança de Serpa Pimentel, e o alcance ainda limitado da influência de Hintze Ribeiro, os Regeneradores fragmentavam-se e perdiam o seu domínio numa conjuntura já de si altamente complexa.

O governo de Dias Ferreira, que se manteve em funções pouco mais de um ano, trouxe principalmente a novidade de atribuir finalmente uma pasta ministerial a Joaquim Pedro de Oliveira Martins, escritor e jornalista que há anos perorava por uma renovação da política portuguesa[668]. Adepto da política da «Vida Nova», Oliveira Martins fora deputado pelo Partido Progressista, mas afastara-se deste pouco depois, devido a divergências com Mariano de Carvalho e Emídio Navarro[669]. Segundo consta, tinha sido ponderada a sua entrada para chefe do governo, por intervenção do conde de Arnoso, do conde de Ficalho, do conde de Sabugosa e da própria Rainha junto de D. Carlos, mas Oliveira Martins recusara por não querer partilhar o governo com o conde de Valbom e Lopo Vaz[670]. Em Janeiro de 1892, finalmente, entrava para o ministério da Fazenda, com grande expectativa da opinião pública e dos meios políticos. Lançou-se, desde logo, num programa de transformações intensas para salvar a economia. Aumentou impostos e cortou nos ordenados dos funcionários públicos; D. Carlos achou por bem solidarizar-se, cedendo uma parte da dotação da Casa Real. Mas as boas relações haviam de durar pouco tempo. Em Maio já Oliveira Martins se tinha incompatibilizado com José Dias Ferreira, e o rei deixara de o apoiar[671]. O potencial salvador da pátria caía em desgraça, e abandonava o governo no fim de Maio de 1892,

[667] Na esquerda regeneradora o redactor das *Novidades* incluía também Jacinto Cândido da Silva, o que talvez seja um pouco inesperado.
[668] MARTINS, 1986; RAMOS, 2006 (b), pp. 31-53. A formação inicial do governo era: Dias Ferreira na Presidência e no Reino, Jorge Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado na Guerra, Francisco Ferreira do Amaral na pasta da Marinha e Ultramar, Joaquim Pedro de Oliveira Martins na Fazenda, D. António Aires Gouveia na Justiça, António de Sousa Costa Lobo nos Negócios Estrangeiros, e o Visconde de Chanceleiros nas Obras Públicas.
[669] FERNANDES, 2010 (a), pp. 211-214.
[670] MALTEZ, 2004, vol. I, p. 483.
[671] RAMOS, 2006 (a), p. 88.

sem ter concretizado a «Vida Nova». José Dias Ferreira aproveitou então para recompor o governo com os Regeneradores Pedro Victor e António Teles de Vasconcelos, alimentando supostas ilusões de, depois da morte de Lopo Vaz, conseguir chegar à liderança do Partido Regenerador[672].

Mas, em Fevereiro de 1893, chegava ao fim o sonho de José Dias Ferreira, e começava uma nova fase para o Partido Regenerador. Desta vez os nomes que importava memorizar eram Hintze Ribeiro e João Franco. Mais tarde Jacinto Cândido da Silva deixaria nas suas memórias um parágrafo em que atribuía a responsabilidade do desenrolar da crise àqueles dois políticos: segundo ele, teriam sido Hintze e Franco a mexer os cordelinhos para a queda de Dias Ferreira, tendo Hintze convocado para sua casa uma reunião, na qual estiveram presentes João Franco, Carlos Lobo d'Ávila, Frederico Arouca e o próprio Cândido, e durante a qual foi tomada a decisão de forçar o governo a sair para o substituir por uma situação Regeneradora[673]. A ser verdade, ficava assim claro que a política continuava, em grande medida, a ser manobrada através dos bastidores por um grupo limitado de indivíduos. Repare-se ainda que, dos nomes presentes, todos iriam, em algum momento, ocupar pastas no governo Hintze-Franco.

A ideia do governo Regenerador teria partido de Franco que, ainda em 1892, andava a recolher nomes para possíveis membros de um futuro governo. Terá, nesse sentido, falado com Augusto Fuschini, que se mantinha na Liga Liberal, e que deixou claro a Franco que só entraria num governo se pudesse levar o seu próprio programa de acção, que defendia a aplicação de um sistema "positivo e opportunista", através de reformas de curta duração, da amnistia dos delitos políticos, e que poderia inclusive ser posto em prática através da ditadura[674]. Franco mostrou-se aberto a dialogar com Fuschini sobre estas propostas. Naquela altura, a sua lista de candidatos ministeriais incluía Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e Carlos Lobo d'Ávila, sendo que Fuschini discordou neste último; não achava conveniente fazer de Lobo d'Ávila ministro. Mas, em todo o caso, o que "faltava ao sr. João Franco era um nome, cuja cor cardinalicia podessse corresponder ao brilho de presidente do conselho. N'aquelle momento, segundo parece, ainda não havia sido inventado o sr. Hintze Ribeiro"[675].

[672] SOUSA, 1917, vol. II, p. 88.
[673] SILVA, 1962, p. 26.
[674] FUSCHINI, 1896, pp. 88-89.
[675] FUSCHINI, 1896, p. 90.

O governo veio a concretizar-se, em Fevereiro de 1893, quando o rei entregou a Presidência a Hintze Ribeiro[676]. Houve alguma surpresa: por um lado, porque à primeira vista, o cargo deveria ter ido para António de Serpa Pimentel, líder dos Regeneradores; mas teria sido o próprio D. Carlos a chamar-lhe a atenção para o facto de, naquele momento, desempenhar a função de comissário régio na Companhia Real de Caminhos de Ferro, o que poderia causar um conflito de interesses[677]; por outro lado, porque as relações entre Hintze e Franco não eram as melhores – o que não era surpreendente, visto que Franco fora discípulo de Lopo Vaz – mas o desentendimento fora ultrapassado, principalmente graças a Carlos Lobo d'Ávila[678]. Lobo d'Ávila, muito amigo de Franco, teria intrigado junto de D. Carlos para o sucesso do novo governo, e dizia-se até que "dirigia suavemente a vontade do rei"[679]. Quem viu nisto uma má iniciativa foi Júlio de Vilhena, que considerou desleal a atitude de Hintze Ribeiro, ao aceitar a Presidência não sendo o líder do Partido Regenerador. Segundo relatou mais tarde, tinha sido convidado pessoalmente por Hintze Ribeiro para o governo, sendo-lhe entregue qualquer pasta à sua escolha – à excepção da do Reino, que já estava reservada para João Franco – mas Vilhena recusou[680]. A propósito de uma vaga para o Conselho de Estado para a qual fora preterido, Vilhena terá dito a Hintze "Agora passa o Franco, mais uma vez, por cima de mim. Amanhã passará por cima de ti"[681].

O executivo Hintze-Franco, que Barbosa Colen terá apelidado de «ministério dos bandidos», era um governo tanto de estreantes em pastas ministeriais, como de homens que já andavam pelos meandros da política há muitos anos[682]. A recepção foi positiva, e até o chefe dos Progressistas, José Luciano de Castro, parecia satisfeito[683]. O governo começou por mostrar uma atitude liberal, a condizer com aquilo que João Franco prometera a Fuschini quando o convencera a entrar para a Fazenda, e também a

[676] Para além da Presidência, Hintze tinha ainda a pasta dos Negócios Estrangeiros. No Reino ficou João Franco, na Fazenda Augusto Fuschini, na Justiça António de Azevedo Castelo Branco, João Brissac das Neves Ferreira na Marinha e Ultramar, Luís Pimentel Pinto na Guerra e Bernardino Machado nas Obras Públicas.
[677] VILHENA, 1916, vol. I, pp. 266-267. Note-se que a Companhia Real de Caminhos de Ferro tinha um passado de polémicas com figuras conhecidas dos grandes partidos políticos, nomeadamente Mariano de Carvalho.
[678] FUSCHINI, 1896, p. 135.
[679] VILHENA, 1916, vol. I, p. 265.
[680] VILHENA, 1916, vol. I, p. 267.
[681] VILHENA, 1916, vol. I, p. 285.
[682] CABRAL, 1946, p. 286 e CABRAL, 1947, p. 59. Segundo António Cabral, Barbosa Colen terá atribuído esse epíteto ao governo num telegrama dirigido a Emídio Navarro, à data embaixador de Portugal em Paris, referindo-se ao facto de Carlos Lobo d'Ávila não ter sido convidado para nenhuma pasta, e por haver alguma manipulação das cotações dos tabacos na bolsa.
[683] RAMOS, 2006 (a), p. 137.

condizer com as tendências de Bernardino Machado, conhecido publicamente como membro graduado da Maçonaria. Nessa altura Hintze Ribeiro foi à Câmara dos Deputados apresentar as ideias do governo, prometendo um conjunto de reformas bastante liberais. Entre as medidas, Hintze anunciava uma amnistia para os crimes políticos, uma nova lei de imprensa, uma nova lei administrativa que garantisse a descentralização dos poderes, e a recusa de aumentar os impostos do consumo, para proteger a população mais desfavorecida[684]. Além disso, e em resposta à crise financeira recente e aos escândalos que se tinham avultado nos últimos anos, era prometida nova legislação para os bancos, de forma a "assegurar mais efficazmente a inspecção e a fiscalisação do estado"[685]. Como se isso não bastasse, Augusto Fuschini, na sua apresentação como ministro, anunciava-se como socialista: "Não sou simplesmente um *socialista* do estado, vou mais alem, sou collectivista"[686].

A parceria Hintze-Franco serviu não apenas para ganhar o controlo do governo, mas também do Partido Regenerador: em Novembro de 1893 as *Novidades* voltavam a analisar os sectores políticos do Parlamento como tinham feito no ano anterior, e só encontravam um grupo de Regeneradores em vez da fragmentação anterior[687]. Existiam, porém, «vilhenáceos» e «marçaláceos», que talvez representassem uma ameaça para a liderança de Hintze se não fossem grupos francamente pequenos. As divergências que o Partido Regenerador tinha sentido no seu seio nos primeiros anos da década de 1890 pareciam assim sanadas, e a liderança oficiosa de Hintze Ribeiro, apoiado agora por João Franco, trazia renovadas forças aos Regeneradores. Ainda assim, a versão liberal do governo Hintze-Franco pouco tempo durou: em Dezembro de 1893, numa remodelação envolta em polémica, saíram Fuschini e Bernardino Machado, os ministros mais radicais, supostamente encurralados num esquema montado por Franco e Hintze para dar uma pasta a Carlos Lobo d'Ávila[688]. Segundo Fuschini, os dois líderes do governo teriam tido o apoio de Emídio Navarro, à data embaixador em Paris, que se empenhara em fazer má publicidade no seu jornal, *Novidades*, contra os ministros da

[684] *DCD*, 23 de Fevereiro de 1893, pp. 3-4.
[685] *DCD*, 23 de Fevereiro de 1893, p. 4.
[686] *DCD*, 23 de Fevereiro de 1893, p. 13.
[687] *Novidades*, 22 de Novembro de 1893, p. 1.
[688] Carlos Lobo d'Ávila haveria mesmo de entrar para o governo, para as Obras Públicas, de onde transitaria mais tarde para os Negócios Estrangeiros. Porém, morreu subitamente em Setembro de 1895, com apenas 35 anos. Mas Teixeira de Sousa garante que a sua entrada para o governo se deveu unicamente aos esforços de Hintze, e que João Franco se teria até oposto; SOUSA, 1917, vol. II, p. 99.

Fazenda e das Obras Públicas[689]. O convite para fazer parte do ministério fora um presente envenenado: ao convidarem Fuschini, Hintze e João Franco tinham o objectivo "de o inutilisar para a politica, como effectivamente succedeu"[690]. Tivesse ou não havido intriga, Fuschini e Bernardino Machado estavam definitivamente fora, não só do governo, mas também do sistema bipartidário: Fuschini manteve-se como independente, presidindo à Liga Liberal no seu progressivo desaparecimento a partir de 1893, e aparecendo ainda no Parlamento de 1901 como deputado independente pelo círculo de Setúbal[691]; Bernardino Machado daria um passo ainda maior e, para além de ser eleito Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, em 1898 já circulava nos meios Republicanos.

Em 1894, já sem Fuschini e Bernardino no executivo, o governo entrou na sua segunda fase, de autoridade. As eleições de Abril de 1894 deram uma vitória significativa aos governamentais, mas a abertura das Cortes foi adiada; corriam rumores de que, dentro do executivo, havia um clima de guerra civil[692]. Face à agitação social que grassava em Lisboa, e que era promovida em grande medida pelo associativismo em desacordo com o aumento das contribuições comerciais e industriais, o governo decidiu proibir os comícios e dissolver as associações Comercial, Industrial e dos Lojistas de Lisboa, ameaçando ainda a Sociedade de Geografia com o mesmo destino[693]. Em reacção, assim que o Parlamento abriu em Outubro, os Progressistas adoptaram a política de impedir o seu funcionamento através de tumultos na Câmara dos Deputados. Para além disso conseguiram ainda que Augusto Fuschini, desavindo com Hintze e Franco, se aproximasse de alguns influentes Progressistas[694]. Em resposta, o governo obteve de D. Carlos o encerramento do Parlamento logo em Novembro, e a sua dissolução em Março do ano seguinte. As Cortes estiveram encerradas durante todo o ano de 1895. O governo funcionava «em ditadura», e era precisamente assim que poria em marcha o projecto das grandes reformas políticas.

[689] FUSCHINI, 1896, pp. 275-277.
[690] GALLIS, 1908, vol. I, p. 530.
[691] Note-se que em 1901 Setúbal elegeu 3 deputados independentes, todos eles com um passado reconhecido na política: Augusto Fuschini, José Dias Ferreira e Mariano de Carvalho. A isto talvez não tenha sido estranho o facto de, à data, a Câmara Municipal de Setúbal ser presidida por Mariano de Carvalho.
[692] RAMOS, 2006 (a), p. 141.
[693] ALVES, 2012, pp. 320-343; RAMOS, 2006 (a), p. 140.
[694] RAMOS, 1994, p. 214.

Primeiro, João Franco promulgou por decreto um novo Código Administrativo, através do qual suprimiu uma percentagem significativa de concelhos e extinguiu as juntas de paróquia[695]. Menos de um mês depois lançou uma nova lei eleitoral, que defenderia anos mais tarde como um esforço de lutar contra a corrupção dentro da política portuguesa. O objectivo seria o de combater o efeito pernicioso dos caciques políticos num corpo eleitoral inculto e desinteressado da política, tentando acabar com a utilização pelos governos dos «burgos podres», que lhes permitiam manipular a eleição e eleger quem mais lhes convinha[696]. Era, segundo Rui Ramos, uma tentativa de "acabar com o império dos intrigantes"[697].

A lei definia uma nova geografia de círculos eleitorais exclusivamente plurinominais, para reduzir o poder dos influentes locais; regulamentava o regime de incompatibilidades dos deputados, fixando um número máximo de empregados públicos que podiam acumular os seus cargos com o de deputado, para forçar a uma renovação dos parlamentares; e anulava o critério de «chefes de família» no direito ao voto, substituindo-o pela redução do censo de 1000 para 500 réis. A compensação, contudo, não foi suficiente, e a percentagem da população que tinha direito a participar nas eleições baixou para metade[698]. A lei eleitoral não seria bem recebida pela oposição, que boicotou a eleição de Novembro de 1895. As Cortes tinham passado o ano de 1895 encerradas; quando reabriram em Janeiro de 1896, eram compostas unicamente por deputados governamentais. O ridículo da situação havia de dar pano para mangas aos críticos e à imprensa, que apelidaram aquela Câmara dos Deputados de «solar dos barrigas»[699]. Hintze Ribeiro acabaria por se ver forçado a promulgar uma segunda lei eleitoral em 1896, para acalmar os ânimos[700]. O governo promoveu ainda alterações legislativas no ensino – através da criação do ensino secundário, naquela que ficou conhecida como reforma de Jaime Moniz, à data vice-presidente do Conselho Superior

[695] O Código Administrativo de 1895 seria analisado e aprovado no parlamento, sendo promulgado por Carta de Lei de 4 de Maio de 1896; os dados sobre o número de concelhos abolidos variam conforme as fontes: João Bonifácio Serra fala em 46 concelhos, mas a legislação indica 49, ou seja, 19% dos concelhos existentes em 1890 (263 no total); SERRA, 1988, pp. 1037-1066.
[696] FRANCO, 1897, p. 9.
[697] RAMOS, 1994, p. 217.
[698] ALMEIDA, 1998, p. 733.
[699] O objectivo de João Franco com a nova lei eleitoral teria sido o de limitar a percentagem de funcionários públicos a integrar o corpo parlamentar. Pretendia que o parlamento fosse uma correcta representação das «forças vivas» da nação, como comerciantes, industriais e proprietários. Estes, porém, mostraram-se desinteressados de participar, o que deu origem a um parlamento não apenas totalmente Regenerador, mas também essencialmente formado por empregados do Estado, que recebeu o epíteto de "solar dos barrigas"; RAMOS, 1994, p. 223.
[700] ALMEIDA, 1998, pp. 389-427.

de Instrução Pública[701] – do exército, e do sistema judicial, extinguindo um pequeno número de comarcas e, principalmente, um grande número de julgados municipais[702].

Ainda durante o ano de 1895, o governo Hintze-Franco conseguiu promulgar por decreto um novo Acto Adicional à Carta Constitucional, que punha fim ao pariato electivo. O argumento utilizado para justificar o novo Acto Adicional era o da necessidade de independência e legitimidade dos pares, que não ficavam garantidas através de um processo de eleição semelhante ao dos deputados[703]. A iniciativa podia não agradar à oposição, mas esta não teve como a impedir: o decreto foi publicado em 1895, e promulgado pelo parlamento Regenerador a 3 de Abril de 1896. Aos Progressistas descontentes juntaram-se figuras da geração de Fontes, como o Conde de Casal Ribeiro, que se lançou ao governo em força: se aquando do *Ultimatum* Britânico "era ainda, ou parecia ser chefe do partido regenerador o sr. Serpa Pimentel (…) Certo é que, já então, corriam rumores de que a chefia do sr. Serpa era mais nominal que real"[704]. O Acto Adicional fora, na verdade, "o golpe de estado portuguez de 1895", uma demonstração da "*arte de fazer constituições*", à qual se juntava a existência de uma "pseudo-camara electiva"[705].

Se, à primeira vista, tudo parecia correr como João Franco tinha planeado, com um parlamento controlado, graças à manobra eleitoral, e uma oposição silenciada, devido a uma lei que punia todos os discursos potencialmente subversivos, dentro do executivo o ambiente era diferente[706]. Constava que Franco estava a tentar formar um grupo político seu, para não depender de Hintze e dos Regeneradores; em simultâneo, Hintze estaria a tentar entender-se com José Luciano de Castro e os Progressistas, congregando apoios[707]. Hintze fora promovendo substituições de ministros ao longo dos anos, para tentar combater o descrédito da opinião pública: em 1894 tinha colocado Alberto Campos Henriques, um influente do Porto, nas Obras Públicas; em 1895 substituiu na Marinha Neves Ferreira, que tinha estado para sair com Fuschini, por José

[701] A reforma da educação haveria de ficar conhecida como principal obra de Jaime Moniz, na altura vice-presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, recebendo o seu nome; PROENÇA, 1997.
[702] Quanto à reforma judicial, desapareceram no total 12 comarcas (que representavam apenas 6% do total) e 23 julgados (que representavam uns muito mais significativos 79%); REIS, 1909, p. 93.
[703] FERNANDES, 2012 (a), p. 581.
[704] RIBEIRO, 1895, p. 91.
[705] RIBEIRO, 1895, pp. 144, 149 e 126, respectivamente.
[706] Tratava-se da lei de imprensa de 13 de Fevereiro de 1896, que se manteria em vigor até 1898, e que previa penas de prisão para os indivíduos que defendessem, aconselhassem ou provocassem actos subversivos, bem como para aqueles que professaram doutrinas anarquistas; *Diário do Governo*, 15 de Fevereiro de 1896.
[707] RAMOS, 2006 (a), p. 145.

Bento Ferreira de Almeida; no fim do ano este último era substituído por Jacinto Cândido da Silva, um açoriano que vinha fazendo carreira pelos Regeneradores. Mas nada parecia resultar. O conde de Montalverne, deputado em 1894, definia Campos Henriques como "um pobre sujeito", e parecia acreditar que António de Azevedo Castelo Branco era o melhor elemento do executivo: "o [ministro] da justiça [António de Azevedo Castelo Branco] é caracter austero, unico no ministerio, a meu vêr"[708].

Para piorar a situação de Franco, em Setembro de 1895, morria subitamente Carlos Lobo d'Ávila. Lobo d'Ávila era filho do Conde de Valbom, um jovem culto e próximo da Corte, bastante elogiado pelas suas capacidades intelectuais: Alfredo Gallis dizia que tinha uma "enorme sagacidade enredadeira"[709]. Começara a carreira parlamentar pelos Progressistas, mas transitara para os Regeneradores e tornara-se uma figura conhecida entre o meio político e jornalístico da capital. Era membro dos «Vencidos da Vida», o grupo de intelectuais que organizava jantares de tertúlia e crítica social[710]; era também o braço direito de João Franco entre os ministros. Lobo d'Ávila não tinha a melhor das impressões acerca de Hintze Ribeiro, e chegara mesmo a afirmar que Hintze era "fundamentalmente estúpido"[711]. Franco ficou profundamente abalado com a sua morte, mais ainda porque Lobo d'Ávila estaria a ajudá-lo a procurar alguém para substituir Hintze na Presidência do Conselho[712]. A rivalidade que em tempos separara Franco de Hintze, e que parecia ter desaparecido com a subida ao poder, regressara, e Franco considerava agora Hintze demasiado rígido para as necessidades da política, mais adequado para "vestir uma sobrecasaca e ir presidir a uma assembléia geral"[713].

Entre o final de 1895 e o início de 1896 o governo conseguiu um pequeno intervalo de tempo em que foi poupado à contestação social e caiu nas boas graças do público, devido à vitória das tropas portuguesas nas campanhas em África. Os combates com os Vátuas tinham aumentado em 1894, e para Moçambique tinham já sido enviadas figuras de relevo da administração colonial, como Mouzinho de Albuquerque e António Enes. Finalmente, em Dezembro de 1895, o líder dos Vátuas, Gungunhana, foi

[708] MARQUES e LOURO, 1980, p. 64, carta do conde de Montalverne de 5 de Dezembro de 1894.
[709] GALLIS, 1908, vol. I, p. 527.
[710] CÂNDIDO, 2006 e MARTINS, 1942.
[711] RAMOS, 1994, p. 222.
[712] RAMOS, 2006 (a), p. 144.
[713] SCHWALBACH, 1944, p. 191.

capturado em Chaimite, e posteriormente trazido para Portugal[714]. Os militares foram recebidos em Lisboa por multidões arrebatadas, e considerados heróis nacionais.

Surgiu então um grupo de políticos apostados no engrandecimento da figura do rei, que defendiam um governo mais duro e o eventual uso de ditaduras com esse fim, e que se apoiavam nos sucessos dos «africanistas»[715]. As vitórias obtidas na tentativa de recuperar a glória caída do império português no contexto pós-*Ultimatum* tinham um significado simbólico, e davam uma nova autoridade ao governo que investia nos territórios coloniais. Como mais à frente veremos, entre esses indivíduos estava João Franco, que começava a desenvolver parte da teoria do poder do monarca que tentaria promover quando chegou ao poder.

Passada a festa das conquistas, os ânimos voltaram a exaltar-se. A imprensa Progressista engrossou o tom, e a ameaça do Republicanismo era uma constante. Contemporâneos garantiam que teria então sido planeado um golpe de estado, organizado por Augusto Fuschini, José Dias Ferreira e o Republicano José Soares Guedes, que só não fora executado porque José Luciano de Castro tinha exigido ser o presidente da República que então se implantaria[716]. Supostamente ainda se equacionou a possibilidade de Júlio de Vilhena assumir a chefia de um governo que servisse de transição, mas a ideia nunca foi desenvolvida[717]. D. Carlos, que apoiara Hintze Ribeiro e João Franco, começou a afastar-se, talvez temendo a publicidade negativa que isso lhe pudesse trazer. A causa da queda do governo haveria de ser, por isso mesmo, a recusa do monarca em autorizar uma fornada de pares, em Fevereiro de 1897. Segundo Rui Ramos, João Franco viria mais tarde a perceber que o rei o ultrapassara, utilizando o governo de 1893-1897 para reconstruir o Partido Regenerador, "para fabricar um partido que cobrisse a sua acção, assumindo as responsabilidades do governo"[718]. Mas, para João Franco, o Partido Regenerador começava a não ser o suficiente.

Em inícios de Fevereiro de 1897, o Partido Progressista regressou ao poder, depois de uma travessia do deserto durante a qual se tinha reorganizado, mas que fora também o tempo do estabelecimento de uma nova forma de fazer política, assente no

[714] FERNANDES, 2010 (b), pp. 25-50.
[715] RAVARA, 1990, vol. II, p. 159.
[716] CABRAL, 1929, p. 376.
[717] RAMOS, 1994, p. 224.
[718] RAMOS, 2006 (a), p. 145.

diálogo frequente entre os dois grandes líderes partidários[719]. O executivo, liderado por José Luciano de Castro, era composto por políticos experientes, e as primeiras medidas foram no sentido de abolir a legislação reformista promovida pela «revolução por decreto» de João Franco[720]. Depois das eleições de Maio de 1897, José Luciano ficou a dispor de maioria na Câmara dos Deputados. Contudo, o governo atravessou vários anos de intensa mobilização Republicana, expressa principalmente através da convocação de comícios que atraíam multidões cada vez maiores. Em 1898 correram rumores de que a queda do governo estaria para breve: uns garantiam que os Progressistas seriam substituídos por um executivo presidido por figuras externas às lideranças partidárias, como José Dias Ferreira, Júlio de Vilhena ou António Enes[721]; outros afirmavam que seria um governo Regenerador, presidido por Hintze Ribeiro, e com Campos Henriques na pasta do Reino[722].

A degradação do estado de saúde de José Luciano tornou-se uma fragilidade do executivo, como João Franco ironizava: José Luciano "está-nos governando e comandando de dentro do seu impenetrável quarto dos Navegantes"[723]. Mas o que acabaria por derrubar o governo foi a recusa de D. Carlos em aprovar um novo Acto Adicional à Carta Constitucional, que colocava em termos muito liberais as prerrogativas do monarca, limitando-as, e atribuindo novas competências ao poder judicial. O monarca terá aproveitado uma falha burocrática do projecto para apoiar a oposição, dando a entender ao executivo que estava na hora de se retirar.

Encontramos documentadas poucas movimentações internas do Partido Regenerador durante a década de 1890. Depois de vencida a crise provocada pela morte de Fontes Pereira de Melo em 1887, a liderança oficial de António de Serpa Pimentel não era questionada abertamente, ainda que fosse do conhecimento geral que muitos interesses se moviam nos bastidores. Serpa estava cada vez mais afastado da actividade

[719] MOREIRA, 1992, vol. I, p. 274.
[720] O governo era composto por José Luciano de Castro na Presidência e no Reino, Frederico Ressano Garcia na Fazenda, Veiga Beirão na Justiça, Matias de Carvalho e Vasconcelos nos Negócios Estrangeiros, Henrique Barros Gomes na Marinha e Ultramar, Francisco Dias da Cunha na Guerra, e António José da Cunha nas Obras Públicas. Numa fase posterior o executivo haveria de sofrer uma remodelação e abrir portas aos novos rostos do Partido Progressista, que iriam marcar a última fase da monarquia em Portugal: José Maria de Alpoim, Manuel Afonso Espregueira, Sebastião Teles, António Vilaça e Elvino de Brito.
[721] Carta do conde de Paçô Vieira, 4 de Janeiro de 1898, in MARQUES e LOURO, 1980, p. 133.
[722] Carta do conde de Paçô Vieira, 15 de Agosto de 1898, in MARQUES e LOURO, 1980, p. 150.
[723] RAMOS, 2006 (a), p. 156, carta de João Franco para Luís de Magalhães de 25 de Maio de 1900. A casa de José Luciano de Castro localizava-se na Rua dos Navegantes, na Lapa, e era um espaço de reunião famoso do Partido Progressista.

partidária, dedicando-se à produção de estudos académicos[724]. Para além disso o partido passou uma parte da década no poder, o que resultou – como resultava habitualmente – numa menor organização do partido em comparação com o tempo na oposição. Entre 1890 e 1897 pouco se soube dos centros regionais Regeneradores: só em 1897, quando o governo de José Luciano de Castro subiu ao poder e promoveu eleições, é que os Regeneradores se mobilizaram novamente. Como já era de esperar – porque era procedimento comum o partido no poder ganhar os escrutínios – os Regeneradores perderam a eleição de Maio desse ano, mas houve esforços para eleger alguns deputados que tinham feito nome em anos recentes. Exemplo disso foi Jacinto Cândido, ministro entre 1895 e 1897, e candidato pelo círculo de Braga, cuja eleição foi intensamente combatida pelos governamentais, dando origem a confrontos e protestos do Centro Regenerador de Braga[725].

Durante estes anos, Hintze Ribeiro e João Franco foram aguardando, na expectativa da sucessão de António de Serpa Pimentel. Hintze acentuara a aura de ordeiro que já trazia da juventude, e posicionara-se como braço direito de Serpa. Em 1898, era Hintze Ribeiro quem controlava totalmente a gestão das diversas influências Regeneradoras espalhadas pelo país, o que diz muito sobre a sua importância na cúpula do partido[726]. Quanto a João Franco, angariara um grupo de apoiantes leais, incluindo deputados Regeneradores que, como veremos, haveria de lhe ser muito útil mais tarde. Em 1898 andava, juntamente com Luís de Magalhães, filho do falecido José Estêvão de Magalhães, Mouzinho de Albuquerque, Alberto Sampaio e Jaime de Magalhães Lima, a desenvolver o programa político dos «endireitas», que se comprometiam, como o nome indicava, a endireitar as finanças e, quiçá, o país[727]. Eram, de certa forma, herdeiros da «Vida Nova» que nunca se tinha concretizado. Apesar das suas ambições, teriam sido impedidos de se candidatar à liderança do partido pelos sectores mais antigos dos Regeneradores[728]. O seu tempo de comandar os destinos da nação ainda não chegara: apesar do prestígio crescente de João Franco, não foi surpresa para ninguém que,

[724] PIMENTEL, 1894; PIMENTEL, 1896.
[725] *Ao povo do concelho de Braga*, 1897; *Manifesto do Centro Regenerador de Braga*, 1897; *Manifesto do Centro Catholico*, 1897. Tanto o Centro Regenerador como o Centro Católico haveriam de desistir da candidatura e Jacinto Cândido só seria eleito pelo círculo de Velas, nos Açores.
[726] BPARPD, AERHR, doc. 1.8.9.1, *Cadastro das influências políticas do Partido Regenerador* [1898-1899].
[727] CABRAL, 1924, p. 26; SARDICA, 1994 (a), p. 47.
[728] RAMOS, 1994, p. 250.

quando a 2 de Março de 1900 António de Serpa faleceu, o comando do Partido Regenerador tivesse passado para Hintze Ribeiro.

2.5. João Franco e o Partido Regenerador Liberal

José Luciano de Castro e os Progressistas mantiveram-se no poder até 1900. Na viragem do século a sua posição era já de grandes dificuldades: à contestação popular pelo aumento de impostos e dos preços de alguns bens essenciais juntava-se a permanente agitação causada pelos Republicanos; e, a tudo isto, o estado de saúde progressivamente mais frágil do próprio José Luciano, que sofria de uma doença degenerativa que lhe limitava os movimentos. Quando José Luciano apresentou uma proposta de alteração da Carta Constitucional, D. Carlos tirou-lhe o tapete de vez. A oposição lançou a ideia de que não era legal proceder a uma reforma constitucional porque não tinham ainda passado os anos necessários desde o Acto Adicional de 1896, e o Rei preferiu não se comprometer com um governo claramente debilitado.

A 26 de Junho de 1900 tomava posse o segundo governo de Hintze Ribeiro, que desta vez chegava ao mais alto cargo da política sem ter de contornar ninguém: a 2 de Março tinha falecido António de Serpa Pimentel, e a chefia dos Regeneradores ficara vaga. A transição fora pacífica e, mais uma vez, não houve necessidade de convocar o partido para escolher um novo líder: Hintze Ribeiro tomara o lugar depois de uma reunião realizada em sua casa, logo a 10 de Março, e onde tinham estado presentes apenas 12 membros do núcleo principal do partido[729]. As semelhanças com o processo de escolha do sucessor de Fontes, que vimos anteriormente, eram evidentes, mas desta vez não ocorreram cisões imediatas no partido. Até João Franco, que andava ocupado a formar o seu próprio grupo, não tivera problemas em votar em Hintze nessa reunião. A relação entre os dois tornara-se mais azeda, e corria o boato que Franco não entraria num governo presidido por Hintze, mas a sua atitude foi, pelo menos naquele momento, de concordância[730].

Para além do afastamento em relação a Hintze, Franco entrara também em divergência com outros elementos dos Regeneradores, como João Arroio[731]. Arroio começara a carreira parlamentar nos Regeneradores em 1884, com apenas 23 anos,

[729] *A Tarde*, 12 de Março de 1900, p. 1.
[730] RAMOS, 1994, p. 250.
[731] Sobre a vida e carreira política de João Arroio, ver CASTRO, 2014.

dando nas vistas pelos seus discursos na Câmara. O seu temperamento levara-o a ameaçar abandonar o Partido Regenerador em 1888, depois de um incidente no Parlamento, mas fora convencido por António de Serpa Pimentel a mudar de ideias[732]. Entrara para o governo em 1890, e era agora muito próximo de Hintze, tão próximo que seria líder parlamentar dos Regeneradores e um dos escolhidos para o governo de 1900.

O novo executivo Regenerador era formado por Hintze Ribeiro na Presidência e Reino, Anselmo de Andrade na Fazenda, Alberto Campos Henriques na Justiça, João Arroio nos Negócios Estrangeiros, Luís Pimentel Pinto na Guerra, António Teixeira de Sousa na Marinha e Ultramar e José Gonçalves Pereira dos Santos nas Obras Públicas. Hintze conseguia assim excluir João Franco do governo, mas aliciar dois dos seus amigos políticos, Campos Henriques e Teixeira de Sousa[733]. João Franco não terá, com certeza, gostado, mas manteve-se na expectativa, mesmo quando já eram públicas as desinteligências entre ambos.

Franco era descendente de uma família abastada da Beira Baixa, com ligações anteriores ao funcionalismo público e à administração local. Não foi, portanto, surpreendente que tivesse feito o trajecto habitual dos jovens de boas famílias: estudos em Coimbra, empregos na administração pública e na magistratura, e depois a eleição como deputado, neste caso pelo círculo de Guimarães em 1884. João Franco já não pertencia à geração dos «meninos» de Barjona de Freitas, o que na realidade era uma vantagem: pode aprender com eles – e durante vários anos foi um discípulo de Lopo Vaz – mas tinha uma menor competição entre a qual se afirmar. Em 1890, com apenas 35 anos, entrava para a pasta da Fazenda no difícil governo Regenerador que se seguiu ao *Ultimatum* britânico. Tinha conseguido passar o principal teste, e estava agora no núcleo central do Partido Regenerador.

Franco ainda regressou ao governo em 1891-1892, na pasta das Obras Públicas, sob a liderança de João Crisóstomo, antes de atingir o lugar mais desejado: o Ministério do Reino, em 1893, com Hintze Ribeiro. Por essa altura já tinha conseguido outros feitos na sua ascensão: casara numa família de aristocratas e negociantes estrangeiros,

[732] Durante uma discussão na Câmara dos Deputados João Arroio viu a palavra ser-lhe negada pelo Vice-Presidente da Câmara, Francisco de Barros Coelho e Campos, um Progressista. Sentindo-se pessoalmente e politicamente ofendido, Arroio decidiu pedir a sua demissão do Partido Regenerador, o que considerava uma decisão «irrevogável». Porém, poucos dias depois, António de Serpa Pimentel dirigiu-se a Arroio para lhe pedir que mudasse de ideias, o que este prontamente aceitou; *Revolução de Setembro*, 19 de Maio de 1888, p. 1; *Gazeta de Portugal*, 19 de Maio de 1888, p. 1.
[733] RAMOS, 1994, p. 251.

que lhe tinham aberto as portas da sociedade; e tornara-se amigo de figuras como Carlos Lobo d'Ávila e Bernardo Pindela, conde de Arnoso e secretário de D. Carlos, que lhe tinham aberto as portas do Paço. Dentro do Partido Regenerador soubera manejar as influências, e congregara em seu redor um grupo de apoiantes com dimensão suficiente para incomodar o chefe. Na viragem do século tinha-se cansado de ser só o número dois[734].

Hintze teve de aguardar até Maio de 1901 para ver a bomba explodir. Os Franquistas engrossaram o tom a propósito da reforma da contribuição predial e abriram a cisão. Primeiro, a 13 de Maio, José Malheiro Reimão, braço direito de Franco no Parlamento, lançou críticas ao governo. Hintze não gostou e respondeu que "Um partido político não é uma agremiação onde se entra e saia, á vontade de cada um, onde se faça aquillo que cada um entende por melhor. Um partido tem direcção, e tem-na porque precisa ter unidade, e precisa ter disciplina. (…) Quero saber quem são os meus amigos politicos, quem é que ao meu lado pode militar no meu campo, quem é que nas occasiões mais perigosas, nos momentos de maior melindre, tenho por mim e ao meu lado"[735]. No dia seguinte, João Franco e Hintze Ribeiro pegaram-se na Câmara dos Deputados, com Franco a declarar que tinha recebido um mandado de despejo do Partido Regenerador[736]. Finalmente, a 18, João Franco foi um dos deputados que votou contra a contribuição predial[737].

Prevendo o impacto que a decisão de João Franco iria ter na bancada Regeneradora, Hintze terá recorrido ao Rei, que lhe concedeu o encerramento das Cortes. Segundo relata Eduardo Schwalbach, no dia 18 de Maio Hintze terá chegado ao Parlamento bem-disposto e sorridente, o que não era habitual nele. Aproximando-se de Schwalbach terá então apontado para o casaco, dizendo "Já cá está". Segundo o jornalista, era a dissolução que D. Carlos lhe tinha concedido[738]. Apesar disso ainda esperou até dia 21; nessa altura João Franco dizia já que tinha lido na imprensa que o Parlamento seria encerrado, e que ele e os deputados que tinham votado como ele não tinham intenção de dificultar a vida ao governo ou impedir o regular funcionamento dos

[734] RAMOS, 2001, pp. 31-63.
[735] *DCD*, 13 de Maio de 1901, pp. 16-20 e pp. 37-38.
[736] *DCD*, 14 de Maio de 1901, p. 16.
[737] *DCD*, 18 de Maio de 1901, p. 15.
[738] SCHWALBACH, 1944, p. 204.

trabalhos parlamentares. Hintze, fazendo uso da sua famosa severidade, respondeu-lhe que o governo mantinha o parlamento em funcionamento enquanto entendia[739].

Os Franquistas reagiram de imediato: dizia-se que Franco contava com o apoio de cerca de 20 a 25 deputados Regeneradores, entre eles Malheiro Reimão, José Adolfo de Melo e Sousa, António Teixeira de Abreu, Luciano Monteiro, e Luís de Magalhães, mas também que conseguira cair nas boas graças de várias figuras conhecidas da política e da sociedade: José do Couto Novais, Ernesto Driesel Schröeter, Fernando Martins de Carvalho, José Branco Gentil e José Estêvão de Morais Sarmento[740]. António Ennes, afastado dos Progressistas, considerava os dissidentes Franquistas como "a parte seria do partido regenerador"[741]. Fosse ou não verdade, Hintze Ribeiro temia-o ao ponto de preferir fechar o Parlamento e convocar eleições. E para essas eleições Hintze preparou-se bem, como veremos mais detalhadamente no capítulo 3. Tomou como ponto de honra impedir que os amigos de João Franco que tinham abandonado o Partido Regenerador regressassem à Câmara dos Deputados. Foi, neste contexto, que foi elaborada a lei eleitoral de 1901, em colaboração com os Progressistas. Era do interesse de José Luciano de Castro não ter de combater várias frentes de Regeneradores ou antigos Regeneradores. Para além disso, Hintze precisava do seu apoio para passar este tipo de medidas, agora que ficara desfalcado entre os deputados, e por isso iria garantir uma representação aceitável aos Progressistas em troca.

As negociações decorreram durante o Verão de 1901, e resultaram na lei eleitoral de 8 de Agosto, publicada em decreto e mais tarde ratificada pelo Parlamento. A principal novidade que Hintze incluía nessa lei era a aplicação do regime de círculos plurinominais[742]; Franco tinha tentado instaurar esse sistema em 1895, alegando ser uma forma de combater o caciquismo e a corrupção eleitoral, mas sem sucesso; agora Hintze virava o feitiço contra o feiticeiro, e usava os círculos plurinominais para garantir que havia uma dispersão suficiente dos votos que impedia a eleição de

[739] *DCD*, 21 de Maio de 1901, pp. 2-3.
[740] MARTINS, 1925, p. 24. José do Couto Novais era advogado e um dos grandes proprietários do Minho à época, tendo sido eleito várias vezes entre 1881 e 1897 com o apoio do Partido Regenerador; Ernesto Driesel Schröeter foi Presidente da Associação Comercial de Lisboa, director do Banco Comercial de Lisboa e do Banco de Portugal, estando também ligado a várias outras empresas de renome da época; Fernando Martins de Carvalho era um conhecido advogado, mais tarde ligado à Família Real no exílio; José Branco Gentil foi médico e professor catedrático da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa; José Estêvão de Morais Sarmento era militar de carreira, ajudante de campo do rei D. Carlos e par do Reino; RAMOS, 2006 (c), vol. III, pp. 78-80; REIS, 2006, vol. III, pp. 609-610; CHORÃO, 2004, vol. I, pp. 618-620; GAMEIRO, 2006, vol. III, pp. 597-599.
[741] SARDICA, 1994 (a), p. 48; *Diário Ilustrado*, 28 de Junho de 1903, p. 1.
[742] ALMEIDA, 1998, pp. 475-522.

candidatos que não recebessem o apoio do governo ou dos Progressistas, ou seja, de uma assentada livrava-se de Franquistas e de Republicanos. A moeda de troca para a colaboração de José Luciano de Castro era a representação das minorias, que garantia que os Progressistas iriam obter um número pré-definido de deputados, neste caso 36[743]. Hintze aumentava ainda o número de deputados para 157, o que lhe dava uma margem de manobra confortável para negociar com o Partido Progressista.

Os Franquistas perceberam logo o alcance da lei: era um decreto "gerado no odio, entre os despeitos da vaidade ferida e os terrores da cobardia politica" que servia apenas para "decepar as illusões de independencia a todos os que julgam que este paiz não é propriedade exclusiva dos dois eminentes consules do Credito Predial Portuguez"[744]. A política de Hintze Ribeiro não era liberal nem conservadora, era, simplesmente, «hintzácea»[745]; Hintze tinha-se tornado num "doido vingativo", um "coração mesquinho", que não hesitara em cometer uma "traição ao partido que o fez gente"[746]. Os amigos de João Franco não pouparam nas palavras para atacar o governo e, principalmente, o Presidente do Conselho, mas assustaram-se com o impacto que a nova lei eleitoral podia ter: Mateus Azevedo e Miguel Dantas, que tinham acompanhado João Franco na cisão, recuaram, e Mateus Azevedo acabou mesmo por ser eleito pelos Regeneradores nas eleições de Outubro[747].

Quando as eleições se realizaram, a surpresa foi um deputado franquista ter conseguido ser eleito. Segundo Eduardo Schwalbach, o lugar estaria guardado para João Franco – talvez por Hintze querer ver o seu adversário completamente isolado no Parlamento; mas Franco ter-se-á sentido ofendido, e em sua substituição foi eleito José Adolfo Melo e Sousa, seu amigo próximo, pelo círculo de Arganil[748]. Para os Franquistas "todo o mappa eleitoral, de Monsão ao Cabo de Santa Maria, ostenta as cores suaves da alliança hintze-lucianacea"[749]. Teriam, por isso, de esperar pela sua oportunidade.

---

[743] ALMEIDA, 1998, pp. 519-522. Existiam lugares para as minorias em todos os círculos eleitorais, à excepção das possessões ultramarinas.
[744] *Diário Ilustrado*, 13 de Agosto de 1901, p. 2. A referência à Companhia Geral do Crédito Predial Português dirigia-se a Hintze Ribeiro e a José Luciano de Castro, que eram governador e vice-governador da empresa.
[745] *Diário Ilustrado*, 15 de Agosto de 1901, p. 2.
[746] *Diário Ilustrado*, 16 de Agosto de 1901, p. 2.
[747] RAMOS, 2006 a), p. 160.
[748] SCHWALBACH, 1944, p. 204. Melo e Sousa era director do Banco Comercial de Lisboa e presidente da Associação Comercial de Lisboa. Em 1907 haveria mesmo de chegar a director do Banco de Portugal.
[749] *Diário Ilustrado*, 7 de Outubro de 1901, p. 2.

Os dois anos seguintes foram, para Hintze Ribeiro, de serenidade, e para João Franco, de angariar apoios. Quando, finalmente, regressou às lides partidárias, a sua entrada foi triunfal: a 16 de Maio de 1903 João Franco inaugurava, com toda a ostentação que a situação merecia, o Centro Regenerador Liberal de Lisboa, estando presentes cerca de 500 pessoas num salão da Baixa para o ouvir[750]. À data da inauguração o centro teria já 400 sócios inscritos, e nos dias seguintes as adesões continuaram a chegar, publicadas pela imprensa Franquista[751]. Entre os presentes estavam vários antigos Regeneradores, como Firmino João Lopes, Teixeira de Vasconcelos, ou os indispensáveis Melo e Sousa e Malheiro Reimão. João Franco fez um longo discurso, em que começou por recordar a sua saída do Partido Regenerador em 1901. Segundo ele, tinha recebido um *ultimatum*: «crê ou morres», a prova do poder despótico do chefe do governo[752]. Por isso vinha agora apresentar os seus ideais: era monárquico e liberal, defendia a responsabilidade ministerial, a representação parlamentar sem manipulações, a descentralização do poder ao nível municipal. Elencava depois os males de que o país sofria, e que o governo em funções se recusava a enfrentar: a instrução pública deficiente, a administração colonial com falhas graves, a economia arrasada. Era tudo isso que João Franco se propunha resolver.

O *Diário Ilustrado* dava conta de que entre os 400 sócios fundadores se contavam 53 antigos deputados, o que representava um rombo nas contas dos Regeneradores. Mas para além dos políticos, a lista de sócios do Centro Regenerador Liberal incluía militares, comerciantes, e empregados públicos[753]. O próprio João Franco diria mais tarde que os centros do partido em Lisboa chegaram a ter entre 8 e 10 mil sócios, e que mais de dois terços pertenciam às classes populares[754]. A estratégia de João Franco foi precisamente essa, reunir indivíduos de sectores sociais que estavam descontentes com os grandes partidos dinásticos, mas que ainda não se tinham radicalizado ao ponto de aderir ao Republicanismo, e fazer deles uma estrutura de apoio com credibilidade: na perspectiva dos Regeneradores Liberais, estas pessoas formavam a verdadeira base social do país, o povo, os trabalhadores, que não queriam a violência da revolução, mas que estavam fartos do elitismo dos partidos monárquicos. Entre os

[750] RAMOS, 2001, p. 107.
[751] *Diário Ilustrado*, 17, 20 e 23 de Maio de 1903, p. 1.
[752] Discurso do Sr. Conselheiro João Franco, suplemento do *Diário Ilustrado*, 17 de Maio de 1903.
[753] Relação dos sócios do Centro Regenerador Liberal de Lisboa, suplemento do *Diário Ilustrado*, 17 de Maio de 1903.
[754] CASTELLO-BRANCO, 2006, p. 181.

militares que mais prontamente apoiaram Franco estavam os africanistas que seguiam Mouzinho de Albuquerque[755]. Apesar disso, o próprio Mouzinho, dividido entre Hintze e Franco, recusou apoiar Franco e manteve-se fiel ao Partido Regenerador.

Hintze Ribeiro e os Regeneradores não ficaram satisfeitos com o sucesso de Franco. Um jornal Regenerador avisava Franco que "não é por estes processos comesinhos que os partidos se organisam, os partidos dignos d'este nome"; outros, com mais créditos que João Franco, haviam tentado no passado, e nada tinham conseguido: "Tres grandes espiritos, Barjona Freitas, Conde do Casal Ribeiro e o sr. José Dias Ferreira tentaram a empreza, e todos sabem os resultados"[756]. Por detrás das comparações, parecia estar o medo de que o projecto de João Franco marcasse a diferença.

Depois de inaugurado o centro de Lisboa, João Franco partiu para a província, numa campanha que não era eleitoral, mas que mais parecia. Franco percebera que era necessário um novo método para se aproximar das populações, porque o Parlamento e a imprensa já não bastavam para impressionar um eleitorado que cada vez pedia mais. Foi isso que fez numa «*tour*», correndo o país a realizar discursos empolgados, uma nova forma de fazer política inaugurada pelos Republicanos que os monárquicos até aí não tinham utilizado. Nestes discursos João Franco introduziu o conceito de «Rotativismo», a alternância combinada entre as principais forças políticas que, para Franco, impedia o crescimento de novos projectos políticos e era um sinal da degenerescência do regime português[757]. Nascia assim a «lenda negra» do Rotativismo.

No fim de 1903 João Franco foi às principais capitais de distrito, Porto, Braga, Évora, Faro, à procura dos apoios necessários para voltar ao Parlamento[758]. Para além disso, no Centro Regenerador Liberal de Lisboa teve início um ciclo de conferências sobre temas que diziam respeito à população em geral, e que serviam para interessar os cidadãos para a política e os temas da actualidade: José Maria Rodrigues, antigo reitor do Liceu de Lisboa, foi convidado para falar sobre a educação e a instrução nas sociedades modernas; Guilherme Ivens Ferraz, militar africanista e secretário de António Enes em Moçambique, falou da evolução de Lourenço Marques; o jornalista e

[755] RAMOS, 2001, p. 120.
[756] *A Tarde*, 18 de Maio de 1903, p. 1.
[757] RAMOS, 1994, p. 249.
[758] RAMOS, 2001, p. 107.

advogado Fernando Martins de Carvalho fez uma conferência sobre a magistratura judicial; e o capitão-tenente João Baptista Ferreira falou sobre a marinha de guerra[759].

Os Regeneradores perceberam o sinal, os ventos de mudança da política portuguesa, e organizaram um grande jantar em honra de Hintze Ribeiro para o reafirmar como líder do Partido Regenerador. O evento foi de dimensões nunca vistas, "o maior que nos tempos modernos se tinha realizado em Portugal"[760]. Teriam estado presentes 650 convidados, em representação de praticamente todas as localidades do país[761]. O caso dera principalmente controvérsia porque o banquete se realizara num salão que pertencia a um edifício do Estado[762]. Os Regeneradores Liberais lançaram-se contra Hintze Ribeiro com toda a agressividade: Hintze acusava "o cansaço de luctar contra as consequencias dos seus proprios erros politicos e governativos", revelando "uma forte anemia cerebral", e "ao fazer o panegyrico da sua pessoa e dos seus actos" não tinha encontrado "no fundo da sua consciencia, por onde lhes pegar". Naquele banquete "jantaram copiosamente algumas centenas de administradores de concelho, mas o paiz, apesar de ter contribuido á força para a festa com a casa, algum pessoal e muito dinheiro, jejuou inteiramente"[763]. Hintze tinha afirmado que o Partido Regenerador era um «partido conservador-liberal»; os Regeneradores Liberais acusavam-no de se contradizer, de liderar um partido que era tudo e não era nada[764].

Nos três anos seguintes João Franco andou num frenesim de viagens, discursos e inaugurações de centros: entre Maio de 1905 e Agosto de 1906 o Partido Regenerador Liberal inaugurou 9 centros só em Lisboa[765]; em todos eles o número de sócios inscritos era significativo, e tendia a aumentar[766]. Também na província os Regeneradores Liberais montaram uma rede de centros, ainda que com menor sucesso: no total teriam 40 centros, sendo que aos de Lisboa se juntavam 6 nas principais capitais de distrito,

[759] *Diário Ilustrado*, 21 e 28 de Junho, e 5 e 12 de Julho de 1903, p. 1.
[760] GALLIS, 1909, vol. II, p. 281.
[761] GALLIS, 1909, vol. II, p. 281; *Homenagem a Hintze Ribeiro: o banquete político do partido regenerador em 15 de Outubro de 1903*, 1903, pp. 31-60.
[762] GALLIS, 1909, vol. II, p. 281.
[763] *Diário Ilustrado*, 17 de Outubro de 1903, p. 1.
[764] *Diário Ilustrado*, 18 de Outubro de 1903, p. 1.
[765] O Centro Operário da Cruz de Pedra, na Travessa Sanches de Baena; o Centro Adriano Cavalheiro, na Rua Infante D. Henrique (actual Rua de São Tomé); o Centro Operário Melo e Sousa, na Rua do Chão da Feira; o Centro Eduardo Segurado, na Rua Eduardo Coelho; o Centro Carlos Lopes, na Rua Augusta; o Centro José da Silva Carvalho, na Rua da Piedade; o Centro Gama Barros, na Rua da Esperança; o Centro José Novais, na Travessa dos Remolares; e o Centro Marques Leitão, no Largo de Alcântara; *Diário Ilustrado*, 22 de Maio, 30 de Junho, 13 de Julho, 9 de Agosto, 4 de Setembro e 24 de Dezembro de 1905, e 29 de Janeiro, 30 de Julho e 3 de Agosto de 1906, p. 1 em todos os casos.
[766] A título de exemplo, quando o Centro Carlos Lopes foi inaugurado, contava já com 500 sócios inscritos; *Diário Ilustrado*, 3 de Setembro de 1905, p. 1.

como Porto e Coimbra, 1 em Lourenço Marques, e os restantes noutras localidades portuguesas[767]. Os centros do partido tinham uma estrutura executiva definida, um regulamento e uma direcção escolhida em assembleia geral de sócios: por exemplo, em Julho de 1903 foi eleita a nova direcção do Centro Regenerador Liberal de Lisboa, composta por Firmino João Lopes (presidente), José Adolfo de Melo e Sousa, José Freire Lobo do Amaral, Jacinto Simões Ferreira da Cunha, e Manuel Santana de Lança Cordeiro[768]. Para além da sua óbvia função política, os centros tinham também finalidades sociais e culturais, eram lugares de encontro dos seus sócios, organizavam conferências, dispunham de espaços de sociabilidade e – sendo este o elemento mais inovador dentro dos partidos monárquicos – facultavam serviços gratuitos aos seus sócios, nomeadamente assistência médica[769]. Existia ainda uma rede de jornais que apoiavam o grupo franquista que teria ultrapassado as duas dezenas em todo o país, e que serviam para anunciar as iniciativas do partido[770]. Em Lisboa, para além do *Diário Ilustrado*, que no dia imediato à inauguração do primeiro centro adoptara o subtítulo «Regenerador Liberal», os franquistas fundaram o *Jornal da Noite*.

Para além da difusão da mensagem e da organização dos centros, Franco preocupou-se em angariar os apoios certos, especialmente entre figuras com influência em instituições poderosas, como as associações da capital[771]. Mas isso não era o suficiente, e a prova disso foi que, na eleição de 1904 apenas conseguiram eleger deputado José Adolfo Melo e Sousa, por Arganil, e na de 1905, os Regeneradores Liberais ficaram-se por três deputados: o próprio João Franco, por Faro, Luciano Monteiro, por Arganil, e Fernando Martins de Carvalho, por Castelo Branco[772].

[767] *Diário Ilustrado*, 21 e 30 de Maio de 1905, p. 1; RAMOS, 2001, p. 115.
[768] *Diário Ilustrado*, 19 de Julho de 1903, p. 1.
[769] RAMOS, 2001, p. 115.
[770] RAMOS, 2001, p. 115. A título de exemplo ver *Regenerador liberal: semanario politico, litterario e noticioso* (Barcelos); *O alemtejano: semanário regenerador liberal do distrito de Beja* (Beja); *O povo figueirense: semanario regenerador liberal* (Figueira da Foz); *O almonda: semanario regenerador-liberal* (Torres Novas); *O sul: semanario regenerador-liberal* (Faro).
[771] Recorde-se que entre os apoiantes mais próximos de João Franco estavam figuras como José Adolfo Melo e Sousa, presidente da Associação Comercial de Lisboa entre 1903 e 1904 e director do Banco do Comércio, ou Ernesto Driesel Schrotter, presidente da Associação Comercial de Lisboa entre 1905 e 1906; ALVES, 2012, p. 370.
[772] A eleição de Luciano Monteiro por Arganil e de Fernando Martins de Carvalho por Castelo Branco ter-se-á ficado a dever à influência de João Franco nessa região. Recorde-se que Franco era originário do Fundão, tendo beneficiado do apoio de Manual Vaz Preto no início da sua carreira política e tendo, mais tarde, formado uma aliança com outro cacique de Castelo Branco, Francisco Tavares Proença; POUSINHO, 2016, pp. 53 e 110.

João Franco terá percebido que sozinho não conseguia recuperar o poder que tivera, por isso procurou associar-se tanto a Progressistas como a Republicanos[773]. A cisão que entretanto ocorrera no Partido Progressista, de José Maria de Alpoim, foi também uma plataforma para João Franco: no fim de 1905, tanto Franco como Alpoim participaram em comícios do Partido Republicano em Lisboa, e dizia-se que tinham um entendimento para pôr em prática uma ditadura liberal, que não obteve, porém, a aprovação do monarca[774]. Mas se Alpoim seguiu cada vez mais para o radicalismo – como foi visível no seu envolvimento na intentona de Janeiro de 1908 e no regicídio – Franco percebeu a tempo que os Republicanos não eram o aliado de que precisava. Por isso, em Abril de 1906, no rescaldo da queda do governo de José Luciano de Castro, e na preparação para as eleições organizadas pelo último governo de Hintze Ribeiro, Regeneradores Liberais e Progressistas uniram-se na chamada Concentração Liberal, que pretendia ser, para além de uma coligação com fins eleitorais, também uma união dos partidos em caso de subida ao poder[775]. Na perspectiva dos Republicanos, João Franco era na realidade "o chefe constitucional do futuro partido liberal da monarquia…"[776].

Apesar dos fracos resultados eleitorais – tendo conseguido apenas 7 deputados – a mudança de direcção de Republicanos para Progressistas, e os anos de trabalho acumulado, haveriam de dar resultados em breve: o governo Regenerador de Hintze manteve-se no poder apenas dois meses e, depois de intensa agitação por parte dos Republicanos, e de não ver a sua pretensão do adiamento das Cortes aprovada pelo Rei, acabou por cair. Segundo Eduardo Schwalbach, depois da eleição de Bernardino Machado pelos Republicanos nas eleições de Abril de 1906, D. Carlos mandara a Hintze Ribeiro um telegrama dizendo que tinham de se entender com o Partido Republicano. Hintze ter-se-ia oposto a esta possibilidade, o que ajudara um governo já debilitado pela agitação social a cair[777]. Fosse como fosse, a 19 de Maio de 1906 subia ao poder um governo presidido por João Franco, e apoiado por José Luciano de

[773] *Diário Ilustrado*, 4 e 7 de Junho de 1904, p. 1.
[774] RAMOS, 2001, p. 132 e CABRAL, 1931, p. 81. José Maria de Alpoim abandonou os Progressistas em Abril de 1905, e fundou a Dissidência Progressista, reunindo alguns nomes importantes, como João Pinto dos Santos (antigo apoiante de Manuel Vaz Preto) e Egas Moniz; RAMOS, 2001, p. 132.
[775] *Diário Ilustrado*, 3 de Abril de 1906, p. 1; SARDICA, 1994 (a), p. 51.
[776] COELHO, 1908, p. 607.
[777] SCHWALBACH, 1944, p. 237.

Castro[778]. O consenso e os apoios haviam de se alterar significativamente e, menos de dois anos depois, Portugal enfrentava a maior crise política do último século[779].

No que diz respeito ao Partido Regenerador, o impacto da autonomização do Franquismo foi forte, tanto em termos práticos como em termos emocionais: para além de levar vários deputados para o seu grupo, João Franco levou também uma parte do orgulho e da inflexibilidade de Hintze Ribeiro, que via o seu antigo braço direito virar-lhe as costas. Talvez Hintze Ribeiro e outros chefes Regeneradores não tenham encarado João Franco como verdadeiramente capaz de abandonar os Regeneradores ou de construir uma alternativa de governo aos partidos dinásticos, e quando se aperceberam da gravidade da situação já era tarde demais. Talvez tenham encarado os Regeneradores Liberais como uma provocação inofensiva, como em parte tinham sido as cisões de Casal Ribeiro ou de Barjona de Freitas – mais tarde ou mais cedo, se queriam chegar ao governo, tinham de regressar ao seio do partido de origem. Só quando Franco garantiu a aliança com os Progressistas, e com a aproximação que fora conseguindo em relação ao Paço, é que os seus adversários perceberam até que ponto se fortalecera. No que diz respeito à liderança do Partido Regenerador, é difícil perceber o impacto que isto terá tido em Hintze, porque apenas um ano depois este falecia repentinamente. Mas a verdade é que, sem João Franco e sem Hintze Ribeiro, o Partido Regenerador fragmentou-se e não conseguiu voltar a encontrar um rumo coeso.

2.6. Jacinto Cândido e o Partido Nacionalista

Pouco tempo depois da ruptura com João Franco, Hintze Ribeiro teve de enfrentar uma nova cisão. Desta vez, em moldes diferentes, e eventualmente menos problemáticos para a vida do Partido Regenerador, quem se separou foi Jacinto Cândido da Silva. Jacinto Cândido era um açoriano que se salientara durante os seus anos na Universidade de Coimbra e que, depois de regressar aos Açores, se envolvera na política local, através do ingresso no Partido Regenerador e do jornalismo[780]. Segundo o próprio, tentou dinamizar as actividades dos Regeneradores na Ilha Terceira, através da fundação de uma filarmónica, do aluguer de um espaço para o centro político

[778] O governo era composto por João Franco, na Presidência e Reino, Ernesto Driesel Schroeter na Fazenda, José Novais na Justiça, Luís de Magalhães nos Negócios Estrangeiros, Aires de Ornelas de Vasconcelos na Marinha e Ultramar, António Vasconcelos Porto na Guerra e José Malheiro Reimão nas Obras Públicas.
[779] Sobre este momento de crise da Monarquia Portuguesa ver SARDICA, 1994 (a) e RAMOS, 2001.
[780] OLAIO, 2004, p. 151.

Regenerador, e da organização de conferências[781]. Foi candidato pelo círculo de Angra do Heroísmo às eleições de 1884, mas, não sendo apadrinhado por Fontes Pereira de Melo, faltou-lhe o apoio do Conde de Sieuve de Menezes, o chefe Regenerador local[782]. Só em 1887 conseguiu a eleição, tendo recebido o suporte de Hintze Ribeiro e Lopo Vaz depois da morte de Fontes, e viria a suceder a Sieuve de Meneses como chefe Regenerador na Terceira quando este faleceu em 1893[783]. Ganhou visibilidade enquanto parlamentar, e foi convidado para o governo de Hintze Ribeiro e João Franco em Novembro de 1895, ocupando a pasta da Marinha e Ultramar. Jacinto Cândido assumia, aliás, que o seu apoio a Hintze vinha de anos anteriores, "por simpathia pessoal, determinada sobretudo pela reputação de honestidade, de que elle gosava", mesmo quando Lopo Vaz ainda era vivo[784].

Tendo deixado o poder em 1897, aquando da queda do governo Hintze-Franco, Jacinto Cândido não voltou a ser convidado por Hintze em 1900, o que parece tê-lo deixado desapontado: ainda que admita que fora ele próprio a dizer a Hintze Ribeiro que não pretendia voltar a ser ministro, queixava-se de este não o ter contactado quando formou o governo[785]. Além disso, Jacinto Cândido não tinha a melhor das opiniões sobre o político escolhido para a pasta que anteriormente desempenhara, António Teixeira de Sousa. Segundo Cândido, Teixeira de Sousa era um apoiante de João Franco que Hintze só conseguira levar para o governo com promessas de favores[786].

Jacinto Cândido envolvera-se no movimento nacionalista católico ainda durante a década de 1890, colaborando no jornal *Correio Nacional*, de cariz conservador. Foi precisamente neste jornal que foi anunciada a criação do Centro Católico Parlamentar, em 1894, uma iniciativa de coordenação de pares do Reino e deputados na defesa dos interesses da Igreja Católica, para a qual Jacinto Cândido chegou a ser convidado. Contudo, este projecto nunca chegou a ser consolidado, uma vez que o parlamento foi encerrado pouco depois do seu lançamento, seguindo-se-lhe o já anteriormente referido «Solar dos Barrigas». O principal problema do Centro Católico Parlamentar parece ter

[781] SILVA, 1962, p. 21.
[782] SILVA, 1962, p. 22-23.
[783] SILVA, 1962, p. 23. Depois de Jacinto Cândido da Silva ter abandonado o Partido Regenerador, o cargo de cacique regional passou para o 2º conde de Sieuve de Meneses.
[784] SILVA, 1962, p. 24.
[785] SILVA, 1962, p. 29-30.
[786] Note-se que também Campos Henriques fora apoiante de João Franco, mas Jacinto Cândido não lhe apontava esse defeito. Concordava, porém, que nenhum dos dois era merecedor do título de par do Reino, atribuído a ambos em Dezembro de 1900; SILVA, 1962, p. 30.

sido, contudo, a falta de consistência do projecto e o estado ainda pouco desenvolvido do movimento católico português[787]. Apesar disso, Jacinto Cândido não desistiu do nacionalismo católico, observando o seu crescimento durante essa década, e desenvolvendo secretamente planos para a criação de um partido político que nele assentasse[788]. Para além disso, contava com o apoio do movimento em termos eleitorais, como aconteceu em 1897: tanto o Centro Regenerador de Braga como o Centro Católico dessa cidade apoiaram a sua candidatura, ainda que esta tenha acabado por ser derrotada[789].

Foi depois da subida ao poder do segundo governo de Hintze Ribeiro que se assistiu à cisão de João Franco. Segundo Jacinto Cândido, a ruptura iminente era do conhecimento público: "Todos a viam e sentiam"[790]. Mas Hintze parecia não querer tomar a iniciativa e expor as incompatibilidades entre ambos: "O Hintze via bem a imminencia da scisão do Franco, mas cedia, transigia, e, em vez de cortar o nó gordio, com um golpe audaz, precipitando os acontecimentos, contemporisava, e esperava pacientemente que o Franco rompesse, continuando a consideral-o, sempre, até ao ultimo momento, como o grande marechal do Partido, a quem era preciso considerar, dando-lhe, por isso, tudo quanto elle exigia"[791]. Por esta altura tinham começado a ser feitos apelos para a criação dos Centros Nacionais, uma rede de células de católicos e conservadores, unidas através do conceito do «nacionalismo», que pretendiam servir de sustento à transformação moral e social do país: eram a resposta à questão social e à questão religiosa, que há vários anos vinham sendo debatidas[792]. Os modelos de inspiração para esta iniciativa seriam, muito provavelmente, os partidos confessionais que tinham surgido em vários países europeus, e que pareciam estar a ter um significativo sucesso: o Partido Católico existia na Bélgica desde 1869, formado com base em círculos católicos, e conseguira em 1884 a maioria parlamentar; o Partido do Centro Alemão, ou Zentrum, tinha sido fundado em 1870 e desde meados dessa década ocupava um espaço importante no Parlamento alemão; e, em 1891, fora fundado o Partido Cristão Social, na Áustria-Hungria[793]. Estes agrupamentos políticos, fazendo a defesa activa da religião e apoiando-se no clero para desenvolver a sua estrutura interna,

[787] LUCAS, 2012, pp. 107-110.
[788] SILVA, 1963, p. 16.
[789] *Manifesto do Centro Regenerador de Braga*, 1897; *Manifesto do Centro Catholico*, 1897.
[790] SILVA, 1962, p. 30.
[791] SILVA, 1962, p. 30.
[792] Sobre o movimento católico e a questão social ver VOLOVITCH, 1983; NETO, 1998, pp. 401-455.
[793] MAYEUR, 1980; LUCARDIE & NAPEL, 1996, pp. 51-70.

tinham conseguido bons resultados eleitorais, o que com certeza terá inspirado os nacionalistas católicos portugueses a procurar resultados semelhantes.

O movimento nacionalista católico português apresentava-se como um ideário que se propunha salvar o país da ruptura política, económica e, principalmente, moral em que este se encontrava e – à semelhança do nacionalismo Republicano – garantia que a única opção para o fazer era através de um novo regime político avesso ao liberalismo monárquico[794]. A opção apresentada era, então, a de desenvolver um regime apartidário assente nas forças tradicionais da Nação e na Igreja Católica. A questão política foi, porém, um dos principais obstáculos encontrados por Jacinto Cândido na sua tentativa de sistematizar a doutrina: consolidar o nacionalismo católico como alternativa aos grandes partidos monárquicos, tendo porém de integrar o sistema político monárquico para se poder afirmar[795].

O apelo para a fundação dos centros nacionais surgiu no jornal *Correio Nacional* a 23 de Abril de 1901, e incluía já uma indicação de que os membros dos centros deveriam fazer os possíveis para tentar eleger vereadores nas eleições municipais e deputados nas eleições nacionais[796]. Nos meses seguintes foi sendo anunciada a inauguração de diversos centros espalhados pelo país: entre 1901 e meados de 1902 foram criados centros em 9 capitais de distrito, 28 concelhos e 166 paróquias[797]. A dispersão geográfica dos centros teve uma particular intensidade no Norte do país, como seria de esperar de uma organização confessional, e também na região da Beira Baixa, o que se explica pela influência local de Jacinto Cândido, que casara com a filha do Conde de Proença-a-Nova, e que residia sazonalmente em Penamacor[798]. O movimento nacionalista encontrou na imprensa um veículo bastante disponível para difundir a sua

[794] Os Republicanos acreditavam numa regeneração política e moral do país através de um regime político novo, democrático e cívico, avesso à religião e ao conservadorismo. A sua perspectiva do nacionalismo baseava-se, por isso, numa nova educação e consciencialização da população, que dava particular relevância a grandes momentos de cariz político e cultural, intensamente celebrados, como as comemorações do 1º de Dezembro de 1640, ou festas cívicas ligadas a grandes nomes da Nação, fossem eles Republicanos ou não – como Camões, Félix Henriques Nogueira ou Alexandre Herculano; CATROGA, 2010.

[795] OLAIO, 2004, pp. 147-178; SILVA, 1996, pp. 17-25; CÂNDIDO, 1909. Noutro ponto do espectro ideológico, em oposição tanto a Republicanos como a Nacionalistas Católicos, encontramos ainda o tipo de nacionalismo do qual os Progressistas se fizeram símbolo: ao longo da sua existência o Partido Progressista apresentou-se como defensor de um nacionalismo anti-britânico focado na questão colonial, especialmente em momentos de maior contestação política, como foram os casos da «concessão Paiva de Andrade», em 1879, e do *Ultimatum* Britânico, em 1890; FERNANDES, 2010 (a), pp. 91-94 e 318-323.

[796] *Correio Nacional*, 23 de Abril de 1901, p. 1.

[797] ALBUQUERQUE, 1902, p. 336; SILVA, 1996, pp. 117-120. As capitais de distrito em questão eram Braga, Porto, Funchal, Lisboa, Castelo Branco, Portalegre, Viana do Castelo, Viseu e Bragança.

[798] SILVA, 1996, p. 120.

mensagem: apesar de os mais conhecidos serem o *Correio Nacional*, em Lisboa, e *A Palavra*, no Porto, os nacionalistas católicos fundaram ou incorporaram diversos periódicos em todo o país, e inclusive nas colónias portuguesas[799]. Em simultâneo, os nacionalistas enviaram também uma carta a D. Carlos, dando conta da criação do movimento e garantindo que continuavam a ser monárquicos e constitucionais. Parecia-lhes "opportuna a constituição d'uma nova força politica, verdadeiramente nacional, desinfluenciada de pessoalismos, e ao serviço tão somente de imperiosos principios de administração e de governo"[800]. Pretendiam, eventualmente, receber o beneplácito do rei para a sua iniciativa e, assim, dar-lhe uma maior força, mas não foi possível encontrar registo de resposta do monarca.

Quanto aos Regeneradores, Jacinto Cândido desligara-se deles amigavelmente, como fazia questão de salientar mais tarde: "eu sahi do partido regenerador, sem quebra de relações pessoaes nem politicas com o Hintze. Separaram-nos ideias, doutrinas, e não ambições ou deslealdades". Ainda assim, segundo o próprio Cândido contava a um jornalista nos últimos anos da monarquia, Hintze não ficara satisfeito com a decisão: "Quando lhe communiquei a minha resolução de deixar o partido regenerador, o Hintze deitou as mãos á cabeça: «Ora, para quê, mais um partido? Isto é um elemento de confusão, um principio de lucta!...»"[801]. Mas boas relações parecem ter existido mesmo, porque no final do ano de 1901, em plena fase embrionária do Partido Nacionalista, Hintze Ribeiro e Jacinto Cândido trocavam correspondência em tom cordial: "a sua carta me deu a necessaria paz demostrar-me que, sejam quaes forem, ou possam vir a ser, as nossas divergencias politicas, se mantem as nossas boas relações pessoaes"[802]. Jacinto Cândido estava, por isso, disponível para tomar as rédeas de um novo partido.

A situação dentro do movimento nacionalista era, porém, mais complexa do que parecia à primeira vista. O grupo tinha emergido como movimento social, mas desde cedo se debatera com a questão identitária: mantinham-se apenas como movimento, ou procuravam tornar-se um partido político? E assumiam o carácter confessional, como

[799] A listagem de jornais nacionalistas, demasiado extensa para a colocarmos aqui, pode ser consultada em SILVA, 1996, pp. 114-117.
[800] ANTT, Cartório da Casa Real, cx. 7452, cap. 942, doc. 79, carta de Jacinto Cândido da Silva, Conde de Bertiandos e Gonçalo de Almeida Garrett para D. Carlos de Outubro de 1901. Mais tarde os Nacionalistas haveriam de comunicar novamente com o monarca para lhe dar conta da transformação do movimento em partido, enviando-lhe um exemplar do programa do Partido Nacionalista; ANTT, Cartório da Casa Real, cx. 7452, cap. 942, doc. 81, carta de Jacinto Cândido da Silva, Conde de Bertiandos, Hugo de Lacerda, António Mendes Lages e José Pulido Garcia para D. Carlos de Julho de 1903.
[801] LEITÃO, 1910, p. 79.
[802] BPARPD, AERHR, doc.13.1.165.6, carta de Jacinto Cândido da Silva de 12 de Novembro de 1901.

partido católico, ou tergiversavam para opções alternativas, como partido conservador ou nacionalista? E, caso optassem por uma clara definição como partido católico, punham de parte a questão da forma de governo e aceitavam o apoio de miguelistas e Legitimistas?[803] Estes dilemas terão, desde logo, criado divisões dentro do grupo, e iriam deixar as suas marcas num partido que se mantinha num equilíbrio frágil.

A primeira medida tomada pelos nacionalistas católicos foi a de lançar uma circular que tinha como objectivo apelar à fundação de um «Centro Nacional» que coordenasse as iniciativas do movimento[804]. O texto era assinado por Jacinto Cândido, o conde de Bertiandos e Gonçalo de Almeida Garrett, todos pares do Reino[805]. O movimento ia-se desenvolvendo paulatinamente quando, no início de 1902, José Luciano, na Câmara dos Pares, decidiu encurralar os seus membros: "vós, nacionalistas, vós, regeneradores dissidentes, que trataes de combater tão tenazmente o Ministerio, dizei-nos quaes são os vossos programmas, desfraldae as vossas bandeiras, dizei-nos o que pretendeis fazer, e para onde caminhaes"[806]. Jacinto Cândido fez então saber que se encontrava entendido com Dantas Baracho, o conde de Bertiandos, Luís da Camara Leme e Gonçalo de Almeida Garrett na Câmara dos Pares, e que não tinha líder a quem se justificar[807]. Apresentava-se como representante do «Partido Nacionalista», que não era "um partido contra pessoas, ou a favor de pessoas", mas sim "a favor de idéas e principios, e contra idéas e principios"[808]. Não eram "ultramontanos, reaccionarios, clericaes, e intolerantes"; isso eram apenas "atoardas, para se comprometter o novo partido nacionalista, para o ferir nas suas condições de vida e de força social, para o desacreditar no espirito publico"[809].

Mas, por muito que Jacinto Cândido e os outros membros do Partido Nacionalista se esforçassem para distinguir confessionalidade de clericalismo, "tropeçavam na desconfiança com que muita gente os encarava"[810]. E os seus adversários políticos aproveitavam-se precisamente disso para lançar críticas: segundo o principal jornal Regenerador da época, o que caracterizava o Partido Nacionalista era "o

[803] SILVA, 2011, p. 479.
[804] *Correio Nacional*, 18 de Julho de 1901, p. 1
[805] Bertiandos e Almeida Garrett eram também abastados proprietários e destacados membros da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa.
[806] *DCP*, 29 de Janeiro de 1901, p. 74. Trata-se de Jacinto Cândido a parafrasear José Luciano de Castro, mas não conseguimos encontrar as palavras originais pronunciadas por José Luciano.
[807] *DCP*, 29 de Janeiro de 1901, 29 de Janeiro de 1901, p. 73.
[808] *DCP*, 29 de Janeiro de 1901, 31 de Janeiro de 1901, p. 81.
[809] *DCP*, 29 de Janeiro de 1901, 31 de Janeiro de 1901, pp. 82-83.
[810] CABRAL, 1923, p. 222.

fanatismo catholico"[811]. Até o jornal *A Terceira*, órgão dos Regeneradores açorianos que Jacinto Cândido chefiara, encarava o projecto Nacionalista como um disparate. Comparavam-no com a tentativa feita por Casal Ribeiro de promover um "partido ultra conservador" que, apesar do prestígio e capacidades do seu líder, falhara completamente: "Ora se este foi o resultado obtido por Casal, o Conde do Casal Ribeiro, o nacionalismo arte nova, caricatura do primeiro, devia dar os resultados conhecidos"[812].

Foi necessário esperar até 1903 para que o programa do Partido Nacionalista visse a luz do dia; tal como os Franquistas, também os Nacionalistas tinham feito a sua travessia do deserto. Jacinto Cândido andara, durante o Verão de 1902, em campanha pelo Norte do país, com especial incidência na região do Porto, a publicitar a formação do Partido Nacionalista, e a tentar angariar apoiantes[813]. Mas o partido já tinha começado a perder membros ilustres: o programa, aprovado a 3 de Junho de 1903, no 1º Congresso Nacionalista, realizado no Porto, é assinado por Jacinto Cândido, o conde de Bertiandos, Hugo de Lacerda, António Mendes Lages e José Pulido Garcia[814]. Também o bispo de Coimbra, Manuel Correia de Bastos Pina, se opusera à formalização do movimento, conseguindo impugnar a criação de Centros Nacionais na sua diocese[815].

Os Nacionalistas, no seu programa, diziam-se "producto natural e espontaneo d'um movimento de opinião nacional" que queria a "defeza do principio religioso e dos grandes interesses publicos"[816]. Faziam a apologia do impersonalismo, da evolução pacífica, da harmonia entre a Igreja e o Estado, e do princípio associativo por classes. No essencial, queriam ser uma alternativa aos grandes partidos monárquicos e às oligarquias, que acusavam de não conseguir encontrar soluções para os problemas do país, e de recorrer demasiadas vezes a esquemas desleais e desprestigiadores. À partida o seu programa não se distinguia muito do programa dos Regeneradores Liberais, e a oposição não tinha dúvidas em colocá-los precisamente nesse patamar: "o nacionalismo, não obstante falho de um talento dirigente, mas correspondendo á reacção de uma

[811] *A Tarde*, 31 de Janeiro de 1902, p. 1
[812] *A Terceira*, 29 de Novembro de 1902, p. 1.
[813] SILVA, 1996, p. 59.
[814] SILVA, 1963, pp. 369-382. Note-se a ausência de Gonçalo de Almeida Garrett, que abandonara o movimento nacionalista católico quando este fez a transição para partido, porque devia a sua lealdade ao cunhado, Francisco Tavares Proença, cacique da Beira Baixa ligado aos Progressistas; SILVA, 1963, p. 23.
[815] SILVA, 2011, p. 481.
[816] COELHO, 1908, p. 657.

grande massa contra as medidas restrictivas dos estabelecimentos religiosas passa abandonado de quaesquer elementos, que como sendo de politica de governo possam ser considerados" e, tal como o projecto de João Franco, a previsão era que redundasse em fracasso[817].

Jacinto Cândido, pela sua experiência nos bastidores de um partido do «Rotativismo», não pretendia que a componente religiosa dominasse toda o partido; mas o clero fora um elemento fundamental da difusão da mensagem nacionalista. Apesar dos esforços de secularização do partido, por parte de Jacinto Cândido e alguns membros próximos dele, os padres eram o grupo com maior proximidade à população, e que mais facilmente podia persuadir os eleitores a votar em determinado candidato. O que Jacinto Cândido desejava era formar "um partido político conservador autonomizado do clericalismo, se bem que contando também com ele"[818]; queria o melhor dos dois mundos. Os Nacionalistas viviam assim no limbo de não desejar uma participação demasiado activa do clero nas suas iniciativas eleitorais e, em simultâneo, procurar o seu apoio para fundar centros e mobilizar votantes[819].

No que diz respeito à questão do regime, como já anteriormente referimos, existia também um conflito desde a fundação do movimento nacionalista católico. A colaboração e intervenção de Legitimistas nas iniciativas do nacionalismo causou divergências dentro do movimento, e terá levado ao afastamento dos apoiantes que estavam ligados a outros partidos monárquicos, por não quererem estar associados ao Legitimismo[820]. Ainda assim, Domingos Pinto Coelho, conhecido apoiante da causa miguelista, foi candidato pelas listas do Centro Nacional em 1901[821]. Só mais tarde, já depois da queda da Monarquia, é que Jacinto Cândido revelou que, a seu ver, o Partido Nacionalista não se enquadrava num determinado sistema político: "O Partido Nacionalista não fora nunca um partido monarchico. Para elle, a forma de governo, - Monarchia ou Republica, - era uma questão secundaria, sem valor. Nem uma só palavra no seu programma, o vinculáva á Monarchia, como forma de governo"[822]. Esta atitude, porém, parecia mais uma forma de contornar a realidade da República, ignorando inclusive as consequências que a implantação desta teve no movimento católico:

[817] *A Tarde*, 18 de Maio de 1903, p. 1.
[818] SILVA, 1996, p. 56.
[819] SILVA, 1996, p. 56; ALMEIDA, 2010, p. 25; *Correio Nacional*, 23 de Maio de 1901, p. 1.
[820] SILVA, 2011, p. 479.
[821] MOURA, 2007-2008, p. 84.
[822] SILVA, 1963, p. 55.

"Sinceramente sempre, aqui, como em todos os actos da minha vida publica, eu entendi que, uma vez triunphante a revolução, e apezar dos seus desvairamentos furiosos contra as congregações religiosas, o dever de todos era não crear dificuldades á situação, e deixar seguir as cosas a sua natural evolução"[823]. Não é sem razão que alguns autores viram nisto uma demonstração de oportunismo político por parte de Jacinto Cândido[824].

O Partido Nacionalista emergiu como crítica e alternativa aos partidos dinásticos, sublinhando a sua incapacidade para lidar com as novas realidades sociais do início do século XX, e a necessidade de as organizações políticas se democratizarem e chegarem a todos os cidadãos, independentemente da sua condição social. Jacinto Cândido ficara conhecido dentro do Partido Regenerador como o político que queria fazer eleger um operário para a Câmara dos Deputados[825]. Os Nacionalistas conseguiram, apesar do espaço limitado que o seu partido conseguiu ocupar no espectro político, consolidar a organização: tinham um programa oficial aprovado em assembleia-geral, organizavam congressos bienais onde estavam presentes centenas de delegados do partido de todo o país, e tinham uma hierarquia interna bem estruturada, formada pelos centros nacionais e pelos seus dirigentes distritais e concelhios, comandados por uma comissão directora central[826].

O Nacionalismo orgulhava-se de ter construído uma rede de centros que, assim, dispensava o recurso a métodos anti-democráticos como o caciquismo e a compra do voto[827]. A realidade, contudo, era bastante diferente. Jacinto Cândido podia até defender o impersonalismo, e fazer discursos a criticar a importância das chefias partidárias – "Idéas são apanagio exclusivo dos chefes. Os chefes mandam. Os outros obedecem. A disciplina militar é uma sombra ao pé d'esta gargalheira de escravidão da disciplina partidaria" – mas quem controlava a política e as eleições era o governo, e só chegavam ao governo os líderes dos principais partidos[828]. Além disso, a criação de centros nacionais diminuíra bastante depois de 1902, e cingia-se, essencialmente ao Norte do país e ao redor das cidades de Viseu, Castelo Branco e Leiria[829]. Por isso, apesar de se dizerem contrários às atitudes dos partidos dinásticos, os Nacionalistas haveriam de estar sempre dependentes deles para obterem resultados visíveis, ou seja, para elegerem

[823] SILVA, 1963, p. 57.
[824] RAMOS, 1994, p. 259.
[825] LEITÃO, 1910, p. 79.
[826] SILVA, 1996, pp. 89-97.
[827] SILVA, 2011, p. 480.
[828] SILVA, 1902, p. 22.
[829] SILVA, 1996, pp. 117-120.

deputados. Citando Rui Ramos, "a única questão política que Jacinto Cândido teve de enfrentar foi escolher a quem pedir favores"[830].

O trajecto parlamentar dos Nacionalistas é, por isso, um caminho de acordos partidários e limitada representatividade. Em 1904, o Partido Nacionalista elege apenas um deputado, António Peixoto Correia, pelo círculo de Braga[831]; a eleição deste deputado é, porém, fruto de um acordo com o Partido Progressista de José Luciano de Castro[832]. Na eleição seguinte, em 1905, os Nacionalistas mantêm a eleição de António Peixoto Correia por Braga, e conseguem também a de António Homem de Gouveia, pelo círculo do Funchal[833]. A vitória só terá sido possível porque Jacinto Cândido tinha aderido ao pacto formado pelos Regeneradores e pelos Dissidentes Progressistas contra José Luciano de Castro e João Franco[834]. Em Abril de 1906, graças a novo acordo com Hintze Ribeiro, os Nacionalistas conseguem o seu melhor resultado de sempre, elegendo 6 deputados[835]. Mas, poucos meses depois, quando João Franco pediu a dissolução das Cortes e foram organizadas novas eleições, os Nacionalistas só conseguiram eleger um deputado, António Homem de Gouveia, pelo Funchal[836].

Se em 1906 o Partido Nacionalista se opôs ao governo de João Franco, por o considerar quase «jacobino», em 1907, quando este entrou em ditadura, os Nacionalistas passaram a apoiá-lo, por o considerarem então conservador como eles mesmos[837]. Terá, inclusive, sido assinado um acordo eleitoral entre o governo e os Nacionalistas, que ficou sem efeito devido aos acontecimentos de 1 de Fevereiro de 1908[838]. O regicídio e o fim do Franquismo conduziram os Nacionalistas – tal como todos os outros partidos – a um momento de desorientação, pelo que nas eleições de 1908 só conseguiram eleger um deputado, Alberto Pinheiro Torres, pelo círculo de Braga[839]. E nas eleições que se realizaram em Agosto de 1910, e que não chegaram a ser confirmadas, porque a abertura das Cortes foi adiada para Dezembro, os Nacionalistas

[830] RAMOS, 1994, p. 259.
[831] SILVA, 1996, p. 107.
[832] RAMOS, 1994, p. 259.
[833] SILVA, 1996, p. 108.
[834] RAMOS, 1994, p. 259.
[835] Os eleitos foram Manuel Duarte Guimarães Pestana da Silva, por Viana do Castelo, António Peixoto Correia, por Braga, José Joaquim de Morais de Miranda, por Vila Real, o general Hugo de Lacerda Castelo Branco, por Viseu, José Fernando de Sousa, que escrevia no *Correio Nacional* com o pseudónimo de Nemo, por Setúbal, e António Homem de Gouveia, pelo Funchal. SILVA, 1996, p. 108.
[836] SILVA, 1996, p. 109.
[837] SILVA, 1996, p. 66; RAMOS, 1994, p. 259.
[838] *Diário Popular*, 10 de Dezembro de 1907, p. 2.
[839] SILVA, 1996, p. 109.

teriam conseguido 3 deputados[840]. Jacinto Cândido ter-se-ia desinteressado da política, considerando delegar a liderança do partido em Alberto Pinheiro Torres[841]. Mas, segundo consta, quando se deu a implantação da República, em 1910, "andava a congeminar forma de se ligar aos republicanos"[842].

O Partido Nacionalista, como apontou Amaro Carvalho da Silva, foi o "D. Quixote da cena política portuguesa" do início do século XX[843]. Apesar de ser uma organização partidária apoiada num movimento social bastante significativo, tinha fragilidades internas que limitavam a sua acção, e que, mais cedo ou mais tarde, iriam provocar o seu fim. Quanto a Jacinto Cândido, a sua relação com os Nacionalistas foi de aproveitamento mútuo: Cândido liderou um movimento que já existia antes da sua entrada, que escapava ao seu controlo em muitos momentos, e que essencialmente beneficiava com a sua experiência política; mas, por outro lado, usou esse movimento para ganhar visibilidade política e poder liderar um partido, coisa que muito dificilmente iria acontecer se se tivesse mantido no Partido Regenerador.

Quanto ao impacto da dissidência Nacionalista no Partido Regenerador, foi significativamente menos gravoso do que o sentido em relação a João Franco e ao Partido Regenerador Liberal. Jacinto Cândido não tinha um círculo de seguidores tão extenso e fiel entre os Regeneradores como João Franco tivera, e o processo da sua saída do partido não decorreu de forma tão agitada e polémica. Provas disso são não apenas a relação cordial que manteve com Hintze Ribeiro, como vimos anteriormente, mas também os acordos eleitorais que os Nacionalistas fizeram com os Regeneradores para obter lugares no Parlamento, como ocorreu nas eleições de Abril de 1906. O Partido Nacionalista pareceu, em suma, competir num campeonato próprio, com bons apoios regionais e uma estrutura local extensa graças à ligação ao movimento católico, mas sem conseguir obter resultados significativos no panorama político nacional.

2.7. Os dois Partidos Regeneradores do fim da Monarquia

[840] Os deputados Nacionalistas que não chegaram a tomar posse eram Alberto Pinheiro Torres, por Braga, Luís Gonzaga de Assis Teixeira de Magalhães, pelo Porto, e José Correia de Mendonça, por Castelo Branco; *Comércio do Porto*, 30 de Agosto de 1910, p. 1.
[841] SILVA, 1963, p. 35-37.
[842] RAMOS, 1994, p. 259.
[843] SILVA, 1996, p. 63.

Se o Partido Regenerador se encontrava em dificuldades desde a viragem do século, a morte de Hintze Ribeiro em 1907 veio trazer-lhe a sua última fase de fragmentação. O carácter inesperadamente público da situação aumentou ainda mais o seu impacto político e social. No dia 1 de Agosto de 1907, Hintze Ribeiro foi acompanhar o funeral do 2º Conde de Casal Ribeiro, José Frederico, seu amigo de infância. Pela respeitabilidade da situação, Hintze envergava o pesado fato de par do Reino, conhecido pela sua gola de pêlo de arminho[844]. Eram-lhe conhecidos os problemas do foro cardíaco que, inclusive, o tinham levado a viajar para o estrangeiro pouco tempo antes em tratamento[845]. Devido a esses problemas de saúde, e ao calor que se fazia sentir naquela tarde de Verão, Hintze Ribeiro sucumbiu a um fulminante ataque cardíaco, ainda dentro do recinto do cemitério do Alto de São João[846]. Foi de imediato amparado por outros indivíduos que com ele se encontravam, entre eles o médico José Belo, e que rapidamente verificaram que Hintze tinha falecido. O corpo foi depois transportado para a sua casa na Rua de São Bento, onde a família recebeu a trágica notícia[847].

Hintze atingira, entre os políticos da época, um nível de prestígio significativo: para além da sua longa carreira parlamentar e ministerial, era membro do Conselho de Estado e recebera de Afonso XIII de Espanha a condecoração honorífica do Tosão de Ouro, uma distinção praticamente reservada a titulados[848]. A aura de rigor e dignidade que sempre prezara atingira o seu auge em 1900, quando se tornara em simultâneo o chefe oficial do Partido Regenerador e o líder do governo. Mas enfrentava um ambiente político muito diferente daquele em que outras grandes individualidades tinham vivido, e o seu nome nunca chegou a ter uma aura semelhante ao de Fontes Pereira de Melo.

As ondas de choque da morte de Hintze Ribeiro começaram a sentir-se de imediato, e haveriam de se estender até ao fim da monarquia. À partida não existia um herdeiro visível para a liderança Regeneradora. Vários nomes se perfilavam como possibilidades, pelo que apenas dois dias depois da morte de Hintze foi formada uma comissão executiva encarregue de preparar a assembleia geral do partido, presidida por Luís Pimentel Pinto, e composta por António de Azevedo Castelo Branco, António

[844] *Novidades*, 2 de Agosto de 1907, p. 1.
[845] ANDRADE, 1929, p. 132.
[846] *O Popular*, 2 de Agosto de 1907, p. 1.
[847] *Novidades*, 1 de Agosto de 1907, p. 1.
[848] ALMEIDA e CLUNY, 2004, vol. III, pp. 448-452.

Teixeira de Sousa, Artur de Campos Henriques e Wenceslau de Lima[849]. Destes, apenas António de Azevedo Castelo Branco parecia não acalentar ambições de atingir a liderança dos Regeneradores, apesar de ser considerado por alguns como o mais indicado para a sucessão de Hintze[850]. Mesmo dentro da comissão existia uma clara divergência, entre Campos Henriques e Teixeira de Sousa, que se começara a formar ainda no governo de 1900: "fazem um ao outro a maior guerra que podem"[851]. Até Jacinto Cândido, fora do partido há vários anos, se gabava de ter sido convidado para líder dos Regeneradores depois da morte de Hintze[852]. A escolha não se adivinhava fácil.

Para além disso a conjuntura política também tinha mudado muito. Hintze detivera o poder entre 1900 e 1904, mas a sua relação com o rei deteriorara-se. Tinha-lhe sucedido um governo presidido pelo velho José Luciano de Castro, que se encontrava preso em casa devido ao seu estado de saúde; os Progressistas enfrentavam também uma crise de influências, que iria culminar com a Dissidência de José Maria de Alpoim em Maio de 1905. Hintze ainda regressara ao poder em 1906, mas apenas durante dois meses: para além dos ataques dos Republicanos, enfrentava também a coligação de Progressistas e Regeneradores Liberais, a Concentração Liberal, que serviria para fazer frente a um suposto Partido Conservador de Regeneradores e Nacionalistas[853]. Como se isto não bastasse, dentro do governo as intrigas e as divergências aumentavam, e alguns cronistas da época apontam responsabilidades aos ministros na queda do executivo[854].

Depois da demissão do governo Regenerador correram rumores de que o rei iria dar posse a um governo extra-partidário, liderado por José Dias Ferreira ou Júlio de Vilhena, mas o escolhido acabou por ser João Franco, que contava com o apoio dos Progressistas[855]. Era um momento político diferente que se abria, o fim definitivo do «Rotativismo». D. Carlos queria "uma revolução a partir de cima", para evitar "uma

[849] *O Popular*, 6 de Agosto de 1907, p. 1.
[850] VILHENA, 1916, vol. I, p. 350; SOUSA, 1917, vol. II, p. 129.
[851] MARQUES e LOURO, 1980, pp. 207 e 212, cartas de José Maria Raposo do Amaral a Montalverne de Sequeira de 19 de Fevereiro e 19 de Março de 1903.
[852] SILVA, 1963, p. 54.
[853] RAMOS, 2006 (a), p. 257.
[854] SCHWALBACH, 1944, pp. 235-236.
[855] Recorde-se que Vilhena se afastara dos Regeneradores desde 1900, por considerar que não era adequado que Hintze, que fora seu colega universitário e de governo, fosse seu chefe; VILHENA, 1916, vol. I, p. 344.

revolução vinda de baixo", e para isso precisava de reformular a política[856]. Convidar João Franco para o governo foi a parte principal desse plano. Chegados a 1907, quem se encontrava no poder era João Franco e, desde Maio desse ano, com as Cortes encerradas.

As movimentações para a escolha de um novo líder começaram logo nas cerimónias fúnebres de Hintze: segundo Eduardo Schwalbach, Teixeira de Sousa abordou-o durante o velório, perguntando-lhe «Posso contar consigo?»[857]. Alguns marechais Regeneradores terão tentado obter o favor do rei, o que aumentava a probabilidade de serem eleitos, mas quando Pimentel Pinto o questionou nesse sentido, D. Carlos "declarou-se desinteressado"[858]. O funeral de Hintze foi muito concorrido, e uma vista de olhos pela assistência basta para perceber que os tempos estavam realmente a mudar: os discursos nas cerimónias foram feitos pelos protagonistas dos três anos seguintes, como Teixeira de Sousa, Pimentel Pinto, José Maria de Alpoim, Campos Henriques, Sebastião Teles e Wenceslau de Lima[859].

Se a sucessão de Hintze representa uma inovação no partido, por ter sido convocada pela primeira vez uma assembleia-geral, não deixa, contudo, de revelar o papel que os grandes nomes e as influências tinham. Foi formada uma comissão executiva do partido e o seu presidente, Luís Pimentel Pinto, contactou Júlio de Vilhena, argumentando pela importância da sua candidatura[860]. Segundo Pimentel Pinto, falando em nome dos principais «marechais» do partido, Vilhena era o último dos políticos que convivera com Fontes Pereira de Melo ou António Rodrigues Sampaio, e que, por isso, poderia ter uma influência benéfica no partido naquele momento tão sensível[861]. Anos mais tarde Vilhena colocava a situação nestes termos: "O partido regenerador estava atravessando uma crise pavorosa. Ninguem se entendia. Só eu o poderia salvar aceitando a chefia. (…) Afigurava-se-me que, unido o partido regenerador, eu puderia salvar o regimen monarchico, realisando um programa

[856] RAMOS, 2006 (a), p. 226, carta de D. Carlos para o príncipe Alberto do Mónaco de 2 de Fevereiro de 1907.
[857] SCHWALBACH, 1944, p. 260.
[858] SOUSA, 1917, vol. I, p. 13.
[859] *Novidades*, 3 de Agosto de 1907, p. 1.
[860] A comissão era formada por Luís Pimentel Pinto, António de Azevedo Castelo Branco, Alberto Campos Henriques, Wenceslau de Lima e António Teixeira de Sousa. Pimentel Pinto não era considerado, no meio político, como especialmente sagaz, e a ideia de convidar Júlio de Vilhena ter-lhe-á sido sugerida por Rodrigo Pequito; MARTINS, s.d., p. 374.
[861] VILHENA, 1916, vol. I, pp. 350-351.

largamente liberal e evitando com ele a revolução iminente"[862]. Mas o mais provável é Vilhena ter sido um peão numa intriga que o ultrapassava. Segundo Rocha Martins, Vilhena era o «*tertius gaudet*», o elemento externo que beneficiava com a situação, escolhido para evitar o desmembramento do partido, e não "com a consciencia do alto valor do émulo de Hintze"[863].

A 31 de Agosto de 1907, Vilhena recebeu a informação de que todos os marechais do Partido Regenerador, excepto um, aceitavam a sua candidatura a líder do partido. A excepção era Teixeira de Sousa, que também se candidatava[864]. Os membros da comissão executiva disputavam entre si influências, e queriam evitar a eleição dos restantes[865]. Teixeira de Sousa viria depois a recuar na sua candidatura, e diria até, anos mais tarde, que acreditava que o verdadeiro herdeiro político de Hintze era António de Azevedo Castelo Branco[866]. A candidatura de Júlio de Vilhena terá sido a forma encontrada por Pimentel Pinto, Campos Henriques e Wenceslau de Lima para retirar espaço de manobra a Teixeira de Sousa, não deixando também que o partido se fragmentasse por completo[867]. Raúl Brandão tinha precisamente essa opinião: "Escolheram-no para chefe numa ocasião em que nenhum dos outros o podia ser, mas atrás dele estava a tenacidade do Teixeira de Sousa, a politiquice de Campos Henriques, e a astúcia de Venceslau"[868]. Era, no fundo, a repetição da estratégia de Lopo Vaz e Hintze Ribeiro em 1887, quando lançaram António de Serpa contra Barjona de Freitas: 20 anos depois, a política Regeneradora fazia-se em moldes semelhantes.

Mas o clima foi menos de eleição e mais de aclamação: na abertura, Pimentel Pinto, presidente da mesa, informou que se iria proceder à eleição através da chamada dos votantes por ordem alfabética. Teixeira de Sousa, porém, solicitou a palavra para retirar a sua candidatura e pedir a aclamação de Júlio de Vilhena, o que os presentes terão feito com entusiasmo. Face a isto, Pimentel Pinto deu Vilhena como eleito sem proceder a qualquer votação, considerando-o escolhido por aclamação[869].

---

[862] VILHENA, 1916, vol. I, pp. 351 e 361.
[863] MARTINS, s.d., p. 377.
[864] SOUSA, 1917, vol. II, p. 127.
[865] VILHENA, 1916, vol. I, p. 350; SOUSA, 1917, vol. II, p. 129.
[866] *O Popular*, 8 de Outubro de 1907, p. 1; *Novidades*, 11 de Outubro de 1907, p. 1; SOUSA, 1917, vol. II, p. 129.
[867] SOUSA, 1917, vol. II, p. 129; RAMOS, 2006 (a), p. 280.
[868] BRANDÃO, 2017, p. 232. Note-se que Raúl Brandão não identifica nenhuma qualidade em Pimentel Pinto, sobre quem chegou a afirmar que era um "pobre e inculto"; BRANDÃO, 2017, p. 231.
[869] *O Século*, 13 de Outubro de 1907, pp. 1-2.

Até a oposição mais radical se mostrou benévola com o novo líder Regenerador: o *Século*, principal folha republicana, saudava a escolha dos Regeneradores, e garantia que "um governo do sr. Julio de Vilhena não pode deixar de ser rasgadamente liberal"[870]. Vilhena acreditava que "a ideia de El-Rei era fazer dois partidos: um conservador sob a direcção de João Franco, outro liberal conservador sob a minha direcção"[871]. Talvez por isso, Vilhena não deu o devido valor a José Luciano de Castro: apesar de doente, José Luciano continuava a ser uma figura com grande importância, e com uma experiência sem igual nas artes da intriga política. Vilhena aproximou-se de José Luciano, contando com o apoio dos Progressistas para combater a ditadura Franquista, mas não se preparou para os bastidores da política.

As páginas do jornal *Popular* eram agora o espaço preferido de Vilhena para lançar os seus ataques a João Franco e a D. Carlos. Foi lá que fez avisos que haveriam de se tornar premonitórios poucos meses mais tarde: em Outubro de 1907, falando sobre a ditadura Franquista, disse "Isto termina fatalmente por um crime ou por uma revolução"[872]; um mês depois afirmou que "o sr. João Franco dá a escolher uma das duas formas de governo: absolutismo ou republica" [873]. No dia seguinte o *Popular* já não foi publicado. Regressou a 4 de Dezembro: recuperava o título de *Diário Popular*, e contava com José de Azevedo Castelo Branco como director, substituindo Augusto César Claro da Ricca e Carlos Mariano de Carvalho[874]. Quando regressou às bancas, o *Diário Popular* dava conta da viagem que o líder dos Regeneradores tinha feito ao Norte do país, e de como ele e Campos Henriques tinham sido bem recebidos no Porto[875].

No fim do ano de 1907 as esperanças de Regeneradores e Progressistas foram finalmente despedaçadas. O rei deu uma entrevista ao jornalista Joseph Galtier, publicada no periódico francês *Le Temps*, em que afirmava que ele e o seu governo fariam eleições quando entendessem, e que não se deixariam pressionar pelos outros partidos. A famosa «entrevista Galtier» caiu como uma bomba entre a oposição, que

[870] *O Século*, 13 de Outubro de 1907, p. 1.
[871] VILHENA, 1916, vol. I, p. 369.
[872] *O Popular*, 20 de Outubro de 1907, p. 1.
[873] *O Popular*, 20 de Novembro de 1907, p. 1.
[874] *Diário Popular*, 4 de Dezembro de 1907, p. 1. Algo semelhante tinha já acontecido ao *Novidades*, que estivera suspenso entre 4 e 18 de Setembro por ordem judicial, e que regressara às bancas sem Barbosa Colen como director; *Novidades*, 18 de Setembro de 1907, p. 1.
[875] *Diário Popular*, 4 de Dezembro de 1907, p. 1.

estava a organizar uma manifestação para 2 de Janeiro de 1908[876]. Entretanto, também o *Correio da Noite*, dos Progressistas, foi suspenso, e a agitação que se vivia em Lisboa chegou ao ponto de ocorrerem explosões[877]. Por fim, as eleições foram convocadas para Abril do ano seguinte, tendo o governo todo o espaço de manobra para «montar» um partido da forma como estes efectivamente eram utilizados em ambiente eleitoral: através do Ministério do Reino, distribuindo cargos e favores, negociando o apoio dos caciques locais; era "o gentio que vinha do mato á vassalagem", nas palavras de Tomás de Melo Breyner, médico do rei[878].

A 8 de Dezembro tanto o Partido Regenerador como o Partido Progressista realizaram assembleias para debater a situação política do país e as medidas a tomar face à ditadura[879]. Segundo a imprensa Regeneradora, no Palácio da condessa da Ega, na Rua da Junqueira, tinham estado 238 apoiantes do partido identificados, e ainda "muitas centenas de outras pessoas cujos nomes nos não ocorrem"[880]. E os Regeneradores faziam exigências: "Nós, o partido regenerador, queremos uma reforma radical da nossa constituição (…) modificando attribuições, marcando especialmente os termos da dissolução das camaras, fixando o prazo para eleições, depois da dissolução, estabelecendo penas graves ao poder judicial"; o Partido Regenerador tinha de fazer tudo isto, "porque, se não o fizer, é um partido que se dissolve e que morre, e o partido regenerador não há de morrer, nem dissolver-se"[881].

Júlio de Vilhena mostrava ter alguma consciência da frágil situação interna do seu partido, mas estava possivelmente iludido sobre a sua própria capacidade de liderança: achava que os marechais do partido iam respeitá-lo como chefe, e não o desafiar. Por outro lado, confiou demasiado em José Luciano de Castro: "entregou a direcção do partido regenerador nas mãos de José Luciano, juntando-se-lhe na campanha já lançada contra João Franco e contra o Rei"[882]. Vilhena contribuía, assim, ainda que sem intenção, para o desprestígio da figura do rei e da própria monarquia.

[876] VILHENA, 1916, vol. I, p. 393.
[877] RAMOS, 2006 (a), p. 284; VILHENA, 1916, vol. I, p. 403.
[878] BREYNER, 2004, p. 24.
[879] *Diário Popular*, 10 de Dezembro de 1907, pp. 1-2, e 11 de Dezembro de 1907, pp. 1-2.
[880] *Diário Popular*, 11 de Dezembro de 1907, p. 2. Note-se que entre os nomes identificados encontravam-se diversos que tinham também estado presentes na assembleia-geral de 12 de Outubro anterior; *O Popular*, 13 de Outubro de 1907, p. 2.
[881] *Diário Popular*, 10 de Dezembro de 1907, p. 1.
[882] SOUSA, 1917, vol. I, p. 17.

Dentro do Partido Regenerador o ambiente não tinha melhorado. Apesar da eleição do novo chefe, a luta de influências mantinha-se. Júlio de Vilhena parecia ter uma preferência por Campos Henriques, que considerava "fino, maleavel, muito suave". Parecia a Vilhena a pessoa indicada para o substituir "quando as circunstancias determinassem um rompimento com Teixeira de Sousa" – o que lhe parecia provável[883]. Era, no fim de contas, o seu principal apoiante, em conjunto com António de Azevedo Castelo Branco. Em simultâneo, Vilhena temia Teixeira de Sousa, que acusava de ter "conferencias ocultas" com João Franco, para herdar a chefia dos Regeneradores Liberais[884]. E não se enganava tanto assim: as reuniões ocorriam realmente, não só entre Franco e Teixeira de Sousa, mas também com Wenceslau de Lima, e eram até patrocinadas pelo monarca[885]. O objectivo era a acalmação. Não sabendo do sucedido, Vilhena desconfiava de Teixeira de Sousa e de João Franco e encarava-os como a principal ameaça aos Regeneradores; mantinha-se, por isso, mais próximo de Campos Henriques e de José Luciano de Castro.

A 11 de Janeiro de 1908 os marechais do Partido Regenerador reuniram-se para discutir a acção partidária nas eleições de Abril. Estiveram presentes António de Azevedo Castelo-Branco, Luís Pimentel Pinto, Campos Henriques, Teixeira de Sousa, Wenceslau de Lima, Matoso Santos, Manuel Francisco Vargas, o conde de Paçô Vieira e Rodrigo Pequito; Rafael Gorjão também foi convocado, mas não pode comparecer. Segundo a imprensa Regeneradora, a reunião tinha servido para dar um voto de confiança ao chefe do partido[886]. Mas Vilhena não encarou a situação dessa forma. Logo na abertura da reunião, para surpresa de Vilhena, Pimentel Pinto tomou-lhe a palavra e propôs a criação de uma comissão para tratar dos assuntos eleitorais. Vilhena não gostou, "formando desde logo o proposito de, ali mesmo, no caso de esta ser aprovada, resignar o meu logar de chefe. Que eu propuzesse a comissão, se a julgasse conveniente, compreendia-se; que m'a impuzessem, sem ao menos consulta minha, era exautoração que não permitia"[887]. António de Azevedo saiu em defesa do chefe, considerando que só este podia tomar semelhantes decisões em nome do partido. Vilhena, segundo as suas memórias, terá percebido a mensagem: "Eu conclui de mais aquele facto que os meus correligionarios não tinham chefe por muito tempo. Ou chefe

[883] VILHENA, 1916, vol. I, p. 358.
[884] VILHENA, 1916, vol. I, p. 404.
[885] RAMOS, 2006 (a), pp. 284-285.
[886] *Diário Popular*, 12 de Janeiro de 1908, p. 1.
[887] VILHENA, 1916, vol. I, p. 413.

a valer ou nada"[888]. Os Regeneradores decidiram que iam combater a ditadura de João Franco nas urnas, mas o destino trocou-lhes as voltas. Quando as eleições finalmente se realizaram, João Franco já não estava no governo, mas o rei D. Carlos também já não estava no trono.

Durante o mês de Janeiro correram rumores de que se estava a preparar um golpe revolucionário, aos quais o governo respondeu com mandados de prisão de várias figuras célebres do movimento Republicano: João Chagas, António José de Almeida, Afonso Costa ou o visconde de Ribeira Brava[889]. Tentaram ainda prender José Maria de Alpoim, mas este escondeu-se em casa de Teixeira de Sousa, de quem era grande amigo, saindo depois para o estrangeiro[890]. O clima político e social atingira níveis sem precedentes, e o principal prejudicado era o rei: nesse mês de Janeiro de 1908 tinha sido colocado à venda um livro, *O Marquês da Bacalhoa*, no qual o jornalista António de Albuquerque se entretinha a satirizar a Família Real e diversos políticos, incluindo João Franco, e onde eram feitas considerações polémicas sobre a vida pessoal de D. Carlos e de D. Amélia[891]. O clima social e político já não era o mesmo que recebera as caricaturas com que Bordalo Pinheiro mimava Fontes Pereira de Melo e o rei D. Luís. A 31 de Janeiro foi assinado o decreto que definia a expulsão do país para os acusados de crimes que punham em causa os interesses do Estado, entre os quais se incluíam os Republicanos anteriormente referidos, alguns dos quais deputados. Terá sido esta a "causa próxima" do regicídio, ocorrido no dia seguinte[892].

A resposta política ao regicídio foi a formação de um governo «de acalmação» liderado pelo contra-almirante Joaquim Ferreira do Amaral. A ideia de propor Ferreira do Amaral para chefe do governo partira de José Luciano de Castro, que lançara a sugestão na reunião do Conselho de Estado convocada de emergência no dia 2 de Fevereiro. O governo de acalmação era composto por uma mistura de Regeneradores, Progressistas e independentes: Campos Henriques e Wenceslau de Lima, na Justiça e nos Negócios Estrangeiros, eram Regeneradores; Manuel Afonso Espregueira e Sebastião Teles, na Fazenda e na Guerra, eram Progressistas; e, finalmente, Calvet de Magalhães e Augusto de Castilho, nas Obras Públicas e na Marinha e Ultramar, eram dois militares próximos de Ferreira do Amaral. Com o apoio tanto de Regeneradores

[888] VILHENA, 1916, vol. I, pp. 413-414.
[889] PROENÇA, 2008, p. 33.
[890] SOUSA, 1912, pp. 58-61.
[891] ALBUQUERQUE, 2008.
[892] PROENÇA, 2008, p. 33.

como de Progressistas, e tendo em conta que os Regeneradores Liberais estavam temporariamente afastados da ribalta, o governo parecia ter um futuro promissor. Revogou vários decretos do tempo de João Franco, entre eles a lei de imprensa, e permitiu que os principais jornais voltassem à publicação habitual. Procedeu ainda à libertação dos envolvidos no falhado golpe de 28 de Janeiro. Mas a bonança não durou.

José Luciano defendia a permanência de Ferreira do Amaral no poder principalmente para bloquear a passagem a Júlio de Vilhena e evitar uma derrota para os Progressistas. Quando a atitude do governo deixou de lhe agradar, focou-se no rei: "A crise, se vier, e quando vier, deve sair do seio do govêrno, por desacôrdo entre os ministros. Vossa Majestade só deve aceitar as responsabilidades, que segundo a letra e o espírito da Constituição não possa, nem deva evitar"[893]. José Luciano acabou mesmo por se virar contra o governo, achando que Ferreira do Amaral queria parecer muito «liberalão», e que dava aos Republicanos tudo o que eles queriam[894]. Era precisamente isso que Ferreira do Amaral parecia estar a fazer, procurando agradar aos Republicanos para precaver novas tragédias, afrouxando a agressividade das leis dos anos de Franco, e evitando as demonstrações de apoio ao Rei na capital: em Novembro de 1908, Ferreira do Amaral viajou com D. Manuel pelo Norte do país, onde este foi recebido com entusiasmo – não só por verdadeira dedicação da população, mas também porque os ministros Campos Henriques e Wenceslau de Lima seguiram com o cortejo, e era conhecida a sua influência política na região do Porto[895]. Mas, à chegada a Lisboa, fez questão de que o monarca viajasse num veículo fechado, para não provocar os Republicanos[896].

Dentro do Partido Regenerador os ânimos estavam cada vez mais exaltados. Depois das eleições Campos Henriques decidiu separar-se de vez, levando consigo 21 deputados[897]. Algum tempo depois Teixeira de Sousa e Pimentel Pinto anunciaram na Câmara dos Pares que se encontravam em oposição ao governo[898]. Enquanto tudo isto acontecia Júlio de Vilhena via a sua liderança cada vez mais enfraquecida: "A situação ia-se tornando cada dia mais deprimente para mim e para o partido regenerador"[899]. Vilhena queixava-se de não ser respeitado dentro do seu próprio partido: "As divisões

[893] *Documentos políticos…*, 1915, p. 21, carta de José Luciano de Castro de 1 de Setembro de 1908.
[894] *Documentos políticos…*, 1915, p. 28, carta de José Luciano de Castro de 6 de Outubro de 1908.
[895] PROENÇA, 2008, p. 68.
[896] RAMOS, 1994, p. 347.
[897] RAMOS, 2004, vol. II, pp. 406-413.
[898] VILHENA, 1916, vol. II, pp. 107-109.
[899] VILHENA, 1916, vol. II, pp. 126-127.

no partido não se concertavam. Longe d'isso, as rivalidades continuavam, e o chefe, livremente eleito, era tratado de tal modo que nem lhe consentiam que elegesse deputado o proprio filho!"[900]. José Luciano de Castro aproveitava para reforçar a sua posição e avisava o rei que "o partido regenerador está a desconjuntar-se", e que um governo de Júlio de Vilhena seria um desastre[901].

Nos meses seguintes Júlio de Vilhena fez várias tentativas de convencer D. Manuel II a chamá-lo para formar governo. Primeiro, referia que não lhe seria possível aceitar um ministério presidido por outro membro do Partido Regenerador: "dentro do partido regenerador sómente eu posso presidir a uma situação, porque sómente eu posso congregar os elementos que se combatem. Outra qualquer presidência seria para mim um enorme desgôsto, e desde logo declinaria a chefia do partido, indo com os que me seguissem para a maior oposição possível"[902]. Depois mostrou-se magnânimo e propôs várias soluções para a crise política: "1.ª um ministério regenerador sob a minha presidência, como chefe do partido, dando os progressistas o suficiente apoio parlamentar para passarem a lei eleitoral e a reforma constitucional e algumas medidas urgentes de fazenda; 2.ª um ministério progressista, presidido pelo seu chefe ou na sua impossibilidade por um seu partidário, ao qual o partido regenerador daria igual apoio; 3.ª um govêrno mixto sob a minha presidência, composto dos elementos mais fortes dos dois partidos, regenerador e progressista, encarregado de resolver as questões mais urgentes e em cuja demora corre perigo até a administração autonómica do país, porque não me repugna crer que, empenhado o nosso último recurso, pode vir uma intervenção estrangeira"[903]. Vilhena sabia que José Luciano de Castro estava bastante debilitado, o que, acreditava ele, aumentava as suas probabilidades de chegar ao poder. Para além disso, informava o rei que "Uma parte do partido regenerador está cansada de aturar a concentração e atacará o governo"[904].

Vilhena considerava que D. Manuel não tinha as qualidades necessárias para desempenhar uma função tão cheia de responsabilidades, e culpava o rei por não se inclinar mais para ele: "não era um rei para a luta. Era um fraco. Também não tinha consciência de opiniões. Versátil e inconstante, boiava à mercê de todas as vontades,

[900] VILHENA, 1916, vol. II, p. 68.
[901] *Documentos políticos…*, 1915, pp. 21-22, carta de José Luciano de Castro de 1 de Setembro de 1908.
[902] *Documentos políticos…*, 1915, pp. 20-21, carta de Júlio de Vilhena de 31 de Agosto de 1908.
[903] *Documentos políticos…*, 1915, p. 42, carta de Júlio de Vilhena de 16 de Novembro de 1908.
[904] *Documentos políticos…*, 1915, pp. 42-43, carta de Júlio de Vilhena de 16 de Novembro de 1908.

sem jamais ancorar num verdadeiro desígnio"[905]. O que Vilhena parecia não compreender era a influência que os dissidentes do Partido Regenerador tinham dentro do Paço, e até que ponto isso lhes poderia garantir o poder.

Quando o executivo de acalmação perdeu a eleição municipal de Lisboa para os Republicanos, em Dezembro de 1908, Vilhena escreveu ao rei a comunicar que a partir daquele momento os Regeneradores retiravam o apoio ao governo de Ferreira do Amaral. Segundo Vilhena "O modo como o govêrno procedeu na eleição de Lisboa, deixando que o govêrno local do município caísse inteiramente nas mãos dos adversários das instituições, a situação consequentemente criada e que tende a agravar-se, a falta de confiança que me inspira na solução da questão financeira determinaram-me a praticar êste acto. Foi intenção dêle servir a Vossa Majestade com a dedicação que por todos os motivos lhe devo" [906]. Em comentário, José Luciano de Castro dizia ao rei no dia seguinte que "a respeito da carta do Júlio de Vilhena devo dizer a Vossa Majestade que me não surpreendeu, porque ando tam habituado aos seus disparates que todos os dias espero um maior"[907]. O velho chefe Progressista contava ainda a D. Manuel que recebera um emissário de Vilhena que lhe propunha derrubar o governo de Ferreira do Amaral e dividir o executivo entre Progressistas e Regeneradores: 3 pastas para os primeiros, 4 para os segundos, sendo que Vilhena ficava com a Presidência. José Luciano de Castro terminava dizendo ao rei que a atitude de Vilhena se devia à "exclusiva e doentia ambição de ser presidente de conselho, ainda que seja por alguns dias!"[908].

Os Progressistas continuaram a apoiar o governo, principalmente porque assim impediam Vilhena de chegar ao poder[909]. No fim desse mês, face ao agravamento da situação, foi decidido pelos conselheiros de Estado aceitar a demissão de Ferreira do Amaral e formar um novo executivo. Júlio de Vilhena deve ter pensado que chegara finalmente o seu momento. Chegou mesmo a dizer a D. Manuel que tinha o apoio dos Progressistas para presidir a um governo de concentração[910]. Mas enganou-se. O rei pretendia um governo de concentração partidária mas, para isso, convidou Francisco Veiga Beirão e Sebastião Teles, pelos Progressistas, e António de Azevedo Castelo

[905] VILHENA, 1916, vol. II, p. 386.
[906] *Documentos políticos…*, 1915, p. 43, carta de Júlio de Vilhena de 7 de Dezembro de 1908.
[907] *Documentos políticos…*, 1915, p. 44, carta de José Luciano de Castro de 8 de Dezembro de 1908.
[908] *Documentos políticos…*, 1915, p. 44, carta de José Luciano de Castro de 8 de Dezembro de 1908.
[909] PROENÇA, 2008, p. 57.
[910] *Documentos políticos…*, 1915, p. 47, carta de Júlio de Vilhena de 19 de Dezembro de 1908.

Branco, pelos Regeneradores. Foi nessa altura que as facções Regeneradoras se puseram em marcha. D. Manuel tinha uma preferência pessoal por Wenceslau de Lima, que era tão próximo do monarca que até lhe escrevia os rascunhos das cartas para José Luciano[911]. Mas José Luciano preferia Campos Henriques, porque sabia que este tinha maiores apoios entre os Regeneradores e que, assim, acelerava a cisão que há vários meses vinha sendo anunciada, provocando a queda de Júlio de Vilhena[912]. Quando o rei optou por Campos Henriques, Vilhena ficou furioso, não só com o próprio Campos Henriques, mas com José Luciano e com o rei: "Estava aberta e declarada a scisão dentro do partido regenerador com o agrado de El-Rei que a propunha em lista triplice, e não menos prazer do chefe do partido contrario que a escolhia!"[913].

O governo de Campos Henriques era fruto de uma manobra de José Luciano, pelo que contava com o apoio do Partido Progressista: a imprensa, fazendo uso da alcunha de Campos Henriques, o «lírio pendente», dizia que este pendera definitivamente para a rua dos Navegantes, morada de José Luciano[914]. A influência do líder Progressista na desagregação interna do Partido Regenerador seria, aliás, fulcral[915]. Os Regeneradores não se pouparam em palavras para atacar o novo governo: era um «golpe de estado», era o «ministério dos trinta dinheiros», e Campos Henriques era "o mais destoutiçado mediocre que os singulares acasos da politica têem levado a alto logar"[916]. Vilhena sentia a manobra como uma traição pessoal. Em carta ao rei, Vilhena pediu de imediato a exoneração do cargo de Conselheiro de Estado, porque "a constituição dum govêrno sob a presidência dum homem do meu partido representava uma scisão dentro do partido regenerador que me elegeu para seu chefe, e uma exautoração para mim como homem e como estadista"[917]. Terminava dizendo "É irrevogável a minha resolução, porque é ditada por um dever de honra pessoal e política a que não posso faltar". D. Manuel tentou então acalmá-lo, prometendo-lhe a presidência do governo assim que possível; Vilhena ficou na expectativa[918].

[911] *Documentos políticos…*, 1915, pp. 67-71.
[912] PROENÇA, 2008, p. 63.
[913] VILHENA, 1916, vol. II, p. 175. O governo era formado por Artur Campos Henriques na Presidência e no Reino, Manuel Afonso Espregueira na Fazenda, D. João de Alarcão na Justiça, Wenceslau de Lima nos Negócios Estrangeiros, António Cabral na Marinha e Ultramar, Sebastião Teles na Guerra, e D. Luís de Castro nas Obras Públicas; ou seja, um misto de henriquistas e Progressistas.
[914] *Novidades*, 2 de Janeiro de 1909, p. 1.
[915] NUNES, 2002, pp. 152-153.
[916] *Diário Popular*, 27 de Dezembro de 1908, p. 1; *Novidades*, 29 de Dezembro de 1908, p. 1.
[917] *Documentos políticos…*, 1915, pp. 51-52, carta de Júlio de Vilhena de 26 de Dezembro de 1908.
[918] PROENÇA, 2008, p. 76.

Vilhena tinha também decidido abandonar a chefia do Partido Regenerador, decisão que comunicara a Teixeira de Sousa em sua casa, na Rua de S. Bento, declarando que este deveria ser o seu substituto. Teixeira de Sousa, percebendo que Campos Henriques tinha, naquele momento, muito mais poder do que ele por se encontrar no governo, tratou de convocar uma assembleia geral do Partido Regenerador, no sentido de demover Vilhena da renúncia[919]. Os apoiantes de Campos Henriques, que se opunham à reunião Regeneradora, fizeram então circular um abaixo-assinado, conhecido ironicamente como «protesto-coupon», através do qual pretendiam demonstrar que Campos Henriques era o legítimo chefe do Partido Regenerador, uma vez que tinha sido chamado a formar governo: "Os abaixo assinados, *membros do partido regenerador*, protestam contra a reunião que se pretende fazer no proximo dia 2 de fevereiro e á qual declaram não comparecer por não considerarem nem regular, *nem util para os interesses partidarios, e para os interesses da Monarchia e do paiz*"[920]. O próprio Campos Henriques não parecia muito preocupado com a situação política nacional: em entrevista a Joaquim Leitão garantia que "dissidencias houve-as sempre, e sempre as há de haver em agrupamentos humanos"[921]. Quanto à divisão dos Regeneradores, Henriques mostrava-se confiante: "o partido regenerador considero eu que está comigo"[922]. Mas o ponto mais interessante dessa entrevista era aquele em que, questionado sobre uma possível mudança de regime num futuro próximo, Campos Henriques afirmava "sabe de alguém que se preocupe hoje com mudanças de regime?"[923]; este desvalorizar da ameaça Republicana, que não era exclusivo de Campos Henriques, acabou por ser uma das causas internas mais importantes da queda da Monarquia.

A assembleia-geral realizou-se no Palácio da Ega, a 2 de Fevereiro de 1909, e servia, segundo os seus organizadores, para mostrar a unidade interna do partido. Vilhena pôs à avaliação dos seus companheiros as acções que havia tomado enquanto chefe do partido, sendo amplamente aplaudido, e apresentou o programa de governo Regenerador. Pretendia definir as atribuições do poder executivo, para evitar ditaduras; limitar as capacidades do poder moderador, para este ser um poder de ponderação e não de intromissão; garantir a independência do poder legislativo; restabelecer os pares

[919] SOUSA, 1912, vol. I, p. 23.
[920] SOUSA, 1912, vol. I, p. 26; VILHENA, 1916, vol. II, p. 195.
[921] LEITÃO, 1910, p. 37.
[922] LEITÃO, 1910, p. 38.
[923] LEITÃO, 1910, p. 39.

electivos; restabelecer o direito de reunião e associação e a liberdade de expressão; dar melhores condições aos operários; desenvolver a instrução; e, finalmente, fazer uma reforma administrativa como a que os Regeneradores tinham implementado em 1878. Sugeriu ainda que fosse formalizada a existência de uma comissão executiva que apoiasse o líder do partido; apesar de sempre ter existido um núcleo de Regeneradores próximos do chefe partidário, esta é a primeira vez que se pondera a criação de um órgão que "auxilie com o seu conselho nos assumptos mais graves da politica geral, e, em especial, no tocante às questões internas do partido"[924].

O advogado João Lopes Carneiro de Moura lançou uma moção onde propunha a criação de uma comissão de propaganda "com sede em Lisboa de que farão parte, além d'um representante de cada jornal do partido, dois ministros d'Estado honorarios, eleitos pela comissão executiva", e que esta deveria actuar em todo o país no sentido de difundir os princípios Regeneradores[925]. Ainda que as propostas tenham sido aprovadas, nenhuma destas iniciativas parece ter produzido resultados antes do fim da Monarquia. Teixeira de Sousa lançou ainda uma moção através da qual os Regeneradores depositavam total confiança no seu líder, e onde se apresentavam em absoluta intransigência com o governo. A moção foi aprovada por aclamação[926]. Reforçava-se assim a luta partidária, e o rei ficava cada vez mais isolado: Vilhena mostrou que não perdoara ao monarca por ter escolhido Campos Henriques, e não esteve presente no beija-mão de Ano Novo de 1909. Dos principais marechais Regeneradores, só assistiram Teixeira de Sousa, Wenceslau de Lima, Pimentel Pinto e Matoso Santos[927].

O passo seguinte foi um encontro entre Vilhena, Teixeira de Sousa e José Maria de Alpoim, para formar uma aliança com a Dissidência Progressista: tratava-se de "um blóco politico com acção commum no parlamento e na imprensa e com distribuição proporcional de pastas no governo que Vilhena formasse, e de cadeiras de deputados na camara que fosse eleita, qualquer viesse a ser o governo que á eleição presidisse"[928]. Segundo os próprios, este acordo entre as duas organizações partidárias teria sido feito com o consentimento e agrado do rei[929]. A iniciativa foi publicamente anunciada na Câmara dos Pares por Júlio de Vilhena a 26 de Março de 1909, ficando claro que se

[924] *Diário Popular*, 3 de Fevereiro de 1909, pp. 1-2.
[925] *Diário Popular*, 3 de Fevereiro de 1909, p. 2.
[926] PROENÇA, 2008, p. 79; *Diário Popular*, 3 de Fevereiro de 1909, p. 2.
[927] ALMEIDA, 2005 (a), p. 91.
[928] SOUSA, 1912, vol. I, pp. 24-25.
[929] VILHENA, 1916, vol. II, p. 239; SOUSA, 1917, vol. II, pp. 155-156.

encontravam em oposição aberta ao governo, e também que se consideravam, enquanto bloco, uma alternativa mais forte que o Partido Progressista[930]. Esta aliança, e o ambiente de tumulto que gerou no parlamento com o objectivo evidente de bloquear os trabalhos, provocaram a demissão do governo de Campos Henriques.

Passaram duas semanas até o monarca conseguir encontrar políticos disponíveis para formar governo: o escolhido foi Sebastião Teles, que se faria acompanhar por Progressistas e henriquistas[931]. Consta que a formação do governo foi decidida em casa de José Luciano, o que dizia muito sobre a influência que o velho político continuava a manter[932]. Mas a vida deste executivo foi ainda mais difícil, porque os tumultos tinham chegado também aos Progressistas: o deputado Regenerador José Caeiro da Mata fizera acusações ao ministro Manuel Afonso Espregueira que os Progressistas consideravam insultuosas, pelo que, cada vez que o deputado ia falar, os Progressistas ausentavam-se da sala. O tom das acusações subiu, e Caeiro da Mata chegou mesmo a defrontar-se em duelo com o líder parlamentar Progressista, Manuel Moreira Júnior[933]. A agitação no Parlamento levou Sebastião Teles a pedir a demissão; aguentara-se no poder durante um mês. Quem não gostou foi José Luciano, que mais uma vez perdera um governo Progressista, e que culpava o rei de não lhe ter concedido a dissolução das Cortes, para poder organizar eleições e recuperar a maioria no Parlamento[934].

D. Manuel decidiu então convocar os líderes dos partidos: pelos Regeneradores, Júlio de Vilhena; Campos Henriques pelos Regeneradores Dissidentes; Jacinto Cândido pelos Nacionalistas; Ferreira do Amaral com o seu grupo de independentes; e Vasconcelos Porto pelos Regeneradores Liberais. Depois de os ouvir decidiu chamar Wenceslau de Lima, "um dos seus maiores amigos", para formar governo[935]. Tratava-se de um governo extra-partidário, composto por amigos de Wenceslau de Lima, vários

[930] *DCP*, 26 de Março de 1909, p. 9.
[931] Sebastião Teles acumulava a Presidência com a Guerra, o ministro do Reino era Alexandre Cabral – irmão de António Cabral –, na Fazenda ficava José Soares Branco, na Justiça o conde de Castro e Sola, D. João de Alarcão transitava do governo anterior para os Negócios Estrangeiros, João de Azevedo Coutinho ficava com a Marinha e Ultramar, e D. Luís de Castro mantinha as Obras Públicas.
[932] RAMOS, 1994, p. 349.
[933] PROENÇA, 2008, p. 81.
[934] *Documentos políticos…*, 1915, pp. 64-66, carta de José Luciano de Castro de 4 de Maio de 1909; RAMOS, 1994, p. 350.
[935] PROENÇA, 2008, p. 84.

deles professores da Escola Politécnica do Porto, onde o próprio Wenceslau dava aulas, e que por isso ficou conhecido como o «governo da Politécnica do Porto»[936].

Wenceslau seguira um caminho tortuoso dentro dos Regeneradores, que parecia estar finalmente a trazer-lhe benefícios: começara como deputado Regenerador no início da década de 1880, transitando depois para a Esquerda Dinástica com a morte de Fontes. Quando esta desapareceu regressou aos Regeneradores, chegando a ministro com Hintze Ribeiro no governo de 1901. Depois da morte de D. Carlos tornou-se próximo da Família Real, e Raúl Brandão dava conta de rumores de que Wenceslau seria amante de D. Amélia[937]. O seu principal defeito enquanto chefe de governo terá sido o de tentar agradar a todos os sectores. Percebendo a influência que Teixeira de Sousa tinha dentro dos Regeneradores, tentou afastá-lo de José Maria de Alpoim, e aproximá-lo do seu governo, para assim alternarem no poder com o bloco conservador de Progressistas, Henriquistas, Franquistas e Nacionalistas[938]. Teixeira de Sousa lançou mais tarde a ideia de que Wenceslau queria colocar-se numa posição de independência na política portuguesa, semelhante àquela que o Duque de Ávila e Bolama tivera nas décadas de 1860 e 1870[939]. Mas outro antigo colega seu, Jacinto Cândido, tinha Wenceslau ainda em menor conta: era um "imbecil de 4ª classe", que "não tem caracter, nem merece sombra de confiança". O seu governo "É uma 2ª edição (…) da 1ª phase do ministerio J. Franco e com aggravante do que se passou, que foi dura lição, que devera estar presente no animo de todos"[940]. No fim de contas, Wenceslau de Lima tentou ser amigo de toda a gente, e todos se zangaram com ele. O seu governo haveria de cair ao fim de sete meses, impulsionado pelo conflito entre o Ministro da Justiça e o bispo de Beja e pelas manifestações da Junta Liberal, uma organização Republicana na qual militavam Miguel Bombarda, Egas Moniz e Cândido dos Reis[941].

---

[936] ALVES, 2012, p. 70. O governo era formado por Wenceslau de Lima na Presidência e Reino, o conde de Samodães na Fazenda, Francisco José de Medeiros na Justiça, Carlos Roma du Bocage – filho de José Vicente Barbosa du Bocage – nos Negócios Estrangeiros, Elvas Cardeira na Guerra, Manuel Terra Pereira Viana na Marinha e Ultramar, e Alfredo Barjona de Freitas – filho de Augusto César Barjona de Freitas – nas Obras Públicas.

[937] BRANDÃO, 2017, p. 166. A acusação estava longe de ser rara: também sobre o Marquês de Soveral e Mouzinho de Albuquerque se disse o mesmo; RAMOS, 1994, p. 350 e FERNANDES, 2010 (b), p. 349.

[938] Notas de D. Manuel, 3 de Setembro de 1909, *Documentos políticos…*, 1915, p. 95.

[939] SOUSA, 1917, vol. II, p. 180.

[940] BNP, Reservados, Espólio do Conde de Arnoso, E32/688, carta de Jacinto Cândido da Silva para o Conde de Arnoso de 15 de Agosto de 1909.

[941] O ministro da Justiça reintegrara no Seminário de Beja, contra a vontade do bispo, os irmãos Ançã, dois párocos conhecidos pelos seus comportamentos imorais e desadequados às funções que desempenhavam. Face a este desacordo o ministro da Justiça, Francisco José de Medeiros, pediu a demissão; GUERREIRO, 1996-1997, pp. 35-169.

No final do Verão de 1909 decorreram algumas manobras políticas, com conhecimento e intervenção de D. Manuel II, que tinham como objectivo alterar o panorama partidário português. Depois de uma conferência com Pimentel Pinto, o rei anotava que aquele lhe havia dado a indicação de ser necessário formar dois grandes partidos com base na união dos já existentes: a ideia seria "progressistas, Campos Henriques, franquistas e nacionalistas formarem um partido e ficaria sendo um partido conservador. Com respeito ao outro partido é o seguinte o seu modo de pensar: o Wenceslau de Lima fazer uma recomposição com elementos do *bloco*"[942]. Algo semelhante havia sido sugerido por António Teixeira de Sousa, "fazer dois grandes partidos refundindo-os: conservadores e liberais"[943]. Estas intenções provam até que ponto se verificava uma ausência de ideologias: os partidos já não encaixavam no modelo político de conservadores/progressistas que alegadamente vigorara nas décadas anteriores; tudo estava subordinado aos acordos pessoais entre os líderes partidários e à conjuntura política.

Com a queda do governo de Wenceslau, e sem previsão de quando se formariam esses dois grandes partidos, o rei estava a ficar sem opções. Virou-se, por isso, novamente para os Progressistas, e em Dezembro de 1909 nomeou Francisco da Veiga Beirão, braço direito de José Luciano de Castro, para formar governo[944]. Quem não gostou da nomeação foi Júlio de Vilhena: farto de esperar para ser chamado ao poder, demitiu-se definitivamente da liderança dos Regeneradores. Desde a subida ao poder de Campos Henriques que as dissensões dentro dos Regeneradores se tinham agravado. Teixeira de Sousa, que se mantivera próximo do líder Regenerador, e que apenas dois meses antes insistira com Júlio de Vilhena para não se demitir, já não se coibia de fazer afirmações em público contra o seu líder: "O Sr. Julio de Vilhena, como chefe de partido, morreu e já está sepultado", disse Teixeira de Sousa em plena Câmara dos Pares[945]. Poucos meses depois voltaria a afirmar, em conferência com D. Manuel, que "o mal todo da nossa política existe desde que elegemos para chefe o Júlio de Vilhena! êle não faz nada, não se ocupa de nada e não se importa com nada, excepto com ser

[942] *Documentos políticos…*, 1915, p. 95, notas de D. Manuel, 6 de Setembro de 1909.
[943] *Documentos políticos…*, 1915, p. 89, notas de D. Manuel, 27 de Agosto de 1909.
[944] Francisco da Veiga Beirão ficou com a Presidência, Francisco Felisberto Dias Costa com o Reino, João Soares Branco com a Fazenda, Artur Montenegro com a Justiça, António Vilaça com os Negócios Estrangeiros, José Matias Nunes com a Guerra, João de Azevedo Coutinho com a Marinha e Ultramar, e Manuel Moreira Júnior com as Obras Públicas.
[945] *Diário da Câmara dos Pares*, 24 de Março de 1909, p. 11.

presidente do conselho!"[946]. Vilhena ficara isolado, pelo que não lhe restava outra saída senão abandonar o partido. A imprensa Regeneradora tentava imputar responsabilidades ao líder Progressista, garantindo que a demissão de Vilhena era a consequência das intrigas orquestradas por José Luciano de Castro[947]. A 23 de Dezembro Vilhena reuniu em sua casa a comissão executiva do partido, explicando os seus motivos para a renúncia e recusando qualquer tentativa de o demover. Declarava que nunca tivera como ambição ser chefe do Partido Regenerador, aceitara o cargo apenas por acreditar que a sua acção podia ser útil aos destinos dos Regeneradores, mas sentia que naquele momento a sua presença deixara de ser necessária. No dia seguinte deu à estampa o texto em que explanava as suas razões no *Diário Popular*[948].

Campos Henriques começou de imediato a enviar cartas a diversas pessoas a pedir apoios políticos, mas não para concorrer à liderança Regeneradora[949]. Campos Henriques pretendia, isso sim, formalizar um partido seu: o jornal *Novidades* garantia que Campos Henriques não só era presidente do Centro Regenerador Conservador da Rua do Alecrim, como tinha já um partido organizado, que poderia, caso fosse necessário, formar ministério e nomear governadores civis e administradores de concelho filiados no seu centro[950].

Quem ficou satisfeito com isto foi Teixeira de Sousa: depois de ter sido preterido por Vilhena em 1907, e afastada a concorrência de Campos Henriques, Teixeira de Sousa tinha agora a sua oportunidade, pelo que de imediato se apresentou como candidato à liderança do Partido Regenerador. Em carta à rainha, Pimentel Pinto dava conta das reacções internas à candidatura de Teixeira de Sousa: entre os membros da comissão executiva do partido, António de Azevedo Castelo Branco fora o único que não votara a favor, porque tinha de ouvir os seus amigos de Vila Real, e estes, devido às

[946] *Documentos políticos…*, 1915, p. 88, notas de D. Manuel, 27 de Agosto de 1909.
[947] *Novidades*, 2 de Janeiro de 1910, p. 1.
[948] *Diário Popular*, 24 de Dezembro de 1909, p. 1. A saída de Júlio de Vilhena da liderança Regeneradora e, principalmente, a sua decisão de se retirar da vida política tiveram um grande impacto no *Diário Popular*: nas vésperas da assembleia do partido que haveria de confirmar o seu sucessor, Vilhena pediu a dissolução da sociedade proprietária do *Diário Popular*, que liderava, e informou que a sua influência política no jornal terminava. Em consequência José de Azevedo Castelo Branco, um dos principais redactores do jornal, fez publicar uma carta no mesmo periódico onde tornava público que, com a saída de Vilhena, se retirava do jornalismo político; *Diário Popular*, 14 e 15 de Janeiro de 1910, p. 1.
[949] *Novidades*, 29 de Dezembro de 1909, p. 1.
[950] *Novidades*, 30 de Dezembro de 1909, p. 1.

influências locais, opunham-se a Teixeira de Sousa[951]. Face a isto, alguns jornais sugeriram que António de Azevedo Castelo Branco se abstivera porque também ele tinha intenções de se lançar à chefia dos Regeneradores[952]. A situação parece, contudo, ter sido resolvida a contento de Teixeira de Sousa. A comissão executiva do Partido Regenerador escolheu Teixeira de Sousa como candidato à liderança, propondo a data de 16 de Janeiro para a apresentação oficial da candidatura[953]. Através da imprensa convocou para essa data uma assembleia, a realizar-se no Centro Regenerador da Rua do Norte, estando presentes os conselheiros de Estado honorários, pares do reino, deputados da nação, antigos deputados e antigos governadores civis, que fizessem parte do partido à data de 23 de Dezembro[954].

Segundo o próprio Teixeira de Sousa, "Nunca um chefe de partido tivera egual consagração"[955]. O *Diário Popular* elencava 149 indivíduos que tinham estado presentes ou se haviam feito representar, e entre as quais se contavam antigos e actuais deputados, pares do Reino, e antigos e actuais governadores civis, entre outras figuras da política; entre os nomes encontramos diversas figuras que tinham já estado presentes nas anteriores reuniões partidárias de 1907 e 1909[956]. Através da imprensa é possível perceber que, tal como acontecera em 1907 com a escolha de Júlio de Vilhena, não houve uma verdadeira votação. A mesa da assembleia informou os presentes que se iria proceder à eleição do novo chefe; "não é preciso, dizem algumas vozes e ao mesmo tempo resoam enthusiasticas ovações que se prolongam por alguns minutos"[957]. Face ao entusiasmo sentido na sala, Pimentel Pinto, presidente da mesa, proclamou Teixeira de Sousa como chefe do Partido Regenerador.

No seu discurso de tomada de posse, Teixeira de Sousa deixou claro que era necessário que o Partido Regenerador fosse chamado a tomar o poder, e que tinha um

[951] *Documentos políticos…*, 1915, p. 103, carta de Luís Pimentel Pinto para a rainha D. Amélia de 27 de Dezembro de 1909. Recorde-se que Teixeira de Sousa era também originário de um concelho de Vila Real.
[952] *Novidades*, 26 de Dezembro de 1909, p. 1.
[953] A comissão era formada por Luís Pimentel Pinto, António de Azevedo Castelo Branco, Anselmo de Andrade, Fernando Mattoso Santos, José Gonçalves Pereira dos Santos, José de Azevedo Castelo Branco, António Teixeira de Sousa, o Conde de Mangualde, José Sousa Cavalheiro, Álvaro Froes Possolo de Sousa, Amândio Eduardo da Mota Veiga, o Marquês de Ávila e Bolama e António Sérgio da Silva e Castro.
[954] *Novidades*, 27 de Dezembro de 1909, p. 1.
[955] SOUSA, 1917, vol. II, p. 281.
[956] *Diário Popular*, 17 de Janeiro de 1910, p. 1.
[957] *Portugal*, 18 de Janeiro de 1910, p. 2.

plano de governo com opções concretas para os problemas do país[958]. Apresentou publicamente o seu programa político, que era considerado o primeiro programa do Partido Regenerador, e onde elegia como principal inimigo do bom funcionamento das monarquias o conservadorismo. O Partido Regenerador teria assim de se apresentar como essencialmente liberal para poder fazer frente a esta ameaça em crescimento. Propunha o fim das ditaduras, o regresso dos Pares electivos e uma nova lei eleitoral que garantisse maior representação às minorias, entre outras medidas[959]. Teixeira de Sousa andava nas lides políticas desde 1890, e passara por vários governos. Era também uma figura conhecida do meio empresarial, como director da Empresa das Águas do Vidago, e do funcionalismo público, como director-geral das Alfândegas do Reino e, a partir de 1909, governador do Banco Ultramarino[960]. Tinha uma respeitável influência no distrito de Vila Real, e estava perfeitamente integrado no mundo da política.

Quem não se deixou ficar atrás foi Campos Henriques: desde que saíra do governo andava a organizar o seu grupo de amigos políticos. E decidiram marcar uma grande reunião no seu centro, na Rua do Alecrim, precisamente para o dia 16 de Janeiro. A escolha da data não terá sido coincidência. A reunião representou o momento de oficialização do Partido Regenerador Conservador, e Campos Henriques fez questão de sublinhar que (muito à moda dos Regeneradores de décadas anteriores) não fazia programa político, porque "o nosso programma é o do glorioso partido regenerador, do velho partido conservador liberal, cujos serviços e historia estão inscriptos em caracteres que se não apagam mais em todos os melhoramentos moraes e materiaes do paiz"[961]. A mesa era composta por Adolfo Pimentel, conde de Paçô Vieira, Rodrigo Pequito, Manuel Vargas, D. Luís de Castro e conde de Castro e Sola, ou seja, nomes conhecidos do Partido Regenerador dos tempos de Hintze Ribeiro. Na assistência teriam estado 96 pessoas, entre os quais deputados e pares do Reino, nomeadamente Cristóvão Aires, Lopo Vaz de Sampaio e Melo (filho), Carlos de Almeida Braga, João Ulrich, ou o conde de Bonfim. O mesmo jornal que dava a notícia notava a ausência, tanto na assembleia de Teixeira de Sousa como na reunião de Campos Henriques, de figuras de relevo do Partido Regenerador, como os irmãos António e José de Azevedo Castelo

[958] *Diário Popular*, 17 de Janeiro de 1910, p. 1.
[959] Ver Anexo 1, pp. 3-27.
[960] RAMOS, 2006 (d), vol. III, pp. 802-809.
[961] *Diário de Notícias*, 17 de Janeiro de 1910, p. 1.

Branco, Wenceslau de Lima, e Artur Hintze Ribeiro, irmão do falecido chefe do Partido Regenerador[962].

Teixeira de Sousa confidenciaria poucos dias depois a D. Manuel que Campos Henriques era "um homem de valor" e que ficara sentido com a sua eleição naqueles moldes[963]. Mas a imprensa afecta a Teixeira de Sousa não poupara nas palavras. O *Novidades* afirmava que Campos Henriques fora eleito apenas director do Centro Regenerador Conservador, porque o verdadeiro chefe do partido era José Luciano[964]. Um jornal Regenerador da província, muito dedicado a Teixeira de Sousa, afinava pelo mesmo tom: os dissidentes Regeneradores de Campos Henriques eram uma "especie de succursal do Paço dos Navegantes onde reina o sr. José Luciano"[965]. Quanto a Teixeira de Sousa, partiu em viagem pelo país, em especial à região Norte, para agradecer o apoio dado pelos Regeneradores de diversas localidades e para auscultar o sentimento que reinava entre eles[966].

Quanto ao governo de Veiga Beirão, para além de toda a agitação social, e da ameaça gradualmente mais forte dos Republicanos, foi ainda afectado pela falência da Companhia Geral do Crédito Predial Português. A instituição bancária fora governada nas últimas décadas pelos líderes dos Partidos Regenerador e Progressista, que alternavam no banco em simultâneo com a alternância no governo. Pelo cargo de governador passara, não muito tempo antes de morrer, Hintze Ribeiro, e o governador em 1910 era José Luciano de Castro[967]. Quando a profundidade dos problemas financeiros do banco foi conhecida, tornou-se evidente que o governo iria sofrer consequências. Uma forma de salvar o Crédito Predial era obter um empréstimo do Banco de Portugal, o que não foi possível. Para este desfecho pode ter contribuído o facto de o governador do Banco de Portugal à data ser Melo e Sousa, Franquista que se coligara com Teixeira de Sousa[968]. O governo foi-se mantendo no poder durante o mês de Maio, porque D. Manuel se encontrava em Inglaterra a assistir às cerimónias

[962] *Diário de Notícias*, 17 de Janeiro de 1910, p. 1.
[963] *Documentos políticos…*, 1915, p. 104, notas de D. Manuel, 18 de Janeiro de 1910.
[964] *Novidades*, 18 de Janeiro de 1910, p. 1. O mesmo jornal dizia que Campos Henriques ia receber, em conjunto com alguns amigos, o pariato, que lhes era atribuído pelo governo Progressista, o que bem demonstrava como estavam sob o jugo de José Luciano de Castro. A afirmação, ou é irónica, ou o redator estava mal informado, porque Campos Henriques já era par do Reino desde 1900; *Novidades*, 17 de Janeiro de 1910, p. 1.
[965] *O Alto Minho. Orgão do Partido Regenerador*, 13 de Fevereiro de 1910, p. 1.
[966] *O Alto Minho. Orgão do Partido Regenerador*, 13 de Fevereiro de 1910, p. 1.
[967] PROENÇA, 2008, pp. 88-89.
[968] RAMOS, 1994, p. 352.

fúnebres de Eduardo VII, mas esteve sempre debaixo de fogo no Parlamento. Depois do regresso do rei, Veiga Beirão pediu a dissolução das Cortes; D. Manuel recusou o pedido, e o governo caiu em meados de Junho[969].

O rei convocou então Teixeira de Sousa, que terá sugerido os nomes de António de Azevedo Castelo Branco, Anselmo de Andrade e Wenceslau de Lima[970]. Júlio de Vilhena teria também sido chamado, propondo um governo apoiado na maioria parlamentar conservadora, mas impondo condições com as quais, segundo o Marquês do Lavradio, secretário pessoal do rei, este não concordou[971]. Em carta ao monarca, a 19 de Junho, Wenceslau sugeriu-lhe que o convidasse a ele, sendo que ele iria declinar, podendo assim o monarca convidar em seguida Anselmo de Andrade, que se previa que também recusasse. A solução inevitável seria Teixeira de Sousa, que Wenceslau parecia apoiar[972]. Em todo o caso, a 26 de Junho de 1910, D. Manuel dava posse a António Teixeira de Sousa, chefe daquele que viria a ser o último governo da Monarquia portuguesa[973].

A chegada ao poder de Teixeira de Sousa esteve longe de ser vista com bons olhos por uma grande parte dos monárquicos da época. E mais descontentes ficaram quando foi tornado público que o governo obtivera do rei a dissolução do Parlamento (que fora recusada aos governos anteriores) e a marcação de eleições. A esse propósito José Luciano de Castro escrevia a D. Manuel: "Não pode Vossa Majestade imaginar o que se prepara por parte do govêrno, entendido com os republicanos do *Século* e *Mundo*, contra a coligação monárquica para as eleições de amanhã!"[974]. Corriam também rumores de que Teixeira de Sousa era amigo de Afonso Costa, e que com ele fora visto a passear de carruagem em Lisboa[975]. O Marquês de Lavradio diria, anos mais tarde, nas suas memórias, que Teixeira de Sousa no governo era "o *suicídio da Monarquia*"[976]. Até o poeta Fernando Pessoa viria a comentar a situação: "Dizer que o Sr. Teixeira de Sousa perdeu a monarquia é o mesmo que dizer que a morte de um

[969] PROENÇA, 2008, pp. 90-92.
[970] PROENÇA, 2008, p. 92.
[971] ALMEIDA (a), 2005, p. 146.
[972] *Documentos políticos…*, 1915, p. 112, carta de Wenceslau de Lima de 19 de Junho de 1910.
[973] António Teixeira de Sousa acumulava a Presidência com o Reino, Anselmo de Andrade ocupava a Fazenda, Manuel Fratel ficava com a Justiça, José de Azevedo Castelo Branco com os Negócios Estrangeiros, José Nicolau Raposo Botelho com a Guerra, José Marnoco e Sousa ficava com a Marinha e Ultramar, e José Gonçalves Pereira dos Santos com as Obras Públicas.
[974] *Documentos políticos…*, 1915, p. 117, carta de José Luciano de Castro de 27 de Agosto de 1910.
[975] RAMOS, 1994, pp. 352-353.
[976] ALMEIDA (a), 2005, p. 147.

doente é causada pelo estado comatoso que a precede, ou pelo estertor que a anuncia, e não pela doença que a esse estado leva. (…) o governo do Sr. T. de S. anunciava que a revolução começava a abalar a monarquia. A revolução começa em Junho e acaba em 5 de Outubro. Para que em tão reaccionário, mesquinho (...) meio (...) coito de ladrões e assassinos como era a monarquia portuguesa, com tão idiótico rei (...) pudesse um homem relativamente a eles liberal como o Sr. T. de S. ser chamado ao poder era preciso que a revolução estivesse pronta"[977].

Teixeira de Sousa não era alheio ao incómodo que causara. Em entrevista ao jornalista Joaquim Leitão declarava "Todos contra mim! Paciência!"[978]. Curiosamente, seria esse mesmo jornalista, apenas dois anos depois, a apelidar o governo de Teixeira de Sousa como os "cem dias funestos" que acabaram com a Monarquia[979]. Mas, em 1910, Teixeira de Sousa defendia-se da oposição dizendo "a colligação dos partidos monarchicos contra o governo, a quem aproveita? Aos republicanos, evidentemente"[980]. Lançava ainda uma última farpa a Júlio de Vilhena, que se tornara um forte opositor de Teixeira de Sousa desde que este subira ao poder: "Deus dê muitos annos de vida ao sr. Julio de Vilhena, mas por mais annos que s. ex.ª viva parece-me que, effectivamente, morre sem ser presidente do conselho"[981]. Além disso, menosprezava a importância dos Republicanos no Parlamento, porque "Mais uns tantos republicanos, são menos uns tantos franquistas"[982]. A sua posição neste ponto parecia contraditória: se por um lado constatava que as dissenções entre monárquicos só beneficiavam o Partido Republicano, por outro lado mantinha a visão – que também Hintze Ribeiro tivera – de que o grupo Franquista era o inimigo a abater. O sucesso dos Republicanos era desvalorizado, e o resultado das eleições de Agosto de 1910 terá sido também um reflexo disso: apesar de ambos os grupos políticos terem aumentado o número de deputados, os Republicanos conseguiram eleger 14 deputados, enquanto os Franquistas só terão conseguido 7 deputados[983].

[977] PESSOA, 1979, p. 118.
[978] LEITÃO, 1910, p. 174.
[979] LEITÃO, 1912.
[980] LEITÃO, 1910, p. 175.
[981] LEITÃO, 1910, p. 183.
[982] LEITÃO, 1910, p. 176.
[983] PROENÇA, 2008, p. 96. Forem eleitos deputados (com indicação de Franquista ou Regenerador Liberal) José da Cunha Rolla Pereira, pelo Porto Oriental, Aníbal de Andrade Soares, pelo Porto Ocidental, Fernando Augusto Miranda Martins de Carvalho, por Arganil, José Maria Joaquim Tavares, por Castelo Branco, António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto, por Évora, e João Lúcio Pouzão

A luta eleitoral durante o Verão tinha ganho contornos agressivos, concretizando aquilo que D. Manuel pretendia, a formação de dois blocos políticos monárquicos. De um lado, o bloco liberal, apoiante do governo, formado pelos Regeneradores que se mantinham fiéis a Teixeira de Sousa, os Dissidentes Progressistas de Alpoim, os Franquistas lisboetas de Melo e Sousa e Malheiro Reimão, e os Católicos de cariz franciscano, liderados por Quirino de Jesus e Abúndio da Silva[984]; do outro o bloco conservador, em oposição ao governo, que unia os Progressistas de José Luciano de Castro, os Franquistas portuenses de Vasconcelos Porto, os Regeneradores Dissidentes de Campos Henriques, os apoiantes de Júlio de Vilhena, os Nacionalistas de Jacinto Cândido, os Católicos jesuítas e os Miguelistas. Como refere Maria Cândida Proença, o bloco conservador era impraticável para a governação, mas temível na oposição[985].

Apesar de o governo ter ganho a eleição, eram previsíveis as dificuldades que o Parlamento lhe iria trazer. A vitória dos Republicanos em Lisboa – obtiveram todos os lugares disponíveis pelos dois círculos da capital – foi particularmente gravosa para o governo, e Teixeira de Sousa terá decidido pedir a demissão. Foi, contudo, demovido pelos seus colegas do executivo[986]. Sobre este momento o Marquês de Lavradio defende que, naquela situação, o único político com capacidade para substituir Teixeira de Sousa era o inevitável Campos Henriques[987]. Teixeira de Sousa, percebendo as dificuldades que ia enfrentar no Parlamento, quis ter garantias de que poderia controlar pelo menos a Câmara dos Pares. Pediu para isso uma fornada de 16 pares ao monarca, que lha concedeu. A oposição não continha a indignação[988].

A direita monárquica andava desde 1909 a engendrar planos para defender o regime. Lavradio conta que planeara a "formação de um grupo monárquico, sem cor política, sem ambições de poder, sem servir interesses pessoais, tendo como único fim opor um dique à propaganda republicana, fazendo a propaganda monárquica, pela educação moral, cívica e física, por comícios e pela Imprensa"[989]. Abandonara o projecto por ter sido nomeado secretário do rei, e o grupo ter-se-ia desfeito. Aparecera

---

Pereira e José de Figueiredo Zuzarte de Mascarenhas, por Faro; *Comércio do Porto*, 30 de Agosto de 1910, p. 1.

[984] Segundo constava na província, Melo e Sousa e Malheiro Reimão não estavam apenas aliados a Teixeira de Sousa: tinham efectivamente voltado a aderir ao Partido Regenerador sob a nova liderança; *O Alto Minho*, 31 de Julho de 1910, p. 1.

[985] PROENÇA, 2008, p. 93.

[986] SOUSA, 1912, vol. II, p. 152.

[987] ALMEIDA, 2005 (a), pp. 148-149.

[988] RAMOS, 1994, p. 355.

[989] ALMEIDA, 2005 (a), p. 110.

depois a Liga Monárquica, no Largo do Barão de Quintela, da qual fazia parte o coronel Alexandre de Albuquerque, que viria depois a liderar as tropas monárquicas, em conjunto com Henrique Paiva Couceiro, no contra-ataque a 5 de Outubro[990]. A Liga Monárquica acabara por se dividir, dando origem à Liga de Defesa Monárquica, na Travessa das Mercês, e da qual era presidente honorário o conde de Arnoso, antigo secretário de D. Carlos[991]. Este segundo grupo, mais agressivo, defendia uma monarquia forte, a exemplo da que D. Carlos e João Franco tinham tentado executar, e era composto principalmente por Nacionalistas e Franquistas. Teriam até corrido rumores de que se estava a organizar uma revolução monárquica com o objectivo de assassinar os principais Republicanos, sendo Paiva Couceiro o nome mais falado como líder desse movimento[992].

Teixeira de Sousa foi governando como conseguia. Os objectivos que deixara expressos no seu programa de governo eram ambiciosos, e os ministros que escolhera não lhe ficavam atrás: Manuel Fratel, ministro da Justiça, queria implementar o registo civil obrigatório, e previa para breve a introdução da lei do divórcio e da lei da separação do Estado e da Igreja[993]. Teixeira de Sousa traçava paralelos entre a sua situação e a de José Canalejas, primeiro-ministro de Espanha nessa mesma altura, que estava a tentar pôr em prática um programa de democratização do país[994]. D. Manuel não ficou satisfeito com o seu modo de pensar, temendo que a sua inclinação liberal fosse problemática para o regime[995]. Teixeira de Sousa responderia, anos mais tarde, que o temor de D. Manuel era compreensível: "É proprio do espirito conservador de todos os reis, por maiores que sejam as apparencias de amarem a liberdade"[996]. A sua proximidade aos Dissidentes Progressistas e aos Republicanos levantou suspeitas de que estaria envolvido na preparação da revolução, coisa que o próprio negou[997]. Ainda assim, gerou o descontentamento de alguns sectores fundamentais na manutenção da

[990] RAMOS, 1994, p. 358.
[991] RAMOS, 1994, p. 358.
[992] RAMOS, 1994, p. 359.
[993] RAMOS, 1994, p. 353.
[994] SOUSA, 1913, p. 136-138. Canalejas era líder do Partido Progressista, representante do liberalismo mais à esquerda dentro do constitucionalismo espanhol, o que talvez seja simbólico da forma como Teixeira de Sousa se percepcionava a si mesmo em termos políticos. Sintomaticamente, Canalejas saiu do poder de uma forma ainda mais trágica do que Teixeira de Sousa: enquanto o político português foi expulso pela revolução Republicana, Canalejas foi assassinado em 1912 por um anarquista enquanto passeava em Madrid.
[995] *Documentos políticos…*, 1915, p. 122, carta do rei D. Manuel II de 15 de Setembro de 1910.
[996] SOUSA, 1917, vol. II, p. 460.
[997] SOUSA, 1917, vol. II, p. 128.

Monarquia, nomeadamente o exército. Para eles, Teixeira de Sousa era "um aliado dos republicanos" e "um delegado da Revolução nos Conselhos da Coroa"[998].

A revolução de 5 de Outubro não foi surpresa para aqueles que tinham observado a evolução da política portuguesa nos últimos anos, o estilhaçar dos monárquicos e o aumento de influência dos Republicanos. Paiva Couceiro terá mesmo dito que "do lado monárquico positivamente *não se queria vencer*"[999]. As tentativas feitas desde a década de 1890 mostram até que ponto a monarquia portuguesa dificilmente poderia ser salva: Hintze Ribeiro e João Franco tinham procurado fechar o regime, dar mais poderes ao monarca, evitar a democratização do sistema eleitoral. Teixeira de Sousa, anos mais tarde, fizera o movimento contrário e tentara "com a orientação rasgadamente liberal do governo, desarmar a revolução"[1000]. Mas o mesmo Teixeira de Sousa garantiu em entrevista pouco depois dos acontecimentos que não ficara surpreendido, até porque desde o 28 de Janeiro de 1908 que se esperava algo de semelhante. Entre os membros do Partido Regenerador e, principalmente, na sua liderança, desde cedo não havia esperanças de que a monarquia se pudesse salvar.

Ao contrário do que aconteceu com os Progressistas, não existe uma data oficial para o fim do Partido Regenerador[1001]. A proclamação da República provocou a sua dissolução, mas esta vinha sendo pressentida pela fragmentação dos últimos anos. Desde a cisão de Campos Henriques haviam existido dois Partidos Regeneradores, que assim se denominavam a si próprios, funcionando paralelamente e aumentando a confusão no meio político. Tal como surgira depois do golpe da Regeneração – como um grupo de homens de proveniências diversas unidos por ideais vagos e facilmente adaptáveis – o Partido Regenerador não teve coesão para sobreviver à República e desapareceu com o fim da Monarquia, tendo os seus membros dispersado para diferentes sectores políticos, e não sendo visível um rasto ideológico para as gerações seguintes[1002].

[998] VALENTE, 1974, pp. 117-118.
[999] ALMEIDA, 2005 (a), p. 154.
[1000] *O Alto Minho*, 20 de Outubro de 1910, p. 1.
[1001] José Luciano de Castro fez publicar um texto no número de encerramento do jornal mais importante dos Progressistas, onde oficializava o fim do partido; *Correio da Noite*, 11 de Outubro de 1910, p. 1.
[1002] Refira-se que o mesmo sucedeu com o Partido Progressista, do qual também não encontramos heranças partidárias ou ideológicas no Republicanismo.

3. DINÂMICAS INTERNAS

Depois de fazermos uma análise geral da evolução e das principais características do Partido Regenerador – no capítulo 1 – e de observarmos a convergência e divergência de forças e ambições políticas – no capítulo 2 –, importa fazer a análise específica da vivência dos momentos políticos no seio do Partido Regenerador. Dado que as limitações de tempo e espaço, comuns à elaboração de uma tese, não nos permitiam proceder a uma análise de todos os eventos políticos que marcaram a história do Partido Regenerador com a profundidade necessária, optámos por definir dois momentos, que serão estudados em detalhe. Trata-se de dois processos eleitorais, que deram origem a duas legislaturas com uma duração acima da média[1003], organizados por governos do Partido Regenerador, e que ficaram marcados por eventos políticos e partidários significativos: em 1881 as eleições foram promovidas por um governo Regenerador, que encetou uma luta aguerrida para impedir que os deputados do Partido Progressista conseguissem ser eleitos, conhecida como «guerra de extermínio»[1004]; em 1901, o governo em funções, novamente do Partido Regenerador, fez aprovar uma lei eleitoral que haveria de ficar conhecida como «ignóbil porcaria», e que, desta vez, tentava impedir a eleição dos amigos políticos de João Franco. São, também, dois momentos importantes no que diz respeito à legislação eleitoral: a eleição de 1881 foi a última em que vigorou a divisão da geografia eleitoral exclusivamente em círculos uninominais, como fora instituído pela lei de 8 de Maio de 1878; quanto à eleição de 1901, foi a primeira em que vigorou o decreto promulgado a 4 de Agosto desse mesmo ano, que dividia os territórios portugueses em 33 círculos plurinominais.

No caso da lei de 1878, os requisitos legais para o direito de voto foram bastante alargados em relação à legislação anterior, pelo que o número de votantes reais aumentou significativamente. Podiam votar todos os cidadãos maiores de idade – sendo que, à época, a maioridade era atingida aos 21 anos – que tivessem uma renda anual líquida de 100 mil réis, que soubessem ler e escrever, ou que fossem chefes de família. O facto de estes critérios serem paralelos e não cumulativos tornou possível que muitos indivíduos que até aí tinham visto a condição de eleitor vedada tivessem oportunidade

[1003] A duração média das legislaturas, entre 1878 e 1910, era de cerca de 20 meses, bastante abaixo dos 34 meses da legislatura de 1881, e dos 32 meses da legislatura de 1901; FERNANDES, 2012 (b), p. 110.

[1004] Foi-nos possível traçar as origens da expressão «guerra de extermínio» até um jornal do Partido Progressista, sendo o autor, muito provavelmente, Emídio Navarro; *O Progresso*, 5 de Janeiro de 1881, p. 1. Durante o período eleitoral a utilização desta locução vulgarizou-se na imprensa Progressista; *Diário Popular*, 26 de Agosto de 1881, p. 1.

de participar no processo eleitoral. Não é, por isso, de estranhar que entre 1877 e 1878 o número de eleitores recenseados tenha praticamente duplicado[1005]. Chegados à eleição de 1881, sobre a qual nos debruçamos nesta investigação, existiam 841.511 eleitores recenseados, um número que rondaria 18% da população nacional, e 70% da população masculina[1006]. A lei em vigor em 1881 definia ainda que o território português – continente e ilhas – era dividido em 137 círculos uninominais, pelos quais eram eleitos, consequentemente, 137 deputados, aos quais se juntavam mais 12 deputados eleitos pelos círculos dos territórios ultramarinos[1007].

Quanto à legislação em vigor em 1901, o decreto de 4 de Agosto mantinha as disposições legais da legislação anterior referentes ao direito de voto – que era atribuído a todos os cidadãos maiores de 21 anos, que pagassem um mínimo de 500 réis em contribuições diretas ao Estado, ou soubessem ler e escrever – o que se traduzia em cerca de 551.437 eleitores[1008]. Portugal era dividido em 33 círculos plurinominais, sendo 22 em território continental, 4 nas ilhas dos Açores e Madeira, e 7 nas possessões ultramarinas, a partir dos quais eram eleitos 134 deputados pelo continente, 14 pelos Açores e Madeira, e 7 pelo Ultramar[1009].

Foram, assim, duas eleições realizadas com condições de sufrágio distintas, sob modelos de circunscrição diferentes, e em momentos históricos diferentes, pelo que mostram duas vertentes do mesmo partido: se em 1881 a principal ameaça à obtenção de uma maioria pelo governo Regenerador eram os Progressistas, e os Republicanos funcionavam até como aliados na eleição da capital, em 1901 o governo de Hintze Ribeiro enfrentava, para além dos Progressistas, a ameaça da cisão Franquista e o perigo cada vez mais real vindo do sector Republicano.

3.1. A «guerra de extermínio» (1881)

O primeiro governo do Partido Progressista tomou posse a 1 de Junho de 1879; tinha assim início o chamado «Rotativismo». Presidido por Anselmo Braamcamp, e

[1005] Em 1877 existiam 478.509 indivíduos recenseados, enquanto em 1878 esse número subiu para 824.726 pessoas; ALMEIDA, 1998, p. 733.
[1006] ALMEIDA, 1998, p. 733.
[1007] ALMEIDA, 1998, pp. 307-320.
[1008] São utilizados os dados recolhidos no recenseamento eleitoral de 1898-1899, pela inexistência de dados específicos para 1901. Este número de eleitores representava 10,3% da população nacional, e cerca de 40% da população masculina; ALMEIDA, 1998, p. 733.
[1009] ALMEIDA, 1998, pp. 475-522.

formado por alguns dos Progressistas mais importantes da época, como José Luciano de Castro, Henrique Barros Gomes, ou o marquês de Sabugosa, o executivo enfrentava a dupla tarefa de ter de acorrer às necessidades do país enquanto tentava consolidar a posição do Partido Progressista como opção eficaz para a governação, e não apenas como um partido de protesto.

Os Regeneradores colocaram-se desde logo "em opposição aberta e franca ao ministerio", o que ficou visível nos discursos inflamados de Júlio de Vilhena, Hintze Ribeiro e Lopo Vaz[1010]. Os Progressistas não teriam vida fácil enquanto estivessem no poder, e quem mais energicamente se lhes opunha era a nova geração dos Regeneradores. A imprensa Progressista comentava com ironia a atitude do Partido Regenerador: "A maioria recebeu [o governo Progressista] na ponta das bayonetas que felizmente são de canna, e inoffensivas como todos os brincos de rapazes". Segundo o mesmo jornal, quem manobrava os deputados Regeneradores era "Barjona de Freitas, que segundo dizem tomou o commando da rapaziada fina", sendo o "pontifice maximo" da "egreja regeneradora" [1011].

Nas eleições de Outubro de 1879 os Progressistas esforçaram-se por limitar ao máximo a representação Regeneradora no Parlamento, mas não conseguiram impedir a eleição de alguns nomes de relevo[1012]. Se o número de Regeneradores era reduzido, a actividade não o seria.

Apesar de o governo ter a maioria na Câmara dos Deputados, na Câmara dos Pares o ambiente era mais hostil. O principal ponto de discórdia era a aprovação do novo imposto sobre o rendimento. Depois de passar pelos deputados, subiu à Câmara dos Pares, onde só terá sido aprovado graças a um favor feito por Fontes aos Progressistas: o líder Regenerador terá mandado sair da sala nove pares do seu partido quando se iniciou a votação, o que lhe dava "a satisfação de ver que a granja reconhece que deve a elle o seu deploravel triumpho"[1013]. A Câmara dos Pares era, segundo os Progressistas, o «quartel-general» do Partido Regenerador, onde estavam "os seus

[1010] *DCD*, 2 de Junho de 1879, p. 1945. Não será, possivelmente, coincidência, que estes três deputados tenham mostrado tanta determinação em combater o governo Progressista e, pouco mais tarde, tenham integrado o governo Regenerador.
[1011] *O Progresso*, 3 de Junho de 1879, p. 1.
[1012] Para além dos jovens Lopo Vaz, Hintze Ribeiro e Júlio de Vilhena, foram também eleitos Tomás Ribeiro, anteriormente ministro, António de Azevedo Castelo Branco, influente em Vila Real e futuro membro da comissão executiva do partido, José Guilherme Pacheco, cacique da região do Porto, ou Guilherme de Abreu, o deputado Regenerador que durante mais tempo desempenhou funções no Parlamento.
[1013] *Revolução de Setembro*, 6 de Junho de 1880, p. 1.

varões illustres, os seus estadistas emeritos, e quasi todas as suas forças vivas de envolta com os elementos secundarios da sua organisação politica"[1014].

Em Lisboa sucediam-se as demonstrações públicas contra o governo. A 13 de Março, ao mesmo tempo que na rua de S. Bento o Partido Republicano fazia um *meeting*, a facção mais avançada dos Regeneradores, apoiada por Constituintes e pelos Republicanos da Câmara Municipal de Lisboa, organizava o seu próprio encontro no Teatro de S. Carlos[1015]. Apesar de Barjona não ter estado presente, por motivos de saúde, José Dias Ferreira, Manuel Pinheiro Chagas e Rosa Araújo apresentaram-se. Os ânimos acabaram por se exaltar e a polícia interveio, sendo mais tarde acusada de excessos e violências desnecessárias. Os Regeneradores apressaram-se a apresentar moções de censura contra o governo pela acção das forças da autoridade, pela mão de Hintze Ribeiro na Câmara dos Deputados, e de Barjona de Freitas nos Pares[1016]. O jornal *O Progresso* garantia que a estratégia dos Regeneradores era unir o seu grupo mais avançado com os Republicanos, para "mudar esse partido de nome, passando a chamar-se *partido radical*, e acceitar para chefe o sr. Barjona de Freitas"[1017]. Em troca os Regeneradores ofereciam seis candidaturas aos Republicanos quando formassem governo e procedessem a eleições, garantindo ainda a votação do alargamento e secularização completa do registo civil. Os Republicanos, porém, não teriam aceitado a proposta.

No dia 21 de Março, enquanto Barjona retirava a sua moção de censura, Fontes apresentava na Câmara dos Pares uma outra em tom menos agressivo, que foi rejeitada pela margem mínima de 50 votos contra 49[1018]. O governo, desgastado por outras questões, como a polémica do Tratado de Lourenço Marques, percebeu que perdera a batalha com o pariato, e que nenhuma das suas propostas conseguiria passar[1019]. A 25 de Março tomava posse o novo governo Regenerador.

[1014] *O Progresso*, 20 de Maio de 1880, p. 1.
[1015] *Diário Popular*, 14 de Março de 1881, p. 1.
[1016] *DCD*, 14 de Março de 1881, p. 913 e *DCP*, 16 de Março de 1881, p. 277.
[1017] *O Progresso*, 16 de Março de 1881, p. 1.
[1018] *DCP*, 21 de Março de 1881, pp. 296-300.
[1019] O Tratado de Lourenço Marques foi assinado, em Maio de 1879, entre o ministro demissionário Andrade Corvo e as autoridades Britânicas, e previa a construção de uma linha de caminhos-de-ferro entre Lourenço Marques e o Transvaal. A polémica, herdade pelo governo Progressista, focou-se no facto de, segundo o tratado, as mercadorias britânicas estarem isentas de pagar direitos alfandegários, sendo também permitido aos Britânicos fazer desembarcar tropas em Moçambique; FERNANDES, 2010 (a), p. 103; ALEXANDRE, 1998 (a), pp. 119-122.

Fontes foi convocado pelo rei para formar governo, e declinou o convite, sugerindo o nome de António Rodrigues Sampaio. Alguns dias antes, a 13 de Março, Fontes declarara na Câmara dos Pares que, fossem quais fossem as condições, ele não seria o sucessor do governo Progressista[1020]. Na altura a imprensa Progressista aproveitara para o questionar sobre quem era, então, o líder do Partido Regenerador[1021]. Sampaio chegava ao poder acompanhado de um grupo bastante variado de ministros: o Presidente acumulava a pasta do Reino, Lopo Vaz de Sampaio e Melo ficava com a Fazenda, António José de Barros e Sá com a Justiça, Miguel Martins Dantas com os Negócios Estrangeiros, Caetano Pereira Sanches de Castro com a Guerra, Júlio de Vilhena com a Marinha, e Hintze Ribeiro com as Obras Públicas. A divisão geracional era óbvia: de um lado, Barros e Sá, Sanches de Castro e Miguel Dantas tinham entre 58 e 60 anos de idade; do outro lado, os jovens Júlio de Vilhena, Hintze Ribeiro e Lopo Vaz tinham entre 32 e 36 anos. A liderá-los, Sampaio ostentava uns provectos 75 anos. O executivo recebeu o epíteto de «caranguejola», ou de «governo dos meninos», pela inclusão de indivíduos jovens em pastas de relevância. O tema foi recorrentemente retratado na imprensa satírica: Rodrigues Sampaio foi apresentado como um mestre-escola que tinha de ensinar ou castigar os seus novos alunos; quando os ministros faltaram ao jantar da legação de Itália, Bordalo Pinheiro garantiu que eles tinham estado presentes mas, devido à sua tenra idade, tinham jantado na copa[1022].

Mas outra distinção se podia fazer dentro do executivo: se Barros e Sá era um Regenerador moderado, e Miguel Dantas, pelas suas funções diplomáticas, estava afastado das lutas partidárias, Lopo Vaz, Júlio de Vilhena e Caetano Sanches de Castro tinham alguma ligação a Barjona de Freitas (sendo que este último o acompanhou quando foi criada a Esquerda Dinástica). Segundo Mariano de Carvalho, principal jornalista Progressista da época, a estratégia de Fontes Pereira de Melo passava por "inutilisar por algum tempo homens de futuro, cuja submissão às suas vontades não lhe estava completamente segura". Desta forma, "impossibilita-os para a definitiva administração regeneradora" que se previa que iria suceder àquela, e "desfaz as tentativas do sr. Barjona para ser chefe de uma situação radical regeneradora"[1023].

[1020] *Diário Popular*, 13 de Março de 1881, p. 1.
[1021] *Diário Popular*, 13 de Março de 1881, p. 1.
[1022] Ver Anexos 11.2 e 11.3, pp. 110-111.
[1023] *Diário Popular*, 25 de Março de 1881, p. 1.

Depois de chegar ao poder, o governo adiara as Cortes, em Março, e acabara por pedir a sua dissolução, em 4 de Junho. As eleições foram marcadas para 21 de Agosto; o Verão seria o palco dos combates eleitorais. Em Janeiro, a propósito de uma reunião do Partido Regenerador contra o governo Progressista, Emídio Navarro dissera que a atitude dos Regeneradores em relação aos Progressistas era a de uma "guerra santa, a guerra de exterminio, a guerra sem tréguas nem quartel contra a nefanda horda progressista"[1024]. Contudo, seria precisar esperar pelos resultados eleitorais para se perceber verdadeiramente a vingança orquestrada pelo «governo dos meninos», quase impedindo o Partido Progressista de obter representação parlamentar.

3.1.1. Processo eleitoral e caciquismo

Os processos eleitorais habitualmente utilizados durante a segunda metade do século XIX foram já estudados de uma forma ampla por alguns autores[1025]. Esses estudos salientam a utilização de influências pessoais e da compra de votos como métodos comuns na preparação do acto eleitoral. Segundo os relatos da época, "a grande massa dos cidadãos concorre às assembleias eleitorais dessas terras sem compreender a importância do que vai praticar", e "a compra de votos é cousa vulgar"[1026]. O processo eleitoral seria, em grande medida, um meio de os notáveis locais garantirem o controlo de determinados sectores da população, através da oferta de dinheiro, da promessa de realização de favores futuros ou, no caso de os indivíduos se recusarem a dar o seu apoio, na execução de dívidas e na violência declarada. Oliveira Martins lamentava-se, porque "o dinheiro resolveu decididamente entrar sem rebuço na cena política" e "as Eleições são o grande propulsor da corrupção"[1027]. As suas palavras eram duras: tratava-se de uma "prostituição política"[1028].

No caso da eleição de 1881, o comando da estratégia eleitoral por parte do governo deveria ficar, como era hábito, nas mãos do ministro do Reino, o também Presidente do Conselho António Rodrigues Sampaio. Contudo, quer pela variedade de tarefas que os dois cargos implicavam, quer pela sua idade avançada, Sampaio delegou no ministro da Justiça, António José de Barros e Sá, a responsabilidade de dirigir o

[1024] *O Progresso*, 5 de Janeiro de 1881, p. 1.
[1025] ALMEIDA, 1991; CRUZ, 2009, pp. 85-124.
[1026] FREITAS, 1906, pp. 167-177; TARROZO, Domingos, *A Forma de Votar*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos Editor, 1898, pp. 8-9, citado em ALMEIDA, 1991, p. 112.
[1027] MARTINS, 1946, pp. 15 e 22.
[1028] MARTINS, 1946, p. 35.

processo eleitoral. Barros e Sá, conhecido entre a imprensa oposicionista e satírica pela alcunha de «Basorra», era juiz do Supremo Tribunal de Justiça Militar, para além de par do Reino, pelo que tinha a experiência política adequada para a nova tarefa.

As tácticas para garantir a eleição passavam pelo controlo do aparelho da administração periférica, pelo que começaram a ser postas em prática logo à data da tomada de posse do governo: o executivo entrou em funções a 25 de Março de 1881; entre 30 de Março e 12 de Abril, todos os governadores civis foram substituídos[1029]. Entre as figuras nomeadas para desempenhar o cargo encontravam-se, por um lado, alguns nomes relevantes do Partido Regenerador, como Tomás Ribeiro, no Porto, António Barreiros Arrobas, em Lisboa, ou Pedro Vítor da Costa Sequeira, em Beja, mas, principalmente, influentes locais Regeneradores com capacidade de controlo político, como Jerónimo da Cunha Pimentel, em Braga, José Joaquim de Sousa Cavalheiro, na Guarda, o Visconde de Guedes, em Évora, ou Jerónimo de Bivar Gomes da Costa, em Faro[1030].

Quando a dissolução das Cortes foi anunciada, a 4 de Junho, a oposição, que tinha a maioria na Câmara dos Deputados, indignou-se, principalmente por não ter sido ainda votado o orçamento. Isto significava que as medidas de carácter financeiro, como por exemplo a criação de novos impostos, iriam ser tomadas com as Câmaras encerradas, ou, na terminologia da época, «em ditadura». A maioria Progressista da Câmara dissolvida fez publicar um manifesto, assinado por 84 deputados[1031]. Mas quem sofreria os ataques mais fortes, como já acontecera noutros períodos conturbados da política nacional, seria o rei. Mariano de Carvalho afirmava que "o rei desceu de chefe de todos os portuguezes a chefe do estado maior de um valido", e que Fontes era "senhor absoluto do rei"[1032]. Chegava mesmo a dar a entender que Fontes Pereira de Melo teria conhecimento de um qualquer segredo pessoal do rei, uma vez que o seu talento seria reduzido, e que não podia, por isso, influir legitimamente no espírito do monarca, tendo de fazê-lo através da chantagem[1033].

[1029] Ver Anexo 9.1, pp. 98-99. SOUSA, 2014; LAPA, 1962.
[1030] A propósito da atribuição do cargo de governador civil a figuras de relevância política, ainda que num segundo plano, sublinhe-se o caso do governador civil de Leiria, João Read da Costa Cabral, filho do Marquês de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral.
[1031] *Diário Popular*, 16 de Junho de 1881, p. 1.
[1032] *Diário Popular*, 19 de Junho e 11 de Julho de 1881, p. 1.
[1033] *Diário Popular*, 23 de Junho de 1881, p. 1.

A dissolução das Cortes, apesar de ter sido considerada uma vitória do governo, que assim mantinha o favor do rei, causou alguns dissabores dentro do executivo, eventualmente por disputas de poder entre os ministros: Hintze Ribeiro teria colocado o seu lugar à disposição em Conselho de Ministros, ao que Rodrigues Sampaio, presidente do Conselho, teria respondido que "se estavam decididos a fazer asneiras, ia pedir a demissão de todo o gabinete"[1034].

A utilização dos cargos administrativos com fins eleitorais, não sendo uma prática nova, foi muito criticada pela oposição. Ao longo do Verão de 1881, os principais jornais Progressistas chamaram a atenção para a transferência de funcionários públicos e a distribuição de empregos e outros benefícios como forma de garantir apoios aquando da votação. Um redactor do *Diário Popular* dizia, a propósito de empregos oferecidos pelo ministro das Obras Públicas, "Anda José Pagante, larga 20 contos de réis para o sr. Hintze enpregar toda a horda regeneradora"[1035]; poucas semanas depois o jornal voltava à carga, a respeito do mesmo ministério: "No ministerio das obras publicas chovem subsidios para juntas geraes, camaras municipaes e para egrejas"[1036]. O jornal noticiava também os esforços do governo Regenerador para afastar os apoios locais dos Progressistas, tirando-lhes assim votos: dava conta da transferência forçada e apressada do candidato Progressista de Viana do Castelo, Ernesto Góis Pinto, que era chefe de secção na Direcção das Obras Públicas, para cargo semelhante em Évora, como forma de o impedir de participar na campanha eleitoral[1037]; poucos dias depois relatava a demissão de um pagador de obras da barra de Viana do Castelo, por este se ter recusado a apoiar o candidato governamental[1038]. Um dos ministros mais fortemente criticados era Hintze Ribeiro, que ocupava a pasta das Obras Públicas. Por ser um ministério com capacidade para dispôr de um grande número de empregos e contratos, Hintze era o alvo principal dos Progressistas, que o acusavam de comprar votos em troca de subsídios: "Vae bem o sr. Hintze. Escandaloso, desleixado, perseguidor, mas sempre serio, porque não ri"[1039].

A 18 de Julho foi nomeada a grande comissão eleitoral do Partido Regenerador, presidida por Fontes Pereira de Melo, secretariada por Augusto César Cau da Costa e

[1034] ALMEIDA, 2001, p. 31, carta de Emídio Navarro de 4 de Julho de 1881.
[1035] *Diário Popular*, 28 de Junho de 1881, p. 1.
[1036] *Diário Popular*, 13 de Julho de 1881, p. 1.
[1037] *Diário Popular*, 8 de Julho de 1881, p. 1.
[1038] *Diário Popular*, 14 de Julho de 1881, p. 1.
[1039] *Diário Popular*, 23 de Julho de 1881, p. 1.

Inácio Quintino d'Avelar, e composta por um grande número de indivíduos do partido, entre eles deputados, pares do Reino e outras figuras conhecidas da política da época[1040]. Fontes apelava para "todo o partido ir unido á lucta que se vae travar perante os collegios eleitoraes"[1041]. Mariano de Carvalho, em comentário à reunião Regeneradora, ironizava: "Tem graça a nomeação desta commissão depois de o governo ter escolhido os seus candidatos para todo o reino. O que virá pois fazer a commissão?"[1042].

Em Lisboa a competição eleitoral era bastante mais aguerrida, contando também com a participação dos Republicanos. Os Progressistas queixavam-se da interferência das autoridades na campanha, favorecendo os Regeneradores: o novo governador civil de Lisboa, António Maria Barreiros Arrobas, era acusado de presidir a comícios do Partido Regenerador, apresentar os seus candidatos em reuniões do partido, fazer discursos e interferir com as comissões eleitorais; e até o próprio chefe do governo, António Rodrigues Sampaio, teria presidido a uma reunião eleitoral na freguesia de Santos, pela qual era candidato Hintze Ribeiro, e onde tinham estado presentes quase todos os ministros[1043]. Para os Progressistas, os métodos da campanha eleitoral assemelhavam-se com aqueles usados no tempo de Costa Cabral, ou seja, eram "eleições cabralinas"[1044]. Em contrapartida os jornais Regeneradores acusavam o Partido Progressista de estar a planear um acordo com os Republicanos nos círculos da capital: "os republicanos desistirão de apresentar candidaturas em determinado circulo da capital e appoiarão o candidato progressista; os progressistas farão outro tanto em outro circulo de Lisboa"[1045].

A imprensa transmite algumas informações sobre as peripécias partidárias e eleitorais, mas outras há que, pelo seu secretismo, não chegavam às páginas dos jornais; são precisamente essas que mais nos interessam, e que só podemos encontrar através da correspondência trocada entre as principais figuras da época. Depois de iniciada a campanha eleitoral, e conscientes das dificuldades que teriam para enfrentar o governo Regenerador, a oposição Progressista e Constituinte procurou estratégias para evitar um desaire eleitoral. O passo mais óbvio seria um acordo entre estas duas forças partidárias,

[1040] Ver Anexo 2.7, pp. 31-33.
[1041] *Revolução de Setembro*, 19 de Julho de 1881, p. 1.
[1042] *Diário Popular*, 19 de Julho de 1881, p. 1.
[1043] *Diário Popular*, 1 e 2 de Agosto de 1881, p. 1.
[1044] *Diário Popular*, 3 de Agosto de 1881, p. 1.
[1045] *Jornal da Noite*, 2 e 3 de Agosto de 1881, p. 1.

apresentando listas comuns e aumentando assim as suas probabilidades de eleger candidatos. Contudo, as negociações não se revelaram fáceis. Em meados de Junho, Anselmo Braamcamp, líder dos Progressistas, dava conta de estar a ser negociado um acordo com os Constituintes, que teriam nomeado uma comissão composta por António Augusto de Aguiar, Manuel Vaz Preto Geraldes e Francisco Vanzeller[1046]. Esta comissão tinha o apoio de José Dias Ferreira, chefe dos Constituintes, mas a sua proposta não suscitou o agrado dos Progressistas: José Dias Ferreira propunha um acordo entre os dois partidos conducente à fusão, a criação de uma comissão mista para tratar das eleições, e a presidência de um governo que viesse a formar-se caso os dois partidos se fundissem[1047]. Os Progressistas estavam na altura confiantes de que tinham 20 círculos eleitorais garantidos, e que não precisavam de se sujeitar às condições exigidas por Dias Ferreira. Para além disso, os Progressistas tinham conhecimento de que Dias Ferreira estaria também a negociar com o governo, através de Lopo Vaz, na esperança de conseguir eleger mais alguns deputados graças à benevolência do executivo. Nas palavras de Anselmo Braamcamp, a atitude de Dias Ferreira tinha sido de "negociar a pelle do urso quando ainda vivo, e de se substituir á prerrogativa da Corôa, pondo de parte a questão de principios p.ª só tratar de nomes"[1048]. O resultado fora o fim das negociações.

Porém, poucos dias depois, também o acordo entre o governo e o Partido Constituinte falhou. Dias Ferreira voltou então a procurar os Progressistas, desta vez apresentando condições menos gravosas, mas que ainda assim levaram a que só fosse fechado um acordo entre o Partido Progressista e os Constituintes para os círculos eleitorais do Algarve[1049]. Em simultâneo, através do ministro da Justiça, Barros e Sá, os Progressistas teriam recebido do governo uma proposta para aliarem esforços nos círculos de Lisboa e Porto. Esta mudança de direcção do executivo seria resultado do medo de ver os Progressistas a apoiar as candidaturas Republicanas caso o governo os hostilizasse[1050]. Mas o possível acordo entre o executivo e os Progressistas não se consolidou, como se pode depreender das palavras de Emídio Navarro a José Luciano de Castro: "os regeneradores dizem á bôcca cheia, que nem eu nem o Mariano havemos

[1046] ALMEIDA, 2001, p. 16, carta de Anselmo Braamcamp de 18 de Junho de 1881.
[1047] ALMEIDA, 2001, pp. 18-20, cartas de Emídio Navarro de Junho de 1881 [sem dia] e de 23 de Junho de 1881.
[1048] ALMEIDA, 2001, p. 23, carta de Anselmo Braamcamp de 26 de Junho de 1881.
[1049] ALMEIDA, 2001, p. 33, carta de Emídio Navarro de 9 de Julho de 1881.
[1050] ALMEIDA, 2001, p. 33, carta de Emídio Navarro de 9 de Julho de 1881.

de vir á camara, affirmando que, tanta será a benevolencia do governo para com os ex-ministros e outros homens do partido, tanta será a violência, que se empregará contra nós. *Custe o que custar*, decretaram que havemos de ficar de fóra"[1051]. Emídio Navarro e Mariano de Carvalho eram os principais representantes de uma corrente mais radical dentro do Partido Progressista, que se tinha corporizado na campanha contra Fontes Pereira de Melo e o rei em 1878-1879[1052]; o «governo dos meninos» aplicava agora a sua vingança com detalhe, fazendo todos os esforços por excluir sobretudo os dois jornalistas Progressistas.

Se o governo se podia dar ao luxo de não fazer acordos eleitorais por controlar a maior parte dos círculos, já o Partido Progressista encontrava-se numa situação bastante mais complicada. No Porto, os Regeneradores apresentavam três candidatos com bastante peso local: Joaquim António Gonçalves, um industrial, Licínio Pinto Leite, um banqueiro, e Francisco José Patrício, um sacerdote, todos bastante conhecidos na cidade. Os Progressistas encontravam-se numa situação bastante mais difícil: o centro partidário do Porto mostrava-se pouco activo na campanha eleitoral, ao ponto de alguns dos nomes mais conhecidos do partido, como Mariano de Carvalho ou António Cândido, não conseguirem assegurar a eleição. Emídio Navarro apelidava o centro de «academia dos sórnas»[1053]: "Do Porto ainda não sabemos nada de positivo. Talvez estejam trabalhando, como nós, debaixo da capa; mas é mais provavel que se deitassem outra vez a dormir. Não há cartas da illustre assembleia dos sórnas, nem dos jornaes consta indicação alguma"[1054]. Navarro ia mesmo mais longe e decretava "o lucto pelo partido!" se os Progressistas portuenses não mudassem de estratégia[1055].

O combate dado pelo governo Regenerador a determinados membros da oposição, que se viria a materializar na referida «guerra de extermínio», é visível na correspondência trocada entre os membros do Partido Progressista: Mariano de Carvalho, que em 1878 e 1879 fora eleito pelo círculo do Porto Oriental, viu-se forçado a desistir desse círculo, desistindo também do círculo da Chamusca, por onde fora eleito entre 1870 e 1874. Pensou propor-se como candidato por Sintra, mas o influente local, António Mazziotti, recusou-se a ceder a posição. Concorreu então em simultâneo pelos círculos de Lisboa 4º e de Gouveia; no primeiro foi derrotado por Lopo Vaz, no

[1051] ALMEIDA, 2001, p. 37, carta de Anselmo Braamcamp de 14 de Julho de 1881.
[1052] FERNANDES, 2010 (a), pp. 67-97.
[1053] ALMEIDA, 2001, p. 37, carta de Emídio Navarro de 14 de Julho de 1881.
[1054] ALMEIDA, 2001, p. 44, carta de Emídio Navarro de 18 de Julho de 1881.
[1055] ALMEIDA, 2001, p. 15, carta de Emídio Navarro de 16 de Junho de 1881.

segundo a eleição foi anulada. Só haveria de conseguir entrar no Parlamento através da eleição de Timor, realizada em Outubro[1056]. Emídio Navarro, que nas duas eleições anteriores fora deputado pelo círculo de Avis, teve de apresentar candidatura por Arouca, enfrentando uma competição agressiva. Anselmo Braamcamp, chefe do partido, viu a sua candidatura ser considerada, sucessivamente, pelos círculos de Lisboa 4º, Oliveira de Azeméis, Tavira, São João da Pesqueira e Loulé[1057]. Como noticiava a imprensa Progressista, "O sr. Anselmo Braamcamp foi perseguido de circulo em circulo"[1058]. Acabaria, porém, por ser derrotado em Loulé, vencido por Ângelo Sarrea Prado, um Legitimista apoiado pelo governo.

José Luciano de Castro, que observava o processo eleitoral do seu retiro de férias no campo, chegara a supor que a oposição obtivesse 30 ou 40 deputados, mas a menos de duas semanas revia a sua previsão para 15 a 18 deputados[1059]. O político, que se candidatava novamente pelo círculo de Anadia, onde tinha uma influência incontestada desde a década de 1870, criticava a hostilidade do governo e os métodos para impedir a vitória de Progressistas: "É uma verdadeira *razzia*. Tudo annuncia q. teremos eleições á *cabralina*", "as violencias, tropelias, e veniagas por parte do gov.º são, como nunca foram. É um descaramento inaudito. O gov.º joga as ultimas"[1060]. Mas José Luciano esperava ainda que a atitude do governo fizesse ricochete e provocasse a queda do executivo: "A perseguição á imprensa, e as patifarias eleitoraes, com o augmento das despesas traduzido já na divida fluctuante, tem escandalisado a opinião de tal maneira q. já não julgo possivel um ministerio presidido pelo Fontes, e tenho por inevitavel a queda do gov. na proxima sessão" [1061]. E o caso do marquês de Valada só contribuía para o descrédito do governo e do rei[1062].

No que diz respeito ao financiamento das acções eleitorais, uma grande parte do dinheiro provinha de contribuições de membros destacados dos partidos. No caso dos Progressistas, o principal «capitalista do partido» era o visconde de Valmor. Outros

[1056] FERNANDES, 2010 (a), p. 160. Refira-se que a vitória de Mariano de Carvalho foi essencialmente um favor que o governo lhe fez: "o lugar fora praticamente oferecido".
[1057] ALMEIDA, 2001, pp. 33, 42, 49, 57 e 59, cartas de Emídio Navarro de 9, 17, 19, 29 e 31 de Julho de 1881.
[1058] *Diário Popular*, 26 de Agosto de 1881, p. 1, citando *O Progresso*.
[1059] ALMEIDA, 2001, pp. 47 e 63, cartas de José Luciano de Castro de 18 de Julho e 13 de Agosto de 1881.
[1060] ALMEIDA, 2001, pp. 47 e 63, cartas de José Luciano de Castro de 18 de Julho e 13 de Agosto de 1881.
[1061] ALMEIDA, 2001, p. 63, carta de José Luciano de Castro de 13 de Agosto de 1881.
[1062] *O António Maria*, 11 de Agosto de 1881, pp. 250-251; HOWES, 2002, pp. 25-48.

influentes eram chamados a colaborar nas despesas inerentes à campanha nos seus círculos, sendo também possível obter dinheiro através de subscrições entre membros do partido[1063]. O dinheiro era utilizado, comummente, para a compra de votos. Esta podia ser feita, do ponto de vista do governo, através da realização de favores aos influentes locais, nomeadamente a construção de estradas ou de linhas de caminho-de-ferro, ou, para ambos os partidos, com a entrega directa de dinheiro aos votantes[1064]. As práticas de manipulação eleitoral eram publicamente conhecidas e, até certo ponto, aceites: "A compra de votos é cousa vulgar. No sábado, véspera da eleição, as notabilidades eleitoraes ou os seus agentes, munidos com dinheiro, partem para as aldeias pobres e mais nomeadas pela sua miséria e ausência de illustração e de escrúpulos a fim de transaccionarem a compra do voto por alguns mil réis"[1065]. Os votantes eram levados pelos caciques até à mesa de voto, para garantir que não se abstinham, onde recebiam as listas que tinham de depositar dentro da urna. Em troca era-lhes oferecido um almoço bastante mais substancial do que aquele a que a população estava habituada[1066].

A oposição queixava-se principalmente dos métodos utilizados pelo governo: "O governo perseguiu, demittiu, transferiu empregados, corrompeu com dinheiro e obras publicas, fez emfim toda a qualidade de violencias e patifarias, como só no tempo dos Cabraes se praticavam"[1067]. Nos casos em que se tornava evidente que a eleição estava ganha por um dos candidatos, o partido adversário recorria a estratagemas mais violentos: "Em muitos pontos houve grossa pancadaria". Uma dessas tácticas fora utilizada precisamente no caso de Mariano de Carvalho: "A eleição do Mariano é provável q. seja annullada, por q. vendo os agentes do gov. q. elle tinha a eleição vencida, roubaram a urna n'uma assembleia, cuja votação influe no resultado da eleição"[1068].

A imprensa satírica da época aproveitou os períodos eleitorais para lançar as suas farpas aos partidos e aos políticos. Um dos caricaturistas mais dinâmicos foi Rafael

[1063] ALMEIDA, 2001, pp. 47, 63 e 75, cartas de José Luciano de Castro de 18 de Julho, e 13 e 31 de Agosto de 1881.
[1064] Pedro Tavares de Almeida, recorrendo à literatura da época, fez um interessante recenseamento das práticas mais comuns de manipulação eleitoral e compra de voto; ALMEIDA, 1991, pp. 97-111.
[1065] TARROZO, Domingos, *A Forma de Votar*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos Editor, 1898, pp. 8-9, citado em ALMEIDA, 1991, p. 112.
[1066] TARROZO, Domingos, *A Forma de Votar*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos Editor, 1898, pp. 24-28, citado em ALMEIDA, 1991, pp. 113-114.
[1067] ALMEIDA, 2001, p. 75, carta de José Luciano de Castro de 31 de Agosto de 1881.
[1068] ALMEIDA, 2001, p. 76, carta de José Luciano de Castro de 31 de Agosto de 1881.

Bordalo Pinheiro, que desenhou no *António Maria* com bastante ironia as diferenças (ou ausência delas) dos programas eleitorais, as ofertas feitas ao «Zé Povinho» antes da eleição e a forma como era tratado posteriormente, e os vários métodos e violências eleitorais[1069]. Também o jornal *O Sorvete* se dedicou a satirizar os processos de compra de votos, chamando-lhe o «mercado dos votos»[1070].

Uma vez que não dispomos de correspondência trocada entre as principais figuras do Partido Regenerador durante este período eleitoral, recorremos às fontes oficiais para seguir os métodos utilizados pelo governo Regenerador, comparando-as com as acusações feitas pelos Progressistas. Depois do anúncio da dissolução das Cortes, a 4 de Junho, ocorreu uma onda de exonerações e nomeações, afectando principalmente a administração dos concelhos. Até às eleições, em Agosto, ocorreram 109 exonerações, nomeações ou transferências de cargos na administração local[1071]. O resultado desta azáfama foi positivo para o governo: o Partido Regenerador venceu em 86% dos círculos eleitorais onde tinha feito mudanças de administradores, sendo que os 13% em que ocorreram derrotas dividiram-se entre três candidatos Progressistas e quatro Constituintes[1072]. Quando observamos a geografia dos resultados é possível ver que as maiores dificuldades do governo ocorreram na Madeira e no distrito de Aveiro – neste último caso, devido à influência consolidada de José Dias Ferreira e dos seus Constituintes.

Da mesma forma que servira de instrumento antes das eleições, a administração local foi também penalizada pelo seu insucesso depois do acto eleitoral: o administrador de concelho de Águeda, e os administradores substitutos de Águeda e de Ílhavo foram exonerados poucos dias depois das eleições; nos círculos a que essas localidades pertenciam ganharam, com a esmagadora maioria dos votos, respectivamente António

[1069] Ver Anexos 11.4, 11.5 e 11.7, pp. 112, 113 e 115.
[1070] Ver Anexo 11.6, p. 114.
[1071] Ver Anexo 10.1, pp. 102-105. A esmagadora maioria dos casos identificados dizem respeito a administradores de concelho e administradores substitutos, mas foi também possível encontrar: nomeações de um governador civil (António Patrício da Terra Pinheiro, na Horta) e de cinco governadores civis substitutos (Joaquim António Pereira de Matos, em Faro, o Marquês de Valada, em Lisboa, Manuel Justino Marques Murta, em Braga, Filipe da Silva Ribeiro, em Castel Branco, e António Fernandes de Carvalho, na Horta); a exoneração de dois governadores civis substitutos (José Maria Raposo do Amaral Júnior, em Ponta Delgada, e o Marquês de Valada, em Lisboa); e a transferência de um secretário-geral do governo civil (Adriano Augusto Resende Murteira, de Faro para Évora).
[1072] O 1% em falta, um valor arredondado, deve-se à eleição do Sabugal, que foi anulada.

Maria de Carvalho, do Partido Progressista, e José Dias Ferreira, líder do Partido Constituinte[1073].

A estratégia do governo Regenerador, a «guerra de extermínio», revelou-se eficaz: o Partido Regenerador conseguiu eleger, na primeira volta, 131 dos candidatos que propusera nas suas listas[1074]. Os Constituintes conseguiram eleger oito candidatos, o que significava um resultado melhor que o da eleição anterior[1075]; entre os deputados eleitos estava José Dias Ferreira, o aguerrido líder Constituinte, e era visível a influência regional que Manuel Vaz Preto Geraldes, conhecido cacique regional e membro do partido, tivera na eleição dos deputados da Beira Interior. Do lado dos Progressistas o resultado foi pior: só conseguiram levar ao Parlamento seis deputados, aos quais se juntou posteriormente Mariano de Carvalho através da eleição de Timor[1076]. E se fizeram eleger nomes importantes como José Luciano de Castro ou Emídio Navarro, grandes figuras do partido como António Cândido, Frederico Ressano Garcia ou o próprio líder, Anselmo Braamcamp, ficaram de fora.

O sentimento entre os Progressistas era de desilusão e, em simultâneo, de revolta contra o governo: Anselmo Braamcamp dizia a José Luciano de Castro que "a derrota foi de bota abaixo", devido às "infamias praticadas pelos jovens ministros", que tinham encenado uma "comedia ridicula" e feito andar o seu "pobre nome aos balalões"[1077]. Já Emídio Navarro comentava os efeitos que uma derrota tão severa teria, forçosamente, no futuro do Partido Progressista: "A situação do nosso partido é grave, e hade ser grave a resolução a tomar"[1078].

Mas havia ainda outro ponto importante a ressalvar desta eleição: os Republicanos tinham conseguido eleger um deputado, e desta vez já não era o conhecido Rodrigues de Freitas, que chegara ao Parlamento antes de se tornar

[1073] António Maria de Carvalho obteve 2535 votos, num total de 2573 votantes, e José Dias Ferreira obteve 848 votos, de um total de 857; *DCD*, 4 de Janeiro de 1881, p. 6.
[1074] Incluímos nesta contabilização apenas os candidatos cuja eleição foi validada, ou seja, excluindo os círculos de Gouveia e Chaves. Incluímos também o deputado Ângelo Sarrea Prado que, ainda que se declarasse Legitimista, foi eleito com o apoio dos Regeneradores pelo círculo de Loulé. Ver Anexo 7.1, pp. 53-60.
[1075] Os deputados eleitos pelo Partido Constituinte foram José Dias Ferreira (Aveiro), Francisco Vanzeller (Lousã), Manuel Pinheiro Chagas (Arganil), José Maria Teixeira de Queirós (Seia), João Franco Frazão (Idanha-a-Nova), Augusto Potsch Peixoto (Alenquer), Manuel José Vieira (Santa Cruz) e Luís Gonçalves de Freitas (Ponta do Sol).
[1076] Os deputados eleitos pelo Partido Progressista foram Emídio Navarro (Arouca), António Maria de Carvalho (Águeda), José Luciano de Castro (Anadia), Francisco Campos (Viseu), Augusto Saraiva de Carvalho (Covilhã), Pedro Augusto Franco (Belém) e Mariano de Carvalho (Timor).
[1077] ALMEIDA, 2001, p. 68, carta de Anselmo Braamcamp de 23 de Agosto de 1881.
[1078] ALMEIDA, 2001, p. 66, carta de Emídio Navarro de 22 de Agosto de 1881.

Republicano. O deputado eleito era agora José Elias Garcia, conhecido dirigente do Centro Republicano Democrático e membro da Maçonaria, que obtivera a maioria dos votos num dos círculos de Lisboa[1079]. Era a primeira vez que um deputado Republicano saía eleito pela capital, e quem não ficou satisfeito com isso foi o monarca. Segundo José Luciano de Castro, a Família Real ficara assustada: "a corrente hoje em todo o paiz é republicana", o que significava que "o rei está desconceituadissimo. Os partidos monarchicos estão sem força, nem prestigio"[1080]. Depois da implantação da III República em França, em 1870, o receio pairava na Europa, e causava apreensão entre os políticos: "não tenho medo da republica, mas tenho m.to medo da transição, e do risco a q. será sujeita a nossa independencia"[1081].

Quanto aos Regeneradores, festejaram a vitória folgada e desvalorizaram o perigo Republicano: "Os nossos republicanos acomodam-se perfeitamente à monarquia"[1082]. Em dois dos círculos da capital, onde Hintze Ribeiro e Lopo Vaz tinham vencido a eleição, foi necessário proceder a nova votação para preencher as vagas deixadas[1083]. Os Progressistas recusaram apresentar candidatos e apelaram aos seus apoiantes que se abstivessem de votar. O resultado foi a eleição de mais dois deputados Regeneradores[1084].

O processo eleitoral de 1881 foi, acima de tudo, uma demonstração de força do governo Regenerador em relação aos seus adversários, especialmente no que diz respeito ao Partido Progressista. Eventualmente pela juventude de alguns dos seus ministros, e pelo pouco controlo que António Rodrigues Sampaio conseguiu ter sobre eles, o governo tomou uma atitude muito agressiva contra os Progressistas que, apesar de ter tido o objectivo desejado – limitar o poder Progressista no Parlamento – teve efeitos secundários indesejáveis – aumentando a animosidade da imprensa Progressista contra a figura do monarca e contribuindo para o descrédito do sistema político.

[1079] A José Elias Garcia haveria de se juntar, por eleição suplementar de Novembro de 1882, Manuel de Arriaga, eleito pelo círculo do Funchal.
[1080] ALMEIDA, 2001, p. 76, carta de José Luciano de Castro de 31 de Agosto de 1881.
[1081] ALMEIDA, 2001, p. 76, carta de José Luciano de Castro de 31 de Agosto de 1881.
[1082] *Revolução de Setembro*, 27 de Agosto de 1881, p. 1.
[1083] Lopo Vaz tinha vencido em simultâneo as eleições de Lisboa 4º e de Gaia, optando pelo segundo círculo. Também Hintze Ribeiro fora eleito, simultaneamente, por Lisboa 5ª e Ribeira Grande, preferindo o seu círculo de origem.
[1084] Pelos círculos de Lisboa 4º e 5º foram eleitos, respectivamente, Rodrigo Pequito e o visconde de Rio Sado, na eleição suplementar de Novembro de 1882.

3.1.2. Composição parlamentar

Em décadas recentes a historiografia portuguesa dedicou alguma atenção ao estudo do Parlamento no século XIX e início do século XX[1085]. Para além da sua história institucional, também a composição do corpo de deputados foi alvo de investigações, que procuraram elaborar uma prosopografia dos deputados em determinados momentos[1086]. Contudo, estes estudos não se centraram na vertente partidária, ou seja, a análise do corpo parlamentar do ponto de vista de um dos partidos políticos que o compunham. Entre as razões para a ausência de estudos deste género estão obstáculos colocados pelo próprio tema e pela política da época: a eleição de deputados com o apoio de um determinado partido não significava uma ligação directa e permanente com esse partido; acontecia, por vezes, um deputado ser eleito pelo partido governamental, e comportar-se como oposição no Parlamento. Noutros casos a inclinação partidária de um deputado não era sequer perceptível. Ainda assim, procuraremos neste ponto do texto estabelecer indicadores prosopográficos para o corpo parlamentar do Partido Regenerador, sendo estes um eventual auxílio para compreender a constituição do próprio partido.

No que diz respeito à eleição de 1881, e à legislatura que se lhe seguiu, conseguimos identificar 136 deputados que foram eleitos com o apoio do Partido Regenerador, independentemente das suas ideologias pessoais[1087]. Destes, 127 foram eleitos através da eleição geral de 24 de Agosto de 1881, enquanto os restantes obtiveram a sua eleição em períodos posteriores: Jacinto de Freitas Oliveira foi eleito na votação para preenchimento da vaga do círculo de Quelimane, vago depois do conde de Bonfim ter sido nomeado par do Reino[1088]; Bernardino Machado foi eleito na votação para preenchimento da vaga do círculo de Lamego, vago depois de Tomás Ribeiro ter sido nomeado par do Reino[1089]; João Gualberto da Fonseca foi escolhido na repetição da eleição de Chaves, que tinha sido anulada[1090]; Rodrigo Afonso Pequito entrou para o parlamento na eleição suplementar para o círculo de Lisboa 4º, que ficara vago quando Lopo Vaz optou por Vila Nova de Gaia[1091]; Augusto Ferreira da Costa, visconde do Rio

[1085] ALMEIDA e MORENO LUZÓN, 2012 (a); COELHO e RIBEIRO, 2010; MÓNICA, 2004-2005.
[1086] ALMEIDA, 1995; ALMEIDA, 2005 (b), pp. 439-462; ALMEIDA, FERNANDES, e SANTOS, 2006, pp. 403-406; SOBRAL e ALMEIDA, 1982, pp. 649-671.
[1087] Ver Anexo 7.1, pp. 53-60.
[1088] *DCD*, 1 de Março de 1882, p. 525.
[1089] *DCD*, 5 de Janeiro de 1883, p. 9.
[1090] *DCD*, 5 de Janeiro de 1883, p. 9.
[1091] *DCD*, 8 de Janeiro de 1883, p. 9.

Sado, foi escolhido na eleição suplementar para o círculo de Lisboa 5º, que ficara vago quando Hintze Ribeiro optou pela Ribeira Grande[1092]; Wenceslau de Lima foi confirmado na eleição suplementar para o círculo de Guimarães, que ficara vago quando Ilídio Vale optou por Valença[1093]; Joaquim Teixeira de Sampaio foi eleito na votação para preenchimento da vaga do círculo de Alijó, vago depois do visconde de Arriaga ter sido nomeado par do Reino[1094]; José Guedes Brandão de Melo foi escolhido na repetição da eleição de Gouveia, que tinha sido anulada[1095]; e Pedro Dinis foi escolhido na eleição para preenchimento da vaga do círculo de Luanda 1º, depois da morte de Luís Coutinho Garrido[1096].

A questão da inconstância política de alguns deputados é visível, por exemplo, no caso de Ângelo Sarrea de Sousa Prado, deputado eleito com o apoio do governo Regenerador pelo círculo de Loulé, onde derrotou Anselmo Braamcamp, líder do Partido Progressista. Sarrea Prado fora deputado na legislatura anterior e, a propósito do falecimento da esposa de D. Miguel de Bragança, filho de D. Miguel I, confirmara a sua crença legitimista: "Como legitimista, que tenho a honra de ser, e não tenho duvida em o declarar bem alto, folgando até de offerecer-se-me ensejo de lealmente fazer esta declaração em pleno parlamento", declarou Sarrea Prado no Parlamento, sendo inclusive aplaudido pelos presentes[1097]. Apesar desta afirmação, voltou a ser apoiado pelos influentes Regeneradores de Loulé em Agosto de 1881, que não consideraram problemática a sua declaração de interesses para o levar ao Parlamento. A ideologia era, portanto, um elemento que parecia não causar impedimentos no meio partidário da época.

Quanto aos critérios prosopográficos, seguimos os estudos existentes e delineámos um conjunto de elementos que nos permitem obter uma visão global sobre o corpo parlamentar Regenerador. São estaes a idade, formação académica, profissão, local de origem, número de vezes que tinham sido eleitos anteriormente, detenção de título nobiliárquico e relação entre o círculo de eleição e o círculo de origem.

Dentro do conjunto de deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador para a legislatura de 1882-1884, a idade média rondava os 42 anos (Tabela 1).

[1092] *DCD*, 8 de Janeiro de 1883, p. 21.
[1093] *DCD*, 8 de Janeiro de 1883, p. 22.
[1094] *DCD*, 12 de Janeiro de 1883, p. 33.
[1095] *DCD*, 13 de Janeiro de 1883, p. 38.
[1096] *DCD*, 27 de Janeiro de 1883, p. 164.
[1097] *DCD*, 12 de Fevereiro de 1881, p. 497.

Tabela 1. Idade à data da eleição

Mínima	Média	Máxima
22	42,5	73

Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

Ainda que não se revelasse uma média etária incomum, 42% desses deputados desempenhavam funções parlamentares pela primeira vez (Tabela 2), o que se deve ao esforço feito pelo governo Regenerador para impedir os partidos da oposição de chegar ao Parlamento, que obrigou os Regeneradores a introduzir na câmara electiva um grande número de indivíduos que não tinham experiência enquanto deputados. Por essa mesma razão, dos deputados que fizeram parte do Parlamento nesta legislatura, 26% não voltaram a candidatar-se em anos seguintes, tendo a eleição parlamentar sido uma opção transitória.

Tabela 2. Experiência anterior e deputados estreantes

Número médio de eleições anteriores	1,7
Número máximo de eleições anteriores	16
Deputados estreantes	42%
Deputados que não regressam em eleições seguintes	26%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

Uma das plataformas de entrada para o Parlamento e para a vida política seria, com grande probabilidade, a universidade. Sintoma disso é o facto de 18% dos deputados que compunham a bancada Regeneradora em 1881 pertencerem ao grupo etário dos 20 anos quando entraram para o Parlamento, ou seja, serem escolhidos para o cargo em idades bastante jovens (Tabela 3). Não é, contudo, surpreendente que assim o fosse neste período: desempenhavam funções como ministros nessa altura indivíduos que tinham entrado para a Câmara dos Deputados em idades muito jovens – Lopo Vaz aos 22 anos, Hintze Ribeiro e Júlio de Vilhena aos 29; além disso, alguns dos membros mais importantes do Partido Regenerador eram professores universitários – como Barjona de Freitas, Jaime Moniz, João Arroio, Bernardino Machado, entre outros –

garantindo, por isso, uma proximidade com o corpo estudantil, o que permitia ao partido introduzir-se nos espaços socias comuns à juventude, e tornava as instituições de ensino numa câmara inicial para a política.

Tabela 3. Idade à data da primeira eleição

Grupos etários	N	%		
20-29 anos	20	18%		
30-39 anos	59	53%	Idade média	37
40-49 anos	20	18%	Idade máxima	71
50-59 anos	9	8%	Idade mínima	22
> 60 anos	3	3%		
Total	111	100%		

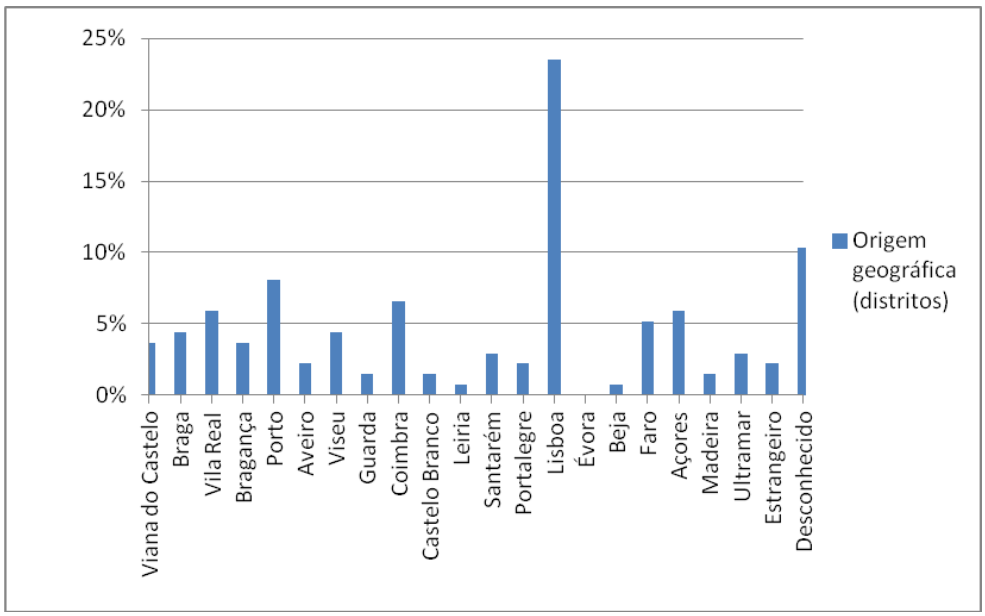
Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

No que diz respeito à origem geográfica dos deputados Regeneradores de 1881, a maioria provinha dos distritos de Lisboa e do Porto, o que confirma a importância destas duas regiões como produtoras de um ambiente político que não existia no resto do país (Gráfico 1). Existe também uma pequena percentagem de indivíduos nascidos no estrangeiro, essencialmente em territórios que tinham pertencido ao Império Português, como é o caso do Brasil.

O corpo parlamentar era uma elite na sociedade portuguesa do século XIX, o que é visível na sua educação: a maior parte dos deputados do Partido Regenerador tinham formação universitária ou equivalente (Gráfico 2). Apenas 6% dos deputados não tinham estudos superiores. O curso que detinha o maior número de licenciados nesta legislatura era Direito, com 34% dos deputados Regeneradores. A situação não é incomum: o curso de Direito, permitia aos alunos seguirem carreiras não apenas na advocacia, mas também na magistratura ou no funcionalismo público, pelo que era uma opção com potencial. Depois de Direito, as disciplinas com maior relevância entre os deputados eram os cursos militares e a Medicina, com 15% e 5%, respectivamente. No caso dos cursos militares considerámos vários locais de ensino, nomeadamente a Escola do Exército, a Escola Naval ou a Escola Veterinária Militar. Quanto à Medicina, existia

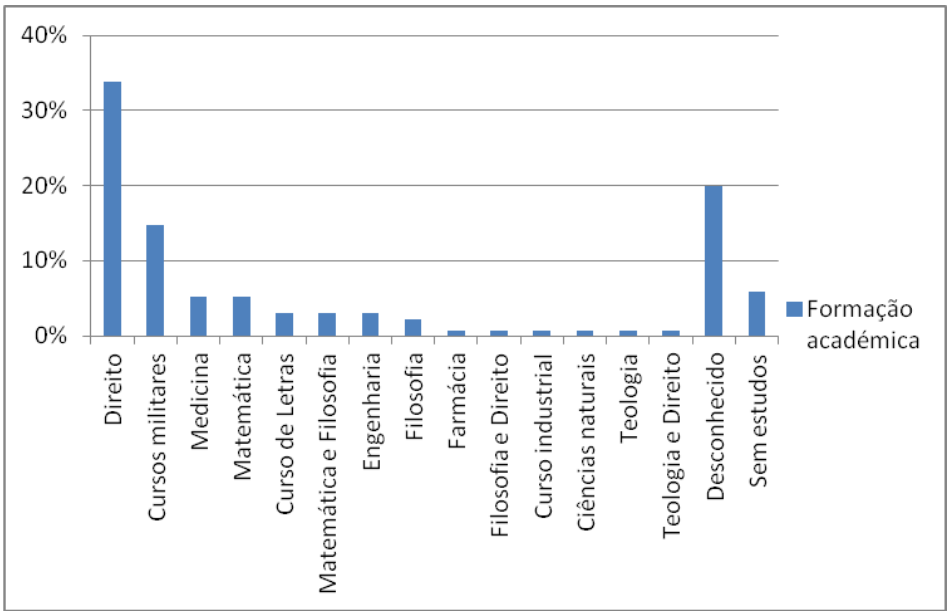
uma faculdade dedicada a essa área na Universidade de Coimbra, bem como duas escolas médico-cirúrgicas em Lisboa e no Porto[1098].

Gráfico 1. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

Gráfico 2. Formação académica

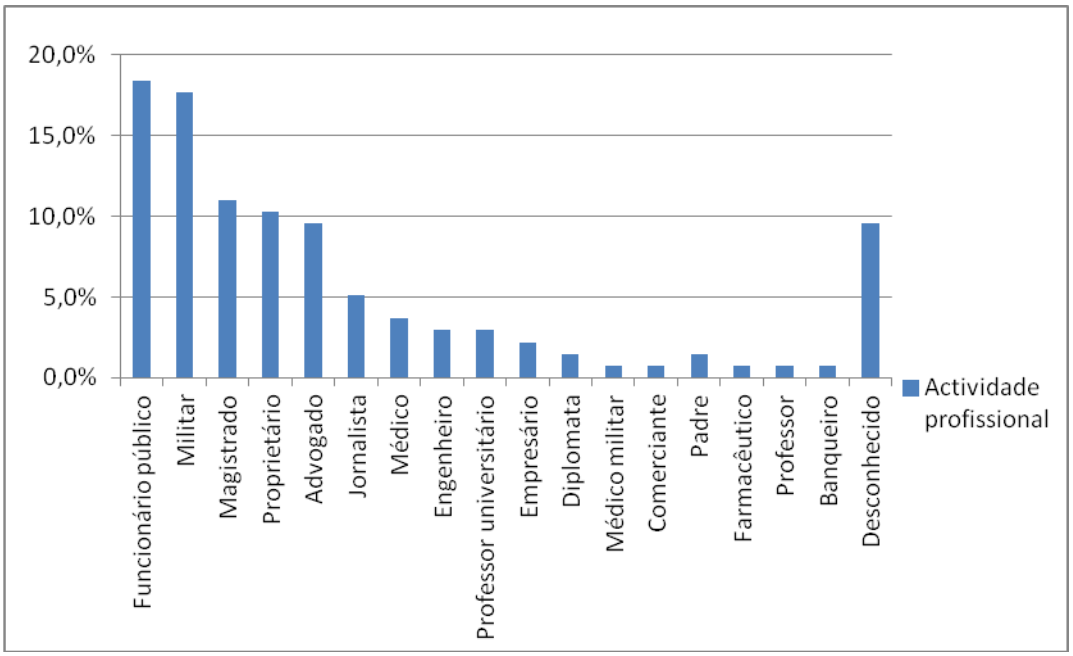


Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

[1098] Existiam ainda Escolas Médico-Cirúrgicas no Funchal e em Goa. Não existem, contudo, deputados formados nessas instituições nos anos aqui analisados.

Quanto à actividade profissional dos deputados Regeneradores, os números mais elevados dizem respeito aos funcionários públicos e aos militares, com 18,4% e 17,6%, respectivamente (Gráfico 3). Outras profissões com valores relevantes são os magistrados, os advogados e os proprietários. Isto revela uma ligação significativa entre os deputados do Partido Regenerador e o Estado como produtor de ocupações profissionais. Demonstra também uma menor importância dos proprietários de terras, que tinham formado anteriormente a parte mais significativa do espectro, mas que à época rondavam apenas os 10%[1099].

Gráfico 3. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

O decréscimo do número de proprietários estará também relacionado com a transformação da sociedade portuguesa e da elite política, que deixou de ser formada apenas pela aristocracia, e assistiu ao aparecimento e crescimento de uma classe média associada a profissões da administração pública e dos serviços[1100]. Em 1881, a

[1099] ALMEIDA, 1995, p. 156.
[1100] Fazer uma avaliação do estatuto social dos deputados apenas com base na existência ou não de um título nobiliárquico, ou seja, dividindo o corpo parlamentar entre classe média e aristocracia, é

percentagem de membros da aristocracia titulada na bancada parlamentar do Partido Regenerador era apenas de 12% (Tabela 4).

A comparação dos valores por nós obtidos com outros que nos dão uma perspectiva internacional da situação dos partidos considerados conservadores revela diferenças: alguns autores têm defendido que os partidos conservadores do século XIX tinham relevância significativa de membros da nobreza, um número elevado de indivíduos profissionalmente ligados ao sector primário, como proprietários, e um número em decréscimo de deputados que eram simultaneamente altos funcionários públicos[1101]. As características do Partido Regenerador são precisamente o contrário. O corpo parlamentar Regenerador tinha uma baixa percentagem de membros da aristocracia, um número reduzido de proprietários, e uma elevada percentagem de funcionários públicos, a maior parte pertencentes aos níveis mais elevados do aparelho burocrático[1102].

Tabela 4. Origem social dos deputados

	Nº	%
Com título nobiliárquico	16	12%
Sem título nobiliárquico	120	88%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

Observando a ligação entre os deputados e os seus círculos de eleição, alguma historiografia sugere que a maioria dos deputados do Parlamento português, no século XIX, tinha uma ligação com o seu círculo eleitoral, essencialmente pelo nascimento[1103]. Mas os dados relativos aos Regeneradores em 1881 mostram um resultado um pouco

evidentemente uma opção simplista. É, porém, a divisão possível tendo em conta os dados disponíveis e os limites de tempo da investigação.

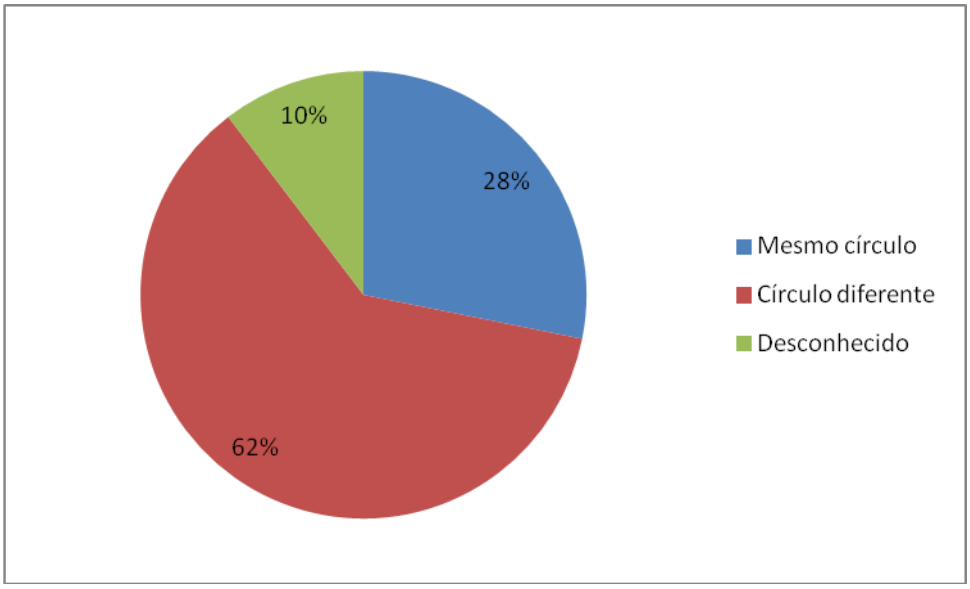
[1101] CROMWELL e VERZICHELLI, 2007, pp. 194-216.

[1102] A título de exemplo: Manuel de Assunção foi director-geral dos Negócios da Justiça; Luís de Freitas Branco chegou a director-geral dos Negócios Eclesiásticos; Augusto Neves Carneiro foi director-geral da secretaria do Supremo Tribunal de Justiça; António Maria Pereira Carrilho foi director-geral da Contabilidade Pública; António de Azevedo Castelo Branco foi director da Penitenciária de Lisboa; Lopo Vaz de Sampaio e Melo foi director-geral das Alfândegas e Contribuições Directas; José de Saldanha foi director da Casa da Moeda e Papel Selado de Lisboa; e Inácio Silveira da Mota foi director-geral do Registo Civil e Estatística e secretário-geral do Ministério da Fazenda.

[1103] ALMEIDA, 1995, p. 144; conclusões semelhantes foram recuperadas, para uma análise comparativa a nível europeu, por PEDERSEN, KJAER e ELIASSEN, 2007, pp. 160-190.

diferente: a maioria dos deputados, 62%, não nascia no círculo pelo qual eram eleitos (Gráfico 4). Importa, porém, sublinhar que os dados dizem respeito à ligação pelo nascimento, estando em falta informações referentes a outros laços com o círculo eleitoral, por exemplo através do casamento ou da actividade profissional. Contudo, algumas das ligações entre os deputados e o seu círculo eleitoral parecem ter sido bastante fortes, como no caso de Guilherme de Carvalho e Abreu, que foi eleito por diferentes círculos da sua região de nascimento durante mais de 40 anos.

Gráfico 4. Local de origem vs. círculo de eleição



Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

O corpo parlamentar do Partido Regenerador, em 1881, era, portanto, um grupo de políticos jovens e com formação superior, essencialmente recrutados entre os funcionários públicos e os militares. Geograficamente, predominava a origem nas regiões de Lisboa e do Porto, e estava em declínio a pertença a famílias da aristocracia titulada. No que diz respeito à ligação ao círculo pelo qual eram eleitos, apenas 28% tinham uma ligação pelo nascimento.

Ainda que a eleição de 1881 possa ter sido um caso particular, a representação parlamentar dos Regeneradores mostra um partido jovem, tendencialmente urbano e cosmopolita. Era um reflexo das transformações da sociedade, nomeadamente no que diz respeito à preponderância do funcionalismo público e ao declínio da influência da

aristocracia proprietária. Conclusões semelhantes foram obtidas para o corpo ministerial durante a Monarquia Constitucional pós-Regeneração, o que se explica pelo percurso parlamentar prévio da grande maioria dos ministros portugueses desse período[1104]. A bancada parlamentar Regeneradora tinha, contudo, uma limitada ligação às regiões que representava no Parlamento, no que se afasta da visão historiográfica sobre o tema.

3.1.3. Votações nominais e posicionamento do partido no Parlamento

Uma das formas de analisar o comportamento do Partido Regenerador enquanto grupo político é através do posicionamento dos seus deputados aquando das votações nominais realizadas no Parlamento. Simultaneamente, esse é também um dos instrumentos para apurar a percepção sobre a existência de uma real unidade dentro do corpo parlamentar do partido: o conceito de «disciplina de voto» era ainda desconhecido no meio político português da Monarquia Constitucional, pelo que não existia um impedimento legal para os deputados votarem conforme as suas opiniões pessoais – a existência de outras formas de impedimento ou de pressão é, evidentemente, debatível, sendo mais difícil de localizar nas fontes.

Tendo em conta esta dinâmica simultaneamente favorável e desfavorável para a análise feita pelo investigador, optámos pela observação dos resultados de um conjunto de votações nominais, respeitantes a temas de maior importância no contexto político da época. Assim sendo, identificámos os resultados de 10 votações nominais, entre 1882 e 1884, abordando temas como a reforma da Carta Constitucional, o *bill* de indemnidade – um método através do qual eram votadas as medidas implementadas pelo governo enquanto as Cortes tinham estado encerradas –, moções de confiança e de censura ao governo ou a membros do governo, e orçamentos de ministérios[1105]. Através da singularidade dos assuntos votados, e da regularidade das votações identificadas, pretende-se obter uma visão de conjunto sobre o comportamento dos deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador. Note-se, porém, que as votações nominais não eram um método sistemático, mas sim uma opção requerida por membros do corpo parlamentar em determinados momentos.

O ano de 1882 foi significativamente diferente para o governo Regenerador em relação a 1881: depois da actuação extrema do «Governo dos Meninos» durante a

[1104] ALMEIDA & PINTO, 2003, p.22.
[1105] Ver Anexo 7.2, pp. 60-78.

campanha eleitoral do Verão de 1881, que levou o Partido Progressista ao seu resultado mais fraco de sempre, a «velha guarda» do Partido Regenerador ficara descontente com o comportamento dos ministros e com as consequências da eleição – não só no que diz respeito ao resultado dos Progressistas, como principalmente em relação à eleição de um deputado Republicano por Lisboa[1106]. Fontes Pereira de Melo teve então de intervir, e o elenco ministerial foi remodelado em Novembro de 1881. A justificação para as substituições foi a existência de um conflito entre Lopo Vaz e Caetano Sanches de Castro que teria causado mal-estar entre os ministros. Mas não foram apenas estes dois elementos a sair: Fontes entrava não só para a Presidência, como também para as pastas da Fazenda e da Guerra; Tomás Ribeiro substituía Rodrigues Sampaio no Reino; António de Serpa Pimentel entrava para os Negócios Estrangeiros; e José de Melo Gouveia para a Marinha e Ultramar. Do «Governo dos Meninos» eram mantidos apenas Hintze Ribeiro, que continuava nas Obras Públicas, e Júlio de Vilhena, que transitava da Marinha para a Justiça.

A imprensa oposicionista garantia que a subida ao poder do executivo liderado por Rodrigues Sampaio fora um método utilizado por Fontes para testar alguns dos membros mais jovens do Partido Regenerador que "o importunaram incessantemente com a sua ambição de serem ministros"[1107]. A breve passagem pelo governo servira assim para Fontes avaliar as capacidades dos jovens, mas também para afastar aqueles que se haviam tornado problemáticos. Contudo, a estratégia de Fontes parece ter sido mais elaborada: a remodelação ministerial de Novembro de 1881 servira não só para retirar do poder os ministros que estavam debaixo de fogo perante a opinião pública, mas também para descredibilizar "um dos mais entusiastas patrocinadores do executivo", Barjona de Freitas[1108]. Constava até que Barjona, percebendo que a queda do governo estava para breve, pressionara Rodrigues Sampaio com o objectivo de lhe suceder na Presidência do ministério, e insistira também em ser nomeado ministro do Reino[1109].

Quando o governo finalmente caiu foi dado como certo que Martens Ferrão seria chamado a formar um ministério de reconciliação nacional, pelo seu carácter

[1106] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 273.
[1107] *Diário Popular*, 21 de Setembro de 1881, p. 1.
[1108] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 273.
[1109] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 273.

independente[1110]. Mas quando foi tornado público o novo elenco ministerial, o presidente era Fontes. Fontes conseguia, com um golpe só, enfraquecer os seus dois maiores concorrentes dentro dos Regeneradores, Barjona de Freitas e Lopo Vaz, enquanto regressava ao governo e reforçava a sua liderança no Partido Regenerador. Fontes tentou ainda nomear Barjona embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, e Barjona percebeu a mensagem: estava a ser afastado do centro do poder. Antes do ano acabar o novo presidente do Conselho teve ainda tempo de pedir uma fornada de Pares ao rei, à qual este acedeu. Fontes ganhava em todas as frentes: tinha a maioria na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Pares, resolvera, pelo menos temporariamente, os problemas internos dos Regeneradores, e estava novamente no governo. A sessão parlamentar de 1882 começou, por isso, sob a batuta de um governo remodelado e seguro da sua influência em ambas as câmaras. Tudo fazia crer que o ambiente político estava pacificado.

Durante o ano de 1882 identificámos três votações nominais sobre temas relevantes, que iremos analisar detalhadamente em seguida: a votação do projecto de reforma da Carta Constitucional apresentado por José Dias Ferreira; a votação do *bill* de indemnidade aos decretos do governo Regenerador durante o ano de 1881; e a votação de uma moção de confiança ao ministro do Reino, apresentada pelo deputado governamental Luís de Lencastre[1111].

No que diz respeito ao projecto apresentado por Dias Ferreira para a reforma da Carta Constitucional, não era a primeira vez que uma iniciativa deste género era apresentada, nem era a primeira vez que o chefe dos Constituintes o fazia. Aliás, a proposta apresentada por Dias Ferreira em Janeiro de 1882 não era mais do que a renovação do projecto que submetera em Maio do ano anterior[1112]. Dias Ferreira era um reconhecido jurista, pelo que manejava habilmente os seus conhecimentos nos discursos e propostas sobre temas políticos e legais. Dias Ferreira acreditava que "nunca as questões financeiras deveriam sobrepôr-se às reformas políticas"[1113], e defendia precisamente "a necessidade da reforma de alguns artigos da carta constitucional"[1114]. A 3 de Fevereiro foi realizada a votação nominal para admitir o projecto a discussão, que

[1110] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 274.
[1111] *DCD*, 3 de Fevereiro de 1882, p. 198, 21 de Abril de 1882, p. 1175, e 31 de Maio de 1882, p. 1750.
[1112] *DCD*, 31 de Maio de 1881, p. 1170.
[1113] MOREIRA, 2004 (c), vol. II, pp. 145-148.
[1114] *DCD*, 20 de Janeiro de 1882, p. 62.

acabou rejeitado por 88 votos contra 23[1115]. Os deputados que votaram a favor do projecto foram, para além de sete Constituintes liderados por Dias Ferreira, três Progressistas, um Republicano, e doze Regeneradores[1116]. Esta foi a votação com maior participação do conjunto da legislatura.

Alguns dos deputados Regeneradores sentiram a necessidade de justificar o seu voto, como Inácio Silveira da Mota, que declarava que o seu posicionamento não representava uma "manifestação hostil ao actual governo", mas apenas uma constatação de que "as instituições não podem ser consideradas immutaveis"[1117], ou Sebastião Barbosa Centeno, que acreditava ser "necessario reformar o nosso codigo fundamental, convicção que todos os partidos têem manifestado tambem desde 1871"[1118]. No sentido oposto colocava-se Avelar Machado, eleito pela primeira vez, que defendia que "o partido regenerador (…) entende que as reformas a introduzir no codigo fundamental da monarchia devem ser limitadas, muito pensadas e feitas no momento opportuno, com a tranquilidade e o socego necessarios para que o paiz possa d'ellas tirar conveniente proveito"[1119].

Mesmo que a proposta não tenha sido admitida a discussão, tornava-se evidente que se impunha entre muitos deputados a opinião de ter chegado o momento para alterar a lei fundamental, inclusive entre membros do Partido Regenerador. A votação da proposta de Dias Ferreira seria, aliás, no conjunto da legislatura, aquela em que o descontentamento de alguns membros do Partido Regenerador ganhou mais visibilidade, ou seja, em que mais deputados Regeneradores votaram contra a posição oficial do governo. Muito significativamente, os Regeneradores que votaram a favor eram indivíduos próximos de Barjona de Freitas. Sabia-se que tinham sido realizadas reuniões pelas facções do Partido Regenerador ligadas a Barjona e a Lopo Vaz, e que Fontes colocara a ambos uma espécie de *ultimatum*: caso o projecto fosse admitido a

[1115] *DCD*, 3 de Fevereiro de 1882, p. 198. A análise dos dados constantes nos Diários da Câmara dos Deputados a propósito das votações nominais levou-nos a identificar diversos erros de cálculo na contagem dos nomes dos votantes (ou a ausência de nomes de deputados que votaram). No caso desta votação, apesar de o Diário identificar 87 votos contra 24, a contagem dos nomes resulta em 88 votos contra 23.

[1116] Os deputados Regeneradores que votaram a favor da proposta de Dias Ferreira foram Eugénio Severino de Azevedo, Miguel Cândido, Sebastião Barbosa Centeno, João Carlos Costa, António Inácio da Fonseca, José Gonçalves Pereira dos Santos, José Luís Ferreira Freire, Augusto Pereira Leite, António de Sousa Pinto de Magalhães, Inácio Silveira da Mota, Marçal Pacheco, e Francisco Mouta e Vasconcelos. Refira-se que os seis primeiros deputados indicados tinham sido eleitos pela primeira vez em 1881, pelo que a sua atitude podia também ser reveladora de alguma falta de experiência parlamentar.

[1117] *DCD*, 3 de Fevereiro de 1882, p. 199.

[1118] *DCD*, 3 de Fevereiro de 1882, p. 199.

[1119] *DCD*, 3 de Fevereiro de 1882, p. 199.

discussão, ele pedia a demissão do governo[1120]. O resultado da votação mostra que Lopo Vaz acatou as ordens, mas Barjona de Freitas não. Fontes Pereira de Melo mantinha a sua posição, declarando que as grandes reformas não eram oportunas, especialmente a da Carta Constitucional[1121]. Fontes precisava, antes de se comprometer com medidas de tão elevado alcance, de recuperar o controlo sobre a sua bancada parlamentar.

A 18 de Abril entrou em discussão o projecto de lei nº 119, conhecido como *bill* de indemnidade, e que era um meio de "confirmar as providencias de natureza legislativa promulgadas pelo governo durante uma parte do anno proximo findo, e relevar o mesmo governo da responsabilidade em que incorreu pelo mesmo facto"[1122]. Tendo em conta que o Parlamento estivera encerrado praticamente desde a chegada ao poder do governo Regenerador, era agora necessário que os deputados procedessem à aprovação ou rejeição dos decretos promulgados pelo executivo durante o período da ditadura[1123]. A comissão encarregue de analisar a legislação promulgada e produzir um parecer era totalmente composta por deputados Regeneradores, pelo que talvez não seja de estranhar que tenha considerado que as medidas do governo deviam ser aprovadas[1124]. A votação nominal deste projecto, ao contrário do que acontecera com o anterior, foi bastante menos polémica: houve apenas 8 votos contra, vindos de três Progressistas, quatro Constituintes, e um Republicano[1125]. Nenhum deputado Regenerador se opôs à proposta.

O mesmo ocorreu na terceira votação de 1882, a propósito de uma moção de confiança apresentada pelo deputado Regenerador Luís de Lencastre, depois de um incidente envolvendo o ministro do Reino, Tomás Ribeiro. O ministro teria recebido um requerimento dos estudantes da Escola Médica de Lisboa, que deveria ter sido dirigido ao rei, e fora abundantemente criticado pela oposição pela forma aparentemente superficial como se pronunciara sobre o assunto. Depois de um debate que envolveu,

[1120] FERNANDES, 2010 (a), p. 164.
[1121] *DCP*, 8 de Fevereiro de 1882, p. 124; *DCD*, 13 de Fevereiro de 1882, pp. 323-324.
[1122] *DCD*, 18 de Abril de 1882, p. 1155.
[1123] As sessões parlamentares tinham sido suspensas no fim de Março de 1881, poucos dias depois da tomada de posse do governo Regenerador, para voltarem a ocorrer apenas entre 30 de Maio e 4 de Junho, data após a qual a câmara foi definitivamente dissolvida e foram convocadas eleições.
[1124] A comissão era composta por José Maria Borges, Luciano Cordeiro, Augusto Fuschini, Luís de Lencastre, Manuel de Assunção, António de Azevedo Castelo Branco e Frederico Arouca; *DCD*, 18 de Abril de 1882, p. 1155.
[1125] Votaram contra Francisco Campos, Mariano de Carvalho e José Luciano de Castro, pelo Partido Progressista, António Maria de Carvalho, Manuel Pinheiro Chagas, José Ferreira Dias e Augusto Potsch Peixoto, pelo Partido Constituinte, e José Elias Garcia pelos Republicanos; *DCD*, 21 de Abril de 1882, p. 1175.

para além de Tomás Ribeiro, Emídio Navarro e José Luciano de Castro, Luís de Lencastre, tentando acalmar os ânimos, propôs que os deputados se considerassem satisfeitos com as explicações apresentadas pelos membros do governo. A votação nominal, pedida pelo Regenerador Francisco Gomes Barbosa, resultou na aprovação da moção de Luís de Lencastre, com 88 votos a favor e 10 contra, entre Progressistas, Constituintes, e o deputado Republicano[1126].

Se em 1882 Fontes Pereira de Melo tinha considerado a reforma constitucional inoportuna, em 1883 a sua atitude já não era a mesma. Enredado numa crescente onda de contestação nacional pela fraca situação da economia, e sempre atento às ambições que se debatiam dentro dos Regeneradores, Fontes decidiu em Janeiro de 1883 incluir no discurso da Coroa, lido pelo rei perante os parlamentares, a indicação de que "parece opportuno ao meu governo apresentar ás Cortes uma proposta tendente a reconhecer a conveniencia da reforma de alguns artigos da Carta Constitucional" e da lei eleitoral[1127].

A 30 de Janeiro de 1883, Fontes Pereira de Melo, em representação do governo, apresentava na Câmara dos Deputados a sua proposta de alterações para a Carta Constitucional que, depois de um longo processo, haveria de se transformar no II Acto Adicional à Carta Constitucional[1128]. O projecto era da autoria de Júlio de Vilhena, um barjonáceo que caíra nas boas graças de Fontes e conseguira manter-se no governo aquando da remodelação de Novembro de 1881. A proposta de 1883 recuperava alguns pontos do projecto de lei apresentado pelos Regeneradores em 1872, e introduzia novos elementos. O ponto mais relevante do projecto era a dupla transformação da Câmara dos Pares: por um lado, o fim da hereditariedade do pariato; por outro lado, a introdução de de pares electivos, escolhidos pela Nação, que partilhariam a Câmara dos Pares com os representantes nomeados pelo rei a título vitalício. O governo trazia da proposta de 1872 o direito de reunião, a obrigatoriedade de convocação de eleições num prazo de 3 meses depois de dissolvida uma câmara, e de funcionamento do Parlamento durante pelo menos 3 meses na sessão seguinte, a responsabilidade dos ministros perante as decisões do poder moderador, e a prevalência das decisões da Câmara dos Deputados sobre as da Câmara dos Pares em casos de impostos ou recrutamento[1129]. Mas ia mais longe noutros itens, como é o caso da proibição do mandato imperativo, da autorização para a

[1126] *DCD*, 31 de Maio de 1882, p. 1750. Mais uma vez os valores apresentados no somatório do Diário não coincidem com a contagem dos nomes. O *DCD* identifica 88 votos a favor e 11 votos contra.
[1127] *Diário Popular*, 3 de Janeiro de 1883, p. 1.
[1128] *DCD*, 30 de Janeiro de 1883, pp. 207-210.
[1129] *DCD*, 15 de Janeiro de 1872, pp. 67-69.

detenção de deputados ou pares em todos os casos de flagrante delito, da confirmação do poder executivo quando o beneplácito régio para os documentos da Igreja Católica fosse invocado, e da possibilidade de o monarca se ausentar do reino sem necessitar de licença das Cortes[1130].

A atitude do governo era uma resposta às manobras dos Progressistas que, poucos dias antes, pela mão de José Luciano de Castro, tinham submetido a proposta de revisão da Carta, a mesma que já tinham apresentado em 1872. Não querendo deixar-se ultrapassar pela oposição, Fontes Pereira de Melo mantinha a sua promessa de realizar reformas, mas ao seu próprio ritmo. A 20 de Fevereiro era apresentada a lei eleitoral, através da qual deveria ser formado o corpo parlamentar da legislatura seguinte, com poderes para empreender a revisão da Carta Constitucional[1131]. Fontes fazia assim o seu papel, mas não sem algum incómodo: a oposição garantia que "o sr. Fontes queria tanto reformas políticas como o demo quer a cruz"[1132]. A principal justificação para a decisão do governo em dar início às reformas era o medo de uma cisão dentro dos Regeneradores: Fontes teria tentado agradar aos sectores mais jovens do partido com reformas políticas, mas vários membros Regeneradores da Câmara dos Pares e inclusive do executivo teriam ficado descontentes[1133].

Dentro dos Regeneradores a luta surda pelo poder continuava, e Fontes não pretendia deixar que os vários grupos partidários lhe roubassem o controlo das manobras políticas. Foi por isso que, em Outubro de 1883, fez entrar para o governo não apenas Barjona de Freitas e Lopo Vaz, representantes da facção Regeneradora radical, como também Manuel Pinheiro Chagas e António Augusto de Aguiar, deputados e membros de relevo dos Constituintes[1134]. Fontes procurava assim uma ligação com o Partido Constituinte, para não perder o domínio da situação. Era a sua mentalidade pragmática a funcionar, mesmo que isso implicasse acordos de grande dimensão com aliados improváveis.

[1130] *DCD*, 30 de Janeiro de 1883, pp. 207-210.
[1131] *DCD*, 20 de Fevereiro de 1883, pp. 404-413.
[1132] *Diário Popular*, 30 e 31 de Janeiro de 1883, p. 1.
[1133] *Diário Popular*, 30 de Janeiro de 1883, p. 1.
[1134] Esta era a segunda grande remodelação do governo: Barjona entrava para o lugar de Tomás Ribeiro no ministério do Reino; Lopo Vaz substituía Júlio de Vilhena na Justiça; António Augusto de Aguiar ficava com a pasta das Obras Públicas, da qual saía Hintze Ribeiro, ficando este com o ministério da Fazenda, que estivera até então nas mãos de Fontes; e Manuel Pinheiro Chagas ocupava a Marinha e Ultramar, para a qual José Vicente Barbosa du Bocage fora nomeado em Janeiro de 1883, e de onde transitava para os Negócios Estrangeiros, anteriormente a cargo de Hintze Ribeiro. O conde de Ficalho chegou a ser falado para a pasta da Fazenda; SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 285.

A entrada de Aguiar e Pinheiro Chagas foi, porém, vista por alguns como uma forma de lentamente absorver o Partido Constituinte, tornando o grupo de Barjona de Freitas, ao qual se iriam juntar Dias Ferreira e os seus amigos, uma opção mais viável do que o Partido Progressista na rotação do poder[1135]. E mesmo o próprio Dias Ferreira não terá ficado satisfeito com esta remodelação[1136]. Apesar de Fontes ter negociado as pastas ministeriais com o líder dos Constituintes, este não mostrava interesse na entrada de membros do seu grupo político: "Demais o ministerio fica perfeitamente Barjona – Reino, Lopo Vaz – Justiça, Fontes – Guerra, Hintze – Fazenda e Estrangeiros, e V. Ex.ª e Bocage repartindo entre si as pastas da Marinha e das Obras Publicas"[1137].

A discussão do projecto de lei eleitoral teve finalmente início em Dezembro de 1883, sendo de imediato adiada para Janeiro do ano seguinte. Entretanto foi anunciado no Parlamento o acordo entre Regeneradores e Progressistas para a discussão tanto da reforma da lei eleitoral como da reforma da Carta Constitucional. O acordo tinha sido negociado por Emídio Navarro pelo Partido Progressista, e por Barjona de Freitas pelos Regeneradores, o que foi tornado público alguns meses depois, quando Fontes leu na Câmara dos Pares uma carta de Barjona para Emídio Navarro confirmando os termos das negociações[1138]. Na última sessão de 1883, José Luciano de Castro questionou o governo se os deputados da legislatura seguinte seriam eleitos com base na nova lei eleitoral. Em resposta, Fontes Pereira de Melo confirmou que membros do governo e do Partido Progressista tinham chegado a um acordo, que assentava, essencialmente, na garantia da representação das minorias e na criação de um tribunal especial para analisar os processos eleitorais[1139]. Face a isto, José Luciano confirmou que os Progressistas aceitavam o acordo, e que não iriam abster-se de discutir os projectos de reforma. A apresentação do acordo deu ares de representação ensaiada, principalmente se tivermos em conta que José Luciano de Castro era uma figura demasiado importante dentro do Partido Progressista para não ter conhecimento de uma negociação tão sensível[1140].

Apesar dos acontecimentos políticos, o ano de 1883 foi menos agitado no que diz respeito aos temas efectivamente votados. As votações politicamente mais sensíveis ocorreram a 9 de Abril, quando Luís de Lencastre, mais uma vez, propôs uma moção de

[1135] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 286.
[1136] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 285.
[1137] BNP, Reservados, CFPM, cx. 2, carta de José Dias Ferreira para Fontes Pereira de Melo de 20 de Outubro de 1883.
[1138] BELO, 2015, p. 247; *DCP*, 24 de Março de 1884, pp. 250-251.
[1139] *DCD*, 29 de Dezembro de 1883, p. 1918.
[1140] LEAL, 2016, p. 229.

confiança ao governo – sobre transacções da tesouraria aprovadas pelo governo por despacho de 3 de Junho de 1882 –, a 19 de Abril, sobre o orçamento do ministério do Reino, e a 22 de Dezembro, quando Luís de Lencastre apresentou novamente uma moção de confiança ao governo[1141]. Como seria de esperar, todas as votações foram vencidas pelo sector governamental, que tinha maioria no Parlamento.

A moção de confiança de 9 de Abril passou com 88 votos a favor e dez votos contra. Entre os deputados que votaram contra encontrava-se apenas um Regenerador, o visconde de Porto Formoso, conhecido pela sua autonomia face aos partidos[1142]. Tudo levava a crer que as disputas dentro do partido estavam, pelo menos temporariamente, sanadas. A 19 de Abril, foi votado o 10º capítulo do orçamento do ministério do Reino, respeitante a despesas diversas. O texto foi aprovado com 54 votos contra dois, sendo que os votos contra foram do Republicano Elias Garcia e do Constituinte António Maria de Carvalho. Esta votação revelou, contudo, uma particularidade: um grande número de deputados ausentou-se da sala, depois de ter sido feita a chamada e iniciada a sessão. Mais interessante ainda é o facto de, de entre os 20 deputados que abandonaram a sala, 17 serem do Partido Regenerador[1143]. Esta pode, evidentemente, ter sido uma situação casual, mas pode também, como já tinha sido noutros momentos, uma forma de os deputados evitarem a votação, uma vez que o regimento parlamentar definia um impedimento para a abstenção: depois de iniciada a votação não era possível os deputados evitarem pronunciar-se, pelo que a única forma para não terem de revelar uma opinião discordante em relação às indicações do partido era abandonar a sala[1144].

Quanto à moção de confiança de 22 de Dezembro, foi submetida depois de um aceso debate entre a oposição e o ministro da Fazenda, Hintze Ribeiro. Deveu-se o caso a ter sido realizado um concurso para preenchimento de vagas de segundo oficial da alfândega de Lisboa, do qual tinham sido pedidos os documentos originais, documentos esses que o governo nunca chegara a remeter à câmara. Hintze defendia-se garantindo que enviara a documentação para a Procuradoria-Geral da Coroa para que esse órgão

[1141] *DCD*, 9 de Abril de 1883, p. 999, 19 de Abril de 1883, p. 1133, e 22 de Dezembro de 1883, p. 1860.
[1142] Os restantes deputados foram Mariano de Carvalho, José Luciano de Castro e Emídio Navarro, pelos Progressistas; António Maria de Carvalho, Manuel Pinheiro Chagas, José Dias Ferreira e João Franco Frazão, pelos Constituintes; e José Elias Garcia e Manuel de Arriaga (que fora escolhido na eleição suplementar do círculo do Funchal, depois da morte de Luís de Freitas Branco), pelos Republicanos.
[1143] Entre os Regeneradores que abandonaram a sessão sem votar encontram-se deputados que tinham já votado contra o governo, como Augusto José Pereira Leite, ou que tinham recorrido anteriormente ao método de sair da sala antes da votação, como Jacinto Augusto de Freitas Oliveira ou Luciano Cordeiro.
[1144] SANTOS, 1986, pp. 188.

avaliasse a forma como o processo decorrera, e tomar medidas judiciais caso fosse contrário. Os deputados da oposição, com Mariano de Carvalho e Emídio Navarro à cabeça, declaravam que não podiam analisar os procedimentos do ministro da Fazenda com base em cópias, e exigiam ver os documentos originais. Hintze Ribeiro exaltara-se, e Júlio de Vilhena e Frederico Arouca saíram em sua defesa, em representação dos Regeneradores. Mais uma vez, Luís de Lencastre tentara acalmar os ânimos, apresentando uma moção de ordem na qual a câmara se dava como satisfeita com as explicações do governo, confiando que os referidos documentos lhe seriam enviados em tempo oportuno[1145]. A votação, que foi nominal a pedido de Frederico Arouca, deu a vitória ao governo, com 69 votos a favor e oito contra[1146]. Entre os deputados que votaram contra encontrava-se apenas um Regenerador, Jacinto de Freitas Oliveira, que apesar de eleito com o apoio do Partido Regenerador vinha fazendo um caminho tendencialmente mais independente[1147]. Repetiu-se, porém, a situação da votação anterior: 12 deputados abandonaram a sala antes da votação, dez deles do Partido Regenerador, num aparente protesto contra o governo[1148].

Os acordos feitos entre os vários partidos acabaram por se revelar apenas uma «paz podre» no contexto político português. A remodelação do governo de 1883 terá resolvido alguns dos problemas que Fontes enfrentava, mas trouxe-lhe outros. A relação entre vários membros do executivo começou a deteriorar-se: tornava-se visível a existência de dois grupos, um liderado por Fontes e outro por Barjona; Lopo Vaz desentendeu-se com Fontes pouco depois de tomar posse, e o mesmo acabou por acontecer com Pinheiro Chagas[1149]. A aproximação da data do início da discussão da reforma da Carta Constitucional aumentava também a tensão política.

A primeira votação do ano de 1884 foi, precisamente, dedicada à reforma constitucional. Antes de proceder efectivamente às alterações ao texto legal – o que só podia ser feito por uma assembleia mandatada para esse fim, ou seja, depois da realização de eleições – era fundamental que as câmaras se pronunciassem sobre a

[1145] *DCD*, 22 de Dezembro de 1883, pp. 1854-1860.
[1146] *DCD*, 22 de Dezembro de 1883, p. 1863.
[1147] Os restantes deputados que votaram contra foram Francisco Campos, Mariano de Carvalho, José Luciano de Castro e Emídio Navarro, pelo Partido Progressista, António Maria de Carvalho, pelo Partido Constituintes, e Elias Garcia e Manuel de Arriaga, pelos Republicanos; *DCD*, 22 de Dezembro de 1883, p. 1863.
[1148] Ver Anexo 7.2, pp. 66-72. Entre os deputados encontravam-se Luís Augusto Palmeirim, Hermenegildo Gomes da Palma e o visconde de Porto Formoso, que já votara contra o governo.
[1149] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 286.

necessidade da reforma dos artigos da Carta. Depois de ter sido tornado público o acordo feito entre o governo e os Progressistas, e tendo em conta que Fontes cooptara alguns dos Constituintes para o executivo, não era de esperar que a Câmara dos Deputados fosse o palco da polémica em relação a esta proposta; na Câmara dos Pares, por outro lado, aguardava-se alguma agitação, até porque uma das mais importantes alterações previstas dizia respeito, justamente, ao fim da hereditariedade do pariato e à introdução de pares electivos. O líder dos Regeneradores via assim confirmado o plano que pusera em marcha quando, em Janeiro de 1883, recuperara a reforma constitucional para a agenda política: os Progressistas podiam discordar de alguns dos elementos da proposta, como viriam efectivamente a fazer, mas não podiam rejeitá-la por completo. Fontes arvorava como sua aquela que fora uma das maiores bandeiras da oposição monárquica – o fim da hereditariedade do pariato – e os Regeneradores "ultrapassavam os progressistas pela esquerda"[1150].

A única opção dos deputados Progressistas foi criticar Fontes por conseguir realizar aquilo que eles tinham almejado. José Luciano de Castro afirmava ao presidente do Conselho que "não ao *partido* regenerador, mas sim ao progressista, é que cabia realisar a reforma que constituia actualmente o lemma da sua bandeira"[1151]. Quanto aos Constituintes, concordavam com as alterações propostas, que só pecavam por serem demasiado suaves: para Dias Ferreira, o ideal era um pariato totalmente electivo. Mas, se preferia uma reforma mais radical, o chefe Constituinte não deixava de atribuir mérito à iniciativa dos Regeneradores: "os interesses conservadores não se alarmam se virem á frente d'esta empreza o sr. Fontes e o seu partido"[1152].

A votação na Câmara dos Deputados deu uma larga vitória ao governo, naquela que foi a segunda votação mais participada da legislatura: apresentaram-se 104 deputados para a votação, tendo 99 votado a favor e apenas cinco contra[1153]. Os cinco deputados que se opuseram eram os já esperados Elias Garcia e Manuel de Arriaga, do Partido Republicano; António Maria de Carvalho, um Constituinte que deste o início do debate se mostrara contra a reforma; José de Saldanha, um Regenerador conservador que rejeitava a alteração constitucional por ver nela o aumento do desprestígio da Câmara dos Pares e da figura do rei, e que se encontrava à data muito próximo dos pares

[1150] FERNANDES, 2010 (a), p. 73.
[1151] *DCD*, 19 de Janeiro de 1884, p. 96.
[1152] *DCD*, 29 de Janeiro de 1884, p. 175.
[1153] *DCD*, 30 de Janeiro de 1884, p. 189. Mais uma vez existe uma disparidade entre os nomes apresentados no Diário e o resultado final da votação.

do Reino mais conservadores, como o conde de Casal Ribeiro; e o visconde de Porto Formoso, uma figura incomum no panorama político da época, influente açoriano eleito nas listas Regeneradoras, mas conhecido como apoiante dos Progressistas e amigo íntimo de José Dias Ferreira[1154].

Na Câmara dos Pares o debate foi mais exaltado. O pariato português era conhecido pela sua independência face ao governo e por representar, muitas vezes, uma oposição mais efectiva[1155]. Para além dos pares do Partido Progressista, que podiam ou não manter o acordo da Câmara dos Deputados, existia também um grupo de pares conservadores – alguns deles anteriormente ligados ao Partido Regenerador – que se mostravam muito combativos. Um dos casos mais evidentes era o do conde de Casal Ribeiro, que andava em 1884 a preparar a criação de um partido de cariz conservador. A sua oposição era já esperada, até entre os Progressistas[1156]. A votação dos pares deu, ainda assim, a vitória ao governo, com 69 votos contra 14[1157]. Entre os 14 votos negativos encontrava-se não só Casal Ribeiro, mas também outros conservadores conhecidos: marquês de Pombal, condes de Rio Maior e Bonfim, viscondes de Chanceleiros e Moreira de Rei, António José de Barros e Sá e José de Melo Gouveia. Note-se que as proveniênvias políticas destes pares do Reino eram variadas: se Casal Ribeiro, Rio Maior, Bonfim e Barros e Sá tinham, em algum momento, apoiado os Regeneradores enquanto membros da Câmara dos Pares, o visconde de Moreira de Rei fora um destacado membro do Partido Constituinte, e José de Melo Gouveia fora um fiel Avilista. A atitude destes pares era, portanto, mais do que uma demonstração de discordância de alguns Regeneradores.

Na câmara baixa, depois de admitida a necessidade das alterações à Carta, começou o debate de alguns temas relevantes da lei fundamental. Inácio Silveira da Mota, deputado Regenerador, causou alguma surpresa à bancada parlamentar do partido quando propôs um aditamento que juntava aos artigos da Carta Constitucional em discussão o artigo 6º, que definia a Religião Católica Apostólica Romana como a religião oficial do Estado. O deputado Regenerador conservador José de Saldanha requereu a votação nominal, que resultou na rejeição da proposta por 71 votos contra e

[1154] VILHENA, 2008, pp. 280.
[1155] BELO, 2015, pp. 313-314.
[1156] MOREIRA, 1998, p. 147.
[1157] *DCP*, 22 de Abril de 1884, p. 376.

12 a favor[1158]. Ainda assim, a proposta obteve o apoio de vários deputados Regeneradores, como Augusto Fuschini, Bernardino Machado, Jacinto de Freitas Oliveira e Pedro Martins. Mais uma vez uma vez um significativo número de deputados Regeneradores abandonou a sala entre a chamada inicial para a sessão e a votação nominal, o que não parece de todo ser uma coincidência[1159].

A última votação relevante do ano realizou-se a 18 de Abril, e incidiu sobre uma proposta de acusação feita pelo deputado Jacinto de Freitas Oliveira, acusando o ministro da Marinha e Ultramar, Manuel Pinheiro Chagas, de abuso de poder e falta de respeito pela lei[1160]. O caso dizia respeito à nomeação do governador-geral da província de São Tomé e Príncipe, cargo para o qual fora escolhido Custódio Miguel Borja, que era à época deputado. A legislação em vigor impedia a acumulação dos dois cargos, mas esse não era o principal motivo da queixa de Freitas Oliveira. Custódio Borja fora secretário-geral do governo de São Tomé e Príncipe entre 1877 e 1881, e recaíam sobre ele suspeitas de desvio de dinheiro. Na época o tesoureiro-mor de São Tomé fora preso, mas o mesmo não acontecera a Custódio Borja, que fora apenas exonerado do cargo[1161]. A crítica de Freitas Oliveira era, por isso, tanto ao recém-nomeado governador como ao ministro que o nomeara. O próprio Freitas Oliveira requereu a votação nominal, mas a proposta acabou por ser rejeitada com 57 votos contra, e apenas 3 a favor – de Freitas Oliveira, e dos Progressistas Francisco Campos e Mariano de Carvalho.

Depois de resolvidas as principais questões políticas, as câmaras podiam ser dissolvidas para se proceder a eleições. A 8 de Fevereiro Augusto Fuschini tinha apresentado o relatório da comissão parlamentar encarregue de analisar o projecto da lei eleitoral[1162]. Segundo o próprio contaria mais tarde nas suas memórias, chegara a fazer reuniões nocturnas em casa de José Luciano de Castro para elaborar o texto[1163]. As principais alterações ao processo eleitoral diziam respeito à divisão dos círculos eleitorais e à representação de minorias: as sedes de distrito passavam a ser círculos plurinominais, enquanto o resto do território mantinha os círculos uninominais; eram

[1158] *DCD*, 5 de Fevereiro de 1884, p. 227.
[1159] Ver Anexo 7.2, pp. 72-78. Mais especificamente, 12 deputados, entre os quais se contava o visconde de Porto Formoso, que tinha anteriormente votado contra o governo, e Wenceslau de Lima, Luís Augusto Palmeirim, ou Hermenegildo Gomes da Palma, que tinham já recorrido ao procedimento de abandonar a sala antes de votar.
[1160] *DCD*, 18 de Abril de 1884, pp. 1115-1116.
[1161] MARINHO, 2004, vol. II, pp. 103-108.
[1162] *DCD*, 8 de Fevereiro de 1884, p. 243.
[1163] FUSCHINI, 1899, pp. 53-54 (anexos).

criadas ainda 6 vagas para deputados por acumulação de votos, de forma a garantir a representação das minorias[1164]. A nova lei eleitoral acabou por ser aprovada em Março de 1884, por 76 votos contra 6[1165]. Depois da aprovação da lei pela Câmara dos Pares, em Maio, o rei promulgou a dissolução das Cortes e convocou eleições para 29 de Junho. A vitória nas eleições foi novamente dos governamentais Regeneradores, apoiados pelos Constituintes, mas desta vez os Progressistas obtiveram um resultado muito mais favorável: 31 deputados[1166]. Terminava, assim, a legislatura iniciada em 1881.

No período em foco parece ter existido alguma flexibilidade no que diz respeito às opções de voto dos deputados do Partido Regenerador. Das 10 votações analisadas entre 1882 e 1884, encontramos 5 em que deputados Regeneradores votaram contra o governo Fontista e a favor da oposição. Sublinhe-se que a votação nominal onde se contabilizam mais votos de Regeneradores contra a posição do governo dizia respeito à discussão do artigo 6º da Carta Constitucional, sobre a religião oficial do Estado, e tinha, curiosamente, sido proposta pelo deputado Regenerador Inácio Silveira da Mota. Repetiram-se também os casos de deputados Regeneradores que abandonaram o hemiciclo antes da realização de votações, o que sugere que tinham uma intenção de voto contrária à do seu partido. Esta complacência da direcção do partido face à atitude dos deputados Regeneradores não se traduziu em consequências efectivas para a vida do partido, uma vez que a sua maioria no Parlamento era de tal forma confortável que conseguia absorver os descontentamentos e os casos de votos a favor da oposição; mas não deixa, ainda assim, de ser significativa, e de indicar um progressivo enfraquecimento da liderança do Partido Regenerador.

3.1.4. A liderança de Fontes Pereira de Melo

A história da governação Regeneradora de 1881-1886 é, em grande medida, um retrato do papel de Fontes Pereira de Melo dentro do partido. Apesar de, na primeira fase desse executivo, entre Março e Novembro de 1881, Fontes não ser parte do elenco ministerial, a sua relevância na política e no partido tornava-o omnipresente. Depois de

[1164] ALMEIDA, 1998, pp. 321-341.
[1165] Os votos contra foram dos já esperados Elias Garcia e Manuel de Arriaga, pelos Republicanos, José de Saldanha, Freitas Oliveira e visconde de Porto Formoso, pelos Regeneradores, e António Maria de Carvalho, pelos Constituintes; *DCD*, 10 de Março de 1884, p. 586.
[1166] FERNANDES, 2010 (a), p. 194.

regressar à presidência do Conselho, e especialmente a partir do momento em que tiveram início as grandes reformas políticas, Fontes era o nome que verdadeiramente importava.

A sua figura denotou-se, desde logo, na remodelação ministerial de Novembro de 1881. Depois da acção extrema do governo no processo eleitoral do Verão desse ano, e das eleições municipais de 6 de Novembro de 1881 – nas quais o Partido Progressista venceu no Porto, e os Republicanos conseguiram a sua melhor votação de sempre em Lisboa –, Fontes decidiu intervir e retirar do poder o «governo dos meninos». A esta lista de insucessos juntavam-se também as imagens negativas que os ministros da Fazenda e da Justiça tinham passado para a opinião pública: Lopo Vaz pusera em marcha várias medidas financeiras impopulares, e António José de Barros e Sá era acusado de ter tentado distribuir cargos do aparelho do Estado pelos seus familiares[1167].

Ao entrar para o governo, Fontes fez uma demonstração de força e ocupou três cargos: a Presidência, que estava nas mãos de António Rodrigues Sampaio, a pasta da Fazenda, de Lopo Vaz, e a da Guerra, de Caetano Sanches de Castro[1168]. Conseguiu depois manter-se no governo entre Novembro de 1881 e Fevereiro de 1886 – e o único ministro que se manteve durante igual período foi Hintze Ribeiro, o que contribuiu para a ideia de Hintze como discípulo de Fonte dentro do Partido Regenerador. Viriam a sair ambos em 1886, numa manobra que parece ter sido combinada entre os membros do executivo, cansados e desejosos de abandonar a ribalta: a reforma administrativa que separava Guimarães de Braga, e o aumento de impostos foram, como era de prever, muito mal recebidos pela opinião pública. Fontes pediu a demissão ao rei e, no próprio dia, José Luciano de Castro foi convocado ao Paço e encarregue de formar governo[1169]. Terminava assim o último governo Fontista.

Mesmo tendo em conta a influência que o seu nome garantia, a acção de Fontes enquanto líder do partido e líder do governo não terá sido fácil: o executivo de 1881-1886 não era uma recriação do governo de 1871-1877, e a prova disso foram as repetidas remodelações que o executivo sofreu[1170]. Existiam agora mais grupos políticos

[1167] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 273.
[1168] Fontes Pereira de Melo acumulara anteriormente estas três pastas, mas apenas entre Setembro de 1871 e Outubro de 1872. Mais tarde, entre Setembro de 1875 e Março de 1877, acumulou a Presidência e a Guerra com a pasta da Marinha e Ultramar.
[1169] SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 293.
[1170] O governo Regenerador de 1871-1877 foi remodelado parcialmente por 3 vezes, em Agosto de 1872, Setembro de 1875 e Novembro de 1876, sendo substituídos apenas um ou dois ministros em cada uma

com os quais era necessário negociar, não apenas adversários dos Regeneradores mas inclusive dentro das suas fileiras. Além disso, o contexto económico e social alterara-se. Fontes era forçado a fazer cedências que não se impunham na década de 1870: em 1871-1877 a oposição monárquica estava fragilizada e dividida, e mesmo depois da criação do Partido Progressista, em 1876, a consolidação deste demoraria algum tempo; em 1881-1886 o Partido Progressista ultrapassara o processo de afirmação e era já uma alternativa viável à governação Regeneradora. Quanto aos Republicanos, só em 1876 é que se tornaram efectivamente uma organização política, e mesmo nessa altura enfrentavam grandes fragilidades; em 1881-1886 a sua ameaça era uma realidade bastante mais tangível, de que iria resultar a eleição de dois deputados para a legislatura de 1881-1884, e outros dois para a de 1884-1887.

Dentro do seu próprio partido Fontes fazia face à crescente visibilidade do grupo «avançado», liderado por Barjona de Freitas. Se em momentos anteriores Barjona mostrara opiniões divergentes em relação ao líder, em Março de 1881 a sua importância entre os Regeneradores cristalizara-se na formação de um governo em que, ainda que não participasse, Barjona era uma figura tutelar, conseguindo levar aos ministérios alguns dos seus discípulos. Fontes interveio em Novembro de 1881, retirando Lopo Vaz, que se perfilava como braço direito de Barjona, mas isso não foi o suficiente para pacificar o ambiente entre os Regeneradores. Exemplo disso foi a votação do projecto de reforma da Carta Constitucional, apresentado pelo Constituinte José Dias Ferreira em Fevereiro de 1882, e que recebeu 12 votos favoráveis de Regeneradores próximos de Barjona de Freitas, contrariando assim a vontade expressa de Fontes[1171]. Fontes podia ter retirado os «barjonáceos» do poder, mas eles continuavam a revelar-se incómodos. Terá sido precisamente para melhor os controlar que Fontes convidou Barjona e Lopo Vaz para o governo, em Outubro de 1883. Aproximavam-se os debates das grandes reformas políticas, e interessava a Fontes ter todos os trunfos disponíveis.

Para além do transtorno causado pelo grupo «avançado» dos Regeneradores, Fontes via-se ainda na circunstância de ter de controlar algumas rivalidades geracionais dentro do partido. Caso disso era o mal-estar entre Andrade Corvo, um dos membros mais antigos do Partido Regenerador, e Luciano Cordeiro, mais jovem, devido ao

---

destas situações; já entre 1881 e 1886 os Regeneradores foram exonerados e reempossados por 2 vezes, sofrendo 2 remodelações de larga escala (Novembro de 1881 e Outubro de 1883), e 5 remodelações parciais (Abril de 1881, Janeiro de 1883, Maio de 1883, Fevereiro de 1885 e Novembro de 1885).

[1171] FERNANDES, 2010 (a), p. 164.

interesse partilhado pelas questões do Ultramar. Luciano Cordeiro foi escolhido como delegado português ao Congresso Internacional das Ciências Geográficas, realizado em Veneza, em Setembro de 1881, em detrimento de Zófimo Consiglieri Pedroso, que era na altura director do Curso Superior de Letras[1172]. Andrade Corvo não ficou satisfeito com isto, e desabafou com Fontes: "Fizeram mal em não escolher o Consiglieri Pedroso; é mais inteligente, mais estudioso e mais serio do que o pedante, protegido não sei por quem, a que chamam Luciano Cordeiro". O incómodo era de tal ordem que Andrade Corvo terminava dizendo que Luciano Cordeiro era "um verdadeiro traste"[1173]. Esta opinião de Andrade Corvo é particularmente interessante, porque era do conhecimento público que Consiglieri Pedroso professava a ideologia republicana, tendo aliás estado envolvido na formação do Centro Republicano Democrático Português. Ainda assim, Andrade Corvo considerava-o superior a Luciano Cordeiro em matérias científicas.

Outras divergências políticas e ideológicas entre os Regeneradores viriam a tornar-se visíveis aquando do debate do projecto de reforma da Carta Constitucional. Durante a discussão, o conservador José de Saldanha e o aparentemente independente visconde de Porto Formoso votaram contra[1174]. Pouco depois, um deputado Regenerador propôs a alteração do artigo da Carta Constitucional respeitante à religião do Estado, e cinco outros deputados do partido apoiaram essa proposta. A ideia partiu de Inácio Francisco Silveira da Mota, um deputado muito activo que começara a sua carreira no Partido Histórico, passando para os Progressistas depois do Pacto da Granja, e acabando por transitar para o Partido Regenerador no final da década de 1870[1175]. Os votos favoráveis vieram de Pedro da Silva Martins, que fora eleito nas listas do Partido Regenerador, mas que em Janeiro de 1884 mudara de posição e declarara no Parlamento "hoje tenho uma politica definida, estou filiado num partido, sou progressista"[1176]; de João Gualberto da Fonseca, eleito apenas na legislatura de 1881 e não regressando mais à câmara; de Jacinto de Freitas Oliveira, antigo apoiante de José Dias Ferreira no período da Janeirinha, e que andava em 1884 em fase de desentendimento com o governo Regenerador; e, finalmente, de Augusto Fuschini e Bernardino Machado, dois

[1172] FERNANDES, 2006, vol. III, pp. 731-735.
[1173] BNP, Reservados, CFPM, cx. 1, doc. 1, carta de João de Andrade Corvo para Fontes Pereira de Melo de 28 de Julho de 1881. Sublinhado no original.
[1174] *DCD*, 30 de Janeiro de 1884, p. 189.
[1175] MOREIRA, 2004 (d), vol. II, pp. 1009-1012.
[1176] *DCD*, 8 de Fevereiro de 1884, p. 241.

deputados Regeneradores que, como o tempo haveria de comprovar, se iriam distanciar bastante deste partido: Augusto Fuschini participaria em várias iniciativas políticas em finais da década de 1880 e início de 1890, da Esquerda Dinástica à Liga Liberal, acabando por regressar ao Parlamento em 1901 como independente; já Bernardino Machado abandonaria por completo a política monárquica e desempenharia vários cargos políticos na República.

Fontes Pereira de Melo terá tentado combater as divergências que se foram evidenciando ao longo dos anos, e as remodelações ministeriais foram disso reflexo. O chefe Regenerador encetou acordos e alianças com diversos sectores, na tentativa de fortalecer a sua liderança e evitar a concorrência política. Se isso foi produtivo, nomeadamente, com os Constituintes que, depois da entrada de Pinheiro Chagas e Aguiar para o governo em 1883 e da promulgação das grandes reformas políticas de 1884-1885, acabaram por caminhar para o desaparecimento, a estratégia não foi igualmente proveitosa no caso da facção «avançada» dos Regeneradores: depois da morte de Fontes, Barjona de Freitas formalizou a cisão do seu grupo face ao partido, dando origem, como vimos anteriormente, ao breve projecto da Esquerda Dinástica.

Mas o exemplo mais claro de como os tempos tinham mudado, e de como a liderança de Fontes em 1881-1886 já não era a mesma que tivera em 1871-1877, foi a cisão oficial do conde de Casal Ribeiro e o projecto do Partido Conservador Liberal. Apesar de não ter tido um real impacto político, dado que a iniciativa apenas agrupou um número reduzido de políticos e foi de muito curta duração, como vimos no capítulo respeitante às dissidências, o impacto desta cisão encontra-se no campo do simbolismo: Casal Ribeiro fora o braço direito de Fontes durante a década de 1850 e início da de 1860; chegara mesmo a ser considerado "indisputavelmente o homem mais importante do partido regenerador"[1177]. Quando, durante o debate sobre o projecto de reforma da Carta em 1884, Casal Ribeiro se colocou contra o governo, Fontes respondeu-lhe, magoado, que "não é homem já do presente, é homem do passado"[1178]. A amizade dos dois políticos, que tivera altos e baixos ao longo dos anos, estava assim definitivamente terminada. Mas notava-se também que a geração a que tinham pertencido começava a ser ultrapassada pelos sectores mais jovens.

[1177] GUIMARÃES, 1863, p. 51.
[1178] *DCP*, 4 de Abril de 1884, p. 315.

De um ponto de vista inter-partidário, a relevância de Fontes Pereira de Melo foi inegável: Fontes teve, no contexto político da época, um ascendente que os seus maiores adversários – o duque de Loulé e Anselmo Braamcamp – por diversas razões, não conseguiram atingir, o que se comprova, mais que não seja, pela posição sem par que Fontes detém na memória política portuguesa. Ora, a relevância do seu nome pode até disfarçar as dificuldades da sua liderança, mas não as apaga totalmente: o prestígio de Fontes não impediu o nascimento de grupos que, ou se rebelaram ainda durante o seu mandato – como aconteceu com Casal Ribeiro – ou empreenderam a cisão pouco depois da sua morte – como foi o caso de Barjona de Freitas. E no que diz respeito ao corpo parlamentar, Fontes não conseguiu evitar que deputados Regeneradores votassem em sentido contrário ao do partido. Ou seja, apesar do peso que o seu nome carrega, Fontes Pereira de Melo esteve longe de ser um líder incontestado.

3.2. A «ignóbil porcaria» (1901)

O Partido Progressista ocupou o poder entre 1897 e 1900, no rescaldo do governo Hintze-Franco. O país encontrava-se numa situação económica e financeira complicada, devido à queda do câmbio da moeda portuguesa nos mercados internacionais, ao aumento do défice orçamental e às políticas proteccionistas, nomeadamente no que dizia respeito aos preços do trigo e do pão. Terá até sido equacionado trespassar os direitos alfandegários do porto de Lourenço Marques, em Moçambique[1179]. Além disso, os Republicanos continuavam a aumentar a sua influência nas principais cidades portuguesas: durante a década de 1890 os Republicanos elegeram deputados várias vezes[1180]. À frente do governo, José Luciano de Castro estava cada vez mais debilitado por problemas de saúde, deixando emergir uma nova geração de Progressistas capitaneada por José Maria de Alpoim. Não pretendia, contudo, ser ultrapassado pelos seus discípulos, pelo que se tentou mostrar enérgico: a sua última grande medida foi uma proposta de revisão da Carta, apresentada em Março de

[1179] RAMOS, 2006 (a), p. 154.

[1180] Em 1890, Elias Garcia, Latino Coelho e Manuel de Arriaga foram eleitos por Lisboa; em 1892 os Republicanos elegeram Jacinto Nunes (Lisboa), Rodrigues de Freitas (Porto), Teixeira de Queirós (Santiago do Cacém) e João Chagas (acumulação de votos); em 1894 foram eleitos Eduardo de Abreu e Gomes da Silva, em Lisboa; nas eleições de 1895 e 1897 ocorreram boicotes do Partido Republicano em protesto contra a legislação eleitoral e a situação política; e em 1899 foram eleitos pelo Porto Afonso Costa, Paulo Falcão e Xavier Esteves, os chamados «deputados da peste», uma vez que a sua eleição foi uma reacção da população contra o cordão sanitário imposto à cidade do Porto depois do surto de peste bubónica – ainda que com a colaboração dos Regeneradores da cidade.

1900[1181]. O texto reduzia os poderes legais do rei, aumentava os dos tribunais, e suprimia o número fixo de pares do Reino que estava em vigor. Era uma proposta ambiciosa, com a qual, expectavelmente, os Regeneradores não concordavam. Mas o dado mais relevante foi o incómodo causado junto do monarca.

A jogada de José Luciano podia até ter sido bem-sucedida, não fosse o caso de existir um critério legal que impedia a realização de reformas constitucionais com menos de quatro anos de intervalo. José Luciano de Castro era um experiente jurista e político, a quem este detalhe não teria escapado, o que nos sugere duas possibilidades: ou o governo agiu deliberadamente para poder abandonar o poder, ou esperava que esse pormenor técnico passasse despercebido, e que a proposta de lei avançasse. Depois de lançada a dúvida o rei D. Carlos, para se defender, colocou-se do lado dos Regeneradores. Sem o apoio da Coroa o governo Progressista tinha poucas hipóteses. Em Junho de 1900, os Progressistas deixavam o poder, e tomava posse o segundo governo Regenerador, liderado por Hintze Ribeiro.

O novo executivo de Hintze era composto por várias figuras de proa do Partido Regenerador, mas o nome que causou maior surpresa era um elemento externo: Anselmo de Andrade, que chegara a ser membro do Partido Progressista, foi nomeado para a pasta da Fazenda, onde o governo prometia redução de despesas, justa aplicação das receitas do tesouro e o "intuito de promover o equilibrio financeiro do estado, não hesitando nas providencias adequadas ao avigoramento do nosso credito nos mercados estrangeiros"[1182]; apesar do estrelato momentâneo, Anselmo de Andrade entrou em desacordo com a política ministerial e acabou por abandonar o executivo pouco meses depois, sendo substituído por Fernando Matoso dos Santos, um político que também andara pelos meandros Progressistas. As restantes pastas eram distribuídas por nomes conhecidos dos Regeneradores: Artur Campos Henriques, cacique Regenerador do Porto e ministro das Obras Públicas no governo Hintze-Franco, ficava com a Justiça; Luís Pimentel Pinto ocupava o ministério da Guerra, cargo que já desempenhara entre 1893 e 1896; António Teixeira de Sousa, influente dos Regeneradores no Minho, estreava-se num governo como ministro da Marinha e Ultramar; o deputado José Gonçalves Pereira dos Santos ficava com as Obras Públicas; e João Arroio, que fora ministro da Marinha e da Instrução Pública depois do *Ultimatum*, regressava para

[1181] *DCD*, 14 de Março de 1900, p. 8.
[1182] *DCD*, 26 de Junho de 1900, p. 2.

ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros; o Reino ficava a cargo do próprio Hintze, que o acumulava com a Presidência.

Depois de tomar posse Hintze tratou rapidamente de pedir a dissolução das Cortes ao rei, para assim poder fazer eleições e construir um Parlamento de maioria Regeneradora. O rei concedeu-lhe, primeiro, o encerramento das Câmaras e, depois, a sua dissolução, tendo sido convocadas para Novembro as eleições. O governo garantia assim que a oposição parlamentar ficava enfraquecida, uma vez que os Republicanos não conseguiram eleger nenhum deputado, e os Progressistas apenas levaram 27 deputados à Câmara[1183].

Pouco tempo antes Hintze ocupara também a chefia oficial do Partido Regenerador. António de Serpa Pimentel falecera no início de Março de 1900, e o processo de escolha de um sucessor fora tratado rapidamente. João Franco teria mostrado interesse em elevar-se à liderança, propondo uma direcção bicéfala entre ele e Hintze, mas não obteve os apoios necessários. Franco começou então a afastar-se do núcleo central do Partido Regenerador, anunciando que não aceitaria um possível convite para integrar o governo[1184]. Hintze, todavia, foi astuto, e tratou de lhe «roubar» alguns apoiantes de renome, fazendo entrar para o ministério políticos como António Teixeira de Sousa ou Artur Campos Henriques. O ambiente foi azedando; apesar de ter sido eleito pelos Regeneradores em Novembro de 1900, Franco dizia que "já não estava em edade de soffrer o Hintze"[1185].

Os rumores da má relação entre Hintze e Franco haviam ultrapassado as fronteiras do Partido Regenerador, e eram motivo de conversa entre os líderes Progressistas[1186]: José de Alpoim confidenciava a José Luciano de Castro que "acentua-se por parte da gente do Hintze o propósito de abrir conflito com o Franco: os amigos deste mudaram completamente de táctica e *agora* apresentam-se *mansos* para o evitar..."[1187]. E, pouco tempo depois, Alpoim confirmava a José Luciano o afastamento de João Franco: "Sei, por cartas do Baltar e por outras vias, que o João Franco trabalha

[1183] *Comércio do Porto*, 27 de Novembro de 1900, p. 1.
[1184] RAMOS, 2006 (a), p. 158.
[1185] CABRAL, 1924, p. 30.
[1186] RAMOS, 1994, p. 252.
[1187] MOREIRA, 1998, p. 489, carta de José de Alpoim para José Luciano de Castro de 5 de Janeiro de 1901.

activamente no propósito de desacreditar e deitar a terra o Hintze"[1188]. Os Progressistas chegaram mesmo a dizer de Franco que "ainda o vemos republicano"[1189]. Hintze terá tentado serenar os ânimos propondo a nomeação do pai de João Franco para par do Reino, mas isso parece ter tido o efeito contrário[1190].

No Parlamento a situação precipitou-se em Maio de 1901: Malheiro Reimão, deputado próximo de João Franco, criticou um projecto do governo; Hintze respondeu-lhe que "podem dentro de um partido discordar entre si os que o formam; mas não se collocam na opposição, ou quando se collocam, na opposição ficam"[1191]. Estavam oficialmente abertas as hostilidades. João Franco, que fora o líder da bancada Regeneradora e congregara durante a década de 1890 um grande número de simpatizantes, garantia o apoio de cerca de 25 deputados[1192]. Hintze Ribeiro estava consciente disso, e de que iria ficar em minoria caso João Franco e os Progressistas se aliassem, e por essa razão pediu de imediato ao rei a dissolução das câmaras. Antes do fim de Maio o Parlamento encerrava, e as eleições eram convocadas para Outubro. A parte crucial do processo eleitoral haveria de decorrer, portanto, durante o Verão de 1901.

Hintze Ribeiro compreendia a conjuntura delicada em que se encontrava, e compreendia também que os Regeneradores, sozinhos, não conseguiriam dominar totalmente o Parlamento. Começou assim a desenhar-se o projecto de lei eleitoral de 1901, que haveria de ficar conhecida como «ignóbil porcaria»[1193]. O objectivo da nova lei era, por um lado, impedir a eleição dos amigos políticos de João Franco – que não eram poucos e tinham algumas vantagens regionais, nomeadamente na Beira Interior – e, por outro lado, manter afastados os Republicanos – que não paravam de crescer desde o *Ultimatum* e estavam, em 1901, a beneficiar de uma onda anti-clerical que varria a

[1188] MOREIRA, 1998, p. 491, carta de José de Alpoim para José Luciano de Castro de 20 de Fevereiro de 1901.
[1189] *Correio da Noite*, de 3 de Maio de 1900, citado em RAMOS, 1994, p. 250.
[1190] RAMOS, 2006 (a), p. 158.
[1191] *DCD*, 13 de Maio de 1901, p. 26.
[1192] RAMOS, 1994, p. 252.
[1193] Apesar de alguns autores indicarem João Franco ou os Franquistas como autores da expressão, o nome parecer ter surgido primeiro na imprensa Republicana: poucos dias depois da publicação da reforma eleitoral *O Século* afirmava que "Se Fontes Pereira de Mello, por exemplo, ou Rodrigo Sampaio [sic], tão pouco, subscreveriam em qualquer circumstancia essa ignobil porcaria!"; *O Século*, 14 de Agosto de 1901, p. 1; RAMOS, 2006 (a), p. 159; MAGALHÃES, 2014, p. 61; *Diário Ilustrado*, 15 de Agosto de 1901, p. 2.

sociedade portuguesa, despoletada pelo «caso Calmon»[1194]. Tudo isto só seria possível com o acordo dos Progressistas, o que também convinha a José Luciano: o velho político não se esquecera do que acontecera em 1881, quando os Progressistas tinham sido substituídos no governo pelos Regeneradores, e tinham acabado quase dizimados nas urnas. As divergências partidárias não tinham de se sobrepor aos bons resultados eleitorais. Nem todos os membros do Partido Progressista concordaram com a atitude de José Luciano: se Alpoim, que haveria de ser o seu intermediário nas negociações com Hintze, estava a favor, Francisco Veiga Beirão, mais velho e mais experiente, o "lugar-tenente" de José Luciano, preferia a abstenção eleitoral, que iria dar "um golpe de morte no governo"[1195]. José Luciano terá considerado que não era aquele o momento indicado para, com a sua abstenção, beneficiar João Franco; não era exactamente um dos seus maiores defensores, e o sentimento era com toda a probabilidade mútuo, até porque João Franco, apenas um ano antes, clamara alto e bom som no Parlamento que José Luciano era "O chefe de um bando de arruaceiros!"[1196]. O acordo com os Regeneradores era, naquele momento, a opção mais segura para os interesses do Partido Progressista. Apesar de estar velho e doente, a liderança de José Luciano ainda tinha força suficiente para suportar o descontentamento de alguns sectores do partido, de tal forma que Francisco Veiga Beirão acabou temporariamente afastado da política[1197].

3.2.1. Processo eleitoral e caciquismo

Depois de encerradas as Câmaras no final de Maio, o governo Regenerador começou a preparar o processo eleitoral. Consciente de que João Franco tinha amigos políticos e alguma influência em certas regiões do país, Hintze percebeu que não bastava pôr a máquina eleitoral do Estado em funcionamento para o derrubar totalmente; era necessário mudar as regras do jogo. Foi com esse objectivo que foi

[1194] O «caso Calmon» ganhou visibilidade quando, em Fevereiro de 1901, se desenrolou uma cena aparatoso em frente à Igreja da Trindade no Porto, entre o cônsul do Brasil em Portugal, José Calmon, e a filha deste: a jovem estaria há algum tempo a tentar ingressar na vida religiosa, contra a vontade da família, que a considerava mentalmente instável. A ocorrência serviu para se extremarem as posições: os grupos católicos defendiam a jovem e acusavam o cônsul de tirania; os anti-clericais, especialmente os Republicanos, afirmavam que se tratava de uma tentativa dos reaccionários religiosos recuperarem o poder e porem em causa as liberdades civis. O caso tornou-se tema de debate da opinião pública, e chegou a pontos de a redacção de jornais católicos e algumas instituições religiosas do Porto serem apedrejados. O tema foi depois levado a debate no Parlamento; SILVA, 2014, pp. 1-20.
[1195] RAMOS, 1994, p. 250; RAMOS, 2006 (a), p. 159, carta de José Maria de Alpoim para José Luciano de Castro de 22 de Julho de 1901.
[1196] *DCD*, 16 de Junho de 1900, p. 16.
[1197] MOREIRA, 2004 (a), vol. I, pp. 363-365.

preparada a lei eleitoral de 1901 que, como Hintze confidenciava a José de Alpoim, devia à benevolência do rei: "dissolvi a Camara e faço uma lei eleitoral, devendo esse grande favôr ao Rei, que sabe bem para que o faço… jógo tudo por tudo… póde o acaso ou a má-sorte sêr-me desagradavel em alguns pontos… prefiro isso a cêder, seja no que fôr, no caminho que tracei e a, pela minha mão, vir á Camara qualquer deputado franquista, sêja elle quem fôr"[1198]. Por proposta de Hintze, e com o aval de José Luciano de Castro, a lei foi negociada entre Regeneradores e Progressistas, de forma a garantir uma divisão das jurisdições eleitorais que beneficiasse os dois partidos, e que combatesse os seus principais inimigos, Franquistas e Republicanos: "V. Ex.ª sabe que eu tracei as circumscripções eleitoraes, de forma a garantir ao seu partido uma representação já bastante maior do que a que tinha na passada sessão legislativa, combinando particularmente com V. Ex.ª"[1199].

Da parte dos Progressistas foi José de Alpoim o principal negociador, devido aos problemas de saúde que afligiam José Luciano. Alpoim não se fez de rogado, mostrando todo o seu fervor em servir José Luciano: "não dou um passo n'estas coisas eleitorais sem V. Ex.ª me mandar"[1200]. Poucos dias depois reafirmava a sua dedicação: "posso sêr-lhe um bom moço de recados, tractando o que fôr preciso junto do governo e indo á província desfazêr quaisquer difficuldades"[1201]. A acção de Alpoim durante as negociações eleitorais de 1901 acabaria por lhe dar prestígio e ganhar aliados, com o apoio dos quais, poucos anos mais tarde, entraria em cisão com José Luciano, fundando a Dissidência Progressista[1202].

Do lado dos Regeneradores, para além do próprio chefe do governo, Hintze Ribeiro, participaram também nas conversações o ministro da Marinha e Ultramar, Teixeira de Sousa, e o governador civil do Porto, Manuel Pereira e Cunha[1203]. Teixeira de Sousa, para além de membro do governo, tinha também a vantagem de ser amigo de José de Alpoim, podendo assim utilizar essa proximidade para fins políticos. Esta amizade haveria, aliás, de ser criticada em diversos momentos tanto por Regeneradores,

[1198] ALMEIDA, 2001, pp. 90-91, carta de José de Alpoim de 4 de Agosto de 1901.
[1199] ALMEIDA, 2001, p. 119, carta de Hintze Ribeiro de 25 de Agosto de 1901.
[1200] ALMEIDA, 2001, p. 99, carta de José de Alpoim de 9 de Agosto de 1901.
[1201] ALMEIDA, p. 106, carta de José de Alpoim de 15 de Agosto de 1901.
[1202] Alpoim foi acompanhado neste projecto por alguns nomes relevantes da política e da intelectualidade portuguesa, como Caeiro da Mata, Abel Botelho ou Egas Moniz. O grupo elegeu deputados em 1906 e 1908.
[1203] MOREIRA, 1992, p. 285.

como por Progressistas[1204]. Quanto a Pereira e Cunha, fora deputado Regenerador e vinha, desde finais da década de 1870, a desenvolver uma sólida carreira na administração pública. Durante o Verão de 1901 era ainda governador-civil do Porto, mas os bons resultados da sua intervenção nas negociações da lei eleitoral granjear-lhe-iam a nomeação para governador-civil de Lisboa, cargo em que se manteve até à queda do governo Regenerador em 1904[1205].

Durante todo o processo eleitoral Hintze Ribeiro manteve como principal objectivo evitar a eleição de João Franco e dos Franquistas. Isso mesmo garantia José de Alpoim a José Luciano: " [Hintze] Está inteiramente dominado por uma ideia fiza [sic], a de não consentir, especialmente em Castello-Branco, que o Franco triunfe!"[1206]. Anos mais tarde Hintze diria que "Não nos movem animadversões contra os que sentem e pensam ao revez de nós; (…) Não temos, não sentimos, impulsos, accintes de propositada perseguição ou violencia ao que nos são adversos"[1207]. Mas em 1901 essa não parecia ser a realidade.

No cômputo geral, apesar do acordo metódico celebrado entre o governo e o Partido Progressista, desde cedo se distinguiram círculos eleitorais onde, por questões locais, por divergências com as cúpulas partidárias, ou pela sobreposição de acordos eleitorais semelhantes com outros grupos, o processo eleitoral não iria ser pacífico. São esses os elementos que mais interessam a este estudo.

Entre Maio e Outubro de 1901 foram exonerados e nomeados 7 novos governadores civis, um número menor do que aquele que vimos para a eleição de 1881. Coincidência ou não, 5 desses governadores-civis foram nomeados 2 dias antes de a dissolução do Parlamento ser conhecida[1208]. Parece, portanto, uma medida preventiva do governo, que recorre à administração do Estado para preparar a sua estratégia eleitoral antecipadamente. Uma vez que a nova lei eleitoral só é publicada a 8 de Agosto, só nessa data é que Republicanos e Franquistas ficam a conhecer as novas regras do jogo, para darem início às respectivas campanhas eleitorais. Os Regeneradores, graças à sua posição privilegiada no poder, beneficiaram assim de tempo extra para gerir o processo eleitoral.

[1204] ALMEIDA, 2001, p. 157, carta de José de Alpoim de 24 de Setembro de 1901.
[1205] MOREIRA, 2004 (b), vol. I, pp. 951-953.
[1206] ALMEIDA, 2001, p. 92, carta de José de Alpoim de 4 de Agosto de 1901.
[1207] BPARPD, AERHR, doc. 10.1.19, *Apontamentos do próprio* [sem data, mas referentes ao período entre Fevereiro e Março de 1906].
[1208] Ver Anexo 9.2, pp. 99-101.

No que diz respeito a outros graus da administração pública, voltou a ocorrer a onda de exonerações e nomeações, ainda que de uma forma menos vincada que em 1881, o que será resultado do acordo entre Regeneradores e Progressistas para a divisão das vagas de deputado e da menor competitividade eleitoral daí decorrente. Ainda assim, entre Junho e Outubro de 1901 ocorreram 84 exonerações, nomeações ou transferências de cargos na administração local[1209]. Tal como ocorrera em 1881, o Partido Regenerador venceu numa parte significativa dos círculos eleitorais onde o governo tinha feito mudanças na administração, 73%. Refira-se ainda que os 9% referentes a derrotas ocorreram todos no círculo plurinominal de Aveiro, onde a influência Progressista era extensamente conhecida[1210].

O ambiente eleitoral começou, em simultâneo, a agravar-se, com maiores dificuldades por parte dos líderes dos grandes partidos em controlarem os seus correligionários. As formas de manipulação do processo eleitoral eram as mesmas que tinham sido utilizadas 20 anos antes: o governo, beneficiando da máquina do Estado, comunicava indicações aos governadores-civis, no sentido de estes defenderem determinados candidatos e tomarem as medidas necessárias para assegurar a vitória. Exemplo disso é a vasta correspondência telegráfica trocada entre Hintze Ribeiro e os governadores-civis de vários distritos portugueses, incluída no espólio deste político, à guarda da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. É-nos, assim, possível, conjugando esta documentação com outras fontes já publicadas, como a correspondência para José Luciano de Castro, acompanhar as movimentações eleitorais e a construção dos resultados finais.

Um dos círculos eleitorais que mais problemas causou aos Progressistas foi o Porto, onde alguns dos membros do partido não aceitavam a divisão entre maioria e minoria que tinha sido negociada por Hintze e José Luciano, e pretendiam lutar pela maioria destinada aos Regeneradores[1211]. O principal risco desta atitude era o de causar distrações entre os apoiantes de Regeneradores e Progressistas, deixando assim margem

[1209] Ver Anexo 10.2, pp. 105-108. A maioria dos casos identificados dizem respeito a administradores e administradores substitutos de concelho, mas foi também possível encontrar nomeações de três governadores civis substitutos (Wenceslau de Sousa Pereira Lima, no Porto, António Francisco de Paula Mendonça, em Faro, e o Conde de Sabrosa, em Lisboa), e nomeações de dois administradores de distrito (José Manuel Martins Manso, em Aveiro, e José Maria Cardoso de Seixas, em Santarém).
[1210] Note-se que a comparação com os dados apresentados para a eleição de 1881 requer cautela, uma vez que na eleição de 1901 o sistema era de círculos plurinominais, nos quais vários deputados de diferentes partidos podiam ser eleitos pelo mesmo círculo. Decorrem daí os 18% em falta, que se ficam a dever a "empates" entre Regeneradores e Progressistas nos círculos de Arganil e Viana do Castelo.
[1211] ALMEIDA, 2001, p. 132, carta de Hintze Ribeiro de 1 de Setembro de 1901.

aos Republicanos para conseguirem uma votação que lhes permitisse obter uma vaga de deputado. As negociações neste distrito tinham a participação especial do ministro da Justiça, Artur Campos Henriques, que era conhecido pela influência que tinha na região portuense.

No que diz respeito aos Progressistas, até às vésperas da eleição ainda restavam dúvidas sobre a atitude que iria ser tomada: pouco antes da eleição Hintze Ribeiro recorria a José Luciano na esperança de mudar a posição dos Progressistas de Vila Nova de Gaia e de Santo Tirso, dado que os primeiros pareciam apostados em eleger deputados Republicanos, e os segundos pretendiam abster-se, o que poderia beneficiar também o Partido Republicano[1212]; Hintze queixava-se ainda de um entendimento entre João Lima Júnior – um dos dirigentes Progressistas do Porto, que era à data Presidente da Câmara Municipal da cidade invicta – com José Novais – um político influente na região Norte que tinha abandonado o Partido Regenerador com João Franco e fazia agora campanha pelos Franquistas – no sentido de favorecerem as candidaturas dos Republicanos nos círculos do Porto[1213]. José de Alpoim haveria de contar dias mais tarde a José Luciano que os principais Progressistas do Porto, João Lima Júnior, Leopoldo Mourão e Pedro Araújo, atribuíam àquele "a responsabilidade da *aventura francacea*": segundo eles "parecia que o José Luciano se não oppunha, tendo auctorisado todo e qualquer desforço"[1214].

Tinham corrido rumores de que os Republicanos se iriam abster, mas o governo não podia correr riscos de se repetir a votação de 1899[1215]. A 4 de Outubro o governador civil do Porto, Manuel Pereira e Cunha, comunicava a Hintze Ribeiro que os Progressistas estavam a apoiar as candidaturas de dois Franquistas de primeira linha, Melo e Sousa e Malheiro Reimão, no círculo ocidental do Porto, informação que Hintze rapidamente passou a José Luciano[1216]. Hintze dava então conta ao governador civil do Porto de que sabia que os Progressistas iriam marcar uma assembleia geral para "declarar simples abstenção na cidade do Porto mas sem auxiliar republicanos". No

[1212] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.94.26, rascunho de telegrama de Hintze Ribeiro para José Luciano de Castro, sem data.
[1213] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.95.27, rascunho de telegrama de Hintze Ribeiro para José Luciano de Castro, sem data.
[1214] ALMEIDA, 2001, p. 170, carta de José de Alpoim de 7 de Outubro de 1901.
[1215] ALMEIDA, 2001, p. 150, carta de José de Alpoim de 20 de Setembro de 1901.
[1216] BPARPD, AERHR, docs. 10.4.94.33 e 10.4.94.19, telegrama do Governador Civil do Porto, Manuel Augusto Pereira e Cunha, de 4 de outubro de 1901, e rascunho de telegrama parcialmente cifrado de Hintze Ribeiro para José Luciano de Castro, sem data.

mesmo documento afirmava que as indicações de José Luciano aos seus correligionários tinham sido de se entenderem com as autoridades para negociar as votações da maioria e minoria[1217].

A referida reunião realizou-se na noite de 4 de Outubro no Centro Progressista do Porto e, para além de muitas críticas à acção das autoridades locais e do governo Regenerador, foi também aprovada uma moção de abstenção. A situação foi rapidamente comunicada a José de Alpoim pelo deputado Progressista Paulo de Barros, anteriormente eleito por Gondomar, que garantia que a reunião tinha sido muito concorrida[1218]. Também o governador civil do Porto, Pereira e Cunha, comunicou a Hintze o ocorrido, argumentando que, face à abstenção do Porto, era necessário insistir com os Progressistas de Santo Tirso, que podiam com o seu voto garantir os resultados esperados na eleição[1219]. Apenas horas antes do início da votação ainda a situação não tinha sido resolvida. Voltava a ser referido o entendimento entre Progressistas e Franquistas, desta vez com a confirmação de que a votação iria recair em 5 candidatos Franquistas no círculo ocidental do Porto[1220]. À última da hora o governo assegurava o sucesso da eleição graças a Júlio Petra Viana, empresário e deputado Regenerador, que recolheu apoios nas freguesias de Miragaia e Lordelo, evitando a vitória dos Franquistas[1221].

Existiam outros círculos eleitorais onde se divisavam possíveis alianças entre Franquistas e Progressistas, como eram os casos de Guimarães ou Castelo Branco[1222]. A dimensão da ameaça dos Franquistas era diferente de uma região para outra: ainda que João Franco pudesse ter alguns amigos políticos em Guimarães, em Castelo Branco tinha conseguido firmar uma aliança com Francisco Tavares Proença, o principal cacique Progressista, que este se mostrava renitente em abandonar[1223]. O cacique albicastrense considerava que, na eventualidade da morte de José Luciano, seria João

[1217] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.94.39, rascunho de telegrama para o Governador Civil do Porto, Manuel Augusto Pereira e Cunha, sem data.
[1218] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.94.22., telegrama de Paulo de Barros para José de Alpoim, de 4 de Outubro de 1901.
[1219] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.94.13, telegrama do Governador Civil do Porto, Manuel Augusto Pereira e Cunha, de 5 de Outubro de 1901.
[1220] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.94.14, telegrama de Ferreira Magalhães para o ministro da Justiça, Artur Campos Henriques, de 5 de Outubro de 1901.
[1221] BPARPD, AERHR, docs. 10.4.94.4 e 10.4.94.2, telegramas de Petra Viana para Hintze Ribeiro de 5 de Outubro de 1901, e de Petra Viana para o ministro da Justiça, Campos Henriques, de 5 de Outubro de 1901.
[1222] ALMEIDA, 2001, p. 86, carta de José de Alpoim de 29 de Julho de 1901.
[1223] ALMEIDA, 2001, p. 91, carta de José de Alpoim de 4 de Agosto de 1901.

Franco a herdar a liderança Progressista, para se opôr aos Regeneradores de Hintze Ribeiro: "Não há dúvida que se o Zé Lu não melhorar (…) teremos a morte de um partido. O João Franco será assim, como bem pensas, um grande herdeiro dos progressistas; e com os que já tem de regeneradores, constituirá um grande partido para se alternar no governo da nação com o Hintze"[1224]. Tavares Proença pretenderia também, através desta aliança, fazer uma demonstração de força aos grupos locais, principalmente no que dizia respeito aos seus maiores adversários, João Pinto Rodrigues dos Santos e Manuel Vaz Preto Geraldes. Hintze, pelo seu lado, acreditava que Tavares Proença era apenas "um instrumento nas mãos do João Franco", retirando crédito político àquele influente local[1225].

No Sul do país o caso não foi menos complicado. Apesar de as vagas da maioria Regeneradora e da minoria Progressista terem sido negociadas, a ameaça Franquista era real. Para garantir a maior votação possível, Hintze Ribeiro recorreu aos seus conhecidos no Algarve, tendo recebido de Pedro Júdice Cabral, empresário ligado às actividades termais de Monchique, uma mensagem onde se comprometia a apoiá-lo: "garanto-lhe que no dia 30 do corrente estarei no Algarve e tomo o compromisso de trabalhar abertamente com o governo ficando ás suas ordens para as combinações necessarias para o desdobramento"[1226]. Quanto à divisão dos votos, Mateus Teixeira de Azevedo, o principal influente Regenerador no sotavento algarvio e várias vezes deputado por aquela região, escreveu a Hintze no início de Outubro, confirmando que se encontrava em negociações com Frederico Ramires, um dos candidatos Progressistas: "Nos Concelhos de Tavira, V.ª Real, Castro marim e Alcoutim dei ao Ramires 3:849 ficando eu que sou o mais votado somente com 3:872. Só no Concelho de Tavira onde elle teria 200 votos quando muito (porque quer na opposição quer no governo os amigos delle não tem levado mais a urna) dei lhe 1:793". Mateus Teixeira de Azevedo lamentava-se ainda de todos os esforços que os trabalhos eleitorais lhe exigiam: "Já ve pois que eu cumpro as ordens do meu chefe até mesmo para com as pessoas com quem tenho as relações cortadas. Mas V. Ex.ª não imagina as agruras que isto me vem causado para com os nossos amigos"[1227].

[1224] POUSINHO, 2016, p. 128, carta de Aurélio Pinto para Francisco Tavares Proença de 24 de junho de 1900.
[1225] ALMEIDA, 2001, p. 91, carta de José de Alpoim de 4 de Agosto de 1901.
[1226] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.38.4, cartão-de-visita de Pedro Júdice Cabral, sem data.
[1227] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.38.5, carta de Mateus Teixeira de Azevedo, de 1 de Outubro de 1901.

No sentido de garantir o apoio das autoridades locais aos interesses do governo teria havido, da parte do ministro da Fazenda, Fernando Matoso dos Santos, alguma conivência face aos desmandos do escrivão da Fazenda de Loulé, como este comunicava a Hintze Ribeiro nas vésperas da eleição: "Do escândalo agora livrei-o eu, o que não posso é consentir na permuta, muito menos agora que vi o processo. Seria exceder tudo. Que se contente com o poder andar ainda um tempo á solta"[1228]. Tratava-se de um dos muitos métodos à disposição do governo no que dizia respeito ao controlo das influências regionais e da administração local.

No distrito de Coimbra, várias questões e divergências se interligaram para contrariar o acordo estabelecido entre Regeneradores e Progressistas: para além da interferência dos amigos políticos de João Franco, que tinham alguma influência regional, das intrigas para a eleição municipal, e das dificuldades enfrentadas pelos caciques locais do Partido Regenerador em controlar os votos de alguns indivíduos, como mais à frente veremos, gerou-se ainda uma contenda entre o Centro Progressista de Coimbra e o governo a propósito da Penitenciária de Coimbra[1229]. A construção da nova Penitenciária, que tinha sido iniciada em 1876, aproximava-se do fim e previa-se para breve a abertura do edifício. Mas, num desenvolvimento inesperado, José de Alpoim foi informado de que "os prog.^{as} de Coimbra, *se não se abrisse já a penitenciaria*, não ião á urna!"; mais ainda, o Centro Progressista de Coimbra declarava "*que se dissolvia se não fôsse attendido*!"[1230]. O caso acabaria por ser resolvido, tendo a Penitenciária entrado em funcionamento no final do ano de 1901[1231].

Sanada a divergência com os Progressistas a propósito da Penitenciária, restava ainda o problema dos apoios a João Franco. Era sabido que em certas localidades do distrito de Coimbra, como por exemplo na Figueira da Foz, os Franquistas encontravam apoios, graças a José Adolfo de Melo e Sousa, braço direito de João Franco, que era natural daquela localidade[1232]. Apesar da insistência de José de Alpoim com os principais influentes Progressistas da Figueira da Foz, os irmãos Pedrosas, estes mantiveram uma atitude de recusa de responsabilidades: "não se podia impedir que

[1228] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.38.3, carta de Fernando Matoso dos Santos, ministro da Fazenda, de 3 de Outubro de 1901.
[1229] ALMEIDA, 2001, pp. 90 e 122-123, cartas de José de Alpoim de 4 de Agosto de 1901, e de Hintze Ribeiro de 28 de Agosto de 1901.
[1230] ALMEIDA, 2001, p. 137, carta de José de Alpoim de 15 de Setembro de 1901.
[1231] GOUVEIA, 2010, p. 37.
[1232] ALMEIDA, 2001, p. 86, carta de José de Alpoim de 29 de Julho de 1901.

alguns prog.a votassem no Mello e Sousa"[1233]. Também no concelho de Soure a interferência dos Franquistas parecia causar problemas. José Gonçalves Pereira dos Santos, deputado Regenerador e também ele natural da Figueira da Foz, confirmava em carta a Hintze Ribeiro que existiam forças em acção em Soure com o objectivo de ganhar votos para os Franquistas: "O Mattoso anda quasi doido. Propôs-me um accôrdo de 800 votos franquistas e 500 votos progressistas"[1234]. O indivíduo em causa seria, muito provavelmente, João Matoso, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Soure. Pereira dos Santos continuava explicando que "Ha 5 assembleias. Os presidentes de 3 estão inteiramente commigo. São grandes influentes e estão absolutamente compromettidos a não fazerem chapeladas", pelo que a eleição estaria controlada. O caso ganha contornos curiosos porque João Matoso teria, segundo José Gonçalves Pereira dos Santos, sido forçado "a prometter pelo menos 800 votos ao João Franco", pela própria mulher, mas que dificilmente os conseguiria obter[1235]. A oposição ficara satisfeita: "Os progressistas de Soure, seus implacaveis inimigos exultavam de alegria hoje"[1236]. A situação em Soure só viria a ser resolvida através de um plano entre Regeneradores e Progressistas: o governador civil de Leiria, José dos Santos Pereira Jardim, pedia a Hintze Ribeiro que comunicasse com Alpoim para este telegrafar durante a noite a José Francisco Rodrigues, antigo presidente da Câmara Municipal de Soure, "a fim de meu plano ficar encoberto não podendo ser accusados de traição meus presidentes das assembleas"[1237]. O tom conspirativo ficava a dever-se à suspeita de que o telégrafo de Soure não era de confiança.

A interferência dos Franquistas na região de Coimbra causava incómodos também aos Progressistas: José de Alpoim, em carta a José Luciano, desabafava que "o gov.^{or} civil é um imbecil" porque tinha um administrador de concelho em Mira que "estava feito com os francaceos" e "o mesmo aconteceu em Penella"[1238].

Já próximo da data das eleições as autoridades locais ainda andavam ocupadas a tentar reunir o maior número de votos possíveis, pelo que o administrador do concelho

[1233] ALMEIDA, 2001, p. 145, carta de José de Alpoim de 17 de Setembro de 1901.
[1234] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.12, carta de José Gonçalves Pereira dos Santos de 4 de Outubro de 1901.
[1235] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.8, carta de José Gonçalves Pereira dos Santos de 5 de Outubro de 1901.
[1236] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.8, carta de José Gonçalves Pereira dos Santos de 5 de Outubro de 1901.
[1237] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.13, telegrama do Governador Civil de Leiria, José dos Santos Pereira Jardim, de 5 de Outubro de 1901.
[1238] ALMEIDA, 2001, p. 167, carta de José de Alpoim de 4 de Outubro de 1901.

de Arganil, Francisco Inácio Dias Nogueira, se dirigiu a Hintze, pedindo-lhe um conto de réis para obras em Arganil e Góis, uma promessa que podia permitir a vitória nas eleições[1239]. Noutras localidades do distrito houve maiores dificuldades. Para a freguesia de Cernache o governador civil de Coimbra, Luís Pereira da Costa, requereu 40 praças com urgência, nos quais previa gastar dois contos de réis que pediu a Hintze Ribeiro[1240]. Quanto ao sucedido na Fábrica do Prado da Lousã, as fontes são contraditórias. Por um lado, existem declarações da Direcção da Fábrica do Papel do Prado afirmando que preferiam a abstenção por não quererem votar contra o governo: "Queira dar ordens terminantes todos nossos operarios e empregados se abstenham de votar. Não podemos consentir opposição a governo. Com seus votantes particulares fará o que entender"[1241]. Por outro lado, o governador civil de Coimbra comunicava a Hintze Ribeiro que o gerente da fábrica se recusava a votar no governo, mesmo correndo o risco de ser demitido[1242]. Para aumentar a confusão, Guilherme Franqueira, médico na Lousã, informava José de Alpoim na véspera da eleição que o gerente da fábrica não cedia a votação e pretendia "apoiar francaceos terminantemente com os empregados"[1243].

Em Braga, para além das dificuldades sentidas em manter o acordo entre Regeneradores e Progressistas, e da influência dos Franquistas na zona de Guimarães, juntava-se ainda a competição do candidato dos Nacionalistas, Domingos Pinto Coelho. O grupo Nacionalista, como já vimos anteriormente, fora fortalecido com a saída de Jacinto Cândido do Partido Regenerador, e tinha uma especial incidência na região Norte do país, particularmente devido à influência do clero entre a população. A negociação entre Regeneradores e Progressistas tinha também neste distrito um carácter muito próprio, uma vez que, para além de Hintze Ribeiro e de José de Alpoim, participavam também nela o governador civil de Braga, Tomás de Vilhena, e dois representantes locais dos grandes partidos: o Abade de Tagilde, dirigente do Partido Progressista em Guimarães, e o visconde da Torre, antigo deputado, que acompanhara

[1239] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.5, telegrama do administrador do concelho de Arganil, Francisco Inácio Dias Nogueira, de 4 de Outubro de 1901. O pedido foi aceite por Hintze, que enviou o dinheiro através do governador civil de Coimbra; BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.4, rascunho de telegrama para o Governador Civil de Coimbra, Luís Pereira da Costa, de 5 de Outubro de 1901.
[1240] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.23, telegrama do Governador Civil de Coimbra, Luís Pereira da Costa, de 5 de Outubro de 1901; BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.24, telegrama do Governador Civil de Coimbra, Luís Pereira da Costa, de 5 de Outubro de 1901.
[1241] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.102.16, telegrama da Direcção da Companhia do Prado para Luís Lemos, da Lousã, de 5 de Outubro de 1901.
[1242] BPARPD, AERHR, docs. 10.4.102.17 e 10.4.102.19, telegramas do Governador Civil de Coimbra, Luís Pereira da Costa, para Hintze Ribeiro, de 5 de Outubro de 1901.
[1243] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.17, telegrama de Guilherme Franqueira para José de Alpoim, de 5 de Outubro de 1901.

inicialmente os Progressistas mas que acabara por passar para o lado Regenerador durante a década de 1890, e que era ainda cunhado do Franquista José Malheiro Reimão.

Apesar da delicadeza das circunstâncias políticas naquele distrito, os Progressistas mostravam-se animados com as expectativas da eleição, tendo José de Alpoim garantido a José Luciano que o Partido Progressista em Braga se encontrava em "accentuado periodo de rejuvenescimento e reorganisação", prevendo-se assim um resultado favorável[1244]. A divisão de deputados prevista era de 6 para a maioria, ou seja, para o governo, e de 2 para os Progressistas. Porém, o grupo nacionalista católico decidiu apresentar candidaturas próprias, e com esse objectivo lançou uma campanha entre o clero: "Tenho informações de que em diversos districtos se procura fazer propaganda e alliciar adhesões, sobretudo entre os padres, para apresentação de candidatos catholicos"[1245]. O candidato escolhido acabou por ser Domingos Pinto Coelho, filho do antigo deputado Legitimista Carlos Zeferino Pinto Coelho. A estratégia dos Nacionalistas passava por retirar um nome da lista de candidatos Regeneradores e substituí-lo pelo de Domingos Pinto Coelho: a informação chegou a Hintze Ribeiro numa circular do Centro Nacionalista de Braga, na qual alguém acrescentou a informação de que "os que votarem na lista do partido tem de substituir um nome pelo nacionalista. Sempre o mesmo nome riscado em todo o Districto. Assim que sejam publicados indica-se para todo o Districto"[1246]. O nome Regenerador substituído haveria de ser o de Augusto Neves Carneiro que, ainda assim, conseguiria ser eleito[1247].

Hintze Ribeiro não se mostrava preocupado com a situação, e garantia a José de Alpoim "não havêr o menor perigo" em relação aos católicos de Braga, principalmente se o chefe dos Progressistas locais, José Rodrigues de Carvalho, se entendesse com o governador civil, Tomás de Vilhena que, apesar de ser um adepto da doutrina do catolicismo social, se opunha à estruturação política desse movimento[1248]. Apesar disso, próximo da data da eleição o governador civil informava Hintze da instabilidade do processo eleitoral: "Vae por aqui um grande rebuliço. Os padres de todos os partidos á ultima hora fizeram grupo, insurgindo-se contra os respectivos clubes politicos, e contra

[1244] ALMEIDA, 2001, p. 98, carta de José de Alpoim de 9 de Agosto de 1901.
[1245] ALMEIDA, 2001, p. 120, carta de José de Alpoim de 25 de Agosto de 1901.
[1246] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.15, circular do Centro Nacionalista de Braga, assinada pelo Cónego António Augusto Rodrigues, sem data, com texto manuscrito com assinatura ilegível.
[1247] *A Tarde*, 7 de Outubro de 1901, p. 1.
[1248] ALMEIDA, 2001, p. 165, carta de José de Alpoim de 30 de Setembro de 1901.

o proprio arcebispo que não approva o movimento". Os padres estavam a trabalhar "n'uma furia doida para elegerem o Pinto Coelho!", da forma anteriormente indicada: "Os regeneradores nacionalistas tratam de cortar um nome da nossa lista". Para piorar a situação, Tomás de Vilhena informava que "os progressistas de Guimarães querem alliar-se com os catholicos d'ali, mas parece que o accordo depende da sanção do José Luciano, e mal anda elle, se o consentir – o prejudicado vai ser elle"[1249].

No mesmo dia também o visconde da Torre informava Hintze da campanha nacionalista: "A eleição d'este districto está muito difficil. O candidato nacionalista tem uma grande votação, havendo concelhos onde todos os influentes progressistas e regeneradores votam n'elle. Pela minha parte faço quanto posso para lhe evitar a victoria e todos os dias combino com o Rodrigues de Carvalho o melhor meio de o combater, mas elle, como eu e como nós todos, estamos admirados com a força de que os taes nacionalistas dispoem, no seio dos dois partidos". Apesar disso o visconde da Torre assegurava que "a candidatura do Pinto Coelho não logrará triumpho (…) De resto vae ser uma … trapalhada, porque uns votam nos progressistas e no nacionalista, outros cortam um progressista, e dous terços dos parochos regeneradores do districto, cortam um regenerador, determinado pelo centro mas cujo nome ainda não foi indicado até agora, porque seguem a tactica de só á ultima hora o anunciarem para nós não podermos compensal-o"[1250].

Hintze Ribeiro entrou em contacto directamente com José Luciano, informando-o de que o "partido catholico" estava a "ganhar terreno com grande força" e que era necessário mobilizar o Abade de Tagilde[1251]. A suposta onda de apoio dos católicos deixava o grupo nacionalista muito satisfeito, tendo o correspondente do jornal *Correio Nacional* telegrafado para esse periódico dando conta de "Grande actividade de centralistas favor eleição Pinto Coelho. Concelho Vila Verde dá votação maioria centralistas concelho Terras Douro da maioria 1500 votos Pinto Coelho. Differentes concelhos dão maioria Pinto Coelho. Grande enthusiasmo centralistas"[1252]. As expectativas haveriam, contudo, de não se concretizar, e mesmo com o entusiasmo dos católicos Domingos Pinto Coelho não conseguiu ser eleito deputado.

[1249] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.13, carta do Governador Civil de Braga, Tomás de Almeida Manuel de Vilhena, de 4 de Outubro de 1901.
[1250] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.14, carta do Visconde da Torre de 4 de Outubro de 1901.
[1251] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.12, rascunho de telegrama para José Luciano de Castro de 5 de Outubro de 1901.
[1252] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.16, telegrama do correspondente do *Correio Nacional* de 5 de Outubro de 1901.

Enquanto isto, em Guimarães, as autoridades e os Progressistas entravam em conflito, abrindo brechas no acordo político estabelecido. Segundo nos é permitido perceber da documentação, teria havido um desentendimento entre os Progressistas e o o administrador de concelho de Guimarães, tendo este recorrido a Hintze Ribeiro: "Á ultima hora progressistas d'aqui fogem ao accordo estabelecido para o districto disputando a eleição. Convem que José Luciano lhes ordene a rigorosa observancia do accordo feito"[1253]. Em simultâneo, o Abade de Tagilde, representante dos Progressistas na região, informou Hintze e José de Alpoim que o administrador de concelho estava a tentar impedir a votação dos Progressistas na minoria, pelo que pediam providências urgentes da parte do ministro do Reino[1254]. José de Alpoim comunicou as informações que recebera a Hintze, confirmando que a "auctoridade não quer deixar votar progressistas", e que eram necessárias medidas para resolver a situação[1255]. Hintze dirigiu-se então ao governador civil, ordenando a Tomás de Vilhena para que "providencie V. Ex.ª para que seja assegurada liberdade eleição"[1256]. A situação parece, porém, ter-se alterado à última hora, tendo Hintze enviado ao governador civil de Braga indicações, confirmando que "É necessario vencer por todos os modos maioria e minoria"[1257].

Na Madeira o processo eleitoral foi perturbado pela intervenção do grupo nacionalista católico, e por pequenas divergências entre as elites políticas locais. O Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Manuel José Vieira, terá enviado um telegrama ao próprio rei D. Carlos, dando conta de que o distrito se encontrava pacífico, mas que "não obstante governo cobrir tropa todas assembleas já presos alguns influentes progressistas e annunciar-se novas prisões e violencias protegidas pela auctoridade"[1258]. Vieira fora deputado várias vezes pelos círculos eleitorais da Madeira, sempre com o apoio do Partido Progressista, pelo que se inclinava para proteger esse partido no contexto local[1259]. Hintze Ribeiro, depois de ter recebido esta informação do

[1253] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.9, telegrama de Pedro Guimarães, administrador de concelho, de 5 de Outubro de 1901.
[1254] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.5, 10.4.22.6 e 10.4.22.7, telegramas do Abade de Tagilde de 5 de Outubro de 1901.
[1255] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.1, telegrama de José de Alpoim de 6 de Outubro de 1901.
[1256] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.3, rascunho de telegrama para o Governador Civil de Braga, Tomás de Vilhena, sem data.
[1257] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.22.2, rascunho de telegrama para o Governador Civil de Braga, Tomás de Vilhena, de 5 de Outubro de 1901.
[1258] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.101.4, telegrama de Manuel José Vieira, Presidente da Câmara Municipal do Funchal, para o rei D. Carlos, de 5 de Outubro de 1901.
[1259] COSTA, 2006, vol. III, pp. 1071-1073.

monarca, comunicou com o governador civil do Funchal, José Ribeiro da Cunha, no sentido de tomar as providências necessárias para "garantir a ordem publica e a liberdade individual"[1260]; contudo, Ribeiro da Cunha tinha outra história para contar: "são falsas as arguições do Conselheiro Vieira o Bispo a frente da grande maioria do clero tem feito uma propaganda atroz contra El-Rei e contra o governo a que V. Ex.ª preside aproveitando-se da epoca eleitoral para subrevar [sic] os povos e excitar as paixões e o fanatismo religioso proclamando no pulpito em reuniões que promovem na proximidade das egrejas e aconselhando no confessionario que é necessario aproveitar a ocasião para dar cabo do governo que quer acabar com a religião e com as egrejas"[1261].

Para além disso "os seminarios percorrem os campos explicando os propositos do clero as mulheres estão fanatisadas e a tal ponto que ameaçaram invadir as assembleas e impedir as votações cumpre me fazer respeitar as leis garantir o direito dos eleitores e desafrontar a liberdade do voto das armadilhas dos padres e primeiro que tudo cabe me o dever de não consentir ultrajes e offensas contra o Augusto Chefe da Nação e contra o governo que em mim depositou confiança e tenho por outro lado obrigação de concorrer para que a vontade dos eleitores seja livremente manifestada". Ribeiro da Cunha confirmava que tomara medidas face à agitação popular, para que se pudesse "votar com notoria liberdade e resistir a pressão dos padres cujos abusos inqualificaveis são covardemente explorados pelos progressistas com um cinismo de que não ha memoria nos postos eleitoraes do paiz"[1262].

As mesmas informações circulavam entre os Progressistas, mantendo-se as acusações ao Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto: "*Acerca da Madeira,* vai lá o demonio! O Bispo, que é um reaccionario feroz, tem lançado os padres n'uma campanha contra o governo, tendo já havido desturbios serissimos no Funchal"[1263]. O prelado tivera desde cedo alguns conflitos com as autoridades locais, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento rigoroso de normas eclesiásticas[1264]. Não encontrámos, porém, na correspondência trocada entre José Luciano e José Maria de Alpoim, indicações que confirmassem as acusações do governador civil do Funchal de existir um

[1260] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.101.2, rascunho de telegrama para o Governador Civil do Funchal, José Ribeiro da Cunha, de 5 de Outubro de 1901.
[1261] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.101.1, telegrama do Governador Civil do Funchal, José Ribeiro da Cunha, sem data.
[1262] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.101.1, telegrama do Governador Civil do Funchal, José Ribeiro da Cunha, sem data.
[1263] ALMEIDA, 2001, p. 135, carta de José de Alpoim de 2 de Setembro de 1901.
[1264] COELHO, 1881.

aproveitamento por parte do Partido Progressista em relação à acção do clero local, parecendo, aliás, que a liderança Progressista se opunha, fosse por uma questão ideológica ou apenas por conveniência política, às atitudes do Bispo do Funchal.

A acção do grupo nacionalista católico, apesar de não ter atingido, nesta eleição, resultados palpáveis foi, ainda assim, relevante, pela sua dispersão regional. Essa era, precisamente, uma das preocupações de Hintze Ribeiro que, se não queria a eleição de amigos de João Franco por este ter entrado em cisão com os Regeneradores, deveria sentir algo semelhante em relação a Jacinto Cândido e ao nacionalismo católico. Hintze comentava com José Luciano que tinha "informações de que em diversos districtos se procura fazer propaganda e alliciar adhesões, sobretudo entre os padres, para apresentação de candidatos catholicos", existindo movimentações dos nacionalistas "em Braga, em Villa Real, no Funchal; e até em Castello Branco"[1265]. A relação entre os nacionalistas e o grupo de João Franco era, na altura, pouco nítida, correndo rumores de que existiriam apoios ou, pelo menos, de que um dos jornais nacionalistas mais importantes, o *Correio Nacional*, estaria a proteger João Franco. José Maria de Alpoim, aproveitando para enaltecer o seu chefe, desabafava com José Luciano que "Em Portugal, hoje, parece-me que só V. Ex.ª tem *alma* para mettêr em ordem esta clericalha desmandada!"[1266].

Em Angra do Heroísmo as dificuldades ficaram a dever-se a um acordo já existente entre Progressistas e Regeneradores, e ao seu rompimento por parte dos membros do Partido Progressista. Hintze Ribeiro, em carta a José Luciano de Castro, colocava a situação nos seguintes termos: "fez-se, no anno passado, syndicancia á Junta Geral d'aquelle districto, e às Camaras Municipaes de Angra e Praia da Victoria. Foi ali encontrada uma administração peior do que irregular"; "foi dissolvida a Cam.ª Mun.al de Praia da Victoria, e ia eu dissolver, bem justificadamente, a Junta Geral e a Cam.ª Mun.al de Angra, quando V. Ex.ª, por si e pelo José d'Alpoim, me recommendou muito que dispuzesse as cousas por forma conciliadora"[1267]. Depois da intervenção de José Luciano, os dois partidos tinham chegado a um acordo, ratificado pelos líderes nacionais, que influenciava não só a eleição de deputados de Novembro de 1900, mas também "as futuras eleições da Junta Geral e das camaras municipaes, que seriam regeneradoras quando eleitas durante o ministerio actual, e progressistas quando mais

[1265] ALMEIDA, 2001, p. 120, carta de Hintze Ribeiro de 25 de Agosto de 1901.
[1266] ALMEIDA, 2001, p. 154, carta de José de Alpoim de 21 de Setembro de 1901.
[1267] ALMEIDA, 2001, p. 112, carta de Hintze Ribeiro de 20 de Agosto de 1901.

tarde eleitas estando V. Ex.ª no governo". Apesar de estar ainda em vigor esta negociação, os Progressistas de Angra do Heroísmo não teriam ficado satisfeitos com a antecipação da data das eleições para a Junta Geral do distrito, decidindo romper com o acordo firmado, e entrando "em lucta viva"[1268]. Hintze tentou ainda resolver a questão, pedindo a José Luciano para acalmar os seus amigos políticos, até porque "desejo o accordo, que representa a tranquilidade do districto; mas não posso nem devo, antepôr este meu desejo às conveniencias politicas do seu partido n'aquelle districto"[1269]. Mas escudava-se na continuada corrupção política existente na região: "já depois das irregularidades em que foram ali encontradas a Junta Geral e as Cam.as de Angra e Velas outras teem sido praticadas e arguidas, pelas quaes só não procedi por estar ligado ao accordo feito, e não querer faltar ao seu cumprimento"[1270]. José de Alpoim acabaria por confirmar a José Luciano que "os nossos am.os não tinhão rasão", sendo negociada com o governo "uma *minoria* segura" para os Progressistas[1271].

Aproximando-se a data da eleição houve alguma agitação entre os membros dos dois partidos, tendo o governador civil de Angra do Heroísmo, Emídio Lino da Silva Júnior, telegrafado a Hintze dando conta da luta renhida que se vivia, e prevenindo para a necessidade de enviar tropas para o local[1272]. Hintze ter-se-á informado junto de José de Alpoim, confirmando posteriormente ao governador civil que os Progressistas não pretendiam disputar as vagas da maioria, e que "queria infallivelmente eleito pela minoria o candidato progressista que era Antonio Ferreira Cabral Pais do Amaral"[1273].

Tendo em conta o que relatámos anteriormente, em Lisboa o processo eleitoral correu de forma bastante mais pacífica, o que se pode dever ao facto de o processo ser controlado directamente pelas chefias do partido, havendo uma menor intervenção de influentes locais com objectivos próprios. Regeneradores e Progressistas da capital decidiram não só manter o acordo estabelecido, como também elaborar uma lista comum, "no interesse das instituições nacionaes e a bem da tranquillidade da capital no

[1268] ALMEIDA, 2001, p. 108, carta de Hintze Ribeiro de Agosto de 1901.
[1269] ALMEIDA, 2001, p. 117, carta de Hintze Ribeiro de 22 de Agosto de 1901.
[1270] ALMEIDA, 2001, p. 133, carta de Hintze Ribeiro de 1 de Setembro de 1901.
[1271] ALMEIDA, 2001, pp. 126 e 147, cartas de José de Alpoim de 31 de Agosto de 1901, e 18 de Setembro de 1901.
[1272] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.40.22, telegrama do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Emídio Lino da Silva Júnior, de 20 de Setembro de 1901. Note-se que Emídio da Silva Júnior era também o chefe do Partido Regenerador em Angra do Heroísmo.
[1273] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.40.23, rascunho de telegrama para o Governador Civil de Angra do Heroísmo, Emídio Lino da Silva Júnior, sem data; ALMEIDA, 2001, p. 164, carta de José de Alpoim de 30 de Setembro de 1901.

decorrer dos actos eleitoraes". A circular era assinada por diversas figuras reconhecidas dos dois partidos: António de Azevedo Castelo Branco, à data governador civil de Lisboa, Augusto César Cau da Costa, Frederico Arouca, e o 2º conde de Casal Ribeiro, pelo Partido Regenerador, e António Vilaça, Frederico Ressano Garcia, José Maria de Alpoim e o próprio José Luciano de Castro, pelo Partido Progressista[1274]. Em consequência disso o governador civil garantia a Hintze Ribeiro que "a eleição vae indo regularmente e, conforme lhe disse, temos a m.ma votação da passada eleição"[1275].

Concluídas as eleições, e apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos chefes dos dois grandes partidos dinásticos em manter as suas hostes controladas, o resultado foi o esperado: os Regeneradores elegeram 108 deputados, entregando aos Progressistas 41 lugares no Parlamento[1276]. Foram ainda eleitos cinco deputados que se posicionavam como independentes, mas cuja eleição, pelo que já evidenciámos do carácter deste processo eleitoral, terá tido a concordância do chefe do governo: o visconde de Mangualde, que apoiara os Progressistas numa fase anterior da sua carreira política, mas que era agora identificado como independente; João Pinto Rodrigues dos Santos, apoiante do chamado «Partido dos Pretos», o grupo regionalista de Manuel Vaz Preto Geraldes, que por essa altura, se encontrava perto do fim; e os já conhecidos Augusto Fuschini, Mariano de Carvalho e José Dias Ferreira, antigos membros dos Regeneradores, Progressistas e Constituintes, respectivamente, os três eleitos pelo círculo de Setúbal. Por fim, e sendo provavelmente a nota mais discordante tendo em conta a forma como a eleição foi controlada, os Franquistas conseguiram eleger um deputado, José Adolfo de Melo e Sousa, por Arganil. Este resultado terá tido, contudo, a complacência de Hintze e José Luciano, e terá sido uma tentativa de provocação a João Franco[1277]. Garantida a vitória, Hintze Ribeiro queria deixar claro a Franco que hostilizá-lo fora um erro. Ainda que afastar os Franquistas fosse a sua maior aspiração, Hintze era um político experiente, e não terá esquecido por completo a ameaça do Republicanismo, gerindo o processo eleitoral para que nenhum Republicano chegasse ao Parlamento[1278].

[1274] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.96.1, circular de 26 de Setembro de 1901.
[1275] BPARPD, AERHR, doc. 10.4.96.3, carta de José de Azevedo Castelo Branco, governador civil de Lisboa, sem data [possivelmente de 6 de Outubro de 1901].
[1276] Ver Anexo 8.1, pp. 79-83.
[1277] MOREIRA, 1992, p. 288.
[1278] O mesmo tinha acontecido na eleição de Novembro de 1900, também organizada pelo governo Regenerador de Hintze.

Depois de todo este processo, Alpoim garantia a José Luciano que Hintze estava "contente como um Cúco!" com os resultados obtidos[1279]. Porém, a campanha eleitoral servira para Alpoim e os Progressistas verem uma nova faceta do chefe do governo: Alpoim dizia que "o Hintze, *que não tem geito para coisas politicas*, cheio de desconfianças, ciganices, e ao m.[mo] tempo, de credulidades, está absolutamente empolgado pela paixão: não recúa diante *de nada*, e agouro que as tolices da dissolução e *lei eleitoral* hão-de dar de si…"[1280]. Já depois das eleições de deputados, e durante a campanha para as eleições municipais que se realizaram a 3 de Novembro, Alpoim reafirmava que Hintze "Não tem cabeça: é cheio de *manhas* e *finuras*, e *suspeitas*"[1281]. Se esse clima de suspeitas e desconfianças em que vivia lhe trazia bons resultados eleitorais, tinha contudo consequências nefastas na vida de Hintze Ribeiro: depois desta prolongada e cansativa campanha eleitoral, agravaram-se os problemas de saúde que já padecia, tendo sofrido uma crise cardíaca que era já um prenúncio do desfecho que se viria a desenrolar seis anos mais tarde[1282].

3.2.2. Composição parlamentar

Quanto à eleição de 1901, importa salientar que existe um estudo sobre a composição do Parlamento nesta legislatura, mas que proporciona poucas informações quanto às diferenças entre deputados de diferentes sectores partidários. É, ainda assim, uma base fundamental para o estudo da prosopografia parlamentar[1283].

Durante a legislatura de 1902-1904 foi possível identificar 108 deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador. Saliente-se, contudo, alguns casos específicos: neste conjunto não incluímos, por exemplo, Augusto Fuschini que, apesar de ter sido deputado Regenerador em legislaturas anteriores, tinha gravitado para uma posição independente e que se mostrava, em dados momentos, em frontal oposição ao governo de Hintze Ribeiro[1284]; para além deste caso, existiam ainda outros deputados com posicionamentos um pouco ambíguos, por vezes considerados pela imprensa como

[1279] ALMEIDA, 2001, p. 174, carta de José de Alpoim de 8 de Outubro de 1901.
[1280] ALMEIDA, 2001, p. 126, carta de José de Alpoim de 31 de Agosto de 1901.
[1281] ALMEIDA, 2001, p. 188, carta de José de Alpoim de 22 de Outubro de 1901.
[1282] ALMEIDA, 2001, p. 205, carta de José de Alpoim de 25 de Novembro de 1901.
[1283] SOBRAL e ALMEIDA, 1982.
[1284] Como é possível ver através do seu posicionamento nas votações nominais de 14 de Março e 26 de Abril de 1902, 20 de Janeiro de 1903 e 15 de Março de 1904; *DCD*, 14 de Março de 1902, p. 21, 26 de Abril de 1902, pp. 18 e 20, 20 de Janeiro de 1903, p. 12, e 15 de Março de 1904, p. 17.

independentes, outras vezes como governamentais. Exemplos disso foram Francisco de Almeida Albuquerque, o visconde de Mangualde ou João Pinto Rodrigues dos Santos. Uma análise mais detalhada das votações nominais levou-nos a verificar que João Pinto Rodrigues dos Santos se encontrava em oposição ao governo Regenerador; não foi possível obter resultados para o caso do visconde de Mangualde, que esteve ausente na maior parte das sessões desta legislatura, e não participou em votações nominais.

Do ponto de vista dos dados biográficos obtidos, e do estudo prosopográfico, foi possível concluir que a idade média à data da eleição rondava os 44 anos, ligeiramente acima do que se tinha verificado na legislatura de 1882-1884 (Tabela 5.). O mesmo se pode verificar no número de eleições anteriores: tanto o valor médio como o valor máximo aumentam, diminuindo o número de deputados que faziam a sua estreia – em 1882 46% dos deputados eram estreantes, em 1902 apenas 27% se encontram nessa situação (Tabela 6.). Em 1881, no frenesi da «guerra de extermínio» contra os Progressistas, os Regeneradores tinham sido forçados a dispor de um grande número de candidatos, a maioria jovens estreantes. Em 1901, com o acordo entre os partidos, essa situação já não se verificava, sendo o corpo parlamentar mais experiente.

Tabela 5. Idade à data da eleição

Mínima	Média	Máxima
24	44,1	69

Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

Tabela 6. Experiência anterior e deputados estreantes

Número médio de eleições anteriores	2,1
Número máximo de eleições anteriores	20
Deputados estreantes	27%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

A análise da idade dos deputados Regeneradores à data da sua primeira participação parlamentar mostra-nos outras diferenças em relação a 1881: por um lado, existia uma maior percentagem de indivíduos abaixo dos 30 anos a ser eleitos, o que

reforçava a percepção do meio universitário como um espaço de recrutamento de candidatos a deputados cada vez mais utilizado; além disso, ainda que a idade média dos deputados à data da primeira eleição fosse um pouco mais alta – subindo de 37 anos para 38 – a idade máxima era significativamente mais baixa, descendo de 71 para 61 anos (Tabela 7.).

Tabela 7. Idade à data da primeira eleição

Grupos etários	N	%		
20-29 anos	19	20%		
30-39 anos	36	37%	Idade média	38
40-49 anos	30	30%	Idade máxima	61
50-59 anos	8	8%	Idade mínima	22
> 60 anos	3	4%		
Total	96	100%		

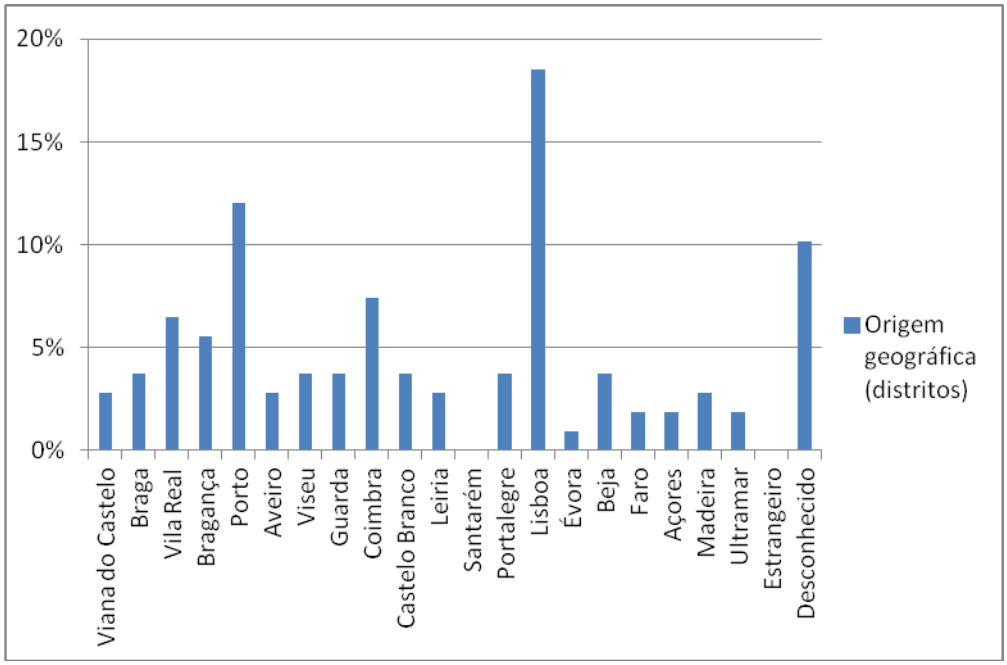
Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

No que se refere à origem geográfica dos deputados, em comparação com os dados para a legislatura de 1881-1884, é possível observar uma redução da importância da capital no conjunto dos locais de origem, um movimento acompanhado pelo aumento do número de deputados provenientes do Porto (Gráfico 5.). Nos restantes distritos verificam-se ligeiras alterações, como o aumento do número de deputados provenientes dos Açores ou a ausência de deputados do distrito de Santarém. Confirma-se que ocorria um movimento de descentralização das origens do corpo parlamentar, ainda que limitado.

No que diz respeito à formação académica, é possível ver o reflexo da evolução social reflectido no corpo parlamentar português: a proporção de deputados que não tinham estudos superiores diminui para apenas 3%, metade do que se verificara no período anteriormente estudado (Gráfico 6.). Quanto às opções temáticas, mantém-se o padrão existente em 1882-1884: uma parte muito significativa dos deputados Regeneradores tinham formação em Direito (31%), um valor apenas um pouco inferior ao de 1882-1884, enquanto a percentagem de deputados com formação militar subia ligeiramente (17%). Para além de direito e dos cursos militares, Medicina continuava a

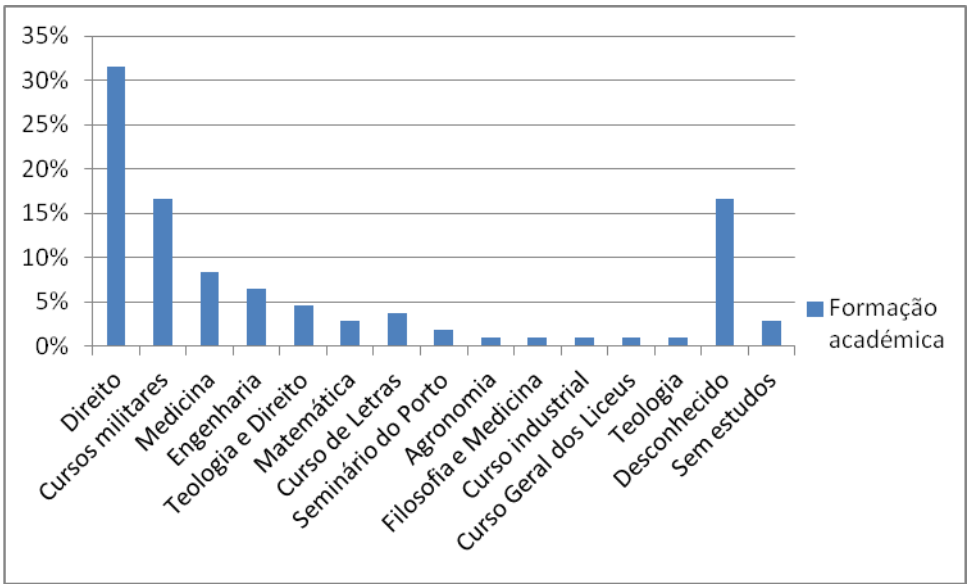
ser uma área bastante procurada, agora seguida pela Engenharia, escolhas de 8% e 6% dos deputados Regeneradores, respectivamente.

Gráfico 5. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

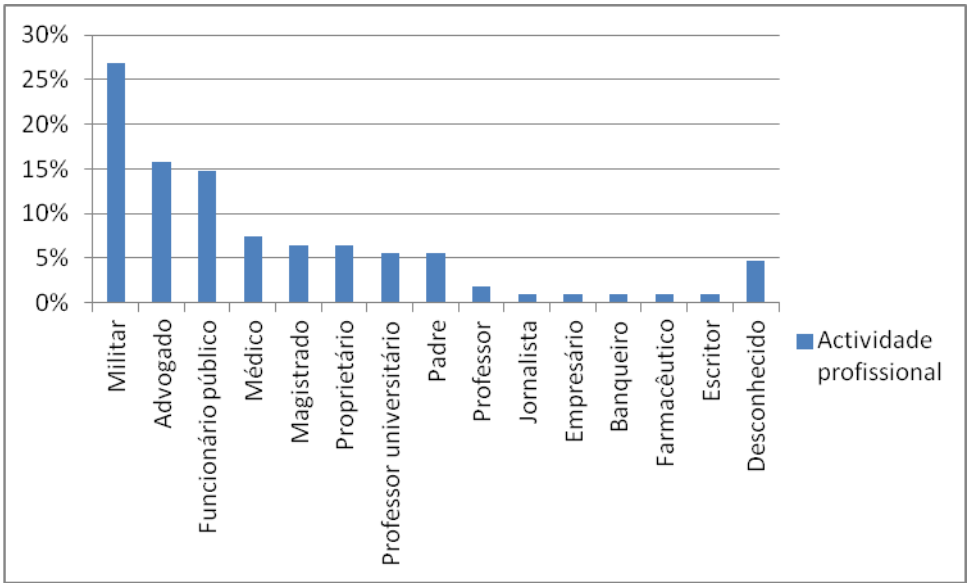
Gráfico 6. Formação académica



Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

No que se refere à actividade profissional, o funcionalismo público sofreu uma redução, passando para os 15%, enquanto o número de militares aumentou significativamente, chegando aos 27% do total dos deputados Regeneradores (Gráfico 7)[1285]. O número de funcionários públicos foi, inclusive, ultrapassado pelo número de advogados (16%), tendo a percentagem de magistrados sofrido também uma redução (6%). No que se refere aos proprietários, como já tínhamos apurado antes, o número continuava em decréscimo, em paralelo com a redução da percentagem de membros da aristocracia titulada presentes na câmara electiva: em 1901, apenas 6% dos parlamentares Regeneradores eram proprietários, a mesma percentagem de Regeneradores que detinham títulos nobiliárquicos, ou seja, metade dos que existiam em 1881, em ambos os casos (Tabela 8.).

Gráfico 7. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

[1285] Note-se que José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida apontaram o funcionalismo público como a classe profissional com maior número de deputados em 1902-1904, mas incluíram nessa categoria professores universitários, professores do ensino secundário e magistrados, que nesta análise optámos por considerar separadamente; SOBRAL e ALMEIDA, 1982, p. 655.

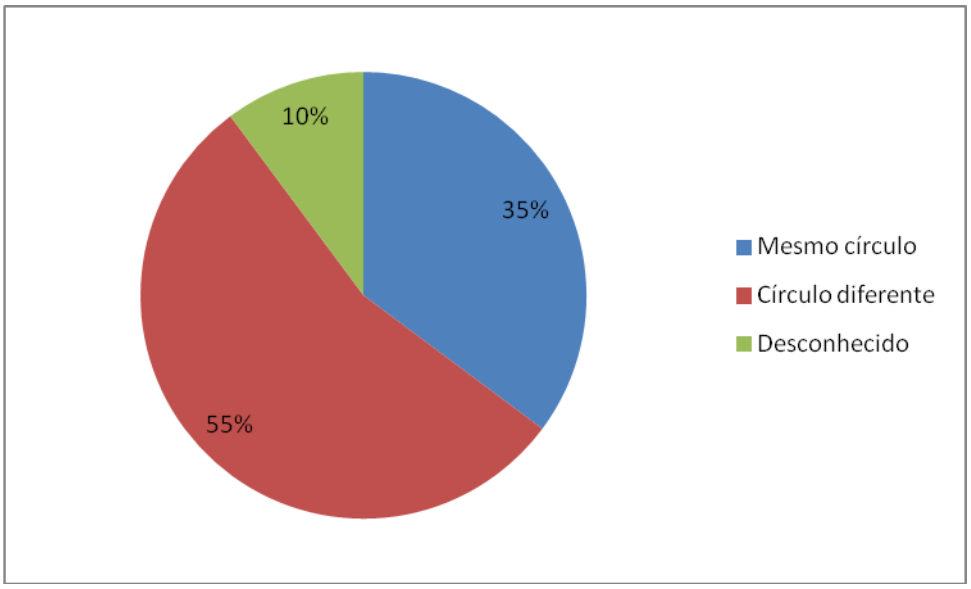
Tabela 8. Origem social dos deputados

	Nº	%
Com título nobiliárquico	7	6%
Sem título nobiliárquico	101	94%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

Quanto à relação dos deputados com o seu círculo de eleição, houve um aumento do número de indivíduos que efectivamente tinham uma ligação de nascimento com o seu círculo eleitoral, subindo de 28% em 1881 para 35% em 1901 (Gráfico 8.). O valor continua, ainda assim, a ser reduzido, contrariando para o sector Regenerador as conclusões obtidas para a totalidade do Parlamentar dessa legislatura[1286]. Confirma, assim, que as decisões tomadas pela chefia partidária tinham uma significativa relevância no que diz respeito ao Partido Regenerador, e que a preponderância continuava a ser dos candidatos indicados pela cúpula partidária.

Gráfico 8. Local de origem vs círculo de eleição



Fonte: MÓNICA, 2004-2005.

[1286] SOBRAL e ALMEIDA, 1982, p. 657. Note-se que os autores referem outros vínculos ao círculo de eleição, que não incluímos neste estudo. Ainda assim, o valor sugerido de 2/3 dos deputados com ligações ao seu círculo é bastante superior ao que conseguimos apurar.

Importa ainda referir que existe pouca continuidade entre o corpo parlamentar Regenerador de 1881 e o de 1901: apenas 11 deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador em 1881 se encontravam em funções em 1901, e um deles foi, aliás, eleito como independente – Augusto Fuschini. Desse pequeno número de deputados, apenas 5 continuavam a representar o círculo eleitoral no qual tinham nascido.

Assim sendo, podemos concluir que o corpo parlamentar do Partido Regenerador, em 1901, era formado, em média, por indivíduos apenas ligeiramente mais velhos mas, simultaneamente, mais experientes do que aqueles que encontrámos em 1881. Era um grupo tendencialmente mais instruído, onde se continuava a destacar a formação em Direito, mas onde se verificava agora uma preponderância muito significativa de militares. Em termos da origem geográfica, Lisboa continuava a ser o local com maior importância, tendo contudo sofrido uma redução, que permitiu o aumento do número de indivíduos proveniente de outros distritos, nomeadamente do Porto. O declínio da pertença a famílias da aristocracia titulada aumentava, acompanhado pela redução do número de proprietários entre os deputados Regeneradores. Quanto à ligação com o círculo pelo qual eram eleitos, no que diz respeito ao nascimento, a percentagem aumentou para 35%, sendo ainda assim esmagadora a quantidade de indivíduos que não tinham este tipo de relação com o seu círculo de eleição. Observa-se, portanto, que o corpo parlamentar Regenerador se transformara, ganhando maior experiência e habilitações, descentralizando-se e conseguindo uma maior ligação com os círculos de eleição. Resta-nos, contudo, a dúvida: terão estas alterações ocorrido por esforço deliberado da liderança do partido em construir um grupo parlamentar mais experiente e com maior proximidade aos eleitores? Seria este um reflexo das tentativas de modernização dos partidos políticos, aproximando-se da população que os elegera para melhor a representar? Ou teria sido apenas uma coincidência decorrente das transformações da sociedade?

3.2.3. Votações nominais e posicionamento do partido no Parlamento

Concluído o processo eleitoral de 1901, teve início a legislatura de 1902-1904. Tal como no capítulo referente às votações da legislatura de 1882-1884, seleccionámos 15 votações nominais, sobre temas sensíveis para a política e economia nacional, como a conversão da dívida externa, moções de confiança e de censura ao governo, ou incidentes parlamentares devido a recomposições ministeriais. Desta forma pretende-se

observar o percurso do corpo parlamentar Regenerador nesta legislatura, comparando com os dados obtidos para os anos de 1882 a 1884.

A sessão parlamentar de 1902 teve assim início num ambiente de menor agitação política, principalmente porque o governo ganhara um novo controlo sobre o Parlamento, afastando alguns dos seus adversários: os Republicanos não tinham conseguido eleger nenhum deputado, e dos Franquistas só a candidatura de Melo e Sousa obtivera sucesso, numa manobra provavelmente controlada pelo governo. O executivo trouxera à Câmara uma maioria confortável de Regeneradores, e parecia ter vencido definitivamente as divergências dentro do partido. Porém, não muito tempo depois da abertura das Cortes, Augusto Fuschini, um antigo Regenerador, haveria de relembrar o governo de que a vida política tinha agora novas configurações, e de que existiam também deputados independentes no Parlamento.

Logo a 14 de Março, durante a discussão do orçamento de Estado, Fuschini – que agora era referido pela imprensa como deputado independente – lançou uma moção que, não sendo de censura, era uma crítica velada ao governo: dizia Fuschini que, apesar de os parlamentares reconhecerem "a justiça de satisfazer aos credores internos e externos até á totalidade dos juros das respectivas dividas, em harmonia com as condições economicas do pais e com os recursos do Thesouro", tinham também "o dever de velar pela conservação immaculada da soberania e independencia do pais", pelo que esperavam que "os governos nacionaes, seja qual for a sua origem politica, as manterão e defenderão, como expressões sagradas e intangiveis da existencia de um povo autonomo e livre"[1287]. O próprio Fuschini requereu que se realizasse uma votação nominal sobre esta moção, que foi rejeitada por 59 votos contra 25[1288]. Os votos contra ficaram a dever-se a deputados do Partido Progressista, bem como a três dos deputados independentes, Fuschini, José Dias Ferreira e João Pinto Rodrigues dos Santos.

As três votações que se seguiram em 1902 foram lançadas por Regeneradores, na sessão de 26 de Abril, a propósito do debate sobre a conversão da dívida pública: primeiro, um requerimento de João de Sousa Tavares, pedindo a prorrogação da sessão até o projecto de lei da conversão da dívida ser votado; depois, um requerimento de António de Almeida Dias, para dar por discutida a matéria referente ao artigo 1º do

[1287] *DCD*, 14 de Março de 1902, p. 21.
[1288] *DCD*, 14 de Março de 1902, p. 21. O *DCD* apresenta como resultado da votação 60 votos contra 26, mas só identifica 84 nomes.

projecto de conversão da dívida, que era a parte principal do projecto; e, finalmente, a votação final do referido artigo 1º. Todas as propostas foram aprovadas por uma larga margem de votos, sendo que os votos contra vieram de Progressistas, do deputado Franquista, e dos três deputados independentes presentes, José Dias Ferreira, Augusto Fuschini e João Pinto Rodrigues dos Santos[1289]. O comportamento do grupo parlamentar do Partido Regenerador era, portanto, aquele que Hintze Ribeiro desejara quando desenhara o acordo eleitoral com os Progressistas e durante o processo de escolha dos candidatos a deputados: os Regeneradores agiam enquanto uma só voz, respeitando as decisões da liderança partidária e, consequentemente, do governo em funções.

O ano de 1903 teve, em termos de votações nominais no parlamento, características um pouco diferentes: a sessão parlamentar foi, essencialmente, um duelo entre moções de censura e moções de confiança ao governo, lançadas entre a oposição e a bancada Regeneradora como demonstração de crítica, ou de apoio, ao governo. As mais importantes, pelos temas em debate a que diziam respeito, foram as das sessões de 20 de Janeiro, quando esteve em debate a liberdade de imprensa, e de 14 de Março, em que foi debatido o desempenho do ministro da Guerra, Luís Pimentel Pinto.

No primeiro caso, o debate tivera início com uma interpelação de José Maria de Alpoim, sobre "os excessos e abusos contra a imprensa", apresentada por aquele deputado a 16 de Janeiro[1290]. O Partido Progressista tomara a iniciativa de não discutir o projecto de resposta ao discurso da Coroa, substituindo-o por interpelações sobre os temas que consideraram mais relevantes desse discurso, não por concordarem com a totalidade do texto mas, isso sim, por serem "tantos e tão desvairados os assuntos do Discurso que Sua Majestade leu perante as Camaras" que não seria possível discuti-los todos em tempo útil[1291]. Alpoim ficou assim responsável pela interpelação sobre a liberdade de imprensa. Ao iniciar o seu discurso, Alpoim fazia um trocadilho com as míticas palavras de Alexandre Herculano, afirmando que "Isto dá vontade de viver; de viver, para lutar; de viver para derribar; lutar, pelas liberdades, que se extinguem, pela lei, que se esfarrapa; derribar os que calcam aos pés a justiça e a lei; derribar aquelles

[1289] Ver Anexo 8.2, pp. 83-86. *DCD*, 26 de Abril de 1902, pp. 5, 18 e 20. A soma da primeira votação, referente ao requerimento de João de Sousa Tavares, está incorrecta no *DCD*: a contagem dos nomes dos deputados apresentados totaliza 72 votos a favor e 25 votos contra; *DCD*, 26 de Abril de 1902, p. 5.
[1290] *DCD*, 16 de Janeiro de 1903, p. 15.
[1291] *DCD*, 16 de Janeiro de 1903, p. 15.

que, perante o Rei e perante o povo, esfarrapam a lei"[1292]. Ia ainda mais longe, acusando o governo: "Ministros da Coroa, atraiçoaes a Coroa e a liberdade! Ministros da Coroa, desacataes a lei e, sobretudo, o Rei!"[1293]. Segundo Alpoim, o presidente do Conselho fizera uso da censura prévia e apreendera jornais, o que ia contra todas as leis da liberdade de imprensa em vigor no país, pelo que considerava a lei como morta[1294].

O caso devia-se à apreensão de alguns números do jornal *O Imparcial*, de Dezembro de 1902, nos quais haviam sido publicados textos que foram considerados atentatórios à ordem pública. Seguiu-se um debate acalorado entre Alpoim e Hintze Ribeiro, que levou Francisco Veiga Beirão, líder da bancada parlamentar Progressista e um dos deputados mais antigos do Partido Progressista, a apresentar a seguinte moção de censura ao governo: "A Camara affirma que a censura e a confiscação de periodicos bem como a violação da casa onde elles se redigem ou imprimem são actos contrarios aos direitos civis e politicos do cidadão cuja inviolabilidade é garantida pela Carta Constitucional"[1295]. Outros deputados se colocaram contra e a favor do governo, declarando que "as liberdades publicas estão mortas", como fez o Progressista António Cabral, ou defendendo que "o Governo tem restricta obrigação de tomar todas as providencias", nas palavras do Regenerador Augusto César Claro da Rica, também ele jornalista[1296]. Chegados ao momento da votação, coube a Augusto Fuschini requerer que esta fosse nominal, uma forma de evidenciar quem se posicionava contra o governo. Depois de feita a contagem, 28 deputados votaram a favor da moção de Francisco Beirão, e 56 votaram contra, sendo portanto rejeitada[1297]. Entre os deputados que votaram a favor encontrava-se, para além de um grande número de Progressistas, e dos independentes Fuschini e João Pinto Rodrigues dos Santos, o Regenerador Eduardo Burnay, único membro da bancada governamental a colocar-se em oposição.

Logo em seguida foi votada a moção de confiança no governo, proposta pelo deputado Regenerador Afonso Lopes Vieira, e segundo a qual a Câmara se dava como "satisfeita com as explicações do Governo"[1298]. Esta, como era de esperar, foi aprovada

[1292] *DCD*, 19 de Janeiro de 1903, p. 8.
[1293] *DCD*, 19 de Janeiro de 1903, p. 8.
[1294] *DCD*, 19 de Janeiro de 1903, pp. 9-10. À data estava em vigor a lei de imprensa de 18 de Julho de 1898, promovida pelo governo Progressista de José Luciano de Castro, sendo que na pasta da Justiça estava Francisco Veiga Beirão, líder da bancada parlamentar do Partido Progressista em 1903.
[1295] *DCD*, 19 de Janeiro de 1903, p. 17.
[1296] *DCD*, 20 de Janeiro de 1903, p. 10.
[1297] *DCD*, 20 de Janeiro de 1903, p. 12. Mais uma vez existe uma disparidade entre a soma apresentada e o total de nomes elencados.
[1298] *DCD*, 20 de Janeiro de 1903, p. 7.

com os mesmos 56 votos a favor, e com 27 votos contra[1299]. Curioso é o facto de Eduardo Burnay, que pouco antes tinha votado em oposição ao governo, se ter ausentado da sala, o mesmo acontecendo com Augusto Fuschini. Apesar de se poder tratar de uma coincidência, pode também ter sido uma forma de os deputados evitarem votar novamente contra o governo Regenerador.

Em Março ocorreu um novo momento de debate aceso, quando os deputados estavam ocupados com o projecto referente à força do exército para o ano de 1903-1904. Tratava-se de um projecto apresentado pelo ministro da Guerra, Luís Pimentel Pinto, e aprovado pela comissão parlamentar de guerra, no qual era fixado o número de militares disponíveis em tempo de paz, sendo propostos 30 mil praças de pret, e promovendo o licenciamento da restante força militar que pudesse ser dispensada[1300]. A proposta foi de imediato recebida com uma moção de censura apresentada por António Cabral, deputado Progressista, em termos bastante agressivos: Cabral afirmava que "a gerencia do Sr. Ministro da Guerra tem sido incoherente, desastrosa e até attentatoria da gravidade que deve sempre manter-se em tudo o que diz respeito ao brioso exercito português", pelo que a Câmara "exprime o seu pesar por tão errado modo de proceder"[1301]. António Cabral elencava diversas acções do ministro da Guerra que considerava atentatórias do bom nome do exército português, terminando a afirmar que "se estão gastando 7:000 contos com um exercito que não tem soldados, nem munições; nada tem, emfim, que o deva levantar á altura em que elle deve estar collocado"[1302]. Pimentel Pinto defendeu-se das acusações, e foi apoiado com uma moção do Regenerador João Alfredo de Faria, que propunha que a Câmara considerasse que a gerência do ministro tinha sido "altamente util e proficua para as instituições militares"[1303]. As duas moções só foram discutidas e votadas alguns dias depois, e ainda assim com interrupções, porque os ânimos no Parlamento se tinham exaltado: a aplicação do imposto de selo aos comerciantes ambulantes de Coimbra causara grande agitação não só entre comerciantes mas também entre populares, tendo o governo enviado forças militares para regularizar a situação. A oposição, porém, considerava que o governo deveria ter agido mais cedo, uma vez que tinha conhecimento do mal-estar

[1299] *DCD*, 20 de Janeiro de 1903, p. 12. Repete-se a disparidade entre o conjunto de nomes apresentado e as somas que constam no Diário da Câmara.
[1300] *DCD*, 11 de Março de 1903, p. 8.
[1301] *DCD*, 11 de Março de 1903, p. 8.
[1302] *DCD*, 11 de Março de 1903, p. 9.
[1303] *DCD*, 11 de Março de 1903, p. 15.

causado pela aplicação do imposto, e que, portanto, deveria ter previsto a agitação popular que iria causar. O presidente da Câmara dos Deputados, Mateus Teixeira de Azevedo, tentou dar a questão por encerrada, mas a oposição iniciou um tumulto que haveria de forçar ao encerramento da sessão[1304]. A discussão foi finalmente retomada, e a moção de censura de António Cabral foi rejeitada por 70 votos contra 27[1305]. Quanto à moção de João Alfredo de Faria, apoiando o ministério, foi aprovada pelos mesmos 70 votos Regeneradores, contra 20 da oposição[1306]. A diferença dos votos da oposição em relação à moção de António Cabral deve-se ao facto de vários deputados Progressistas terem abandonado o hemiciclo depois da votação, eventualmente por saberem que o resultado não lhes seria favorável.

Quanto ao ano de 1904, a agitação política que vinha em crescendo desde o início da governação Regeneradora atingiu o seu máximo, o que se traduziu não só no elevado número de votações nominais, mas na continuação da estratégia de utilização de moções de censura e de confiança. Se, quando as Cortes abriram em 1902, Hintze pensava que as eleições tinham garantido uma posição confortável para o seu governo, a realidade alterara-se bastante nos dois anos seguintes, e a oposição conseguia pelo menos abrandar os trabalhos parlamentares.

Exemplo disso foi a discussão do projecto que aumentava a tributação das importações, em Fevereiro de 1904, e que serviu para intensas trocas de palavras entre a oposição e o governo, em especial com o ministro da Fazenda, Teixeira de Sousa. Augusto José da Cunha, deputado do Partido Progressista, ao apresentar a sua moção de censura, referiu-se ao "espectáculo mais triste, mais deplorável, mais deprimente da dignidade parlamentar e ministerial a que eu tenho assistido na minha já longa vida política", representado por "um Ministro da Coroa que não sabe o que quer, que anda ás cegas, sem orientação e sem rumo, querendo hoje uma cousa e amanhã outra, só descobrindo o perigo á beira do abysmo"[1307]. Propunha, por isso, uma moção, "lamentando a deplorável incoherencia que o Governo tem manifestado durante a discussão d'este projecto de lei", terminando o seu discurso a pedir a demissão de Teixeira de Sousa[1308].

[1304] *DCD*, 13 de Março de 1903, pp. 3-8.
[1305] *DCD*, 14 de Março de 1903, p. 16.
[1306] *DCD*, 14 de Março de 1903, p. 16.
[1307] *DCD*, 27 de Fevereiro de 1904, p. 14.
[1308] *DCD*, 27 de Fevereiro de 1904, p. 14.

Logo de seguida se levantou José Gonçalves Pereira dos Santos, pela bancada Regeneradora, deixando claro que "indispensável era (…) que á moção de desconfiança apresentada por aquelle illustre membro da opposição parlamentar [António José da Cunha], a maioria apresentasse uma outra contrapondo aquella, e que traduzisse o seu sentir"[1309]. Pereira dos Santos declarava assim, pelos Regeneradores, como já era de esperar, que considerava "o procedimento do Governo foi perfeitamente conforme aos interesses do paiz e ao prestigo do Parlamento"[1310]. Dando início à votação das duas moções, a de António José da Cunha foi rejeitada, com 72 votos da bancada Regeneradora e 33 da oposição[1311]. Em seguida, ao ser anunciada a votação da moção de José Gonçalves Pereira dos Santos, todos os deputados da oposição presentes no Parlamento abandonaram a sala; como já anteriormente vimos, era um método frequentemente utilizado, mas ganhava aqui uma nova importância: não só a totalidade dos deputados oposicionistas se ausentaram, mas principalmente porque esse momento ficou registado na acta da sessão, o que não era frequente[1312]. A moção foi, assim, aprovada com 71 votos a favor e nenhum voto contra[1313].

O ataque e contra-ataque com moções repetiu-se em Março, no contexto da agitação popular causada pelas medidas financeiras apresentadas pelo governo, que incluíam impostos sobre o rendimento individual, novas taxas alfandegárias e o recurso ao aumento da circulação fiduciária do Banco de Portugal em alternativa a pedidos de empréstimo no estrangeiro. Os Progressistas, através de Manuel Espregueira, acusavam o governo de fraqueza, e de desinteresse pela administração nacional, pelo que apresentavam uma moção "reconhecendo que a situação do paiz é gravíssima, e que o Governo perante as manifestações unanimes de todas as classes sociaes não possue a auctoridade e prestigio indispensáveis para a boa e regular administração do Estado"[1314]. O governo procurou defender-se através do ministro da Justiça, Campos Henriques, mas foi novamente atacado pela oposição, tendo desta vez sido o deputado Carlos Augusto Ferreira a acusá-lo de audácia e cinismo, o que deu origem a alguma desordem no

[1309] *DCD*, 27 de Fevereiro de 1904, p. 15.
[1310] *DCD*, 27 de Fevereiro de 1904, p. 15.
[1311] *DCD*, 27 de Fevereiro de 1904, p. 17. Os 33 votos contra ficaram a dever-se aos deputados Progressistas, bem como ao Franquista Melo e Sousa, e ao independente João Pinto Rodrigues dos Santos.
[1312] *DCD*, 27 de Fevereiro de 1904, p. 18.
[1313] *DCD*, 27 de Fevereiro de 1904, p. 18.
[1314] *DCD*, 14 de Março de 1904, p. 6.

hemiciclo[1315]. Os Regeneradores haveriam de responder à oposição através de Rodrigo Pequito, que lançou uma moção de ordem, declarando que a Câmara se encontrava "satisfeita com as explicações do Governo, que lhe merece inteira confiança"[1316]. Com os ânimos cada vez mais exaltados a sessão teve de ser interrompida, depois de o deputado Regenerador Anselmo Vieira ter afirmado que "o Governo está morto", o que deu origem a um grande alvoroço entre a oposição[1317]. As duas moções foram, por isso, votadas na sessão seguinte, tendo sido a primeira, de Manuel Espregueira, rejeitada por 69 votos contra 30, e a segunda, de Rodrigo Pequito, aprovada por 60 votos contra 6[1318]. Entre as duas votações a grande maioria dos deputados do Partido Progressista adoptou a mesma estratégia de Fevereiro, e abandonou a sala.

O impacto das medidas financeiras propostas por Teixeira de Sousa haveria de se repercutir no próprio ministro da Fazenda: em Abril, Hintze Ribeiro comunicou ao Parlamento que Teixeira de Sousa se demitira por não "concordar commigo e com os meus collegas acerca do procedimento a seguir, por parte do Governo, no tocante ás medidas de fazenda que tinham sido apresentadas ao Parlamento"[1319]. O anúncio deu origem a um novo incidente parlamentar, uma vez que a oposição considerava que a substituição do ministro da Fazenda não solucionava o problema em mãos, "substituindo o Sr. Ministro da Fazenda, auctor das propostas financeiras, por aquelle que foi o mais accentuado defensor da mais accentuada de todas as propostas financeiros!". A oposição exigia que as medidas propostas por Teixeira de Sousa fossem retiradas, e o líder parlamentar dos Progressistas, Francisco Beirão, aproveitava para questionar "até quando conta o Sr. Hintze Ribeiro abusar da paciência do paiz?"[1320]. A discussão foi subindo de tom, tendo o deputado Progressista António Rodrigues Nogueira sugerido que as medidas do governo só estavam a aumentar o número de adesões ao Partido Republicano, enquanto Augusto Fuschini definia Rodrigo Pequito, o substituto escolhido por Hintze para a Fazenda, como apenas "um expediente ministerial e um Ministro de expediente", e o Franquista José Adolfo Melo e Sousa,

[1315] *DCD*, 14 de Março de 1904, p. 7.
[1316] *DCD*, 14 de Março de 1904, p. 8.
[1317] *DCD*, 14 de Março de 1904, p. 9.
[1318] *DCD*, 15 de Março de 1904, pp. 16-17.
[1319] *DCD*, 5 de Abril de 1904, p. 3.
[1320] *DCD*, 5 de Abril de 1904, p. 3.

ironicamente, dizia estar-se "na quarta edição dos Ministros da Fazenda do Gabinete presidido pelo Sr. Hintze Ribeiro"[1321].

Face a todo este debate, Augusto José da Cunha apresentou então uma longa moção de crítica ao governo: "considerando que o Ministério declarou que as propostas financeiras que lhe apresentara, e em que se incluíam os meios a empregar para que a administração da Fazenda Publica fique saldada, já não eram do Governo (…) Attendendo a que contra essas propostas financeiras foram apresentadas reclamações do paiz, nas quaes alem de as condernnar se affirma a necessidade de, antes de qualquer aggravamente tributário, se adoptar um regimen baseado no respeito á lei e na reducção das despesas publicas: affirma o seu propósito de, preferentemente a todos outros quaesquer trabalhos, se occupar das providencias necessárias a dar satisfação ás justas reclamações da opinião publica"[1322]. Em resposta, José Gonçalves Pereira dos Santos apresentou uma moção de apoio, segundo a qual a bancada Regeneradora se considerava "satisfeita com as explicações do Governo", continuando "a prestar-lhe todo o seu apoio"[1323]. No momento de votar, a moção de Augusto José da Cunha foi rejeitada por 71 votos contra 32, enquanto a moção de Pereira dos Santos obteve 71 votos a favor e apenas um contra, desta feita do Progressista Francisco Felisberto Dias da Costa[1324].

A principal diferença entre as várias votações aqui examinadas, e as que ocorreram na legislatura de 1882-1884 é a quase total ausência de membros da bancada Regeneradora a votar em oposição ao governo: à excepção de um voto de Eduardo Burnay, nenhum deputado Regenerador ousou fugir às indicações da liderança partidária. Trata-se de uma realidade bastante diferente daquela que observámos na liderança de Fontes Pereira de Melo, durante a qual não só deputados a título individual, mas mesmo grupos de deputados em desacordo com a chefia faziam uso das votações para mostrar a sua discordância. Trata-se, também, de uma realidade diferente da que se verificara na legislatura anterior. No início da sessão de 1901 o Partido Regenerador mostrava-se unido nas votações nominais, colocando-se sempre do lado do governo de Hintze. Mas, chegados a Maio, as divergências com João Franco tornaram-se evidentes, e a discussão da contribuição predial acaba por despoletar a cisão: na votação nominal

[1321] *DCD*, 7 de Abril de 1904, pp. 4, 5 e 7.
[1322] *DCD*, 7 de Abril de 1904, p. 13.
[1323] *DCD*, 9 de Abril de 1904, p. 5.
[1324] *DCD*, 9 de Abril de 1904, pp. 20-21.

desse projecto pelo menos 24 deputados Regeneradores votaram contra[1325]. Podem assim ser lançadas várias possibilidades: o Partido Regenerador podia estar mais fortalecido e estruturado do que se encontrava em 1881, respondendo melhor à direcção partidária, ou a liderança de Hintze Ribeiro podia ser mais forte do que fora a de Fontes Pereira de Melo, pelo menos no que diz respeito ao controlo dos membros do partido no Parlamento; a geração mais jovem do partido em 1901 não tinha a determinação ou a ambição dos jovens Regeneradores de 1881, não se tornando tão agitada como fora nessa época, ou talvez durante o processo eleitoral a cúpula Regeneradora tivesse feito um esforço deliberado para escolher candidatos menos temperamentais, para evitar momentos de rebeldia individual; ou talvez tivesse sido implementado um sistema de controlo do comportamento dos deputados próximo do que mais tarde se viria a chamar disciplina de voto[1326].

Outra diferença que conseguimos discernir durante a legislatura de 1901-1904 foi a utilização mais sistemática e organizada do expediente de abandonar a sala por parte da oposição, como demonstração de descontentamento, de que tínhamos visto apenas exemplos muito limitados no período anterior. A escolha deste expediente, em detrimento do simples voto contra, pode ter-se ficado a dever a acordos entre os líderes dos partidos nesse sentido – recorde-se que o corpo parlamentar de 1901-1904 foi obtido com base num acordo eleitoral entre os dois grandes partidos monárquicos, pelo que evitar votar contra as medidas do governo poderia ser uma forma de cordialidade – ou pode ter sido, por outro lado, um tipo de demonstração de força que teria, aos olhos da imprensa ou da opinião pública, um maior impacto simbólico do que os resultados de uma votação, provocando maior agitação no hemiciclo.

3.2.4. A liderança de Hintze Ribeiro

O processo eleitoral de 1901, e a corpo parlamentar que dele resultou foram, em última análise, consequências da luta interna que o Partido Regenerador viveu entre 1900 e 1901. Depois de João Franco confirmar publicamente que se encontrava em dissidência face à liderança Regeneradora, e de ter levado consigo um número

[1325] *DCD*, 18 de Maio de 1901, p. 15.

[1326] Refira-se que nos anos finais da Monarquia o conceito de disciplina de voto emergiu dentro de pelo menos um dos partidos monárquicos, o Partido Nacionalista, tendo sido motivo de debate na imprensa associada aos diferentes sectores dessa organização; OLAIO, 2004, p. 171. Por outro lado, obras de divulgação política, como o *Manual Político do Cidadão Português*, editado também na primeira década do século XX, não referem o conceito de disciplina de voto ou disciplina partidária; COELHO, 1906.

significativo de deputados do partido, Hintze Ribeiro viu-se forçado a pedir o encerramento das Cortes e a convocação de eleições ao rei para evitar perder a maioria dentro do Parlamento. Todavia, o processo eleitoral foi também causa de instabilidade dentro da organização Regeneradora: nem todos os membros do partido ficaram satisfeitos com a decisão de Hintze de impedir a eleição de João Franco, ou com os métodos por aquele utilizados para atingir os fins pretendidos.

Nos dias que se seguiram à eleição de 1901 Hintze Ribeiro recebeu cartas de membros de longa data do Partido Regenerador, informando-o de que abandonavam o partido. O primeiro foi Sebastião de Sousa Dantas Baracho, par do Reino, general e ajudante de campo do rei D. Carlos, que fora eleito pela primeira vez pelos Regeneradores precisamente na eleição de 1881, que anteriormente estudámos[1327]. Isso mesmo relembrava Dantas Baracho na carta que enviou a Hintze: "Desde hoje deixo de fazer parte do partido regenerador, o qual servi dedicamente [sic], no parlamento e na imprensa, durante cerca de trinta annos"[1328]. Dantas Baracho garantia que a sua decisão se ficava a dever ao "desaccordo relativamente a alguns processos de administração por Vossa Ex.ª empregados". A mesma informação seguiu para Augusto César Cau da Costa, membro histórico do Partido Regenerador, e várias vezes presidente das comissões eleitorais do partido. Este escreveu apressadamente a Hintze, "para que possa querendo impedir que este facto surta effeito; e va por deante"[1329]. Hintze escreveu então a Dantas Baracho, afirmando que era seu dever acatar a sua resolução, e que "a consciencia me não accusa de a V. Ex.ª ter feito aggravos"[1330]. Dantas Baracho, todavia, não concordava, e considerava-se insultado por lhe ter sido oferecido um cargo pago[1331]. Dava depois a correspondência entre ambos por terminada[1332].

Logo na sua primeira missiva Baracho fazia saber que iria justificar "a seu tempo, e onde tenho voz" as razões do seu procedimento[1333]. Isso mesmo fez, logo no início de Janeiro de 1902, assim que a Câmara dos Pares abriu. Segundo Baracho afirmou, na altura da tomada de posse do governo, "explicitamente manifestou a necessidade de se fazer uma politica que se afastasse dos processos anteriormente seguidos pelo gabinete que tambem era presidido pelo Sr. Hintze Ribeiro". Não tendo

[1327] FERNANDES, 2004 (b), vol. I, pp. 292-294.
[1328] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.1, carta de Sebastião Dantas Baracho de 17 de Outubro de 1901.
[1329] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.2, carta de Augusto César Cau da Costa de 18 de Outubro de 1901.
[1330] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.15, rascunho de carta de Hintze Ribeiro de 18 de Outubro de 1901.
[1331] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.12, carta de Sebastião Dantas Baracho de 18 de Outubro de 1901.
[1332] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.11, carta de Sebastião Dantas Baracho de 22 de Outubro de 1901.
[1333] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.1, carta de Sebastião Dantas Baracho de 17 de Outubro de 1901.

sido ouvido na medida que considerava justa, apresentava-se "no proposito em que está de combater os actos politicos do Governo, e mais o avigora ao desejo de accentuar as suas dissidencias e de pôr em relevo a maneira por que o Governo se desvia dos antigos processos do partido regenerador e das normas de administração por esse partido constantemente seguidas"[1334]. A partir daquele momento, tendo deixado o Partido Regenerador, preferia manter-se "numa situação isolada, completamente autonoma; e nella tratará de apreciar os actos do Governo conforme o seu melhor criterio"[1335].

Algo semelhante ocorreu com o também militar José Gregório de Figueiredo Mascarenhas, conhecido cacique no Algarve, deputado Regenerador desde 1879, e par do Reino desde Janeiro de 1901[1336]. A 25 de Outubro Mascarenhas escreveu a Hintze Ribeiro dando conta da sua decisão de deixar o partido: "Quem porem tem a consciencia de ter servido o partido regenerador durante mais de 20 annos com lealdade e dedicação, julga se no dever de sahir d'elle d'esde que adquiriu uso a convicção de que desmereçeo a confiança do chefe. É isso o que me succede, e por isso digne se V. Ex.ª considerar-me d'esde hoje fora do partido de que V. Ex.ª é chefe"[1337]. Hintze terá oferecido algumas explicações a Mascarenhas, no sentido de o demover, mas este afirmou que a sua decisão era inevitável, garantindo porém que "esta resolução em nada altera a estima pessoal e muita consideração de que V. Ex.ª é credor"[1338].

Outro político que entrou em divergência com a liderança Regeneradora foi José Estêvão de Morais Sarmento, também militar, elevado a par do Reino em 1901. Morais Sarmento tinha sido eleito deputado Regenerador pela primeira vez em 1890, e vinha de uma família de ideologia liberal: o seu pai fora amigo próximo de José Estêvão, de quem Morais Sarmento era afilhado[1339]. Além disso Morais Sarmento tinha sido ministro no governo Hintze-Franco, entrando em 1896 para substituir Luís Pimentel Pinto na pasta da Guerra. Antes de o mês de Outubro acabar, pela terceira vez Hintze Ribeiro recebeu uma carta de um dos seus correligionários, informando-o de que retirava o seu apoio ao Partido Regenerador. Morais Sarmento confessava que tinha

[1334] *DCP*, 3 de Janeiro de 1902, p. 8.
[1335] *DCP*, 3 de Janeiro de 1902, p. 8.
[1336] COSTA, 2004, vol. II, pp. 789-790.
[1337] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.9, carta de José Gregório de Figueiredo Mascarenhas de 25 de Outubro de 1901.
[1338] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.8, carta de José Gregório de Figueiredo Mascarenhas de 26 de Outubro de 1901.
[1339] GAMEIRO, 2004, vol. III, pp. 597-599. Morais Sarmento haveria, mais tarde, de ser um «adesivo», transitando para a República, e recebendo inclusive condecorações de elevado renome das autoridades Republicanas e da Ditadura Militar.

decidido anunciar a sua decisão na Câmara dos Pares, mas que as referências que lhe haviam feito no jornal *A Tarde* o tinham motivado a enviar aquela carta. O jornal em causa, oficiosamente governamental, difundira uma informação do *Diário de Notícias* – segundo a qual Morais Sarmento retirara o seu apoio ao ministério – afirmando que Hintze Ribeiro não recebera qualquer comunicação da parte daquele par do Reino[1340]. Em resposta a isso, Morais Sarmento confirmava o rumor: "Achando-me em desaccordo com a marcha do governo da presidencia de V. Ex.ª, não posso continuar-lhe o meu appoio politico"[1341].

Se Dantas Baracho abandonava o Partido Regenerador para se manter como independente até ao final da Monarquia, o mesmo não se podia dizer de Figueiredo Mascarenhas e Morais Sarmento[1342]. Ambos retiravam o seu apoio aos Regeneradores para o entregar a João Franco, um golpe para Hintze Ribeiro e para o seu objectivo de afastar Franco de todos os seus aliados. Fica, porém, por saber se estes pares do Reino já se encontravam próximos de João Franco e tinham apenas aguardado os resultados da eleição para abandonar o partido, ou se decidiram ligar-se a Franco posteriormente.

Se a relação de Hintze com João Franco ficara definitivamente terminada depois da oficialização do seu afastamento dos Regeneradores, o mesmo não ocorreu com Jacinto Cândido da Silva. Cândido tornara-se deputado Regenerador em 1887, e mantivera-se em funções até 1900, sempre eleito por círculos eleitorais dos Açores. Durante o governo Hintze-Franco desempenhou o cargo de ministro da Marinha e Ultramar, e foi nomeado par do Reino no início de 1901[1343]. Entrou, porém, em dissidência face aos Regeneradores durante esse ano, tendo acabado por ingressar no movimento nacionalista, do qual se tornou um dirigente destacado. Apesar deste afastamento, em finais de 1901 Jacinto Cândido escrevia a Hintze confessando que "sejam quaes forem, ou possam vir a ser, as nossas divergencias politicas, se mantem as nossas boas relações pessoaes"[1344]. As boas relações ter-se-ão mantido nos anos seguintes, tanto que mais tarde Regeneradores e Nacionalistas haveriam de se aliar na

[1340] *A Tarde*, 28 de Outubro de 1901, p. 1.
[1341] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.3, carta de José Estevão de Moraes Sarmento de 28 de Outubro de 1901.
[1342] Em 1902 Jacinto Cândido referiu Dantas Baracho como um dos membros do seu novo grupo nacionalista na Câmara dos Pares, mas essa associação parece não ter tido desenvolvimento. Baracho haveria de ser um crítico feroz dos partidos dinásticos até 1910, tornando-se um «adesivo» ao regime Republicano depois disso. FERNANDES, 2004 (b), vol. I, pp. 292-294.
[1343] SANTOS, 2006, vol. III, pp. 692-697.
[1344] BPARPD, AERHR, doc. 13.1.165.6, carta de Jacinto Cândido da Silva de 12 de Novembro de 1901.

luta contra Franquistas e Progressistas, como se verificou nas eleições de Abril de 1906, nas quais os amigos políticos de Jacinto Cândido conseguiram o seu melhor resultado.

Para além das dissidências Franquista e Nacionalista e do efeito que estas tiveram nos apoios políticos e no recrutamento de membros para o Partido Regenerador, Hintze Ribeiro teve ainda de enfrentar, enquanto líder Regenerador e enquanto chefe do governo, um conjunto de divergências bastante graves dentro do próprio ministério.

Em Maio de 1901, nos dias que se seguiram ao desentendimento público de Hintze e João Franco na Câmara dos Deputados, começaram a circular notícias que garantiam que o ambiente dentro do governo era tudo menos pacífico. A imprensa Nacionalista afiançava que existia uma luta surda pela sub-chefia que João Franco ocupara anteriormente, e que entre os candidatos a esse cargo se encontravam João Arroio e Luís Pimentel Pinto[1345]. Poucos dias depois o mesmo jornal voltava à carga, desta feita insinuando que Pimentel Pinto se esforçara para obter o lugar deixado vago no Conselho de Estado pela morte do Conde de S. Januário, e que tinha uma "egrejinha politica particular dentro do grupo do sr. Hintze Ribeiro"[1346]. Terá sido precisamente esse o motivo que levou João Arroio a abandonar a pasta dos Negócios Estrangeiros. A sua saída fora recebida "com geral espanto de todos os que não estavam de posse dos segredos da politica nem frequentavam os seus bastidores e camarins", mas tinha uma explicação bastante simples: "Porque o rei, que não gostava d'elle, se recusára a nomeal-o conselheiro de Estado, sendo escolhido para esse alto cargo politico o ministro da guerra Luís Augusto Pimentel Pinto, dando-se para as galerias a explicação de que n'aquelle importante corpo consultivo o exercito devia ter representação, sem a qual ficaria se João Arroyo fosse o nomeado"[1347]. João Arroio não ficara satisfeito com esta explicação, e acabaria por se tornar num opositor ao governo na Câmara dos Pares, lançando também fortes ataques contra a Coroa[1348].

[1345] *Correio Nacional*, 22 de Maio de 1901, p. 1.
[1346] *Correio Nacional*, 31 de Maio de 1901, p. 1.
[1347] GALLIS, 1909, vol. II, p. 204.
[1348] Exemplo disso foi o seu discurso de Novembro de 1906, no qual afirmou que "a Corôa deve estar acima das luctas dos partidos, a Coroa deve estar acima das luctas incruentas que se travam no Parlamento portuguez. Mas a Coroa, como o primeiro poder do paiz, tem de ser discutida severa e inexoravelmente, sobretudo por aquelles que a defendem, quando, devido a uma propaganda illegitima, irregular e illegal, esse poder saiu fora da orbita traçada na constituição portugueza"; *DCP*, 7 de Novembro de 1906, p. 242. Note-se que, nesse momento, recebeu o apoio de outros pares que também se tinham afastado do Partido Regenerador, como Dantas Baracho e Jacinto Cândido; CASTRO, 2014, pp. 136-137.

Também a relação de António Teixeira de Sousa, na altura ministro da Marinha e Ultramar, com Artur Campos Henriques, ministro da Justiça, não era pacífica, algo que se viria a manter até ao final da Monarquia, como pudemos ver no capítulo referente aos últimos anos do Partido Regenerador. Como o político açoriano José Maria Raposo do Amaral, cacique Progressista em Ponta Delgada, contava a Gil de Mont'Alverne Sequeira, "o Hintze terá muita occasião de se arrepender de ter mettido o Teixeira de Souza, na Fazenda, que é muito bruto, muito teimoso, e que lhe não tem o menor respeito"[1349]. Era sabido que Teixeira de Sousa "e Campos Henriques não se podem ver porque, segundo se diz, pretendem ambos a sub-chefatura e fazem um ao outro a maior guerra que podem"[1350].

Entretanto foram aumentando as pressões contra o governo de Hintze: Bernardo Pinheiro Correia de Melo, conde de Arnoso e secretário pessoal de D. Carlos, era um amigo próximo de João Franco e tentava melhorar a imagem deste junto do monarca. Segundo José de Alpoim, Arnoso dizia que "*por mais que nos colliguêmos*, o João Franco há-de vencer"[1351]; enganava-se no que dizia respeito às eleições desse ano, mas não no desfecho dos acontecimentos mais tarde. O governo ia, contudo, sobrevivendo, mesmo com os rumores de que uma nova oposição se preparava: em 1903 um dos jornais Nacionalistas dava conta de rumores segundo os quais se estava a preparar a criação de um novo partido, que iria conjugar elementos de diversas parcialidades e que ficaria sob a liderança de Júlio de Vilhena[1352]. Fosse ou não verdade, a situação era incómoda para Hintze, uma vez que era do conhecimento público que Vilhena se afastara dos Regeneradores desde que Hintze tomara a sua chefia.

O ano de 1904 acabou por se revelar bastante difícil para o governo. A oposição percebeu a relevância da mobilização popular e organizou comícios: em Março as forças Republicanas, Nacionalistas e Franquistas aliaram-se para um evento apartidário em Braga, contra o governo, que contou com a presença de Afonso Costa[1353]. Vários sectores profissionais mostraram a sua indignação, enviando reclamações para o Parlamento: a 14 de Março os membros da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa encerraram os estabelecimentos e dirigiram-se ao Parlamento, juntamente com um

[1349] MARQUES e LOURO, 1980, p. 212, carta de José Maria Raposo do Amaral de 19 de Março de 1903.
[1350] MARQUES e LOURO, 1980, p. 212, carta de José Maria Raposo do Amaral de 19 de Março de 1903.
[1351] ALMEIDA, 2001, p. 145, carta de José de Alpoim de 17 de Setembro de 1901.
[1352] *Correio Nacional*, 3 de Fevereiro de 1903, p. 1.
[1353] *O Século*, 26 de Março de 1904, p. 1; *Diário Ilustrado*, 26 de Março de 1904, p. 1; *Correio Nacional*, 28 de Março de 1904, p. 3.

grande número de representantes de outras associações comerciais e industriais de todo o país, para entregar declarações de protesto contra a reforma fiscal[1354]. Os tipógrafos organizaram greves, afectando a publicação dos jornais na capital[1355]. No Parlamento subiu o tom das críticas durante a discussão do novo contrato dos tabacos, com consequências dentro do próprio executivo: Teixeira de Sousa pediu a demissão da pasta da Fazenda, a 20 de Março, e alguns autores acreditam que o terá efeito por pressão do Conde de Burnay, o titular do monopólio dos tabacos[1356]. Para a oposição, Hintze fazia tudo para se manter no poder: repetia "o seu velho processo de deitar lastro ao mar. O lastro, d'esta vez e para variar, compunha-se de mais uma dose de propostas da fazenda e de mais um ministro das finanças"[1357].

Hintze, para sossegar os ânimos, pediu ao Rei a dissolução das Cortes a 20 de Abril e marcou eleições para Junho. O processo eleitoral ficou, porém, marcado por confrontos entre manifestantes e a polícia, dos quais resultou a detenção de elementos conhecidos do Partido Republicano, como Afonso Costa e Bernardino Machado[1358]. As Câmaras reabriram no final de Setembro com maioria Regeneradora, mas uma reviravolta estragou os planos a Hintze: a Companhia dos Fósforos apresentou uma proposta para a negociação do monopólio do tabaco, que até aí estivera nas mãos de Henry Burnay[1359]. Segundo a imprensa, o governo Regenerador já tinha assinado um contrato provisório com a Companhia dos Tabacos, pelo que ficava numa situação embaraçosa. Hintze tentou então recuar, pedindo o adiamento das Cortes para poder ouvir todas as partes envolvidas no negócio sem ter de lidar com a agitação parlamentar[1360]. Face à recusa do monarca, Hintze apresentou a demissão do governo. Rui Ramos sugere que o governo teria ficado "embaraçado com a violência progressista", mas a análise do jornal Nacionalista *Correio Nacional* parece-nos mais correcta: o governo caiu porque estava "gasto e desacreditado"[1361]. Ao fim de quatro anos no poder, o executivo Regenerador não conseguiu reformular-se, pedindo a

[1354] *O Século*, 15 de Março de 1904, pp. 1-2; *Diário Ilustrado*, 24 de Fevereiro e 15 de Março de 1904, pp. 1-2. O conflito entre as associações de comércio e o executivo foi uma constante durante os anos de governação de Hintze, tendo como consequência a demissão de quatro ministros da Fazenda; RAMOS, 2001, pp. 112-113.
[1355] CABRAL, 1978, p. 38.
[1356] RAMOS, 1994, p. 260.
[1357] *Diário Ilustrado*, 22 de Março de 1904, p. 1.
[1358] *O Século*, 20 de Junho de 1904, p. 1.
[1359] MÓNICA, 1992, pp. 461-475; LIMA, 2009, pp. 565-588.
[1360] *O Século*, 18 de Outubro de 1904, p. 1; *Diário Ilustrado*, 18 de Outubro de 1904, p. 1.
[1361] RAMOS, 1994, p. 261; *Correio Nacional*, 18 de Outubro de 1904, p. 1.

demissão a 18 de Outubro; em cena entravam agora os Progressistas de José Luciano de Castro.

A liderança de Hintze Ribeiro no Partido Regenerador decorreu num momento cronológico de profundas transformações na sociedade portuguesa, que a política nem sempre conseguiu acompanhar. Hintze era conhecido pelo seu carácter formal mas também pela sua diplomacia: se Raúl Brandão o caricaturava como "o homem que não ri" e o "casaca de ferro", pelo seu rigor e austeridade, Eduardo Schwalbach dizia que "a chefia do seu partido era uma chefia de veludo"[1362]. Hintze poderia até ter tentado usar a diplomacia para controlar os vários sectores que compunham o partido sem os antagonizar, mas as circunstâncias da época já não lhe permitiam ser eficaz. Ao contrário da realidade com a qual Fontes Pereira de Melo convivera, Hintze enfrentava, para além do Partido Progressista com o qual podia dialogar, uma oposição Republicana cada mais forte e organizada, e a ameaça dos novos pequenos grupos políticos, cujo sucesso se iria confirmar nos anos seguintes. Se Fontes Pereira de Melo teve de presidir a um partido dentro do qual se divisavam diferentes correntes de opinião, estas não procuraram a separação oficial durante o seu tempo de vida – como foi o caso da Esquerda Dinástica de Barjona de Freitas, que só surgiu depois da morte de Fontes – ou, quando o fizeram, foi sem resultados práticos de relevo – como aconteceu com o Partido Conservador Liberal de Casal Ribeiro. Hintze Ribeiro, pelo seu lado, viu alguns dos membros mais valiosos do seu partido, inclusive deputados em funções, retirarem o seu apoio aos Regeneradores para patrocinarem os Regeneradores Liberais de João Franco ou os Nacionalistas de Jacinto Cândido. Foi, por isso, mais extremo nos seus métodos, manobrando a campanha eleitoral de 1901 para que nenhum Republicano fosse eleito, só um Franquista conseguisse chegar a deputado, e garantindo um corpo parlamentar que o respeitava.

O que principalmente se depreende das manobras políticas de 1901 a 1904, é que o Partido Regenerador enfrentava uma realidade para a qual já não estava preparado, e que não era mais do que a crescente massificação da política: tanto os Republicanos como os dissidentes dos partidos monárquicos perceberam que era necessário apelar a novos públicos no que se refere à política, apostando nos comícios e na popularização dos processos políticos. Os Regeneradores – e, eventualmente, também os Progressistas, ainda que não sejam o nosso tema de estudo – não seguiram

[1362] BRANDÃO, 2017, p. 218; SCHWALBACH, 1944, p. 229.

os mesmos métodos, revelando-se inadaptados às transformações da sociedade, mantendo-se essencialmente como partidos de notáveis, e acabando por perder ainda mais a sua credibilidade no período de fragmentação política que foram os últimos anos da Monarquia em Portugal. Neste contexto, a acção política do líder partidário revelou-se fundamental tanto na coesão interna do partido como na imagem que deste passava para o exterior. Hintze Ribeiro confrontou-se com uma realidade para a qual os partidos monárquicos não estavam a conseguir adaptar-se, pelo que não conseguiu impedir a formação de cisões entre os Regeneradores. Ainda assim, manteve um controlo muito significativo em relação aos deputados do Partido Regenerador, reagindo de forma enérgica face à dissidência Franquista. Apesar das circunstâncias adversas, Hintze revelou-se um chefe partidário forte e determinado.

CONCLUSÃO

O Partido Regenerador teve um papel fundamental no contexto político da segunda metade do século XIX: as passagens frequentes pela governação, a relação umas vezes de hostilidade, outras de colaboração que desenvolveu com a oposição, e o maior ou menor favorecimento com que foi tratado pelos monarcas, permitiram-lhe manter uma posição dominante na política portuguesa durante várias décadas. Porém, nem todos os elementos pelos quais é recordado serão rigorosos. No sentido de aclarar o percurso do Partido Regenerador e as suas características, começámos esta investigação por analisar as suas origens, ideologia, estrutura, e relação com o eleitorado, de forma a melhor compreender como era constituída esta organização partidária.

O Partido Regenerador emergiu em consequência das transformações políticas provocadas pelo golpe da Regeneração de 1851, agregando membros de várias sensibilidades políticas, desde o Cartismo, passando pelo Setembrismo, e até ao Proto-Republicanismo. O aparecimento desta organização enquanto partido não ocorreu, porém, logo em 1851 como a historiografia e algumas fontes coevas podem fazer crer. Foram necessários vários anos de consolidação enquanto grupo e de construção de uma relação com o seu principal opositor da época, os Históricos, para podermos falar adequadamente em Partido Regenerador. O momento mais correcto para apontar como data da fundação do Partido Regenerador é, por isso, o Verão de 1856, em que a preparação para as eleições levou à formação de comissões eleitorais em todos os lados da barricada. Surge assim, pela primeira vez, uma comissão central do Partido Regenerador, eleita na reunião de 14 de Setembro de 1856[1363]. O sistema tinha estabilizado, e os Regeneradores lançavam oficialmente a sua primeira jogada enquanto organização partidária. Note-se, porém, que esse momento de fundação não foi assumido como tal pelos membros do partido, e que ao longo dos anos o ponto de origem do partido se revelou uma questão ambígua tanto para os seus apoiantes como para outros contemporâneos.

Como referido, o Partido Regenerador juntou indivíduos de vários sectores, tanto descontentes com os grupos políticos anteriores como esperançosos no potencial do novo agrupamento Regenerador. Um passar de olhos pela constituição das comissões eleitorais de 1856 e 1858 é suficiente para ver a miscelânea de Cartistas, Setembristas, radicais e até antigos Legitimistas que se juntaram para dar corpo ao Partido

[1363] Que era ainda denominada Comissão Progressista Regeneradora.

Regenerador[1364]. O efeito, porém, era recíproco, e estes indivíduos traziam consigo elementos das inspirações políticas por onde tinham passado, fazendo do Partido Regenerador uma organização política assente num conjunto variado de componentes políticas anteriores. Esta característica reflectiu-se na construção ideológica do partido, como em seguida veremos, e foi também, numa fase inicial, um ponto de distinção em relação ao seu principal rival, o Partido Histórico.

A construção da ideologia do Partido Regenerador foi um processo complexo, que se prolongou durante toda a sua existência em moldes muito específicos. Durante os primeiros anos do partido, as heranças trazidas tanto do Cartismo como do Setembrismo e do Radicalismo por alguns dos seus membros poderão ter contribuído para a dificuldade de definição ideológica. Porém, a ausência de programa político até 1910 parece ter feito parte de uma estratégia do partido, que assim evitava ficar preso a uma ideologia específica, podendo seguir planos de acção variados de acordo com as circunstâncias. Realce-se ainda que o Partido Regenerador actuou ao longo do tempo essencialmente através de medidas práticas, não se verificando um debate interno sobre a base ideológica quer das medidas tomadas quer do partido como um todo, o que facilitava a transformação dos ideais seguidos de acordo com as circunstâncias de cada conjuntura. Desta forma, o Partido Regenerador apresentou ao longo do tempo uma forma adaptada de diferentes princípios políticos, que se foram transformando para fazer face ao contexto político da época, e que, à falta de melhor, iremos considerar como ideologia. Essa ideologia é aquilo que, em grande medida, ficou conhecido como «Fontismo», mas que optámos por identificar como «Pragmatismo» para garantir uma distinção e distanciamento em relação à figura de Fontes Pereira de Melo – um político fundamental para perceber a história do Partido Regenerador, mas que, ao contrário do que foi dito pelos seus contemporâneos, não representava a totalidade da organização.

No que diz respeito ao posicionamento dos Regeneradores no espectro mais alargado da política da época, o partido, quase sempre identificado com o conservadorismo, não só não foi em vários momentos da sua história o representante desse conservadorismo, como foi aliás o responsável por algumas das medidas menos conservadoras a ser implementadas. Essa tendência foi mais visível e pronunciada no final da década de 1870 e início da década de 1880, e nos últimos anos de existência do

[1364] Ver Anexos 2.1 a 2.5, pp. 28-31. Note-se aqui mais um paralelismo com o Partido Conservador de Cánovas del Castillo, que na Espanha de meados da década de 1870 procurou reunir moderados e revolucionários debaixo da mesma bandeira; SERRANO, 2000, p. 227.

partido, o que pode ter-se ficado a dever tanto às especificidades da liderança como ao contexto político mais conturbado da Monarquia. Em todo o caso, os Regeneradores apoiaram-se, ao longo dos anos, numa concepção ideológica flexível, um conjunto de princípios adaptados a cada momento histórico, o que lhes permitiu em determinados períodos colocar-se como defensores do *status quo*, e noutros como reformadores políticos e sociais. Através da ideologia do «Pragmatismo» os Regeneradores conseguiram garantir uma trajectória política bem-sucedida durante décadas, e apoios consistentes ao longo de todo esse tempo.

Da mesma forma que ideologicamente os Regeneradores mantiveram uma postura ambígua, também a sua estrutura interna foi um elemento flexível, e na verdade pouco desenvolvido, que se activava essencialmente nos momentos eleitorais. Para além do líder – cujo processo de nomeação, como vimos, tinha um carácter reservado – emergiam esporadicamente comissões partidárias com fins eleitorais, eleitas por grupos restritos de membros do partido. Não foi possível discernir nas fontes a existência de uma estrutura organizativa permanente na qual o líder se amparasse para tomar decisões importantes, ou que servisse de elo de ligação entre a cúpula partidária e os apoiantes. O chefe partidário tinha uma influência determinante no partido, que a historiografia confirma, sendo apoiado por um grupo muito limitado de individualidades, a maior parte com carreira parlamentar ou ministerial, que tomavam as principais decisões sobre a vida da organização.

Quanto à relevância da ausência de uma estrutura partidária, e ao seu carácter distintivo em relação às outras formações políticas da época, esta variou ao longo do período em estudo, e devido às transformações que os partidos da oposição foram sofrendo. Se nos primeiros anos após a Regeneração o Partido Regenerador não se distinguia do seu principal opositor, o Partido Histórico, em termos de estrutura interna consolidada, dado que ambos seguiam o modelo das comissões partidárias activas apenas em períodos eleitorais, a partir de 1876 a situação alterou-se. O nascimento do Partido Progressista marcou um novo modo de fazer política no contexto português, uma vez que os Progressistas definiram em estatutos a estrutura interna do partido, com várias categorias de administração da organização partidária, e um sistema de eleição dos órgãos em assembleia-geral. A estrutura interna dos Regeneradores tornou-se nessa altura uma marca de distinção pela sua fragilidade.

Todavia, depois da morte de Anselmo Braamcamp, em 1885, e da eleição de José Luciano de Castro para a chefia, os Progressistas regressaram lentamente ao modelo Regenerador da liderança forte que se substituía às decisões tomadas pelos membros do partido em assembleia-geral. A situação prolongou-se até ao início do século XX, data em que o contexto monárquico português se transformou drasticamente, com o aparecimento dos pequenos partidos monárquicos. Estes procuraram dinamizar a relação entre sociedade e política, modernizando-se e adoptando estruturas internas mais complexas e mais próximas dos apoiantes, inspiradas nos partidos de massas. Assim sendo, no período final da Monarquia o Partido Regenerador voltou a distinguir-se pela ausência de organização interna, realizando assembleias-gerais que não cumpriam o seu propósito de representação de todos os membros do partido, e fazendo surgir comissões executivas apenas em momentos estratégicos, como eleições ou processos de escolha de novos líderes.

A fragilidade da estrutura do partido reflectia-se também na forma como este se disseminava pelo território nacional, nomeadamente através da criação de centros locais do Partido Regenerador. Através da análise dos SIG foi possível perceber que não existia uma rede complexa de centros locais, e que estes só mostravam sinais de actividade em momentos específicos – mais uma vez em períodos eleitorais ou mudanças na liderança partidária. Mesmo neste tipo de circunstâncias a sua dispersão territorial não era sistemática ou consistente, recorrendo a uma actividade esporádica, sem estratégia visível. Os centros locais não eram, portanto, relevantes na mobilização de membros do partido ou na relação das chefias com o eleitorado, funcionando principalmente como clubes de cavalheiros onde os influentes de cada região se reuniam para discutir assuntos e interesses próprios em momentos de agitação política, sem ligação permanente com a cúpula partidária.

Em paralelo com os centros locais, também a imprensa oficial do Partido Regenerador tinha um carácter esporádico, disperso e sem consistência editorial. Não existia uma cobertura nacional coerente, pelo que a imprensa não era um instrumento do partido para chegar aos apoiantes ou ao eleitorado espalhado pelo país. Os jornais regionais não tinham publicação sistemática, e dependiam das notícias publicadas pelos jornais próximos do partido na capital, pelo que muitas vezes mostravam desfasamento temporal em relação a acontecimentos relevantes. Além disso, as publicações estavam associadas a determinados influentes locais que as financiavam, pelo que ao carácter

regionalista se vinha juntar a tendência local que apoiavam. E a prova da falta de consistência da imprensa Regeneradora são os períodos de publicação de grande parte dos jornais oficiais do partido no território nacional, que não ultrapassavam os 5 anos. As excepções a este retrato da imprensa partidária eram alguns jornais publicados na capital, que apesar que não terem uma ligação oficial com o Partido Regenerador, lhe prestaram apoio durante várias décadas. Estes jornais tiveram não só períodos de publicação extensos, como um impacto muito relevante na sociedade da época, sendo considerados marcos na imprensa política portuguesa. O caso mais significativo, como vimos, terá sido o d'*A Revolução de Setembro*, mas importa também assinalar *A Gazeta de Portugal*, *A Tarde* ou o *Diário Popular*[1365].

Tendo em conta os vários argumentos apresentados anteriormente, conclui-se que não existia uma relação significativa do Partido Regenerador com o eleitorado através da utilização de uma rede de centros locais ou da imprensa. A análise teórica diz-nos que a alternativa disponível para a mobilização de apoios e votantes era a utilização do caciquismo. Coloca-se, assim, a questão: será que os caciques eram um recurso pela fragilidade das organizações partidárias, ou será que os partidos nunca sentiram a necessidade de formar redes de centros locais e de jornais precisamente porque o caciquismo garantia a mobilização de votos nos momentos importantes?

Rui Ramos sugere que os partidos políticos dinásticos do século XIX cumpriam o seu propósito se tivermos em conta o contexto da época[1366]. Ao contrário dos seus congéneres internacionais, os partidos portugueses não desenvolveram estruturas complexas porque a realidade política e social não os conduziu a isso. Numa sociedade em grande medida analfabeta e com pouca participação política, os partidos não precisavam de estruturas organizativas extensas ao estilo dos partidos de massas. Da mesma forma, não era necessária uma potencial rede de centros partidários permanentemente dedicados ao recrutamento de apoios, porque os centros políticos ao estilo de clubes de cavalheiros garantiam o contacto entre os principais influentes partidários, que eram quem controlava uma parte significativa dos acordos e manobras regionais. O Partido Regenerador e os seus congéneres não evoluíram para formas que hoje consideramos mais modernas, porque a sociedade da época não lhes exigiu isso, e o modelo político oitocentista português (e ibérico) foi o suficiente para lhes permitir

[1365] O *Diário Popular*, apesar de ter sido inicialmente um jornal Progressista, acabou por transitar para a alçada Regeneradora pelas mudanças de lealdade de alguns dos seus membros.
[1366] RAMOS, 1994, pp. 115-116.

chegar ao governo e atingir os seus objectivos, o que é também um sinal da ausência de uma sociedade civil mobilizada durante a época em estudo.

Quando analisamos especificamente o Partido Regenerador é possível ver até que ponto a relação entre a liderança do partido e os caciques era suficiente para manter o partido com os apoios necessários. A documentação inédita sobre os caciques Regeneradores disponível no espólio de Hintze Ribeiro mostra-nos de que forma se construía uma rede de influência a nível nacional, através da selecção dos principais caciques de cada região, obtendo assim uma cobertura quase total do território continental e garantindo a vitória do partido nas eleições. Ou seja, as fontes confirmam que o caciquismo foi uma escolha deliberada das lideranças partidárias, ainda que possa também ter representado um entrave à transformação dos partidos de notáveis portugueses em partidos de massas.

No capítulo 2 debruçámo-nos sobre a luta de forças dentro do Partido Regenerador e o impacto que as divergências de poder tiveram dentro e fora da organização política. A análise dos diferentes grupos e facções que emergiram dentro do Partido Regenerador ao longo do tempo permite-nos apresentar hipóteses para algumas das questões levantadas inicialmente. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao processo de emergência de cada uma das dissidências e à relação deste com a conjuntura ou com a força da liderança Regeneradora, os dados levam-nos a concluir que o contexto político e as divergências pessoais tiveram um papel muito mais determinante do que a ideologia ou o nível de estruturação dos projectos de dissidência. Casal Ribeiro era um político com larga experiência e prestígio, mas lançou um projecto político de dissidência contra um partido que, à data, se encontrava num dos seus melhores momentos. Apesar de a proposta para a formação do Partido Conservador Liberal incluir uma estrutura detalhada e meios na imprensa, as circunstâncias conduziram-no ao fracasso. Quanto à tentativa de Barjona de Freitas, a Esquerda Dinástica obteve sucesso, ainda que provisório, dado o estado fragilizado do Partido Regenerador, no contexto da sucessão de Fontes. O momento histórico, porém, acabaria por levar o grupo a regressar às hostes Regeneradoras.

João Franco e Jacinto Cândido lançaram as suas iniciativas políticas na viragem do século, num momento em que, ainda que a liderança do Partido Regenerador não estivesse enfraquecida – Hintze Ribeiro fora durante vários anos o líder na prática, e depois de 1900 era efectivamente o chefe do partido – a conjuntura se alterara e se vivia

num clima de progressivo aumento da intervenção política, verificando-se uma procura de alternativas aos grandes partidos dinásticos que não chegassem ao Republicanismo. Esses dois políticos conseguiram assim encontrar um espaço disponível para desenvolver os seus projectos com sucesso, sendo que Franco chegou inclusive ao governo. Finalmente, nos anos finais da Monarquia, o Partido Regenerador fragmentou-se devido à fragilidade não só da liderança como de toda a sua estrutura. Não é possível, contudo, avaliar o sucesso dos grupos que emergiram dessa desagregação, uma vez que não obtiveram resultados devido ao término do regime.

Quanto às motivações que levaram alguns políticos a encetar processos de divergência face aos Regeneradores, a maioria parece tê-lo feito com base em interesses pessoais. Casal Ribeiro apresentou publicamente o Partido Conservador Liberal em desacordo com a reforma da Carta Constitucional, depois de percorrer um longo caminho de afastamento em relação ao Partido Regenerador, e principalmente em relação à figura de Fontes Pereira de Melo. Barjona de Freitas criou a Esquerda Dinástica depois de ter sido preterido para a liderança Regeneradora, em detrimento de António de Serpa Pimentel. João Franco lançou os Regeneradores Liberais no seguimento de um conflito com Hintze Ribeiro, levando dos Regeneradores não só a inspiração para o nome do novo grupo como uma mão cheia de deputados. E a desagregação do Partido Regenerador nos últimos anos da Monarquia parece ter sido essencialmente a consequência da luta pela chefia do partido, em simultâneo com um ambiente político cada vez mais crispado. A única excepção, do que nos foi possível depreender, terá sido o Partido Nacionalista de Jacinto Cândido, que não se afastou do Partido Regenerador em conflito com Hintze – com quem, aliás, terá mantido uma relação cordial – e cujo projecto tinha uma ideologia mais ou menos desenvolvida, uma estrutura a nível nacional bastante extensa, e uma máquina eficaz de propaganda na imprensa, porque se apoiava num movimento pré-existente. Ainda assim, o Partido Nacionalista obteve resultados fracos em termos eleitorais, e enfrentou graves problemas de transposição dos seus ideais para valores políticos e de aplicação do seu programa à realidade política da época.

Assim sendo, podemos concluir que a maioria das dissidências face ao Partido Regenerador surgiram devido a disputas de interesses com o líder Regenerador e ocorreram em momentos de fragilização interna do partido. Várias das dissidências não tinham bases programáticas consistentes – o que em alguns casos resultou no seu

fracasso – e estiveram dependentes, de forma determinante, da conjuntura histórica para obter sucesso.

No capítulo 3 procedemos a uma análise comparativa do Partido Regenerador em duas eleições e legislaturas distintas, 1881 e 1901, com o objectivo de estudar as diferenças na governação Regeneradora, na composição e comportamento do partido no Parlamento, e no papel da liderança Regeneradora.

A análise prosopográfica do conjunto de deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador em 1881 e em 1901 revela algumas diferenças, nomeadamente a idade, a experiência parlamentar, a formação académica e a origem geográfica. Uma parte significativa dos deputados Regeneradores de 1881 eram jovens formados em Direito, em grande medida sem experiência anterior enquanto parlamentares, e provenientes da capital. Nota-se nestas características um evidente paralelismo com a composição do «Governo dos Meninos» que estava em funções. Em 1901 encontramos um corpo parlamentar Regenerador um pouco mais velho, formado por deputados mais experientes, com uma nova preponderância da formação militar e da origem geográfica exterior a Lisboa. No que se refere a um dos pontos mais relevantes da investigação, o vínculo de nascimento entre os deputados e o seu círculo de eleição, este aumentou entre 1881 e 1901. Contudo, o valor máximo que atingiu foram 35%, pelo que a proximidade entre os deputados e os seus eleitores não era a regra no que diz respeito ao Partido Regenerador.

A análise não apenas da prosopografia, mas também do comportamento eleitoral do Partido Regenerador leva-nos a considerar que as transformações ocorridas no corpo parlamentar do partido não terão sido tanto fruto de um esforço deliberado para modernizar o partido e aproximá-lo dos eleitores, mas mais um reflexo da conjuntura da época e das mudanças que a sociedade e a política enfrentavam. Em 1881, no contexto da «guerra de extermínio», os Regeneradores foram forçados a procurar um grande número de candidatos a deputados, pelo que tiveram de recorrer a indivíduos mais jovens e mais inexperientes, sem ligação aos círculos de eleição, formando assim um corpo parlamentar jovem e urbano. Em 1901, graças ao acordo eleitoral realizado com os Progressistas, o Partido Regenerador já não se via na necessidade de eleger um número tão extenso de deputados, pelo que podia controlar melhor quem eram os candidatos que iriam ser eleitos. Resulta disso que a bancada Regeneradora na legislatura de 1902-1904 era formada por indivíduos mais experientes, com formações

académicas mais variadas, e com maior proximidade aos círculos de eleição. No que diz respeito às votações nominais e ao comportamento do partido no Parlamento, verificou-se que na primeira legislatura estudada, que decorreu entre 1882 e 1884, por várias vezes os deputados do Partido Regenerador votaram contra o governo presidido por Fontes Pereira de Melo. Fosse pela extensa maioria parlamentar de que dispunha, fosse pela confiança da liderança partidária na sua capacidade de gerir os comportamentos discordantes dos deputados, a verdade é que o partido não parece ter tomado quaisquer medidas no sentido de afastar de imediato aqueles que contrariavam o governo, ou de pôr em prática algo semelhante a um controlo dos votos que garantisse antecipadamente os resultados das votações.

A segunda legislatura abordada, resultante da eleição de 1901, teve configurações bastante diferentes. Ao contrário do que acontecera anteriormente, apenas um deputado eleito com o apoio do Partido Regenerador votou contra o governo de Hintze Ribeiro. As razões para esta mudança de atitude poderão ter sido várias: uma menor agitação entre as camadas jovens do partido (que seriam naturalmente mais tendentes a votar contra medidas proposta por governos Regeneradores); uma maior consolidação do partido enquanto organização capaz de controlar os seus próprios membros e, neste caso, os representantes do partido no Parlamento. A opção da disciplina de voto, ainda que se pudesse apresentar como opção óbvia, não pode ser confirmada pela falta de fontes nesse sentido.

Também as diferenças na força e carácter da liderança partidária estiveram relacionadas com a mudança de comportamento do corpo parlamentar Regenerador. Tanto Fontes Pereira de Melo como Hintze Ribeiro enfrentaram dissidências dentro do partido, e cisões formais – umas mais bem-sucedidas do que outras[1367]. O momento histórico, porém, era diferente, e Hintze Ribeiro enfrentou uma conjuntura política nacional altamente instável, que causava dificuldades na gestão do partido, com as quais Fontes não tivera de se debater.

Além disso, o próprio processo de ascensão à liderança dos Regeneradores de ambos foi decisivo para a postura que tiveram na liderança. Fontes ganhou um prestígio, ao ponto de se confundir com o próprio partido: mesmo nos momentos em que se

[1367] Refira-se que o paralelismo entre os dois líderes se encontra até nas circunstâncias dos seus falecimentos: ambos tiveram mortes repentinas, que não lhes permitiram preparar a sucessão na chefia, e cujas consequências enfraqueceram o Partido Regenerador.

efectivaram dissidências, como ocorreu em 1884, a sua permanência na liderança dos Regeneradores não foi disputada, a dissidência foi vista com pouca credibilidade pelos sectores políticos relevantes e acabou por não ter resultados a longo prazo. Já Hintze teve de lutar, ainda durante o final a década de 1880 e início da década de 1890, pelo lugar de número dois do partido, atrás da liderança oficial de António de Serpa Pimentel, e depois de chegar ao topo da hierarquia Regeneradora em 1900 foi de imediato forçado a enfrentar cisões de indivíduos que não o consideravam adequado para o cargo, e que obtiveram sucesso nas suas tentativas de autonomização.

Por outro lado, Hintze nunca teve em relação ao chefe dos Progressistas, José Luciano de Castro, o ascendente político que Fontes Pereira de Melo tivera, no seu tempo, em relação a Anselmo José Braamcamp – algo que se terá ficado a dever, também, à personalidade pouco enérgica de Braamcamp. José Luciano ganhou dentro dos Progressistas uma posição incontestada, pelo que Hintze se viu forçado a negociar de uma forma muito mais evidente os resultados eleitorais, ou a lutar com o chefe Progressista pela preferência da Coroa. Contudo, Hintze conseguiu comandar os destinos dos Regeneradores nessa conjuntura agitada, e revelou-se muito mais eficaz a controlar o seu partido dentro do Parlamento: enquanto Fontes foi desautorizado várias vezes como líder pelos votos contrários de deputados Regeneradores, Hintze conseguiu garantir que o Partido Regenerador agia em bloco nas votações mais relevantes. Hintze Ribeiro parece, nesse sentido, ter sido um líder mais forte do que Fontes Pereira de Melo.

Em suma, o Partido Regenerador seguiu o modelo do partido de notáveis, formado por uma rede dispersa de caciques locais que comunicavam directamente com a liderança partidária para solucionar questões, obter apoios ou negociar eleições. Não encontrámos na documentação provas da existência de uma estrutura interna do partido, de uma hierarquia através da qual as ordens fossem delegadas em diversos graus de administração. As decisões relevantes eram tomadas pela liderança e por um núcleo restrito de indivíduos, entre os quais não se incluíam sequer todos os deputados apoiados pelo partido. Exemplo disso foram as nomeações de António de Serpa Pimentel e Hintze Ribeiro, ocorridas em reuniões fechadas nas quais esteve presente um número muito limitado de Regeneradores de topo. O conjunto de centros locais que foram criados em nome do partido ao longo do tempo não tinham real acção no âmbito da mobilização de votantes, servindo como espaços de sociabilidade das elites locais, e

não como parte de uma estrutura partidária complexa que trabalhasse de forma organizada e sistemática para o sucesso do partido. A ligação entre a cúpula partidária e os chefes Regeneradores de fora da capital era feita através de correspondência pessoal, tendo um carácter particular, muitas vezes confidencial, e esporádico. Ou seja, o Partido Regenerador era formado por uma rede de caciques, e não por uma estrutura moderna de centros locais.

No que diz respeito às sensibilidades partidárias e ao seu impacto na coesão e liderança do partido, a análise do percurso do Partido Regenerador mostrou-nos que apesar da sua longevidade e do domínio que teve na política Oitocentista, esta organização enfrentou divergências e cisões quase em permanência, sendo que algumas tiveram consequências muito significativas não só dentro do partido mas também na conjuntura nacional – o caso mais evidente será o de João Franco e do Partido Regenerador Liberal, mas é importante não esquecer a Esquerda Dinástica de Barjona de Freitas ou a luta pela sub-chefia na década de 1890. As lideranças foram relevantes no controlo das dissidências, mas a sua acção revelou-se limitada e, nos casos estudados, incapaz de garantir a total obediência por parte dos membros e deputados do partido. É também importante ressalvar que as diferenças verificadas na força das lideranças de Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro se ficaram a dever, em grande medida, ao carácter díspar da conjuntura histórica em que ambos chefiaram o partido e presidiram ao governo. Ou seja, o contexto político e social teve um impacto determinante nos comportamentos do partido e nas capacidades dos seus líderes. O Partido Regenerador revelou, portanto, ter pouca coesão interna, não apenas entre os influentes locais, mas inclusive entre o núcleo próximo do líder.

Estas características tornaram-se particularmente dramáticas nos últimos anos da Monarquia, num momento histórico em que os partidos dinásticos enfrentavam não apenas a ameaça dos pequenos partidos monárquicos, mas também dos Republicanos, que estavam cada vez mais fortes e consistentes. O Partido Regenerador, que adaptara a sua acção à conjuntura, mas mantivera durante demasiado tempo as mesmas características que tinha quando surgiu, na década de 1850, mostrou-se incapaz de se adaptar às transformações exigidas pela sociedade no início do século XX, fragmentando-se e dispersando esforços. Quando a Revolução Republicana derrubou a Monarquia Constitucional, o fim do Partido Regenerador tornou-se igualmente inevitável.

Fontes manuscritas

Arquivo particular Casal Ribeiro

– Bases da Sociedade – Imprensa Conservadora Liberal

– Bases de Organização do Centro Conservador Liberal

– Carta circular aos membros do Partido Conservador Liberal

– Manifesto Eleitoral

– Manuscrito *Reforma da Camara dos Pares 1881*

– Manuscrito *Canovas del Castillo*

– Sociedade – Imprensa – Conservadora Liberal – Bases

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cartório da Casa Real

– Caixas 7341 e 7452

Leis e ordenações

– Leis, Maço 31, nº 64

Biblioteca Nacional de Portugal

Correspondência dirigida a António Maria Fontes Pereira de Melo

– Caixas 1-3

Espólio de Luís de Magalhães

– Manuscrito 70

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro

– Cadastro das influências políticas do Partido Regenerador (1898-1899)

– Partido Regenerador (1899)

– Os que se despediram do Partido (1901)

– Eleições de 1901 (Braga, Faro, Angra, Porto, Lisboa, Coimbra e Funchal)

– Registo Político do Partido Regenerador. Principais Influentes (1904-1906)

– Actas. Partido Regenerador (1906)

– Actas de instalação do Partido Regenerador (1907)

– Apontamentos do próprio (sem data)

Instituto de Ciências Sociais

Correspondência de Lopo Vaz de Sampaio e Melo

– LV06, LV23

Fontes impressas: Publicações periódicas oficiais

Diário da Câmara dos Deputados (1822-1910)

Diário da Câmara dos Pares (1851-1910)

Diário do Governo (1851-1859; 1869-1910)

Diário de Lisboa (1859-1869)

Fontes impressas: Publicações periódicas nacionais

O António Maria, Lisboa (1879-1885)

Annuario do Arquivo Pitoresco, Lisboa (1864-1866)

A Civilisação, Lisboa (1856-1857)

Comércio do Porto, Porto (1865-1910)

Correio da Noite, Lisboa (1900-1910)

Correio Nacional, Lisboa (1893-1906)

Correspondência de Portugal, Lisboa (1862-1887)

Diário Ilustrado, Lisboa (1900-1910)

Diário Popular, Lisboa (1872-1896; 1907-1910)

Esquerda Dinástica, Lisboa (1888-1890)

Gazeta de Portugal, Lisboa (1887-1892)

Imprensa e Lei, Lisboa (1853-1856)

Jornal da Noite, Lisboa (1871-1892)

Jornal do Comércio, Lisboa (1881-1887)

Jornal do Porto, Porto (1870-1881)

O Mandarim, Lisboa (1881)

A Nação, Lisboa (1851-1910)

O Nacional, Lisboa (1891)

Novidades, Lisboa (1885-1910)

A Opinião, Lisboa (1856-1860)

O Parlamento, Lisboa (1858-1861)

O Partido Regenerador, Lisboa (1887)

O Patriota, Lisboa (1849-1853)

Pontos nos ii, Lisboa (1885-1891)

O Popular, Lisboa (1896-1907)

O Português, Lisboa (1853-1860)

O Primeiro de Janeiro, Porto (1881)

O Progresso, Lisboa (1879-1881)

Rei e Ordem, Lisboa (1857-1860)

Revolução de Setembro, Lisboa (1849-1892; 1900-1901)

O Século, Lisboa (1881-1910)

A Tarde, Lisboa (1889-1905)

Fontes impressas: Publicações periódicas regionais

O Alto Minho. Orgão do Partido Regenerador, Monção (1910)

Archivo dos Açores, Ponta Delgada (1886)

Diário do Porto: orgão da Esquerda Dinástica do Norte do Reino, Porto (1889)

Jornal do Povo, Guarda (1909-1910)

O Leça. Orgão do Partido Regenerador de Bouças e Maia, Matosinhos (1906-1908)

O Norte. Diário político. Orgão da Esquerda-Dynastica no Porto, Porto (1887)

O Novo Tempo: jornal da Esquerda Dinástica, Mangualde (1889-1890)

O Regenerador. Orgão do Partido Regenerador do Porto, Porto (1881)

A Terceira, Angra do Heroísmo (1859-1910)

O Viriato, Viseu (1855-1874)

Fontes impressas: Publicações periódicas estrangeiras

La Época, Madrid (1877)

A Ilustração: revista quinzenal para Portugal e Brasil, Paris (1887)

Fontes impressas: Correspondência

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Nos bastidores das eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

CABRAL, António, *As cartas d'El-Rei D. Carlos ao Sr. João Franco,* Lisboa, Portugal-Brasil, 1924.

CASTELLO-BRANCO, João Franco, *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu ultimo Presidente do Conselho,* Lisboa, Bertrand Editora, [1924] 2006.

DIAS, José Lopes, "Cartas políticas do conselheiro João Franco ao Doutor João Pinto dos Santos", Separata de *Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, Janeiro de 1971.

Documentos políticos encontrados nos palácios riais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1915.

FEIJÓ, António, *Cartas a Luís de Magalhães*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 2004.

MARQUES, A. H. de Oliveira e LOURO, Francisco de Carvalho (ed.), *Mont'Alverne de Sequeira: correspondência (1881-1930)*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980.

MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Correspondência entre D. Pedro V e seu tio, o príncipe Alberto*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000.

MOREIRA, Fernando (org.), *José Luciano de Castro: Correspondência política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal, 1998.

Fontes impressas: Livros e opúsculos

Acto Adicional de 1885, disponível em https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/ACTOADICIONAL24JULHO1885.htm.

ALBUQUERQUE, António de, *O Marquês da Bacalhoa*, Lisboa, Frenesi, [1908] 2008.

ALBUQUERQUE, Manuel de, *Os centros nacionaes*, Braga, Imprensa Henriquina, 1902.

ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos. Publicação Mensal de Inquérito à Vida Portuguesa*, 6 vols., Livraria Clássica Editora, Lisboa, [1889-1893] 1927.

ALMEIDA, José Luís de, *Memórias do sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Ática, [1947] 2005 (a).

ANDRADE, Anselmo de, *Alguns homens illustres de Portugal*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929.

Ao povo do concelho de Braga, Braga, Typographia de J. M. de Souza Cruz, 1897.

ARRIAGA, José d', *A politica conservadora e as modernas allianças dos partidos politicos portuguezes*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1880.

–, *Os últimos 60 anos da Monarquia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1911.

BARREIROS, Eduardo Montufar, *Os papeis de meu pae*, 2 vols., Lisboa, M. Gomes, 1904.

BRAMÃO, Alberto, *Recordações do jornalismo, da política, da literatura e do mundanismo*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1936.

BRANDÃO, Raúl, *Memórias*, Lisboa, Quetzal Editores, [1919] 2017.

BREYNER, Thomaz de Mello, *Diário de um monárquico, 1908-1910*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 2004.

CABRAL, António, *Alexandre Cabral: memórias politicas, homens e factos do meu tempo*, Lisboa, J. Rodrigues, 1923.

–, *Cinzas do passado: figuras e factos: os bastidores da política: as minhas memórias políticas*, Lisboa, Francisco Ventura, 1929.

–, *O agonizar da monarchia: as minhas memórias politicas*, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, 1931.

–, *Os culpados da queda da monarquia*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1946.

–, *Homens e episódios inolvidáveis*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1947.

CARNOTA, Conde da, *Memoirs of Field-Marshal the Duke de Saldanha*, 2 vols., London, John Murray, 1880.

Código administrativo: approvado por carta de lei de 6 de Maio de 1878, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.

Codigo Administrativo approvado por Decreto de 2 de Março de 1895, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895.

Codigo Administrativo approvado por Carta de Lei de 4 de Maio de 1896, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.

Codigo Civil Portuguez, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

COELHO, Frederico Pinto, *O Sudario Negro ou Apontamentos para a Biographia de D. Manuel Agostinho Barreto Bispo do Funchal*, Funchal, Typographia Funchalense, 1881.

COELHO, José Francisco Trindade, *Manual Político do Cidadão Portuguez*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906.

–, *Manual Político do Cidadão Portuguez*, Porto, Typographia a vapor da Empresa Litteraria e Typographia, 1908.

CUNHA, Francisco Teodoro da, Portugal em 1865, Lisboa, Typ. Da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865.

Decreto de 18 de Dezembro de 1852, p. 767, disponível em http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/27/5/p796.

Exposição de princípios da Liga Liberal, Lisboa, Imprensa Tipográfica, 1890.

FRANCO, João, *A reforma parlamentar: discurso*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de, *Páginas Avulsas*, Porto, Livraria Chardron, 1906.

FUSCHINI, Augusto, *Liquidações políticas, Vermelhos e azuis, Fragmentos de memórias*, Lisboa, Companhia Typographica, 1896.

–, *O presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Typographica, 1899.

GALLIS, Alfredo, *Historia de Portugal Popular e Illustrada. Um reinado trágico*, 2 vols., Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1908.

GOMES, Marques, *Historia de Portugal Popular e Illustrada*, Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, vol. XII, 1907.

GUIMARÃES, Ricardo, *Narrativas e episodios da vida politica e parlamentar (1862 e 1863)*, Lisboa, Typographia Universal, 1863.

Homenagem a Hintze Ribeiro: o banquete político do partido regenerador em 15 de Outubro de 1903, Lisboa, Typographia D'" A Editora", 1903.

LEITÃO, Joaquim, *A comédia politica: entrevista com os homens dos últimos dias da Monarchia e com os dos primeiros dias da República*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand José Bastos & Ca, 1910.

–, *Os cem dias funestos*, Porto, J. Leitão, 1912.

Manifesto do Centro Regenerador de Braga, Braga, Typographia de J.M. de Sousa Cruz, 1897.

Manifesto do Centro Catholico, Braga, Centro Catholico, 1897.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *As Eleições*, Lisboa, Sociedade Editorial Logos, [1878] 1946.

–, *O Repórter*, 2 vols., Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1957 (a).

–, *Política e História*, 2 vols, Lisboa, Guimarães Editores, 1957 (b).

–, *A Província*, 5 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1958-1959.

–, *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, [1881] 1996.

MARTINS, Rocha, *D. Manuel II. Memórias para a história do seu reinado*, 2 vols., Lisboa, Sociedade Editora «José Bastos», s.d.

–, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa, Oficinas Gráficas do ABC, 1925.

NORONHA, Eduardo de, *A Regeneração. Fontes Pereira de Melo. Subsídios para a história da sua vida, meio, obras, factos, amores e aventuras*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, Lda, s/d.

–, *Vinte e cinco annos nos bastidores da Política: Emygdio Navarro e as «Novidades»*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1913.

Partido progressista: exposição justificativa e programa, Lisboa, Typographia do Jornal *O Progresso*, 1877.

PATO, Raimundo Bulhão, *Memórias*, 3 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894-1907.

PEREIRA, A. X. da Silva, *O jornalismo portuguez: resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes*, Lisboa, Typographia Soares, 1895.

PESSOA, Fernando, *Da República: 1910-1935*, Lisboa, Ática, 1979.

PIMENTEL, António de Serpa, *Questões de política positiva: da nacionalidade e do governo representativo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.

–, *O anarchismo: estudo acerca da questão social*, Lisboa, Tipographia da Companhia Nacional Editora, 1894.

–, *Portugal moderno: a queda do antigo regimen (1820 até 1834)*, Lisboa, António Maria Pereira, 1896.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, e RIALTO, João, *Álbum das glórias*, Lisboa, Frenesi, [1902] 2003.

PRAÇA, José Joaquim Lopes, *Direito Constitucional Português*, 3 vols., Coimbra, Coimbra Editora, [1878-79] 1997.

QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho, *As farpas: crónica mensal da política, das letras e dos costumes*, Lisboa, Typographia Universal, 1871.

REIS, Alberto, *Organização Judicial. Lições feitas ao curso do 4.º ano jurídico de 1908 a 1909*, Coimbra, Imprensa Académica, 1909.

RIBEIRO, José Maria do Casal, *Interpelação sobre os acontecimentos ocorridos na Guine Portugueza realisada na Camara dos dignos pares em sessao de 3 de Agosto de 1868: discurso proferido*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868.

RIBEIRO, Conde do Casal, *Projecto de lei para a reforma da Camara dos Pares e parecer da respectiva commissão apresentado em sessão de 7 de Março de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

–, *Discursos do Conde do Casal Ribeiro no debate da resposta ao discurso da coroa na camara dos pares: sessões de 14, 15 e 21 de Fevereiro de 1879*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

–, *Carta e Pariato*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895.

SANTOS, Clemente José dos, *Estatisticas e biographias parlamentares portuguezas*, 2 vols., Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1887.

SCHWALBACH, Eduardo, *À lareira do passado: memórias*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1944.

SILVA, Jacinto Cândido da, *Vida velha e vida nova: discurso proferido na sessão de 18 de Abril de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

–, *A doutrina nacionalista*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense, 1909.

–, *Autobiografia*, Separata de *Estudos de Castelo Branco*, vol. 3, 1962.

–, *Memórias íntimas para o meu filho: 1898-1925*, Separata de *Estudos de Castelo Branco*, vol. 7, 1963.

SOARES, Gustavo Duarte Nogueira, *Considerações sobre o Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, Typographia Universal, 1883.

SORIANO, Simão da Luz, *Vida do Marquez de Sá da Bandeira e reminiscencia de alguns dos sucessos mais notaveis que durante ella tiveram logar em Portugal*, 2 vols, Lisboa, Typ. Viuva Sousa Neves, 1887-1888.

SOUSA, António Teixeira de, *Para a história da revolução*, 2 vols., Porto, Typografia da Empresa Literaria e Typográfica, 1912.

–, *A força publica na revolução: réplica ao ex-coronel Albuquerque*, Coimbra, Moura Marques, 1913.

–, *Responsabilidades historicas: politica contemporanea*, 2 vols., Coimbra, França & Arménio, 1917.

SUPICO, Francisco Maria, *Escavações*, 4 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1995-2001.

VILHENA, Júlio Marques de, *Antes da Republica: notas autobiográficas*, 2 vols., Coimbra, França & Arménio, 1916.

–, *D. Pedro V e o seu reinado*, 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1922.

Fontes impressas: Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim, "Nação e Império", in BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998 (a), pp.90-142.

– e DIAS, Jill (coord.), *O império africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998 (b).

–, "O império português (1825-1890): ideologia e economia", *Análise Social*, vol. 38, nº 169, 2004, pp. 959-979.

–, *A questão colonial no Parlamento*, Lisboa, Assembleia da República/ Dom Quixote, 2008, vol.I.

ALMEIDA, João Miguel (coord.), *Da Monarquia à República: cartas portuguesas de Romolo Murri*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010.

ALMEIDA, Maria Antónia, "ALMEIDA, José Bento Ferreira de" in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. I, pp. 138-141.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, "Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)", *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985, pp. 111-152.

–, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

–, *A Construção do Estado Liberal*, Tese de Doutoramento em Sociologia Política, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

– (org.), *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

– e PINTO, António Costa, "Portuguese Ministers, 1851–1999: Social Background and Paths to Power", in ALMEIDA, Pedro Tavares de, PINTO, António Costa & BERMEO, Nancy (eds.), *Who Governs Southern Europe: Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850–2000*, London, Frank Cass, 2003, pp. 6-37.

– e CLUNY, Isabel, "RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintze", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 448-452.

–, "The Portuguese administrative elite, 1851-1910", *Revista de História das Ideias*, vol. 26, 2005 (b), pp. 439-462.

–, FERNANDES, Paulo Jorge, & SANTOS, Marta Carvalho dos, "Os deputados da 1a República Portuguesa: inquérito prosopográfico", *Revista de História das Ideias*, vol. 27, 2006, pp. 399-417.

– e MORENO LUZÓN, Javier, *Das urnas ao hemiciclo: eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012 (a).

–, "Reformas eleitorais e dinâmica política no Portugal liberal (1852-1910)", in FREIRE, André (org.), *O Sistema Político Português. Século XIX-XXI*, Coimbra, Almedina, 2012 (b), pp. 51-62.

ALVES, Daniel, LIMA, Nuno e URBANO, Pedro, "Estado e sociedade em conflito: o Código de Mártens Ferrão de 1867. Uma reforma administrativa efémera", comunicação apresentada ao *XXIV Encontro da Associação de História Económica e Social*, a 13 de Novembro de 2004, disponível em www.fcsh.unl.pt/deps/historia/docs/Janeirinha.pdf.

ALVES, Daniel, *A República atrás do balcão (1870-1910). Os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia*, Chamusca, Edições Cosmos, 2012.

ANTUNES, Luís F. Colaço, "Direito eleitoral e pensamento político no século XIX", *Economia e Sociologia*, nº 31, 1981, pp. 69-102.

ARTOLA, Miguel, *Partidos y programas políticos (1808-1936)*, 2 vols., Madrid, Alianza Editorial, 1991.

BELO, Alberto José, *A Câmara dos Pares na época das grandes reformas políticas 1870-1895*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

BERSTEIN, Serge, "Les partis", in RAYMOND, René (ed.), *Pour une histoire politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, pp. 49-85.

BERGOUNIOUX, Alain, "Partidos", in ROMANO, Ruggiero (ed.), *Enciclopédia Einaudi*, vol. 22, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 65-81.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal, 1999.

–, "História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)", *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 989-1012.

–, *Um homem singular – Rodrigo da Fonseca Magalhães*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2013.

CABRAL, Manuel Villaverde, *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

–, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

CAETANO, Marcello, *A codificação administrativa em Portugal (Um século de experiência: 1836-1935)*, separata da *Revista da Faculdade de Direito*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

–, *Manual de ciência política e direito constitucional*, Lisboa, Coimbra Editora, 1967.

CÂNDIDO, António, *Os vencidos da vida: Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Carlos Lobo de Ávila e outros*, Porto, Fronteira do Caos, 2006.

CASARES, Gabriel Tortella *et al.*, *Revolución Burguesa Oligarquía y Constitucionalismo (1834-1923)*, in LARA, Manuel Tuñon de (dir.), *Historia de España*, Barcelona, Labor, vol. VIII, 1981.

CASTRO, Zília Osório de, *João Marcelino Arroio: vida parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República, 2014.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, Casa das Letras, 2010.

CHARLOT, Jean, *Os Partidos Políticos*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1974.

CHORÃO, Luís Bigotte, "CARVALHO, Fernando Augusto de Miranda Martins de", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. I, pp. 618-620.

CLUNY, Isabel, "FREITAS, Augusto César Barjona de", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. II, pp. 242-245.

COELHO, Maria Helena da Cruz e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Parlamentos : a lei, a prática e as representações : da Idade Média à actualidade*, Lisboa, Assembleia da República, 2010.

COELHO, Sandra Maria Esteves, *"O Negócio da Urna" – As eleições de 1842*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

COMELLAS, José Luís, *Cánovas*, Madrid, Ediciones Cid, 1965.

COSTA, Paula Cristina, "MASCARENHAS, José Gregório de Figueiredo", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*,

Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. II, pp. 789-790.

–, "VIEIRA, Manuel José" in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 1071-1073.

COUTINHO, Lourenço Pereira, *O Rei na Regeneração: Poderes constitucionais e prática política (1852-1885)*, Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, 2017.

CROMWELL, Valerie & VERZICHELLI, Luca, "The Changing Nature and Role of European Conservative Parties in Parliamentary Institutions from 1848 to the Twenty-first Century", in COTTA, Maurizio & BEST, Heinrich (dir.), *Democratic representation in Europe: diversity, change, and convergence*, Oxford University Press Oxford, 2007, pp. 194–216.

CRUZ, Maria Antonieta, "Eleições da Regeneração à República - Participação e Exclusão" in *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas e Políticas*, Porto, Universidade do Porto Editorial, 2009, p. 85-124.

CUNHA, Carlos Manuel Guimarães da, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista: da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

DARDÉ, Carlos, "Eleições e recrutamento parlamentar em Espanha", in ALMEIDA, Pedro Tavares de & MORENO LUZÓN, Javier, *Das urnas ao hemiciclo: eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp. 47-70.

DÓRIA, Luís, *Correntes do radicalismo oitocentista: o caso dos penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

DUVERGER, Maurice, *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

EISENSTADT, S. N. e LEMARCHAND, R. (dir), *Political clientelism, patronage and development*, London, Sage, 1981.

FERNANDES, António José, *Os sistemas político-constitucionais português e espanhol: análise comparativa*, Lisboa, Europa Editora, 1990.

FERNANDES, Paulo Jorge, "AZEVEDO, Lourenço de Almeida e", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (a), vol. I, pp. 272-273.

–, "BARACHO, Sebastião de Sousa Dantas", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (b), vol. I, pp. 292-294.

–, "SILVA, Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 731-735.

–, *O "poder oculto": biografia política de Mariano Cirilo de Carvalho*, Tese de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 159-160.

–, *Mariano Cirilo de Carvalho: «o poder oculto» do liberalismo progressista, (1876-1892)*, Lisboa, Assembleia da República, Texto, 2010 (a).

–, *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império: biografia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010 (b).

–, "Os Actos Adicionais à Carta Constitucional de 1826", *Historia Constitucional*, nº 13, 2012 (a), pp. 563-583.

–, "O papel político e o funcionamento do parlamento em Portugal", in ALMEIDA, Pedro Tavares de & MORENO LUZÓN, Javier, *Das urnas ao hemiciclo: eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012 (b), pp. 103-131.

–, "O sistema político na Monarquia Constitucional, 1834-1910", in FREIRE, André (org.), *O Sistema Político Português. Século XIX-XXI*, Coimbra, Almedina, 2012 (c), pp. 25-49.

–, "A vida política", in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, Vol. 3, *A Crise do Liberalismo, 1890-1930*, Madrid e Lisboa, Fundación Mapfre e Penguin Random House, 2014, pp. 31-85.

GAMEIRO, Fernando Luís, "SARMENTO, José Estevão de Morais", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa,

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 597-599.

GASH, Norman, *Reaction and reconstruction in English politics, 1832-1852*, Oxford, Clarendon Press, 1965.

GOLDMAN, Lawrence, "Conservative political thought from the revolutions of 1848 until the *fin de siècle*", in JONES, Gareth Stedman and CLAYES, Gregory, *The Cambridge History of Nineteenth-century Political Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, pp. 691-719.

GOUVEIA, Elsa Maria da Fonseca, *"Em carne viva": o capuz penitenciário na Cadeia Geral Penitenciária de Coimbra: 1901-1913*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

GUERREIRO, Jacinto Salvador, "A Diocese de Beja no final do século XIX: a intervenção de D. António Xavier de Sousa Monteiro", *Lusitania Sacra*, nº 8/9, 1996-1997, pp. 35-169.

HOMEM, António Pedro Barbas, *Manuel Joaquim Pinheiro Chagas. Uma biografia (1842-1895)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.

HOWES, Robert, "Concerning the Eccentricities of the Marquis of Valada: Politics, Culture and Homosexuality in Fin-de-Siecle Portugal", *Sexualities*, nº 5, 2002, pp. 25-48.

JUSTINO, David, "Fontismo: o impossível livrecâmbio", *Revista de História Económica e Social*, nº 23, 1988, pp. 3-20.

–, "O livre-câmbio e o fontismo revisitados através dos debates parlamentares", in SERRÃO, José Vicente, PINHEIRO, Magda de Avelar e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.), *Desenvolvimento económico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos: homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 49-68.

–, *Fontismo: Liberalismo numa sociedade iliberal*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2016.

LAPA, Albino dos Santos, *Governadores civis de Portugal*, Lisboa, s. e., 1962.

LEAL, Manuel Maria Cardoso, *A rotação partidária em Portugal. A aprendizagem da alternância (c.1860-1890)*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.

LENK, Kurt e NEUMANN, Franz, *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*, Barcelona, Anagrama, 1980.

LIMA, Nuno Miguel, "Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista", *Análise Social*, vol. XLIV (192), 2009, pp. 565-588.

LOPES, Fernando Farelo, *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994.

–, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004.

–, "Partidos e representação política no período liberal em Portugal", in ALMEIDA, Pedro Tavares de e CATROGA, Fernando (dir.), *Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República / Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 258-289.

LUCARDIE, Paul & NAPEL, Hans-Martien tem, "Between Confessionalism and Liberal Conservatism: The Christian Democratic Parties of Belgium and the Netherlands", in HANLEY, David (ed.), *Christian Democracy in Europe. A comparative perspective*, London & New York, Pinter Publishing, 1996, pp. 51-70.

LUCAS, Patrícia Gomes, *Conde de Casal Ribeiro: um percurso político no liberalismo oitocentista*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

MACEDO, Jorge Borges de, "O aparecimento em Portugal do conceito de programa político", *Revista Portuguesa de História*, vol. XIII, 1971, pp. 375-423.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *João Chagas: a escrita como arma*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014.

MALTEZ, José Adelino, *Tradição e revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, 2 vols., Lisboa, Tribuna da História, 2004.

MARINHO, Maria José, "OLIVEIRA, Jacinto Augusto de Freitas" in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de

Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. II, pp. 103-108.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1981.

–, *Portugal da Monarquia para a República*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

– e SOUSA, Fernando de (coord.), *Portugal e a Regeneração,* in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira, *D. Carlos I e os "vencidos da vida"*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, *Oliveira Martins: uma biografia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

MATA, Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da regeneração à primeira guerra mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

MATOS, Sérgio Campos, "A crise do final de Oitocentos em Portugal: uma revisão", in MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 99-115.

MATOS, Sérgio Campos, "Iberismo e identidade nacional (1851-1910)", Separata de *Clio: revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 14/15, 2006, pp. 349-400.

MATOS, Sérgio Campos, "Conceitos de iberismo em Portugal", Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pp. 169-193.

MAYEUR, Jean-Marie, *Des Partis catholiques à la Démocratie chrétienne XIXe-XXe siècles*, Paris, Armand Colin, 1980.

MEDINA, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, 7 vols., Multilar, 1990.

MICHELS, Robert, *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos*, Lisboa, Antígona, 2001.

MIRANDA, Paula Cristina Galvão Mateus, *As origens da imprensa de massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora, 2002.

MÓNICA, Maria Filomena, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda/ Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

–, "Negócios e política: os tabacos (1800-1890)", *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 461-479.

–, "A lenta morte da câmara dos Pares (1878-1896)", *Análise Social* , vol. XXIX (125-26), 1994, pp. 121-152.

–, "As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910", *Análise Social*, vol. XXXI (139), 1996, pp. 1039-1084.

–, "CABRAL, Miguel Osório", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (a), vol. I, pp. 516-517.

– (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, 3 vols., Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004-2005.

–, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

–, "SAMPAIO, António Rodrigues", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 541-543.

–, *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*, Lisboa, Alêtheia, 2010.

MOREIRA, Fernando José Grave, *José Luciano de Castro: itinerário, pensamento e acção política*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História dos sécs. XIX e XX, Universidade Nova de Lisboa, 1992.

MOREIRA, Fernando, "BEIRÃO, Francisco António da Veiga" ", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (a), vol. I, pp. 363-365.

–, “CUNHA, Manuel Augusto Pereira e”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (b), vol. I, pp. 951-953.

–, “FERREIRA, José Dias”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (c), vol. II, pp. 145-148.

–, “MOTA, Inácio Francisco Silveira da”, in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (d), vol. II, pp. 1009-1012.

MOURA, Maria Lúcia de Brito, “*Estrella d’Alva*: um jornal ao serviço do Nacionalismo Católico (1901-1902)”, *Lusitania Sacra*, Tomo XIX-XX, 2007-2008, pp. 49-89.

NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

NEUMANN, Sigmund (ed.), *Modern political parties: approaches to comparative politics*, Chicago, University of Chicago Press, 1956.

NUNES, Teresa, “Os partidos monárquicos em vésperas da República”, *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 7, 2002, pp. 125-160.

OLAIO, Nuno, “Jacinto Cândido da Silva (1857-1926): o Nacionalismo Católico através das memórias de um dos seus fundadores”, *Lusitania Sacra*, vol. 16, 2004, pp. 147-178.

OLIVEIRA, César, *O socialismo em Portugal: 1850-1900*, Porto, edição de autor, 1973.

OLIVEIRA, José Lopes d’, *História da República Portuguesa: a propaganda na monarquia constitucional*, Lisboa, Inquérito, 1947.

ORTEGA, José Varela, *Los amigos políticos: partidos, elecciones y caciquismo en la restauración (1875-1900)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

OSTROGORSKI, Moisei, *La démocratie et les partis politiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1979.

PANEBIANCO, Angelo, *Political parties: organization and power*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

PEDERSEN, Mogens N., KJAER, Ulrik & ELIASSEN, Kjell A., "The Geographical Dimension of Parliamentary Recruitment - Among Native Sons and Parachutists", in COTTA, Maurizio & BEST, Heinrich (dir.), *Democratic representation in Europe: diversity, change, and convergence*, Oxford University Press, 2007, pp. 160-190.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1983.

–, *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

PEREIRA, Zélia, "COSTA, João Carlos Rodrigues da", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. I, pp. 877-879.

PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, 10 vols., Barcelos, Portucalense Editora, 1928-1981.

POUSINHO, Nuno Manuel Camejo Carriço, *Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no distrito de Castelo Branco (1852-1910)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

PROENÇA, Maria Cândida, *A reforma de Jaime Moniz: antecedentes e destino histórico*, Lisboa, Colibri, 1997.

–, *D. Manuel II*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

RAMOS, Rui, "Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988, pp. 1067-1145.

– (coord.), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

–, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

–, "HENRIQUES, Artur Alberto de Campos", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. II, pp. 406-413.

–, *D. Carlos: 1863-1908*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006 (a).

–, "Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (c.1880-c.1900)", *Análise Social*, vol. XLI (178), 2006 (b), pp. 31-53.

–, "NOVAIS, José Joaquim de Abreu do Couto de Amorim", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006 (c), vol. III, pp. 78-80.

–, "SOUSA, António Teixeira de", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006 (d), vol. III, pp. 802-809.

–, "Para uma história do conceito de partido em Portugal no séc. XIX", in REZOLA, Maria Inácia e OLIVEIRA, Pedro Aires de (eds.), *O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis*, Lisboa, Campo de Comunicação, 2013, pp. 111-130.

–, "Órfãs da História?: As direitas e a historiografia em Portugal", in MARCHI, Ricardo (coord.) *As raízes profundas não gelam? Ideias e percursos das direitas portuguesas*, Alfragide, Texto Editores, 2014, pp. 13-78.

RAVARA, António Pinto, "Os partidos políticos liberais na «primeira fase do rotativismo parlamentar» (1851-1865)", *Análise Social*, vol. XII (46), 1976, pp. 363-367.

–, "Notas para a história dos partidos políticos em Portugal no período do Ministério da Regeneração: (1851-1856)", *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 1, 1979, pp. 91-96.

REIS, Jaime, "SCHRÖETER, Ernesto Driesel", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 609-610.

RODRIGUES, Samuel, *A polémica sobre o casamento civil (1865-1867)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987

SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional. Organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.

SANTOS, Marta Carvalho, "SILVA, Jacinto Cândido da", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 692-697.

SARDICA, José Miguel, *A dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994 (a).

–, "A elite política do ministério da Regeneração (1851-1856)", *História*, vol. 3, 1994 (b), pp. 44-57.

–, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Dissertação de Mestrado em História dos Sécs XIX e XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

–, "A política e os partidos entre 1851 e 1861", in *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (a), pp. 279-333.

–, "Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)", *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (b), pp. 557-601.

–, "A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração", *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997 (c), pp. 747-777.

–, "BRAAMCAMP, Anselmo José", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004 (a), vol. I, pp. 142-147.

–, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, Assembleia da República/ Dom Quixote, 2005.

–, "SILVA, António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira da", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006, vol. III, pp. 662-664.

–, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2013 (a).

–, *Portugal Contemporâneo. Estudos de História*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2013 (b).

SARTORI, Giovanni, *Partidos y sistemas de partidos: marco para un análisis*, Madrid, Alianza Editorial, 1980.

–, "Party Types, Organisation and Functions", *West European Politics*, vol. 28, nº 1, 2005, pp. 5-32.

SCARROW, Susan E., "The nineteenth-century origins of modern political parties: The unwanted emergence of party-based politics", in KATZ, Richard S., e CROTTY, William (ed.), *Handbook of Party Politics*, London, SAGE Publications, 2009, pp. 16-24.

SEQUEIRA, Carla, *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional*, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.

SERRA, João Bonifácio, "As reformas da administração local de 1872 a 1910", *Análise Social*, vol. XXIV, (103-104), 1988, pp. 1037-1065.

SERRANO, Carlos Seco, *Historia del conservadurismo español: una línea política integradora en el siglo XIX*, Madrid, Temas de Hoy, 2000.

SILVA, Amaro Carvalho da, *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico, 1901-1910 : subsídios para a história contemporânea portuguesa*, Lisboa, Colibri, 1996.

–, "Convergências e divergências do nacionalismo católico: «centro nacional» ou «partido» (1901-1910)", in FERREIRA, António Matos e ALMEIDA, João Miguel (coord.), *Religião e cidadania : protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, pp. 469-488.

SILVA, Isabel Corrêa da, "A Rosa brasileira que incendiou a questão religiosa em Portugal: o Caso Calmon (1899-1901)", *Revista Tempo*, vol. 20, 2014, pp. 1-20.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e poder. Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia, 1997.

– e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

SILVESTRE, Susana Marta Delgado Pinheiro, *O Conde do Farrobo: a acção e o mecenato no século XIX*, 2 vols, Tese de Doutoramento em História e Teoria das Ideias,

Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

SOARES, Franquelim Neiva, *António Rodrigues Sampaio: estudos dispersos do centenário da morte*, Braga, Diário do Minho, 2006.

SOARES, Maria Isabel, "PIMENTEL, António Teles Pereira de Vasconcelos", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006 (a), vol. III, pp. 274-277.

–, "VASCONCELOS, António de Carvalho Coutinho e", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2006 (b), vol. III, pp. 969-970.

SOBRAL, José Manuel e ALMEIDA, Pedro Tavares de, "Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901", *Análise Social*, vol. XVIII (72-74), 1982, pp. 649-671.

SOUSA, Fernando (coord.), *Os Governos Civis de Portugal. História e Memória (1835-2011)*, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2014.

SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Os partidos políticos no direito constitucional português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.

SOUSA, Paulo Silveira e, "MENESES, José Maria Sieuve de", in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 2004, vol. II, pp. 918-919.

STEWART, Robert, *The Foundation of the Conservative Party: 1830-1867*, London, Longman, 1978.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.

TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

–, "Regenerador, Partido", in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, vol. V, p. 256-257.

–, "Os primórdios dos partidos políticos em Portugal", in *Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais e Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 2002, vol. 3, pp. 25-48.

–, *José Estêvão. O homem e a obra*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

TORGAL, Luís Reis, "Tradicionalismo absolutista e contra-revolução: 1820-1910", in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1995, vol. VIII, pp. 169-188.

VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo: a revolução de 1910*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1974.

VASCONCELOS, Pedro Paes de, *Conselheiro Augusto César Barjona de Freitas (1834-1900): jurista e estadista que aboliu a pena de morte*, Ramada, ACD, 2001.

VICENTE, Samuel Jorge Calvelas, *João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Na crise interna e africana*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

VIDIGAL, Luís, *Cidadania, caciquismo e poder: Portugal, 1890-1916: estudos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

VILHENA, Maria da Conceição, *Joaquim de Araújo: diálogo epistolar com Alice Moderno: da literatura ao amor frustrado*, Santo Tirso, Cão Menor, 2008.

VOLOVITCH, Marie-Christine, *Le mouvement catholique au Portugal a la fin de la Monarchie constitutionnelle 1891-1913: des derniéres années de la monarchie à l'implantation de la République*, Tese de Doutoramento, Paris, Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), 1983.

WEBER, Max, *O político e o cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1979.

WEINER, Myron e LAPALOMBARA, Joseph, *Political parties and political development*, Princeton, Princeton University Press, 1972.